

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS – CEG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA – ICHF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGA

**Cruzada São Sebastião do Leblon:
Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto
habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro.**



**Presépio vivo. Creche Comunitária da Cruzada São Sebastião.
(Foto álbum de família de Fátima Regina. Fotógrafo não identificado.)**

Tese de doutorado submetida por Soraya Silveira Simões ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da Universidade Federal Fluminense (UFF) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia.

Niterói
Fevereiro 2008

SIMÕES, Soraya Silveira

“Cruzada São Sebastião do leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro” / Soraya Silveira Simões. – Niterói: UFF/ ICHF/ PPGA, 2008.

xx, p.424 il. 2v.

Tese de Doutorado em Antropologia – Universidade Federal Fluminense, ICHF, PPGA.

1. Cruzada São Sebastião. 2. Etnografia Urbana. 3. Bairro
4. Habitação. 5. Rio de Janeiro. 6. Antropologia Urbana

I. Título

**Cruzada São Sebastião do Leblon:
Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto
habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro.**

Soraya Silveira Simões

Tese submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense – UFF, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marco Antônio da Silva Mello – Orientador

Prof^a. Dr^a. Simoni Lahud Guedes

Prof. Dr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

Prof. Dr. Cláudio de Farias Augusto

Prof^a. Dr^a. Mirian Goldenberg

Prof. Dr. Arno Vogel

Prof. Dr. Hélio Raimundo S. Silva

Prof^a. Dr^a. Diana Lima

Dedico este trabalho a Gilda e Zeca, meus pais.

In memoriam

aos meus avós, Abdo (Simão) Simões, Hind Bedran Simões,
Oswaldo Barcellos Silveira e Flora Sertã Silva Araújo Silveira.

Agradecimentos

À lembrança, muitas pessoas: os amigos, os professores, os colegas, companheiros de aventura; e, também, moradores e moradoras das áreas em estudo, os quais, em situações e circunstâncias memoráveis, me fizeram chegar até aqui. Sem eles, certamente, o caminho teria sido difícil. Com eles pude melhor cultivar passo a passo os argumentos urdidos nesta tese.

Ao meu professor, orientador e amigo Marco Antonio da Silva Mello, todo o meu reconhecimento pelo seu empenho em indicar caminhos fecundos a todos com quem trabalha. Aceitar segui-los é compreender a oferta de um *opening gift*. E, efetivamente, trilhá-los confiante, é retribuir da melhor maneira a dádiva preciosa. Com este trabalho, espero ter conseguido corresponder satisfatoriamente às expectativas, aos investimentos e, sobretudo, à confiança que em mim depositou para juntos realizarmos a tarefa. O momento é, pois, oportuno para reconhecer e agradecer-lo pelo inestimável aprendizado do valor que tem esse modo de organização do pensamento que é o trabalho coletivo. Este ideal, entretanto, só se realiza pelas mãos de um virtuoso *chef d'orchestre* capaz de promover tão intensamente, como já se disse, a ordem moral e a fusão intelectual e afetiva entre os membros de um grupo. O Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ), que fundou nos idos dos anos oitenta, é a expressão mais bem acabada dessa generosa oferta à vida acadêmica de seus alunos, alunas e colegas. É também, no sentido pleno da palavra, um *laboratório* para este mais nobre fim: o aprendizado da pesquisa através da experiência do trabalho coletivo. Essa espécie de 'pedra filosofal' encontramos em todos os seus trabalhos, dentre os quais destaco aquele que está na origem desta tese e da dissertação escrita anteriormente: *Quando a rua vira casa*, escrito com o seu colega, parceiro e amigo Arno Vogel, no final dos anos 1970, a partir de um grande empreendimento coletivo do qual participaram colegas do IBAM reunidos no Centro de Pesquisas Urbanas (CPU), naquela época coordenado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos.

Ao professor Roberto Kant de Lima, agradeço pela dedicação aos projetos e estimulantes discussões que sempre puderam beneficiar muitos alunos e alunas, desde a graduação até os estudos pós-graduados. Graças à sua impecável carreira como pesquisador, pude, com outros tantos colegas, desfrutar dos benefícios de uma experiência acadêmica mais cosmopolita, derivada de sua interlocução com o saudoso professor Isaac Joseph. A bolsa de estágio-doutoral, concedida pelo Acordo Capes-Cofecub nº447/04, convenção de cooperação e intercâmbio internacional que coordenou conjuntamente, no Brasil, com o professor Marco Antonio da Silva Mello, tornou possível uma ampliação de horizonte da qual este trabalho acadêmico pretende ser um testemunho. Além desta oportunidade proporcionada pelo seu empenho acadêmico e habilidade para as lides institucionais, agradeço-lhe também pelas instigantes discussões no campo da antropologia do direito que me fizeram despertar para a problemática de uma 'sensibilidade jurídica', idéia que de certo modo perpassa todo o presente trabalho. A propósito, aproveito, aqui, para agradecer a FAPERJ e a CAPES, as bolsas recebidas, as quais, com apoio das duas agências, me proporcionaram realizar o projeto ora concluído, anterior e providencialmente urdido pelo acima referido professor e meu orientador.

Ao professor Paulo Gabriel Hilu Pinto, agradeço, em mais esta ocasião, a leitura atenta de minha dissertação de mestrado e as precisas observações e sugestões bibliográficas que fez como membro da banca de defesa daquele trabalho.

Aos professores Alfredo Wagner Berno de Almeida e Heloísa Bertol Domingues pelas boas e estimulantes discussões nos seminários dos Cursos *Problemas Específicos de Análise Antropológica*, no segundo semestre de 2003, e *Coalizões intelectuais e formas de intervenção pública: transformações, impasses e concorrência pela legitimação no campo da produção antropológica no Brasil*, no primeiro semestre de 2004, ambos ministrados conjuntamente com o Professor Emérito Luís de Castro Faria. Graças a eles dois pude ter a oportunidade de conhecer o tão homenageado professor. Professor com o qual tive a chance de estar, ainda que brevemente, durante esses que foram seus dois últimos cursos. *In Memoriam* gostaria de agradecer a lição e o legado que nos deixou a todos, graças ao exercício incansável e continuado do magistério, essa espécie de sacerdócio que desde muito cedo assumiu em nome da ciência e, sobretudo, da formação acadêmica das gerações que acompanhou por 50 anos e viu se sucederem nos bancos da UFF.

Entre os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF, gostaria de agradecer, primeiramente, ao professor Ari de Abreu, por seu claro interesse, incondicional disponibilidade e estímulo nos primeiros passos que ensaiei durante a pesquisa na Vila Mimosa e, posteriormente, na Cruzada São Sebastião do Leblon. Ao professor Cláudio de Farias Augusto, entretanto, gostaria de agradecer enormemente, não só pelas suas preciosas indicações e sugestões bibliográficas. Além disso, pela sensibilidade e amizade com que procurou atender às minhas demandas de última hora. Sempre solícito, objetivo e preciso nos seus comentários, o professor pôde ajudar-me no exame criterioso de vários tópicos incontornáveis para o bom resultado deste trabalho, tendo em vista sua larga e comprovada experiência no campo; seja como engenheiro e técnico operando em agências voltadas para as questões relativas às cooperativas habitacionais; seja, ainda, como cientista político e pesquisador dedicado às análises das políticas públicas e sociais, com ênfase na habitação. Por fim, o meu agradecimento ao professor Eduardo Gomes, pelo curso oferecido, em 2002, aos alunos do então PPGACP/ICHP-UFF.

Assim, também, às professoras Laura Graziela Gomes, Lívia Barbosa, Delma Pessanha Neves, Eliane Cantarino O'Dwyer e Lygia Segala, gostaria de agradecer pelas observações, comentários e incentivos durante aquele percurso inicial. Do mesmo modo, agradeço aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, os quais, desde 2000, quando ingressei como aluna do mestrado, pude ver empenhados em contribuir para que os seus estudantes melhor elaborassem as suas inquietações e conduzissem com propriedade suas pesquisas.

À professora Neiva Vieira da Cunha, Coordenadora do Curso de Ciências Sociais da Universidade Cândido Mendes (UCAM) e professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), gostaria de agradecer pelos incentivos sempre sinceros que generosamente reservou em momentos cruciais para esta acadêmica e pesquisadora; sobretudo por ter acompanhado de perto e com entusiasmo os primeiros passos do meu processo iniciático na pesquisa antropológica. Foram muitas as oportunidades: como membro das bancas de qualificação e de defesa de minha dissertação de mestrado e tese de doutorado e como debatedora do Grupo de Trabalho *Mercado & cidade política: os sentidos da troca, dos direitos e da cidadania*, durante a XXV Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em

Goiânia, em 2006. Mas especialmente como professora e pesquisadora que acompanhou em nossas reuniões no LeMetro/IFCS-UFRJ, com igual interesse, também aqueles episódios os mais corriqueiros que, no entanto, vêm constituir as bases sólidas da formação de um pesquisador, agradeço e retribuo mais uma vez com o meu mais profundo reconhecimento.

Ao professor Arno Vogel, da Universidade do Norte Fluminense (UENF), agradeço pela atenção manifestada desde a ocasião em que tive a chance de expor as notas etnográficas de minha primeira pesquisa de campo, durante a IV^a Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada em Curitiba, em 2001. Espero ter conseguido, nesta tese, retomar apropriadamente a proposta de uma sociologia criativa no campo dos estudos urbanos, tal como propugnava juntamente com seu colega Marco Antonio da Silva Mello, no final dos anos 1970, a propósito da análise dos processos de intervenção e os problemas candentes impostos pelos projetos de renovação urbana aos bairros da cidade e aos seus habitantes. Foi preciso vir a público o estudo de caráter etnográfico sobre o Catumbi e a Selva de Pedra para que certa vertente da antropologia urbana brasileira estivesse hoje bem representada mundo afora.

Ao professor Michel Misse, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), e Coordenador do NECVU/IFCS-UFRJ, agradeço as sempre proveitosas observações e o estimulante interesse manifestado desde cedo pelo meu trabalho. Além disso, gostaria ainda de agradecer-lhe pelas renovadas oportunidades de intercâmbio acadêmico trazidas a todos nós membros da importante rede integrada pelos distintos grupos de jovens pesquisadores e *seniors* vinculados seja ao NECVU, seja ao LeMetro, seja ao Nufep e tantos outros laboratórios de pesquisa, brasileiros e estrangeiros.

Agradeço a professora Lícia Valladares pelo encorajamento, pois o diálogo com sua produção foi fundamental, assim como a valiosa documentação reunida, depois de anos de trabalho, no Urbandata.

À professora Simoni Lahud Guedes, atual coordenadora do Programa, gostaria de aqui manifestar todo o meu agradecimento pelo empenho, esclarecida compreensão e atestada competência no exercício desta delicada e complexa função no âmbito das sempre renovadas, intermináveis e acirradas disputas que configuram a topografia acidentada de nosso campo científico-institucional. Na sua pessoa, gostaria de agradecer a todos os demais Coordenadores que a antecederam pelo dedicado e diuturno trabalho na constituição e consolidação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Ao professor Ovídio Abreu, chefe do Departamento de Antropologia da UFF, agradeço pelas agradáveis e esclarecedoras conversas acerca das trajetórias dos jovens atletas da Cruzada que se destacaram no judô e no jiu-jitsu e com os quais, como esportista, observando as regras e os princípios do desporto, divide o tatame e mais este conhecimento sobre a vida social neste setor do bairro do Leblon. E, também, a Roberta, Ilma e Gilda, secretárias do PPGA e do Departamento de Antropologia do ICHF-UFF.

Aos demais membros da banca de defesa de minha tese de doutorado, professores Cláudio de Farias Augusto, Mirian Goldenberg, Hélio Raimundo S. Silva, Diana Lima, Paulo Gabriel Hilu Pinto, Arno Vogel e, ainda mais uma vez, Simoni Lahud Guedes, agradeço enormemente por terem aceitado empreender a leitura deste trabalho, apesar do adiantado

da hora. Reconheço que árdua é a tarefa e, por isso, mais honrosa é para mim cada uma das cuidadosas observações e generosas críticas que me forem endereçadas; pois foi confiante na senioridade de meus professores e examinadores que ousei conceber e construir este trabalho.

A Ilza Mascarenhas, colega e amiga sem a qual o campo teria se constituído por outras escadas e corredores, o meu sincero agradecimento pela generosidade e disposição com que participou do momento crucial dos primeiros dias do trabalho de campo, sua *ouverture*. Seu afeto, sem dúvida, o fez florir.

Aos colegas e amigos do LeMetro e do Nufep, todos companheiros da mesma “experiência dramaturgica”: Lucia Maria Cardoso, Gabriel Zaguri, Flávio Tabak, Anamaria Fagundes, Douglas Lacerda, Evanir Nunes e Letícia Luna, os quais fizeram do campo e desses quatro anos de pesquisa um lugar muito acolhedor; ao amigo que tanto me ajudou, nos momentos mais cruciais deste trabalho, Felipe Berocan Veiga, o meu respeito; a Ricardo Maciel, Patrícia Brandão Couto, Wilma Leitão, Alcyr Cavalcanti, Fabio Reis Mota, José Colaço Dias Neto, Mirian Alves, Isabel, Dina, José Renato, Lenin Pires, Lucia Eilbaum, Flávio Silveira, Kátia Sé, Rafael Gonçalves, Jussara Freire, Paulo Thi, Carlos Abraão de Moura Valpassos, Lucio e Virginia, Vivian, Luis Figueiras, Priscila Loretti, Beatriz Arosa, Juliana Blasi Cunha, Iara Bulhões, Marcos Aurélio Lacerda da Silva e Rafael Pereira, pelos animados encontros no oásis da sala 417; A Mario Miranda, agradeço pelo generoso empréstimo de imprescindível material bibliográfico; A Vera Valente, Maria de Fátima, Eduardo Lacerda, Lúcia Gonçalves, Pedro Freire, Wellington Conceição, Eduardo ‘Baroa’ e Cláudio Baptista por terem expandido meu mapa da cidade carioca em direção a Ilha do Fundão, a Cidade Alta e ao Chapéu Mangueira.

Aos colegas e amigos que ingressaram comigo no mestrado e no doutorado que tive a honra de conhecer graças ao acolhimento acadêmico que encontrei no PPGA/ICHF-UFF: Kadu Medawar, Ângela Garcia, Durval Dionísio, André Gil, Débora Breder, Cynthia Martins, Paulo Sérgio Delgado, Michele Markowitz, Ruth Henrique da Silva, Cátia Inês Salgado de Oliveira, Margareth da Luz Coelho, Leonardo Nascimento, Edílson Silva e tantos outros que tive o prazer de conhecer, dedico esta minha modesta contribuição ao empreendimento ao qual aderimos com entusiasmo.

Gostaria de agradecer em especial à Lucieni Simão e Jussara Freire pelo caloroso, leal e gentil companheirismo com que sempre me presentearam. Espero ter podido aproveitar todas as oportunidades que tive para retribuí-las por essa amizade e solidária travessia.

A Pedro Paulo Thiago de Mello, amigo que há tempos lançou âncora em minha vida, agradeço, desta vez, por ter escolhido continuar na trilha acadêmica como um bom parceiro e colega que anima e zela pelos passos do companheiro e cúmplice. Não tenho dúvidas das razões afetivas e intelectuais dessa escolha, as mesmas que há anos atualizam nossa sólida amizade.

Gostaria de aproveitar a ocasião para agradecer aos professores, colegas e amigos que cordialmente me receberam na França, fazendo de minha temporada acadêmica naquele país um período de frutuosa aprendizagem. Primeiramente, ao professor Laurent Thévenot gostaria de poder expressar com justeza a minha sincera e mais profunda gratidão pela acolhida em seus seminários e no *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM), da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). Além disso, pela compreensão e o

interesse que teve pelo nosso trabalho. Agradeço-lhe, pois, com especial alegria, pelas conversas e inesquecíveis incursões que pudemos juntos empreender em nossos campos de pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, quando de sua visita inaugural ao Brasil, a convite do professor Luís Roberto Cardoso de Oliveira. Aos alunos e *maîtres de conférences* que o acompanham em seus seminários do GSPM/EHESS, em especial à Marc Breviglieri, a quem tivemos o prazer de receber para duas conferências no PPGA/ICHF-UFF, no LeMetro e NECVU/IFCS-UFRJ, em dezembro de 2004; Luca Pataroni, Lucie Bonnet, Joan Stavo-Debauge, Erwan Lemener e tantos outros com os quais pude aprimorar meus conhecimentos teóricos da nova vertente pragmática da sociologia francesa, meus mais sinceros agradecimentos.

Ao professor Dominique Vidal, da *Université de Lille-III*, agradeço, particularmente, pelas visitas que fez, junto comigo, à Cruzada São Sebastião e à Vila Mimosa. Após cada dia de trabalho de campo, tive o prazer de ouvir suas observações e de registrar suas sugestões que redundaram, todas, em rumos seguros para esta etnografia. Muito obrigada.

Ao saudoso Professor Isaac Joseph e a socióloga Carole Saturno, que estiveram comigo, em 2002, numa inesquecível visita à Vila Mimosa, quando de minha estréia na etnografia urbana, e que acompanharam com grande entusiasmo também a pesquisa de campo que deu origem a esta tese, carinhosas recordações.

À professora Anne Raulin, do *Département de Anthropologie* da *Université de Paris X-Nanterre*, agradeço pelas prestimosas sugestões bibliográficas, pela cordial recepção em suas aulas e por ter possibilitado a mim como pesquisadora fazer para seus alunos e alunas a exposição preliminar deste trabalho, além de ter possibilitado a descoberta dos estudos da antropóloga francesa Colette Pétonnet, tornando possível, mais tarde, uma proveitosa e calorosa aproximação por correspondência, retomada depois pela pessoa interposta de minha estimada colega de doutorado Letícia de Luna Freire.

Ao professor Pedro José García Sánchez, da mesma instituição acadêmica, agradeço pela visita que fizemos a campo, na companhia da geógrafa Emanuelle Tricoire, e pelas esclarecedoras conferências a propósito dos conflitos de urbanidade proferidas no LeMetro/IFCS-UFRJ e no PPGA/ICHF-UFF. A ele também o meu agradecimento por acolher o trabalho '*Les habitants, la 'favela', le quartier: Cruzada São Sebastião do Leblon – disputes, formes associatives et arènes publiques dans la Zone Sud de la ville de Rio de Janeiro*' no programa de atividades do Atelier '*De l'urbain à l'urbanité. Entre projets, normes, formes et conflits, les épreuves ordinaires de l'action publique*', organizado e coordenado em parceria com o professor Marco Antonio da Silva Mello no âmbito da *Conférence de l'Association Internationale de Sociologie*, realizada em Paris, entre os dias 30 de junho e 02 de julho de 2005.

À professora, pesquisadora e socióloga Roselyne de Villanova, do *Institut Parisien de Recherches: Architecture, Urbanisme et Société* (IPRAUS), pela visita que fez comigo aos amigos da Cruzada São Sebastião durante uma de suas viagens de trabalho ao Brasil. Devo-lhe ainda a minha gratidão pela acolhedora recepção e pelas palavras estimulantes sobre o meu trabalho, palavras com as quais se manifestou, a respeito, em Paris, aos seus demais colegas do IPRAUS.

Ao professor Daniel Cefaï, do *Département de Sociologie* de Paris X-Nanterre, e atual coordenador francês do Acordo Capes-Cofecub nº447/04, devo um agradecimento especial

pela amizade e pelo convívio sempre caloroso tanto em Paris quanto no Rio de Janeiro. Na oportunidade que tive de acolhê-lo em minha casa, como meu hóspede, durante uma de suas missões de trabalho como coordenador francês do Acordo Capes-Cofecub UFF-Paris X, aprendi muito sobre o ofício ao vê-lo trabalhar diuturnamente com determinação, renunciando as delícias das manhãs ensolaradas de verão para alcançar o prazer acadêmico da descoberta e da escrita etnográfica. A leitura de seus textos não foi de menor importância para o refinamento da perspectiva sociológica aqui adotada. Somos todos devedores de seu empenho em fazer dialogarem tradições acadêmicas universitárias tão distintas e distantes no espaço e no tempo, promovendo o engajamento conversacional em nossa atual geração de pesquisadores.

Agradeço a antropóloga Colette Pétonnet, pesquisadora e uma das fundadoras do LAU-Laboratoire d'Anthropologie Urbaine/CNRS por ter me introduzido nos meandros de certa antropologia urbana francesa através de sua etnografia dos *bidonvilles* e de sua excepcional sensibilidade no trato com a escrita e na tradução de um modo de vida urbano quase esquecido nos idos dos anos 60 pela pesquisa de caráter etnológico na França.

À professora Caterine Reginensi, da *Université de Toulouse*, obrigada pelo interesse compartilhado e pelas contribuições que trouxe com suas pesquisas sobre os usos diferenciados, complementares e conflitantes do espaço urbano nas regiões metropolitanas brasileiras, em especial na cidade do Rio de Janeiro, focalizando, sobretudo, a Rocinha e sua complexa política local.

Aos amigos do *monde de la rue* os quais vim a conhecer através da rede estabelecida em Paris pelo professor Mello, agradeço pela acolhida gentil e calorosa que souberam proporcionar à recém-chegada. A constituição de um *monde domestique* aqueceu os dias vividos naquela cidade européia, longe da casa paterna. Em especial gostaria de agradecer a Augustin Geoltrain, meu querido amigo e parceiro constante das aventuras etnográficas no velho mundo como na Cruzada São Sebastião, a *citê* brasileira de que tanto ouvira falar. A Édouard Février agradeço não somente os memoráveis *parcours commentés*, mas sobretudo a palavra amiga e a saborosa lição de *joie de vivre* com a qual enfrenta as eventuais adversidades nos seus bem vividos 75 anos parisienses. A Richard Boddaert e a Garfield, amigos de Sens, na Borgonha, agradeço a terna alegria e a cálida presença sempre atenta aos mais sutis gestos da amiga recentemente conquistada por intermédio de Augustin Geoltrain, o qual tornou ainda possível conhecer Bernard Bahazer, o cineasta, Xavier, o pintor berlinense, e muitos outros, ampliando significativamente o círculo das amigas e amigos franceses, em especial aos seus familiares entre os quais seu próprio irmão caçula: Elie Geoltrain, a quem gostaria de agradecer a carinhosa e delicada acolhida. Bernard Quantin, Henri Aschgoyan, Nicolas Trautman, Arnaud e Camel, todos esses que me ajudaram a melhor conhecer a vida do *quartier* de Belleville proporcionando a ocasião de bem realizar o exercício etnográfico com o qual iria procurar juntar-me ao trabalho iniciado no bairro pelo professor Mello em 2000, documentado por Felipe Berocan Veiga em 2002, minusiosamente; e por Patrícia Brandão Couto e Clewton Nascimento, em 2005. A Xavier e Sophie, os simpáticos e criativos proprietários da livraria Le Genre Urbain, agradeço por terem gentilmente acolhido a proposta de realizar uma noite de autógrafos por ocasião do lançamento da tradução canadense em língua francesa do importante livro do professor Luis Roberto Cardoso de Oliveira, *Droit Legal et Insulte Morale : dilemmes de la citoyenneté au Brésil, au Québec et aux États Unis*, proporcionando-nos uma excelente ocasião para debatermos este refinado estudo etnográfico sobre os sentimentos sociais em distintas tradições jurídicas e políticas da modernidade.

Agradeço, portanto, ao professor Luis Roberto Cardoso de Oliveira não só a oportunidade que me deu o seu livro de estreitar os laços de amizade com o jovem e bem sucedido casal de empresários de Belleville, mas principalmente pela hospitaleira recepção de meu *paper*, escrito em parceria com Augustin Geoltrain e Édouard Février, sobre o *quartier* em questão, no Grupo de Trabalho *Mercado & cidade política*, organizado na XXV RBA. Guardo comigo a lembrança de nossas amigáveis conversas compartilhadas com Jô, Mello, Anne Raulin e Augustin Geoltrain na recepção que nos ofereceu, em Vincennes, o professor Daniel Cefai.

A Ketia Rodrigues, o meu carinho pela sua radiante pessoa. E a Susana Bleil Marques, 'irmã' conquistada em Paris, agradeço por ter me dado o afeto necessário para considerá-la deste modo.

Sem uma pessoa, em especial, Paris permaneceria uma cidade muito distante. À minha professora de francês Evelina Maria Cunha Carneiro da Silva, minha querida Lina, quem pude admirar e hoje trago *in memoriam*, agradeço duplamente: por sua didática e pelo seu charme, pois muitos sabem que dedicar-se ao estudo de uma língua é algo que depende não apenas da vontade, mas da maestria do professor em criar a aura de um universo semântico distante do país onde falamos a nossa língua materna. Obrigada pelas sempre engrandecedoras discussões acerca das traduções que sempre, prontamente, me ajudou a concluir.

Ao professor Daniel dos Santos, do Departamento de Criminologia da *Université de Ottawa*, agradeço por ter abrigado de maneira hospitaleira o meu trabalho '*Os moradores, a favela e o 'bairro': lições de urbanidade na confecção do espaço público na Zona Sul do Rio de Janeiro*', durante o VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, realizado em Coimbra, em setembro de 2004.

Aos alunos do curso de Antropologia ministrado pelo professor Marco Antonio da Silva Mello, no primeiro semestre de 2003, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, agradeço pelo impulso inicial, tanto no campo do qual resulta esta tese quanto na iniciação de uma docente. Aos alunos do curso de Antropologia V, também ministrado pelo professor Mello no ICHF-UFF, agradeço pelo prazer de minhas primeiras aulas de antropologia, por ocasião de meu estágio docente durante o primeiro semestre de 2007. Dentre eles, a minha gratidão especial à Livia Berkendoff pela providencial ajuda na transcrição de algumas entrevistas.

A Francisco Rebello, arquiteto e administrador da CEHAB, e ao Dr. Rafael, advogado da CEHAB, o meu apreço pelo trabalho realizado na Cruzada e pelos importantes esclarecimentos a mim prestados.

Ao escritor Rogério Barbosa Lima, obrigada pela recepção em sua casa onde me concedeu uma entrevista deliciosamente entremeadas por histórias do antigo Leblon. A Maria Velma, irmã de Sávio, e Cláudia e Maria José, moradoras da Selva de Pedra, meu muito obrigada pela generosidade das entrevistas e hospitaleira recepção em suas casas. Ao jornalista Oswaldo Miranda e a Daniel Ariosto Pinto por terem me recebido para uma agradável e esclarecedora tarde de conversas em seus confortáveis e amplos apartamentos no não menos emblemático Conjunto dos Jornalistas. Conjunto este que integra, como parte fundamental, o enredo desta tese, pois, juntamente com a Cruzada São Sebastião e a

adventícia Selva de Pedra, inscrevem-se de modo incontornável na história e na morfologia social urbana da Zona Sul carioca, em pleno coração do Leblon.

Ao engenheiro Gilberto Paixão, responsável pela construção da Cruzada São Sebastião e pelas obras do Aterro do Flamengo, ultimadas para a realização do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, agradeço, especialmente, pela entrevista a mim concedida em seu escritório. Ocasão para a qual reservou, além de sua atenciosa acolhida, o mais precioso de seu inestimável acervo fotográfico sobre a evolução urbana da então capital federal.

A Rosane Nunes, amiga e funcionária da Biblioteca Nacional, pelo apoio, estímulo e prontidão. Agradeço e espero poder ajudá-la, da mesma forma, em sua trajetória acadêmica.

A Vassili Nicolsky, amigo que gentilmente atendeu ao meu pedido de lavrar a ata de reunião de condomínio do bloco nove da Cruzada São Sebastião, meu muito obrigada. Ao amigo José Octavio Sebadelhe, membro da parentela da pranteada Ana Cristina Giannini Johannpeter, pela sua sensibilidade e coragem, devo algumas das mais importantes lições que tive sobre a vida cidadina carioca. Ao seu caráter, a minha estima. A Andréa, The Great e Zeneide, André Daniel, Vandinho e Jaíra, por terem criado bons momentos em minha vida.

In memoriam, Erickson Luna e Chico Espinhara, amigos do peito.

A Bianca Muniz, minha amiga, minha alegria e paz de espírito, como agradecer por tudo isso? Você tem o meu respeito e apreço. Permita-me agradecer ao Pedro e ao Rogério, por constituírem essa família que é sua.

A Ary Band, pelas conversas que tanto me ajudam a elaborar o meu papel nesses vários mundos nos quais, como mulher e jovem pesquisadora, me aventurei. Sua escuta foi fundamental, pois deu sentido ao inefável, ajudando-me a conformar uma experiência de outro modo inacessível a mim mesma, a ultrapassar obstáculos e a conviver com as dificuldades e suportando com simplicidade os eventuais sucessos do caminho. Obrigada, muito obrigada.

Agora, os agradecimentos que mais exigem de mim, pois foram muitos os dias e noites consagrados às conversas e explicações oferecidas, pacientemente, a esta etnógrafa. Gostaria de ser o mais precisa possível, e sei o quanto me arrisco aqui, principalmente, ao buscar as palavras capazes de expressar justamente toda a minha emoção.

A Dona Maria, que me acolheu de tal maneira a ponto de me fazer crer ser alguém de sua família, acho que isto já diz um tanto sobre a minha gratidão. Meus agradecimentos contemplam também seus filhos Marcos, Selmo, Gisele e Simoni; seus netos e noras, Ana e Andréa e demais agregados dessa hospitaleira família. A Ruth Solomovici, que me fez admirá-la pela coragem e sabedoria de se manter firme, apesar de todas as adversidades da vida, ainda mais estando em um país estrangeiro, todo o meu apreço. A Neuza, devo manifestar a minha imensa admiração pelo seu modo cordial e alegre de conduzir a vida, mas também agradecer por ter dedicado a mim parte do seu tempo em conversas esclarecedoras, repletas de sabedoria. A Sirlene, colega de trabalho, que me apresentou à Cláudio Evaristo, pessoa perseverante e amiga, que demonstrou sua inteligência e

sensibilidade ao nos conduzir, com notável habilidade, durante os primeiros meses de trabalho de campo. Espero ter podido retribuir a inestimável ajuda que me deu. A Soninha, pessoa cuja lembrança me faz sorrir, agradeço pelo carinho, hospitalidade e boas conversas. Ao Cardoso, agradeço a atenção e admiro o seu empenho político. A Dona Georgete, Seu José, Suely, Caju e filhos, pela acolhida e as muitas horas de boa conversa. Vocês são *jóia*! A Dona Cotinha (*in memorian*), Eduardo, Rosária e Maria José, meu muito obrigada. Aos jovens Vinícius, Valquíria, Vick, Alex, Thomás e todos os outros que animaram e tornaram possível a publicação do Visão Cruzada e das inesquecíveis e belas exposições de fotografia na Cruzada. Ao pastor Joel Nonato e ao presbítero Nilson, agradeço pelas palavras sempre estimulantes e inteligentes. A Fátima Regina e a dona Geralda, agradeço também em nome dos demais moradores pela preservação incansável da memória da Cruzada São Sebastião do Leblon, assim como pela cessão de fotografias e a atenção incondicional dispensada à esta etnógrafa. A Dona Hilda (*in memorian*) e a Seu Antônio, obrigada pela alegria de viver. Ao Seu Firmino e aos demais discóbulos do Clube da Malha, minhas felicitações pela perícia olímpica. A Dona Conceição, Dona Márcia, Dona Nelma, Beth, Seu Jorge, Dona Maria (síndica do bloco 10), às queridas Dona Donilda e Dona Zequinha, Dona Virgininha, Dona Sebastiana, Dona Aparecida (bloco 01), Manel, Beth, Soraya, Carla e Braga. A Valéria e Rúbia, ‘minhas’ queridas presidentes da Amorabase, agradeço profundamente e espero continuarmos juntas este trabalho. A Padre Marcos Belizário, Germana e Dona Alcina, da Paróquia Santos Anjos, a diretora Cléa, da Escola Classe e Cooperação Santos Anjos, a Dra. Vera, fisioterapeuta do Posto Médico Dom Helder Câmara, os meus agradecimentos pela ajuda e estratégico apoio logístico a essa pesquisadora e aos trabalhos realizados em benefício dos moradores da Cruzada São Sebastião. A todos estes, que tornam o bairro do Leblon muito mais acolhedor e hospitaleiro, o meu mais profundo respeito e eterna gratidão.

E àqueles que estão ‘lá’ desde sempre, minha ancestral estrutura: aos meus implacáveis e divertidos irmãos José, Dudu e Raul, e às minhas abnegadas cunhadas Luciane e Rose; a estimada Carminha, organizadora incansável do meu mundo doméstico; aos meus sobrinhos queridos Gabriela, Yasmin e José; aos meus primos Flora, Jairo, Ana Elisa, Ana Cristina, Daniel, Waldo, Vera, Paulinho, Carminha, Newton, Cadinho, Guilherme e Kheir; aos meus tios Ricardo (*in memorian*), Tetê, Zezé, Hilda e Paulo, Georjinho (*in memorian*), Georges, Mona, Léna e Zena; a Beatriz e Lúcia; aos meus afilhados, sobrinhos e primos, José e Gustavo; aos primos Paula, Patrícia, Aninha, Marina, Oswaldinho, Camila, Rafaela, Isabela e Carolina, todos estes que só me estimularam, muitas vezes me seduzindo para permanecer mais tempo em suas companhias, tentação essa que só faz bem ao espírito e que me aqueceu nos momentos em que mais tinha que me virar sozinha; a todos vocês agradeço o carinho e espero que este trabalho lhes sirva de estímulo e lhes dê mais do que boas razões para orgulharem-se de mim.

Finalmente, aos meus pais, Gilda Silveira Simões e José Bedran Simões, pelo amor, pelo incentivo, pela confiança, pela atenção cuidadosa, pelo exemplo de vida, pela alegria, pelo apoio incondicional e pela inesquecível visita e reconfortante companhia durante minha estada como estudante em Paris.

Niterói, 02 de fevereiro de 2008.

Resumo

“Cruzada São Sebastião do Leblon: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro”, trata de analisar as implicações sociais, urbanísticas, políticas, econômicas e morais da inscrição de uma população remanescente de assentamentos precários e de baixa renda, sobretudo proveniente das favelas da Praia do Pinto e da Ilha das Dragas, no coração chique do espaço residencial e comercial da Zona Sul carioca, entre a Lagoa Rodrigo de Freitas e as praias de Ipanema e Leblon. A partir de trabalho de campo realizado nos últimos quatro anos junto aos moradores dos 10 blocos de apartamentos do conjunto “Cruzada São Sebastião do Leblon”, e da consulta ao extenso noticiário jornalístico devotado ao controverso tema das políticas públicas de remoção ou urbanização das favelas cariocas, a etnografia procura evidenciar a profundidade dos estereótipos, das categorias de acusação e de estigmatização com as quais os moradores da ‘Cruzada’ se defrontam cotidianamente, ao longo dos últimos 50 anos, experienciando a dura condição de “vizinhança indesejável” diante dos anseios de recém chegados suburbanos atraídos pelo estilo de vida e pelo gosto estético associado ao morar na ‘Zona Sul’, dos interesses particularíssimos de empresários morais e da sanha de sequiosos especuladores imobiliários. Além da pesquisa de campo de caráter etnográfico e da análise da extensa bibliografia acadêmica devotada ao tema, sobretudo aquela produzida a partir dos anos 1960, recorreu-se ainda ao conjunto de leis e decretos e ao texto de programas sociais e habitacionais concebidos seja pelo Estado seja por instituições laicas e religiosas. Por fim, este trabalho procura restituir o ponto de vista dos atuais moradores da ‘Cruzada’ sobre si mesmos (suas histórias de vida, trajetórias e perspectivas). Mas não somente, pois alcança ainda a visão que compartilham sobre o entorno e seus vizinhos, a partir da experiência de residirem no emblemático empreendimento associado de modo incontornável ao nome de Dom Hélder Câmara, idealizador e criador da ‘Cruzada’ e, naquele então, arcebispo-auxiliar do Rio de Janeiro.

Abstract

“Cruzada São Sebastião do Leblon: an ethnography about domicile and everyday life of the residents of a popular dwelling place in Rio de Janeiro”, analyzes the social, urban, political, economic and moral implications of the inscription of a remanent population of precarious and low income settlements, most of it deriving from the "favelas" of Praia do Pinto and Ilha das Dragas, in the fancy heart of bourgeois residential and commercial area in Rio's South Zone, between Rodrigo de Freitas Lagoon and Ipanema and Leblon beaches. Starting from field research done in the last four years with the residents of the 10-apartment-blocs of Cruzada São Sebastião, and also examining the news coverage of the controversial theme of public policies about removing populations or urbanization of Rio's favelas, this ethnography tries to show the deepness of stereotypes, the accusations categories and the stigmatization with which the residents of Cruzada have to deal with on an everyday basis, since the last 50 years, experiencing the hard condition of a "unwanted neighbourhood" confronted with the expectations of newly arrived families from the suburbs attracted to the life style and "good taste" associated to living in the South Zone, confronted also with the private interests of moral entrepreneurs and with the wrath of the realstate industry. Besides the field research of ethnographic characteristics and the analysis of extensive academic bibliography dedicated to this issue, specially that produced after the 1960's, it was also examined the legislation and social and housing programs elaborated by the State and also by secular and religious institutions. Finally, this work tries to rebuild the Cruzada's residents point of view about themselves (their life stories, trajectories and perspectives). But not only that, since it also reach their shared perception about the surroundings and their neighbours, from the experience of residing in a emblematic initiative related to the name of Dom Hélder Câmara, mentor and creator of Cruzada, when he was deputy archbishop of Rio de Janeiro.

Resumé

“*Cruzada São Sebastião do Leblon: une ethnographie du logement et du quotidien des habitants d’une cite à la Zone Sud de Rio de Janeiro*”, c’est une analyse des implications sociales, urbanistiques, politiques, économiques et morales de l’inscription d’une population restant des anciennes installations precaires et de bas-revenus, surtout venue des *favelas* de la Praia do Pinto et de l’Ilha das Dragas, au coeur chic de l’espace résidentiel et commercial de la Zone Sud *carioca*, entre la Lagune Rodrigo de Freitas et les plages d’Ipanema et du Leblon. A partir du travail de terrain réalisé pendant les dernières quatre années auprès des gens qu’habitent aux appartements des 10 batiments de la cité Cruzada São Sebastião do Leblon, et de la consultation au noticiare des journaux consacrés au thème controversé des politiques publiques de déplacement tout court ou d’urbanization des *favelas* cariocas, cette ethnographie cherche mettre en evidence la profondeur des estereotipes, des categories d’accusation et de stigmatization avec lesquelles les habitants de la Cruzada se sont mis vis-à-vis, quotidiennement, au long des dénières 50 années, en éprouvant la difficile condition à eux destinés de “voisinage indésirable” devant les désirs des habitants adventifs et suburbains attirés pour le style de vie et pour le goût esthétique associé au mode de vivre à la Zone Sud, des interêts assez particuliers des entrepreneurs morales et de la fureur des especulataires immobiliers. Au dela du travail de terrain ethnographique et de l’analyse de l’extensif bibliographie academique dedié au thème, surtout celle produite a partir dès années 1960, on a recorrué aussi au ensemble des lois, décrets et textes dès programmes sociales et habitacionales conçues soit par l’État soit pour dès institutions laiques et religieuses. Ce travail cherche, enfin, restituer le point de vue dès actuels habitants de la Cruzada sur soi même (leurs histoires de vie, trajetoires et perspectives). Mais pas seulement, car il saisit la *Weltenschaung* dont ces habitants partagent à propos des environs et de leurs voisins, a partir de l’experience d’habiter dans l’emblematic cité associe de façon incontournable au nom de Dom Hélder Câmara, l’idealisateur et lê créateur de la ‘Cruzada’ et, à ce moment là, l’archevêque-auxilieur de Rio de Janeiro.

Lista de siglas

AABB – Associação Atlética Banco do Brasil

ACB – Ação Comunitária do Brasil

AMA – Associação de Moradores

AMORABASE – Associação de Moradores do Bairro São Sebastião do Leblon

APA – Área de Proteção Ambiental

ASP – Agência Social Provisória

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEHAB – Companhia Estadual de Habitação

COHAB – Companhia Estadual de Habitação (antes da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro)

CHISAM – Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio)

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades

COHAB - Companhia de Habitação

DP – Delegacia de Polícia

ELSP - Escola Livre de Sociologia e Política

FCP – Fundação da Casa Popular

FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

Geo-Rio - Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro

IAP – Instituto de Aposentadorias e Pensões

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEME – Instituto de Pesquisa e Estudos de Mercado

JOC – Juventude Operária Católica

SAGMACS - Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPE – Superintendência Executiva de Projetos Especiais

SURSAN – Superintendência de Urbanização e Saneamento

Sumário

PRIMEIRA PARTE

Apresentação	01
Capítulo 1 – A questão	11
Capítulo 2 – Em busca do Bairro	39
1. Caminhos e métodos	40
<i>O primeiro dia</i>	42
<i>O segundo dia</i>	51
<i>O terceiro dia</i>	58
<i>O quarto dia</i>	64
<i>O quinto dia</i>	74
<i>O sexto dia</i>	85
2. A reportagem, o estudo, a ajuda	90

SEGUNDA PARTE

Capítulo 3 – O ‘espírito do sacrifício’ e a anunciação da crise habitacional	94
1. <i>Excursus</i> metodológico em ‘guetos’, ‘sobrados’ e ‘mucambos’	106
2. Antagonismo <i>juris et de jure</i> : a proscricção da favela	114
3. O Pobre, a Pobreza e as encíclicas sociais	117
4. O Serviço Social nas favelas e a “Batalha do Rio”	122
5. “Insulto ao Criador”: a Cruzada São Sebastião	128
6. A vontade de saber	132
<i>SAGMACS e os Aspectos Humanos da Favela Carioca</i>	140
7. O sacrifício, enfim, não é de todos... ..	149
Capítulo 4 – Os moradores, a favela e o ‘bairro’	154
1. A República do Mengo	160
2. O passeio dantesco	163
3. “Quem não reza é bicho”: humanização e cristianização do “homem da favela”	165
4. Visitação	167
5. Integração	175
6. As famílias faveladas e as instituições	180
7. A mudança	186
<i>Ter um endereço</i>	192
8. O incêndio: crime ou castigo?	197

TERCEIRA PARTE

Capítulo 5 - Nascidos e Criados	204
1. E a Cruzada faz 50 anos	204
2. O rito e as implicações de um mito de origem.....	209

	<i>Proximidade física, distância social</i>	213
3.	“Ela também é raiz”	217
	<i>A creche</i>	219
	<i>As ‘fundadoras’</i>	227
	<i>Treinando a observação flutuante: o que é possível aprender em uma ida ao mercado</i>	231
4.	A cidade das mulheres	236
	<i>Famílias, blocos e apartamentos</i>	241
	<i>Converter-se em morador</i>	249
	<i>Habito e diligo: a casa e os investimentos cotidianos</i>	254
	<i>Lar e negócio</i>	262
	<i>As chaves da casa: os sonhos da etnógrafa</i>	265
5.	Sociabilidade feminina	268
Capítulo 6 – A cidade democrática: a política no cotidiano como experiência e experimento		278
1.	‘Comunidade’ e ‘bairro’: a reunião da FAM-Rio	278
2.	Associação de Moradores e Conselho de Síndicos: instâncias mediadoras de problemas públicos e privados	284
3.	A oficina do ‘bem comum’	295
	<i>As reuniões sobre a Convenção de Condomínio</i>	300
	<i>A reunião sobre a reforma da praça</i>	311
	<i>A reunião com os ‘barraqueiros’</i>	315
	<i>A reunião virtual</i>	320
4.	Retomando a lição	328
QUARTA PARTE		
Capítulo 7 – A reinvenção do cotidiano		333
1.	“Informar até o sétimo andar”: o jornal	333
	<i>Um ponto de vista considerável</i>	337
2.	“Como é bom se ver!”: a exposição	338
	<i>Exegetas de si</i>	346
	<i>O papel do muro</i>	348
3.	Os lugares do lazer, dos cultos e das festas	348
	<i>Ritual e organização social</i>	352
	<i>Festa ou bagunça?</i>	354
4.	Privação relativa	356
Capítulo 8 – O novo vizinho		359
1.	Só para convidados	359
2.	Da Responsabilidade Social: dádiva ou reparação?	369
	<i>Projeto Melhor Amigo</i>	374
3.	“Metáforas e hipérboles”	381
Epílogo – “Da janela vê-se a Cruzada, o Corcovado, o Redentor... que lindo!” ...		384
Referências bibliográficas		410

Apresentação

Quando decidimos pela realização desta pesquisa, tínhamos em mãos apenas um endereço. E, com ele, uma lista de questões que passaríamos a freqüentar antes mesmo de nossa primeira ida a campo. Isto porque as coordenadas, como dizem os franceses, ou seja, um endereço na cidade diz muito a respeito da experiência urbana que pode ter o seu morador. O nosso ponto de partida foi então este: o **endereço** e, com ele, o tipo de experiência que poderia se impor ao cidadão, em especial aquele habitante de uma cidade como o Rio de Janeiro.

O lugar escolhido para a realização deste trabalho era especial. Afinal, tratava-se do testemunho mais eloqüente dos resultados de uma ação política da Igreja Católica iniciada em 1955 e apoiada pelo governo federal. A Cruzada São Sebastião, fundada por Dom Hélder Câmara, na época arcebispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, teve como propósito urbanizar todas as favelas do então Distrito Federal em dez anos.

A proposta era não somente dispendiosa, mas ousada, pois fazia face a política preponderante de erradicação de favelas que durante quase todo o século XX forçou uma extraordinária diáspora de centenas de milhares de habitantes da cidade do Rio de Janeiro em direção às periferias distantes, mal-servidas em transportes e infra-estrutura.

Em meio a esta grandiosa operação que se estendeu ao longo dos anos por intermédio de leis, decretos e políticas públicas da qual participavam engenheiros, médicos, sanitaristas, políticos, assistentes sociais e, sobretudo, a polícia, a Cruzada São Sebastião beneficiaria os moradores das favelas mantendo-os próximos ao local de trabalho e lazer, ao invés de “varrer o pobre para longe da casa do patrão”, como era comum se dizer na época. A única favela inteiramente agraciada pela urbanização prevista pela Cruzada foi também a primeira a ser escolhida por Dom Hélder Câmara. A Praia do Pinto, situada no Leblon, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, e sua vizinha, a pequena Ilha das Dragas, seriam extintas após a mudança de seus moradores dos barracos para os apartamentos dos dez prédios do Bairro São Sebastião do Leblon, construído em terreno contíguo à favela.

Como Dom Hélder havia antevisto, o Leblon se transformou no bairro mais valorizado da cidade. Mas, apesar de todos os seus esforços, e do que esperava como resultado do seu empreendimento, contrariando todas as suas previsões, as coisas não se

passariam exatamente como as concebera. Erradicada da paisagem *chic* do entorno da Lagoa a favela, no entanto, não foi extinta do imaginário urbano, trazendo altos custos para os moradores do Bairro São Sebastião, hoje conhecido apenas como *Cruzada*.

Nos quase cinco anos em que venho realizando a pesquisa de campo junto a seus moradores, pude aprender como o passado da favela se faz presente em seus cotidianos. Os meios pelos quais os significados do endereço chegam a afetar suas vidas é, em linhas gerais, o objeto deste trabalho.

E para dar conta desse propósito dividi a tese em quatro partes, cada uma contendo dois capítulos. A primeira parte trata do início da pesquisa de campo quando, em 2003, por uma feliz coincidência, os moradores do Leblon encontravam-se empenhados numa controvérsia, mobilizados que estavam em torno de um acontecimento: a construção de um moderno *shopping center* a ser levantado no bairro, justamente sobre uma pedra contígua aos prédios da Cruzada São Sebastião. As associações de moradores do Leblon ora questionavam sobre os impactos ambientais e os transtornos no trânsito; ora sobre a segurança, o lazer e a possibilidade de emprego. Ninguém ficava indiferente ao assunto. Tivemos, com isso, uma oportunidade excepcional para conhecermos as diferentes representações dos habitantes sobre o bairro e conseqüentemente as fronteiras invisíveis que, no entanto, demarcavam as muitas diferenças de uso e de *status* existentes no Leblon. Em síntese, o momento expressava de forma candente o ‘bairro’ em suas múltiplas dimensões: como unidade administrativa de uma cidade e, portanto, circunscrito segundo os critérios do planejamento urbano; como vizinhança e espaço de uso de seus habitantes; e, por fim, como uma arena na qual muitos cidadãos, diante de uma intervenção como aquela, se sentiam impelidos a manifestarem-se contra ou a favor, utilizando, para tanto, inúmeras razões, argumentos, justificativas. Aqui talvez devêssemos nos lembrar do que dizia Chombart de Lauwe a propósito de uma cidade e a aglomeração metropolitana. Ele dizia que “um bairro urbano não é determinado apenas pelos fatores geográficos e econômicos, mas pela representação que fazem dele os seus moradores e a que têm dele os moradores de outros bairros”.

Assim, aproveitei os desdobramentos deste grande debate para expor, no **primeiro** capítulo, como a noção de ‘bairro’ foi tratada em alguns dos trabalhos que consideramos importantes da literatura antropológica, sociológica e urbanística. Além disso, selecionamos estes trabalhos segundo um outro critério: todos mantinham entre si uma relação que se dava no campo, mas também no tempo. Em *Sidewalk*, Duneier escrevia

sobre o Greenwich Village no período em que vigorou a política de tolerância zero do prefeito Rudolph Giuliani, trinta anos depois de Jane Jacobs ter publicado *Death and Life of Great American Cities* (1961), o seu grande manifesto contra o urbanismo modernista que punha em risco a vida da rua em favor da quadra como unidade mínima desta cidade preconizada pelo racionalismo da nova “ciência”. O segundo exemplo recai sobre o trabalho hoje incontornável para os estudos etnográficos urbanos: *Street Corner Society*, livro escrito por William Foote-Whyte, em 1943, a partir do North End, um bairro mal-afamado de Boston onde moravam imigrantes italianos, judeus, irlandeses e negros. Quase vinte anos depois, foi Herbert Gans quem retornou à mesma área daquela cidade para realizar sua pesquisa (*The Urban Villagers*, 1962), lá encontrando, já velhos, os personagens do livro de Foote-Whyte. A nossa pesquisa manteve este tipo de nexos com o livro *Quando a rua vira casa* (1981), escrito há quase trinta anos pelos professores Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel como resultado de um empreendimento coletivo realizado no bairro do Catumbi, na Selva de Pedra e na Cruzada São Sebastião pelo Centro de Pesquisas Urbanas (CPU) do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), em 1979. Depois de várias intervenções urbanísticas, desapropriações e demolições sucessivas, o bairro do Catumbi foi seccionado de sua vizinhança, nas encostas de Santa Teresa, para que fosse construído o viaduto da Linha Lilás. Os impactos dessas políticas hoje eufemisticamente chamadas de ‘renovação urbana’ no ordenamento espacial e moral da cidade configuram “A Questão”, título do capítulo que inaugura o presente trabalho.

Em seguida, partimos para o **segundo** capítulo da primeira parte: “*Em busca do Bairro*”. ‘Bairro’ com letra maiúscula, pois referido ao conjunto construído no Leblon pela Cruzada São Sebastião. Para escrever este capítulo utilizei como metáfora a Teogonia de maneira a apresentar ao leitor tudo o que nos foi dado conhecer nos seis primeiros dias da pesquisa. Com esta solução procurei mostrar com descrições e narrativas os métodos utilizados e os meios de que dispúnhamos para o trabalho de campo. Entrevistas, filmes, gravadores, observações, abordagens, conversas informais, lavragem de atas de reuniões, exposições de fotografias e até mesmo a confecção de um jornal. Tudo isto constituía, ao mesmo tempo, estratégias para a pesquisa na medida em que nos ajudavam a criar inúmeras situações e, com elas, deixar entrever a variedade de temas e problemas geridos na vida cotidiana dos cerca de três mil moradores da Cruzada São Sebastião do Leblon.

Com a narrativa dos primeiros seis dias procurei principalmente explicitar como os múltiplos e inevitáveis imprevistos do dia-a-dia podem ser transformados positivamente

quando temos consciência de estarmos fazendo um trabalho de campo. Só assim nos sentimos estimulados para o árduo e por vezes entediante trabalho de escrever religiosamente, e sempre que for possível, as notas no caderno de campo. Estas, sobretudo as dos primeiros dias, certamente serão de fundamental importância quando, meses ou anos depois, começarmos a escrever a etnografia. Isto, contudo, não é o suficiente. Uma boa dose de *imaginação sociológica* (Mills, 1982) é o que permite ao etnógrafo transformar perdas em ganhos.

Na segunda parte da tese voltamos no tempo, mais precisamente ao início do século XX, para refazermos a trajetória política que construiu a favela como um objeto jurídico (Gonçalves, 2007). O **terceiro** capítulo – “*O ‘espírito do sacrifício’ e a anúnciação da crise habitacional*” – é consagrado a mostrar como a habitação tornou-se um problema público do qual se ocuparam as mais diversas instituições laicas e religiosas. A conformação de um antagonismo cidade x favela emerge, neste capítulo, através das mais variadas tentativas de circunscrever a ‘favela’, esse lugar mutável, sempre visto como precário, provisório e homogêneo; ou, do modo como se perpetuou, desde o início do século, no imaginário urbano carioca, como uma ‘roça’, um ‘sertão’ em meio a cidade moderna, conforme escrevia João do Rio na crônica *Os livres acampamentos da miséria*, publicada em 03 de novembro de 1908 na Gazeta de Notícias.

Neste capítulo estão ainda algumas notas sobre a categorização do pobre e da pobreza segundo a Igreja Católica, especialmente no período compreendido pelo final do século XIX, quando o papa Leão XIII publica a encíclica *Rerum Novarum* (“Sobre a condição dos operários”, 1891), até meados do século XX, com a presença de jesuítas, franciscanos e dominicanos, como Pierre Lhande, nos anos 1920, e Abbé Pierre, Louis-Joseph Lebret e Joseph Wresinski, a partir dos anos 1940 nas periferias e favelas francesas, norte-africanas e latino-americanas. Além, é claro, de Dom Hélder Câmara, ícone de expressão mundial dessa linhagem eclesiástica progressista.

Termino este capítulo apresentando o encontro que se deu, no Brasil, entre o frei Lebret, o padre Hélder Câmara e sociólogos formados nos Estados Unidos (Universidade de Chicago, Universidade de Louisiana etc). Dessa interlocução resultou o primeiro e maior estudo até hoje realizado sobre as favelas do Rio: *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, publicado em 1960 pelo jornal O Estado de São Paulo. A originalidade dessa pesquisa coordenada pelo sociólogo José Arthur Rios, recém chegado dos Estados Unidos, e dirigida por Lebret, foi ter privilegiado estudos aprofundados de caso ao invés de

estatísticas que visassem um quadro representativo de toda a sociedade. Eles mostraram não haver uma unidade chamada favela. Assim, pela primeira vez, a favela foi colocada *no plural*. O *Aspectos Humanos da Favela Carioca* foi seguramente um dos mais importantes estudos urbanos do mundo, ficando atrás apenas daqueles realizados, até meados do século, pelos sociólogos de Chicago.

Até aqui, já teremos visto que a Cruzada de Dom Hélder ganha seu sentido pleno apenas quando inserida no contexto da política de remoção de favelas. Dom Hélder insurge contra isso que se chama “varrer os pobres” da cidade (1955). Na França, anos antes, é Pierre Lhande quem vai explicitar a mesma insidiosa campanha: “*chassée du centre*” aqueles que frequentemente são “*jetés à l’abandon*” pelo Estado (1927). O exemplo mais recente dessa recusa em aceitar a presença dos assentamentos sensivelmente percebidos na paisagem urbana foi expressada, por exemplo, pela série *Illegal, e daí?*, publicada em 2005 e 2006 no jornal O Globo.

No capítulo **quatro** – “*Os moradores, a favela e o bairro*” – vamos ver que a construção do Leblon se fez concomitantemente com a de suas favelas, sendo estas o núcleo de habitação daqueles que ofereciam a mão-de-obra para a construção e o funcionamento de residências e clubes. O Jóquei, a AABB, o Monte Líbano e o próprio Jardim Botânico são exemplos disso. Para melhor entendermos até mesmo a recente polêmica construção do *shopping center* no Leblon, vamos ver, nesse capítulo, como os moradores mais antigos do lugar passaram a ser considerados adventícios, alienígenas. Eles que, na realidade, construíram os prédios, as ruas e as avenidas que hoje configuram o bairro e que mantêm ainda em atividade, por exemplo, a bucólica pesca lacustre na Lagoa Rodrigo de Freitas. Daí a epígrafe extraída da peça “Perguntas de um operário que sabe ler”, de Bertold Brecht: “*Quem construiu Tebas com sete portas? Os livros dão os nomes dos reis. Os reis carregam pedras?*”¹.

O incêndio ocorrido em 1969 na favela da Praia do Pinto é o episódio com que fecho o capítulo. Simbolicamente muito importante, este evento ora figura como castigo, ora como crime por um marco da truculência com que se desenrolaram os processos da renovação urbana. Escolhi, pois, esse episódio, mas do ponto de vista da diáspora urbana que o fogo logrou promover, instaurando a certeza de que a partir de então não haveria mais volta, não haveria mais retorno, pois não haveria mais a favela.

¹ Cf. também as reportagens “Praia do Pinto acaba e deixa Ipanema que ajudou a construir”, *Jornal do Brasil*, 11 maio de 1969 e “Delegado acha que presença do conjunto Cruzada se choca com o padrão do Leblon”, *Jornal do Brasil*, 13 dezembro de 1973.

No **quinto** capítulo avançamos no tempo, e chegamos aos dias de hoje, mais precisamente ao dia em que moradores e Igreja comemoravam os cinquenta anos da Cruzada São Sebastião. Com este capítulo, chamado “*Nascidos e Criados*”, iniciamos a terceira parte da tese e entramos definitivamente no que está anunciado em seu subtítulo. Considero este o coração de todo o trabalho. É o presente. É o recorte temporal desses cinco anos de pesquisa, período onde ouvimos ecoar as vozes do passado e de onde divisamos o futuro, com seus horizontes, promessas e expectativas. A favela ainda existe e é diligentemente cultivada pelos moradores, pela Igreja e pela Escola Santos Anjos. Dom Hélder, padre Bruno Trombeta e muitos santos de devoção dão nome aos lugares e as instituições existentes no Conjunto. O sistema de referências é evocativo da história e trajetória que acompanhamos até aqui. Mas, em cinquenta anos, os prédios da Cruzada passaram a acolher muitos novos moradores para os quais Dom Hélder Câmara não chegou a ser um ‘pai’. Para estes não há favela, muito menos incêndio em suas biografias. Por isso, este capítulo desfaz a unidade com a qual a Cruzada é vista.

‘Morador’ é a categoria central deste capítulo. A história do Conjunto exerce a sua forte influência manifestando-se, para o observador, pelo uso de expressões como “ser nascido e criado” ou “ser raiz”. Ter ou não ter relações de parentesco, amizade ou compadrio com moradores da favela da Praia do Pinto determina o grau de pertencimento à história do Conjunto e, por conseguinte, as inúmeras conotações da categoria ‘morador’ que, por sua vez, legitimam direitos e deveres no cotidiano daquela vizinhança.

Nesse contexto moral, as mulheres atuam em primeiro plano como chefes de casa, administradoras dos condomínios, presidentes da Associação de Moradores, criadoras da creche e do posto médico que funcionam no primeiro e no nono bloco e até mesmo como ‘fundadoras’ da Cruzada. A preponderante presença feminina na gestão da vida privada e pública no Conjunto ganhou o foco de nossa atenção no desenrolar da pesquisa. Há, em todo e qualquer trabalho de campo, aqueles personagens que se ocupam, voluntariamente, do pesquisador. Pelas mãos destas figuras do urbano, para as quais Jane Jacobs reservou o significativo epíteto de ‘personalidades públicas vocacionais’, encarnei desde o papel de escrevente de atas, convocada para reuniões internas dos moradores ou destes com agentes do governo ou de empresas privadas, até o papel de aprendiz dos afazeres domésticos; dos problemas de gestão no âmbito da família e da vizinhança. Isto só foi possível quando passei a frequentar as cozinhas dos apartamentos, convidada para um café, um lanche, um almoço, até que, enfim, me visse inserida em uma nova rede de sociabilidades onde tomei

conhecimento desta nova dimensão da política do cotidiano. Sempre preservando escrupulosamente a minha identidade de pesquisadora universitária de modo a afastar suspeições acerca de uma militância ingênua e descabida para os fins pretendidos e, desde o início, anunciados.

Os papéis que um etnógrafo involuntariamente encarna ao longo de sua pesquisa dizem muito a respeito da qualidade das relações que foi capaz de criar e manter. Do mesmo modo, os papéis que se lhe atribuem dizem muito sobre o próprio campo. Em “*A cidade democrática: a política no cotidiano como experiência e experimento*”, título do **sexto** capítulo, procurei restituir à prática deliberativa e democrática todo o seu aspecto pragmático. Graças aos convites e convocatórias que nos foram feitos para lavrar atas e registrar com fotografias e gravações cada uma dessas arenas, as *situações* puderam ser observadas e a democracia, assim, foi aqui trabalhada como um *experimento*, tal como a entendia John Dewey, ao invés de ser preservada como um ideal que pessoas ou grupos logram praticar ou não.

São muitas, aliás, as reuniões convocadas pelos moradores da Cruzada com os demais condôminos ou agentes externos para tratarem de questões concernentes às mais diversas instâncias sociais, morais e políticas. Isto supõe um exercício político continuado e propício à aquisição de competências cívicas e cidadinas e à elaboração de repertórios de argumentos com os quais reivindicam interesses e manifestam sentimentos nas arenas públicas.

Em consonância com o capítulo anterior, onde nos demoramos na domesticidade dos ambientes privados dos apartamentos da Cruzada para dali olharmos mais detidamente para a categoria ‘morador’, nesse capítulo acompanhamos os moradores em suas vidas públicas e lançamos luz sobre a categoria ‘comunidade’, cujo pertencimento supõe, como única condição, ser residente no Conjunto. Com isto, finalizamos o capítulo colocando em perspectiva a emergência de novas sensibilidades jurídicas (Geertz, 2003) decorrentes de experiências suscitadas pelas políticas públicas e pelo jogo de interesses que constituem, do ponto de vista político e moral, a dinâmica do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro.

No período em que circulou o jornal *Visão Cruzada*, fruto de um projeto de extensão entre a UFF (PPGA-ICHF), o LeMetro/IFCS-UFRJ, a PUC e a Amorabase (Associação de Moradores do Bairro São Sebastião do Leblon), a reflexividade evidenciada por essa experiência cidadina pôde ser mais plenamente elaborada, discutida e

explicitada na agenda política de uma pauta jornalística concebida pelos próprios moradores e apresentada, com aparato, em uma concorrida exposição mural também por eles organizada. Uma exposição da qual poder-se-ia dizer, parafraseando a elegante fórmula de uma etnografia de Clifford Geertz, tão paradigmática quanto aquela história que contavam sobre eles mesmos, para eles mesmos, os nativos de uma outra aldeia, de uma outra *comunidade*, reunidos em torno de uma outra forma-de-vida não menos absorvente.

Ou seja, na **quarta e última parte** da tese veremos aspectos dessa experiência cotidiana da vida urbana, ora projetada pelos moradores nas páginas do jornal comunitário e na exposição de fotografias, ora pelas novas oportunidades de lazer, trabalho, mediação e interlocução surgidas com a inauguração do *shopping center*.

O título do capítulo **sete** – “*A reinvenção do cotidiano*” – lança luz sobre as ponderações, as relativizações e os questionamentos que os moradores tiveram a oportunidade de fazer, coletivamente, a partir de duas iniciativas em especial: o jornal comunitário mensal Visão Cruzada e a exposição fotográfica Janelas Cruzadas. A intensa reflexividade ocorrida durante este período em que os moradores elaboraram, conceberam e discutiram pautas jornalísticas, registraram o conjunto, selecionaram e cederam fotografias foi o material que escolhemos para esse capítulo. Com a chance de, enfim, escolherem, a cada mês, o *lead* através do qual veiculariam notícias da Cruzada São Sebastião, criaram um espelho através do qual se pôde ver a Cruzada, literalmente, com outros olhos.

A favela também apareceu nas páginas do jornal, mas devidamente situada como um episódio importante da história de um lugar. O Conjunto é que era a notícia, com seus dez prédios de apartamentos registrados como condomínio, sua rotina administrativa, seus personagens e, principalmente, suas atividades esportivas e festivas. Decerto, pela sua estrutura, não se tratava da favela com a qual os outros jornais, aqueles de grande circulação, tentam insistentemente associá-lo, mesmo já tendo se passado mais de cinquenta anos desde a sua inauguração.

Nunca é demais dizer, e por isso chamo mais uma vez a atenção do leitor: os edifícios e a vida cotidiana que ali tem lugar existem *há cinquenta anos*. Para saber se isso é muito ou pouco tempo, basta pensarmos que as pessoas que residem na Cruzada ouvem a mesma conversa a respeito do seu local de moradia e sobre elas mesmas desde então, cotidianamente – *há meio século!*

Logo, o espectro da favela está lá. E é invocado por todos, a depender da circunstância. No capítulo **oito** – “*O novo vizinho*” – vemos entrar em cena o *shopping*, o mais novo ator com o qual os personagens desta tese contracenam. Seu *papel*, entretanto, nos faz lembrar aquele interpretado pela Fundação Leão XIII desde os anos 1940, quando esta iniciou seus trabalhos nas favelas do Rio. Porém, a roupagem é nova. Ao invés de assistência social, fala-se, agora, em *responsabilidade social*. E se as vozes do passado evocavam *caridade*, as de hoje evocam *cidadania*.

As diferenças que podem ser encontradas entre esses dois tipos de relação de direito destinado a melhorar a qualidade de vida dos *démunis* não são, contudo, o suficiente para eliminar um velho conflito. Desde sempre tem sido preciso que alguém assuma o papel do pobre, ou do carente, para, com ele, atualizar uma relação que finalmente mantém o *ethos* dos moradores de um dado endereço na cidade.

* * *

Após termos acompanhado a trajetória desses habitantes da cidade do Rio de Janeiro e da construção, no tempo e no espaço, de um bairro, de um endereço e de seus significados e impactos na vida social na urbe, chegamos ao final do empreendimento com o sentimento forte de que, tal como uma casa, um trabalho dessa amplitude só poderia ter sido edificado com muitas contribuições. E seria preciso encontrar uma solução, na arquitetura do texto, para retribuir e render a homenagem devida às pessoas que me ajudaram a elaborar as questões aqui apresentadas. A solução pensada foi contar sobre os encontros que promovi entre pessoas que vinham *de fora* e os moradores da Cruzada. Eram, afinal, estrangeiros no Brasil, e o estranhamento que teriam pudesse, talvez, criar situações interessantes no campo. Decidi, então, finalizar este trabalho com um **epílogo** em que as diferentes visões sobre ‘favela’, ‘conjunto’ e ‘cidade’, enfim, emergem, deixando para nós o trabalho de continuar a decifrar o que de fato se dá por detrás do uso de certas categorias com as quais se tenta dar conta do cotidiano e da vida social, moral e política dos moradores de uma cidade.

Capítulo 1

A Questão

Em 2003, os moradores do Leblon, bairro situado na Zona Sul do Rio de Janeiro, estavam mobilizados e organizavam-se contra a construção de um *shopping center*. Nos supermercados, às mesas dos bares, na praia, nas bancas de jornais e nas praças o assunto controverso se fazia presente em diversos momentos, ora para abrir o jogo das conversas, ora como mote para o exercício das análises conjunturais.

Quase dez anos se passaram desde que a notícia surgira pela primeira vez. Durante esse tempo, a população local tinha conseguido embargar as obras de um outro grande empreendimento comercial na área correspondente ao Clube de Regatas do Flamengo, chegando até mesmo a anular um ambicioso projeto municipal de construção de um túnel pelo qual deveria fluir parte considerável do tráfego entre as zonas sul e oeste da cidade, desafogando as demais áreas da região dos transtornos cotidianos causados pelos engarrafamentos. A mobilização dos moradores pela preservação dos valores de ambiência urbana que atribuíam ao bairro alcançara, nos dois casos, o sucesso. Pois, sem o túnel, aquele recanto carioca deixaria de correr o risco de se ver transformado em ‘corredor’, em ‘passagem’ ruidosa para o que lhes parecia um insuportável fluxo suplementar de veículos. Sem o aludido centro comercial, o bairro não escaparia também de tornar-se o destino de levas de hóspedes não convidados sob a espécie dos visitantes atraídos para suas *boutiques*, movidos exclusivamente pelas imposições do consumo.

Entretanto, em 2003, depois das muitas idas e vindas do demorado processo de negociações, os empreendedores do moderno *shopping center* finalmente obtiveram a autorização concedida pela FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente) e pela Geo-Rio (Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro) para a realização das obras de sua construção, iniciadas pelo desmonte da Pedra do Baiano. E, novamente, os destinos do bairro estavam sobre a mesa, pois voltava às ruas e ao debate público o polêmico assunto.

Havia quem se queixasse dos impactos ambientais causados pela construção e dos transtornos no trânsito provocados pela chegada dos novos consumidores. Os proprietários do Condomínio Jardim de Alah, vizinho às obras, reclamavam a possível perda de vagas para estacionamento na pequena rua situada ao lado dos prédios. A demolição do Teatro Casa Grande representava para muitos a perda de um símbolo caro à identidade local. Além disso, o barulho causado pelas dinamites e percucientes bate-estacas e todos os

perturbadores ruídos do vai-e-vem diuturno do canteiro de obras era também motivo dos veementes protestos da Associação de Moradores da Rua Almirante Guilhelm, rua paralela ao local das obras. Havia ainda os que defendiam a idéia de se preservar a intimidade do lugar na forma do seu diversificado comércio de proximidade, constituído pela clientela da vizinhança e sustentado pelas rotinas e ritmos os mais triviais do bairro. Temerosos, os membros da Associação de Moradores do Jardim de Alah (AMA-JA) argumentavam contra o descaso com que eram tratados os moradores do entorno e pelas dificuldades que encontravam para obter informações mais precisas sobre as dimensões das obras e as reais estimativas do público que esperavam atrair após a inauguração.

Aos olhos de outros tantos habitantes do bairro, entretanto, o investimento traria mais benefícios do que desvantagens. Para o presidente da AMA-Leblon, por exemplo, o empreendimento daria maior segurança à região. Ofereceria, além disso, uma opção de lazer e conforto diversificado em suas previstas duzentas lojas, quatro salas de cinema, um teatro, uma sala de exposições e tantas outras alternativas para o comércio e o *footing* interessado. O empreendimento permitiria ainda desdobramentos da política cultural da Secretaria Estadual de Cultura, ao concentrar opções e equipamentos para um lazer criativo, incorporando o antigo palco do Teatro Casa Grande aos amplos domínios do imenso *shopping center*. A boa expectativa era também compartilhada pela Associação Comercial do Leblon, cuja opinião em muito ia de encontro àquela que pressagiava o declínio do lazer e do comércio de proximidade no bairro.

Entre as associações de moradores que se manifestavam favoravelmente, uma, em especial, não somente negligenciava o lazer, o consumo e a segurança como principais objetos de seus interesses. Suas expectativas, ao contrário, acercavam-se do trabalho e das oportunidades e garantias que poderiam advir do empreendimento. O shopping, para a Associação de Moradores do Bairro São Sebastião do Leblon (AMORABASE), sinalizava oportunidades de emprego, além de benefícios exclusivos que pensavam poderiam ser negociados com a administração e os proprietários do moderno centro comercial como parte das dívidas e obrigações derivadas de uma política empresarial de ‘responsabilidade social’.

O trabalho de campo teve início justamente no momento em que os habitantes do Leblon, portanto, discutiam a construção do mega-empreendimento comercial. O shopping, como tema das conversas, tornara-se, pois, incontornável; e logo nos primeiros dias fomos convocados para tomar parte ativa nas distintas arenas nas quais se

desdobravam as concorridas e inflamadas assembléias. E, neste caso, *tomar parte ativa* significava ocupar lugares muito precisos, cooptados que fomos para irmos registrando as atas das reuniões entre os moradores e os administradores do shopping. A construtora Santa Izabel, responsável pelas obras, dispunha de uma equipe de técnicos e engenheiros para conduzir as reuniões e encaminhar as demandas dos moradores do entorno. Era um momento, portanto, bastante oportuno para que pudéssemos apreender e compreender o mais plenamente possível os conflitos em curso e, sobretudo, aqueles originados em torno da tópica da própria noção de ‘bairro’ e da identidade que seus diferentes habitantes reivindicavam e lhe conferiam, evidenciando o lugar ocupado por cada morador naquele complexo sistema de relações local.

Como moradores da cidade, sabíamos tratar-se o Leblon de um dos mais valorizados bairros da capital. Por isto mesmo, era objeto de um acelerado crescimento e especulação imobiliária e, por sua diversificada morfologia social, despertava grande interesse sociológico. No bairro, numa área de aproximadamente 100 mil metros quadrados, haviam sido construídos, a partir dos anos 1950, nada mais nada menos do que três grandes conjuntos residenciais que resultaram de três emblemáticas políticas habitacionais direcionadas para públicos distintos.

O primeiro conjunto a ser erguido obteve recursos provenientes de um dos seis antigos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Além dos benefícios previdenciários e de assistência médica, essas instituições, autarquias criadas nos anos 1930, tratariam também da questão habitacional dos grupos profissionais². Ao contrário das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), que eram sociedades civis organizadas por empresas, os IAPs estatizariam a previdência e seriam estruturados, então, pelas próprias categorias profissionais³. Esses novos órgãos da previdência social se favoreceriam de uma legislação igualmente nova – a Constituição de 1934 – que permitia diversificar e expandir os benefícios oferecidos pelos institutos previdenciários, o que dependia apenas da força política de cada categoria profissional⁴.

² Sobre essa questão, v. AUGUSTO, Cláudio de Farias. *Federalismo Republicano e Políticas Sociais: O caso da habitação social no Brasil pós-64*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996. 377p. V. também BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil – Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998. 344p.

³ AUGUSTO, idem: 149.

⁴ Ibidem.

O Conjunto dos Jornalistas, como ficou conhecido o primeiro conjunto de prédios erguido no Leblon, resultou de um acordo feito entre o sindicato dos jornalistas e o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC), em 1951. Oswaldo Miranda, um de seus primeiros moradores, integrou a comitiva do sindicato encarregada de apresentar ao presidente Getúlio Vargas o projeto de financiamento da casa própria para a categoria.

[Getúlio] Achou a idéia [de financiamento por intermédio de um dos IAPs] bem razoável e conversou com o presidente do IAPC, nessa época, o [Henrique] La Rocque, que dá nome ao nosso edifício. O La Rocque era presidente do IAPC, e na época cada categoria tinha o seu instituto próprio. Depois vieram os generais, aí fundiram tudo no INSS (...). Então ele perguntou quais eram as disponibilidades de terreno. Tinha terreno em Cascadura, em Jacarepaguá... O terreno do Leblon estava um pouco embaraçado, porque o Ministério da Aeronáutica também tinha a idéia de fazer alguma coisa aqui para o pessoal da aeronáutica. E... Getúlio disse: 'Mas esse terreno, você pode desembaraçar'. Então ficou assim, o Getúlio aprovou a idéia e determinou ao La Rocque, presidente do IAPC, que começasse o trabalho de estudos para essa idéia. Foi feito então um projeto inicial: esses blocos aqui não eram assim [voltados pro mar]. Eles eram voltados para o [morro] Dois Irmãos. Até que veio o projeto definitivo, que é esse que aqui está. Ali embaixo [sob os pilotis] ia ter um ginásio, que não foi feito... E então começou o trabalho de construção. O Leblon não era 'Leblon' ainda. O Leblon tem a minha idade: o Leblon tem 87 anos! Nós nascemos juntos. Mas o Leblon não tinha nada! O Leblon era um bairro 'parado' ainda... porque não tinha água! Eu carreguei muita água aqui no Leblon, não tinha nada. Aqui, onde estão esses prédios, era circo, era parque de diversões... eram circos grandes, três picadeiros⁵.

Localizado à beira do canal do Jardim de Alah, que separa o bairro do Leblon de Ipanema e liga a Lagoa Rodrigo de Freitas ao oceano, o Conjunto dos Jornalistas, hoje Condomínio Jardim de Alah, é composto por três edifícios de 15 andares. Dois deles comportam quatro apartamentos por andar, cada um com três quartos, sala, dois banheiros e cozinha, enquanto o terceiro abrange, em cada pavimento, seis apartamentos de dois quartos, sala, dois banheiros e cozinha. O Jornalistas possui, ao todo, 420 unidades.

O segundo conjunto resultou de uma associação fundada em 1955 por Dom Helder Câmara, então arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, durante o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. Batizada de Cruzada São Sebastião, a iniciativa tinha como propósito precípua urbanizar todas as favelas da capital num prazo de doze anos. Com a urbanização das favelas Dom Helder tinha em vista preservar as rotinas cotidianas dos favelados mantendo-os perto do seu local de trabalho, princípio que a política de remoção

⁵ Entrevista concedida à autora, no dia 17 de janeiro de 2007.

de favelas desrespeitava ao construir conjuntos habitacionais nas distantes e mal-servidas periferias da cidade.

Os primeiros a serem contemplados pelas obras da Cruzada São Sebastião residiam nos casebres de duas favelas contíguas situadas às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas – a Praia do Pinto e a Ilha das Dragas –, de onde saíam, a partir de 1957, para morar no recém construído Bairro São Sebastião do Leblon. O terreno sobre o qual foram erguidos os prédios pertencia à União, e foram cedidos pelo então presidente Café Filho após acordo definido com Dom Helder Câmara.

Composto por dez prédios, com sete andares cada e sem elevadores, o Bairro abrigaria 916 famílias em apartamentos conjugados com cozinha e banheiro, de 18m², ou com sala, cozinha, banheiro e um ou dois quartos numa área de, respectivamente, 24 e 36 metros quadrados.

O terceiro conjunto foi construído já no início dos anos 1970 no terreno anteriormente ocupado pelos casebres da favela da Praia do Pinto, logo após esta ter sido definitivamente extinta, em 1969, por um incêndio sobre o qual pesam diferentes versões. O Projeto Praia do Pinto, nome com que foi registrado por uma autarquia da Secretaria de Planejamento do Estado da Guanabara⁶, contemplaria 40 prédios de 13 a 17 andares, com 2.251 apartamentos, dispostos em quatro pequenas ruas terminadas, em *cul-de-sac*, numa praça central. Cada unidade teria entre 90 e 100 metros quadrados, divididos em sala, cozinha, banheiros e três ou quatro quartos. A estimativa era que a densidade demográfica do local seria significativamente aumentada para 1.182 habs./ha., índice justificado, segundo os autores do projeto, por sua inserção em um grande “vazio demográfico” cujo aproveitamento seria destinado à construção de clubes, praças, supermercados e outros equipamentos que reduziriam a densidade relativa a 343habs./ha⁷. A Selva de Pedra, como ficou conhecido esse imenso conjunto de prédios, viria a ser, enfim, um dos maiores exemplos desta política pública de ‘renovação urbana’, coetânea da política de erradicação de favelas e beneficiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão criado pelo governo federal, na década de 1960, para financiar também as obras previstas no âmbito da política de remoções⁸.

⁶ Superintendência Executiva de Projetos Especiais (SEPE). V. *Boletim Informativo*. Número Especial, julho de 1973.

⁷ Cf. Boletim Informativo da Superintendência Executiva de Projetos Especiais (SEPE), da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, do Governo do Estado da Guanabara, julho de 1973 e MELLO, 2001.

⁸ V. VALLADARES, Lícia, 1980 e 2005.

Em cada um desses conjuntos encontramos moradores sempre dispostos a contar e recontar histórias que ressaltam a importância do lugar onde vivem. No Jornalistas, velhos profissionais gostam de lembrar que aqueles prédios, os primeiros a serem feitos em toda a orla de Ipanema e Leblon, resultaram do prestígio que a imprensa gozava junto a Getúlio Vargas. Na Cruzada, como é hoje chamado o Bairro São Sebastião do Leblon, a memória dos moradores guarda nítida a imagem da favela, das visitas de Dom Helder Câmara e do incêndio de 1969. Na Selva de Pedra, aqueles com os quais conversamos eram membros de famílias de militares e vieram transferidos de outros estados da federação. Suas lembranças são repletas de episódios da mudança, da mobilização ansiosa de pais e irmãos e da adaptação das rotinas no bairro em que muitos sequer sabiam corretamente onde se localizava.

Memória pessoal e memória social ou, como denomina Halbwachs⁹, memória autobiográfica e memória histórica se apóiam mutuamente e, no caso desses relatos, contam a história de um bairro pela ótica dos dramas vividos por seus moradores para nele permanecerem ou se estabelecerem.

Segundo dados do censo demográfico do IBGE, em 2000 a população do Leblon era de 46.670 habitantes distribuídos em 18.004 unidades residenciais, das quais 50% eram ocupadas por até duas pessoas e quase 60% de seus responsáveis ganhava mais de 15 salários mínimos¹⁰. Além disso, cerca de 75% dos responsáveis possuíam curso superior e apenas 967 pessoas não eram alfabetizadas, sendo que 468 tinham entre cinco e nove anos¹¹. O apartamento, como já podemos supor, é a unidade residencial que predomina no bairro e em toda a Zona Sul da cidade. No Leblon são 17.447 unidades deste tipo, e, do total de domicílios, 12.320 são propriedade de seus residentes. A maior parte dos responsáveis por cada unidade domiciliar tem entre 40 e 69 anos, e o número daqueles com mais de 70 anos é superior aos que estão entre os 20 e 39 anos.

Nesse universo os 2.957 moradores do Bairro São Sebastião¹² são percebidos como uma população de baixa renda e de baixa escolaridade, constituída majoritariamente por jovens e negros, exercendo serviços de baixa qualificação e apresentando índices de até 60% de desemprego¹³. Diferentemente do entorno, o número de netos e bisnetos residindo

⁹ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006: 73.

¹⁰ Valor do salário mínimo em 2004 : R\$260,00.

¹¹ Dados obtidos pelo Sistema Morei, do Instituto Pereira Passos.

¹² Dados do Sistema Morei.

¹³ Esses dados são apresentados por RIBEIRO, que, em seu artigo, refere-se ainda a categoria “desocupação” sem oferecer, no entanto, maiores esclarecimentos sobre essa utilização. Já a amostragem feita pela CEHAB-

junto com o responsável pelo domicílio é significativo. A preponderante presença de filhos e o baixo índice de cônjuges habitando com o responsável segue, contudo, as taxas registradas nas demais unidades do Leblon¹⁴.

“Estamos na Zona Sul” é constatação freqüente quando comparam o Bairro e a sua localização com as favelas da cidade. Para muitos destes moradores do Leblon, o objeto de comparação do seu local de moradia continua sendo a favela. E isto resulta de fatores que em nada equivalem à questão da regulamentação fundiária ou outro critério legal através do qual se tenta definir ‘favela’¹⁵. O Bairro, afinal de contas, é um ‘conjunto habitacional’, e o termo ocupa lugar bem definido tanto no histórico das políticas de habitação quanto nas biografias da maioria de seus moradores.

O significado da sentença “estamos na Zona Sul” não se esgota, porém, no plano comparativo. Indica ainda os custos de se viver sobre o metro quadrado mais caro da cidade e o reconhecimento de um estilo de vida predominante ao qual se deve aderir.

Neste ponto reside o propósito desta etnografia. Como estes atores identificam o conflito que decorre de um coabitar e o administram tanto nas interações cotidianas quanto nas mobilizações coletivas? Que gostos, preferências e rotinas podem conturbar o convívio entre vizinhos, habitantes de um mesmo prédio, de um conjunto residencial ou de um bairro? Que situações e valores definem, para os diversos habitantes de uma localidade, o sentimento de vizinhança? Como se expressam os conflitos decorrentes da coabitação e em que medida eles contribuem para delinear sentimentos de pertencimento ao lugar? Como, afinal, se define e se confirma a distância social, apesar da proximidade física, no curso das interações cotidianas?

Uma guarita e uma cancela enunciam concretamente o controle de um espaço e anunciam aqueles que nele têm o direito de ir e vir. Os anúncios dos mais recentes empreendimentos imobiliários apregoam um morar com ‘estilo’ e ‘exclusividade’. Há

RJ em 155 apartamentos (16% do total) indica que 39,56% dos moradores têm situação empregatícia com vínculos; 26,45% são aposentados e 11,61% intitulam-se donas-de-casa. As demais situações encontram-se dispersas. V. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CRUZ, Gisele dos Reis & MABERLA, Juliana Eleuze Carreira. *Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar à partir de um enclave urbano – A Cruzada São Sebastião no Rio de Janeiro*. Artigo disponível em http://www.observatoriodasmetrolopolos.ufri.br/download/texto_lcqr_cruzada.pdf, e MASCARENHAS, Ilza. *Escola Pública e Moradia: o cotidiano dos moradores da Cruzada São Sebastião do Leblon – um conjunto habitacional localizado em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado defendida no PPGACP/ICHF-UFF. Niterói, 2005. 115p.

¹⁴ Dados obtidos pelo Sistema Morei, do Instituto Pereira Passos. A amostragem dos prédios da Cruzada refere-se aos setores 110144, 110145, 110147 e 110148 do bairro do Leblon.

¹⁵ V. GONÇALVES, Rafael Soares. *A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de Obras de 1937*. In: Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana, ano 4, vol.4, n.5, fevereiro de 2007.

condomínios que oferecem todos os serviços previstos em uma vida de bairro: comércio, escolas e áreas de lazer. Sobretudo o lazer, hoje mais do que nunca associado à qualidade e ao ‘estilo’ do morar, deve vir acompanhado da segurança que se supõe na ‘exclusividade’. Seleção, em vez de diversidade. O mais atual dos valores propagandeados como ideal de um bem morar associa-se à idéia de evolução. “Evolução urbana, humana e residencial”, como promete o anúncio do mais novo condomínio construído na Barra da Tijuca¹⁶, Zona Oeste da cidade.

O processo dito evolutivo pode ser observado em seu aspecto urbano e residencial através de um simples passeio. A pé ou de carro, aquele que se desloca pelas ruas e calçadas da cidade não terá dificuldade para encontrar interdições ao seu direito de ir, vir e estacionar. A bucólica rua sem saída é agora uma rua privada. Ao redor da praçinha há vagas, mas a cancela obrigará o motorista a parar e o segurança privado então poderá perguntar a que apartamento ele se destina. Sob o argumento da insegurança, a municipalidade acata e legaliza a instalação de cancelas, guaritas, portões, câmeras, correntes e outros apetrechos, instituindo verdadeiras aduanas urbanas capazes de constranger ou interditar uma despreziosa *flanerie*. O “desenvolvimento da Selva de Pedra”, por exemplo, representou o incremento desses mecanismos de controle privadamente regulados¹⁷. Apoiadas pela prefeitura, ficções legais, como a ‘adoção’ de praças, tornaram legítima a captura privada desses espaços públicos sob o postulado da orfandade ou abandono de certas áreas. Nesses feudos urbanos¹⁸, limites físicos e consensuais são englobados pela moralidade de um senhor-síndico ou de um porteiro bem instruído, aos olhos dos quais o transeunte que passa arrisca ser transformado em intruso.

Em 1961 Jane Jacobs já alertava: “Um bom abrigo é um bem útil em si enquanto abrigo. Quando, ao contrário, tentamos justificar um bom abrigo com o pretense argumento de que ele fará milagres sociais e familiares, estamos enganando a nós mesmos”¹⁹. A ‘doutrina da salvação pelos tijolos’²⁰ investe na criação de um nexos direto e elementar entre boa moradia e bom comportamento. Eis a terceira promessa explícita na supracitada campanha publicitária: ‘evolução humana’ promovida por uma triagem

¹⁶ Condomínio Cidade-Jardim.

¹⁷ MELLO, Marco Antônio da Silva. *Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo*. In: ESTERCI, Neide, FRY, Peter & GOLDENBERG, Mirian (orgs.). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, Capes. 2001: 223.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000: 124.

²⁰ Termo cunhado por Reinhold Niebuhr. *Ibid.*

econômica e pelo direito exclusivo de usufruir de parques arborizados e ‘complexos de lazer’, além de um diversificado comércio e outros serviços que compõem os novos condomínios auto-suficientes.

A supressão da rua em favor da quadra como unidade mínima do urbanismo de extração racionalista foi duramente criticada por Jacobs, em seu magistral livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Sua crítica vigorosa enumera os problemas criados pelo planejamento urbano quando este concebe a cidade a partir da *funcionalidade* dos espaços e de seus respectivos usos²¹. O primeiro princípio que ela ressalta e defende contra os pressupostos da função aplicados a escala de uma cidade é a *diversidade*. E, como seu principal ingrediente, destaca a figura do *estranho*, ou seja, daquele ou daquilo que não está previsto, não é esperado e não cabe, portanto, no raciocínio funcionalista. Com isto, Jacobs transforma a diversidade e o estranho em peças indispensáveis à própria idéia de cidade.

Existe, por exemplo, o problema dos estranhos. Para pensar nos bairros como órgãos urbanos autogeridos ou dotados de governo próprio, precisamos primeiro refutar algumas idéias ortodoxas mas descabidas acerca dos bairros que talvez se apliquem a comunidades de povoados pequenos, mas não a cidades. Em primeiro lugar, devemos refutar qualquer modelo que encare os bairros como unidades auto-suficientes ou introvertidas.²²

Os custos dessa tentativa são desastrosos. Conceber bairros como unidades autônomas é enfraquecer economicamente a cidade da qual fazem parte. A falta de autonomia tanto econômica quanto social dos bairros é medida esperada “simplesmente porque eles são integrantes das cidades”²³.

O conceito de bairro como unidade de referência para o planejamento e a gestão das cidades nas grandes metrópoles passou a ser questionado por urbanistas contemporâneos de Jane Jacobs, especialmente por Reginald Isaacs²⁴. Este chamava a atenção para a

²¹ A teoria da Cidade Funcional foi desenvolvida e apresentada em 1933, durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas. Entretanto, somente dez anos depois as *Constatações* foram publicadas sob o título de Carta de Atenas, manifesto no qual se baseia o urbanismo racionalista condenado por Jacobs. V. LE CORBUSIER. *Planejamento Urbano*. São Paulo: Perspectiva, 2004: 42.

²² JACOBS, op.cit: 127.

²³ Id: 128.

²⁴ Note-se que ambos, Jane Jacobs e Reginald Isaacs, possuem nomes judaicos. E o judeu, lembra SIMMEL, é a figura do estrangeiro por excelência: “... sua posição no grupo é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originaram nem poderiam se originar no próprio grupo. (...) ser estrangeiro é naturalmente uma relação muito positiva: é uma

mobilidade dos moradores da cidade, e, assim, colocava em perspectiva os deslocamentos que fazem quando saem ao encontro de dentistas e de amigos, de lojas e entretenimento ou em busca de uma escola para os filhos. O provincianismo, segundo seus argumentos, não sobrevive a mobilidade e variedade de opções oferecidas pela cidade.

De ano a ano, durante todo o século XX, mas sobretudo ao final dos anos 1920, os temas urbanísticos e as soluções propostas pelos arquitetos para resolver questões concernentes ao terreno construído e voltadas para o desenvolvimento social e espiritual de seus habitantes²⁵, entraram definitivamente na agenda do planejamento urbano mundial. Na Escandinávia, o movimento de arquitetura moderna fez surgir diversas obras sociais e cooperativas habitacionais em Estocolmo, enquanto em Helsinque os trabalhos de Alvar Aalto erigiram fábricas e sanatórios, bibliotecas e outros prédios públicos; na Antuérpia, em 1933, mais da metade dos projetos de urbanização da margem esquerda do Escaut enviados para o concurso internacional inspiravam-se na *Ville Radieuse*²⁶. Na mesma época, diversas cidades da Tchecoslováquia, da União Soviética, Suíça, Itália e Inglaterra sofrem importantes intervenções urbanísticas e arquiteturas como resultado das novas propostas surgidas nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM)²⁷. Nas Américas, numerosas construções modernas surgem também no México; no Rio de Janeiro um grupo do CIAM constrói o Ministério da Educação Nacional e da Saúde Pública, além de desenhar os projetos da Cidade Universitária da Ilha do Fundão e de muitos outros prédios públicos. O mesmo ocorre na Argentina, no Uruguai e nos Estados Unidos, onde são levantados os arranha-céus da Filadélfia. O *Museum of Modern Art* de Nova York exhibe coleções de maquetes, entre as quais se destaca a da urbanização de Nemours, na Argélia. A cátedra de arquitetura de Harvard é confiada a membros dos CIAMs e na Argélia as autoridades se esforçam para adotar o plano de urbanização de Argel e de seus arredores segundo a doutrina da arquitetura moderna, demanda encaminhada também pela

forma específica de interação”. Eis o aspecto que considera relevante na figura do estrangeiro. V. SIMMEL, Georg. *O Estrangeiro*. In MORAES FILHO, Evaristo. *Georg Simmel – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983: 182. pp.182-188.

²⁵ Estas duas constituíam os objetivos buscados por Corbusier através da arquitetura e do design.

²⁶ Tese de Le Corbusier, extraída do seu estudo, de 1922, intitulado *Une Ville Contemporaine de 3 millions d’Habitants*. A *Ville Radieuse* propunha um urbanismo para uso da ‘sociedade máquina’ que levasse em conta, por isso, unidades distintas de habitação, trabalho, lazer, circulação e paisagem. O ponto fundamental da *Ville Radieuse* era, contudo, “libertar as cidades da opressão, da tirania da rua” e transformá-las, pouco a pouco, em um imenso parque. Cf. LE CORBUSIER, op. cit.: 41 e 90-93.

²⁷ Os CIAMs começaram a explicitar os pressupostos da social-democracia europeia no período entre guerras, mais precisamente a partir de 1928, quando realizou-se o primeiro Congresso, na Suíça. Os arquitetos envolvidos no movimento moderno preocupavam-se com a produção de habitações sociais que pudessem viabilizar financeiramente o atendimento a trabalhadores de baixa renda sem prescindir da qualidade arquitetônica. Cf. BONDUKI, op.cit.: 134.

Turquia, Hungria, Polônia, Iugoslávia e Grécia, além da China e do Japão²⁸. Em todos os continentes, a teoria da Cidade Funcional e a arquitetura moderna são acolhidas com êxito.

Mas nada disso impediu que o tema da segurança viesse ganhando lugar de destaque até se estabelecer na agenda de todas as grandes cidades do mundo. Se por um lado a questão parece ser entendida como resultado das transformações proporcionadas pelo desenvolvimento dos transportes e, com eles, dos grandes fluxos migratórios durante todo o século XX, por outro nos impele novamente à reflexão sobre o estatuto do estrangeiro e a quais argumentos os governos vêm cedendo para restringir o acesso às cidades.

Trinta anos depois da publicação de *Morte e Vida de Grandes Cidades*, o sociólogo americano Mitchell Duneier dedicou-se a observar a vida do mesmo bairro onde Jane Jacobs havia feito suas observações diuturnas. Como moradora de Greenwich Village, ela via de sua janela as transformações impostas por esse planejamento urbano que, em sua opinião, produzia “verdadeiros monumentos à monotonia e à padronização”, além de “passeios públicos que vão do nada a lugar nenhum e nos quais não há gente passeando”²⁹. Olhava indignada o que chamou de etiquetagem de preços na população urbana, que passaria, então, a viver segregada e com suspeição recíproca. Os planejadores seriam os causadores das intimidações e expropriações de milhares de pessoas e a ruína de seus pequenos negócios. “Isso, dizia Jacobs, não é reurbanizar cidades, é saqueá-las”³⁰.

Quando Duneier chega, em 1992, ao bairro de Greenwich Village, as teorias urbanas liberais dos anos 1960 estavam sendo radicalmente suplantadas pelas estratégias conservadoras do prefeito Rudolph Giuliani. Sob a égide da ‘qualidade de vida’, as diversificadas atividades que se tinha nas calçadas, seus usos equívocos e os inúmeros “olhos das ruas” preconizados no ensaio de Jane Jacobs eram agora modos e olhos suspeitos e deviam ser combatidos através da repressão implantada com a política conhecida como tolerância zero. Durante sua gestão, iniciada em 1994 e terminada no segundo mandato no ano de 2002, o prefeito de Nova York tomou como alvo grupos sociais bem definidos, supondo serem eles os causadores dos crimes ou das situações de risco. Entre estes estavam os vendedores de livros e revistas das calçadas do Greenwich Village, aos quais Duneier veio se juntar ao longo dos quatro anos em que realizou sua pesquisa de campo.

²⁸ LE CORBUSIER, op. cit.: 42-43.

²⁹ Id: 02.

³⁰ Ibid.

Em *Sidewalk*³¹ a idéia de personalidade pública vocacional, definida por Jane Jacobs, é privilegiada pelo autor e conhecida por Hakim Hasan, o livreiro que introduz Duneier no universo da calçada. Hakim apresenta-se como a personalidade pública do local, e a partir de então o leitor acompanha as relações que desenvolve com os clientes através das vendas, meio através do qual expõe ao público as leituras que faz da literatura histórica e sociológica que vende e conhece, especialmente a que trata da questão racial nos EUA. Hakim é negro e optou pelo trabalho informal, segundo conta, após ter sido demitido de uma empresa sem receber explicações. Da calçada, acompanhamos o que Hakim promove enquanto encarna o papel de personalidade pública. E encontramos Jérôme, jovem de 22 anos que frequenta o ponto de Hakim e que informa Duneier sobre o que são os ‘*black books*’:

Bem, eles ensinam você sobre você mesmo e como os brancos te vêem. Eles ensinam você coisas que os brancos não te ensinam. Eu praticamente não sabia nada sobre mim mesmo porque nas escolas eles não ensinam essas coisas. Você vê o que eu estou dizendo? Hakim não vende apenas *black books*. Ele também vende *white fictions* ou coisas do tipo. Ele faz o que for possível para pagar as contas.³²

As críticas que Duneier recebeu com a publicação do livro destinaram-se a discutir o problema da falsa consciência e de uma celebração dos valores fundamentais – honestidade, decência, frugalidade – que, segundo a crítica, são atribuídos de forma moralista ao pobre urbano dos Estados Unidos³³. Uma indulgência impetrada pela moral seria, de acordo com a crítica, opção ideológica de Duneier para valorizar a situação em que se encontram os vendedores de livros, revistas e objetos usados, mendigos e demais personagens das ruas de Greenwich Village, quando, ao contrário, ele deveria olhá-los da perspectiva da exclusão criada pela sociedade americana.

Os aspectos ecológicos da vida nas calçadas não passam inteiramente despercebidos diante da crítica, mas seguem sem merecer qualquer destaque. E são eles, afinal, que estabelecem o nexos entre o trabalho de Duneier e de Jane Jacobs. “Acredito que o papel de figura pública não precisa ser preenchido exclusivamente por pessoas

³¹ DUNEIER, Mitchell. *Sidewalk*. New York: Farrar, Straus & Giroux. 2001 (2nd printing)

³² idem: 31.

³³ “To do this, Duneier *sanitizes* the actions and neighborhood impact of sidewalk bookselling by systematically downplaying or suppressing information that would taint the saintly image of the vendors he wishes to Project”. WACQUANT, Loïc. *Scrutinizing the Street: Poverty, Morality, and the Pitfalls of Urban Ethnography*. In: Review Symposium, Volume 107, Number 6. Pp.1468-1532. May, 2002: 1469.

convencionalmente respeitáveis. Não apenas os vendedores e pedintes, a maioria deles sem-teto, seguem códigos e normas, mas sua presença na rua amplia a ordem social”³⁴.

Hakim é a figura pública que encontra expressão local na categoria ‘*old head*’, termo cunhado para se referir mais do que a um conselheiro, a um mentor. Hakim instrui os jovens que compram os seus livros discutindo a bibliografia relacionada ao tema dos negros e emprestando a eles alguns dos trabalhos expostos à venda. O papel do ‘*old head*’ é o de “ensinar, apoiar, encorajar e, de fato, socializar jovens homens a atender as suas responsabilidades com respeito à ética, vida familiar, lei e decência”³⁵.

“Quando Hakim tenta conscientizar Jerome que ‘você tem 22 anos, mas ainda pode fazer isso’, ele está fornecendo apoio e estímulo num nível de pessoal raramente encontrado em instituições e na família de Jerome. Ao mesmo tempo, ao desafiar certas normas sociais e trabalhar fora da economia formal, Hakim influencia jovens como Jerome menos significativamente do que afetaria de outra forma: se ele tivesse um emprego como professor, poderia afetar a vida de muitos mais jovens. Mas Hakim acredita que não pode trabalhar dentro dessas instituições. De qualquer modo, ele contribui para a coesão social dando apoio a jovens como Jerome.”³⁶

Relações criadas e mantidas a partir do encontro com um personagem – o informante privilegiado – são responsáveis por dar sentido às etnografias. Laplantine, aliás, considera ser a auto-inclusão social e também subjetiva – condição mínima para o reconhecimento de um *encontro* – parte fundamental do objetivo científico que procuramos construir através das etnografias. “A análise, não somente das reações dos outros à nossa presença, mas de suas próprias reações às reações dos outros, é um instrumento por excelência, que traz à nossa disciplina vantagens científicas consideráveis, desde que saibamos tirar partido delas”³⁷. Quando consideradas e escritas, ou melhor, *descritas*, as perturbações impostas pela presença do etnógrafo no campo deixam de ser um obstáculo epistemológico para se transformarem em uma fonte inesgotável de conhecimento. E isto desde quando aprendemos que o observador integra o próprio campo de observação.

³⁴ DUNEIER, op. cit.: 43. Tradução livre de Pedro Paulo Thiago de Mello. Agradeço também a ele pela contribuição de ter trazido o debate gerado pela publicação desse livro.

³⁵ ANDERSON, Elijah, apud. DUNEIER, op.cit: 37.

³⁶ idem: 36.

³⁷ LAPLANTINE, François. *A Descrição Etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem. 2004: 27. 137p.

Anos após ter publicado *Street Corner Society*, Foote Whyte se perguntava como ele poderia ter dito algo significativo sobre Cornerville, distrito que contava com mais de vinte mil habitantes, se ele havia estado o tempo todo com indivíduos precisos e com os membros de seus grupos³⁸. Percebeu então que a importância deles se revelaria quando os visse através de suas posições na estrutura social. “Se é que sabia alguma coisa sobre Cornerville, essa coisa seria sobre os Norton e o Clube da Comunidade”.

Praticar o bairro como o praticavam os membros do grupo de uma esquina foi o que lhe permitiu levantar questões substanciais sobre o conceito de ‘desorganização social’, termo que, a partir de então, passou a combater terminantemente³⁹.

Foote Whyte, como se sabe, é o pai e a mãe da propalada idéia de observação-participante. Foi para o North End, bairro de Boston também conhecido como Little Italy, em 1919 para ver de perto o que seria um bairro popular. Tinha apenas um vago pressentimento de que o seu objeto de estudo seria ‘um bairro popular’. O que lhe impunha muitos problemas, a começar pela definição pouco criteriosa do termo ‘popular’, e igualmente do termo ‘bairro’.

Somente depois de muito pensar – “Ao descrever meu estudo em Cornerville, freqüentemente digo que passei 18 meses no campo antes de saber para onde se encaminhava minha pesquisa”⁴⁰ –, Bill Whyte descobriu que poderia estudar diretamente a estrutura social observando as atividades das pessoas, dando especial atenção ao modo como agiam. “Grande parte do resto da literatura sociológica então disponível tendia a olhar a comunidade em termos de problemas sociais, o que fazia com que ela simplesmente não existisse como um sistema social organizado”⁴¹.

Partindo de Durkheim e Pareto, autores que lhe foram de grande utilidade mas, como acentua, de uma maneira um tanto genérica, Foote Whyte chega à Malinowski e a Argonautas do Pacífico Ocidental. Com ele, descobre que a antropologia social estava mais

³⁸ FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de Esquina – a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2005: 320. 390p.

³⁹ Foote Whyte e Louis Wirth protagonizaram um tenso debate durante o exame de *Street Corner Society*. Wirth, um dos argüidores, queria que Whyte definisse “área pobre e degradada” para, em seguida, assinalar a ausência do conceito de “desorganização social” em seu trabalho. Mas Foote-Whyte estava convicto de que “uma área pobre e degradada era simplesmente uma área urbana onde existia alta concentração de pessoas de baixa renda vivendo em habitações dilapidadas e em péssimas condições sanitárias e de saúde”. Porquanto eram essas as razões que o haviam levado à North End, e não a aplicação do conceito de desorganização social, freqüentemente percebido como algo que se determinasse por tais condições. Idem: 348.

⁴⁰ Idem: 318.

⁴¹ Idem: 289.

próxima do que gostaria de realizar, “embora os pesquisadores estudassem tribos primitivas – e eu estivesse no meio de um distrito de uma grande cidade”⁴².

Contudo, a realização de *Street Corner Society* dependeu de mais elementos além desta importante compreensão que se deu no plano intelectual. Ao longo de todo o livro Whyte narra o que aprendia e descreve como se dava cada aprendizado na companhia dos Norton. O apêndice *Sobre a evolução de Street Corner Society*, escrito para a segunda edição do livro, publicada em 1955, tornou-se o mais bem acabado relato desse lento processo ao qual se aventura o pesquisador de campo. Whyte considerou importante mostrar ao leitor as inúmeras incertezas que acompanham quem decide estudar uma sociedade na dimensão do seu cotidiano, de maneira que pudesse contribuir para a compreensão de que na pesquisa de campo o objeto se define a partir da interação que se estabelece *no campo*.

Whyte não foi o único a querer lançar luz sobre esse problema epistemológico da pesquisa empírica. Evans-Pritchard considerou, também em um apêndice, que não tinha interesse por bruxaria quando foi para o país zande, “mas os Azande tinham”⁴³.

Todos aqueles que leram o *Treinando a observação participante*, título com o qual foi publicado, na língua portuguesa, uma parte do apêndice a *Street Corner Society*, certamente se recordam como, a cada nova situação vivida na companhia de Doc e de seu grupo, ele expõe o que pôde “tirar como lição”. A primeira delas, se bem me lembro, foi: “não tire o chapéu em casa, pelo menos quando estiver entre homens”⁴⁴.

Antes de haver qualquer suspeita, é necessário dizer que uma observação como esta informa muito mais do que pretendem os manuais de boas maneiras – os quais, sempre é bom lembrar, eram lidos por Goffman como verdadeiros tratados da representação teatral, ou, para dizer em seus termos, da “apresentação do eu na vida cotidiana”. Whyte, entretanto, abordava com isso a questão crucial com a qual todo e qualquer etnógrafo deve se confrontar: a aceitação de sua presença no campo.

“Ao chegar ao campo, todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com a sua própria apresentação diante do grupo que pretende aprender a conhecer”⁴⁵, diz Berreman.

⁴² Ibidem

⁴³ EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005: 244-245. 255p.

⁴⁴ FOOTE WHYTE, William. *Treinando a observação participante*. In GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975: 77.

⁴⁵ BERREMAN, Gerald D. *Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia*. In GUIMARÃES, idem: 123.

Uma ansiedade pode surgir nesse momento. Eis aí o instante decisivo, o rito de passagem pelo qual o antropólogo deve se submeter para, então, vencer esse estado de liminaridade no qual se encontra *ainda sem lugar* no sistema social do grupo⁴⁶.

A *persona* liminar encontra-se em um estado de “invisibilidade” estrutural, diz Turner⁴⁷, característico dos ritos de passagem, “que acompanham qualquer mudança de lugar, estado, posição social ou idade”⁴⁸.

O rito de passagem representado pelo trabalho de campo, como todo rito, é transformador. Ao longo dos quatro anos em que realizei a pesquisa, encontrei um lugar bem definido no sistema de referências dos moradores da Cruzada. Pude desempenhar alguns papéis ao longo desse tempo, mas todos portavam ainda um certo teor de ambigüidade, aos olhos dos que comigo interagiam. Finalmente, “caí nas graças”⁴⁹ de uma senhora por todos respeitada e a partir daí, passei a ser pessoa considerável para um tipo de conversa muito particular e trivial, que se dá nos efêmeros encontros de rua. Essas ocasiões tornaram-se cotidianas, indicativo do meu novo *status*. Agora já era plausível quererem saber de mim se eu ia ou vinha “da casa de dona fulana”, mandarem através de mim um “abraço para ela”, perguntarem se eu já havia almoçado, tomado café ou feito qualquer outra refeição em sua casa, antes de me convidarem para fazê-lo em outra companhia. Fui, assim, identificada com um grupo doméstico e passei a compartilhar dos momentos triviais e extraordinários daquela família.

Whyte deu novamente provas de sua já então evidente sensibilidade etnográfica quando escreveu ter descoberto que sua aceitação no distrito dependia muito mais das relações pessoais que desenvolvera do que das explicações que pudesse dar sobre a sua pesquisa – o porquê de estar ali⁵⁰.

O trabalho etnográfico é uma educação, embora raras vezes se façam referência a este seu aspecto. Uma educação, diria, para a *atenção*. “A descrição etnográfica não se limita a uma percepção exclusivamente visual. Ela mobiliza a totalidade da inteligência, da sensibilidade e até da sensualidade do pesquisador”, diz Laplantine. “Através da vista, do ouvido, do olfato, do tato e do paladar, o pesquisador percorre as diversas sensações encontradas”. Geertz repara também o quanto o corpo diz nos gestos e, portanto, o quanto nele se imprime durante o trabalho de campo. “Assistir a brigas de galos e delas participar

⁴⁶ Idem: 128.

⁴⁷ TURNER, Victor. *Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005: 140. 488p.

⁴⁸ VAN GENNEP apud TURNER, idem: 138.

⁴⁹ Com esta expressão a ex-presidente da Associação de Moradores me elucidou sobre o meu novo *status*.

⁵⁰ FOOTE WHYTE, op.cit.: 301.

é, para o balinês, uma espécie de educação sentimental”, pois o desenrolar da luta se acompanha não apenas com os olhos, mas com todo o corpo. “Eles mexem todos os membros, a cabeça e o tronco, copiando na gesticulação as manobras dos galos, o que significa que *grande parte da experiência da luta do indivíduo é mais cinestética do que visual*”⁵¹. No corpo expressam-se técnicas e sentimentos, e é com o corpo, evidentemente, que o pesquisador vai à campo.

Eis o estado de imersão que caracteriza a idéia de um *trabalho de campo*. A necessidade de submeter-se ao tempo do outro se impõe. Só então é possível começar a interpretar o gesto do outro. Tornou-se anedótica a espera de quatro anos à qual Jean Rouch foi obrigado para que pudesse acompanhar a caça ao leão feita com arco e flecha, no Níger, pois o preparo ritualizado do veneno colocado na lança deveria respeitar uma série de procedimentos, cada qual com a sua própria duração. E, quando lá estive para uma primeira tentativa, um dos caçadores havia desrespeitado o preceituário, sujeitando todo o grupo àquele aguardo.

Há também a dimensão material: no ‘campo’ como na vida o próprio corpo, sujeito às vicissitudes do trabalho empírico, torna-se instrumento da pesquisa. “Construímos o que olhamos à medida que o que olhamos nos constitui, nos afeta e acaba por nos transformar”⁵².

Tornamo-nos ‘hóspedes’ durante esse período, e também ‘alunos’ dos habitantes locais, como observou Evans-Pritchard. Dependendo do contexto político, por exemplo, poderá nos ser atribuído um papel de espião ou coisa que o valha. De todo modo, um papel é à nós destinado, e é por nós também definido. Ele é, em si, um dado precioso que deverá ser interpretado como um revelador do campo que se escolheu estudar – e da forma como atuamos nele e, portanto, nos relacionamos com as questões que suscita.

Porquanto Foote Whyte tenha aprendido a só tirar o chapéu na presença de mulheres, pôde assim demonstrar o seu esforço em querer se integrar ao grupo. O exercício, em si, o fez sentir-se mais próximo daqueles habitantes do North End do que de seus colegas de Harvard, situada a poucos metros dali.

Esses mesmos colegas, por sua vez, ignoravam o que se passava na esquina onde Whyte passou a freqüentar. Para eles, Little Italy era nada mais do que um mal-afamado

⁵¹ GEERTZ, Clifford. *Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa*. In *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989: nota de rodapé, p. 319. 323p. Considero, do mesmo modo, o gestual dos torcedores no Maracanã, quando lançam os braços em direção ao campo a cada falta de um jogador do seu time, ou levando as mãos à cabeça quando a bola passa rente ao travessão.

⁵² Laplantine, op. cit: 21.

distrito de Boston, a pior zona de cortiços da cidade e situada, ainda, junto à indústria pesada instalada em sua orla. Como se não bastasse, nas ruas de North End todo o tipo de atividades de serviços e comércio se misturava às residências. O distrito freqüentado por Whyte era, portanto, uma tarefa recorrente dos estudantes de arquitetura e urbanismo de Harvard e do Massachusetts Institut of Technology, o MIT, os quais invariavelmente se prestavam “ao estudo da conversão do bairro em superquadras e passeios arborizados”, como lembra Jacobs, de maneira a extinguir os usos discrepantes em favor da ordem e da classificação monotética do espaço. E isto, a autora destaca, sempre “sob a orientação de seus professores”⁵³.

O que seria então responsável pela má fama de um lugar como North End, por exemplo? Foote Whyte está em um bairro de imigrantes italianos. Mais de uma geração se encontra no local, e os laços de lealdade aos *paesani* começam a figurar como elemento de um passado. A geração mais jovem já havia construído suas próprias relações locais com certa autonomia em relação aos mais velhos. Pouco a pouco tomamos conhecimento de uma sociedade bem particular, na qual o etnógrafo é acolhido: a “sociedade de esquina”, composta pelos filhos dos imigrantes italianos, pessoas, portanto, da segunda geração de Little Italy e liderada pela figura paradigmática de Doc. Trata-se de uma gangue, que passamos a acompanhar em seus hábitos diários até o momento de sua desintegração, alguns anos depois.

Há um outro grupo de rapazes com os quais alguns dos freqüentadores da esquina antagonizam. Estes integram o Clube da Comunidade Italiana, composto por rapazes formados na universidade e por isso percebidos por aqueles como esnobes e presunçosos. O clube tinha como objetivos a ascensão social dos sócios e a melhoria de Cornerville⁵⁴. Seu líder, Chick Morelli, nasceu perto de Nápoles, e chegara na América ainda criança. Ao contrário de Doc, seu contemporâneo, nascido no próprio bairro e filho da primeira leva de migrantes ali chegados.

O argumento de Whyte pede que levemos em conta uma sociedade como a americana, em que a possibilidade de ascensão social é tida como traço da sua bem estabelecida democracia, para saber quem eram as pessoas que ascendiam e como elas faziam para alcançarem as posições almeçadas. Esta se tornou uma das finalidades da etnografia de Foote Whyte. “Isso nos dá uma perspectiva da sociedade cornevilliana e, ao

⁵³ V. JACOBS, op. cit.: 07

⁵⁴ FOOTE WHYTE, op.cit.: 79.

mesmo tempo, mostra o que o mundo fora de Cornerville tem a oferecer às pessoas locais”⁵⁵.

Jacobs complementa, de outra perspectiva, com dados fornecidos por um banqueiro a respeito da política habitacional que vigorou no quarto de século após a Grande Depressão. Desde então, e durante todo o período, o empréstimo hipotecário mais alto concedido a um morador de North End, distrito, como vimos, com mais de vinte mil habitantes, foi de US\$ 3.000,00. “A obra de revitalização foi quase toda financiada com a renda de negócios e aluguéis do próprio distrito, que foi reinvestida, e com o trabalho de mutirão dos moradores e seus parentes”⁵⁶.

Ou seja, os empréstimos não viriam para que os moradores de North End pudessem restaurar seus prédios. Edifícios novos só seriam construídos ao custo de serem expulsos os antigos habitantes para que a “renovação” então se fizesse. Os novos imóveis, espécie de precursores sombrios aos olhos da população local, já ocupavam o distrito vizinho de West End.

Foi lá que Herbert Gans inicia sua pesquisa, quase vinte anos depois da publicação de *Street Corner Society*, inspirado pelo trabalho de William Foote Whyte. Os propósitos mais gerais de Gans coadunavam-se aos de seu antecessor: estudar uma área pobre (*slum*) e o modo de vida da comunidade local. Realizada entre outubro de 1957 e maio de 1958, a sua pesquisa também se desenvolveu junto aos moradores de origem italiana e, ao treinar, também ele, a sua observação-participante, Gans parece chegar à conclusões bastante semelhantes às de Whyte, como, por exemplo, a de que “o padrão de comportamento e de valores da subcultura da classe trabalhadora deveria ser entendido e levado em conta pelos planejadores e agentes”⁵⁷.

Na década de 1950, entretanto, a deflagração de um drama social era iminente e indicava ao pesquisador uma pista que na época de Whyte se podia considerar apenas hipotética. Em 1957, muitos dos moradores de West End haviam partido por causa do anúncio de que, naquele ano, o bairro passaria por uma renovação. Grande parte de seus habitantes seriam removidos e submetidos à uma reestruturação forçada de seus cotidianos em outras áreas da cidade de Boston. Gans classificou a população ameaçada da seguinte maneira: 1) segunda e primeira geração de famílias italianas; 2) primeira geração de

⁵⁵ FOOTE WHYTE, 2005, op.cit: 22.

⁵⁶ JACOBS, idem: 10.

⁵⁷ GANS, Herbert J. *The Urban Villagers – Groupe and Classe in the life of Italian-Americans*. New York/London: The Free Press, 1962: X. 367p. Tradução livre de José Colaço Dias Neto, professor da Instituto de Humanidades da UCAM.

famílias judias; 3) primeira e segunda geração de famílias polonesas; 4) uma minoria de irlandeses; 4) outros grupos étnicos: albaneses, ucranianos e gregos; 5) famílias com doentes (*pathological households*); 6) os exilados pela guerra; 7) profissionais de classe média e estudantes; 8) funcionários de um hospital e 9) artistas e boêmios⁵⁸. Entre grupos étnicos e profissionais, o autor destaca que um dos grandes orgulhos dos habitantes de West End era exatamente poder mencionar o fato de haver mais de trinta nacionalidades em um só distrito.

(...) Por mais de sete anos, agências federais e estaduais prepararam os planos, e conseguiram as aprovações necessárias para colocar abaixo as velhas estruturas e para construir uma nova *neighborhood* – não para os *West Enders*, mas para inquilinos de alta renda (...). Uma das razões originais de fazer este estudo era descobrir como os *West Enders*, como indivíduos e como comunidade, estavam reagindo a eventual – e depois eminente – destruição de sua *neighborhood*⁵⁹.

West End estava situado às margens do Charles Rivers, próximo a um grande *shopping center* da cidade de Boston e ao Hospital Geral de Massachusetts. O plano para o *redevelopment* do distrito previa 2.400 novas unidades de apartamentos comerciais com elevadores, distribuídos nos arranha-céus projetados exclusivamente para a transformação da *neighborhood*. O aluguel cobrado por cada unidade seria de US\$ 45,00, valor que o colocava entre os empreendimentos de luxo da cidade de Boston, ela mesma considerada uma das mais “aristocráticas” capitais americanas. A aprovação do projeto foi feita a toque de caixa: em julho de 1957, três meses após a remissão do plano, o City Council viabilizou a execução das obras e em janeiro de 1958 a municipalidade e o governo federal assinaram o contrato estabelecendo a compra da terra e a remoção dos moradores de West End⁶⁰. Em junho daquele ano, as escolas foram fechadas. O prazo de três ou quatro anos esperado pelos moradores para a finalização de todo o processo de remoção completou-se em pouco mais de dezoito meses. “Pelo verão de 1960, somente restavam escombros onde dois anos antes viviam mais de 7000 pessoas”⁶¹.

O plano destinado a West End integrava um programa federal de *redevelopment*, cujo objetivo era o fornecimento de subsídios para os municípios transformarem as áreas

⁵⁸ Idem: 8, 9 e 10.

⁵⁹ Idem: 281.

⁶⁰ Idem: 284.

⁶¹ Idem: 285.

de baixo lucro, ou áreas residenciais consideradas *slums*, em bairros comerciais com alta rentabilidade para os cofres públicos.

Na opinião de Gans, os moradores não entendiam inteiramente os trâmites de todo aquele processo. As informações não circulavam de maneira desejável e as agências envolvidas no programa interpretavam positivamente o que para os moradores vinha se configurando como um drama. O comitê *Save the West End* chegou a listar as reivindicações dos moradores, porém a velocidade com que os prédios iam ficando vazios fomentou, por si só, o abandono pelos demais residentes.

Embora as orientações federais solicitassem que inquilinos realocados fossem ajudados a encontrar apartamentos, a maioria das pessoas se mudou sem pedir a ajuda das agências. Em novembro de 1958, a agência oficial do *redevelopment* estimava que das primeiras 1200 famílias, provavelmente não mais do que 150 ou 200 tivessem sido realocadas pelo programa. As pessoas que tinham pensado por muitos anos sobre comprar uma casa, o fizeram, e as demais voltaram para as casas de parentes e amigos em outros distritos até encontrarem um outro lugar para morar. Como resultado, muitos dos italianos foram para outras *neighborhoods* italianas em *Somerville*, *Everett*, *East Cambridge*, e *Medford*, que estavam localizadas fora dos limites da cidade de Boston. Eles se mudaram para áreas similares a West End sobre as quais freqüentemente ouviam serem justamente igual a West End⁶².

Gans fez questão de mostrar que muitos de seus colegas estavam favoráveis ao *redevelopment*, salvo aqueles que, como ele, realizavam seus trabalhos no campo. Sua insatisfação diante do processo que considerava injusto o levou a encaminhar um memorando com propostas de políticas que pudessem ser ainda instituídas visando minimizar a destruição total do bairro e a dispersão indesejável de seus moradores. O ofício *The Human Implications of Current Redevelopment and Reallocation Planning*, enviado para o comissariado do Redevelopment Authority, foi indeferido pelo órgão, mas publicado, em 1959, no *Journal of the American institute of Planners*⁶³.

“O plano de análise considera três questões: se West End de fato era ou não um *slum*; os benefícios e os custos do *redevelopment* para os indivíduos e para as instituições afetadas por ele; e a qualidade do *redevelopment* e do plano de realocação. Algumas recomendações para renovação urbana em geral são aqui anexadas”⁶⁴.

⁶² Idem: 304.

⁶³ Idem: 307.

⁶⁴ Idem: 308.

Do mesmo modo como seus predecessores Gans observa a indiferença do planejamento face a estruturação da vida cotidiana dos afetados pelas políticas de remoção e de renovação urbana. Os habitantes de West End “queriam se mudar para *neighborhoods* em que pudessem encontrar parentes, amigos e vizinhos de seu próprio grupo étnico”, mas os administradores negligenciavam esse critério na escolha dos novos locais de moradia ou, ao contrário, visavam com isto enfraquecer a formação de guetos étnicos e fortalecer a adoção de padrões de comportamentos cujos valores, na opinião de Gans, seriam os cultivados pelas classes médias americanas⁶⁵.

No Brasil, o bairro do Catumbi, no Rio de Janeiro, foi o lócus propulsor de semelhante discussão. Em linhas gerais, o caso brasileiro apresentava os mesmos elementos do drama que se deflagrou, em outros países, pela política de renovação urbana. Aqui como lá, tratava-se de saber *de quem* era o espaço, *o quê* se poderia fazer com ele e *quando* seria mais conveniente fazê-lo. Também aqui, como lá, o público afetado se constituía de imigrantes: portugueses e açorianos, espanhóis, italianos e ciganos *calon*, pessoas comuns que praticavam um bairro central da capital carioca a partir dos usos que faziam da rua, especialmente para fins de lazer.

Quando a rua vira casa, se não foi a primeira etnografia de um bairro escrita e publicada no Brasil, ao menos foi aquela que mais notoriedade alcançou entre arquitetos, sociólogos e urbanistas. Os antropólogos Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel, seus autores, integraram a equipe de pesquisa do Centro de Pesquisas Urbanas (CPU), coordenado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos. A equipe multidisciplinar⁶⁶ coordenada por Arno Vogel constituía-se para a realização de um projeto do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), com os recursos provenientes da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). O relatório *Espaço Social e Lazer, Estudo Antropológico e Arquitetônico do Bairro do Catumbi* ficou pronto no final de 1979⁶⁷; e, em 1980, a Prefeitura do Rio de Janeiro baixou decreto transformando o bairro do Catumbi em Área

⁶⁵ Idem: 323.

⁶⁶ Antropólogos: Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello; arquitetos: Orlando Mollica (desenhista-cartunista) e Paulo Pavel (fotógrafo); cineastas: Sérgio Peo e, mais tarde, Tetê Moraes; pedagoga: Magali Alonso de Lima; socióloga: Zilda Clarice Martins Nunes.

⁶⁷ Posteriormente transformado no livro *Quando a rua vira casa* cuja primeira edição, publicada em 1981, esgotou rapidamente. A terceira edição, usada neste trabalho, foi publicada em outubro, quatro anos mais tarde. MELLO, Marco Antonio da Silva, VOGEL, Arno, SANTOS, Carlos Nelson F. dos *et alii*. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto, 1985. 156p.

de Preservação Ambiental (APA). Naquele ano, apenas 1/3 da área original pôde ser salva pela APA e figurar, nesta condição, no Plano Urbanístico Básico da Cidade.

O argumento utilizado para justificar as investidas contra o sistema construído do Catumbi apontava a “espontaneidade” de seus usos, ou seja, o arranjo feito a partir das interações cotidianas, como significantes de uma forma obsoleta de se praticar a cidade. Tudo o que existia dentro dele – “ruas, casas, equipamentos urbanísticos, pessoas e suas atividades” – deveria desaparecer para que se instaurasse um *espaço* planejado e inequívoco, destinado a usos estabelecidos previamente, ordenado por regras não mais estabelecidas por um consenso tácito, mas decretadas pelas suposições de tudo aquilo que, de antemão, não deveria sequer existir. Para tanto, suprimiram-se ruas e casas e, em seu lugar, acrescentaram-se blocos de edifícios ordenados em quadras onde os moradores poderiam então viver com ordem, sem a ambigüidade da rua atravessando o seu cotidiano.

Os planejadores dificilmente concebem a diferença entre o praticar – condição de um *lugar* – e o projetar – condição de um *espaço*. Um, se formaliza em um conjunto povoado; outro, em um conjunto vazio.

O próprio título escolhido por Mello e Vogel chamava a atenção para a extrema importância da rua, alvo do planejamento racionalista, na vida diária dos habitantes de um bairro como o Catumbi. A rua, originária do vocábulo latino *ruga*, como lugar de muitos lugares. Lugar dos ‘pontos’, como o ponto do jogo do bicho, por exemplo, “um dos dínamos da vida do bairro”⁶⁸, atraindo gente de todas as ruas circunvizinhas, fomentando um movimento contínuo em relação à esquina freqüentada por aqueles chegados em uma fezinha⁶⁹. As inúmeras formas com que os habitantes se apropriavam da rua, transformando-a, em determinados momentos do seu dia-a-dia, em extensão da própria casa, foram captadas pela sensibilidade dos autores e tornadas objeto de uma rigorosa análise etnográfica e incisiva crítica ao urbanismo que prima pela destruição de um modo de vida cidadão.

Tributários das apreciações feitas por Jane Jacobs, Mello e Vogel escolheram como caso de controle para suas análises no Catumbi a Selva de Pedra, bairro inteiramente projetado e, na época, ainda recém-construído no Leblon sobre o terreno anteriormente habitado pelos moradores da favela da Praia do Pinto. Junto a população adventícia do

⁶⁸ Idem: 34.

⁶⁹ Pequena aposta.

então chamado Projeto Praia do Pinto⁷⁰ poderiam observar se de fato haveria uma diferença radical “nos processos de apropriação do espaço de uso comum em áreas urbanas cujo desenvolvimento tivesse sido ‘espontâneo’ e naquelas que eram inteiramente planejadas”⁷¹.

O primeiro aspecto relevante do bairro projetado contrastava efetivamente com o dito ‘espontâneo’: ele fora concebido como núcleo exclusivamente residencial. Era preciso, portanto, criar as normas capazes de manter as projeções de uso.

Os blocos de edifícios funcionam, em primeiro lugar, como espaço-abrigo (Costa, 1976). Como habitação, no sentido estrito. Atendem às necessidades básicas do morar – recuperação e abrigo físico e psíquico (sono, alimento, higiene etc). Neste sentido correspondem à casa como lugar das relações de substância do grupo doméstico na sua forma mais restrita e nucleada. A diversidade de funções primárias está inteiramente excluída deste espaço. Teoricamente, ele é residencial. Todas as outras atividades, ou são negadas por princípio ou sofrem sérias restrições. No entanto, conseguimos registrar a existência de boutiques, que vendem roupas, ou de pessoas que vendem jóias, cosméticos e artigos importados. Alguns ‘dão marmita’, outros aulas de piano. Nada disto deveria acontecer, pois o projeto só prevê o uso residencial⁷².

A diversidade no espaço projetado é tímida e inflaciona o papel de morador. “Todos se reconhecem nessa qualidade, como pertencentes ao mesmo grupo”⁷³, além de apresentarem também uma grande homogeneidade sócio-econômica. Mesmo grupo e mesma *classe*, como afirmam. O valor ressaltado é a *escolha*; não há acaso. Todos puderam escolher estar em ‘ambiente selecionado’.

O não-morador não encontra o espaço capaz de acolhê-lo sem fazê-lo sentir-se constrangido – papel que a rua, com a sua ambigüidade, desempenha. “As opções de ‘estar’, na Selva de Pedra, não são muitas. Ou as pessoas estão em casa (nos seus apartamentos), ou estão em alguma das áreas comuns (praça central, praças laterais, área do pilotis), em geral, cuidando das crianças”⁷⁴. Afora os jogos e conversas das crianças e dos jovens, poucos motivos justificam a presença de outras pessoas, sobretudo adultos, na

⁷⁰ O fenômeno encontrou termo específico, nos últimos anos, sendo hoje conhecido como *gentrificação*, palavra originada do termo inglês *gentry*, que significa ‘pequena nobreza’. *Gentrificar* significa precisamente substituir a população mais pobre pela de mais alta renda em áreas da cidade afetadas pela ‘renovação urbana’.

⁷¹ *Idem*: 111.

⁷² *Idem*: 115.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *Ibid*.

área do projeto. A não ser dentro de casa. Nos espaços comuns freqüentam os de *status* inferior, geralmente empregados dos condomínios ou domésticos, a cuidarem dos filhos dos patrões. De resto, são todos potencialmente ‘estranhos’.

Corredores, elevadores, *halls* e escadas, espaços exteriores dos apartamentos, cumprem apenas a função circulatória, “não se destinam a servir de suportes para encontros sociáveis”⁷⁵. Ao contrário, proíbe-se, no próprio regulamento, permanecer nesses locais. “Freqüenta-los é, no mínimo, algo bizarro”, pois são apropriados para serviços, e, mesmo no caso destes, a permanência se torna mal vista⁷⁶.

A falta de instâncias de mediação e incorporação dos estranhos em lugares como a Selva de Pedra é sensível. Estar presente na praça, em determinados horários, é sentir-se na pele de um intruso diante de olhos vigilantes, preservados pelos vidros das portarias. Com o passar dos anos, guaritas e cancelas foram instaladas nas ruas que terminam em *cul de sac*⁷⁷. Embora haja uma placa informando tratar-se de um “logradouro público”, o vigia, por vezes, pergunta para que apartamento pretende ir o motorista que procura ali uma vaga para estacionar⁷⁸.

Em *Quando a rua vira casa* encontramos o registro de determinados padrões de consumo, individualização e privacidade presentes, já no final dos anos 1970, entre os moradores da Selva de Pedra e que compunham, desde então, esse gênero de vida identificado com a Zona Sul.

Por outro lado, em um bairro não planejado pelo urbanista, como o Catumbi, o princípio da diversidade, surgido da vida nas ruas e do diálogo estabelecido com as janelas e portas das casas residenciais e comerciais, permite não excluir as múltiplas conjunções de espaço e atividades.

Cada possibilidade de combinação é um conjunto. Cada conjunto é um contexto. A interseção de dois contextos, no entanto, constitui um terceiro. Deriva dessa propriedade das classificações politéticas, que categorias e espaços sejam relativos. Variam de acordo com o contexto: o que é trabalho em um, pode ser lazer em outro. O que é público, em determinadas

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Cf. também o artigo *Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo no Rio de Janeiro*, de MELLO, Marco Antonio da Silva, apresentado vinte anos depois da primeira edição de *Quando a rua vira casa*. In ESTERCI, Neide, FRY, Peter & GOLDENBERG, Mirian (orgs). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. pp. 205-228.

⁷⁸ “Aqui é tolerância zero, Bangu 1!”, zingrou o segurança, certa vez, em 2007, ao ver-nos fotografar a placa.

circunstâncias, pode ser privado em outras. O que é casa de uma perspectiva, pode ser rua de outra⁷⁹.

A mistura, em um bairro como o Catumbi, não é considerada um acidente. Ao contrário, é o próprio estilo da vida urbana nessa área da cidade⁸⁰, oposto simétrico dessa espécie de “taylorismo urbano que segrega, particulariza e disciplina os espaços”⁸¹, cujo exemplo sobrestante serviu como caso de controle para a pesquisa.

Quando a rua vira casa inaugurou, no Brasil, os estudos de caráter etnográfico consagrados aos problemas do planejamento urbano a partir da perspectiva de um *bairro*. Em escala internacional, o seu traço pioneiro foi o de levar em conta o olhar das crianças sobre a cidade. Através de seus desenhos e redações a propósito do bairro e das formas de lazer que ali dispunham tornou-se possível perceber, com clareza ainda maior, a convivência nem sempre pacífica entre os signos da modernidade implantados no Catumbi (túneis, o viaduto da “Linha Lilás”, o “sambódromo” etc.) lado a lado com o casario tradicional.

Os desenhos dos escolares do bairro oscilavam entre as constatações do seu estilo tradicional e as visões prospectivas que antecipavam um Catumbi cheio de arranha-céus. Com intenso movimento de carros, supermercados, túnel e viaduto, tudo feericamente iluminado por gases de mercúrio, os desenhos representavam o desejo desta modernidade e acrescentavam, por exemplo, “eu queria que o Catumbi fosse assim”⁸².

A imaginação infantil, sensível às muitas instâncias mediadoras existentes no bairro, posto que socializada nele, registrou com habilidade impecável o inventário dos referenciais ativos no Catumbi. Há casas: a “casa da minha colega” e a “minha casa”. Nelas, há pomares e jardins, frutas e flores. Lugares de brincar de pique-esconde, jogar peteca e queimado, pular amarelinha, fazer-se de bruxa e de fada. Lugares de brincadeira, feitos de brincadeira, laboratório de papéis e sentimentos. Há o comércio de rua, com destaque para a loja de discos. Há o cemitério, a igreja e sobre eles longas linhas paralelas sem referência

⁷⁹ Idem: 128.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Idem: 135.

⁸² Idem: 136.

outra a lhe dar sentido que não seja o seu próprio fim, o fim das linhas, onde se encontra o túnel⁸³.

Finalmente os autores consideram que a suposta diferença entre os meios urbanos ditos espontâneos e aqueles planejados redundava numa falsa questão. Não há lugares sem planejamento que seja, visto que “o planejar é *cultivar* no sentido primeiro da palavra: acompanhar o dia-a-dia, intervir dia a dia na escala do dia-a-dia”. A questão que, no entanto, permanece, é: *como* planejar, a partir de que pressupostos e com que objetivos⁸⁴?

⁸³ O leitor deve consultar com atenção os desenhos disponíveis no livro.

⁸⁴ *Idem*: 141.

Capítulo 2

Em busca do Bairro

Diante de tudo o que acabamos de ver, um bairro é sem dúvida uma unidade cujos limites se erguem com definição inequívoca somente na cartografia. Fora desta representação, seus limites se expandem ou se retraem segundo os usos que dele fazem seus habitantes. É esta, aliás, a definição que Asa Briggs fornece para o conceito de *lugar*: algo tangível, porque constituído pelos usos⁸⁵. Uma unidade física, mas também ideológica.

Deste modo, um bairro resulta de uma dinâmica que se exprime localmente, embora suas representações sejam projetadas para além de suas fronteiras através de outras dinâmicas políticas, econômicas e sociais, produzidas, por exemplo, pelos processos migratórios e de expansão urbana, pelo planejamento urbano e pela especulação imobiliária.

E para nos mantermos fiéis a expressão das interações mantidas *sur place*, a partir de agora não mais chamarei de Bairro São Sebastião do Leblon o conjunto onde moram os personagens deste trabalho. Vou privilegiar o nome com que todos o chamam, o nome que evoca inúmeros significados e que volta e meia figura nas manchetes dos jornais como endereço de *personae non gratae* na vida da burguesia carioca. Daqui para frente chamarei esse lugar de Cruzada São Sebastião ou, simplesmente, Cruzada.

Convido então o leitor para olhar mais de perto as pessoas e suas rotinas por detrás dos números frios e estáticos da estatística. O método, ou seja, o modo pelo qual transpomos o momento especulativo para entrarmos efetivamente na vida encarnada por pessoas, é algo que só transparece quando refazemos o percurso do etnógrafo no campo. Seguiremos, pois, essa premissa de Marcel Granet e seguiremos, nesse primeiro momento, a trajetória que nos conduzirá às questões presentes ao longo de todo o trabalho.

Por isso o tom pessoal imprimido a esse primeiro relato. O pesquisador de *terrain*, quando opera a partir da universidade destinando apenas algumas horas ou dias para as idas à campo, pode manter sua vida pessoal perfeitamente separada da que sustenta profissionalmente. Neste caso, o ajuste que faz dos papéis que desempenha não é uma operação demasiadamente complicada, como observa Foote-Whyte. Mas se o pesquisador passa um grande período de tempo junto a comunidade que estuda, sua vida pessoal torna-

⁸⁵ BRIGGS, Asa. *O conceito de lugar*. In: *A Humanização do Meio Ambiente*. Simpósio do Instituto Smithsonian. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 74-95.

se inextricavelmente misturada à pesquisa. O modo como ela foi conduzida passa a implicar necessariamente um relato personalíssimo da vida do pesquisador durante esse período. Esta narrativa contribui para explicitar o processo de construção e análise dos dados e todo este processo corresponde, sem dúvida alguma, à especificidade de sua personalidade, àquela do contexto e ao estado de conhecimentos que possuía quando iniciou a pesquisa⁸⁶.

1. Caminhos e métodos

Foi em meados dos anos 1990 quando, ainda jovem estagiária de jornalismo, soube da existência da Cruzada São Sebastião do Leblon. Conversava com a moça da contabilidade sobre os transtornos dos engarrafamentos ao final do expediente e ela me dizia quanto tempo levava para ir do Flamengo ao Leblon. Imediatamente associei o bairro à sua função na empresa e lancei a troça: “Vocês ganham bem na contabilidade!”. Ela logo retificou, dizendo morar no Leblon, mas “em uma favela que tem lá”. Outra surpresa – favela no Leblon? E a moça emendou: “não é favela, é *como se fosse*”.

Desde então, a Cruzada permaneceu, para mim, como uma referência naquele bairro. Quando ia ao Leblon, na maior parte das vezes visitar uma família de amigos que morava na Selva de Pedra, lembrava sempre de voltar os olhos em direção ao grande muro da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), na Avenida Afrânio de Mello Franco, na tentativa de poder vislumbrar o conjunto de prédios vizinhos e obter alguma imagem daquele lugar tão bem guardado.

Da janela do oitavo andar do edifício, de frente para a avenida e a AABB, só se via, em perspectiva, as empenas superiores dos prédios da Cruzada. Toda a extensão da rua ao longo da qual se distribuía ficava oculta pelo muro alto que os separa das quadras de tênis dos clubes AABB e Monte Líbano. Como se não bastasse, uma tela de proteção encimava o muro e encobria um pouco mais a visão do lugar. Da janela onde me encontrava podia apenas constatar que o edifício da Cruzada mais próximo da avenida distava cerca de 100 metros adentro da pequena rua. Rua que se iniciava na Afrânio e, em ligeira curvatura em direção a leste, terminava na Avenida Borges de Medeiros, de frente

⁸⁶ FOOTE-WHYTE, William. *Street Corner Society – la structure sociale d'un quartier italo-américain*. Paris : La Découverte. 2002 : 312.

para o canal do Jardim de Alah. Como se não bastasse, havia ainda a copa das árvores sombreando aquele trecho inicial. Da janela, sem outra alternativa, finalmente contentava-me em acompanhar o monótono entre e sai de moradores da ruazinha limitada à esquerda pelo muro e à direita pela Igreja Santos Anjos.

Anos depois, alguns acontecimentos me conduziram novamente à Cruzada. O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal Fluminense (PPGA/ICHF-UFF), a leitura da literatura antropológica e sociológica dedicada ao tema da urbanização, da renovação urbana e dos movimentos sociais urbanos, acompanhados das discussões com os colegas do PPGA e do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ), trariam de volta a lembrança daquela forte imagem – “uma favela no Leblon”.

Logo após ter defendido a dissertação de mestrado⁸⁷, aceitei o convite do meu orientador, professor Marco Antonio da Silva Mello, para participar do curso *Problemas Específicos de Análise Antropológica*, destinado aos alunos de Cinema e de Jornalismo do Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS-UFF). A idéia era fazermos pequenos exercícios etnográficos em áreas representativas de um dos últimos e mais importantes capítulos da reforma urbana carioca. E a sugestão era que esses exercícios fossem feitos no bairro do Catumbi, na Selva de Pedra e na Cruzada São Sebastião. Era uma excelente oportunidade para nos ocuparmos de uma questão cara aos debates urbanos contemporâneos, em especial aquele concernente à capital fluminense, e retomarmos, quase trinta anos depois, o campo empírico e as questões apresentados no livro *Quando a rua vira casa*.

O curso foi então a ocasião oportuna para voltarmos àquela conversa. Busquei o telefone da moça com outros ex-colegas de trabalho e um dia, enfim, nos falamos. Ela havia se casado e por isso mudara de endereço. Residia agora em Jacarepaguá. Sua família, no entanto, permanecera no conjunto e uma de suas irmãs era, além do mais, casada com o presidente da Associação de Moradores!

Coube a ela, voluntariamente, telefonar para o cunhado e dizer que alguns estudantes da UFF iriam procurá-lo. No dia seguinte, durante a aula, definimos os grupos que se ocupariam das visitas e das entrevistas nos três locais. Feito isto, nos organizamos e, num domingo de manhã, parti com a minha equipe ao encontro de Cláudio.

⁸⁷ SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa II: a construção do novo conceito de zona*. Dissertação defendida no PPGACP/ICHF-UFF. Niterói, 2003. 146p.

O primeiro dia

O encontro havia sido marcado pelo presidente da Associação de Moradores do Bairro São Sebastião do Leblon em frente a uma casa de shows situada ao lado da Igreja Santos Anjos. Ali chegamos na hora combinada, e permanecemos durante quase uma hora à sua espera.

Durante esse tempo, saí com um dos alunos para comprar água e algo de comer. Descemos pela Avenida Afrânio de Mello Franco em direção à praia e logo na primeira esquina encontramos um posto de gasolina onde havia uma loja de conveniências. A porta automática se abriu e em nossa frente precipitou-se um grupo de cinco meninos sem camisa, descalços e com areia nos pés. Eram todos garotos, todos negros, nove ou dez anos, crianças recém chegadas da praia. Atrás deles veio o frentista ameaçando reprimir a entrada utilizando a força física – “vou *meter a porrada!*”. Chamou a nossa atenção a veemência da ordem e a indiferença dos outros consumidores, atentos às bombas de gasolina.

Ao voltarmos pela avenida, já avistávamos o nosso grupo quando outra situação nos deteve. Perto deles, uma mulher acompanhada de duas crianças tentava inutilmente pegar um táxi em frente a Igreja Santos Anjos. Na primeira tentativa, o motorista não parou. Na segunda, o taxista parou para um homem que acenava mais à frente, do outro lado da rua, na calçada onde ficam os prédios da Selva de Pedra. O tempo em que ela permaneceu à espera de uma condução foi suficiente para nos juntarmos novamente aos demais colegas e convidá-los para assistir a cena. Mais um táxi foi chamado, mas somente na quarta tentativa os três finalmente embarcaram.

Tecemos alguns comentários sobre o que acabávamos de testemunhar. O que teria sido a causa de tantas tentativas frustradas de se pegar um simples táxi? Que cálculo os motoristas devem ter feito ao olharem aquela mulher e as crianças? E, caso fosse isso, o que neles seria a base para um cálculo? A cor da pele? O local onde esperavam? A aposta em algum destino próximo? Ou, ao contrário, distante?

Pouco a pouco nos conscientizamos novamente do tempo que ali estávamos. E passamos a elucubrar sobre quais possíveis incidentes poderiam ser a causa da nossa espera. Sem demora, o passatempo se transformou propositadamente em um desfile de estereótipos: domingo de sol, final da Copa do Brasil, Flamengo e Cruzeiro no Maracanã.

Àquela hora quem esperávamos estaria “provavelmente” diante da TV – “e com uma latinha de cerveja na mão”, alguém completou. Um homem então sai da delegacia em frente, atravessa a avenida e vem em nossa direção. Era quem esperávamos.

Um pouco constrangido, lamentando o ocorrido que inaugurava nosso primeiro encontro, Cláudio procura se explicar. Logo pela manhã, dois policiais da 14ª. DP e alguns moradores iniciaram um bate-boca em frente a um dos prédios da Cruzada. A discussão resultou em tiros dados para o alto pelos policiais, e dois dos projéteis entraram pela janela de um apartamento, indo se instalar no teto após ricochetear no parapeito. A indignação dos que testemunharam o ocorrido, sobretudo o seu desfecho, tornava urgente a presença do representante dos moradores. Cláudio desceu e ouviu dos demais a seguinte história: os dois agentes da polícia, “já bastante conhecidos pela comunidade”, haviam tentado forjar um flagrante com um morador e os outros presentes reagiram. A versão, qualquer que fosse, perdia importância diante dos tiros disparados pelos policiais. Este epílogo, segundo conta, era recorrente, e configurava a situação abusiva e a prova peremptória de “perseguição e descaso com a comunidade”.

Ouvimos tudo atentamente. Ele, então, informa que precisa voltar à delegacia e nos chama para acompanhá-lo até a 14ª, onde poderíamos nos sentar e aguardar o final do seu depoimento. Ficamos lá até o fim da tarde daquele domingo olhando à distância o depoimento de Cláudio e dos dois policiais.

Tudo o que se confabulou a respeito do seu atraso havia sido surpreendentemente contradito por aquela situação. O seu domingo não estava sendo dedicado ao lazer, mas inteiramente devotado a resolver um conflito que não lhe deixava outra alternativa: ele, o presidente da Associação de Moradores, tinha de se posicionar.

Somente ao final da tarde saímos todos da delegacia. Cláudio está exausto, mas ainda assim faz questão de nos mostrar a Cruzada. Atravessamos a avenida e entramos pela ruazinha a passos lentos, explicando para ele o porquê de estarmos ali. Logo na esquina onde fica a Igreja Santos Anjos vejo a placa indicando o nome do logradouro. Na época, aquela rua se chamava Humberto de Campos, de modo que era reconhecida pela municipalidade como o prolongamento final da rua que se iniciava no extremo sul do Leblon, cortando-o em toda sua extensão, até terminar, ao norte, na Avenida Borges de Medeiros, à margem do canal do Jardim de Alah. Sem saber o que eu havia notado, Cláudio faz uma observação: estávamos, agora, entrando na “rua da Cruzada”. Diante de

sua ressalva, retenho ambas as informações – a sua e a contida na placa – e penso que o trabalho de campo está apenas começando.

Iniciamos o percurso tendo, portanto, à direita, a Igreja, cujo portal está voltado para a Avenida Afrânio de Melo Franco. Alcançamos em seguida a “casa do padre”. Ao rés-do-chão, dois portões de ferro pretos guardam duas vagas de garagem, e no andar superior, três grandes janelas permitem a visão da rua. A casa do padre integra o mesmo conjunto arquitetônico da igreja, diferenciando-se desta pela cor do frontispício. Em seu prolongamento, encontra-se a portaria da Paróquia Santos Anjos, onde funcionam uma secretaria, salas para cursos e reuniões, uma cozinha e um ambulatório dentário. Seguimos um pouco mais e chegamos à Escola Municipal Classe e Cooperação Santos Anjos. Esta também foi concebida no projeto original do conjunto e integra o mesmo edifício em que estão a igreja, a casa do padre e a secretaria da paróquia. Ao longo de toda a calçada e da extensão do muro há carros estacionados. Pouco mais à frente, logo após a porta da escola, uma parede avança em direção à rua estreitando drasticamente a área do passeio. Ali, em um pequeno recinto, funciona um posto policial. E na calçada, diante dele, dois ‘orelhões’⁸⁸ parecem indicar o início do trecho ocupado pelos blocos residenciais.

Está anoitecendo, e a copa das árvores do caminho percorrido encobre a luz dos postes deixando-o submerso na penumbra. Ainda seguíamos à sombra, entre a portaria da paróquia e a porta da escola, quando, poucos metros a frente, a luz dos postes novamente se abre por sobre a rua, colorindo a noite da Cruzada com o amarelo da luz de tungstênio. Do posto policial em diante não há mais árvores. Apenas o muro, de um lado, e os dois orelhões, do outro, confrontando a rua estreita.

No momento em que identifico os elementos daquele trecho iluminado um alarido ensurdecido de gritos e cornetas rebenta. Com ele, a rua parece se desfazer em uma miríade de movimentos. Cadeiras de plástico são lançadas aos ares, mãos chacoalham para o alto e as cabeças sorridentes sacodem ao ritmo dos pulos dados em comemoração ao gol do Flamengo. As informações chegam entrecortadas aos ouvidos nas vozes de homens, mulheres, crianças. Com aquele gol ao final do segundo tempo o Flamengo empatava com o Cruzeiro e garantia mais uma disputa para decidir a Copa do Brasil. Não é demais dizer que o silêncio que precedeu o gol provocara uma ilusão de *ótica*. A rua, ao contrário do que parecia, estava tomada de gente, no entanto estavam todos paralisados necessitando desse momento redentor para retomarem seus movimentos.

⁸⁸ Mobiliário urbano que protege os telefones públicos e cuja forma lembra a de uma orelha.

Passado o susto, enquadro novamente o que tenho diante dos olhos e vejo toda aquela explosão da alegria fazer-se cenário para a contrição de um policial que, mãos unidas e olhos fechados, reza baixinho, em frente ao posto, com os cotovelos apoiados na viatura. Constatado que ele é Flamengo quando termina a sua prece e lança os olhos e um sorriso para o céu noturno.

Nosso grupo se detém diante de toda aquela manifestação. Os que estão na rua já começam a notar a presença do Cláudio e aos poucos os rostos vêm se voltando para ele. São, em sua maioria, homens. Está calor, e todos sem camisa segurando, estes sim, copos de plástico cheios de cerveja. Compravam a bebida em uma Kombi velha adaptada com uma abertura lateral por onde a dona serve os consumidores. Estacionada junto ao muro, pouco depois do posto policial, a Kombi é um ‘ponto’ que atrai muita gente e que se completa com uma velha mesa de ferro, sobre a qual descansa a grande TV ligada ao sistema elétrico do nono bloco.

Seguimos em frente pelo meio da rua e, conforme nos aproximamos das pessoas ali reunidas, as mãos estendidas e as falas roucas de alguns torcedores começam a voltar-se novamente em direção ao Cláudio, buscando felicitá-lo. São os moradores que mais cedo haviam se envolvido no imbróglio com os dois policiais da 14^a. Enquanto Cláudio depunha na delegacia, todos ficaram ali junto a Kombi e a TV colocada na rua, bebendo cerveja e assistindo o jogo transmitido do Maracanã.

Animados pelo álcool e pelo placar final do jogo, eles queriam congratular o presidente. Cláudio se vê cercado e com seu semblante cansado restringe-se a sorrir e agradecer as manifestações de apreço pelo seu feito. Um dos mais animados lhe aperta a mão e, com a outra, lhe segura o ombro obrigando-o a olhar para os seus olhos enquanto diz, repetidamente, “esse é o nosso presidente”. A veemência com que todos demonstram consideração explícita o quanto controlam suas ações.

Retomamos a caminhada e com ela a conversa. A rua é visivelmente a área de lazer dos moradores do conjunto, o espaço lúdico por excelência, onde se pode estar, brincar, correr, vender, consumir, ver e ser visto. Cláudio comenta que no verão ela é ainda mais animada. “Vocês precisam ver”. E enumera o que acontece: “os moradores descem para beber sua cervejinha, colocar a conversa em dia, jogar biriba, ver as crianças brincarem”. Os apartamentos, em sua opinião, são pequenos demais para oferecer suficiente conforto no calor do verão carioca. Dito isto, um morador passa por nós trazendo nos braços uma criança e puxando pela coleira o seu *rottweiler*. Um dos alunos observa o tamanho e a

robustez do cachorro. Cláudio ri e nos informa que moram todos em um apartamento conjugado do segundo bloco, e nos diz que há também um outro apartamento onde residem dezessete pessoas!

Embora Cláudio reconhecesse tal fato como um dado, a Cruzada, para o presidente da Associação de Moradores, dava nome a uma história que ele gostaria de nos contar. Para ele, afinal, a proposta de levarmos um grupo de estudantes para ver o lugar e realizar algumas entrevistas com os seus habitantes já estava bem entendida: faríamos uma espécie de reportagem. E reportagens, assim como a História, são feitas de muitos testemunhos extraídos de um contexto preciso chamado de ‘realidade’⁸⁹, cujos nexos se estabelecem, no mais das vezes, pelo *biais* do narrador. Cláudio, portanto, decidiu nos ajudar propondo também o método: ele selecionaria entre os moradores aqueles que pudessem nos contar a história. Esses personagens, evidentemente, iriam corroborar a impressão de realidade falando também sobre aquilo que de fato testemunharam. Os moradores escolhidos por Cláudio nos dariam, portanto, um quadro (‘verdadeiro’) do que a Cruzada representa para ele. Com esse método, nós o ajudaríamos a revelar o filme que ele já tinha em mente – o que absolutamente não é, para um etnógrafo, um mal negócio. Sendo assim, lembrou-se logo de uma primeira pessoa: a “moradora mais velha da Cruzada”.

A figura do antigo, do velho, ‘daquele que chegou antes’ ou que ‘estava aqui desde o início’ nos conduz à uma origem, e toda história, não podendo prescindir do fator *tempo*, pressupõe uma, com a qual estabelece uma relação causal. A força simbólica dessas figuras é incontestavelmente a que melhor satisfaz as exigências do autêntico (*authentikós*): o autóctone (*authokhton*), o legítimo, o que tem precedência, o que a todos precede⁹⁰. A moradora mais antiga era também a mais velha mulher – “mais de 100 anos” – e, deste modo, sua própria biografia era um testemunho da história do conjunto.

Outro elemento que Cláudio considerou de importância foi o esporte. E para falar sobre isso ele sugeria o nome do presidente do Clube da Malha, quem há muitos anos incentivava a prática esportiva entre os moradores. Num primeiro momento, ele criou e

⁸⁹ Sugiro ao leitor conferir o que ECO diz a respeito do romance histórico: “Acontecimentos e personagens são inventados, entretanto dizem sobre a Itália da época coisas que os livros de história nunca disseram com tanta clareza.” 1985: 64. V. *Pós-Escrito a O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 66p.

⁹⁰ A Filosofia e a Antropologia Cultural (Sapir, Benedict e tantos outros) propõem uma extensa e exaustiva discussão sobre autenticidade, inautenticidade e identidade. Disciplinas como a Arqueologia e a História, especialmente, mantêm suas reflexões atuais dedicadas a essas questões. Do mesmo modo, nos estudos jurídicos a categoria ‘precedente’ determina o veredicto. Não me proponho a aprofundar aqui esse debate, mas apenas chamar a atenção do leitor para os critérios que fizeram recair sobre aquelas, e não outras, pessoas, a escolha de Cláudio.

manteve uma escolinha de futebol para as crianças. Mas, de uns anos para cá, passou a dedicar-se inteiramente ao Clube da Malha, composto por outros senhores, em sua maioria aposentados, representantes da chamada ‘terceira idade’. O jogo da malha é bastante difundido na Zona Norte da cidade, porém, na Zona Sul, ele era preservado pelo grupo graças a pista construída no Leblon, na Praça Jardim de Alah. Nas manhãs de domingo, impreterivelmente, os jogadores de malha da Cruzada atravessam o canal carregando mesinhas, cadeiras e um *display* com fotografias para compor ao redor da pista a ambiência do ‘clube’. E ali, por volta das 8:30, iniciam o jogo.

Já havia, portanto, trabalho suficiente para os próximos dias: reservar os equipamentos de filmagem na universidade, contatar novamente o Cláudio e as pessoas que ele sugeria, explicar-lhes a finalidade das entrevistas e, então, ir ao encontro delas.

Mas estamos, ainda, na ‘rua da Cruzada’. À nossa direita, em perspectiva, centenas de janelas. E em volta de nós a sonoridade, o movimento e os ritmos que às 19:00 horas animam o local e assumem, novamente, o foco de nossa atenção. Todos os prédios do conjunto se elevam sobre pilotis e seguem, um após o outro, com a fachada dando vistas para os corredores e as escadas do edifício seguinte. Os blocos dez, nove e oito são menores em extensão, pois possuem seis apartamentos de dois quartos em cada andar. Os blocos sete, seis, cinco e quatro são um pouco mais compridos, possuindo o dobro de unidades em cada pavimento, cada uma com um quarto, sala, cozinha e banheiro. Os prédios maiores e mais populosos são o três, o dois e o um, com 24 apartamentos conjugados por andar e 69 metros da fachada. Todos, entretanto, possuem a mesma medida na lateral: são 9,45 metros de empena e cada bloco se distancia do outro de maneira paralela e uniforme ao longo dos quase 230 metros de calçada.

O muro, a rua e a calçada seguem juntos em uma ligeira curvatura cuja concavidade contorna as laterais dos dez prédios. Esta pequena curva quase desprezível, entretanto impede a comunicação visual entre as duas extremidades da rua ou, para melhor precisar o seu raio, entre duas pessoas que estejam situadas à entrada do terceiro e do oitavo bloco, por exemplo. Aos olhos de um visitante recém-chegado, esta curva quase insignificante oferece, ao contrário, um efeito bastante significativo: não se pode, em um só golpe de vista, captar a visão do todo. Na Selva de Pedra, por exemplo, os prédios se distribuem ao redor de uma praça central de onde um observador, apenas girando a cabeça, é capaz de mensurar o quadrilátero em que todos se encontram. O mesmo observador só poderá

dimensionar o espaço construído da Cruzada atravessando-o. Para ele, este conjunto se revelará lentamente, a cada passo.

A travessia nos permite ver, por exemplo, as passarelas que unem um prédio ao outro. Por não haver elevadores na Cruzada, o arquiteto projetou esta solução no quarto andar de cada bloco de modo a permitir aos moradores dos andares mais altos irem desde o primeiro até o décimo edifício sem precisar descer até o térreo. Mas, em meados dos anos 1980, esta comunicação começou a ser prejudicada pelas apropriações privadas das passarelas. Hoje elas não mais cumprem a função de passagem e de conexão, mas sim a de área de serviço dos proprietários dos apartamentos adjacentes.

Ao terminar de nos fornecer a informação, Cláudio mantém-se ao nosso lado, pacientemente, enquanto ainda olhamos da rua a passarela lá no alto. Lentamente desço o olhar por entre todas aquelas janelas, umas exibindo ainda a esquadria que parecia ser a original, em madeira pintada de cinza; outras são de alumínio, algumas com venezianas, outras apenas com vidro, liso ou canelado. Cada bloco se situa no centro de uma porção do terreno e, assim, cada pátio compreende uma área descoberta e outra sob pilotis, se espalhando até o fundo do terreno, onde, encontra limite na Pedra do Baiano⁹¹. Do lado de cá, o limite se faz com as grades que o separam da calçada. Cada prédio, contudo, avança sobre o passeio com a ajuda de quatro pilotis e forma, em cada uma dessas parcelas, uma espécie de marquise onde estão os *halls* de entrada de cada bloco.

Poucos segundos foram suficientes para registrar todo esse quadro. Dali para frente, em termos de construção, tudo se repetiria com a mesma forma e simetria segundo o traço característico da arquitetura moderna. O que transformava completamente a monotonia de um espaço construído a partir desses princípios era, de fato, as maneiras com que seus habitantes se apropriavam dele.

O passo seguinte é, então, refinar o olhar para tentar distinguir as inúmeras formas de sociação⁹² que agregam toda aquela gente fora de seus apartamentos, provocando, na ‘rua da Cruzada’, aquele constante burburinho e um grande contraste com as ruas do entorno. Uma bola quicou diante de nós. Atrás dela, saltitante, vem uma menina descerrando o alarido das amigas inquietas, quase púberes, excitadas pelo ritmo da brincadeira. Um ou outro rapazote observa o jogo encostado ao muro ou as olha da calçada, arrimado na grade de um dos prédios. Por entre eles, num vai-e-vem cadenciado,

⁹¹ Hoje, a Pedra não mais existe. Desde 2006 encontra-se, sobre ela, o Shopping Leblon.

⁹² Sociação, para SIMMEL, é a forma pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. V. SIMMEL, Georg. *Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal*. Op.cit.1983: 166.

passam pessoas que se conhecem e se cumprimentam, enquanto outras, sentadas na calçada, junto as grades ou em frente aos *halls* de entrada, acompanham a movimentação se integrando, igualmente, ao colorido da cena. Duas senhoras com lenços na cabeça se detêm numa conversa. Uma outra segue com os olhos o jogo de bola das jovens. As janelas dos apartamentos também são pontos a partir dos quais moradores se entretêm observando a rua. Alguém lá de cima, à contraluz, grita o apelido do amigo que passa, e ao redor de um pipoqueiro e de um tabuleiro cheio de balas, em frente ao bloco, os rapazes e moças que ali se aglutinam permanecem indiferentes à comunicação que acabo de triangular com os olhos. Mais alguns passos a frente e atravessamos a roda formada por alguns homens acomodados em cadeiras de plástico e em uma velha poltrona diante da porta do bloco seguinte. Cada qual segura o seu copo branco de plástico e de vez em quando alguém serve mais um pouco de cerveja aos demais. Repousam, em seguida, a garrafa no chão. A conversa se mantém animada pela bebida, assim como em outras rodas ao longo de todo o trajeto. Avisto, do outro lado da grade, sob os pilotis do edifício, cinco senhoras que jogam damas e são observadas por alguns senhores, talvez seus maridos, sentados nas cadeirinhas dispostas ao redor, trazidas de algum lugar.

Chegamos ao final do passeio nos aproximando do acesso norte, de frente para a Avenida Borges de Medeiros e para o canal e a praça Jardim de Alah, onde Cláudio arremataria a conversa com algumas observações. Tudo o que tínhamos visto, disse ele, era causa de muitos problemas. A animação da rua, as passarelas ocupadas, o uso da calçada, o volume do som da TV coletiva e o uso da eletricidade do prédio, as inúmeras barracas vendendo pastéis, tortas, balas, pipocas, cervejas e refrigerantes, tudo aquilo estava enumerado em documentos que já haviam circulado nos dez prédios em forma de um abaixo-assinado promovido por um Conselho de Síndicos. A finalidade do protesto, resumidamente, era a de obrigar os ‘barraqueiros’, ou seja, os comerciantes que criavam seus pontos na rua ou nas áreas de uso comum dos blocos, a respeitarem a lei do silêncio.

O universo particular do conjunto se revelou novamente. Desta vez, devido ao circuito traçado pelo abaixo-assinado. Apenas ao morador da Cruzada concernia a questão dos ‘barraqueiros’ e o silêncio que eles porventura perturbassem. Cláudio estabelece um nexos entre esse problema e a percepção que todos os moradores têm da posição desfavorável que a Cruzada ocupa no bairro do Leblon, ilustrando o que tentava nos explicar através do diagnóstico: “somos o câncer do Leblon”.

A maravilha curativa para o mal era o trabalho mais árduo e constante da Associação: “conscientizar o morador da Cruzada”. Mas conscientizá-lo de quê? Para quê? E como? “O morador da Cruzada, continuou ele, precisa se *adequar ao padrão do bairro*”. De todo modo, a *conscientização* seria a fórmula para se tentar “melhorar a imagem do lugar”. E o lugar, neste tipo de discurso, não é feito de indivíduos, mas de um coletivo, supostamente indistinto – a comunidade.

Na esquina da Avenida Borges de Medeiros com a ‘rua da Cruzada’ nós nos preparávamos para a despedida quando Cláudio nos pede para enviar uma carta por fax expondo os motivos da nossa *reportagem*. Com o documento em mãos, ele apresentaria aos moradores, durante a reunião da Associação, as nossas intenções e tentaria discutir com eles uma boa forma de contribuir com o nosso trabalho, e de nós contribuirmos com o deles. A recíproca significava para todos a oportunidade de observar de que maneira os moradores iriam se organizar para nos conduzir ao seu universo coletivo. Assim, demos início aos abraços que prenunciam a despedida quando um dos alunos pergunta sobre o tráfico de drogas. Nada, até ali, havia sido visto, percebido ou dito a esse respeito; pertencia ao imaginário do habitante da cidade, mais precisamente daquele da Zona Sul, a associação do lugar ao tráfico de drogas. Cláudio suspira, esboça um sorriso – “somos o câncer do Leblon”.

* * *

No dia seguinte, uma segunda-feira, logo pela manhã, telefonei para o trabalho do Cláudio. Queria agradecê-lo pela gentileza de nos ter recebido em um dia tão cheio de imprevistos e ainda lhe pedir desculpas por qualquer aborrecimento. Também telefonava para lhe dizer que na terça-feira seguiria, por fax, a carta pedida. Ele, em contrapartida, disse ter pensado sobre o encontro do dia anterior, e que talvez nós pudéssemos ajudá-lo na elaboração de um informativo da AMORABASE com recursos disponibilizados pela universidade. Na quarta-feira ele aproveitaria também para comunicar, na reunião, a proposta do nosso trabalho e sugeriu que nos encontrássemos novamente na sexta-feira à noite: “você vai ver a quantidade de morador na rua!”. A ênfase expressava um tanto de orgulho, mas também a sua compreensão do meu interesse pelo cotidiano dos moradores.

O segundo dia

Na sexta-feira seguinte, pouco antes das 20:00, chego à Cruzada. Desta vez combinamos de nos encontrar em frente a um dos blocos e, ao contrário da primeira visita, marcada por uma formalidade imposta pela própria composição e objetivo de nosso grupo, nesta noite eu estou só e me disponho a caminhar por entre os prédios antes da hora prevista.

Nesta deambulação solitária, deixo-me entreter novamente pela diversidade dos modos de uso das áreas comuns. Ninguém intervém nesse vagar a que me entrego sem qualquer preocupação com a hora, até que uma estranha bênção – “Vai com Deus” – o interrompe. Um senhor, à soleira do portão do quinto bloco, é quem me olha. Seu gesto deliberado parece um modo peculiar de mostrar a vigilância que exerce. Esta impressão torna a ocasião propícia para lançar-lhe um desafio. Pergunto se conhece o Cláudio. Sem rodeios, ele responde com precisão: “próximo prédio, segunda escada”.

Entro então no prédio indicado por ele, mas avanço através do primeiro vão de escada, subindo, sem pressa, até o último andar. As escadas e os corredores exibem-se como balcões ao olhar do observador. Nesta lenta subida se apreende o espaço de comunicação criado pela arquitetura do conjunto. Das escadas vê-se os apartamentos do bloco vizinho a uma distância de mais ou menos dez metros. Subir ou descer constitui-se numa atividade muito particular. Quem sobe ou desce expõe-se às vistas dos moradores do bloco seguinte e mesmo dos corredores do próprio prédio, pois as escadas foram construídas em um vão anexo ao corpo do edifício. Entre um prédio e outro, das escadas para as janelas e vice-versa, as pessoas se cumprimentam durante a passagem.

Lá de cima, do corredor do sétimo andar, eu pretendia apenas obter a panorâmica do conjunto e do seu entorno quando, subitamente, uma porta se abre. Dela sai uma mulher. Sinto constrangimento por estar ali, sem permissão, diante da porta do seu apartamento, e tento disfarçar o embaraço me apresentando como quem procurasse por alguém.

Também a ela, pergunto se conhece o Cláudio. – Qual Cláudio?. – O presidente da Associação, respondo. “É meu primo”. Ou tratava-se de uma grande coincidência, pensei, ou todo mundo ali era parente. A moça então me convida para entrar, pedindo à sua avó, que está sentada à mesa, na sala, para telefonar para a casa do primo. Ela parte e eu me vejo, de repente, sentada na sala de um apartamento junto com a avó da moça, uma

sobrinha e seu namorado. Delicadamente me oferecem a poltrona em frente à TV e um copo d'água, enquanto tentam localizar o Cláudio. Num outro momento anotaria em meu diário o quão solícitos foram todos. Parecia não haver receio ou resistência em relação ao estranho.

No entanto, no momento, a situação é, para mim, demasiadamente súbita e insólita. Até ali não havia me apercebido do quanto poderia estar criando situações e acabei sendo por elas conduzida ao inesperado. A exígua medida de controle que me cabia tornara-se evidente, pois, de fato, não imaginava, naquela segunda ida à campo, ser convidada para entrar em um apartamento, sobretudo naquelas condições. Era a um *encontro marcado* que eu deveria comparecer.

Parafraseando Foote-Whyte, tirei disto uma lição: um encontro marcado, como toda convenção, nos fornece a sensação de que o imprevisto está ausente. Desde lá de baixo, quando tomei a iniciativa de andar pela Cruzada para, em seguida, transpor a entrada de um dos prédios e subir suas escadas, vinha sendo estimulada pela ausência de determinados elementos capazes de impedir o meu deslocamento. A regulação do acesso ao interior dos edifícios não se fazia tal como nos condomínios que hoje caracterizam o modo preponderante de se morar, principalmente naquela região da cidade. Não havia porteiros uniformizados e sentados em portarias equipadas com interfones ou qualquer outra parafernália eletrônica para controlar a circulação de pessoas, o que tornava acessíveis escadas, corredores e os pilotis dos prédios da Cruzada São Sebastião. Sem tal controle objetivado, o uso desses lugares se fazia equívoco – e acessível – aos meus olhos de etnógrafa.

Parecia que o morador era o destino primeiro e último das explicações que porventura eu viesse a dar ou das informações que eventualmente se pudesse pedir. Nada, nem ninguém, se interpunha nesta relação.

Tudo isto se passou de maneira desordenada em meus pensamentos enquanto na poltrona, em frente à TV, eu aguardo a sobrinha localizar o Cláudio. Finalmente o encontram e o avisam que está ali, no apartamento, a pessoa com quem ele havia marcado um encontro. Agradeço a todos pela gentileza e já ia me despedindo quando a avó faz o convite para que jantasse com eles. Porém a hora tardava e o mais razoável era partir e ir ao encontro de Cláudio.

Deço os sete andares com a liberdade e a segurança de quem, enfim, voltava de um destino. Eis um álibi! O lugar de onde venho contempla, agora, um **grupo doméstico** e

um **acolhimento**. A iminência de ser questionada já não mais me aflige como no momento em que subi e passei os olhos pelas portas dos apartamentos apenas para “obter uma panorâmica”. Subi sem endereço – portanto, sem almejar qualquer interação com morador. Mas desço desembaraçada disso que se mostrava, para mim, um constrangimento.

Descontraída, posso dedicar atenção aos sinais exibidos em cada andar. Há portas de ferro, madeira e grades fechando a passagem de alguns corredores e deixando livre apenas o trecho necessário para a circulação nas escadas. Estas grades preservam o acesso de vários apartamentos contíguos, o que parece pressupor um acordo entre vizinhos. Apenas aquelas unidades cujas portas ficam imediatamente diante das escadas permanecem desimpedidas.

Bicicletas e varais com roupas ocupam os corredores dos sete andares. Um tapete está estendido no parapeito de um dos lances de escada e por conta desses elementos o colorido ambiente ganha ainda mais relevo. Em quase todas as portas ornadas com plantas se vê a Comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia maculata*), a Espada-de-São-Jorge (*Sansevieria guineensis*) e a Espada-de-Ogum (*Sansevieria cylindrica*) protegendo a casa contra os infortúnios da inveja e do mau-olhado.

Ao chegar de volta ao térreo tenho nítida a sensação de que alguns blocos estão muito mais bem preservados do que outros. A começar pelo *hall* de entrada. Os *halls* são todos idênticos, protegidos, desde a calçada, pelo avanço de quatro pilotis. Entre eles, o único obstáculo que se deve vencer é uma porta ou portão de ferro que se mantêm abertos na maioria dos prédios. Em apenas três deles havia cadeados obrigando o pedestre a entrar pelo acesso lateral, no prolongamento da grade que separa a área do pátio da calçada. Nestes casos, a circulação é feita por esta passagem, e, do mesmo modo, livremente.

Ao sair do prédio vejo Cláudio vindo em minha direção. Ele está acompanhado, e ao chegar, faz as apresentações: Uldizon e Edinho, respectivamente o 1º secretário e o 2º tesoureiro da Associação de Moradores, aos quais me apresenta como sendo a pessoa que havia enviado o documento “explicando a reportagem”.

Cláudio conta ter pautado para a reunião da Associação de Moradores com o Conselho de Síndicos o anúncio de nossas atividades e lido, para os presentes, o documento que havíamos transmitido via fax. Na minuta, espécie de carta de intenções, constavam as credenciais do programa de pós-graduação ao qual pertencíamos, o nome do orientador da pesquisa e o que faríamos durante o trabalho: entrevistas, consulta aos arquivos depositados na paróquia e participação nas reuniões convocadas pela Associação.

Também registramos a intenção de recuperar, através dos depoimentos e dos documentos pessoais, a história do conjunto e de seus moradores, assim como a da favela da Praia do Pinto, de onde vieram os seus primeiros habitantes. Demos especial destaque ao cotidiano dos moradores, pois era o registro da vida local o que mais daria sentido aos nossos propósitos etnográficos. Tudo isto teria como produto, a princípio, um filme e uma tese de doutorado que integraria a biblioteca existente na sede da Associação.

Os semblantes denotam interesse. Mas a compreensão do que propúnhamos ia se revelar mais claramente ao longo dos primeiros dias de trabalho, a cada contraproposta. A primeira delas era o motivo de estarmos todos ali: a partir daquele momento o presidente iria me conduzir em um verdadeiro périplo pelo o que supunha ser representativo da vida comunitária.

Começamos pela área recreativa da escola. Às 20:00 é hora da aula de jiu-jitsu e Cláudio vai me apresentar ao professor Expedito, também morador da Cruzada São Sebastião. Atravessamos o corredor e chegamos à quadra onde, do outro lado do tatame, o professor nos avista. Gesto marcante é a mão que estendeu ao se pôr a caminhar em nossa direção. Ao aproximar-se, efetiva o cumprimento e antecipa-se a qualquer intervenção inicial de Cláudio – pede para que eu me sinta ‘em casa’.

A companhia do presidente confere um tom solene à visita, dando-lhe um sentido preciso. Um recurso, talvez, ao projeto esportivo destinado às crianças da Cruzada. Nada disso, entretanto, é dito. O anúncio de Expedito – “toda ajuda é bem-vinda” – é o que sugere a hipótese.

Em seguida nos encaminhamos novamente em direção aos prédios. Atravessaríamos até o outro lado, rumo ao segundo bloco, para encontrarmos Soninha, uma ‘barraqueira’ amiga de Cláudio. O papel representado por ela era o mesmo daquele encarnado por Hakim, o vendedor de *black books* de uma calçada do Greenwich Village: ela era uma personalidade pública vocacional⁹³. Para este papel não se requer nenhum talento ou conhecimento especial, embora sejam raros os casos em que este tipo de personalidade prescindia de qualquer dessas qualidades. Responsável por uma venda na entrada desse bloco, Soninha mantém, por força do seu trabalho, contato freqüente com um amplo círculo de pessoas as mais variadas. A Barraca da Soninha é um ponto de referência para todo morador da Cruzada e também para os que ocasionalmente visitam o conjunto. Daí o interesse de Cláudio em nos aproximar.

⁹³ JACOBS, op.cit: 73.

No entanto, enquanto ainda caminhamos ao seu encontro ele menciona a intenção de preparar um documento para que possamos realizar as entrevistas junto aos moradores, caso estes se mostrem, a princípio, resistentes ou desconfiados. Símbolo de muitos significados, este seu cuidado tornou manifesta a expectativa depositada na troca facultada pela pesquisa e a vontade que tinha de oficializar a nossa presença durante esse período. Além disso, esboçava um perfil do morador e da relação destes com a instância que os representava. Em todo caso, o que se definia era que representávamos mutuamente um recurso para nossos respectivos fins.

Em frente ao bloco dois paramos por um brevíssimo instante, como que para pontuar o final daquele assunto e entrarmos em uma nova situação. Feito isto, Cláudio sobe o degrau da soleira de entrada para o pátio do prédio e já ali, imediatamente após transpor a porta de ferro, Soninha lhe abraça. Mesinhas e cadeiras de plástico amarelo ornadas com a logomarca de uma cerveja logo indicam o ambiente que ela criou à entrada do bloco. Atrás do mobiliário, ao pé do muro que separa os pátios dos blocos dois e três, vê-se alguns vasos com Espadas-de-São-Jorge e jardineiras com boldos, hortelãs e outras ervas. Cláudio e Soninha, entretidos ainda com os cumprimentos, obstruem a passagem. Um morador chega, pede licença a eles e segue no seu ritmo apressado diretamente para o primeiro vão da escada, indiferente a nós e aos clientes ali acomodados.

A barraca da Soninha está localizada em uma área de passagem obrigatória para os que vão ao bloco dois. A proteção dos pilotis e da grade que separa o pátio da calçada valoriza ainda mais o seu ponto, pois o deixa visível aos que passam pela rua e, ao mesmo tempo, protegido do seu vai-e-vem. O balcão, situado logo à esquerda de quem entra, faz lembrar uma portaria, não fossem alguns detalhes que o definem como o local de atendimento dos consumidores: em cima, os potes com chicletes e paçocas; atrás, duas chapas para o preparo de sanduíches; embaixo, alguns papeizinhos para anotações diversas e, por fim, um grande freezer com o anúncio do preço da cerveja. Uma luzinha o ilumina através de uma extensão puxada do primeiro andar, a mesma que fornece energia a pequena televisão afixada na cantoneira, no encontro da parede externa do *hall* com aquela onde a grade se prende.

Quando Cláudio finalmente me apresenta à Soninha, faz uma nova introdução sobre o que pretendemos realizar. A mulher ouve tudo atentamente e pede à sua sobrinha, sua ajudante, para que arrume uma mesa e três cadeiras. Ao sentarmos, ela nos oferece uma cerveja e levanta, em seguida, um brinde.

Começa então a falar, já demonstrando o que havia compreendido daquilo que Cláudio lhe expusera. Ela conta histórias sobre o convívio entre os moradores do conjunto e destes com os demais moradores do bairro, ao mesmo tempo em que cumprimenta transeuntes, beija crianças e acena para vizinhos. Tamanha popularidade se sustentava em delicadas etiquetas e certa dose de astúcia: “quando não lembro o nome de alguém, chamo apenas de ‘vizinho’”.

Sem deixar de zelar por este seu desempenho, Soninha passa a enumerar, entre os residentes, os notáveis da Cruzada, tarefa na qual é auxiliada pelo próprio Cláudio. Da lista, anoto: dois nadadores, um médico, a própria mulher do presidente, que é fisioterapeuta, jogadores de futebol e dois advogados. O inventário decorre da análise que faz sobre o problema da evasão escolar e da ociosidade que observa no dia-a-dia dos jovens.

Embora isto lhe fosse sensível, merecia, contudo, uma relativização. O problema não era apanágio de “morador da Cruzada”. Tinha raízes mais profundas, esparramadas pelo passado, raízes históricas percebidas ao longo de um árduo aprendizado cotidiano em meio citadino.

Soninha então estica o braço e aponta para um edifício largo e alto que se podia divisar do outro lado da Pedra do Baiano e explica ser aquele um dos três prédios que compõem o Conjunto dos Jornalistas. Com o dedo que apontava para aquele edifício ela estabelecia uma relação. No caso, uma relação comparativa e de equivalência – “Tudo o que tem aqui, tem lá”.

Algo em seu tom a fazia ressentir-se, no entanto, desse cotejar. “Lá tem tudo o que tem na Cruzada: tem pequenos traficantes, tem morador que faz comida para fora... tudo igual aqui!”. O que, então, motivaria ressentimentos? A existência de uma diferença. Diferença esta fundada no não-reconhecimento da semelhança que procurava apontar. “A diferença é que eles são *classe média*”.

Havia outras, certamente, capazes de serem identificadas por um simples golpe de vista. A começar pela existência de uma rua, diante dos prédios da Cruzada, cujas apropriações eram exclusivamente levadas a termo pelos seus próprios habitantes.

Mas, se os distintivos eram, assim, tão evidentes, deveria de ser outra a finalidade daquele desabafo. Ele apontava semelhanças para, com isto, realçar o fato de que havia uma recusa em reconhecê-las. Mais ainda, no seu desabafo vinha a razão que atribuía a uma tal discriminação: pertencer ou não à classe média.

Afinal, o que significaria, de fato, “pertencer à classe média”?

* * *

Durante os quatro anos dedicados ao trabalho de campo, tive a chance de levar pesquisadores do Brasil e do exterior para conhecer a Cruzada e alguns dos residentes que, além de amigos, haviam se tornado verdadeiros auxiliares de pesquisa. Nestas oportunidades, as impressões que os visitantes tinham tão logo avançávamos pela rua e por entre os prédios do conjunto ajudavam a melhor enquadrar o que, de outro modo, seria visto à luz da vaga e, por vezes, equivocada noção de “classe média” – da qual aqueles moradores estavam excluídos por força da posição a eles destinada no atual sistema de relações do bairro.

A oportunidade de obter os relatos feitos *sur place* e de acompanhar o modo como cada convidado se movimentava, as formas com as quais iam tecendo seus comentários, as categorias que empregavam na tentativa de descrever o que viam e experimentavam durante os percursos comentados ora pela etnógrafa, ora por aqueles moradores que vinham se juntar à nós, permitiu-me ver que todos, sem exceção, empregaram noções absolutamente estereotipadas que remetiam da “tribo” à “favela”, passando pelo “gueto”. Quando instados a esclarecerem as razões pelas quais categorizavam desta maneira, os visitantes – dois sociólogos, uma antropóloga, uma arquiteta e uma militante das associações de moradores da cidade de Paris – atribuíram à postura corporal e à presença maciça de negros, assim como à pluralidade de atividades existentes nos espaços de uso comum e à presença de pessoas de todas as idades na rua ou nos corredores dos prédios, fosse para estender roupas, observar o vai-e-vem ou entreter-se em rodas de jogos e conversa, as distinções que destacavam o local do seu entorno.

Entretanto, era preciso ter cautela. Qualquer reflexão pautada por relatos impressionísticos poderia conduzir a soluções fáceis e superficiais. De todo modo, os critérios de renda e de consumo que definem a classe média pareciam ser uma pista equivocada para explorar o significado do sentimento que levara Soninha ao desabafo.

Qualquer criança que tenha ouvido a história do patinho feio, este ícone do fabulário mundial, sabe que toda e qualquer identidade é moldada em parte pelo reconhecimento. Resulta, portanto, de uma relação dialógica e pode, por isso, causar danos reais o não-reconhecimento ou o reconhecimento errôneo, distorcido e redutor, que um

grupo devolve a outro. Como toda política, a do reconhecimento também pode ser uma forma de opressão.

Consiste, então, em uma luta a adequação da identidade. Nela, vocabulários e argumentos constituem a principal artilharia. O *front* se faz perceber nas mais diversas situações em que se dá a exposição dos sentimentos. Sendo assim, este *front* é um *tópos* e seu surgimento depende, fundamentalmente, de uma interlocução. Mas não uma interlocução qualquer. Espera-se uma que seja qualificada, para que o sentido da emissão se cumpra satisfatoriamente. O papel de etnógrafa, neste caso, se revestia de um interesse apropriado para tal finalidade.

Seria conveniente, para um e outro, estender a conversa. Um convite então foi feito para que retornasse, no sábado seguinte, e participasse da feijoada que Soninha serviria em sua barraca, a fim de comemorar o aniversário de um primo. A ocasião proporcionaria o encontro com parentes e amigos, moradores e ex-moradores do conjunto, e a chance de, com eles, iniciar esta espécie de aventura pelo território da memória individual e coletiva.

O terceiro dia

Passei em Botafogo e peguei Ilza, colega da Pós-Graduação em Ciência Política, para irmos à feijoada. Sua pesquisa também seria realizada na Cruzada⁹⁴, mais precisamente na Escola Classe e Cooperação Santos Anjos, construída em 1957 junto com o prédio da Igreja Santos Anjos, ambas como parte integrante do projeto elaborado como ‘conjunto habitacional’.

Chegamos por volta do meio-dia e fomos logo recebidas com um abraço dado por Soninha. Àquela hora, poucos haviam chegado para a festa. Em maior número eram os seus ajudantes, todos, de algum modo, **ligados a ela por algum tipo de parentesco**. Manel, o homem atrás do balcão, era viúvo de sua mãe. Não parecia tão velho. Pelo contrário, aparentava ter mais ou menos a mesma idade que Soninha. Com ele estava Braga, primo dela e, eventualmente, ajudante nos serviços gerais. Sobrinhas e cunhadas também estavam ali prestando algum tipo de auxílio. Ou cuidavam da arrumação das mesas, ou traziam os pratos e os talheres, ou, ainda, serviam cerveja para um ou outro

⁹⁴ MASCARENHAS, Ilza Helena Teles. *Escola pública e moradia: o cotidiano dos moradores da Cruzada São Sebastião do Leblon – um conjunto habitacional localizado em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGACP/ICHF-UFF. Niterói, 2005. 115p.

freqüentador matutino. A todos Soninha pedia para não colocarem as mesas sob os pilotis, pois se estendesse para ali os seus domínios estaria criando um sério problema com a síndica.

Logo no primeiro andar, no corredor exatamente em cima da barraca, uma amiga preparava o feijão na cozinha da quitinete que pertenceu à sua mãe. A mulher era uma excelente cozinheira, segundo Soninha. E, além de morar na Cruzada, era contratada como merendeira da Escola Classe e Cooperação Santos Anjos. Os três grandes tachos de arroz, legumes e feijoada com feijão branco estavam, portanto, em boas mãos.

O clima na barraca predizia a festa. Algumas crianças borboleteavam perto da grade ao redor das mesas, ou na calçada. Uma delas puxa com delicadeza a blusa de Soninha e lhe pede um abraço. Ela arregala os olhos, bate uma palma e lhe beija repetidas vezes. Harold, o nome do merecedor dos seus carinhos – um menino órfão, de 10 anos, que mora na Cruzada com a avó materna. “É como se fosse meu filho”. Foi Harold quem me levou até o apartamento para ver o preparo da comida. Na escada, o garoto dizia o que eu estava prestes a ver: o ‘freezer da Skol’. O seu encanto com o tal *freezer* fazia dele um Buendía do Leblon, um personagem de Garcia Márquez, fascinado por aquele similar da pedra de gelo exibida pelos ciganos na praça central de Macondo. O *freezer* era desproporcionalmente alto, robusto e colorido para o tamanho da quitinete, mas devia permanecer ali, pois lá embaixo, na barraca, “ficava muita criança em volta dele”, conforme explicou Harold.

Beth, a cozinheira, me disse para ficar à vontade e retirou as tampas das três painelas para mostrar o que nos esperava naquela tarde de sábado. Assim como o *freezer*, os tachos pareciam desproporcionais para as pequeníssimas dimensões da cozinha. Além de que a potência do fogo esquentava bastante o exíguo espaço onde Beth trabalhava. Nada disso, contudo, lhe tirava o sorriso do rosto. Aquela fartura toda era regozijante. – “É para todo mundo comer e levar para casa. Se sobrar... amém!”.

O entrar e sair neste apartamento era especialmente intenso naquele início de tarde. Nos demais dias da semana, o acesso ao banheiro deste imóvel é franqueado aos que consomem na barraca, embora esta quitinete fosse a residência de Manel.

Novamente, chegar ao local antes da hora prevista mostrou-se uma tática muito recomendada. Sobretudo em se tratando daquele banquete. Acompanhar os preparativos finais e a chegada dos convivas permitiu ver que participar de uma feijoada é algo a ser feito como cumprimento de um rito. Quando se é convidado para uma feijoada, deve-se

dispor de um dia exclusivamente dedicado a ela. A preparação para esse dia deve ser acompanhada de alguns preceitos que colaboram para a comensalidade tanto quanto a água colabora para o cozimento do feijão.

Quando chega o grande dia, a arrumação das mesas e a feitura dos panelões de arroz e feijão se estendem até a chegada de boa parte dos convidados. Quem vai chegando tem a oportunidade de acompanhar os cuidados com os últimos preparativos, o que lhe cria no espírito uma expectativa prazerosa de estar-se preparando para a espécie de clímax coletivo que já presente.

A anfitriã, que até então se mostrara ansiosa para ir se arrumar, sai de cena sem deixar rastros e volta muitos minutos depois tão animada quanto no momento em que partira. Porém, ao retornar, vem exalando o perfume com o qual seria percebida por todos durante a festa. Blusa de linho tricolor em tons pastéis e calça de tecido *stretch* combinando com o azul das tardes de outono. “Traz mais uma aqui pro vizinho, Manel!”, diz Soninha em sua *réentré*.

A mesa na qual fomos então convidadas a nos sentar foi também preparada diante da nossa presença. Uma, duas, três, quatro mesas foram dispostas uma ao lado da outra, junto a grade. Era a “mesa da diretoria”, como nos informaram. E ao nosso lado foi disposta uma outra destinada somente às crianças, onde, mais tarde, seria colocado o bolo para se ‘cantar o parabéns’. Ali ficamos desde o meio-dia, acompanhando a chegada dos amigos e dos parentes e, também, dos vizinhos que se aproximavam para participar da festa. Entre os mais íntimos dispensava-se, de maneira recíproca, uma forma especial de tratamento: chamavam-se de ‘ném’. Até o final da tarde, embalados pela alegria do encontro e por algumas cervejas, alguns dos presentes passariam a chamar também as duas etnógrafas pelo singular designativo.

Soninha nos apresentou a Fátima, sua prima, e a Inês, sua amiga e comadre. Ambas moraram na Cruzada e tinham ainda muitos familiares residindo no conjunto. Eram também as únicas que ao meio-dia integravam a mesa à qual nos sentamos. Feitas as apresentações, restava-nos, agora, nos entretermos em uma conversa. Também disso se encarregou a nossa anfitriã, sugerindo às amigas que nos contasse sobre a vida que tiveram no conjunto. Dito isto, ela voltou a se ocupar dos preparativos da festa, enquanto as duas amigas se puseram a relembrar, com generosas narrativas, os episódios que, tendo aqueles prédios e o entorno como cenário, traçaram parte de suas histórias pessoais.

As lembranças de Fátima começam a ser contadas a partir do motivo de sua ida para a Rocinha. Aos quinze anos ela engravidou. Na época, início dos anos 1970, as irmãs que trabalhavam no Serviço Social da Cruzada São Sebastião aplicavam com rigor as regras do código de conduta estabelecido para o convívio no conjunto. Entre elas, havia uma que penalizava a família de moça que “se perdia” e engravidava sem ser casada, obrigando-a a deixar o apartamento.

A história de Fátima é confirmada por Inês. Futuramente saberíamos se tratar de um caso paradigmático, pois muitos outros moradores a tinham em seus repertórios de casos ilustrativos do rigor e da ordem que, em suas lembranças, vigoravam no passado afiançando uma moralidade hoje supostamente perdida. Este caso, definitivamente, fazia parte da memória coletiva dos moradores da Cruzada. As posições contra ou a favor do sacrifício, representado pela exclusão de uma família pelo critério da iniciação sexual e gravidez precoce de um de seus membros, eram apenas opiniões diante do conteúdo e valor simbólico que o caso adquiriu. Eficaz ou inadequado, o critério que criou o caso impunha uma ordem orientada para algum tipo de planejamento – o que, de certo modo, insinuava a distinção entre ‘favelado’ e ‘condômino’⁹⁵.

Na memória individual de Fátima, por sua vez, não cabem elogios a severidade fiadora desse passado por muitos lembrado com orgulho. Aos quinze anos, grávida, Fátima tornou-se uma “má companhia”. Pouco a pouco, as amigas do bloco onde morava se afastaram, atemorizadas por comentários que lhes instruíam sobre a possibilidade de seguirem destino semelhante: a desonra e o posterior isolamento que a acompanha. Nem todas, contudo, lhe impuseram castigo. Fátima explica: por morar em um bloco de apartamentos de quarto e sala, se viu isolada dos amigos “do lado da Afrânio”, ou seja, moradores dos prédios de apartamentos maiores e, portanto, mais caros.

Através de suas palavras tomo conhecimento, ainda que de maneira bastante incipiente, da existência de uma diferenciação social importante. Fátima e Inês também nos falam sobre os três tipos de apartamentos existentes no conjunto. Em suas narrativas, a distinção aparecia, vez por outra, quando apontavam o tipo de apartamento ou até mesmo o bloco em que se morava para definir virtualidades individuais ou coletivas. O drama vivido por Fátima, por exemplo, se referenciava, em dados momentos, em pessoas que *moravam* neste ou naquele bloco.

⁹⁵ Para Oscar Lewis, haveria uma cultura da pobreza cujos traços seriam, entre outros, a falta de planejamento familiar e a iniciação sexual precoce.

Este capítulo extraordinário de sua biografia se fez acompanhar de outros triviais, mas não menos importantes, como as tardes passadas com as mulheres da família – mães, irmãs, primas, tias, avós – na Pedra do Baiano, onde as meninas aprendiam, desde cedo, como quilar a roupa. Ali as moradoras da Cruzada estendiam cada peça ao sol e ao vento, assim como os colchões molhados de xixi – “aquele xixi de chuchu aguado”.

De volta aos prédios, encontravam quase sempre com uma notável figura que todos os dias por ali transitava. Em suas recordações de infância, Fátima e Inês ressaltam sobretudo as ações dessa personagem: a Irmã Eny, assistente social que morava em um apartamento no oitavo bloco, onde a Cruzada São Sebastião mantinha, inicialmente, o escritório do seu Serviço Social. Irmã Eny permaneceu no imaginário dos moradores como uma pessoa rigorosa, mas que inspira saudades. Todas as noites, às 22:00 horas, ela percorria o conjunto e, com uma corneta, dava o toque de recolher. Naquela hora, todos deveriam entrar em suas casas e a rua permanecia durante a noite e até a manhã seguinte no mais absoluto silêncio. O rigor era lembrado com ternura, e até mesmo um certo saudosismo, pois que a firmeza de Irmã Eny e os hábitos que impunha no exercício do seu ofício representavam, segundo Fátima e Inês, que naquele tempo “se tinha ordem”.

Os pátios dos prédios, durante esse tempo do qual se dizia haver ordem, eram totalmente livres. Os pilotis naquela época cumpriam de maneira plena a função de liberar o espaço de circulação das pessoas, pois não havia ainda nenhum muro para separar os pátios dos blocos. Alguém que também as ouve puxar da memória os detalhes de então lembra que a Cruzada, em seus primórdios, tinha o chão de terra batida. O que, para as donas-de-casa, redundava em um verdadeiro transtorno. Nos dias de chuva, os corredores ficavam enlameados e os ‘conselheiros’⁹⁶ de cada bloco, junto com as assistentes sociais da Cruzada, criaram um sistema de rodízio visando organizar uma escala de limpeza semanal a ser cumprida pelos moradores de cada corredor.

A lembrança que traz o ouvinte atento à nossa conversa e a exultação proporcionada pelo avivamento da memória leva Inês a considerar, com lamento, o desprezo que todos hoje em dia teriam pela própria história. Talvez estivesse inebriada pelas próprias recordações, pois o fato é que *todos* sempre têm uma história para contar.

A Praia do Pinto é o tema coletivo principal. As gerações mais antigas tinham vindo de lá, mas os que estão à mesa restringem-se somente a mencionar o fato, pois eram

⁹⁶ Categoria designativa dos moradores que se responsabilizavam pela gestão de cada prédio auxiliando, com este trabalho, a administração geral das irmãs da Cruzada São Sebastião.

muito pequenos na época e suas lembranças da infância se situam nos prédios da Cruzada. Se a favela, contudo, não é relevante em termos de cenário para suas recordações pessoais, ela permanece como uma referência extremamente importante por diversas outras razões que se explicitam, por exemplo, no apelido com que os moradores da Cruzada rebatizaram a Selva de Pedra: *favelão*.

Da barraca da Soninha fomos novamente situadas no sistema referencial do bairro segundo o ponto de vista dos moradores da Cruzada. À mesa eu poderia facilmente resgatar um dos elementos que mais cedo eu vira do corredor do primeiro andar daquele bloco: as torres dos prédios da Selva de Pedra, que, agora, passavam a ter um novo nome. Nós rimos, e retomamos aquela insólita *lição de coisas*.

Soninha permanece de pé para cuidar dos preparativos e do atendimento aos convidados. Um carro estaciona junto a calçada; neste momento, ela exclama:

– Olha o meu povo aí, gente!

Todos olham para o outro lado da grade e Fátima dá graças a Deus por ter uma família tão grande. Oito pessoas saltam do automóvel. Entre elas, o aniversariante. Vieram todos de Jacarepaguá para a comemoração na barraca da Soninha.

A excitação das crianças segue de par aquela dos adultos. A cerveja e o ritmo da conversa estão sendo associados um ao outro pelo olhar perscrutador da menina sentada à mesa ao lado da nossa. Até que, num determinado momento, ela pede à Fátima um pouco de sua bebida. Fátima vira-se e a olha fixamente, antes de lhe dizer que para beber é preciso trabalhar. Só quando esse dia chegar ela poderá beber “sem precisar dar satisfação a ninguém”. A lição seria repetida todas as vezes que as crianças zombassem de algum vizinho ou parente que lembravam ter visto cambaleantes devido a embriaguez.

* * *

Uma festa pode também ser entendida como o momento em que o lugar de cada participante se realça. Todos estão ali em virtude de um convite. Cada particular ostenta, nesse dia, tudo quanto tem de significativo. E cada chegada se faz com uma ênfase, um abraço, uma exclamação – “olha quem veio!”, “até que enfim!”. Comemorar um aniversário, aliás, é lembrar da existência de alguém e festejar o lugar que essa pessoa ocupa na vida daqueles que participam da ocasião.

Naquela festa, havia a ‘mesa da diretoria’, onde se encontrava, obviamente, o aniversariante. Nesta mesa, formou-se uma distinção por gênero: os homens se concentravam de um lado e as mulheres do outro, próximo à mesa das crianças. Espacialmente, o lugar que fora destinado às crianças as mantinha também reunidas ao redor de uma mesa, e era deste modo que elas aprendiam, no tempo da festa, a se portar como os adultos, observando-os no que falavam e faziam e comentando, ao lado deles, o que pensavam e o que viam. Nessa interação entre mulheres e crianças, onde hábitos eram constantemente comentados, as lições eram aplicadas sempre que algum menino ou menina dava um viés inadequado ao comentário que faziam. E assim, nessa interação aparentemente despojada, iam-se estipulando o *biais* com que se interpretam as situações cotidianas da vida. A festa, assim como o lazer, constitui, afinal, atividade fundamental para a socialização⁹⁷.

A comida já havia sido posta sobre a mesa arrumada ao lado do balcão, onde também estavam os pratos e os talheres. Cada um dos convivas ali se serviu, não sem antes serem convocados, todos ao mesmo tempo, pela anfitriã. Finalmente a cozinheira passou a integrar o espetáculo coletivo da festa sem degustar, no entanto, do que havia preparado. Dissera perder a fome depois de cozinhar, ao contrário de todos nós, famintos e atiçados pelo cheiro do tempero. Nos servimos generosamente, pois não tardaria para que todos nos dispersássemos de retorno às nossas casas, espalhadas pela região metropolitana do Rio de Janeiro.

O quarto dia

No dia seguinte, logo de manhã bem cedo, peguei novamente a barca e voltei para o Rio de Janeiro. Iria encontrar com a equipe do curso de Cinema para gravarmos as entrevistas com o presidente do Clube da Malha, na praça do Jardim de Alah, e com o próprio Cláudio, na rua da Cruzada. Eles levariam a câmera de vídeo, os cabos, o microfone; e eu, uma câmera fotográfica e o meu gravador de fita cassete para, ao chegar em casa, poder transcrever as gravações do dia.

O lugar de referência para o nosso encontro desta vez era menos preciso, exigindo de nós maior acuidade. Cláudio sugeriu a ‘meiuca’, quer dizer, o meio da rua, ali pelas

⁹⁷ MELLO & VOGEL, op. cit., 1985: 130.

proximidades do bloco cinco, no ponto de inflexão da curva, onde sempre havia gente. Por tudo isso a ‘meiuca’ não seria um ponto qualquer no espaço. Mas um ponto qualificado: um ponto de *convergência*. Não um que fosse apropriado por esta ou aquela atividade, mas por ambas. A ‘meiuca’ não era um espaço unívoco, mas equívoco.

Porém, na manhã daquele domingo – manhã excepcionalmente clara, com excelente visibilidade e cheia dos cantos dos passarinhos escondidos nas árvores da Avenida Borges de Medeiros – chegamos pela avenida que margeia o canal e paramos na esquina com a rua da Cruzada para apreciar melhor toda aquela paisagem, imaginando a bela vista que desfrutavam os moradores do primeiro bloco, com suas janelas dando de frente para o canal e para uma brisa constante. Também ali dispusemos as bolsas no chão para começarmos a preparar os equipamentos de filmagem.

Uma senhora se aproxima. Caminhava de chinelos e vinha a passos lentos, com as mãos entrelaçadas. Demonstra muito interesse no que fazíamos até que pergunta, sem constrangimento, o que iríamos filmar. Alguém responde – “A Cruzada”. Mas a resposta de fato deixava muitas lacunas. O quê, afinal, *na* Cruzada? Sem mais perguntas, ela reflete e propõe que mostrássemos o seu ‘lado bom’. E nos diz, por exemplo, que é “tia emprestada do prefeito de Santo Antônio de Pádua”, cidade onde nascera, no norte fluminense, apresentando-se, em seguida, como voluntária para uma entrevista.

A senhora permanece ao nosso lado e outros moradores que por ali passam naquela manhã se detêm, olham, alguns continuam a caminhada, outros permanecem um pouco mais. Cláudio desponta com o seu sorriso, vindo em nossa direção lá do meio da rua – da ‘meiuca’ – e, tão logo se aproxima, aponta para os senhores da malha já em plena atividade do outro lado do canal, à sombra das amendoeiras, para onde seguiríamos.

Cláudio havia informado Seu Antônio, o presidente do Clube da Malha, sobre a nossa chegada. Portanto, ao nos ver descendo a escada do jardim, ele abre os braços e, assim, nos aguarda acompanhado de Dona Hilda, sua esposa e “primeira-dama do Clube da Malha”. Na pista estão os demais jogadores dos times da Cruzada e da Ilha do Governador.

Todos vestiam camisetas vermelhas com o símbolo do Clube, representado por uma ferradura e um pino. A praça, também ela, era revestida nas manhãs de domingo com o hasteamento das bandeiras do Brasil e do Clube de Malha do Jardim de Alah no mastro posicionado entre a pista do jogo e a quadra poliesportiva.

O jogo da malha consiste em se lançar pequenos e pesados discos de metal por sobre a pista, de maneira que eles alcancem ou se aproximem ao máximo da marcação que

se encontra na outra extremidade da via. No passado usavam-se ferraduras e o objetivo era conseguir fazer com que sua concavidade envolvesse o pino colocado a uma certa distância, conforme explica Seu Firmino, um dos jogadores da equipe da Cruzada. É ele também quem nos chama para ver o procedimento do arremesso, posicionando-se, de início, na cabeceira da pista. Em seguida, ele chama a atenção para os grãos de milho moído que a recobrem, e cuja função é a de fazer deslizarem as peças. Em seguida, dobra o pulso direito indicando com a mão esquerda, em detalhes, a forma correta de segurar e lançar o disco. Feito isto, fica em silêncio. Concentra-se. Mira o alvo por alguns instantes, após o que dobra os joelhos, torce o corpo e, num movimento único e preciso, lança o objeto permanecendo imóvel, na posição final, até o disco chegar a seu destino, como se disso dependesse a boa finalização do arremesso.

A filha de seu Firmino aplaude. É a moça que há pouco varria a praça. Trajando o uniforme de gari, ela agora está sentada junto com outras mulheres à sombra da árvore onde se vê, pregada ao tronco, a placa de madeira entalhada com o nome do Clube. O Clube da Malha é composto apenas por homens, mas as esposas, filhas e vizinhas também participam compondo a platéia e arranjando os detalhes – como este da placa e o display com fotografias do grupo – nas domingueiras dos jogadores.

Fotografia de Soraya Silveira Simões



O discóbolo do Jardim de Alah

Alguns dos alunos começavam a posicionar Dona Hilda sob uma luz adequada para a gravação, e, enquanto arrumavam o *set*, lhe propuseram mais do que uma questão, uma narrativa: pediram que lhes contasse a sua história como moradora da Cruzada. Ela olhou o céu, pensou, sorriu. O operador de câmera fez o sinal e Dona Hilda começou reconhecendo

as belezas do lugar em que vive, identificando inclusive aquelas sujeitas às apreciações do momento: a brisa fresca, os pássaros, as árvores, a lagoa e o mar. Considerava tudo aquilo um privilégio. O cenário, contudo, pertencia a um lugar que ela situou com precisão ainda maior: “É um privilégio estarmos na *Zona Sul*”. O responsável por tudo isso era Dom Helder, sobre quem falaria em seguida. “Ele é um santo, aquele homem. Tem muito morador que reclama porque o nosso IPTU é mais barato. Você sabe... Mas eu só tenho a agradecer. Rezo pra Dom Helder todas as noites, eu tenho certeza que ele hoje está sentado ao lado de Deus. Do lado direito de Deus.”

Há quarenta e seis anos⁹⁸ Dona Hilda e Seu Antônio moravam na Cruzada, e há quarenta e seis anos eles tinham se casado. Da favela, lembrou que sua mãe exibiu o cuidado pela filha quando preveniu o pretendente de que a moça não sabia cozinhar – “Dinha não sabe nem esquentar água”. Era medida de proteção contra as expectativas masculinas em relação ao casamento, pois “na favela tinha punição para ‘aquisições com defeito’” – e mulher que não fosse prendada corria um sério risco de apanhar do marido.

A casa, o casamento, a caridade de Dom Helder, a chance de poder contemplar as belezas naturais do bairro participando, junto com os amigos, de uma rotina matinal como aquela, por exemplo. Eis como, naquela bela manhã de domingo, Dona Hilda se definia a partir do seu papel de *moradora*: alguém que guardava uma boa memória de todos os anos vividos no mesmo lugar, alguém capaz de apreciá-lo e praticá-lo e que, em virtude de todos os recursos citados, podia se dizer uma pessoa feliz.

Passamos mais alguns momentos na companhia do grupo, aprendendo sobre o jogo e sobre onde alguns deles moravam na Cruzada São Sebastião. Seu Firmino, inicialmente, morou no bloco um, como boa parte dos de sua geração. Hoje, residia em um apartamento no sétimo bloco e lamentava não ter mais aquela vista grandiosa em que divisava os 34 mil metros quadrados de parque com seus ipês, amendoeiras, abricoteiros, palmeiras, patas-de-vaca, algodoeiros, hibiscos e a vegetação de restinga e mangue ainda preservada próximo ao deque de pesca, nas margens do canal. De sua janela no primeiro bloco Seu Firmino também se distraía com o gorjear da passarada acolhida pelas árvores daquela avenida e com o vozerio das crianças da creche que funciona ao rés-do-chão, de frente para a Borges de Medeiros, no espaço central do pátio do prédio.

Seu grande orgulho era o neto. ‘Nascido e criado’ na Cruzada, como diz, ele hoje é um grande ator. Protagonizou o filme *Cidade de Deus* e foi à Hollywood junto com o

⁹⁸ Estávamos em 2003, e o Bairro São Sebastião do Leblon foi inaugurado em 1957.

diretor, Fernando Meirelles, para a festa de entrega do Oscar que concorreram na categoria de melhor filme estrangeiro. Seu Firmino aposta que o neto mais novo também vai pelo mesmo caminho, pois já integra o grupo de teatro Nós do Morro, na favela do Vidigal, mesma escola por onde passou o irmão famoso.

Devíamos continuar a nossa filmagem do dia fazendo um passeio com o Cláudio pela rua da Cruzada. O grupo do Clube da Malha nos pediu para voltar mais vezes, e até mesmo para começar a praticar a malha ali no Jardim de Alah. Os componentes do time da Ilha do Governador, vendo o nosso interesse, nos convidou para prestigiá-los em seu bairro e fazermos um filme sobre a malha no Rio de Janeiro.

Por ora, prosseguiríamos cumprindo a nossa agenda na Cruzada São Sebastião. Na volta do Jardim, dois homens jogavam seus puçás e redes no canal. Cláudio aproveita para enumerar tudo o que eles podem pescar ali e na Lagoa Rodrigo de Freitas: robalos, ubaranas, tainhas, siris e camarões. Certamente aquele seria o almoço dos pescadores, eles também moradores da Cruzada. Aliás, muitos dos moradores vivem exclusivamente da pesca, diz o Cláudio.

Finalmente nos posicionamos no ponto de onde tínhamos partido: a esquina da Avenida Borges de Medeiros com a rua Humberto de Campos – ou ‘rua da Cruzada’. Enquanto preparamos o microfone de lapela estamos sendo observados por alguns rapazes sentados nos gelos baianos⁹⁹ da calçada do canal. Um deles levanta-se e vem andando, indolente. Aproxima-se do Cláudio e lhe diz, num tom provocativo e para que todos nós escutemos – “Aí, Cláudio: não se esquece de mostrar o *outro lado* não, hein!”, ao que este retruca, sem pestanejar, olhos firmes para o insultador: – “Eu tenho é que mostrar o lado bom, porque o ruim todo mundo conhece”. Todos percebemos o mal-estar, mas nos mantemos discretos demonstrando a Cláudio cumplicidade no olhar.

Na entrada pela Avenida Borges de Medeiros existem alguns sinais que a distinguem da entrada pela Avenida Afrânio de Melo Franco. Antes, porém, é necessário dizer novamente que o acesso norte, ao lado do primeiro bloco, faz-se pela avenida que margeia o canal, enquanto o sul se volta para o bairro do Leblon, quer dizer, para o seu comércio, a escola, a delegacia, as igrejas Santos Anjos, na Avenida Afrânio de Melo Franco, e Santa Mônica, na avenida transversal – a Ataulfo de Paiva –, assim como para o ponto dos ônibus que seguem para bairros da Zona Norte da cidade. A entrada norte é

⁹⁹ Nome dos obstáculos de concreto, em forma trapezoidal, utilizados para organizar o trânsito e impedir o estacionamento dos carros nas calçadas.

muito usada principalmente por quem frequenta o comércio de Ipanema, do outro lado do canal, ou precisa pegar algum dos ônibus que vão para a estação Central do Brasil, para o Túnel Rebouças, a rodoviária, o Castelo e a Maré, por exemplo. Neste acesso pela Borges de Medeiros também existe um ponto de *vans*, que percorrem o trajeto dos ônibus, e um ponto de kombis, já na rua da Cruzada, que servem aos moradores que vem ou vão para as favelas Rocinha, Vidigal, Cantagalo e outras da região.

A entrada pelo Jardim de Alah é visivelmente mais modesta e menos preservada, o que decorre de outros fatores que não a arquitetura, visto se tratar de um exemplar construído segundo o princípio da simetria que caracterizou o movimento moderno. Todas as manhãs, a calçada sob os pilotis do primeiro bloco é transformada em um ponto. Ali, à luz do sol da manhã, uma carteira universitária cumpre, fora da sala de aula, um novo papel servindo de suporte não para cadernos ou gente do meio acadêmico, mas sim para blocos contendo os números das dezenas e dos milhares do jogo do bicho. Há também muitas cadeiras de praia e guarda-sóis empilhados em um pequeno recinto no pátio do bloco que ficam visíveis ao transeunte constituindo, com o amontoado, um cenário a *l'air décadent*.

Tendo ao fundo este quadro e a bela paisagem do Jardim de Alah, Cláudio aguardava as instruções para começarmos a gravação. Pedi que ele nos apresente a Cruzada durante o percurso, nos dando as referências que considerasse relevantes sobre cada um daqueles prédios. Transcrevo, a seguir, a íntegra do nosso *parcours commenté*:

A Cruzada é dividida em três categorias. A primeira categoria que a gente chama é a categoria de quitinetes, que são três prédios com quitinetes: é o primeiro, o segundo e o terceiro. A segunda categoria são quarto-sala-cozinha e banheiro, que são o quarto, quinto, o sexto e o sétimo. A terceira categoria é o dois quartos-sala-cozinha e banheiro. Quer dizer, a Cruzada foi construída com essa divisão.

Aqui a gente está em frente ao primeiro bloco, onde meu sogro, minha sogra e minha esposa foi nascida e criada... Então aqui é o primeiro bloco, o primeiro bloco habitado na época da construção. Vamos pro segundo bloco, que foi também habitado na época da construção quando as pessoas que vieram da Praia do Pinto, quando não tinham filhos, eram trazidas para esse bloco da frente. Depois, como a família ia crescendo, elas iam sendo passadas pro bloco maior, que é o quarto-sala-cozinha-banheiro. E aí foi sendo habitado dessa forma.

Agora, aqui é o segundo bloco onde tem o nosso comércio, nosso comércio ambulante, tá, que tem as barraquinhas onde os moradores descem, se reúnem, tomam a sua cerveja, conversam, discutem... E aqui, essa primeira

barraca é a barraca da Sônia, que é uma moradora aqui da comunidade, muito conhecida na nossa comunidade. E ela é essa primeira barraca aqui, que é no segundo bloco. E vai seguindo, tem outros pontos que têm outras barraquinhas.

Aí tem o terceiro bloco, também tem outra barraquinha aqui que é do Seu José, também um senhor que é nascido e criado aqui e muito conhecido também aqui da comunidade.

Atualmente as barraquinhas aqui na rua... tem em torno de sete a oito barracas aqui na rua. E fica funcionando em horário intercalado. Tem uma que funciona de manhã e as outras funcionam à noite. E estamos agora no processo de organização dessas barracas pra ter um horário de fechamento, porque até então não tinha esse horário de fechamento, mas agora elas estão se unindo, a associação tentando se organizar pra gente poder ter um trabalho melhor, um respeito melhor entre os moradores e o próprio comércio aqui da comunidade.

O bloco quatro, o quarto bloco é o bloco onde Seu Antônio, que é o presidente do Clube da Malha, um senhor que já fez muito trabalho na comunidade com as crianças, ele agora é o presidente do Clube da Malha, e aqui é o bloco quatro, onde ele reside atualmente. Então esse bloco é um bloco que tem como referência muito grande os projetos pra terceira idade. Esse é o quarto bloco.

Esse aqui é o quinto bloco, onde fizeram homenagem ao fundador da Cruzada São Sebastião: dom Hélder Câmara. A Cruzada, em homenagem a Dom Hélder Câmara, resolveu botar o nome do bloco em homenagem ao fundador da Cruzada São Sebastião. Esse bloco aqui, o quinto bloco, é onde eu tenho o maior número de amigos, onde a gente fundou um time de futebol, que é conhecido aqui na comunidade como Liverpool. Então, esse time de futebol, na época eu era o presidente do time. Aí eu saía, arranjava excursão, a gente viajou pra Minas, São Paulo, estado do Rio, Volta Redonda... Então a gente tinha já um grupo fechado, nosso mesmo, que era o time de futebol chamado Liverpool, aqui da comunidade da Cruzada, e a gente saiu em muitos lugares pra jogar e levamos o nome da Cruzada, né. Porque a Cruzada ela é famosa pelos atletas que eram do Flamengo, o Adílio, na época; o Ernani, que jogou no Vasco; Paulinho Pereira, que jogou no Vasco... Então, essa época era a época em que a gente tinha o nosso time, então a gente saía pra jogar e a Cruzada, sempre quando chegava, era a Cruzada, e aí tinha um referencial que era o Adílio, nessa época.

Esse aqui é o bloco seis, que é o bloco onde eu moro, que eu fui nascido e criado, desde que eu me conheço como gente, fui nascido e criado aqui, agora como presidente da associação ainda continuo residindo aqui. E agora com a minha esposa, que veio do primeiro bloco pra cá, e estamos juntos aqui, convivendo aqui na comunidade e também fazendo parte da presidência. Então aqui é o bloco onde eu residio; sexto bloco.

Esse aqui é o sétimo bloco, um bloco também que tem muitos moradores que vieram da Praia do Pinto e na época, quando eram casados sem filhos, na época em que tiveram seus filhos eles foram passados pro bloco maior que é aqui: o sétimo bloco. Aqui no sétimo bloco é onde mora a pessoa, a senhora mais antiga da nossa comunidade. Ela atualmente deve tá com 103

anos, então a pessoa mais antiga da nossa comunidade reside aqui, no bloco sete.

Aqui é o oitavo bloco, o bloco do Bruno Trombeta, que foi um ex-padre aqui da nossa Igreja Santos Anjos, e era um padre que ele andava aqui pra cima e pra baixo e falava com todo morador, ele via alguma coisa de errado ele chegava no morador, conversava com o morador, mostrava que aquilo tava errado, tentava resgatar o morador pro caminho certo. Então foi um padre que teve uma grande obra aqui social aqui na nossa comunidade. E ele faleceu agora em março, mas antes de falecido ele teve a homenagem aqui dessa placa aqui, que foi a homenagem pra ele antes de falecer, em vida fizeram essa homenagem a ele e aí botaram o nome do bloco em homenagem a ele.

Aqui é o nono bloco, onde tem a sede da Associação de Moradores, e ao lado da sede é onde tem um posto médico, que é um projeto de apoio da Ordem de Malta. Então eles dão apoio aqui à comunidade no serviço médico, assistência pediátrica pras crianças da comunidade e pras crianças de outras comunidades que não têm assistência então vem aqui pra se tratar, não de graça, mas tem uma contribuição de um real por consulta. Um trabalho que já é reconhecido pela nossa própria comunidade. E a Associação, a sede da Associação, que também trabalha em parceria do lado do centro médico.

Aqui na nossa frente tem essas passagens que se chamam “pontes”. Na época da construção essas pontes eram abertas, eram pontes vazadas. A gente saía do primeiro bloco até o décimo bloco através dessas pontes. Então agora, atualmente, elas têm as construções. Então foram todas fechadas e agora os moradores, como não tinham espaço pra construir, foram construindo nessas passagens e agora, atualmente, elas são fechadas. Então, os moradores não têm mais esse caminho, essa fuga onde o pessoal podia transitar de um lado pro outro, e agora tem que descer do seu prédio pra passar pro outro através da rua mesmo. No início tiveram várias reclamações até de pessoas idosas, porque essas passagens serviriam pra essas pessoas idosas poderem transitar de um bloco pro outro, ou visitar seu familiar em outros blocos. Então, com o fechamento dessas passagens os idosos ficaram muito prejudicados, e as famílias também, porque tinham famílias de outros blocos que também reclamaram muito, mas foi um processo de negociação até chegar num acordo.

Agora o décimo bloco, ele é um bloco onde que as pessoas, é...tem mais, são mais unidas, e é um bloco onde foi cedido um espaço pra construção do DPO, onde é o posto de polícia do 23º, um posto avançado do vigésimo terceiro batalhão. Então é um serviço que é utilizado, que presta um serviço pra comunidade. Então por isso que é um bloco também muito especial, o décimo bloco.

(Entramos, em seguida, na sede da Amorabase, no bloco nove, onde filmamos Cláudio em frente a bandeira brasileira presa à parede)

Esses aqui são os troféus que na comunidade, na época do Seu Antônio, quando ele disputava campeonato de adolescentes, campeonato mirim, e eles conseguiram esses troféus todos. Então a sede é a nossa cabine de medalhas e troféus. Essa outra sala é onde a gente tem nossas reuniões, é onde a gente

discute nossos problemas, da nossa comunidade, e aqui a gente decide o que é de melhoria pra nossa comunidade. E aqui, duas vezes na semana, a gente faz essas reuniões. A gente faz reuniões com síndico, a gente faz reunião com as lideranças da comunidade, e faz reunião com a nossa própria diretoria. E essas reuniões são justamente pra gente discutir melhorias em benefício da nossa comunidade, tudo aqui na sede da Associação de Moradores.

O percurso comentado foi altamente instrutivo. Começamos pelas referências pessoais e passamos, logo em seguida, para uma história coletiva – a da lógica que regia a instalação das famílias neste ou naquele bloco. Do âmbito privado para o âmbito do público, chegamos à referência ao comércio, traduzido, de todo modo, na barraca de amiga – alusão aos laços pessoais – e de um senhor pertencente ao mesmo grupo de origem e ao mesmo grupo moral, o de ‘nascidos e criados’. Falar do comércio era falar também de alguns dos hábitos de lazer dos moradores: a reunião, a conversa, o ato de beber junto. Lazer e moradia redundavam, por sua vez, em um conflito a ser mediado pelas associações locais, e tudo isto – as formas de estar, os conflitos decorrentes dessa variedade e as formas de administrá-los – tornou-se, durante o percurso, outra referência importante. A apropriação de um bem coletivo para fins privados materializava-se concretamente nas construções hoje exibidas sobre as pontes. Embora hoje resolvido pela imposição do uso privado¹⁰⁰, o prejuízo do coletivo em benefício do privado merecia críticas sobretudo por afetar os idosos, categoria constituinte da chamada ‘terceira idade’. Troféus e medalhas, significantes de vitórias e conquistas, ornamentavam o ambiente oficial das discussões políticas. O processo, a elaboração, a discussão, os temas, enfim, todas as exigências do trabalho coletivo se faziam acompanhar, na sede da Associação de Moradores, da presença daqueles símbolos de resultados gloriosos. As personalidades também foram citadas todo o tempo. Dom Helder, fundador do conjunto, e o padre Bruno Trombeta, lembrado pela atenção que devotava ao morador, pertencem ao panteão da Cruzada e são a expressão maior da memória coletiva. A eles, as homenagens perenes. Adílio, jogador do Flamengo, e o grupo de amigos do presidente que integravam uma associação esportiva eram, igualmente, difusores do ‘lado bom’ do nome Cruzada. A estes, a lembrança nas palavras. A importância da origem se expressou na referência à “senhora mais antiga da comunidade” e ao número de famílias que vieram da favela da Praia do Pinto. Este era o

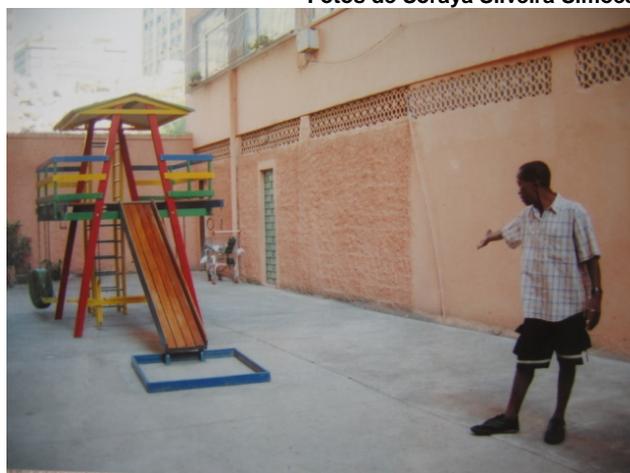
¹⁰⁰ Em 1982, o Programa Cada Família um Lote, criado durante o governo de Leonel Brizola, concedeu as escrituras definitivas dos apartamentos da Cruzada e de outros imóveis em áreas ditas favelizadas na cidade, regulamentando, com isso, a situação de milhares de moradores da cidade. Desde então, os ocupantes da ponte tiveram a ocupação regularizada legalmente como propriedade.

símbolo maior de pertencimento à comunidade: a origem e, conseqüentemente, o tempo de permanência no lugar medido não pela sua presença ali, mas sim pela *genealogia* do morador. Não apenas o ‘ser nascido’, mas também o ‘ser criado’.

Ao término da filmagem, permanecemos em frente a porta da Amorabase, no pátio do nono bloco, conversando com o Cláudio. Neste momento, um homem se aproxima. A cada dois ou três passos ele pára, acerta o prumo. Está visivelmente embriagado. O esforço que faz para manter as pálpebras abertas parece fazê-lo revirar os olhos. Entretanto, tem a curiosidade de saber o que se passa em torno do Cláudio e a determinação para vir conferir, amparando-se no que pode. Pouco a pouco, fomos todos nos apercebendo de sua dificultosa aproximação e, já em torcida, acompanhamos silenciosamente a sua chegada ao destino: Cláudio, o presidente, a quem abraça, emocionado. Cláudio sorri, passa a mão em suas costas, ao mesmo tempo em que tenta, delicadamente, se desvencilhar.

O homem afiançava as qualidades morais do presidente da Amorabase chamando-o de trabalhador. Enquanto isso Cláudio esforçava-se para atrair novamente a atenção para os assuntos que supunha de interesse para o nosso conhecimento. O homem, entretanto, permanecia convicto do seu papel de colaborador do presidente, e nos convidava para entrevistar a sua mãe – “ela tem 90 anos!” –, com quem morava em um apartamento no segundo andar do prédio..

Quando nos demos conta, lá estava ele na janela do apartamento, acenando, braços abertos, à espera do nosso registro. Mais alguns minutos se passaram, e ele ressurgiu. Desta vez, mãos estendidas, como um mestre de cerimônias atrai nossa atenção na direção do que lhe parecia ser o mundo encantado do *playground* recém reformado, apresentando ao venerável público a grande atração.



Deste encontro partimos para outro, igualmente fortuito, com uma adolescente bonita e esguia que esperava por alguém, sentada no meio-fio, entre os dois pilotis da calçada do bloco nove. Tratava-se de uma campeã sul-americana de remo, com mais de cinco títulos conquistados pelo Flamengo. Tímida e surpresa com a situação que se formou em volta de si, ela se conteve em apenas ouvir os elogios que Cláudio fazia sobre sua já gloriosa carreira. O ‘lado bom’ da Cruzada era expressivamente representado pelos esportistas ali nascidos e criados.

A jornada está prestes a terminar, ali na esquina com a Avenida Afrânio de Melo Franco, até onde nosso anfitrião nos acompanha antes de voltar para casa.

O quinto dia

Mal dormi à véspera do quinto dia. Entrevistaríamos Cotinha, a senhora “mais antiga da Cruzada”. Uma certa ansiedade me aflige. O filme é um exercício para os alunos do curso, e isto ocasiona a vontade de ensaiar perguntas, tentativas, às vezes mais acentuadas, outras menos, de exibir *originalidade*. A câmera de vídeo e o gravador, com as fitas e o tempo determinado de duração do registro, suscitam e exacerbam ainda mais as expectativas. Por tudo isso, penso na pressa juvenil de um ou outro aluno ao querer formular perguntas e obter respostas que, oferecidas também nos gestos e nas pausas do entrevistado, são, por esta razão, muitas vezes desconsideradas ou atravessadas por novas questões ou estímulos. Como se apenas o verbo expressasse o personagem. Mais até, como se fosse ele a expressão *verdadeira* do personagem.

Felizmente a equipe de filmagem será composta apenas pela etnógrafa e por Lis, a operadora da câmera, o que, de certo modo, contribui para reduzir a apreensão sentida na noite anterior. O qualificativo “a mulher mais antiga da Cruzada” revestia a personagem de trejeitos sobre os quais gostaria de focar. Por essa razão, estar no controle total da equipe é alentador, dado que eu pretendo filmar Cotinha sem cortes, registrar a sua elocução, a expressão do seu tempo, sem as eventuais interrupções de uma sabatina.

* * *

Às nove horas da manhã daquele domingo havia uma família reunida em frente a portaria do nono bloco. Enquanto aguardo a chegada de minha colega, resolvo testar se, de

fato, os moradores se conhecem, e me aproximo para saber se, por exemplo, eles eram parentes de Dona Cotinha. Apesar da insólita suposição, ninguém parece achar estranho. Ao contrário, imediatamente todos se põem a falar ao mesmo tempo, e do vozerio vou apenas captando uma ou outra informação que soltam sobre ela: em que bloco mora, o andar e o apartamento, o seu jeito de caminhar, a bengala que porta, a doçura do sorriso, quem são seus parentes, os nomes e, finalmente, o atraso que lhes vem à consciência com a proposição da pergunta. Afinal, eles se apercebem, ela já devia ter passado para ir à missa das nove e meia.

Lis se aproxima e eles chamam então um homem que vai pela rua para que ele, por favor, nos leve até o prédio de Cotinha. Se de fato a idéia de comunidade se realizava, o pedido ao passante era prova disso.

Batemos à porta de Cotinha e aguardamos. Lá de dentro perguntam – Quem é? – e em seguida abrem a porta, não completamente. Ainda precavidos, colocam os rostos para fora, um sobre o outro – um casal –, para confirmarem se éramos quem dizíamos ser. Desta vez a porta se abre amplamente, assim como os sorrisos e as gentilezas. Nos oferecem água, nos pedem para ficarmos à vontade e nos acomodam em um sofá na pequena sala enquanto telefonam para Cláudio, que então encarnara o papel do produtor do filme.

Cotinha está sendo preparada por Rosária, mãe de Eduardo, o homem que nos recebeu. Maria José, sua esposa, pede licença para ir ao quarto ajudá-las no penteado e Eduardo, sorridente, contém a ansiedade nos mostrando o trabalho que realizara no apartamento. Especialmente na sala, cuja decoração havia ficado sob sua responsabilidade. Nas paredes ele pintou tijolinhos, e agora se preparava para se ocupar do teto. Pensa em aplicar sancas, mas ainda não tem certeza. Sob o aparador, junto a parede, estão as fotos nos porta-retratos. Muitas retratam vastos campos planos e paisagens nevadas. São de sua irmã, que há quatro anos mora na Holanda. Na sala há uma TV sobre a mesinha de canto, e uma outra, mais antiga, logo ao lado, no chão, enquanto no quarto tem ainda uma terceira, grande, afixada na parede. Três aparelhos de TV em um apartamento de 24 metros quadrados. Eduardo explica: uma delas havia sido comprada da vizinha, por apenas R\$ 50,00, pois a nova, sobre a mesinha, já tinha dado defeito.

Ele trabalha em uma agência de publicidade. Conhece, portanto, o processo às vezes demorado de decupagem e edição de um filme. Mesmo assim, anseia ver Cotinha na TV. Fala sobre o seu emprego também para reforçar a idéia de que “não frequenta muito a

comunidade”. E nos diz isso espontaneamente. Já morava na Cruzada, passava ali tempo suficiente para nos momentos de lazer preferir passear em outros lugares.

Entende a Cruzada como um lugar não apenas de se morar, mas para se cultivar relações variadas a partir de sociabilidades diversas. Um lugar para se viver integralmente. Eduardo estabelece essa distinção e, justamente por esse motivo, opta apenas por morar, sem desfrutar do que o lugar oferece em seus espaços comuns – sem “freqüentar a comunidade”. Reconhece, no entanto, que a Cruzada permanece como uma espécie de terra natal para os parentes que deixaram o conjunto. Uma *naturalidade*. Sua irmã, por exemplo, é da Cruzada, mas mora na Holanda. Os que moram na Cidade Alta, em Cordovil, mantiveram a sede eleitoral no Leblon. O mesmo acontece com os parentes de Soninha. No dia da feijoada, Inês mencionara que um semelhante raciocínio de manutenção do título de eleitor operava nos parentes de Jacarepaguá, Curicica e da Rocinha. Eduardo nos conta que em época de eleição os residentes em outros bairros, ou até mesmo em outras cidades, regressam ao Leblon. Nesses dias, na Cruzada se sente o cheiro da comida farta e boa saindo pelas cozinhas, as vozes ausentes durante o ano preenchendo novamente o lugar com conversas inabituais. A festa cívica, pelo o que contam, ali se eclipsa em uma grande festa familiar.

Cotinha desponta na porta da sala ajudada por Rosária e segurando sua bengala. Traz um sorriso alegre que não se limita na sua evidente simpatia, mas transborda, para além dela, em um sorriso alegre de quem acha graça na vida, e que por isso ri. Maria José vem logo atrás, cuidando dos seus passos até acomodá-la no sofá da sala, onde os quatro se sentam de frente para a janela.

Eduardo, com presteza, anuncia a ocasião que nos reúne ao seu redor e informa, sem tirar os olhos de Cotinha, que ela está “treinada para só dizer o que é bom”. A carinhosa relação dos dois logo transparece: ele a provoca como se a submetesse, e ela responde lhe fazendo ameaças impensáveis com a sua vozinha baixa e meiga.

Em um dado momento da vida, Cotinha foi “adotada” por eles. Este o relato, feito na presença da entrevistada, com que iniciamos oficialmente o registro:

Eduardo: ...ela [Dona cotinha] viu minha mãe desde mocinha. Ela era de Minas, aí ela veio pra favela, foi enchendo a favela. E ela era muito... vamos dizer assim, vizinha da minha vó, que é mãe da minha mãe. Aí como nós mudamos pra cá [Cruzada], veio ela e o companheiro dela. É pouca gente que é da antiga... Aí ela ficou sozinha com o companheiro dela lá, até que o companheiro dela faleceu, mas mesmo assim ela continuou sozinha. Aí foi

uma moça do Maranhão pra ficar na casa da vizinha. Como essa vizinha falou assim: “ó, dona Maria [Cotinha] tá sozinha. Vê se você pode ficar lá que aqui você não pode ficar”, a moça foi ficando lá na casa dela, foi ficando, foi ficando...teve filho lá, trouxe as outras filhas, sem, sem... tipo assim: ela veio e... até você ter um filho...né? Mas só que ela foi ficando, foi ficando, ficou 30 anos lá. Aí ela começou a fazer assim: ver que a família dela [da Cotinha] tava lá em Minas, não vinha aqui, aí começou a fazer covardia. Aquele... sabe? Maltratou um pouco ela, né. Aí foi onde ela conheceu nós, e pediu assim “Ó Rosária, deixa eu ficar aqui que eu não quero ficar lá com aquela mulher lá porque...”

Rosária: - Ia acabar matando ela lá.

Eduardo: - Aí o pessoal daqui, conhecido nosso, tinha até bronca dessa pessoa, porque ela [Cotinha] tem o maior carinho aqui na Cruzada. Aí, conclusão, ela me chamou, fui lá, conversei com a moça: “ó, ela não quer que você fique aqui e tal, então a gente vai ter que mover uma ação pra você sair que o apartamento é dela”. E ela “ah! Não vou sair daqui...”. aí, nós botamos na justiça e acabou que eu consegui um advogado do serviço, aí ela [Cotinha] saiu e veio pra cá. O apartamento dela tá lá. Aí ficou assim, fez a escritura, botou os parentes dela que ela quis deixar e saiu o usufruto, né. Pra manter a família lá. Aí eu fui lá, aí botamos dois sobrinhos, fizemos a escritura e aí ficou. Quer dizer, quando eles vem aqui, sempre final de ano, já tem lugar pra eles ficarem. Não precisa ficar vindo aqui e tal. E aí ficou assim, ela preferiu ficar direto com a gente. E aí tá até hoje.

Cotinha: - Eu nunca perturbei ninguém. Não amolo ninguém. Não rio de ninguém, não zombo ninguém. Não sei quem é ruim quem é bom (ri). Ela mobiliou o apartamento tudo sem falar comigo, foi arrumando o barraco...ô, o “barraco”!... o apartamento. Ela saiu arrumando por conta dela, e eu sem saber. Eu não tinha maldade nenhuma.

Rosária: - Mas é porque ela já tava de má intenção.

Cotinha: - Ela botou um guarda roupa que pega a parede toda. Não gostava que o filho dela brincasse com o pessoal da Praia do Pinto. “Ó, eu não quero meu filho misturado com o pessoal da Praia do Pinto não”. Ela batizou o menino na Santa Mônica. E aqui ela não quis, na de São Sebastião, que era da Praia do Pinto. E aí quando ela foi conhecer meus parentes, por causa do...meus parentes ficaram conhecendo ela, mas mesmo assim, minha cunhada não gostou, não foi com a cara dela. Nem ela nem minha sobrinha.

Essa é uma história explicativa, arquetípica, sobre o processo que levou a adoção de Cotinha pela família. O enredo bem assimilado não deixava mais dúvidas sobre o fato consumado, doravante permitia que fosse contada por todos simultaneamente e complementada, aqui e ali, com novas ênfases e reformulações, sem o prejuízo da trama.

Os elementos acidentais ocorrem inevitavelmente e expressam, eles mesmos, o caráter vivo que define a narrativa. Em vários momentos do processo narrativo, este

trabalho de recuperação do vivido cede e concede às vicissitudes da memória o direito de reorganizar os elementos sobre os quais se sustenta a velha história, a de todos conhecida. Imprecisões devidas às tais agruras da memória, como já se disse, se prestam, positivamente, a transformar histórias em *sagas*, que, por sua vez, são contadas e recontadas a cada nova necessidade de se reconhecer a origem das coisas de que trata¹⁰¹. A adoção de Cotinha é uma história desse tipo, sabida de cor por todos e contada, em ocasiões como essa, coletivamente.

Outras “adoções”, entretanto, figuram em suas narrativas como um dado secundário. Durante 30 anos, a antagonista morou com Cotinha. Teve filhos nesse período. Antes disso, morou na casa da vizinha. Houve uma cisão, em algum momento, responsável por transformá-la em vilã, e neste momento se ressalta sua condição de alguém “de fora da comunidade” – ela veio do Maranhão e por alguma razão foi morar, de favor, no apartamento de alguém da Cruzada. A partir daí, suas ações aparecem como manobras arditosas muito bem contextualizadas na fala de Cotinha quando conta, por exemplo, de que forma a moça se empenhava para distinguir-se do “pessoal da Praia do Pinto”.

Tudo isso não passou de um preâmbulo aos olhos de seus familiares. A entrevista, para eles, começaria agora, logo após a nota esclarecedora sobre o acolhimento daquela senhora, anciã da Cruzada, no seio da família. Nesse instante, Cotinha passa ter a liberdade de escolher o que relembrar de sua vida e de inventar um enredo ao sabor da anamnese.

Eduardo, contudo, é quem toma a iniciativa. “Agora vamos ver a entrevista. Ela quer saber como nós da Praia do Pinto viemos pra cá, como começou tudo, Dom Hélder...”. No que se segue, o leitor verá as evocações iniciais de Cotinha. Os parágrafos indicam os momentos em que os presentes dão estímulos à sua memória:

A pedreira aí [Pedra do Baiano], lavava, se panhava água. Na pedreira tinha uma mina d’água. Olha, eu fiz meu barraco, a senhora quer saber, né? Eu fiz não: comprei. Sabe quanto custou o meu barraco? Cinco mil réis. Sabe quanto é cinco mil réis? É do tempo antigo, hein! Aí... eu trabalhava com uma patroa aqui na rua em Ipanema, então eu tinha um defeito na perna e não podia morar no morro. Eu morei no Morro do Cantagalo também. Sai do morro por causa desse pé. Aí o médico disse que eu tinha que descer do morro pra...e eu vim pra comprar um barraco na Praia do Pinto, aí eu falei com a patroa e ela me deu os trinta mil réis e me deu roupa, dos pés à cabeça. Fui lá, comprei o barraco, arrumei tudo.

¹⁰¹ A esse respeito, cf. MELLO & VOGEL, 2004: 211.

Eu cheguei lá... Ih...já era mamãe! Só tinha eu e minha filha, porque o pai não valeu a pena, e eu peguei... troquei o pai e fiquei com a filha! (ri) Depois um viúvo gostou de mim e aí nós casamos na Igreja São Sebastião, aqui [Igreja Santos Anjos]. Mas nós pegamos o tempo em que isso aqui tudo era velho. Eu fazia carvão aqui, fazia buraco aqui, carregava tábua da praia, papel, roupa velha, tudo. Vendia água pro pessoal. Eu botava aquelas lenhas tudo, ia na praia e pegava as taubas das obras que eles faziam, aí eu botava tudo ali, quando tava bem cheio, aí eu jogava querosene e álcool, tapava e ia pro trabalho, deixava lá o dia inteiro. Aí quando era ali pras cinco e meia, que eu ia chegando do trabalho, aí que eu ia ver o “balão”. O “balão”. Aí abria o balão pra ver se tinha o carvão pra fazer... - “Lata d’água na cabeça...” (risos). Aí eu vendia lata d’água, e eu arrumava meu barraco, ia na casa da madame, fazia meu serviço, voltava, às cinco e meia eu tava chegando.

A madame morava na rua Cupertino Durão, aqui. Dona Elsa Simone, morava na rua no número 109. E agora eu nunca mais eu vi. E eu deixava a minha filha, com a filha do pai. Aí não sei o que aconteceu que a menina morreu com um ano e três meses. Aí peguei e fiquei: nunca mais quis homem nenhum! Eu não vou fazer mais filho de jeito nenhum. Nunca mais eu quis filho. Só tive uma filha só.

Eduardo interrompe, lembra ter sido obra de Deus colocá-los em seu caminho. “Apareceram filhos crescidos, já”, ela ameniza.

Mas eu tive vários patrões. Sempre trabalhando aqui na região. No edifício do lado, eu fui das primeiras que veio pro edifício do lado. E ali que eu arrumei aquele homem (aponta pro Eduardo). Estou aqui na Cruzada com muita saúde, graças a Deus.... O incêndio foi já quando nós estávamos aqui. Era daqui como lá no Flamengo.

Eduardo e sua esposa também perderam o único filho. Lembrança que os faz enfatizar a empatia que desde sempre sentiram por Cotinha. Ainda que sabedores de sua história, atribuem a Ele a aproximação que os uniu na mesma casa: “É engraçado como Deus encaminha”.

Cotinha, por sua vez, continua a nos transmitir elementos de sua memória:

Olha, quando fizeram o Cristo Redentor, isso aqui tudo era brejo, era lagoa, tudo era brejo, tudo era brejo, tudo era brejo. Sabe o que eu fiz, lá na Praia do Pinto, que era na beira da Lagoa? Panhei a estrela, uma estrela de lá do Cristo Rei, peguei a estrela e ia botar pra fazer carvão, aí comprei outro barraco e coloquei nele a estrela pra guardar. E o [nome] falou assim: “Não, eu vou botar pra queimar!”, e a [nome] falou assim: “Não, não vai botar não. Eu vou lavar essa estrela que a estrela vai ser a guia da nossa casa” (ri). Eu tenho a estrela até hoje, de madeira de lei. A estrela era tudo jogado assim, no lixo. E eu peguei a estrela, meu marido lavou e ela ficou uma beleza. Quando faz aniversário, o Cristo faz aniversário eu tenho que segurar.

Sabe como é que eu arrumei meu marido? Por causa de lata d'água (risos). Eu tava com a lata na fila, aqui mesmo! Nessa imediação mesmo. Isso tudo era Praia do Pinto, até no Miguel Couto. Aí a gente botava a lata ali. “Olha! Não põe minha lata pra trás não!”. Olha, teve uma vez que a mulher botou a lata dela na fila, aí foram lá e tiraram a lata dela, ela xingou tantos palavrões que não era brincadeira, aí brigava: “que que foi? Que que foi?”. Aí, logo assim perto da bica tinha assim um lado pra lá, um lado pra cá. Ela falou assim: “ó eu vou lá em casa e volto, tá?”. Aí a moça foi lá, apanhou a água, quando chegou no outro dia a criança morreu, foi fazer maldade com a criança. E do lado que morava também o Eduardo, sabe, a dona botou sabe o que? A lata dela tava na fila e a menina jogou a água dela e foi embora: “tu vai ver, tu vai me pagar, hein! Aqui ninguém vem apanhar mais água!”. Quando deu o outro dia a criança morreu.

A precariedade da vida na favela, e até os primeiros dias vividos nos apartamentos, não pertence às lembranças de Cotinha com relevo suficiente para que valha a pena ser contada. Ela se entretém apenas com a narração dos episódios. Sem juízos, sequer lamúrias. Eduardo pergunta uma, duas, três vezes o que, de lá para cá, havia mudado. Na última tentativa, Cotinha cede e afirma: “É a mesma coisa. É a mesma coisa. A vizinhança ela vem, dá ‘bom dia, boa tarde’, ‘como vai’, todo mundo recebe bem.”

Isto de todo e qualquer antagonismo, o seu discurso não compartilha em nada com aqueles que portam questões qualificadas de problemas. Nele não há um passado transfigurado por maniqueísmos que decorrem do presente. O seu registro é episódico. O único senão é a respeito do carnaval. Para ela, o fim do Clube Sete de Setembro representa o fim do carnaval do Leblon. “Isso aqui hoje mais parece um cemitério. Eu saía de Lata d'Água na Cabeça, saí de Nega Maluca, eu saí de...pierrô e colombina... Perdi até minha vontade, falei: ‘nunca mais vou botar essa porcaria!’. Eu sempre vesti de baiana.” E põe-se a cantar as músicas que desfilavam pela região, no tempo em que no terreno da AABB funcionava “o Sete”, frequentado pelos moradores da Praia do Pinto e de onde saía o bloco mais conhecido da favela, o Baba do Quiabo:

Bananeira não dá banana
Coqueiro não dá caju
As garotas que direito se arreclama
Vai levando, vai levando, Marilu
Aqui nós temos banana
Banana pra dar e vender!
Banana menina, tem vitamina
Banana engorda e faz crescer

Vai para a França o café, pois é!

Para o Japão algodão, pois não!
Banana menina, tem vitamina
Banana engorda e faz crescer

Ou ainda esta outra marchinha sobre a mudança dos costumes:

Goodbye, goodbye bye bye boy
Deixa a mania de inglês
É [?] pra vocês, garotas [?]
Que nunca freqüentou as aulas das escolas
Goodbye, goodbye bye bye boy
Antes que a vida se vá
Ensinares cantando a todo mundo
B E bé B I bi B A ba!

Não se usa mais boa noite nem bom dia
Só se fala *good morning good night*
Já se dispensou o lampião de querosene
Lá no morro só se usa a luz da Light

Ouvi-la cantarolar os sambas daquele então me fez pensar no quanto o bairro sofrera transformações e no quanto poderiam ter encoberto relações e identidades ali existentes. Não se tratava de nostalgia. Antes, de uma suspeita, confirmada a cada nova entrevista, de que os laços estabelecidos entre os moradores da Cruzada preservavam algo que a urbanização não conseguiu eliminar. A favela os reunia em uma só origem. Todas as outras que levaram seus habitantes até a Praia do Pinto foram expurgadas pelo fogo. O incêndio foi a última parada; a favela, a última estação.

Foto de Soraya Silveira Simões



Cotinha, ao centro, com Rosária, filha de sua ex-vizinha na favela, e Eduardo, filho de Rosária: sua família 'adotiva'

Nascidos da mesma história e criados sob a luz de um dito privilégio – o de *estarem* no Leblon –, o morador ‘nascido e criado’ na Cruzada poderia encontrar seu equivalente na Zona 1 de Winston Parva, sobretudo se o pensarmos em relação ao seu entorno¹⁰².

Cinquenta anos depois da construção dos edifícios da Cruzada, a especulação imobiliária se encarregou de vender aos novos moradores do Leblon um *estilo* de se viver e morar em que não cabe o passado ao qual pertencem muitos dos moradores dos prédios do conjunto. Por isso, em um primeiro momento, a idéia de compará-los aos habitantes da Zona 1 de Winston Parva possa parecer estranha, visto que são estes os que cerraram fileiras contra os adventícios. Mas o sucesso imobiliário que transformou o Leblon em um bairro burguês – em um “cemitério”, segundo Cotinha – foi de tal ordem que hoje se revela na distorção *pars pro toto* que impele o morador nascido e criado na Cruzada a se empenhar na causa pela visibilidade do seu ‘lado bom’.

* * *

O domingo vinte e nove de junho era também dia de São Pedro. Havia quermesse no pequeno adro da Igreja Santos Anjos. Do outro lado da grade, sob a calçada, crianças da Cruzada iriam dançar a quadrilha e foi Cláudio quem nos deu tais informações, indo até lá conosco logo após a entrevista na casa de Cotinha.

Outros três alunos¹⁰³ chegavam para o segundo turno de filmagens. Em princípio, o trabalho vespertino exigiria menos de nós. Registraríamos a festa: as barraquinhas, os quitutes, os ornamentos, a quadrilha, os participantes. Se fosse possível, conversaríamos com o padre. Pediríamos a ele um depoimento sobre a Cruzada, aquela de Dom Helder Câmara, e sobre o seu trabalho pastoral na região.

O adro está decorado com bandeirinhas coloridas de papel de seda que caracterizam as festas juninas. Sobre o pórtico, um grande vexilo branco, vertical, onde se lê “PAZ”, em azul. O letreiro do prédio ao lado, sobre a marquise do teatro vizinho, está voltado justamente para o pátio da fachada paroquial. O enunciado, entretanto, chama a atenção: “Os Monólogos da Vagina”.

¹⁰² ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders – sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000: 95. 224p.

¹⁰³ Marco Aurélio, David e Holmer.

Foto de Soraya Silveira Simões



'Paz': pedido que de tempos em tempos surge enunciado em cartazes colocados nas janelas ou estampados nas camisas de moradores do Rio.

Um dos alunos liga a câmera e começa o registro. Passeia com ela sobre a bancada da barraca de doces, forrada com toalhas estampadas com girassóis. Ali tem pé-de-moleque, bolo de rolo, broa de fubá, curau, cuscuz e quindim. As senhoras que vendem os doces estão uniformizadas. Usam camisas de malha com imagens de santas e aventais brancos debruados de azul ou amarelo, um anjo bordado. – As senhoras moram onde?, Marco pergunta. Uma mora na Selva de Pedra. Outra, na Almirante Guilhelm. Outra, ainda, aponta para o outro lado da Humberto de Campos e diz morar na Carlos Góes “desde menina”. E é com esta que iremos entabular conversa. Ela presente. O registro prossegue. Há vontade de se exhibir para a câmera. Marco compreende o seu desejo e filma sua compostura: ela estufa o peito, levanta o queixo, ajeita a blusa, acomoda os óculos e olha firme para o *cameraman* tentando identificar em seu semblante expressão que reflita o *optimum* de sua imagem no visor. Ele dá o ok, e ela, após breve reflexão, faz loas a Padre Marcos.

As moradoras do Leblon entendem que o padre “ajudou muito a integrar a Cruzada ao Leblon”. Isto é dito peremptoriamente. Antes, havia o medo de assalto. Hoje, especialmente nos dias de procissão, o sentimento é outro: “nós entramos e atravessamos a pé a Cruzada.” Atualmente, há coragem.

Cláudio está ao nosso lado e parece sentir pesarosamente o que acaba de ouvir. Olho para ele mais uma vez, e confirmo. Estamos na barraca de doces, o balcão forrado

entre nós e a moradora da Carlos Góes. Tão logo termina o seu depoimento franco, apresento-lhe o presidente da Associação de Moradores da Cruzada São Sebastião. Ela se surpreende. O seu discurso supunha um destinatário: um ‘nós’. Cláudio, o tempo todo ao nosso lado, lhe criou uma falsa impressão.

O episódio da tardinha de quermesse foi objeto de nosso comentário. Não é fácil lidar com o preconceito. O ‘nós e eles’, para ele, sabotava o êxito de integração que as senhoras da quermesse atribuíam ao trabalho pastoral de padre Marcos. No entanto Cláudio reteve os primeiros meses de trabalho do padre na Igreja Santos Anjos, em meados da década de 1990, lembrando-se das missas e de seus sermões, e considerava que o padre precisou ser duro no início com os moradores do Leblon.

As missas do padre Marcos são mais do que um ritual litúrgico. Elas instrumentam o interessado em conhecer a vida no bairro com o seu conjunto de preceitos ora destinados a um público, ora a outro. Os rebanhos, ali, distinguem-se pelo antagonismo bairro x comunidade, e pela necessidade, maior ou menor, de um ou outro ajustar o grau de seus estereótipos a um e outro.

Ainda assim, avanços podem ser sentidos, visto que, num passado de há duas décadas, conforme o testemunho de uma geração, na nave da igreja tomava nítida forma a separação entre moradores da Cruzada, sempre nos bancos à esquerda, e os demais moradores do bairro, sentados à direita.

Cisão que me reportaria à Tikopia e às divisões acentuadas pela presença da Missão entre os habitantes de Faea e Ravenga, e pela prática eclesial de nomear homens do lugar com base em capacidades específicas ou apoios à política missionária, sem consideração às posições que ocupavam na estrutura social local¹⁰⁴. Uma divagação, contudo, a qual recorde ter-me entregado.

“Balancê!”, e começa a quadrilha. Transpomos a grade do adro para a calçada. “Cavalheiros cumprimentam damas, damas cumprimentam cavalheiros”. Nos posicionamos próximo a esquina, de onde, o teatro ao fundo com o seu letreiro, vemos a dança com boa perspectiva. Ao redor da cena principal estão pais, mães, tios, avós, fiéis da Igreja, o padre. Cláudio está em sua companhia, juntamente com uma mulher. Ele acena. Vou até lá, e então tomo conhecimento de todos: padre Marcos e Cléa, diretora da Escola Classe e Cooperação Santos Anjos. O padre está sendo abordado todo o tempo. Será difícil

¹⁰⁴ FIRTH, Raymond. *Nós, os Tikopias: um estudo sociológico do parentesco na Polinésia primitiva*. São Paulo: Edusp, 1998: 133. 756p.

monopolizar sua atenção para um depoimento, breve que seja. Mas ele é simpático, sorri e me pede um favor. Estica os braços, um para o Cláudio, outro para Cléa, e os abraça, ficando entre os dois. A luz do sol a pino explode em suas faces. Do mesmo modo os sorrisos e os olhos, estes como dois traços negros à sombra dos supercílios. O padre, enfim, se dispõe: “Tire uma foto dos três representantes da Cruzada”.

Foto de Soraya Silveira Simões



A Associação de Moradores, a Igreja e a Escola:
“Os três representantes da Cruzada”

A Associação de Moradores, a Igreja e a Escola. Para cada um de seus representantes “A Cruzada” pertence à um campo de experiências distintas, à três campos semânticos distintos.

O sexto dia

No sexto dia, três mulheres resumiriam aos três campos de significação que venho de aludir. Dona Alcina, paroquiana responsável pela secretaria, nos recebeu na Igreja Santos Anjos para uma consulta nos arquivos onde estão guardadas as fichas do primeiro Censo de Favelas do Distrito Federal, realizado em 1947, e as do Serviço Social da Cruzada São Sebastião.

Soubemos da existência do precioso acervo através do trabalho de Bart Slob¹⁰⁵, um estudante holandês que tomou a iniciativa de organizar o arquivo durante a pesquisa que realizou na Cruzada São Sebastião, talvez o primeiro pesquisador a encontrá-las na paróquia, ou, ao menos, o único que, até então, sabia ou reconheceu nelas a sua importância.

Outros pesquisadores associados ao Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ) também tiveram interesse em me acompanhar, sobretudo por estarem, naquele momento, realizando os seus trabalhos em favelas que acolheram moradores da Praia do Pinto¹⁰⁶.

Portanto, no quinto dia, tive o cuidado de pegar o telefone da paróquia e marcar com a pessoa responsável uma consulta ao acervo. Dona Alcina já nos esperava, e se mostrou muito interessada na conversa que tivemos ao telefone. Pediu para que escrevêssemos um pequeno parágrafo explicando os objetivos de nossa pesquisa, pois publicaria no próximo número do jornal O Dom, o informativo mensal que fazia circular as notícias paroquiais. Nos convidou, com isso, a segui-la.

Passamos pelas salas de catequese, pela cozinha e pela entrada da sacristia. Alcançamos o velário, no corredor externo, e por ali entramos na nave por uma porta lateral, de uso dos funcionários. Olho a nave vazia, imagino a divisão dos lugares como ocorria há alguns anos e pergunto a Dona Alcina se a história procedeu. Surpresa com tal questão, mantém-se discreta no silêncio da igreja e confirma transfigurando o semblante num ar breve de condolência, após o que nos informa, já no *hall*, sobre o que significou a Cruzada de Dom Helder. Mais uma vez vê-se obrigada a lamentar a resistência dos moradores do bairro à presença daquele conjunto. Durante a procissão da Sexta-Feira da Paixão, ela conta ter ouvido comentários cujo teor a constrange dizê-los em voz baixa.

O arquivo estava guardado em uma sala ao lado da escada de acesso ao mezanino e à torre, onde havia uma escrivaninha e algumas cadeiras. Poderíamos permanecer ali o tempo que quiséssemos, informou Dona Alcina, e qualquer coisa de que precisássemos bastaria chamá-la ou a um dos empregados da paróquia.

Ao partir, deixou-nos com um tesouro nas mãos. Abrimos a primeira gaveta do móvel. Centenas de papéis amarelecidos, presos a elásticos e cliques de metal,

¹⁰⁵ SLOB, Bart. *Do barraco para o apartamento – a “humanização” e a “urbanização” de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2002, trabalho de conclusão de curso Museu Nacional, 173p.

¹⁰⁶ Ilza Mascarenhas, Lucia Maria Cardoso de Souza, Evanir Nunes, Letícia de Luna Freire e Anamaria Fagundes.

evidentemente mal acondicionados, porém minimamente colocados em ordem alfabética graças ao trabalho do estudante holandês! Cada ficha daquelas continha informações sobre cada família da favela ao longo de vários anos. Havia fichas que acompanhavam a trajetória dos moradores de um só barraco por mais de uma década. Em algumas, o detalhamento das observações lavradas pelas assistentes sociais da Fundação Leão XIII primava pela minúcia, nos permitindo dimensionar, não sem espanto, o quão presente eram na vida dos favelados.

Vimos também que cada morador do Bairro São Sebastião possuía um “registro de morador”, atualizado a cada ano pelo Serviço Social da Cruzada. Junto a ele, uma ficha com os dados do responsável pelo apartamento e de seus dependentes, tais como idade, ocupação, grau de instrução, salário, bens materiais, reformas no apartamento e estado da habitação.

Poucos minutos se passam e uma mulher – a segunda – entra pela porta lateral, percorre o mesmo trajeto e pára diante da porta da sala onde estamos. Dali mesmo aguarda até que todas nos apercebamos de sua presença. Faz, então, um muxoxo. Vira a face para o lado, agora para cima e diz, categórica, olhos fechados ostentando desdém: “Vocês querem saber da história da Cruzada? Eu fui nascida e criada. Pode ver que o nome da minha mãe tá aí na ficha.” Vira o rosto novamente para dentro da sala e clareia a face com um sorriso contido nos olhos e nos lábios, como que esperando de nós a acolhida para o que pretende contar.

Fátima Regina, o seu nome. Trabalha na paróquia. Saiu da Praia do Pinto com um ano e oito meses para ir morar no apartamento 511, do bloco dois. De lá, mudou-se para o apartamento 511, do bloco três e, finalmente, para o 601, do bloco seis, onde mora com a mãe. Muita gente na favela não teve a mesma sorte, ela diz, e foram todos morar em Cordovil, Cidade de Deus, Mangueiras. E dá ênfase ao fato de ainda hoje ter gente na Cruzada que foi *fundadora*. Fala assim, declinando o gênero enfaticamente. Sua mãe, Geralda Medeiros, e a mãe desta, sua avó, o foram. “Eu sou raiz”, se embevece. Garante encarar sem medo os meninos que desrespeitam o seu lugar fumando maconha na frente das pessoas que vem e que vão. Disse ter visto Sandra Cavalcanti atear fogo na favela, em 1969. Tinha onze anos na época. Sabia que a casa de shows vizinha a igreja está registrada como Churrascaria Santos Anjos, e também considerava importante nos dizer que a Irmã Eny morava no bloco oito, onde funcionava o Serviço Social da Cruzada São Sebastião. Se alguma coisa acontecia com o morador, o Serviço Social tinha logo que tomar

conhecimento. Mas agora era a Associação. Novo muxoxo, e continua: sua mãe integra o grupo de artes do terceiro bloco e gosta de apartamento “de canto”, que ficam nas extremidades dos corredores. São maiores, mais preservados e têm vista. Com isto, canta para nós o número do seu telefone – “É gato treze e burro cinqüenta e três”.

Fátima nos dera todo o seu *script*, toda a cor da sua memória emocional¹⁰⁷. Conquistara inteiramente a nossa atenção, e prometeu nos mostrar onde ficava o seu barraco onde hoje é o ‘favelão’. Em realidade, o que Fátima nos propunha era uma visita guiada para nos ajudar a exumar a favela da Praia do Pinto em pleno coração da Selva de Pedra. Tratava-se de uma arqueologia fantástica¹⁰⁸, sem signos do passado nos quais pudesse se apoiar. Apenas sua memória, que não o deixava cair em esquecimento.

Da Igreja fomos para a Escola Classe e Cooperação Santos Anjos. Fátima nos acompanha até a porta da paróquia, onde pára e, dali mesmo, aponta para um dos prédios da Selva de Pedra. Nós, o público, tínhamos, pelo visto, o condão de despertar a sua Atena, guardiã da favela da Praia do Pinto e da Cruzada São Sebastião.

Íamos à sombra das árvores sob o efeito prodigioso daquela manhã passada no corpo da igreja, na companhia das histórias das fichas e de Fátima Regina. Como se tivéssemos voltado no tempo e fôssemos reconduzidas ao presente somente na calçada, do lado de lá da porta da paróquia, despertadas pelo aceno do adeus e pelo som da passarada.

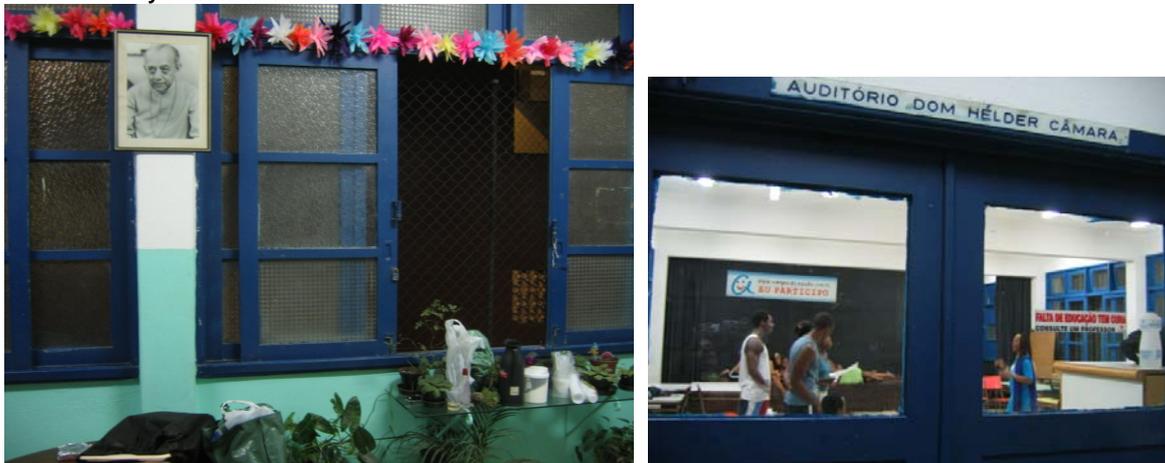
Na escola, nos convidaram a subir ao segundo andar onde a diretora nos aguardava. Ao ver-nos, achou melhor irmos para o auditório Dom Helder Câmara. Lá haveria mais espaço. Éramos sete mulheres, afinal. Dispomos as cadeiras em círculo e começamos a conversar sobre dados muito objetivos, como por exemplo, quantos professores e funcionários havia na escola, a procedência dos alunos e para que escolas eles são encaminhados para cumprirem o ensino médio. Sem exhibir esforço algum para nos responder, Cléa, ao contrário, dizia tudo com precisão: eram 19 professores, dez de manhã e nove no turno da tarde, mais um professor de leitura, dois de educação física, um coordenador, um diretor, um adjunto e dois professores readaptados, mais três merendeiras e um servente. Os alunos, em sua maioria, provêm da Cruzada e das favelas Vidigal e Rocinha, mas também há muitos que moram em Ipanema, no Leblon e em Duque de Caxias, filhos de pais que trabalham principalmente como porteiros e faxineiros nos

¹⁰⁷ No capítulo IX de seu livro *A Preparação do Ator*, Constantin Stanislavski apresenta o recurso da memória emocional, que consiste na recriação da emoção a partir da memória.

¹⁰⁸ V. MELLO, Marco Antonio da Silva & VOGEL, Arno. *Sistemas Construídos e Memória Social: Uma Arqueologia Urbana?*. In: Revista de Arqueologia, Belém, 2(2): 46-50, jul./dez.1984.

prédios da região. Quando deixam a Santos Anjos, a maioria segue os estudos no colégio Henrique Dodsworth, em Ipanema, situado em frente a Praça Jardim de Alah.

Fotos de Soraya Silveira Simões



Dom Helder Câmara homenageado na Escola Santos Anjos

A entrevista transcorre num tom neutro, burocrático. Falta uma questão aberta, que lhe peça opinião. Pergunto se ela identifica alguma demanda como característica da Cruzada. Pondera que sim – há um “querer tudo” que é típico da comunidade, é um achar-se dono, é um abuso. Ela atrela sua permanência como diretora da escola, já há catorze anos, a presença do padre Marcos. Ele cobra da comunidade certas responsabilidades, liberando-a, nesses momentos, do fardo que lhe querem atribuir por ocupar um papel na direção. Comunidade carente quer e exige um cuidado especial, mas isto, não lhe restam dúvidas, é incumbência que não lhe concerne. Tal encargo, ela diz, é legado que deixou o ex-governador Leonel Brizola. Foi ele quem teria valorizado a comunidade em detrimento do público, insuflando nos espíritos o sentimento da destituição e o ímpeto pela apropriação privada da coisa pública. Referia-se à falta de cuidado com o espaço e ao desprezo pelas normas da escola, aos usos da quadra antes do horário previsto e até investidas propositadas contra os trabalhos feitos pelos alunos e expostos nas paredes. Falava, em síntese, de depredação e desrespeito. Temas por demais complexos se pensarmos em perspectiva, no pensamento que precede o ato e nas relações que o estruturam para uma dada ação em um espaço institucionalizado.

Instaura-se ali um desabafo. Ocorriam bailes *funk* na quadra da escola, período em que os moradores da Selva de Pedra encaminhavam inúmeros abaixo-assinados à diretora, clamando pela interdição da quadra para aqueles fins. Transtornava-os o som alto durante toda a madrugada. Eram fruto dessa perturbação as mais variadas nuances do medo que

sentiam e que era provocado por um tal absurdo. E até altas horas. Até que um dia os bombeiros vieram, e interditaram o baile. Um grande jornal traz publicado o seu retrato. Cléa tornara-se o rosto da responsável pelos distúrbios. Sem suposições, como é hábito nos textos dos jornais. A responsável *era* ela, estava escrito.

2. A reportagem, o estudo, a ajuda

Essas três dimensões estão presentes na pesquisa de campo. Mas não em qualquer campo. O resultado, a divulgação, o retrato, a melhoria, a mudança, a contrapartida, o conhecimento. Tudo isso, todas essas expectativas juntas, denota o próprio campo que aqui, empiricamente, encontra lugar na Cruzada São Sebastião do Leblon.

Ajudar e decidir políticas que alteram as atividades de um grupo é a consequência mais imediata da participação do pesquisador na vida de outras pessoas, como assinala Cicourel. “Embora muitos pesquisadores recomendem ao novato que não se torne ‘tão ativo’ no grupo em estudo, o pesquisador pode não ter muita escolha. Muitas vezes o melhor para ele é tentar compreender suas consequências para os objetivos da pesquisa”¹⁰⁹. E foi isto, exatamente, o que fizemos. Aceitamos os pedidos e encontramos um papel inicial determinante para a pesquisa: o de atuar como escreventes das atas nas reuniões dos moradores e destes com outros agentes, públicos e privados. A partir daí, passamos a ser vistos como aqueles “que ajudam a comunidade” ou que “amam a comunidade”, além de desenvolvermos laços mais destacados de amizade e até mesmo de *adoção*, quando, por exemplo, a etnógrafa passou a ser identificada pelos demais moradores a partir de sua relação com um dado grupo doméstico.

A metáfora da teogonia presente neste capítulo pretendeu não mais do que lançar o *background* etnográfico para percebemos melhor e com maior acuidade a modulação dos sentimentos sociais a partir da idéia de coabitação. *Ser* de algum lugar supõe irreduzibilidade, condição, qualidade, pertença, um problema existencial. *Estar* no lugar reveste o indivíduo de um caráter circunstancial, transitório, condicional. *Se é* da Cruzada, *se está* no Leblon. Essa cadeia sintagmática não tem fim. Porém, o estar jamais prescinde do ser, que o precede.

¹⁰⁹ CICOUREL, Aaron. *Teoria e método em pesquisa de campo*. In GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975: 90. pp.87-122.

O morador da Cruzada é comumente chamado de trabalhador. Ou sua antítese, o “marginal”. Todos, porém, fazem face às suas dificuldades orçamentárias e, note-se, como grande parcela da população. Onde estaria então a sua enfermidade, se é que ela existe? A antropóloga francesa Colette Pétonnet já se havia feito a mesma pergunta em relação aos moradores dos *bidonvilles* dos arredores de Paris, submetidos às políticas habitacionais que primam pela desconsideração da forma como esses cidadãos organizam suas vidas. E intuiu não ser no interior de uma dada ‘população’, “privada *a priori* de denominador comum, que se forma uma espécie de unidade, mas fora dela, na percepção da sociedade englobante, na prática social. A opinião pública, ela diz, qualifica as pessoas como marginais, associais, inadaptados, e, mais recentemente, *handicapés sociaux*”¹¹⁰.

Ao olharmos algumas das reportagens publicadas em 2003 nos jornais de grande circulação, veremos que a Cruzada apareceu, em quase 100% das vezes, relacionada a notícias em que algum residente dos prédios era suspeito ou estivesse envolvido em crimes¹¹¹. Aliás, é sempre nos jornais de grande circulação que ela figura, sob a mira do *palmtop* do repórter residente na Zona Sul da cidade. A mídia colocou “A Cruzada” como a notícia. Seu morador, esse morador que emerge no factual noticiado, apenas confirma a maldição do endereço.

Os termos mencionados por Petonnet não descrevem, como ela ressalta, um modo de vida, mas sugerem a noção de perigo, de anormalidade, enfim, de um achaque. Embora as pessoas que residem em tais e tais lugares vivam na cidade e nela trabalhem e consumam, a opinião pública, as instituições e, sobretudo, as políticas públicas concebem, nos planos de assistência ao pobre ou, mais recentemente, de ‘responsabilidade social’, uma concepção das comunidades carentes que infundem nas consciências problemas supostamente inerentes e exclusivos a uma dada realidade social – que se confunde, por sua vez, com o lugar de moradia (o endereço) ignorando o papel da casa na formação de uma pessoa. A *casa*, como lembram Mello & Vogel, implica todo um mundo de relações sociais: diz-se “as pessoas da casa”. O sentimento da casa é uma das faces, talvez a mais

¹¹⁰ « *C'est ne pas à l'intérieur de cette population, privée a priori de dénominateur commun, que se forme une sorte d'unité, mais hors d'elle, dans la perception de la société globale, dans la pratique sociale. L'opinion publique qualifie les gens en question de marginaux, asociaux, inadaptés, et, plus récemment, d'handicapés sociaux* ». PETONNET, Colette. *On est tous dans le brouillard*. Paris : Éditions du C.T.H.S., 2002 : 20. 394p.

¹¹¹ Cf. O Globo dos dias 02 junho 2003 , 2ª feira: *Corpo de homem é deixado no Leblon*; 27 de outubro 2003, 2ª feira: *Sol, surra, arrastão e engarrafamento*; 04 de novembro 2003, 3ª feira: *Pressão Máxima no morro e no asfalto - Cruzada e Rajah*; 05 de novembro 2003, 4ª feira: sessão carta dos leitores sobre o fato do dia anterior.

fundamental, do sentimento de família. “São os valores da intimidade preservada pelo recato. Asilo inviolável, diz a Constituição.”¹¹²

De modo que é e sempre será necessário adaptar moradores de determinados lugares no processo de reordenamento do espaço urbano. Mas, para isso, é preciso antes considerá-los desadaptados.

¹¹² MELLO, Marco Antonio da Silva & VOGEL, Arno. *Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi*. Rio de Janeiro: in Revista Arquitetura, FAU/UFRJ, n.1, set.1983: 74. 67-79.

Capítulo 3

O “espírito de sacrifício” e a anunciação da crise habitacional

Em agosto de 1957, mais de 30 mil jovens de 87 países se reuniram no Conselho Internacional da Juventude Operária Católica (JOC), em Roma. O temário do congresso – “O mundo em que vivemos” – pronunciava os dois problemas que desde os meados do século XX passariam a integrar e articular as agendas governamentais de todo o mundo: o problema da fome e o da habitação.

A percepção catastrófica da época clamava os povos a ofertarem suas contribuições engajando-se nestas causas cujo diagnóstico apontava drásticas restrições para um futuro que se aproximava. Era preciso, impreterivelmente, “suscitar o espírito de sacrifício”¹¹³. Padres, governadores, prefeitos e presidentes, juntamente com médicos, engenheiros, urbanistas e arquitetos, passariam a se empenhar conjuntamente na elaboração de políticas que pudessem promover uma monumental reforma urbana. A urbanização e o saneamento seriam o estandarte do desenvolvimento humano, redesenhando a organização das cidades e as relações entre seus habitantes através de mudanças drásticas nas formas de moradia.

Na primeira metade do século, as causas do déficit habitacional eram, na Europa, atribuídas à guerra, enquanto que no Brasil o problema se apresentava, sobretudo, como decorrente da necessidade premente de uma reforma agrária. A retomada do crescimento econômico possibilitada pelo fim da II Guerra estimulou o afluxo dos migrantes rurais em direção aos centros urbanos e as cidades não estavam preparadas para absorver o contingente de novos habitantes.

No Rio de Janeiro os núcleos não urbanizados se formavam com grande rapidez e cresciam, desde o início do século passado, nas franjas de suas montanhas, no centro da cidade, perto do mar, por sobre mangues, areais ou às margens da lagoa Rodrigo de Freitas. A questão da habitação tornara-se urgente não só para os governantes, mas também para os habitantes da cidade, muitos deles residindo em condições precaríssimas.

É, contudo, ao final do século XIX que remonta o surgimento das habitações populares como tema de discussão pública. De um lado, intelectuais e governo preocupados com o futuro da República, o saneamento do país e embelezamento de sua capital. De outro, uma população pobre para a qual se voltavam os olhos informados pelo

¹¹³ Cf. Manifesto da JOC Internacional, sobre os grandes problemas da juventude trabalhadora em todo o mundo, 1957: 18.

postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano¹¹⁴. A solução: sanear habitações e habitantes; submeter os moradores dos cortiços, casas de cômodo, estalagens e dos casebres que se iam construindo, principalmente por sobre os morros do centro da cidade, às mais variadas medidas de controle médico, repressão policial e expulsão, sob a égide da urbanização e da modernização da cidade.

Num primeiro momento, foram os cortiços e demais habitações coletivas o objeto das leis e posturas municipais que visavam proibir esta forma de moradia, pois nelas as condições de higiene não respondiam ao rigor exigido e pautado pelas descobertas trazidas da França pelo médico-sanitarista Oswaldo Cruz, na área da microbiologia¹¹⁵. No momento seguinte, as miras voltaram-se todas para as encostas dos morros onde começavam a se levantar casebres humildes e, com eles, a suspeita de que sua presença nesses promontórios estaria associada às investidas que, na urbe espremida aos sopés, arrasavam cortiços e outras habitações do velho casario colonial.

Vem desde aí o mito que funda a *favela*, nome trazido do sertão baiano – mais precisamente do Morro da Favella, situado no município de Monte Santo – para o Morro da Providência, no Rio de Janeiro, pelos soldados que retornavam da Guerra de Canudos e que, ali, acabaram por se estabelecer enquanto aguardavam os soldos devidos pelo Ministério da Guerra¹¹⁶. A planta ‘favella’ (*Jatropha phyllacantha*), que dera nome ao morro baiano, era também encontrada no morro onde esses soldados foram morar, defronte ao velho cais do porto do Rio, região central da cidade. Desde então o nome favela parece evocar a resistência dos oprimidos que, na Guerra de Canudos, lutaram contra a força bélica e autoritária do Estado opressor para permanecer em suas terras. Dois pólos antagônicos representados, neste mito de origem, pelas figuras do líder messiânico Antônio Conselheiro e da força militar de uma jovem República brasileira.

Fortemente associados à um “mundo rural” não apenas pela aparência de suas construções de pau-a-pique, de seus quintais, de suas ruelas sinuosas, desniveladas e sem pavimento, mas porque nelas habitavam imigrantes de procedências interioranas, esses “territórios da pobreza” passaram a constituir-se como parte do cenário urbano carioca do

¹¹⁴ Cf. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; VALLADARES, Lícia. *Cem Anos Pensando a Pobreza (Urbana) no Brasil*. In: *Corporativismo e Desigualdade – A Construção do Espaço Público no Brasil*. BOSCHI, Renato R. (org). Rio de Janeiro: IUPERJ, Rio Fundo, 1991. p. 81-112. e VALLADARES, Lícia. *A Invenção da favela – do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005a: 28.

¹¹⁵ Cf. CUNHA Neiva Vieira. *Viagem, experiência e memória – Narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30*. Bauru, São Paulo. EDUSC. 2004.

¹¹⁶ VALLADARES, 2005a: 29.

início do século XX, estabelecendo dicotomias que então passariam a operar de modo proeminente no Rio de Janeiro. A do sertão e o litoral. A da favela e a cidade.

Exibindo-se aos olhos contemplativos da população, a geografia exuberante da capital permitiu consolidar, com o passar dos anos, uma associação quase inextricável entre morro e favela. Se em outros bairros da cidade eram as famílias abastadas que iam instalar-se nas montanhas, indo em busca do ar puro e temperaturas mais amenas, no outro lado, em seu centro, junto a mangues e ao velho casario, eram os pobres os que iam ocupar as terras altas, alcançando pouco a pouco os muros das construções levantadas, lá em cima, por frades e jesuítas¹¹⁷.

Com a primeira grande reforma urbana da cidade, instaurada no governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), esta tendência ia fincar raízes tanto em seus aspectos morfológicos quanto sociais. Responsável pelo programa de obras públicas que deram novo desenho e saneamento à capital, Rodrigues Alves nomeou o engenheiro Augusto Pereira Passos como prefeito e, como Diretor Geral de Saúde Pública, o médico Oswaldo Cruz, responsável pela campanha higienista que instituiu a política de vacinação compulsória contra a varíola, entre outros planos de erradicação de doenças como a peste bubônica, a febre amarela e a tuberculose.

Todas essas campanhas tinham como meta alcançar as casas e os corpos dos habitantes de cortiços e favelas, considerados focos dessas doenças segundo critérios de insalubridade, mas, igualmente, pelas características indolentes atribuídas a seus espíritos.

Nas retóricas científicas de então, equivalências entre o meio e o comportamento do homem, se prestavam, no mais das vezes, a assentar em tipos sociais ou raciais espíritos corruptivos. Na África do Sul, os estudiosos da miscigenação reconheciam, em 1930, que os resultados das *'illicit connections'* se apresentavam desfavoráveis em consequência de “causas sociais” indesejadas¹¹⁸. “Um meio-termo doentio, menos entre duas raças que entre duas civilizações hirtas”¹¹⁹, o mulato, o mestiço, trazia a marca de um coito danado. Seu castigo, além de social, devia de ser o biológico, e a tuberculose e certas doenças

¹¹⁷ O Morro do Castelo, primeiro núcleo urbano da cidade do Rio de Janeiro e inteiramente arrasado no início da década de 1920, era exemplo deste tipo de ocupação em que conviveram o convento erigido durante o período colonial e os casebres levantados pelos trabalhadores urbanos, já no fim do Império. V. NONATO, José Antônio & SANTOS, Nubia Melhem. *Era uma vez o Morro do Castelo*. IPHAN, Rio de Janeiro. 2000.

¹¹⁸ Gilberto FREYRE cita um artigo publicado no *Journal of the African Society*, IV, Londres, 1930, onde as relações entre negros e brancos aparecem como ilícitas e, cria desta união, o bastardo, portanto, teria inferioridade ainda maior, pois seria, além de tudo, mestiço. Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo, Global Editora. 2003: 780.

¹¹⁹ *Ibid*: 781.

venéreas excediam, supunha-se por isso, nas estatísticas entre negros mestiços sul-africanos e norte-americanos. Havia, contudo, quem considerasse a pobreza o “maior inimigo dos nenês”¹²⁰, fosse qual fosse a sua cor. A tuberculose, doença preeminente urbana, era a doença de cortiço, no Rio de Janeiro, mas também dos “quadros”, de Nova York, dos “*slums*”, de Londres e de Chicago¹²¹. Os casebres das favelas do Rio, feitos de tábuas podres e de folhas-de-flandres, tornavam-se ainda mais abafados durante as noites úmidas. Sem ar e sem sol, em muito se distinguiam, por exemplo, dos mucambos das cidades do Norte, cobertos de palha, material excelente para a vida nos trópicos. Nas habitações dos mucambos do Brasil setentrional, ar e sol eram visitas constantes nos casebres, enquanto aqui, mais ao sul, o calor sobre os materiais inadequados utilizados sobre terrenos tornados, com isto, igualmente inadequados para se morar, defendia a permanência do antepositivo classificatório dessa habitação *anti-higiênica*. Sobre as “casas de pequenas frentes, grandes fundos, nada ventiladas, e formigando de habitantes” incidiam o clima “úmido, abrazador, a atmosfera impura, impregnada de vapores aquosos, miasmas, &C”, elementos envolventes de uma “vida sedentária”, da “*syphilis*”, do “*onanismo*” e da “*sodomia*” arrebatadores do homem da cidade do Rio de Janeiro¹²².

A equipe que administrou o distrito federal no início do século XX era particularmente composta por engenheiros¹²³, entre os quais Paulo de Frontin, responsável pela abertura da avenida Rio Branco e pelo desmonte do morro do Senado, e Francisco

¹²⁰ O artigo de REUTER, E.B. *The american race problem*, publicado em 1927, em Nova York, é também citado por FREYRE como exemplo do problema de raça e doenças em meio urbano. No Brasil, FREYRE sugere, na mesma nota, a leitura de um estudo do professor Roquette-Pinto, *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, apresentado no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929.

¹²¹ Os *slums* configuram áreas caracterizadas por habitações situadas em zonas definidas para terem outro tipo de uso no futuro, perdendo, com isso, investimentos na conservação dos imóveis. Abandonados e desvalorizados, esses imóveis tornaram-se densamente ocupados pois absorveram levas de migrantes empobrecidos e sem recursos: negros do sul dos EUA, lavradores arruinados e desalojados, trabalhadores mexicanos, porto-riquenhos, italianos. As instituições de crédito convencionais para empréstimos hipotecários recusavam pedidos à seus moradores, como aconteceu, durante 30 anos, a partir da Grande Depressão americana, no bairro de North End, em Boston. Entretanto, seus moradores se cotizaram na reconstrução das próprias casas e North End foi reconstruído com a manutenção de reservas dos seus moradores, tal como vigorava antes do surgimento do sistema bancário. Cf. JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, [1961] 2000: 330. Cf. também FOOTE-WHYTE, que foi um dos primeiros sociólogos a tentar desfazer a idéia de desorganização social atribuída aos *slums* ou bairros pobres de imigrantes. Cf. FOOTE-WHYTE, W. “*Social Organization in the Slum*”, in *American Sociological review*, 8: 34-39 (fevereiro, 1943).

¹²² Assim figurava o caríocoma dos cortiços na tese de Miguel Antônio Heredia de Sá, “*Algumas reflexões sobre a cópula, onanismo e prostituição*”, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1845. apud, FREYRE, op.cit: 414.

¹²³ VALLADARES (op.cit.: 40) lembra que desde 1889, com a Proclamação da República, até deixar de ser capital, em 1959, a cidade do Rio de Janeiro seria, aliás, governada apenas por engenheiros e médicos, com exceção de Antonio Prado Junior (1926-1930), um industrial paulista. Vale lembrar também que já em 1880 é fundado no Rio de Janeiro o Clube de Engenharia.

Bicalho, à quem coube dirigir as obras de construção do cais do porto e do prolongamento do canal do Mangue. Data também desta época a abertura da avenida Beira-Mar, através da qual a cidade se expandiria em direção ao sul. Desde a proclamação da república, em 1889, até 1959, quando o Rio de Janeiro deixou de ser capital, a cidade foi governada por engenheiros e médicos¹²⁴.

As alcunhas dadas às frentes abertas por este governo seriam também um modo de perpetuar, na memória coletiva, as profundas mudanças por ele engendradas. O *bota abaixo* do prefeito Pereira Passos impeliu para os morros do centro um grande contingente de moradores despejados das antigas construções evocativas do passado português. Diante das promessas de modernização, aeração e transformação estética da capital, a República não mais podia tolerar uma tal permanência. Oswaldo Cruz, a seu turno, criou a Brigada de Mata-Mosquitos e a revestiu de poderes supremos para efetivar sua missão de extermínio, fosse nas ruas ou no âmbito das residências, ao mesmo tempo em que fez instituir a lei de vacinação compulsória contra a varíola. A cidade se encontrava em ruínas; e sua população, fragilizada. Somente os planejadores vislumbravam a que e a quem serviria sacrifício desta magnitude. Os demais cidadãos cariocas, aqueles para os quais se permitia apenas assistir, e que, coagidos, deveriam desobstruir o caminho do progresso, esses se insurgiram contra as ações militarizadas na área da saúde pública e foi a *revolta da vacina* a resposta popular que marcou, por sua vez, o projeto sanitário do governo¹²⁵.

Em 1906, mesmo ano em que a febre amarela é declarada oficialmente extinta do Rio de Janeiro¹²⁶, surge no regulamento municipal a proibição de se construir novos cortiços. Para alguns autores¹²⁷, foi o relatório ‘Habitações Populares’, encaminhado pelo engenheiro Everado Backheuser ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, J.J. Seabra, o documento que inaugurou a reflexão sobre as favelas do Rio de Janeiro¹²⁸. Entre 1890 e 1906, a população do Rio aumentava em ritmo muito mais acelerado do que o das

¹²⁴ VALLADARES, 2005a: 40.

¹²⁵ Inúmeras charges publicadas nos periódicos da época retrataram as medidas higienistas de Oswaldo Cruz. Numa delas, publicada na revista *O Malho*, o médico aparece arrancando a população do Morro da Favella com um pente, onde se lê “Delegacia de Hygiene”. Na legenda, lê-se: “Uma limpeza indispensável. A Hygiene vai limpar o Morro da Favella, ao lado da Estrada de Ferro Central. Para isso intimou os moradores a se mudarem em dez dias”. A imagem está publicada em VALLADARES, 2005a.

¹²⁶ *ibid*: 61.

¹²⁷ VALLADARES, Lícia & MEDEIROS, Lídia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro: uma bibliografia analítica, 1906-2000*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, URBANDATA, UCAM, FAPERJ, 2003; e GONÇALVES, Rafael Soares. *A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de Obras de 1937*. In Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana. Ano 4, vol.4, n.5, fevereiro de 2007.

¹²⁸ Cf. BACKHAUSER, Everardo. Habitações populares. In: *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906: 105-106. apud. VALLADARES, *op.cit*, 2005a: 24.

construções prediais destinadas à moradia¹²⁹. Isto representou um aumento da densidade domiciliar de 7,3 para 9,8 pessoas por residência¹³⁰. A urbanização embrionária acompanhou, ainda, a constituição de um mercado de trabalho industrial e urbano composto por uma mão-de-obra livre, formada por imigrantes e ex-escravos cuja condição provinha de uma recente alforria situada na transição do Império para a República.

É João do Rio quem nos faz recordar que grande parte desses trabalhadores, contudo, ocupava-se com atividades de rua – trapeiros, ambulantes, tatuadores, selistas, vendedores de orações, ratoeiros, apanhadores de café¹³¹ –, permanecendo do lado de fora da fábrica, desempenhando papéis em que involuntariamente reuniam-se sob o rótulo de *ruaceiros*.

Aos olhos da elite política da época, as casas onde viviam esses moradores da cidade representavam “o berço do vício e do crime”. Esta noção manteve-se desde então estreitamente associada à de “classes perigosas” e, por isso, como assinalam Chalhoub¹³² e Carvalho¹³³, às favelas de então, mas, sobretudo, aos cortiços e demais habitações coletivas, sobrepunha-se a imagem dos *slums* da Inglaterra vitoriana. O *lumpenproletariat*, figura de papel insolente para os propósitos revolucionários de seus definidores Marx e Engels, opunha-se à noção de *working classes*. Destituídos, por definição, de uma consciência de classe, os representantes desse baixo estrato do proletariado – *dangerous classes* – prefeririam, aos olhos dos republicanos do Rio de Janeiro, assegurar o seu desprezado posto no regime monárquico em vez de assumir as responsabilidades conclamadas pelo ideal republicano de igualdade¹³⁴. Deste modo pode-se dizer que os olhares puritanos lançados pelas elites vitorianas aos *slums*, assim como os aqui lançados pelos ortodoxos da república nascente sobre os cortiços e favelas, consentiam a respeito de uma moral atribuída também às formas de habitar dessa gente.

Seguindo o destino do cortiço, a favela é, então, transformada em problema de primeira grandeza; e chega à década de 1920 como a grande antagonista da racionalidade técnica reguladora do conjunto urbano. Em sua crônica *A Favela que eu vi*, publicada pela

¹²⁹ RIBEIRO, Luis César de Queiroz (1997) assinala que a taxa geométrica anual de aumento da população era de 2,8%, enquanto que a das construções era de 3,4%, sendo apenas 1% concernente à moradia.

¹³⁰ VALLADARES, op.cit, 2005a: 37.

¹³¹ RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas: Crônicas/João do Rio*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 224p. Cf. também VALLADARES, 1991, op.cit.

¹³² *Op.cit.*

¹³³ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas : o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras. 1990.

¹³⁴ idem: 26.

primeira vez em 1924, no *Jornal do Brasil*, Benjamin Costallat olhava para o Morro da Favela ‘e sua gente’ e identificava ali uma vida surpreendente, cuja possibilidade se fazia graças à ajuda divina – “porque ela é alegre na sua miséria”¹³⁵ – e cujos propalados perigos deviam-se às suas próprias leis e à precariedade de seus acessos:

É um caminho de cabras. Não se anda, gravita-se. Os pés perdem a função normal de andar, transformam-se em garras. (...) Falavam-me sempre no perigo de subir à Favela. Nos seus terríveis valentes. Nos seus malandros que assaltam com a mesma facilidade como se dá bom-dia. O maior perigo que eu encontrei na Favela foi o risco, a cada passo, de despencar de lá de cima pela pedreira ou pelo morro abaixo¹³⁶.

Os estereótipos que traçavam o perfil de seus habitantes foram obscurecidos, na crônica de Costallat, por uma vontade maior de ressaltar as condições nas quais estes viviam.

A Favela não tem ruas. As choupanas se fazem umas sobre as outras, à vontade do proprietário. O terreno é de ninguém, e de todos... A sarjeta, a rua, o esgoto, é tudo a mesma cousa, e essa mesma cousa é uma enorme vala onde se passa aos pulos, saltando-se de buraco em buraco, e onde os porcos engordam, imensos, sonolentos...

¹³⁵ Gilberto Freyre, em *Casa-Grande e Senzala*, exalta qualidades que seriam intrínsecas ao negro: “Não se pode acusar de sujos e propagadores de imundície os negros que, quando libertos, deram para barbeiros, dentistas, fabricantes de vassouras de piaçava, importadores de sabão-da-costa; alguns para lavar chapéus-do-chile; as negras para doceiras caprichosas na limpeza dos seus tabuleiros; ou para lavadeiras igualmente asseadas. Profissões cujo exercício, com evidentes preocupações de higiene, em parte os redime da mancha infamante de carregadores de tigre (barris de excremento que ficavam longos dias dentro da casa colonial, “debaixo da escada ou num outro canto acumulando matéria”) (...) Foi ainda o negro quem animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria. O português, já de si melancólico, deu no Brasil para sorumbático, tristonho; e do caboclo nem se fala: calado, desconfiado, quase um doente na sua tristeza. (...) A risada do negro é que quebrou toda essa “apagada e vil tristeza” em que se foi abafando a vida nas casas-grandes. Ele que deu alegria aos são-joões de engenho; que animou os bumbas-meu-boi, os cavalos-marinhos, os carnavais, as festas de Reis. Que à sombra da Igreja inundou das reminiscências alegres de seus cultos totêmicos e fálicos as festas populares do Brasil; na véspera de Reis e depois, pelo carnaval, coroando os seus reis e as suas rainhas; fazendo sair debaixo de umbelas e de estandartes místicos, entre luzes quase de procissão, seus ranchos protegidos por animais – águias, pavões, elefantes, peixes, cachorros, carneiros, avestruzes, canários – cada rancho com o seu bicho feito de folha-de-flandres conduzido à cabeça, triunfalmente; os negros cantando e dançando, exuberantes, expansivos. Ainda no carnaval de 1933, na Praça Onze, no Rio de Janeiro, tivemos ocasião de admirar esses ranchos totêmicos de negros; e nos carnavais de Pernambuco estamos cansados de vê-los quando se exibem, felizes, contentes, dançando atrás dos seus estandartes, alguns riquíssimos, bordados a ouro... (...) Nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa, nos tanques de bater roupa, nas cozinhas, lavando roupa, enxugando prato, fazendo doce, pilando café; nas cidades, carregando sacos de açúcar, pianos, sofás de jacarandá de ioiôs brancos – os negros trabalharam sempre cantando: seus cantos de trabalho, tanto quanto os de xangô, os de festa, os de ninar menino pequeno, encheram de alegria africana a vida brasileira. Às vezes de um pouco de banzo: mas principalmente de alegria”. Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro. 1983 [1933]: 462-463.

¹³⁶ COSTALLAT, Benjamim. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca.1995: 34. 108p.

Embora “encravada no Rio de Janeiro, a Favela é uma cidade dentro da cidade”. Expressão peremptória do sentimento que perduraria ao longo de todo o século XX, a observação do cronista desvelava a instância “absolutamente autônoma” desta cidadela deixada à própria sorte pelo poder público. “E a Favela, que não conhece polícia, não conhece impostos, não conhece autoridades, conheceu Zé da Barra e a ele teve que obedecer!”¹³⁷. Tornou-se “presidente da pequena república da Favela”, o tipo paradigmático sabia como manter e defender o seu domínio exibindo as insígnias de sua prosperidade e valentia: era capoeira, dos bons, e dono da única casa coberta de telha (“de boa e verdadeira telha francesa”) e da maior venda do morro, “onde o consumidor tem um legítimo balcão de madeira para beber o seu parati”.

A incursão ao Morro da Favela, portanto, trazia consigo o significado de aventura para todos aqueles poucos que para lá se dirigiam com o propósito de testemunhar e relatar um modo de vida existente no distrito federal. Em *Esaú e Jacó*, Machado de Assis nos faz acompanhar os passos vacilantes e os iminentes escorregões de Natividade e Perpétua, duas damas da elite carioca, na subida do Morro do Castelo, quando vão em busca dos conselhos sentimentais de uma bem reputada cabocla. Este morro, inteiramente arrasado no início dos anos 1920, era, em 1904, destino tão suspeito para o roteiro burguês das personagens – restritas ao universo de Botafogo, Catete, Laranjeiras ou Andaraí, às compras na Rua do Ouvidor e às férias em Petrópolis¹³⁸ – quanto qualquer outro morro da área central do Rio.

‘Favela’ passava agora a integrar o léxico urbanístico como um qualificativo genérico desses aglomerados que se expandiam pelos morros do centro do Rio. Nas outras capitais do país, seus sinônimos apareceriam com o advento urbano e finalmente, com a Proclamação da República, assemelhar-se-iam na forma e no uso como espaço de moradia, na cidade, de ex-escravos e de trabalhadores livres sem assistência e sem o amparo das casas-grandes. Eram os ‘mocambos’, do Recife; os ‘alagados’, de Salvador; os ‘cafuas’, de Belo Horizonte¹³⁹; e as ‘baixadas’, de Belém, os similares das ‘favelas’ cariocas.

Contra estes assentamentos que começavam a se tornar, genericamente, favelas, Augusto de Mattos Pimenta escreveria a primeira campanha publicada pela imprensa do

¹³⁷ Ibid: 37.

¹³⁸ Cf. NONATO & SANTOS, op.cit.

¹³⁹ Entre outras tantas acepções, cafua é, segundo o dicionário Houaiss, “aposento escuro e separado onde, nos colégios, os alunos eram deixados de castigo; cafundó”. Gilberto Freyre nota que “as casas-grandes tiveram quase sempre sala de aula, e muitas até cafua para o menino vadio que não soubesse lição”. Cf. FREYRE, Gilberto. Op.cit.: 412.

Distrito Federal. Médico de formação, foi, no entanto, como diretor da companhia Construtora do Brasil e membro do Rotary Club¹⁴⁰, ao qual ingressou em 1925, que Mattos Pimenta passou a se envolver nas discussões acerca do remodelamento da cidade do Rio de Janeiro. Com o patrocínio do Rotary, realizou os primeiros registros filmográficos, também estes repercutindo o tom de um corajoso testemunho – “o espetáculo dantesco que presenciei na perambulação pelas novas favelas do Rio”¹⁴¹ – e intitulado *As Favelas*. Coube a ele a mais contumaz defesa de contratação do urbanista francês Alfred Agache pelo então prefeito Antonio Prado Junior (1926-1930), para a elaboração do primeiro Plano Diretor da capital¹⁴². Em seus artigos, publicados inicialmente no jornal *Notícias Rotarianas* e republicados nos diários *O Jornal*, *O Globo*, *A Notícia*, *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, em 1926 e 1927, Pimenta defendia a primazia da estética e da higiene no urbanismo a ser adotado pelo Plano Diretor de Agache, imputando à favela a imagem de “lepra da estética”:

(...) antes mesmo de sua adoção [do Plano Diretor do Rio de Janeiro] é mister se ponha um paradeiro imediato, se levante uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das “favelas” – lepra da esthetica, que surgiu ali no morro, entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida do Cães do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de belleza¹⁴³.

Suas preocupações com o ordenamento do espaço urbano eram notáveis, chegando a elaborar, ainda nos anos 1920, um programa de construção de casas populares nos moldes do que seria implantado, na década seguinte, pelo prefeito Henrique Dodsworth, durante o primeiro governo Vargas. Augusto de Mattos Pimenta – que além de médico, engenheiro e jornalista fundou o Sindicato dos Corretores de Imóveis do Rio de Janeiro¹⁴⁴ – conhecia bem as práticas do mercado imobiliário. Em seu programa, previa substituir as favelas do Rio por grandes conjuntos de prédios num prazo de 15 anos, durante o qual o

¹⁴⁰ Fundado em 1922. Cf. VALLADARES, op.cit.:41 e 45.

¹⁴¹ PIMENTA, Augusto de Mattos. *As Favelas*, discurso proferido no Rotary Club do Rio de Janeiro em 12 de novembro de 1926 e reproduzido no *Correio da Manhã* e *O Jornal*, no dia 18 de novembro de 1926. apud. VALLADARES, op.cit.: 42.

¹⁴² Cf. ABREU, alzira & BELOCH, Israel. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV. 2001 : 4620.

¹⁴³ Apud. VALLADARES, op.cit.: 43.

¹⁴⁴ Em 1937.

morador do imóvel pagaria um aluguel mensal com juros anuais de 9%¹⁴⁵. Sua proposta beneficiou-se novamente da difusão pela imprensa¹⁴⁶, tornando-se, como observa Valladares¹⁴⁷, a primeira campanha antifavela do Distrito Federal. Dois anos depois, em 1928, uma ordem do prefeito Prado Junior pôs abaixo centenas de barracos e seus moradores se viram obrigados, da noite para o dia, a irem em busca de um novo lugar para morar¹⁴⁸. Não se sabe ao certo o quanto esta investida esteve relacionada às prerrogativas do programa “Casas Populares”, pois embora não tivesse sido legalmente sancionado, existindo, por isso, apenas enquanto proposta, ofereceu aos governantes da capital um plano de execução perfeitamente plausível, em termos legais, para extinguir as habitações precária ou absolutamente protegidas em seus aspectos urbanísticos e fundiários.

Entretanto, medidas como esta eram ainda pontuais. Um novo modelo de pensamento sobre o espaço urbano surgiria com a publicação, em 1930, do primeiro plano urbanístico da prefeitura do Rio de Janeiro, concebido pelo sociólogo e urbanista francês Alfred Agache¹⁴⁹. Ao contrário do seu mais notório defensor, Augusto de Mattos Pimenta, para quem o debate sobre as favelas deveria, sobretudo, inspirar a ação higienista e a definição de um modelo estético para a cidade, Agache se mostrava preocupado em compreender as causas do surgimento dos casebres nos morros e encontrava na burocracia local explicações para uma possível dificuldade de acesso à outras formas de moradia. A casa na favela representava, simplesmente, uma *solução* – a mais razoável para aqueles habitantes da cidade.

Agache também reconhecia a organização social dessas localidades de maneira positiva, destacando até mesmo o estabelecimento de um mercado de locação de imóveis cujo eficaz funcionamento provocaria em seus articuladores o efeito mais sensível procedente de uma prática costumeira: a certeza de poder continuar a agir como se sabe. O bem que circula no mercado, não importando qual seja ele, é o elemento que tece e entretece, em suas trocas, histórias, narrativas, reciprocidades. Para além de seu valor venal, há o do compromisso honrado ou o de uma iminente ofensa; há a extensão do

¹⁴⁵ Ibid: 44.

¹⁴⁶ Cf. “As casas populares – um projecto do engenheiro Mattos Pimenta para resolver a crise de habitações”, *O Jornal*, 09 de dezembro de 1926.

¹⁴⁷ Op.cit.: 44

¹⁴⁸ Deste episódio, surge o primeiro samba cuja letra menciona a derrubada dos barracos (cf. OLIVEIRA & MACIER, 1998: 65-66, apud. VALLADARES, id.ibid.)

¹⁴⁹ A notícia de contratação de Agache foi mal recebida pelos arquitetos brasileiros, e os conflitos que dela decorreram foram registrados nos jornais e, mais recentemente, analisados por STUCKENBRUCK, 1996; SILVA, 1996 e PECHMAN, 1996. Cf. VALLADARES, ibid: 45.

vínculo através da dívida e todo um conjunto de sentimentos, mais ou menos íntimos, mais ou menos sociais, investidos na relação. Esta dinâmica se dá no espaço que o mercado cria e, também, num tempo por ele fundado. Ao reconhecer o comércio imobiliário nas favelas, Agache não só pôde mensurar a complexidade da questão que tinha em mãos, como perceber que o condão do mercado contribuía fundamentalmente para resguardar os pequenos proprietários instalados nas favelas da surpresa, inexorável, contudo, de não poderem, “em caso nenhum, reivindicar direitos de posse”¹⁵⁰.

Com essas palavras, de algum modo o urbanista manifestava compreender a organização da favela e, concomitantemente, o direito que ali prosperava aquém e à margem das instituições do Estado. Entretanto, a sociabilidade praticada nessas localidades não havia ainda merecido atenção mais detida além daquela resultante de um olhar de sobrevôo lançado pelo cronista imbuído de espírito aventureiro ou, ainda, complacente e, por isso mesmo, heróico. Dela só se sabia por intermédio desses tons de testemunho. Não era hábito pensá-las pelo viés de um aquerenciar-se ao mundo.

Pelo contrário, caracterizava-se pela raça e determinava-se pela miscigenação desses ‘tipos’ – o ‘muxuango’ e o ‘mocarongo’, o ‘cafuso’, o ‘caboclo’ e o ‘mulato’ –, autóctones das restingas fluminenses ou ‘plebe’ migrante dos campos e senzalas para os conjuntos de casebres que constituíram as favelas, uma incapacidade de sustentar “formas superiores de sociabilidade”¹⁵¹. Conhecido desconhecido, o tipo social resulta do englobamento de uma dada ordem pela vontade do observador de nele buscar similitudes que sirvam à comparações e justificações. Tipos como o ‘muxuango’, por exemplo, povoavam o imaginário social brasileiro como “trânsfugas da sociedade”, modo pelo qual MELLO e VOGEL se empenharam em mostrar como, através deste tipo, homens tornavam-se seres desanimados e prostrados diante da natureza, sem disposição sequer para migrar até onde se achavam, pois, dadas as características estereotípicas, mais provável seria terem os ‘tipos’ ali *encalhado*. Os autores prestaram particular atenção nesta tipificação, que veio sendo definida a partir dos relatos dos viajantes do século XIX até as descrições dos geógrafos do século XX, ao entenderem os custos que acarretavam aos

¹⁵⁰ AGACHE, 1930: 189, apud, *ibid*: 48.

¹⁵¹ MELLO e VOGEL exploraram a caracterização do *muxuango* e do *mocarongo*, tipos construídos pelo geólogo e geógrafo Alberto Lamago sobre os pescadores da baixada litorânea fluminense, afim de esclarecerem de que modo o personagem-tipo funcionava como um dispositivo ideológico que, levado para o campo social, poderia ser submetido à equação do condicionamento – “ele não é assim. *Está* assim” – para, posteriormente, receber tratamento “por adequadas políticas públicas” originárias de um imperativo reformista. Cf. MELLO, Marco Antonio da Silva & VOGEL, Arno. *Gente das Areias – História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá-RJ – 1975 a 1995*. Niterói, Eduff. 2004: 279.

pescadores da Praia de Zacarias, situada às margens da lagoa de Maricá, onde realizaram a pesquisa. O grupo por eles estudado, assim como outros habitantes da baixada litorânea fluminense, incluía-se na rubrica “aglomeração muxuanga”. Eram, pois, habitantes das areias, com suas choupanas surgidas, esparsas, na paisagem da restinga e vivendo, como a caracterização do tipo pretendia, “da mão para a boca”. Estavam ali sob a égide da dispersão e da rusticidade, mas só aos olhos de sobrevôo dos cronistas de passagem. Mello e Vogel¹⁵² chamam a atenção de que tal procedimento de tipificação muito bem se prestava a cumprir um dos requisitos do Estado Higienista durante o processo de reconstrução da identidade nacional. “Mostrando a diversidade, apontando a unidade” inscrevia-se cada grupo num compêndio de tipos, paisagens e modos *tipicamente* brasileiros e, assim, se criava, com a Revolução de 1930, o fundamento da insigne diversidade brasileira tal como ela era: resultado da trindade racial da qual descenderiam nossos méritos e deméritos peculiares e híbridos.

Compor tipos era, portanto, um esforço ambivalente, pois nesta composição iam se constituindo os argumentos necessários para desqualificar a *posse* das terras ocupadas pelo grupo, na medida em que se destituía do homem seu ímpeto *intencional*. Despojado da intenção, único elemento imprescindível para a configuração da *posse*, restava a esse homem um fato material que lhe seria indiferente.

Os sitiantes, lavradores ou pescadores do litoral fluminense – os ‘muxuangos’ – estavam onde estavam mais “por *des-ânimo* de progredir do que por ânimo de permanecer”¹⁵³. Na cidade se daria lógica semelhante: vivendo em habitações com más condições de higiene, o morador de um casebre na favela – o ‘trabalhador’ – adoecia e, por culpa de suas instalações inadequadas, tornava-se revoltado e *preguiçoso*. Abatido, também ele, enquanto favelado, estaria impedido de progredir e *sair* da favela.

Nos anos 1930, moradia era ainda tema sem lugar consolidado no domínio do direito¹⁵⁴. Embora Getúlio Vargas enaltecesse a propriedade da moradia como sede da célula social e política de base – a família –, na casa do pobre deviam entrar a ordem e a rotina disciplinar capaz de alçá-lo, definitivamente, à condição que se lhe esperava

¹⁵² Ibid: 143.

¹⁵³ Ibid: 279.

¹⁵⁴ O direito à moradia aparece pela primeira vez, em âmbito internacional, em 1948, na Declaração Universal dos Direitos do Homem. No Brasil este direito só foi explicitamente incorporado à Constituição Federal por meio de uma Emenda Constitucional, em 10 de fevereiro de 2000. Cf. MORAIS, Maria da Piedade, Da GUIA, George Alex & PAULA, Rubem de. *Monitorando o direito à moradia no Brasil (1992-2004)*. IPEA, 12/fev.2006.

primordial, quase natural, de proletário. No plano cívico, o morador de uma casa na cidade, mormente de um casebre na encosta de um morro, não podia esperar se beneficiar desta sua condição para, enquanto tal – e não sob o registro de ‘trabalhador’, como pretendia Vargas –, encarnar o papel de um sujeito de direito. Contudo, desde o início do século XIX recaíram normas sobre o papel mais amplo de habitante de um núcleo urbano. Liberdades foram restringidas e regulamentadas por meio das posturas municipais de modo a defender a rua contra os abusos que lhe punham no meio “bicho morto, resto de comida, água servida” e outras sobras já sem préstimo no interior das casas¹⁵⁵.

1. *Excursus metodológicos em ‘guetos’, ‘sobrados’ e ‘mucambos’*

As primeiras três décadas do século XX constituíram, por assim dizer, o período germinal dos testemunhos aventurecos, dos panfletos moralistas e dos relatórios técnicos sobre os aglomerados pobres formados, *pari passu*, com o advento do urbano. Em meio a esta produção de saberes sobre esses territórios precariamente urbanizados situados, contudo, em ambiente citadino, Gilberto Freyre foi o único que, em suas obras, atravessou a soleira da casa brasileira para, de dentro dela, olhar para uma sociedade tangível. O antropólogo pernambucano foi quem primeiro a ancorou em um mundo de objetos, rotinas, lugares, tramas, relações, sentimentos e sensibilidades presentes entre os membros nucleares e agregados da instituição ocupante do espaço doméstico: a família.

Publicados, respectivamente, em 1933 e 1936, *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos* traziam como grandiosa contribuição metodológica para o entendimento da sociedade brasileira a noção de *casa* como campo do qual os modelos de comportamento e de relações sociais se irradiariam para o domínio de seu principal antagonista: o espaço impessoal, público e eminentemente político da rua. Suas obras mostraram, talvez para um circuito, à época, muito restrito de leitores, como o interior de cada casa forjava a dimensão propriamente espacial das relações sociais. Com esta sua perspectiva, Gilberto Freyre inaugurou um modo de olhar e ver não só a sociedade e os seus temas, mas os espaços físicos e sociais levantados e consolidados a partir de suas relações. Para ele a casa era, na verdade, o meio mais importante de adaptação do homem ao meio.

¹⁵⁵ Cf. FREYRE, op.cit: 33.

As transformações inerentes ao processo de modernização que seguia o seu curso não ficariam de fora de suas observações e, talvez por isso, ajudariam a salientar o colorido simbólico que Gilberto Freyre devotou a casa, assegurando “o ponto de vista quase proustiano de estudo e interpretação da casa em suas relações mais íntimas com as pessoas”¹⁵⁶.

O fenômeno da preferência pelo hotel, pela pensão, pela casa de apartamento – que aliás ainda é casa – limita-se, por ora, ao Rio de Janeiro e a São Paulo. No resto do Brasil ainda se prefere ‘*a minha casa, a minha casinha, não há casa como a minha.*’ O privatismo patriarcal ou semipatriarcal ainda nos domina. Mesmo que a casa seja mucambo – o aliás tão caluniado mucambo.¹⁵⁷

Seu método de pesquisa consistiu numa extensa e exaustiva consulta a um tipo de material “quase esquecido”: arquivos de família, livros de assento, atas de câmaras, livros de ordens régias e de correspondência da corte, teses médicas, relatórios, coleções de jornais, de figurinos, de revistas, estatutos de colégios e recolhimentos, almanaques, álbuns de retratos, daguerreótipos, gravuras, além de diários e livros de viajantes estrangeiros¹⁵⁸. Na época, sua escolha pela utilização desse material “na aparência tão vil” foi bastante incompreendida. Os críticos enxergavam nele senão o “pitoresco”, enquanto o autor pretendeu esclarecer as “zonas mais íntimas de nossa história social”¹⁵⁹.

Diz-se hoje, com maior segurança, que a história de uma ciência social – ou, se quisermos, desse conhecimento atento, sistemático e aprofundado que se elabora sobre a vida social – não é somente a das teorias ou dos seus sucessivos paradigmas, mas também a da conquista e elaboração simultâneas de objetos de estudos e de métodos de documentação¹⁶⁰. O tom que Freyre imprimiu em seu prefácio à 1ª. edição de *Sobrados e Mucambos* (1936) enunciava a verossimilhança do que se acaba de afirmar. Se considerarmos seriamente o impacto que teve, nas altas esferas intelectuais de então, a sua forma original de observar e narrar a vida brasileira, estaremos aptos a ver a reação que

¹⁵⁶ Ibid: 38.

¹⁵⁷ Ibid: 37.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Ibid: 40.

¹⁶⁰ É o que CHAPOULIE adverte, no artigo em que se propõe a analisar, historicamente, o contexto no qual se desenvolveu o uso do método da observação *in situ* na sociologia e, mais precisamente, nas pesquisas de campo, tomando como ponto de referência o trabalho de Everett Huges e, concomitantemente, as pesquisas de sociologia do trabalho que dirigiu na Universidade de Chicago. Cf. CHAPOULIE, Jean-Michel. “Everett C. Huges et le développement du travail de terrain en sociologie ». In *Revue Française de Sociologie*, XXV, 1984, 582-608.

caracteriza uma espécie de revolução concomitante nos paradigmas metodológicos da ciência assim como na própria sociedade no seio da qual se forjou tal conhecimento:

A “humildade diante dos fatos”, a que ainda há pouco se referia um mestre da crítica, ao lado do sentido mais humano e menos doutrinário das coisas, cada vez se impõe com maior força aos novos franciscanos que procuram salvar as verdades da História, tanto das duras estratificações em dogmas, como das rápidas dissoluções em extravagâncias de momento.¹⁶¹

Parecia que a polêmica acerca da utilização de fontes documentais não consagradas pela historiografia oficial resultava de “pontos de vista estreitos e de ânsias de conclusão interessada” resistentes à idéia de que “o humano só pode ser compreendido pelo humano”¹⁶².

Os devotos da sociologia apenas quantitativa ou matemática, ou da História apenas cronológica e descritiva, são hoje sebastianistas à espera de algum D. Sebastião que sob a forma de novo Bacon restaure, nos estudos sociológicos e nos históricos, o prestígio absoluto do número e do fato puro. Que esperem o seu D. Sebastião. Mas que dêem aos outros o direito de seguir critério diferente de ciência social e de história humana.¹⁶³

Gilberto Freyre procurou lançar em direção ao passado da sociedade patriarcal e multiétnica brasileira uma luz que William Thomas e Florian Znaniecki lançaram sobre o presente de imigrantes poloneses que, pouco antes, após a I Guerra Mundial, foram se estabelecer na América. Os períodos em que publicaram eram próximos: enquanto no Brasil as favelas, no Rio de Janeiro, e os mucambos, no Recife, constituíam precisamente um problema urbano para onde ora se destinavam agentes de saúde, ora polícias, em Chicago algo similar configurava-se ao redor da figura do imigrante polonês. A imigração, a delinquência, a segregação espacial e os aspectos da socialização desses camponeses na sociedade urbana eram as preocupações de Thomas, quando quis estudar “um grupo europeu do qual vêm os candidatos à emigração para os Estados Unidos, e depois estudar um grupo correspondente na América, para tentar entender em que medida o comportamento deles no novo país pode ser explicado pelos hábitos de seu país de

¹⁶¹ Ibid: 41.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Ibid: 49. “Introdução à 2ª. Edição”. Em 1935, um ano antes da primeira edição de *Sobrados e Mucambos*, Freyre profere, na Faculdade de Direito de São Paulo, a conferência “Menos doutrina, mais análise”. Cf. Apêndice 1, *ibid*: 898.

origem”¹⁶⁴. Os documentos pessoais tornaram-se fontes preciosas para a compreensão das condições de vida observadas e ressentidas no país de destino. A tese que o sociólogo de Chicago defendia em *The Polish Peasant in Europe and America* era a de que as reações dos indivíduos dependem do modo como eles “definem a situação”. Para tanto, os documentos íntimos se prestavam ao encontro do pesquisador com este mundo, até então desprezado, do significado subjetivo atribuído à uma ação. O monumental trabalho realizado com o jovem polonês Florian Znaniecki, fez com que William Thomas imprimisse suas prerrogativas metodológicas de pesquisa social na Universidade de Chicago, tornando *The Polish Peasant* o marco inicial do que futuramente compreenderia a Escola sociológica de Chicago:

Interesso-me sobretudo por aquilo que chamo ‘documentos incomuns’, isto é, cartas, artigos de jornal, arquivos de tribunais, sermões de padres, brochuras de partidos políticos, notas provenientes de sociedades de agricultura e todo documento que reflita a vida mental, social e econômica dos camponeses e dos judeus.¹⁶⁵

A descrição feita por W. Thomas do grande grupo familiar de camponeses poloneses foi, como lembra Burgess, o primeiro estudo da família “como ser vivo e não como forma morta”¹⁶⁶. É também o mesmo autor quem reconhece na obra de Thomas e Znaniecki “a mais valiosa contribuição feita à literatura sobre a família”. Em *The Polish Peasant in Europe and America* o estudo da família estaria contemplado, na opinião de Burgess, nos seus dois principais aspectos: em primeiro lugar, como sendo uma associação humana natural e, em seguida, por ser uma “instituição social sujeita às mais fortes pressões e tensões da mudança social”¹⁶⁷.

Se pudermos estabelecer outra equivalência entre as obras de Gilberto Freyre e de William Thomas e Florian Znaniecki, esta se faz através do interesse que compartilhavam pelos valores mais candentes da existência cotidiana. O barulho dos tamancos portugueses

¹⁶⁴ Correspondência de W. Thomas com Dorothy Thomas, em janeiro de 1935: “How *The polish peasant* came about”, arquivos da Universidade de Chicago, p.1. (apud. COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Papirus Editora, 1995: 87)

¹⁶⁵ W. Thomas, apud. COULON, ibid: 89. A inovação metodológica que representou o uso de cartas pessoais como documentos etnográficos foi acompanhada de um método, igualmente inovador, para obtê-las: Thomas colocava anúncios nos jornais poloneses publicados em Chicago propondo às famílias a leitura da correspondência mantida com parentes na Polônia, em troca do pagamento de dez centavos por carta trazida! Ibid: 90.

¹⁶⁶ BURGESS, Ernest W. “*A família como ‘unidade de personalidades em interação’*” [1926], in PIERSON, Donald (org), *Estudos de Organização Social*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1970: 543.

¹⁶⁷ BURGESS, Ernest W. “*Uma ‘história natural’ da família*”, in PIERSON, ibid: 559.

em cidades como Rio de Janeiro e Salvador, afetando os ouvidos dos ingleses cujos pés se calçavam com solas de borracha, “antítese dos tamancos portugueses”. Os vícios “inferiores” da cachaça, do pó de café, da maconha, de comer terra e de mascar tabaco, atribuídos à escravos, negros, tabaréus; as doenças resultantes deles. A bengala, o chapéu de sol, os guarda-chuvas e outras modas aristocráticas dos senhores brasileiros, admitidas ou não “em mão de negro, de escravo, de mulher ou de inferior”.

A água dos rios poluía-se quando nela se banhava o moleque, o homem do povo, o escravo. O ar das cidades enchia-se de ruídos como que nefandos quando eram os africanos que cantavam seus cantos de trabalho, de xangô ou de maracatu, tão diversos no som e nas palavras das ladainhas cantadas nas procissões católicas, nas festas de pátio de igreja, nos terços diante dos nichos¹⁶⁸.

Determinados por uma tentativa de se oprimir a manifestação de culturas não-européias pela européia, de valores rurais pelos urbanos, “das expansões religiosas e lúdicas da população servil mais repugnantes aos padrões europeus de vida e de comportamento da população senhoril, dona das câmaras municipais e orientadora dos juízes de paz e dos chefes de polícia”¹⁶⁹, os mais diversos usos da cidade portavam, aos olhos da população, valores iminentemente provocativos que, em medida significativa, fizeram cultivar antagonismos entre as gentes.

Embora tendo estudado na Universidade de Columbia, onde foi aluno de Franz Boas, Freyre manteve-se atento aos desdobramentos das pesquisas urbanas realizadas pelos sociólogos de Chicago. Suas obras consagravam-se à questão da imigração e da integração dos imigrantes à sociedade americana. O trabalho jornalístico de Ezra Park e o seu profundo conhecimento das tensões raciais em curso na Chicago da primeira década do século XX, e que culminaram em violentos confrontos entre julho e agosto de 1919, foram determinantes para a definição dos métodos de pesquisa a serem utilizados – observações de campo, entrevistas, histórias de vida, uso de documentos pessoais e análise dos artigos publicados nos jornais –, de modo que os desdobramentos de um caso e a formação de uma *opinião pública* pudessem estar contemplados no estudo. As estatísticas, apenas, não poderiam fornecer o tipo de conhecimento que ora se pronunciava relevante. As marcas indeléveis dos conflitos que tinham naquela grande cidade o seu cenário levaram Ezra Park, William Thomas, Louis Wirth e outros sociólogos do Departamento de Sociologia a

¹⁶⁸ FREYRE, op.cit: 513.

¹⁶⁹ Ibid: 514.

considerarem os grupos étnicos como um “gigantesco mecanismo sociológico de defesa que facilitava a sobrevivência e a adaptação dos imigrantes”¹⁷⁰ no país de destino. Isto representou um grande avanço nas pesquisas dos anos 1920 e 1930. “A hostilidade e as tensões entre as diferentes comunidades étnicas eram consideradas como fenômenos objetivos, que se tratava de explicar e não de estimular tomando partido por uma ou por outra”¹⁷¹. Não mais um humanismo intolerável procurando saber “a que ponto ele sofre”, mas sim uma busca pelo entendimento do “como ele inventa os meios de sua sobrevivência”, como observou Isaac Joseph¹⁷² na introdução que fez ao livro *Explorer la Ville*, de Ulf Hannerz, trabalho notável sobre esta sociologia urbana preocupada, enfim, com a questão primordialmente existencial da *urbanidade*¹⁷³.

A interação, como não podia deixar de ser, foi tomada aqui como a unidade mínima para a análise sociológica. A partir do primado desta *ação recíproca*, desenvolveu-se o eixo fundamental da problemática da pesquisa sobre etnicidade no meio urbano, que tinha na socialização e na “discriminação do papel” um de seus principais conceitos. Por esta perspectiva, o grau de diferenciação de papéis nos quais se engajam os cidadãos variam, também, segundo o tipo de cidade em que atuam. Hannerz destacou, por exemplo, a cidade de corte, a cidade comercial, a cidade industrial, definindo os usos do espaço urbano em função das atividades ou do sistema político ou social que nele encontram suporte.

Nas obras de Gilberto Freyre, os papéis nos quais se engajam os atores se distribuem entre o espaço da casa e um sistema de parentesco, entre atividades econômicas e de lazer que pouco a pouco ganham o espaço da rua e um sistema de vizinhança que contemplou a relação observada entre casas-grandes e senzalas, sobrados e mucambos. “O centro de interesse para o nosso estudo desses antagonismos e das acomodações que lhes atenuaram as durezas continua a ser a casa – a casa maior em relação com a menor, as duas em relação com a rua, com a praça, com a terra, com o solo, com o mato, com o próprio mar”¹⁷⁴. Gilberto também falava em *acomodação*, em uma “quase maravilhosa acomodação” do escravo ao senhor, do preto ao branco, do filho ao pai, da mulher ao

¹⁷⁰ BURGESS, Ernest e PARK, Ezra. *Introduction to the science of sociology*, Chicago, University of Chicago Press, 1921. apud. COULON, op.cit: 42.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² JOSEPH, Isaac. *Introduction*. In HANNERZ, Ulf. *Explorer la ville*.

¹⁷³ Poucos observaram a cidade como lugar, por excelência, do estrangeiro. A sociologia de Simmel, com quem Ezra Park havia estudado na Alemanha, estava mais preocupada com esta qualidade do homem urbano, ou seja, a sua capacidade de reserva e de distância, do que com as elucubrações marxistas que ao longo de décadas orientou as análises sociológicas urbanas.

¹⁷⁴ FREYRE, op.cit: 30.

marido, forjando, com o uso do termo, o que em Chicago se conceituava a partir da idéia de ecologia urbana. Erro básico, para Freyre, seria separar

o estudo sociológico da casa que corresponde ao tipo dominante de família, inseparável, por sua vez, das condições físicas e sociais de ocupação ou dominação do espaço por grupo humano: ecologia. E não apenas das técnicas de produção: economia. Sempre *eco*, isto é, casa.¹⁷⁵

Os encontros breves entre pessoas em trânsito por esses espaços recebem, em Gilberto Freyre, especial acolhida, do mesmo modo como nos estudos publicados pelos sociólogos de Chicago este tipo de encontro efêmero qualifica o modo de vida mais banal no meio urbano: o de uma integração que, entretanto, preserva a capacidade de manter a medida das distâncias tais como elas aparecem entre indivíduos e entre atividades. “Com a urbanização do país, ganharam tais antagonismos uma intensidade nova; o equilíbrio entre brancos de sobrado e pretos, caboclos e pardos livres dos mucambos não seria o mesmo que entre os brancos das velhas casas-grandes e os negros das senzalas.” Parece incrível que até hoje não se tenham feito um reconhecimento da vertente ecológica da obra de Freyre, tal como esta aparecia nos estudos produzidos pelos sociólogos de Chicago, à luz dos conceitos de uma ecologia urbana. Embora nos pareça evidente a presença deste primado em seus trabalhos, com o passar dos anos foi-se conformando olhá-los por um viés culturalista quase exclusivo que, como já se disse¹⁷⁶, resume uma “sabedoria convencional” sobre Gilberto Freyre.

Na introdução à 2ª. edição de *Sobrados e Mucambos*, Freyre dizia não ser possível a qualquer obra das chamadas ciências sociais prescindir de história, “pois, como salienta o professor Morris R. Cohen, ‘necessita-se de mais história para compreender-se a reação de um búlgaro a um sérvio que para compreender-se a reação da água a uma corrente’¹⁷⁷. À sociologia sem história sempre faltaria “o apoio que vem do conhecimento das raízes que prendem à terra, à carne e ao espírito dos homens, qualquer instituição”.

¹⁷⁵ Ibid: 52.

¹⁷⁶ Ricardo Benzaquen de ARAÚJO, autor de *Guerra e Paz: Casa-Grande e Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, identificou como “sabedoria convencional” sobre o universo gilbertiano o mérito por ter sido o primeiro intelectual brasileiro a tratar o negro através da idéia de cultura, e não de raça, e, em consequência disto, ter criado uma imagem harmônica e integrada da nossa sociedade colonial, o que o teria levado à elaborar uma fantástica “democracia racial”. Embora ARAÚJO não refute inteiramente esses dois aspectos pronunciados da obra de Freyre, considera pertinente levantar argumentos contra esses dogmas através dos quais se consolidou uma determinada leitura de sua obra.

¹⁷⁷ Ibid: 51.

A consideração e o uso que faz dos mais variados documentos são, como já se disse, aspecto dos mais extraordinários da obra gilbertiana. Sua atenção, generosamente disposta a se voltar para as produções em curso nos quatro cantos do mundo, não deixou de dedicar-se igualmente à produção sociológica de Chicago, cujas contribuições de Ezra Park¹⁷⁸, Franklin Frazier¹⁷⁹, William Thomas¹⁸⁰ e Georg Simmel¹⁸¹ foram incorporadas à *Sobrados e Mucambos*.

É no prefácio à primeira edição do livro que Freyre explicita o seu acordo com esse legado. As distâncias sociais de que trata em sua obra são interpretadas prioritariamente a partir da coabitação entre negros e brancos na casa brasileira.

O centro de interesse para o nosso estudo desses antagonismos [de raça e cultura] e das acomodações que lhes atenuaram as durezas continua a ser a casa – a casa maior em relação com a menor, as duas em relação com a rua, com a praça, com a terra, com o solo, com o mato, com o próprio mar¹⁸².

Os antagonismos de raça e cultura que marcam a abordagem dos estudos de Gilberto Freyre se agudizariam, segundo o próprio autor, no processo de urbanização. “Com as senzalas reduzidas quase a quartos de criado”, houve uma transformação significativa na proximidade física e na participação da intimidade entre dominadores e dominados¹⁸³.

Outra transformação trazida pela urbanização refere-se à rua. “As posturas dos começos do século XIX são quase todas no sentido de limitar os abusos do particular e da casa e de fixar a importância, a dignidade, os direitos da rua, outrora tão por baixo e tão violados”¹⁸⁴. Violados, como assinala, pelos proprietários de terras, pelos jesuítas “que aqui se fizeram donos de muitos sítios e casas de sítio ou chácaras”¹⁸⁵. Graças à propriedade privada “de padres e de particulares” dessas grandes extensões de terra que se

¹⁷⁸ Ao usar expressão por ele cunhada para dar conta da representação sobre a mulher negra americana – a raça “*lady-like*”. FREYRE, op.cit.: 218 e PARK, Ezra, apud. FREYRE (2003): “*A race relations survey*”, in *Journal of Applied Sociology*, VIII; “*Mentality of racial hybrids*”, in *American Journal of Sociology*, XXXVI; e “*The problem of cultural differences*”, in *Proceedings of the Institute of Pacific Relations*, 1931.

¹⁷⁹ Autor de *The negro family in Chicago* (1932), citado por Freyre por ter afirmado com propriedade, em discussão marcadamente iluminada pelo difusionismo, que os ritos africanos não haviam sobrevivido no Brasil por terem se dissolvido nos ritos europeus. Cf. “*The negro family in Bahia, Brazil: a problem in method*”, in *American Sociological Review*, VII, 4, 1942.

¹⁸⁰ O livro *Sex and society*, Chicago, 1907.

¹⁸¹ “*Das relative und das absolute im geschlechterproblem*”, in *Philosophische Kultur*, Leipzig, 1911.

¹⁸² FREYRE, 2003: 30.

¹⁸³ Idem: 31.

¹⁸⁴ Idem: 33.

¹⁸⁵ Ibidem.

estendiam pelas sesmarias das cidades, o terreno encarecia e obrigava as casas menores “a se ensardinharem ao pé dos morros e até nos mangues (depois por cima dos morros)”, concorrendo para o “agarrado anti-higiênico das habitações pobres e mesmo dos sobrados mais modestos”¹⁸⁶.

Enquanto os decretos promulgados ao longo da década de 1930 restringiam ainda mais as possibilidades dos habitantes pobres de permanecerem na cidade, as duas principais obras de Gilberto Freyre, publicadas ambas na mesma década, apontavam justo para os meandros políticos que conformavam no espaço urbano as distâncias e diferenças sociais.

2. Antagonismo juris et de jure: a proscricção da favela

Marcel Mauss observou que os fenômenos jurídicos são fenômenos morais. Ia além, e afirmava que o aspecto definidor de um grupo de homens não seria sua religião, nem suas técnicas, nem nada senão o seu *direito*. O caráter do qual jamais o direito pode prescindir seria também o que lhe assegura legitimidade: seu sentido profundamente íntimo e, ao mesmo tempo, essencialmente público, pois “o direito é o meio de organizar o sistema dos anseios coletivos, de fazer respeitar os indivíduos, o seu valor, os seus agrupamentos. A sua hierarquia.”¹⁸⁷

Neste campo, norma e valor articulam-se de maneira indissociável. Direito, portanto, é território cujo acesso requer o reconhecimento de valores comuns e de obrigações que os evoquem sempre que uma ordem necessitar ser restaurada. Esta ordem – qualquer que seja pressupõe uma moral – é o contexto onde se situa o sujeito do direito. Por ter direito, o sujeito passa a pertencer a este campo imanente do *poder*.

Quando o termo ‘favela’ surge pela primeira vez em um texto jurídico, em 1937, aparece como objeto de interdições. O decreto nº 6.000, publicado no dia 01 de julho daquele ano pelo então prefeito da capital, Henrique Dodsworth, institui o Código de Obras do Distrito Federal e nele aparece a definição de ‘favela’. A partir de então, estas passam a ser identificadas como “conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ MAUSS, Marcel. *Manual de Etnografia*. Lisboa : Editora Pórtico, 1972 : 149.

as disposições deste Decreto”¹⁸⁸. Outrossim, o documento alerta que esta configuração “não será absolutamente permitida”. Aos seus moradores não se destinava outro direito senão o de, pouco a pouco ou de uma só vez, deixar a própria casa – partir.

Nas favelas já existentes, não se poderiam executar obras nos casebres, muito menos levantar ou construir outros novos. Qualquer tentativa de burlar esta regra seria combatida por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e “por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres” e “de qualquer obra e de qualquer construção” que nelas fossem feitas. Ao mercado imobiliário nas favelas também coube uma regulação peremptória: “Quando a prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dobro”.

O decreto consolidou a dualidade cidade *versus* favela¹⁸⁹, pois impossibilitou o investimento público nesses espaços ao expressar o reconhecimento de que seriam *realidades provisórias*.

O Código de Obras da Cidade do Rio de Janeiro foi, deste modo, o instrumento que permitiu oficializar uma política de remoção de favelas, criando as condições favoráveis para a construção dos parques proletários. Indicado por Getúlio Vargas, Dodsworth encarregou-se de ressaltar a valorização do trabalhador – do proletário – e, por isso, definia, ideologicamente, uma forma de morar onde fosse contemplada a educação política de seus habitantes¹⁹⁰.

Esta política, apoiada pelo governo Vargas e considerada pelo próprio Dodsworth como provisória, mas “de cunho imediato”, preconizava, portanto, a erradicação das favelas através da remoção dos moradores para os Parques Proletários e outras providências que pudessem solucionar definitivamente a questão através da construção

¹⁸⁸ Capítulo XV, Seção II, artigo 349º do Decreto nº 6.000, de 01 de julho de 1937, assinado por Henrique Dodsworth.

¹⁸⁹ Sobre função ideológica das leis na construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro, cf. GONÇALVES, Rafael Soares, “A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de Obras de 1937”, comunicação apresentada no IX Congresso de história da Cidade e do Urbanismo, São Paulo, 2006. Sobre as reformas do Estado Novo, cf. LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro, “Modernização e Higienismo Social: Projetos de Habitações Populares em Recife e Rio de Janeiro durante o Estado Novo (1937-1945)”, in Revista Espaço Acadêmico no. 35, abril/2004.

¹⁹⁰ LEEDS & LEEDS (1978), citados por VALLADARES (2005a), destacaram os discursos diários feitos pelo diretor do Parque Proletário da Gávea aos seus moradores.

ulterior de “grandes conjuntos residenciais destinados a abrigar pessoas de *trabalho certo, de família constituída, de boa conduta social, e de saúde devidamente atestada*”¹⁹¹.

Como resultado dessa política, firmada com o decreto de 1937, são construídos, em 1941, os Parques Proletários do Caju, da Gávea e da Praia do Pinto. Concomitantemente, já estavam expressamente proibidas a construção ou formação de cortiços ou estalagens¹⁹², e, conforme já vimos, qualquer modificação nas construções já existentes nesses conglomerados “de duas ou mais casas”, considerados, por isso, como ‘favela’.

Em outro decreto¹⁹³, publicado cinco anos depois, Henrique Dodsworth anuncia as normas de licenciamento das construções de moradias proletárias visando simplificar o processo, além das normas estabelecidas para os variados “projetos-tipo” criados pela Prefeitura. As modificações decretadas com esta última promulgação esclarecia a vontade do governo de acelerar a construção dos parques proletários e facilitar a obtenção dos documentos relativos à posse e uso dos terrenos da União ou de particulares para este fim. O artigo 25º, por exemplo, assegurava o direito de concessão de um “habite-se” provisório, mesmo antes de terminada a construção, de maneira que pudessem ser alojados nessas casas, o mais rápido possível, os trabalhadores que seriam removidos das favelas.

A concepção do prefeito Dodsworth parecia animar-se diante da suspeita de que o crescimento das favelas se devia à chegada dos migrantes dos estados vizinhos à capital¹⁹⁴. O primeiro censo de favelas, realizado em 1948, mostrou que 50% do universo populacional desses assentamentos urbanos era de fato composto por esses migrantes. De todo modo, era apenas por esse viés que as autoridades interpretavam e justificavam as *causas* das favelas¹⁹⁵.

Havia ambigüidade nas políticas públicas criadas para solucionar o déficit habitacional. Mas isto não era, naquele então, objeto de um exame mais escrupuloso. Todas as atenções se concentravam somente na busca de políticas capazes de apagar da paisagem da capital a presença dos casebres de madeira, pau-a-pique e telhado de zinco,

¹⁹¹ *Favelas*, Henrique Dodsworth. Artigo publicado originalmente no jornal Correio da Manhã, de 28 de março de 1956, e republicado pela Coleção Estudos da Cidade, documento no. 144, 2005: 06. Grifo nosso.

¹⁹² Art. 348º do Decreto 6.000.

¹⁹³ Decreto nº 7.363, de 25 de setembro de 1942.

¹⁹⁴ Cf. o artigo *Favelas*, de DODSWORTH, publicado no jornal A Noite, de 17 de outubro de 1945.

¹⁹⁵ Em 1947, apenas 10 mil residências públicas ou semi-públicas haviam sido construídas em toda a América Latina, enquanto pelo menos 10 milhões de residências estariam condenadas nas grandes cidades. Cf. GIST, Noel P. & HALBERT, L.A. *A Cidade e o Homem*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959: 591.

assim como a de seus habitantes. A única certeza era a de que a favela não pertencia à cidade. Inadmissível, portanto, pensar uma política de urbanização desses assentamentos.

3. O Pobre, a Pobreza e as encíclicas sociais.

A situação precária dos *trabalhadores* surge como um problema para a Igreja com a publicação, em 1891, da encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII. Antes disso, ou melhor, antes da revolução industrial, o esforço exegético da igreja católica se voltava para uma compreensão essencialista do ‘pobre’ e da ‘pobreza’, portanto fora de qualquer relação com o mundo do trabalho, sobretudo de *dominação*, conforme seriam interpretados a partir do século XIX.

Neste momento, há um deslocamento de sua posição social. O pobre surge como categoria e objeto também de uma nova ciência social, e a pobreza, igualmente interpretada através de uma nova epistemologia, aparece como um fenômeno concernente à contextos sociais, políticos, históricos e econômicos bem definidos.

Antes, porém, sob o jugo de uma leitura preponderantemente religiosa da sociedade, o pobre foi visto, por exemplo, segundo algumas tradições religiosas, como autor de pecados e deméritos acumulados durante o périplo de suas reencarnações e graças a isto experimentava uma vida de restrições. Era ele quem permitia ao homem rico a benção dos céus, pois ao servir de destinatário das esmolas ofertadas, cabia a ele o papel de suporte para o gesto comprobatório da generosidade do doador e, assim, da boa venturança de seu benfeitor. Por isso, a figura do pobre contemplava a ameaça e a expiação, o mal e o remédio, o veneno e o antídoto.

Na antiguidade, usava-se o pobre como uma espécie de *pharmakos*. Imbuído de um papel útil para a coletividade, que predominava quando uma calamidade atacava a cidade, um homem de baixa extração vinha ele mesmo se oferecer como fármaco. Durante um ano a cidade vivia às suas custas, tomando-o como elemento prescritivo em seus rituais. Ao final deste período, vestiam-lhe roupas sagradas e punham-no a passear pelas ruas. Em seguida, fora das muralhas da urbe, era caçado e abatido a golpes de pedra¹⁹⁶. Frazer supôs que esta prática, institucionalizada em Atenas, impunha aos atenienses a necessidade de manterem na cidade um certo número de indivíduos degradados, inúteis ou enfermos para

¹⁹⁶ Cf. Colette PETONNET, *On est tous dans le brouillard*. Paris: Éd. Du CTHS, [1981] 2002: 377.

serem usados em sacrifícios nos momentos de calamidade. Nestes rituais, sempre dois deles eram oferecidos: um para salvar os homens e outro, as mulheres.

O *pharmakos* era, assim, um personagem que drenava as impurezas da sociedade e sobre o qual recaíam, por isso mesmo, desconfianças. Ao mesmo tempo, era possível ser venerado, já que sua morte era extremamente benéfica – e, senão salvadora, ao menos tranqüilizante – para a sociedade.

Do ponto de vista econômico, a pobreza manifesta um estado social de desprovemento em relação aos bens materiais. Por outro lado, alguns preceitos religiosos, como os judaico-cristãos, por exemplo, permitem interpretá-la também como uma atitude espiritual cujo enunciado sugere um alto grau de ascese¹⁹⁷.

Nos séculos XII e XIII, a figura que se contrapunha a este ideal era, contraditoriamente, a do monge, sempre associada à glotonaria e, por conseguinte, à abundância. O fato dos autores da Idade Média não estarem “penetrados pelo princípio ascético”, como afirma Bakhtin¹⁹⁸, ajuda-nos observar com maior acuidade as funções da imagem do banquete – fartura, abundância, exuberância – e a *libertinagem* proporcionada por essa comensalidade e pelo simpósio do qual é indissociável.

Pobre e pobreza, enquanto categorias, vieram, pois, configurando *medidas* para a compreensão e o estabelecimento de *equilíbrios*, sejam eles espirituais, morais, econômicos ou sociais. E por serem estas categorias invocativas ou suscitadoras de um estado de providência, sobretudo nos últimos dois séculos, com o advento do Estado moderno e dos Direitos do Homem, a possibilidade de um sujeito *ser assistido* pela caridade ou pelo Estado tornar-se-ia, para Simmel¹⁹⁹, um dos critérios fundamentais para o seu enquadramento neste extrato da sociedade.

O “verdadeiro” pobre, aquele *incapaz* de escapar a esta condição²⁰⁰, será distinguido do vagabundo, do preguiçoso, do irresponsável e do herege durante a Idade Média, logo após as inúmeras guerras religiosas, as pestes, a fome e o aumento significativo da mendicidade engendrada por estes acontecimentos. De acordo com a iminente necessidade de ordem imposta pela situação de penúria generalizada, esses

¹⁹⁷ Cf. o *Traité de la Vie Contemplatif*, de Philon de Alexandria, um contemporâneo de Jesus, cujo tratado foi editado no Brasil sob o título *Cuidar do Ser* e com introdução de Jean-Yves Leloup.

¹⁹⁸ BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento – O Contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993: 257. 419p.

¹⁹⁹ 1998 [1907]: 487.

²⁰⁰ Tal concepção é fortemente marcada pela doutrina substancialista a qual irá se opor o paradigma iluminista da nova ciência.

atributos distintivos apresentam o “falso” pobre como empecilho e ameaça, mas, sobretudo, imputam-lhe responsabilidade – ou melhor, *culpa* – neste cenário de escassez em que vive a sociedade combalida. “A ordem pública e as preocupações sanitárias, o ideal humanista e o espírito mercantilista se reforçam para convir que o mal vem do pecado e que os pobres e os vagabundos são repreensíveis”, diz o verbete *Pobreza*, da *Encyclopaedia du Catholicisme*²⁰¹.

Com o advento da sociedade industrial e do fenômeno da urbanização, o pobre passa a ser visto como possível mão-de-obra e considerado pela sua validade. Neste novo contexto, o pobre e a esmola são novamente revistos. Quanto ao primeiro, passível agora de especulações quanto às suas capacidades, vê reafirmarem-se as séries de classificações morais através das quais é virtualmente percebido (vagabundo, preguiçoso, delinqüente, irresponsável) e, assim, confronta-se com novas formas de constrangimento. Só que, desta vez, com fins utilitaristas para uma sociedade liberal florescente. A esmola, representando anteriormente a purificação do doador, começa a ser identificada como um “estímulo à preguiça” do donatário, um verdadeiro empecilho à *recuperação* do pobre.

Esse novo entendimento levou a Academia de Lyon a propor, em 1820, um estudo que pudesse indicar os meios capazes de identificar a “verdadeira indigência” e de tornar a esmola útil tanto àqueles que a oferecem quanto àqueles que a recebem. Na tentativa de aprofundar o conhecimento sobre o pobre, Joseph-Marie de Gerando, membro da *Société des Observateurs de l’Homme*, publica com o apoio desta entidade o livro *Le Visiteur du Pauvre*²⁰², onde propõe uma “caridade ativa” traduzida, em outros termos, por um “bom emprego da esmola”. Considerando-se o ideal católico de pobreza como forma de ascese, Gerando ressalta a importância suprema da caridade em detrimento da esmola, reconhecendo a primeira como verdadeiro designo da Providência. Caridade e esmola se distinguem, dentro desta concepção, pelo tipo de bem que disponibilizam: reconhecimento da humanidade e dignidade do destinatário, no caso da primeira, e doação de um bem material *lenitivo*, no caso da segunda²⁰³. “*La charité ne doit pas embrasser seulement l’instant présent, mais l’avenir. Soulagé dans la crise passagère qu’il a éprouvée, cet infortuné retombera peut-être demain dans les funestes habitudes qu’il avait préparé*”²⁰⁴.

²⁰¹ MARTHON, 1985: 977.

²⁰² Paris: Éditions Jean-Michel Place, 1989. 546p.

²⁰³ Idem: 11.

²⁰⁴ Idem: 27.

Le Visiteur du Pauvre, considerado hoje o primeiro guia de pesquisa etnográfica preparado para o trabalho dos leigos junto aos pobres, apresenta um esforço em transformar a *visita* em ocasião para a investigação, e não apenas para a prática da caridade²⁰⁵. No livro são enumeradas características “da verdadeira e da falsa indigência” e suas respectivas causas e manifestações; sugestões para a observação da distribuição dos bens adquiridos através da esmola ou do trabalho entre os membros da família pobre; quais os exemplos que os pais encenam e ensinam para seus filhos e, ainda, fórmulas para se “penetrar no coração do aflito” prescritas a partir de uma determinada *medida de necessidade*: “*La grand art de la charité est l’art de mettre les secours en rapport avec les nécessités du malheur*”. Por isso, “*donner à l’indigence plus que ne reclame son besoin réel, c’est au fond, à-peu-près la même chose que donner à la fausse indigence*”²⁰⁶.

A possibilidade de *recuperação* do pobre anuncia uma nova leitura da pobreza, tida em tempos progressos como uma punição divina aos pecadores, ou, para dizê-lo em outros termos, uma condição pré-determinada. No âmbito de uma igreja da era industrial, a perspectiva da reforma social se fundamenta, sobretudo no século XIX, nas teses de um humanismo evolucionista cuja inspiração encontra em Gerando uma de suas possíveis traduções.

Assim, a sociedade industrial concebe a pobreza de maneira fundamentalmente diferente da percepção que dela tinham as antigas sociedades. No século das Luzes, as leituras fatalistas dos fenômenos da natureza começam a ser desqualificadas pelo crescente domínio da Ciência e, na França, a incompreensão da pobreza segundo os cânones da igreja se manifesta de maneira radical, culminando com a supressão das ordens monásticas pela Assembléia Constituinte. A riqueza alcança aqui o *status* de mérito através do trabalho e, por sua vez, a vergonha se volta contra os votos de pobreza feitos por monges “biologicamente, socialmente e economicamente improdutivos”²⁰⁷.

O fenômeno da industrialização e da urbanização será marcado, portanto, pelo surgimento de uma pobreza classificada de *operária*. Na encíclica *Rerum Novarum*, de 15 de maio de 1891, Leão XIII sanciona uma doutrina social consciente desta condição operária específica, e denuncia a “miséria imerecida” dos trabalhadores²⁰⁸. Intitulada *Sobre*

²⁰⁵ Na França, GERANDO é considerado formulador do princípio de “observação participante”.

²⁰⁶ “*Dar ao indigente mais do que ele necessita é quase o mesmo que dar ao falso indigente*” (1989: 41)

²⁰⁷ MARTON, *op.cit.*: 980.

²⁰⁸ V. LEO XIII, 1891: *Rerum novarum – on capital and labor*, disponível em <http://www.vatican.va>

a *condição operária*, a carta do papa Leão XIII discorre sobre a propriedade privada, a família e o Estado, o comunismo e as classes sociais, alertando que

O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração tal, (...) de modo que formam um todo exactamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, *assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.*²⁰⁹

No século seguinte, a análise e a reflexão sobre a pobreza em termos sociais vão ser alimentadas por diversos movimentos católicos – entre eles, o Economia e Humanismo, fundado em 1941 pelo dominicano Louis-Joseph Lebret²¹⁰ – e, neste contexto, o papa Pio XI publica, em 1931, a encíclica *Quadragesimo anno*, ressaltando a noção de “justiça social”²¹¹ e defendendo o direito à propriedade e a ampliação das oportunidades de acesso à esse bem.

A justiça social será ainda objeto da encíclica *Populorum progressio*, publicada anos mais tarde, em 26 de março de 1967, pelo papa Paulo VI²¹², onde a tentação materialista é apontada como um problema a ser observado. “A questão social abrange agora o mundo inteiro”, alertava Paulo VI em sua carta, quase oitenta anos depois da *Rerum Novarum*. A questão – “Sobre o desenvolvimento dos povos” – incitava a atenção de todos, clero e fiéis, para a “universalidade da questão social”. Paulo VI enxergava o que lhe parecia fato: “Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência”.

Choque de civilizações, temor de messianismos fascinantes, de reações populares guiadas por ideologias totalitaristas. A propriedade e o uso dos rendimentos; conseqüências da industrialização no mundo, uma reorganização em escala planetária das relações humanas em todas as suas dimensões: o trabalho, a alfabetização, a família, a necessária *fraternidade dos povos*. A *assistência aos fracos* exigindo como dever a solidariedade,

²⁰⁹ Idem. Trecho do item *Não luta, mas concórdia das classes*.

²¹⁰ Outros movimentos de maior destaque foram o Ação Popular dos Jesuítas, fundado em 1903 por H-J. Leroy e G. Desbuquois, e a Juventude Operária Cristã (JOC), fundada em 1924 por J. Cardjin.

²¹¹ V. PIO XI, 1931: *Quadragesimo anno* – *Lettera enciclica di S.S. Pio XI*. Site *op.cit*.

²¹² V. PAUL VI, 1967: *Populorum progressio* – *sur le développement des peuples*. “*la propriété privée ne constitue pour personne un droit inconditionnel et absolu; nul n’est fondé à réserver pour son usage exclusif ce qui passe son besoin quand les hommes manquent du nécessaire*”. Site *op.cit*.

algo a ser conquistado com o acordo de equidade nas relações comerciais. Aos países ricos, o dever de acolhimento aos trabalhadores emigrados.

Desenvolvimento é o novo nome da paz, conclui o papa Paulo VI, em sua angustiada encíclica.

A partir de meados do século XX, os estudos sociológicos que se ocupavam com os processos de renovação urbana em marcha, faziam coro ao clamor de urgência da igreja. Investidas legislativas e urbanísticas eram criticadas nestes estudos e neles elas apareciam como intervenções ideológicas das instituições públicas sobre a estrutura urbana, de modo a “mudar a ocupação de um espaço já constituído, suas funções e/ou seu conteúdo social”²¹³.

Martin Heidegger também dedica parte de suas reflexões, nesta mesma época, à condição mais fundamentalmente humana: habitar. Em seu artigo *Batir Habiter Penser*, manifesta-se categoricamente: “*être homme veut dire: être sur terre, comme mortel, c’est-à-dire: habiter*”²¹⁴. Deste modo, Heidegger estende o significado de habitação para além do sentido do alojamento. Para ele, numa espécie de sintonia com o que vinha sendo proclamado pelas medidas – entretanto moralizantes – tomadas pela igreja, pensar a existência do homem partindo da habitação era pensar, antes de tudo, sua relação com o mundo, e este é o ponto de partida para se compreender a simples existência como a condição primordial e fundamental do sentido que ele confere à idéia de *habitar*.

4. O Serviço Social nas favelas e a “Batalha do Rio”

Em 1947 o Partido Comunista foi considerado ilegal no Brasil. No mesmo ano, é criada a Fundação Leão XIII através de uma iniciativa da Arquidiocese do Rio de Janeiro, com o apoio da prefeitura do Distrito Federal. Os dois acontecimentos não se deram por uma coincidência, visto que um dos argumentos que viriam justificar a presença do Serviço Social da Fundação nas favelas era o de “subir os morros antes que os comunistas o façam”²¹⁵.

²¹³ COING, Henri. *Rénovation urbaine et changement social – L’ilot no. 4 (Paris 13e)*. Les Éditions Ouvrières, Paris, 1966. 303p.

²¹⁴ HEIDEGGER, Martin. *Batir Habiter Penser*, in *Essais et Conférences*, 1958 : 173.

²¹⁵ Em comunicação pessoal ao professor Marco Antonio da Silva Mello, Pierre Tisseirenc, da *Université Paris XIII*, mencionou a presença dos padres nas *banlieues* de Paris desde o início do século XX, lembrando-se, durante a conversa, do nome do jesuíta Pierre Lhande para, em seguida, dizer que o CNRS não subsidiava

O temor do estabelecimento do comunismo entre os habitantes de assentamentos urbanos precários já havia se instalado, desde o início do século, também em outros países católicos. Na França, o jesuíta Pierre Lhande escreveu uma série de livros para trazer ao grande público o trabalho de evangelização que na década de 1920 se encontrava em pleno curso nas *banlieues rouges* de Paris. Ali, naquela “*immense cité circulaire du Paris suburbain, où la population ouvrière, chassée du centre, se répand comme une marée*”²¹⁶ padres sem paróquia iniciaram a Ação Popular Católica para, entre outras coisas, prevenir os perigos de “*exaspérations du bolchevisme*”²¹⁷ nas portas da cidade. No livro *Le Christ dans la Banlieue*, Lhande inicia a série de relatos sobre a imigração e o crescimento das periferias de Paris, o ‘perigo comunista’ surgido com a Revolução Russa, a cristianização nessas localidades e a necessidade de integrar os habitantes das áreas periféricas, oriundos de outras cidades ou de outros países, através de soluções urbanísticas, mas, sobretudo, cristianizadoras²¹⁸.

Também naquele ano, a prefeitura da capital dava início ao primeiro recenseamento geral das favelas do Rio de Janeiro. Um olhar lançado dos dias de hoje em direção ao ano de 1947 nos permite, assim, afirmar ter sido este ano um marco na produção de um novo tipo de conhecimento sobre a favela. Dados sobre as atividades, ocupações e profissões de seus habitantes, assim como suas cidades de origem, renda, demografia de cada localidade etc. passam a figurar nos debates e a servir de argumentos para as novas investidas políticas e sociais nesse disputado campo.

pesquisas nas *bidonvilles* de Paris. Qualquer pesquisador interessado em nelas realizar suas enquetes deveria frequentar cursos ministrados pelos padres, pois eram eles que controlavam o acesso e a presença dos interessados em trabalhar nesses assentamentos. O curso, como lembrou Tisseirenc, difundia a imagem do pobre à luz, evidentemente, da ideologia cristã. Em outra ocasião, foi a antropóloga Colette Pétonnet, uma das fundadoras do *Laboratoire d'Anthropologie Urbaine* (LAU-CNRS), contou, também em uma comunicação pessoal ao professor Marco Antonio da Silva Mello e a sua orientanda Letícia de Luna Freire, que o seu trabalho de campo na *bidonville* de Choisy-le-Roy, nos arredores de Paris, nos anos 1970, resultou de seu emprego no judiciário francês, pois era sua função se deslocar a essas localidades, o que impulsionou a sua inserção no campo.

²¹⁶ “Imensa cidade circular da Paris suburbana, onde a população operária, caçada do centro, se espalha como maré”. LHANDÉ, Pierre. *Le Christ dans la banlieue*. 1927: 03.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ Em todas as periferias do mundo católico a presença da Igreja começa a se fazer notar e ganha maior visibilidade, sobretudo após a I Guerra Mundial e, em parte, pela presença do ‘perigo comunista’. São inúmeros os movimentos sociais católicos que surgem e se estabelecem no período, muitos dos quais atuando até os dias de hoje em periferias de grandes cidades, campos de refugiados e países destruídos pelas guerras. A *Aide à Toute Détresse* (ATD), criada pelo padre Joseph Wresinski, em 1957, na *bidonville* de Noisy-le-Grand, fixada no entorno de Paris pelo não menos eminente Abbé Pierre, falecido em 2005. A ATD Quart Monde é um exemplo de associação católica surgida nos anos 1950 e cujos trabalhos de combate à miséria e pelos Direitos do Homem continuam a serem feitos nas sedes instaladas hoje nos países do chamado Quarto Mundo. Cf. WRESINSKI, Joseph. *Aide à toute Détresse*. In *Christianisme et Droites de l'Homme*. Paris: Librairie des Libertés, 1994. Também disponível em http://www.joseph-wresinski.org/IMG/pdf/Aide_a_toute_detresse.pdf

Filiada à igreja católica, todavia, a Fundação Leão XIII buscava, em suas ações, realizar a tarefa de “recuperação social das famílias que habitam as favelas do Rio de Janeiro”, contando, para tanto, com uma equipe constituída por assistentes sociais, médicos, engenheiros, professores, esportistas, enfermeiros, sacerdotes e religiosas²¹⁹. Juntos, esses profissionais se encarregariam de dar forma a uma “psicologia dos favelados”²²⁰ para, com isto, realizar a obra de educação moral e cívica junto as famílias. O primeiro empecilho encontrado nessa assim chamada psicologia do favelado foi o “ceticismo dos pobres”. “Difícilmente eles acreditam que, algum dia, possam sair de sua situação, das favelas. Pelo contrário, o que esperam é coisa pior e, quando se lhes proporciona o melhor, ficam como se não acreditassem no que estão vendo acontecer”²²¹. Essa exigência, considerada negativamente pelas equipes da Fundação, fez com que se considerasse premente “arranca-los de seu ceticismo fatalista”, de modo a restituí-los de confiança neles mesmos, mas, sobretudo, nas instituições e autoridades destinadas a lhes prestar serviços.

Estabelecer no coração da favela um Centro Social que atenda às necessidades de saúde, educação, casos sociais, problemas de família (registro de filhos, casamentos etc). Tomar contacto com o povo, prestar-lhes serviços, ‘convencer’, pela dedicação até ganhar, palmo a palmo, a confiança das famílias através das assistentes sociais – de formação popular –, dos visitantes sociais, dos médicos, das professoras, dos dentistas, dos Centros de Puericultura e dos contatos das mães com a Escola (que não deve faltar, em moldes acessíveis às realidades das favelas). E, quando já houver um ambiente de sadio entrosamento dos ‘trabalhadores sociais’ com os moradores das favelas, será possível fazer-se um ‘dossier’ verídico de cada favelado cuja condição conhecida indicará os rumos que devem dar à solução do problema que se quer resolver.²²²

No livro em que traça uma história das enquetes sociais, Leclerc chama a atenção para o método de pesquisa escolhido por essas sociedades e fundações filantrópicas e estatísticas. A ‘visita’, método já preconizado no início do século XIX na obra de Gerando, é, segundo Leclerc, “elemento tradicional da filantropia”. Porém, para cumprir os objetivos

²¹⁹ *Morros e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatório da 1947 a 1954*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955: 05.

²²⁰ *Idem*: 06.

²²¹ *Ibidem*.

²²² *Ibidem*.

definidos neste campo, deixou de funcionar como um socorro aos necessitados para se transformar em um modo de observação da vida dos pobres²²³.

Através da atuação das assistentes sociais e das visitadoras, a Leão XIII realizava o seu trabalho de “recuperação das pessoas deficientes física, moral e espiritualmente, incompreendidas pela quase totalidade da população da cidade”, em oito favelas onde mantinha seus Centros de Ação Social e Agência Social Provisória. Os primeiros funcionavam nas favelas Barreira do Vasco, Morro de São Carlos, Morro do Jacarezinho, Morro dos Telégrafos, Morro do Salgueiro e Rocinha, enquanto as Agências estavam instaladas no Cantagalo e na Praia do Pinto²²⁴. Cada uma dessas unidades realizava um levantamento geral da favela registrando as famílias residentes e as condições de suas habitações para, posteriormente, dividi-las entre as equipes de visitadoras. Estas, por sua vez, selecionavam um grupo de cinquenta “famílias *caso*” para serem estudadas e orientadas “no sentido de seu reajustamento social”²²⁵.

Este trabalho resultou em um notável acervo de fichas com descrições escrupulosas do interior das casas, do número de habitantes e seus dados pessoais e profissionais, feitas, ao longo dos anos, pelas assistentes sociais²²⁶.

Além das visitas às casas das favelas, nas sedes dos Centros e das Agências eram feitos plantões para receber e encaminhar aqueles necessitados de serviços de saúde. Convém, no entanto, salientar que o Serviço Médico da Fundação Leão XIII só prestava atendimento às pessoas após estas terem sido matriculadas pelo Serviço Social para que este, enfim, pudesse manter o “perfeito controle da população das favelas orientadas pela Fundação Leão XIII”²²⁷. Quase cem mil pessoas estavam matriculadas, até 1955, nas oito sedes mantidas pela instituição.

No relatório publicado pela Fundação, a questão da habitação figura como um problema concernente aos governos federal e municipal a ser apoiado pelos Institutos e Caixas previdenciários. Aos particulares caberia solucionar o déficit educacional e de saúde, e neste quesito a própria Fundação se apresentava como solução exemplar²²⁸. Em termos de educação, as assistentes também se ocuparam de promover, a partir de 1952,

²²³ LECLERC, Gerard. *L'observation de l'homme: une histoire des enquetes sociales*. Paris: Éditions du Seuil. 1979: 61 e, também, 91. 362p.

²²⁴ Relatório, *op.cit.*: 63.

²²⁵ Idem: 62.

²²⁶ Acervo que se encontra, hoje, na Paróquia Santos Anjos, no Leblon, e o qual iremos ver, mais detidamente, no capítulo seguinte.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ *Op. cit.*, 1955: 09.

reuniões e palestras nas favelas com o intuito de auxiliar na formação de associações de moradores²²⁹. Um fato seria determinante para que tomassem esta iniciativa: naquele ano agravara-se a crise no fornecimento de luz nesses assentamentos, chegando a sua total extinção, naquele ano, por determinação do presidente Getúlio Vargas.

Embora tenha sido criada durante o mandato do prefeito Ângelo Mendes de Moraes²³⁰, a Fundação Leão XIII foi marcada por ações que se inscreviam, segundo Valladares, na perspectiva aberta pelo ex-prefeito Pedro Ernesto, na medida em que intencionou “abandonar a atitude repressiva e a condenação moral para pregar a educação social e a integração”²³¹.

A Fundação, entretanto, era apenas mais um dos atores que viam a favela como um importante campo de disputa política. Para ela, como já foi dito acima, era necessário antecipar-se na ocupação desses territórios de modo a evitar a entrada dos “comunistas”.

A “ameaça vermelha”, por sua vez, não passava de mais um personagem na disputa pela conquista da favela e pela conversão de seus moradores. Ao apostolado católico e aos “comunistas” se juntava, ainda, nesse campo, um terceiro elemento: o político demagogo, interessado em fazer da favela o seu “curral eleitoral”.

Figura representativa deste último componente da tríade, o jornalista Carlos Lacerda se afirma com vigor nesse cenário político da capital a partir da publicação da série de artigos intitulada “A Batalha do Rio de Janeiro”. O primeiro, circulou no jornal *Correio da Manhã*, em sua coluna semanal *Na Tribuna da Imprensa*, no dia 19 de maio de 1948. Lacerda, futuro governador do Estado da Guanabara (1960-1965), se tornaria conhecido pela política de remoção de favelas. Mas, em 1948, seus textos não explicitavam qualquer intenção no sentido de extinguir as favelas da cidade. Pelo contrário, anos antes de tornar-se governador do distrito federal e de liderar as remoções, ele afirmava que melhorar a favela era dar aos seus habitantes oportunidade de trabalho, saúde e educação, para que, deste modo, eles encontrassem “forças para sair da favela”²³². Sua campanha também recusava o rótulo de “cruzada contra o comunismo”, ideologia política a qual havia abandonado recentemente, pois a campanha, como dizia, era nada mais do que “uma

²²⁹ Idem: 46.

²³⁰ 1947-1951. Durante a gestão de Mendes de Moraes foram construídos no Distrito Federal o estádio do Maracanã e a unidade da Universidade do Distrito Federal (onde hoje funciona a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ) construída sobre o terreno da extinta favela do Esqueleto.

²³¹ *Op.cit.*, 2005a: 76.

²³² V. o primeiro artigo da série, publicado no dia 19 de maio de 1948, reunidos, também, no documento “*Favelas cariocas, um tema comum a Dodsworth e Lacerda*”, publicado na Coleção Estudos da Cidade, nº 144, de janeiro de 2005, da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro.

declaração contra o egoísmo, (...) um ato de fé nos destinos do Brasil e na capacidade de ação do seu povo”²³³. Sua retórica, repleta de imagens vigorosas, combativas, convocava as autoridades competentes e toda a população brasileira para engajarem-se nesta “guerra contra o egoísmo”, de modo que “o povo das favelas” pudesse, enfim, “amar conscientemente a Democracia”.

Sob a inspiração deste bem comum representado pela democracia, Lacerda falava em mudanças no nível de habitação, de hábitos, de higiene e de preparação cívica do favelado²³⁴. E repugnava, em 1948, a medida que o caracterizaria politicamente na década seguinte: “Erram aqueles que pensam que o problema se resolveria pela ‘expulsão’ dos favelados, pela sua remoção para locais distantes do lugar em que trabalham os membros da família etc.”. Contra isso, Lacerda conclamava a consciência do povo contra o crescimento desmedido do poder do Estado sobre todas as coisas²³⁵. Senhoras da alta sociedade, políticos de todos os partidos, empresas de comunicação, ex-combatentes da FEB e a recém-criada Fundação Leão XIII foram alguns dos atores que se manifestaram ou efetivamente se engajaram na campanha *A Batalha do Rio*.

O rótulo romântico que escolheu para conclamar a opinião pública e “arrancar as autoridades de sua proverbial inércia”²³⁶ permaneceu, no entanto, nominando a batalha de um homem praticamente sozinho. A burocracia e a inépcia continuariam fazendo da favela o mesmo “curral” político que, no nordeste, se configurava pela seca.

Em um de seus últimos artigos publicados em sua coluna Na Tribuna da Imprensa, no jornal Correio da Manhã, Carlos Lacerda não apenas se mostrava contrário a remoção como solução às favelas – mais do que nunca percebidas como um problema – como diria expressamente considerar o deslocamento em massa mais do que uma violência: uma utopia²³⁷. Entretanto, em 1964, já exercendo o cargo de governador da Guanabara, decidira acabar com cinco favelas levando suas populações para as recém-construídas Vila Aliança e Vila Kennedy²³⁸, em localidades afastadas da Zona Oeste da cidade, onde 12 mil

²³³ Cf. SILVA, Maria Laís Pereira da. ‘A Batalha do Rio de Janeiro: Combatentes e combatidos nas favelas cariocas 1947-1948’ In: 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2000, Natal/RN.

²³⁴ *O Partido Comunista e a Batalha do Rio de Janeiro*, Correio da Manhã, 21 de maio de 1948.

²³⁵ *ibid.* Ver também a carta do dia 19 de maio de 1948, publicada no mesmo jornal.

²³⁶ *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, 1º caderno, p.38. Suplemento Especial de O Estado de S. Paulo, 13 de abril de 1960.

²³⁷ “Prioridade número um”, artigo publicado no jornal Correio da Manhã, em 22 de maio de 1948.

²³⁸ Fruto de um acordo entre o governo do Estado da Guanabara e a USAID. Cf. Valladares, 2005a: 107.

unidades foram erguidas pela Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB) criada pelo seu governo, no ano de 1962²³⁹.

Vinte anos depois da publicação dos 13 artigos da série “A Batalha do Rio de Janeiro”, Lacerda não só passou a defender a política de remoção de favelas como estava, ele mesmo, administrando o processo de destruição de cerca de 100 favelas, transferindo mais de 120 mil pessoas para conjuntos habitacionais na Zona Oeste²⁴⁰.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos, arquiteto e antropólogo que iniciou sua carreira dupla após ter elaborado, em 1962, junto com outros colegas da Faculdade Nacional de Arquitetura, um plano de urbanização para a favela de Brás de Pina à pedido de membros da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), presenciou a visita de Lacerda àquela favela, uma das que estavam sob a mira da remoção. Neste dia, ao ver-se diante dos moradores manifestando-se contra a idéia de terem de deixar os seus barracos e de contracenar com membros do clero trocas públicas de insulto, o governador decidiu retirar-se da favela não sem antes esbravejar: “Se os moradores preferem viver na lama, serão tratados como porcos”²⁴¹.

Hoje, há quem defenda a idéia de que a campanha de Lacerda, no final dos anos 1940, teve maior relevância quanto ao que conseguiu demonstrar do contexto de “vácuo político” da habitação popular vigente na época, do que por um resultado de mobilização suscitada pelos seus artigos²⁴². Carlos Lacerda teria percebido as contradições políticas relativas à habitação, “transformando-as em capital político, buscando criar um espaço alternativo ao poder local e ao ‘contrapoder local’, que seria a força do Partido Comunista nas favelas cariocas”²⁴³.

5. “Insulto ao Criador”: a Cruzada São Sebastião

²³⁹ Cf. SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*, 1981: 32. E VALLADARES, Lícia, 1980.

²⁴⁰ AMOROSO apresenta uma contribuição histórica original sobre as políticas de remoção de favelas em sua dissertação de mestrado *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*, defendida em 2006. A partir da análise das fotografias publicadas e não publicadas pelo jornal Correio da Manhã, o autor descortina a imagem da favela durante o período em que vigorou aquela política.

²⁴¹ 1981, *op.cit.*: 34.

²⁴² SILVA, Maria Laís Pereira da. *Favelas Cariocas – 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 : 128. 239p.

²⁴³ *Ibidem*.

Do ponto de vista da Igreja, o trabalhador urbano fixado ao lado do trabalho – ou seja, na cidade – não poderia ser retirado da estrutura garantidora do seu orçamento. No Rio de Janeiro, os cantões da urbe ainda nada tinha para lhes oferecer. Estrutura de transportes não havia, e mesmo assim uma população considerável sabia-se na iminência de uma mudança compulsória para as distantes periferias urbanas.

Nesse contexto que já se configurava como problemático para uma proporção cada vez maior da população da capital, a igreja católica viria a realizar, em 1955, o XXXIV Congresso Eucarístico Internacional no Aterro do Flamengo recém e especialmente construído para receber o episcopado e peregrinos de todo o mundo. Nas notícias da Rádio Católica e de outras emissoras laicas, os habitantes da capital eram convocados a receberem “com gentileza” os visitantes de outras nacionalidades²⁴⁴.

Nesta grande reunião, Dom Hélder Câmara, à frente da organização do Congresso, consagra-se definitivamente aos pobres, seguindo a sugestão feita pelo cardeal Gerlier, de Lyon, com quem se encontrou, no Rio, ao final da grande reunião²⁴⁵. Com este ímpeto alimentado pelo sucesso do Congresso, Dom Hélder fundou a Cruzada São Sebastião e com ela tentou honrar o compromisso estabelecido com o cardeal francês: o de pôr um fim àquele “insulto ao Criador”, forma com a qual este último nomeou as favelas cariocas, espécie de mácula em uma cidade de natureza tão exuberante²⁴⁶.

O eixo estruturante da Cruzada São Sebastião era, de fato, a urbanização das favelas. Pretendia-se evitar a remoção de seus moradores para áreas distantes do local de trabalho e, como se não bastasse, absolutamente privadas de uma rede de transportes e infra-estrutura. Esta era, contudo, razão de ordem prática. Havia outra, ideológica, para a qual a Cruzada também tencionou alertar. “Mesmo que a cidade dispusesse de transportes adequados, seria erro social, de conseqüências imprevisíveis, *varrer os trabalhadores* para sempre mais longe das casas dos patrões”, disse Dom Hélder, logo após a inauguração do primeiro conjunto erguido pela Cruzada, o Bairro São Sebastião do Leblon²⁴⁷.

Dom Hélder reconhecia que a constituição de uma favela, longe de configurar um problema local, tinha raízes em diversas causas. Por isso, outras ações paralelas foram planejadas pela Cruzada São Sebastião, mas estas foram inteiramente obscurecidas por

²⁴⁴ Nos arquivos da Cúria Metropolitana encontram-se as transcrições dos programas radiofônicos transmitidos nos meses que precederam o Congresso.

²⁴⁵ Cf. entrevista com Dom Hélder Câmara em BROUCKER, José de. *Les Conversions d'un évêque: entretiens avec José de Broucker*. Paris: Seuil, 1977.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ “Uma cruzada e um paladino”, Revista Visão, 27 de dezembro 1957.

apenas uma das frentes de trabalho desta associação. Os jornais privilegiaram o aspecto local de toda essa complexa questão, enfocando exclusivamente a construção de conjuntos habitacionais em terrenos contíguos às favelas que, só então, seriam erradicadas.

O plano original da Cruzada São Sebastião, conforme definido durante o Congresso, seria executado com o apoio de outras três frentes:

- a) criação, nas unidades federadas mais atingidas pelo êxodo rural, de núcleos coloniais que atuem como centro de atração e fixação dos migrantes nacionais²⁴⁸;
- b) criação, ao longo de vias naturais de acesso, como Rio São Francisco e a Estrada Rio-Bahia, de núcleos que procurem conter os migrantes nacionais;
- e
- c) criação, na barreira do Distrito Federal, de hospedarias de imigrantes que, além de assegurarem assistência espiritual e social aos migrantes nacionais, tentem, uma última vez, encaminhá-los para a Baixada Fluminense ou para a zona rural do Distrito Federal²⁴⁹.

Como mencionamos acima, este ambicioso programa ficou conhecido praticamente apenas pela etapa que previa a urbanização das favelas cariocas, objetivo este que, entretanto, se coadunava com um dos projetos que o governo federal visava realizar, também em meados de 1955. A confluência desses horizontes fez com que o presidente João Fernandes Café Filho disponibilizasse Cr\$ 50 milhões para o início das obras de urbanização de uma favela, desde que a Cruzada se responsabilizasse em fazê-lo no mais curto prazo possível.

Os prospectos de autofinanciamento foram também subsidiados, inicialmente, pelo governo federal através da cessão de um terreno de mangues e alagadiços de dois milhões de metros quadrados, que se estendia da rua Lobo Júnior, às margens da Avenida Brasil (ainda Distrito Federal), até o Rio Estrela (pertencente ao Estado do Rio)²⁵⁰. Em 19 de julho de 1959 o presidente Juscelino Kubitschek assinou o decreto no. 39.635, concedendo o direito de preferência ao aforamento dessas áreas, após um acordo firmado com o prefeito Francisco Negrão de Lima, o Ministro da Marinha e o Diretor do Patrimônio. A Cruzada, por sua vez, propôs doar às firmas especializadas encarregadas das obras a sexta

²⁴⁸ Para tanto, organizou-se uma reunião nacional de bispos, em Campina Grande, durante os dias 21 a 26 de maio de 1956, da qual também participaram técnicos de órgãos oficiais encarregados da criação de estratégias e políticas para estimular a permanência do homem no campo. V. *Extinguir as favelas é a preocupação, em nossos dias, da Igreja que dirige a Cruzada São Sebastião*, in *O Observador Econômico e Financeiro*, ano XXI maio 1956, no. 243.

²⁴⁹ *ibid.*

²⁵⁰ Revista Visão, 27 de dezembro de 1957, pág. 22.

parte de cada terreno dragado e aterrado. Algo bastante atraente, visto que o local escolhido possuía qualidades privilegiadas para a construção de um grande mercado, cujo fluxo esperado de capital seria suficiente para financiar as obras de urbanização de favelas e livrar, com isso, a Cruzada da dependência futura dos recursos governamentais e da exploração política.

Servido por três grandes rodovias (Rio-Bahia, Rio-São Paulo e Rio-Belo Horizonte), duas ferrovias (Central do Brasil e Leopoldina) e por um cais acostável, o Mercado São Sebastião viria se tornar sede da maior bolsa de gêneros alimentícios do país e rota responsável por 60% de todos os alimentos consumidos no Rio de Janeiro²⁵¹. Juntamente com o Mercado São Sebastião, a Cruzada criaria ainda o Banco e a Feira da Providência como entidades capazes de sustentar financeiramente as obras de urbanização.

Havia, contudo, um sentido político mais preciso que daria a esta iniciativa de Dom Hélder Câmara o seu caráter singular: as quase 130 favelas que existiam na cidade²⁵² seriam urbanizadas visando manter seus moradores em áreas contíguas àquela onde mantinham os seus barracos. Deste modo, a política da Cruzada São Sebastião faria face à política de remoção que se encontrava na iminência de ser definitivamente implantada pelo governo da Guanabara, em consórcio com o governo federal.

O prazo previsto pela Cruzada São Sebastião para a urbanização de todas as favelas cariocas seria de doze anos. Ao final deste prazo, o distrito federal comemoraria o seu quarto centenário já sem a presença das favelas em sua paisagem. O cálculo aproximativo a que chegaram os peritos envolvidos na empreitada – engenheiros, arquitetos, juristas, administradores, governantes e assistentes sociais – respondia razoavelmente bem à projeções de ordem técnica.

A Cruzada São Sebastião se beneficiou, inicialmente, do arquivo e do trabalho começado anos antes nas favelas pelas assistentes sociais da Fundação Leão XIII. Não por acaso, a primeira favela a ser contemplada pelas obras da Cruzada foi a Praia do Pinto, no bairro do Leblon. Ali, a Fundação mantinha uma Agência Social Provisória, com um farto acervo de fichas descritivas das casas e do cotidiano de seus moradores²⁵³. Mas a

²⁵¹ Cf. *Desordem urbana mata Mercado São Sebastião*, in Revista do Empresário da Associação Comercial do Rio de Janeiro, no. 1378 Ano 64, março/maio de 2005.

²⁵² Esta estimativa em muito se deve aos critérios utilizados no primeiro censo de favelas, em 1948, posteriormente revisto por Alberto Passos Guimarães, criador do conceito de “aglomerado subnormal” que redundou na redução, em termos estatísticos, do número de favelas na cidade.

²⁵³ Em consultas feitas ao arquivo da Paróquia Santos Anjos, no Leblon, vimos que algumas dessas fichas registram os fatos ocorridos com os membros de uma mesma família ao longo de mais de dez anos.

localização desta favela, entre a praia do Leblon e de Ipanema e a Lagoa Rodrigo de Freitas, também foram determinantes não só para a instalação da Agência pela Fundação Leão XIII, em 1947, como para a Cruzada São Sebastião iniciar os seus trabalhos, a partir de 1955.

Segundo Irmã Enny Guarnieri, assistente de Dom Hélder Câmara, a existência de um terreno desocupado e disponível ao lado da favela também teria favorecido a escolha²⁵⁴. Em um contrato de cessão do terreno, a Prefeitura do Distrito Federal o disponibilizou à Cruzada e em novembro de 1955 as obras do Bairro São Sebastião do Leblon puderam começar, já em ritmo acelerado, de modo a atender ao prazo acordado com o presidente Café Filho.

Do total de 130 favelas existentes na cidade, apenas doze chegaram a receber algum tipo de melhoria com as obras da Cruzada. Cinquenta e um projetos de redes de luz foram feitos em várias dessas localidades e, além da Praia do Pinto, apenas as favelas Parque Alegria e Morro Azul foram urbanizadas, ainda que parcialmente²⁵⁵.

6. A vontade de saber

Muitos acontecimentos contribuíram para fazer do decênio 1947-1957 um marco de mudança nos rumos do debate sobre ‘a favela’. No ano de 1947, como acabamos de ver, a Fundação Leão XIII se fez presente em oito desses assentamentos urbanos, assim como os recenseadores que participaram do primeiro censo geral de favelas. A Ação Católica também seria criada naquele ano, por uma iniciativa de Dom Hélder Câmara.

Ainda em 1947, chega ao Brasil o fundador do movimento internacional *Économie et Humanisme*, Louis-Joseph Lebret. Engenheiro formado pela Escola Naval e oficial da Marinha de Guerra Francesa, durante a vida militar Lebret ocupou o posto de comandante do Porto de Beirute, em 1921 e 1922, de onde saiu para ingressar na Ordem dos Dominicanos, em 1923. Ao final de seus estudos na Ordem, fundou a Juventude Marítima Católica da França, o Secretariado Social Marítimo e a Federação dos Pescadores da França onde, entre 1926 e 1945, dedicou-se à pesquisa das condições de pesca e de vida dos pescadores das costas atlântica e mediterrânea da França, estudo este que se estendeu

²⁵⁴ Cf. GUARNIERI, Enny. *Uma experiência de promoção social: Cruzada São Sebastião*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1963.

²⁵⁵ Cf. SLOB, *op.cit.*: 27.

para toda a Europa e África do Norte. Em meio a esta já intensa agenda, Lebret fundou, em 1942, o movimento *Économie et Humanisme*, do qual fez surgir, em Paris, uma revista, uma editora e uma livraria homônimas. Junto com o professor Josué de Castro, Lebret fundou a Associação Mundial Contra a Fome (Asco-Fam), em 1957, ao mesmo tempo em que empreendia suas viagens de estudos e pesquisas, nas quais também se dedicava ao magistério. Em 1956 ofereceu um curso sobre a Dinâmica do Desenvolvimento, na Universidade de Montreal, no Canadá. Na Colômbia, publicou dois volumes do *Estudio sobre las Condiciones Del Desarrollo de Colômbia*, indo, em seguida, desenvolver novas pesquisas no Vietnã e no Senegal, país para o qual concebeu um Plano de Desenvolvimento.

Este dominicano francês²⁵⁶, que em 1950 passou também a integrar o quadro de pesquisadores do *Centre Nationale de la Recherche Scientifique* (CNRS), era, pois, figura representante de uma vanguarda católica que, no Brasil, encontraria em Dom Hélder um companheiro nas ações pelo desenvolvimento dos países do chamado terceiro mundo. Ambos pareciam compartilhar de um mesmo ponto de vista sobre a pobreza e sobre os problemas a serem cuidadosamente observados em uma agenda de desenvolvimento, a começar pela busca daquilo que proporcionaria a autonomia dos indivíduos. Para tanto, faltavam as *condições necessárias* para o pleno desenvolvimento do cidadão, algo que deveria ser consolidado juntamente com o reconhecimento equitativo dos direitos civis.

Dentro desta concepção partilhada por ambos, as condições necessárias para uma esperada integração social só se fariam possíveis através de um conhecimento profundo dos modos de vida da população. A pesquisa sociológica tornou-se, a partir de então, o meio imprescindível para a elaboração deste conhecimento.

Lebret entendia que uma ação social deveria vir acompanhada da pesquisa, sobretudo da pesquisa empírica. Como economista, não aceitava separar as questões vinculadas ao desenvolvimento econômico de seus aspectos sociais, e defendia o desenvolvimento como o “engajamento da totalidade das ciências humanas e sociais”²⁵⁷:

A economia do desenvolvimento se tornará necessariamente, sob pena de esterilidade ou de maleficência, uma disciplina de síntese utilizando a economia, em sentido estrito, a geografia, a geologia, a etnologia, a

²⁵⁶ O Padre Lebret foi também o diretor fundador do IRFED (Centro Internacional de Formação e de Pesquisa para o Desenvolvimento Harmônico).

²⁵⁷ v. LEBRET, *Commentaires*, p. 21. In AUSTRUY, Jacques. *Le Scandale du Développement*, Éditions Marcel Rivière et Cie., Paris, 1965, 535p.

demografia a sociologia, a ecologia, sem falar de diversas disciplinas mais técnicas como a agronomia, a hidráulica, a higiene, o urbanismo, a administração, a animação de outras tantas. (...) É trabalhando juntos, na análise multiforme e na elaboração do plano de desenvolvimento de um país ou de um conjunto de países, que os diversos especialistas encontrarão as condições ótimas para uma cooperação fecunda.

As tentativas da simples justaposição de economistas, sociólogos, agrônomos, biólogos e urbanistas, por exemplo, no seio de uma equipe dita de planificação, não será suficiente. É preciso que haja fusão na disciplina do desenvolvimento, através do jogo das complementaridades demandadas para uma análise da estrutura sob todos os aspectos²⁵⁸.

Lebret escreveu importantes manuais de pesquisa social em meio urbano e rural reunidos no *Guide pratique de l'enquête sociale*. Este foi o documento de referência para os trabalhos realizados por todos os escritórios da SAGMACS em diferentes cidades brasileiras²⁵⁹. Na introdução ao primeiro volume, intitulado *Manuel de l'Enquêteur*, Lebret sugeria a utilização do livro pelos “jovens com tempo livre”, ressaltando, com isto, o caráter incontornável do conhecimento empírico para a direção dos processos de desenvolvimento²⁶⁰.

Sua primeira visita ao Brasil resultou de um convite feito pelos dominicanos brasileiros que o haviam conhecido no convento de La Tourette, perto de Lyon, onde ele organizava regularmente as atividades de *Économie et Humanisme*²⁶¹. Tanto que, ao chegar ao Brasil, vai para São Paulo ministrar, durante quatro meses, o curso de Introdução Geral à Economia Humana, na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), curso bastante disputado pelos altos funcionários da administração brasileira, engenheiros, médicos e membros da elite católica paulista²⁶². Neste e nos outros cursos que ministrou na ELSP, Lebret formou toda uma geração de sociólogos e eminentes pesquisadores urbanos que, mais tarde, viriam a compor o grupo da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), fundada por ele, em São Paulo, em 1947, seguindo o modelo da *Société pour l'application du graphisme et de la mécanographie à l'analyse* (SAGMA), criada também por Lebret, um ano antes, na França.

²⁵⁸ Ibidem. Tradução da autora.

²⁵⁹ V. VALLADARES, 2005: nota de rodapé, página 87.

²⁶⁰ De GERANDO, no século XIX, pedia à administração pública que invocasse os “visitadores dos pobres”, função esta que poderia ser desempenhada por qualquer cidadão e para a qual escreveu o guia *Le Visiteur du Pauvre*.

²⁶¹ VALLADARES, Lícia. *Louis-Joseph Lebret et les favelas de Rio de Janeiro (1957-1959): enquêteur pour l'action*. In *Gêneses*, septembre 2005b. pp.31-56.

²⁶² A estada de Lebret foi financiada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o que, como observam VALLADARES (2005a: 34 e 82) e LEME & LAMPARELLI (2001), evidenciava a contribuição de Lebret nos estudos de planejamento urbano em São Paulo.

Ainda na capital paulista, dirigiu e realizou, entre outras, pesquisa sobre a “Habitação na Capital do Estado de São Paulo” e sobre as “Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo”. O mesmo trabalho também foi desenvolvido em outros estados brasileiros, como o “Estudo sobre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”, contratado pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai; a “Pesquisa sobre o Desenvolvimento e a Implantação de Indústrias interessando a Pernambuco e ao Nordeste”, feito para a CODEPE; e a “Pesquisa sobre as Estruturas Atuais e as Estruturas Racionais da Aglomeração de São Paulo”, para a Prefeitura Municipal de São Paulo²⁶³.

O interesse de Lebret pelas favelas do Rio se deveu não somente aos dominicanos, os quais o acolhiam no convento do Leme, situado aos pés do Morro da Babilônia, mas a Dom Hélder Câmara, que desde a primeira visita de Lebret ao Brasil já havia encomendado ao escritório da SAGMACS, em São Paulo, uma pesquisa sobre as “habitações do proletariado”²⁶⁴. Dom Hélder pretendia, com isto, obter uma pesquisa aprofundada sobre as configurações internas das favelas que fosse, deste modo, preservada do controle do governo e, igualmente, da Igreja.

Todos os problemas associados às questões do desenvolvimento foram pesquisados empiricamente por Lebret e as equipes que ajudou a formar em países da África, da América Latina e do Oriente Médio. Com sua notável experiência, exerceu grande influência na elaboração da encíclica do papa João XXIII, *Mater et Magistra*, de 1961, e participou ativa e apaixonadamente da redação do documento *Gaudium et Spes*, a quarta constituição do Concílio do Vaticano II, onde se discute o papel da igreja no mundo moderno. Sobretudo durante este trabalho, Lebret desafiou pessoalmente os membros do Concílio distribuindo textos que tratavam da pobreza no mundo. As idéias que formulou e apresentou em *Gaudium et Spes* seriam a base para a elaboração da encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI, publicada em 1967, carta esta que, após o seu falecimento, em 1966, aos 69 anos, passou a ser considerada, pela ala vanguardista da Igreja, como um tributo à sua memória²⁶⁵.

²⁶³ Cf. Introdução ao estudo *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, O Estado de S. Paulo, 13 de abril de 1960, Suplemento Especial, p. 02.

²⁶⁴ Idem: 38. O resultado deste trabalho foi publicado, em português, com o título de *Sondagem preliminar a um estudo sobre habitação em São Paulo*, na Revista do Arquivo, vol. 139: 7-52.

²⁶⁵ Cf. *Louis Joseph Lebret – Um Profeta para nuestro Tiempo*, conferência proferida pela Irmã Mary O’Driscoll, da Congregação Irlandesa de Irmãs Dominicanas de N.Sra.do Rosário e de Santa Catarina, por ocasião dos vinte anos da morte de Louis Joseph Lebret. Disponível em <http://www.op.org/codal/lebret.htm>.

As orientações teóricas e políticas de Le Bret e o seu renome mundial despertaram, pois, um grande interesse nos grupos de maior proeminência no cenário político nacional. Dez anos depois de sua chegada ao Brasil, um detalhado estudo sobre as favelas do Rio de Janeiro foi encomendado e financiado pela família Mesquita, proprietária do jornal O Estado de S. Paulo que, na época, ocupava o posto de jornal mais influente do país. Este não foi o primeiro estudo requerido pelos seus editores, mas certamente foi o que causou maior impacto na opinião pública, tendo fornecido os argumentos necessários para a campanha que o diário paulistano pretendeu promover contra a política de descentralização do poder federal²⁶⁶.

A pesquisa, dirigida por Le Bret, reuniu pesquisadores da SAGMACS que, por sua vez, coordenaram o trabalho de campo de jovens estudantes de ciências sociais selecionados, sobretudo, na ELSP²⁶⁷, onde Donald Pierson, egresso da Universidade de Chicago, coordenava os cursos dando ênfase a importância da pesquisa de campo²⁶⁸. A interlocução de pesquisadores da SAGMACS com o professor Pierson conferiu a esse estudo um interessante entrecruzamento das idéias sociológicas difundidas por Ezra Park, no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, com as do grupo francês *Économie et Humanisme*. Assim, ocorreu aqui um interessante e singular entrecruzamento dos preceitos da economia humana, desenvolvidos por Le Bret, com os métodos de pesquisa urbana da Escola de Chicago, desenvolvidos à luz dos conceitos da ecologia urbana. Tudo isto concorreu para que as favelas aparecessem pela primeira vez como locais distintos entre si e bastante diferenciados internamente.

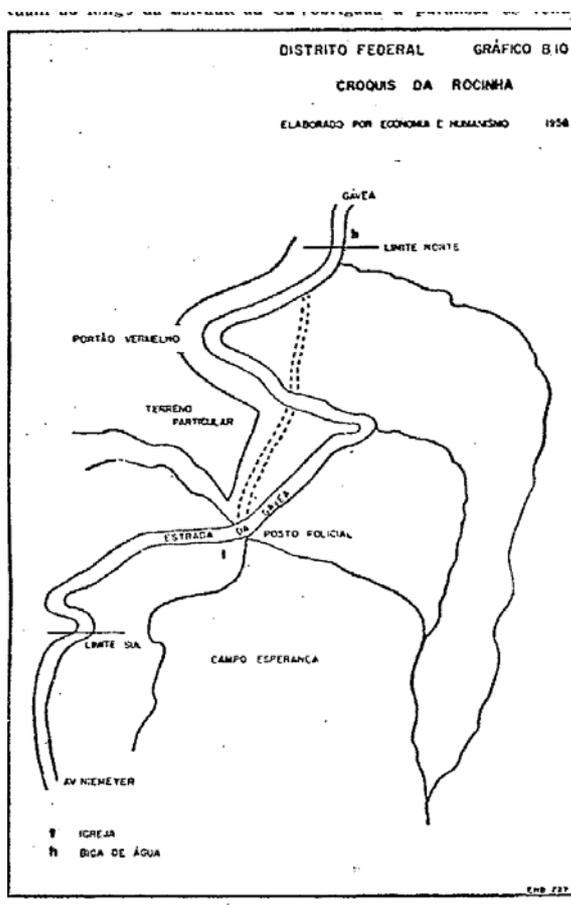
²⁶⁶ VALLADARES (2005a) menciona algumas hipóteses que pudessem explicar porquê a família Mesquita teria interesse em financiar um exaustivo estudo de três anos sobre favelas do Rio. A hipótese mais provável, sustentada inclusive pelo diretor da pesquisa, José Arthur Rios, seria a de que os paulistas buscavam argumentos contra a construção de Brasília e a mudança da capital federal para o cerrado. *Reportagens publicadas n'O Estado de São Paulo, em 1958, acusavam também a Cruzada e a Fundação Leão XIII de promoverem uma "miserabilidade deliberada" e de "desperdiçarem dinheiro público sem dar soluções ao problema"*. Cf. também cronológico do site *Favela tem Memória*.

²⁶⁷ Os pesquisadores escolhidos para a coleta e elaboração dos dados foram: Antonio Assimos, Aryvalde Ferreira da Silva, Carlos Morais, Elias Pessoa de Carvalho, Elio Moulin, Hebe Vainier, Ilka Leite, Jorge Miramar Moreira, José Maria Lopes, José Sampaio, Laerte Marques Lima, Luiz Alvear Palermo, Maria do Carmo Pereira, Milton Santos, Nilda Moreira de Deus, Regina Maria Novais de Almeida, José Maria Lopes, Antonio Reis Cavalcanti, Célio Alves, Diva Maria Pires Ferreira, George Raes, Geraldo Targino da Fonseca, Helena X. Bruno, Ieda Cardoso Vieira, José Jovino S. de Oliveira, Leila Elias Issa, Luis Alvim Correa, Mario Afonso de Carneiro, Nair Guerreiro, Pedro Paulo W. de Araújo, Solange Dias de Brito, Sujiyama Iutalea. O concurso foi prestado com o auxílio da Fundação Leão XIII. O serviço social da Cruzada São Sebastião também contribuiu para a realização da pesquisa (fonte: SAGMACS).

²⁶⁸ Valladares chega a considerar uma analogia entre esse estudo e a agenda de pesquisa elaborada por Ezra Park no artigo *The City*, de 1925, fazendo apenas a ressalva de que o estudo da SAGMACS não se apresentou como tal, embora tenha legado temáticas e temas que até hoje podem ser explorados pelos pesquisadores que se ocupam da evolução e dos problemas urbanos carioca. *Op.cit.*, 2005a:102 e 2005b: 48.

O trabalho foi realizado em dezesseis favelas cariocas²⁶⁹ durante três anos consecutivos e coordenado, como vimos, por um grupo de formação variada. Esta característica interdisciplinar seria, afinal, a marca deste grandioso estudo sobre as favelas cariocas.

Croqui da favela da Rocinha, elaborado por Economia e Humanismo, em 1958



A tarefa de “tentar penetrar quanto mais possível na intimidade do favelado, descobrir suas atitudes fundamentais, suas reações e seus sentimentos, sua concepção de vida, de si mesmo e da cidade em que habita”²⁷⁰ foi cumprida e apresentada em dois suplementos especiais publicados pelo jornal, totalizando 88 páginas de um estudo detalhado sobre o cotidiano de favelados do Rio de Janeiro. Para se ter uma idéia da extensão deste trabalho, cumpre saber ainda que cada página dos suplementos estava diagramada em cinco colunas, e, além destas, acompanhavam diversos mapas da cidade, com a localização das casas de cômodo, hospedarias e favelas, fotografias, gráficos e

²⁶⁹ A saber: Morro da Providência, São Carlos, Vila do Vintém, Esqueleto, Jacarezinho, Barreira do Vasco, Rádio Nacional, Parada de Lucas, Cordovil, Telégrafos, Escondidinho, Morro do Bonsucesso, Vila Proletária da Penha, Rocinha, Cantagalo, Parque Proletário da Gávea e Praia do Pinto.

²⁷⁰ BARBOT, Claude. *Revista Notícias Municipais*, RJ, ano 07, n.43, nov/dez 1960. pp.03-15 (publicação IBAM). Neste artigo, BARBOT faz uma breve e elogiosa análise do relatório SAGMACS.

tabelas contendo estatísticas sobre o uso dos transportes ao longo dos anos, o crescimento industrial, a evolução dos salários no Distrito Federal, sua população, número de prédios, o custo de vida, dados sobre seus habitantes e, também, croquis das dezesseis favelas feitos pelos próprios pesquisadores.

Na primeira parte do estudo, foram publicados os “aspectos gerais” das favelas cariocas, e, na segunda, estudos aprofundados resultantes das pesquisas realizadas naquelas onde a Fundação Leão XIII mantinha suas sedes. Os pesquisadores, por fim, concentraram suas observações em duas favelas escolhidas pela SAGMACS devido à “importância de recuperação dos favelados nelas levadas a efeito: numa, pela prefeitura do ex-Distrito Federal – o Parque Proletário da Gávea – e noutra pela Fundação Leão XIII – a Barreira do Vasco”²⁷¹.

Cabe aqui lembrar que a definição de favela utilizada pelos coordenadores da pesquisa era a mesma aplicada pelo censo de 1950:

Todo agrupamento predial ou domiciliar constituído por unidades em número geralmente superior a 50, predominando os casebres e barracões de aspecto rústico, construídos com os mais diversos materiais e sem obediência a plano algum, fora do alinhamento e em locais destituídos de melhoramentos públicos tais como rede sanitária, luz, água encanada e telefone e sem situação legalizada quanto à propriedade²⁷².

Em 1957, ou seja, três anos antes da publicação do relatório da SAGMACS, o Instituto de Pesquisas e Estudos do Mercado (IPEME) publicara um documento cujo conteúdo nos fornece, hoje, um excelente contraste para a compreensão do campo de interesses que se formou ao redor desses assentamentos²⁷³. Intitulado “Favelas e Favelados do Distrito Federal”, a pesquisa do IPEME teria sido encomendada por um arquiteto, Carlos Calderato, que, segundo artigo publicado na revista Notícias Municipais²⁷⁴, partilharia da mesma opinião exprimida na época por um membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro: “As favelas do Rio, com raras exceções, ocupam as áreas mais valorizadas da cidade, os melhores terrenos para residências, como são os morros de

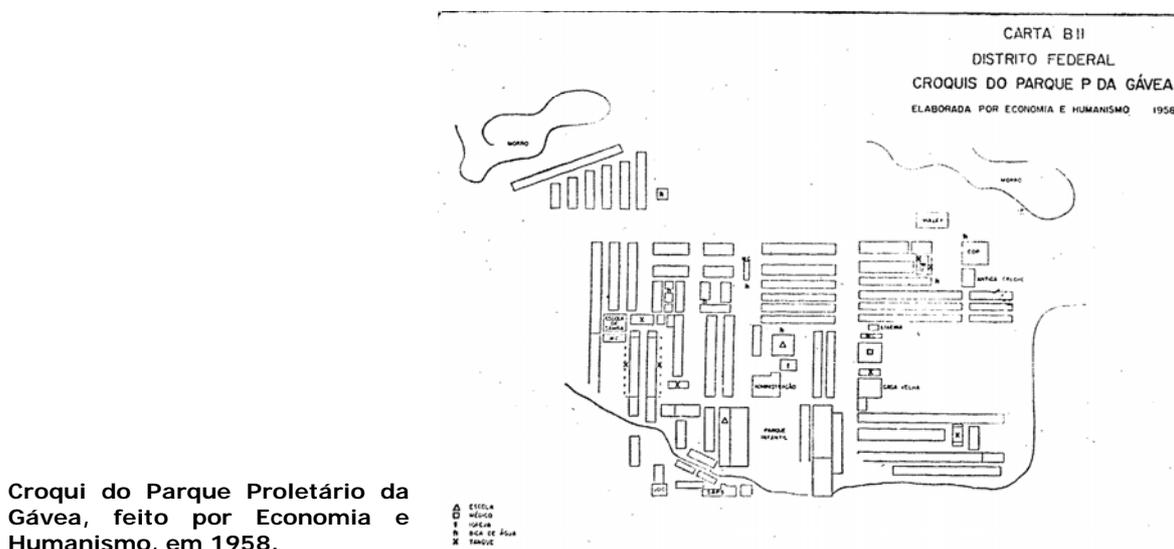
²⁷¹ *Idem*: 04.

²⁷² O estado da Guanabara comportava, na época, quase um milhão de favelados, ou seja, um terço da população vivia em favelas. *Idem*. (página?)

²⁷³ Em 06 de janeiro daquele ano, Dom Hélder organiza no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Geral de Representantes de Favelas.

²⁷⁴ *Op.cit.*

Copacabana. As favelas contribuem para que as ruas se enlameiem e o sistema de canalização se entupa nas épocas das chuvas”.



Croqui do Parque Proletário da Gávea, feito por Economia e Humanismo, em 1958.

A solução do IPEME preconizava, assim, a urbanização das favelas, não sem antes distinguí-las entre aquelas “localmente úteis e localmente inúteis ou parasitas”. Estas seriam todas as existentes na Zona Sul da cidade e nas zonas residenciais da Tijuca, do Andaraí e de Vila Isabel, pois nelas se encontrariam, segundo o documento,

O habitat mais primitivo, a maior proporção de crianças que trabalham e a maior indiferença nos pais em relação à educação dos filhos; o índice máximo de marginais (pior nas favelas da Lagoa e da Tijuca do que nas de Mangueira, Jacarezinho e Morro da Matriz, de pior fama); a prostituição mais desenvolvida; a maior percentagem de biscateiros e o menor rendimento por família.

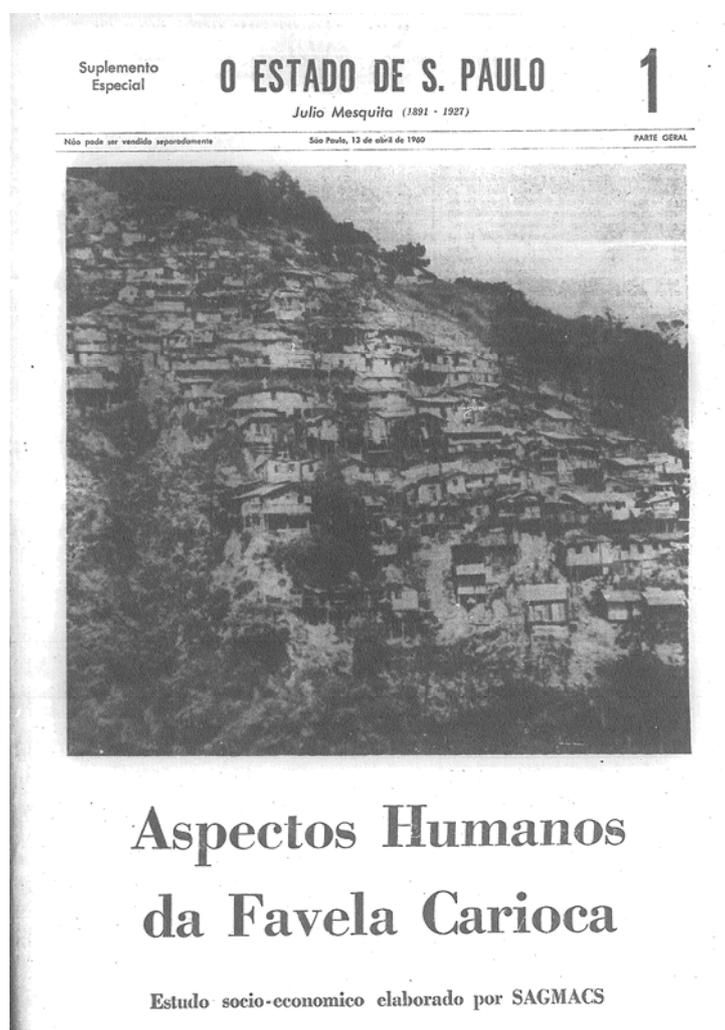
Outros “aspectos negativos apontados” – e que revelavam o *status* depreciativo de que gozavam as empregadas domésticas²⁷⁵ em meados do século XX – se justificavam pela “elevada percentagem de empregadas domésticas residindo nas favelas da Zona Sul enquanto que as lavadeiras, apesar de terem sua freguesia nessa mesma Zona Sul, preferem morar em favelas da Zona Norte”²⁷⁶.

²⁷⁵ Sobre o trabalho doméstico no Brasil, cf. VIDAL, Dominique. *Les bonnes de Rio - Emploi domestique et société démocratique au Brésil*. Presses Universitaires du Septentrion, 2007. 312p.

²⁷⁶ IPEME, *apud op.cit.*

Como se vê, tudo o que se havia publicado durante a primeira metade do século XX sobre favelas ressaltava a aventura, o desígnio de um relato sobre esses “aglomerados *subnormais*”, ou tinha em vista campanhas contra a sua existência. Diante desse quadro, o estudo da SAGMACS viria apresentar dados inéditos e insuspeitados acerca da realidade desses assentamentos.

SAGMACS e os Aspectos Humanos da Favela Carioca



A composição da equipe à qual Lebet destinou a coordenação do estudo sobre as favelas cariocas enunciava, ela mesma, suas apostas epistemológicas e metodológicas. O professor José Arthur Rios, convidado para ser o diretor técnico da pesquisa, havia recebido o prêmio *Master of Arts* em sociologia pela Universidade Estadual de Louisiana,

em 1946/1947, passando, em seguida, a lecionar no departamento de sociologia da Universidade de Vanderbilt, ambas nos Estados Unidos. De retorno ao Brasil, fundou e coordenou a Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952, tornando-se chefe, em 1954, da Secção de Pesquisas Sociais do Serviço Especial de Saúde Pública. Em 1957, além de assumir o cargo de assessor da Comissão de Educação do Senado Federal, José Arthur Rios passou também a dirigir o Escritório de Economia e Humanismo do Rio de Janeiro²⁷⁷. No mesmo ano da publicação do relatório, Arthur Rios tornou-se diretor do Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), criado em 1956, no Rio de Janeiro.

O coordenador de todo o trabalho de pesquisa de campo, Carlos Alberto de Medina, formou-se em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro e, concomitantemente, participou dos cursos de Pesquisa Social do professor Kolb e de Lebre. Tornou-se pesquisador do Serviço Especial de Saúde Pública e supervisor da pesquisa realizada pelo grupo de Economia e Humanismo do Rio de Janeiro²⁷⁸.

Hélio Modesto, arquiteto formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, em 1946, complementou sua formação em 1951, como urbanista, pela *School of Planes of Researchs of Regional Development*, de Londres²⁷⁹. Na pesquisa da SAGMACS, Hélio foi encarregado do capítulo sobre a urbanização das favelas.

Em seguida, os três coordenadores selecionaram, nos meios universitários do Rio de Janeiro e de São Paulo, jovens estudantes de ciências sociais para o trabalho de campo que duraria de 1957 à 1959.

Os métodos da pesquisa “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, da qual agora nos ocuparemos, são, ainda hoje, exemplares deste frutuoso encontro que se deu no Brasil entre a ecologia urbana proposta pelos sociólogos de Chicago e a economia humana formulada pelo dominicano Louis Joseph Lebre.

* * *

Nos dias que precederam a publicação da primeira parte do estudo Aspectos Humanos na Favela Carioca, o jornal O Estado de S. Paulo publicou, em três páginas da

²⁷⁷ V. *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, SAGMACS, publicado em O Estado de S. Paulo, Suplemento Especial, 13 de abril de 1960, p. 02.

²⁷⁸ *Ibidem*.

²⁷⁹ *Idem*.

edição do dia 10 de abril, uma resenha em que anunciava para o leitor a importância dos suplementos especiais que acompanhariam as edições dos dias seguintes²⁸⁰.

A resenha, intitulada “A Favela é a consequência de uma situação”, apresentava os quatro principais fatores que dariam origem à formação de uma favela. Em primeiro lugar estaria o êxodo rural, provocado pela mecanização da agricultura, como principal condicionante. Uma vez chegado à cidade, esse trabalhador imigrante encontraria acolhida em áreas de baixo valor imobiliário, geralmente nas periferias, ao longo das vias férreas ou em regiões insalubres. O segundo fator seria, portanto, a existência de um local, ainda que precário, porém passível de ser destinado à moradia dos trabalhadores oriundos de outras localidades. O crescimento da cidade, especificamente do Rio de Janeiro, fez dela um mercado atrativo, especialmente para a mão-de-obra não qualificada, sujeita a uma baixa remuneração e, conseqüentemente, capaz de dispensar uma quantia mínima de um orçamento já exíguo para manter uma morada. Por último, o estudo identificava as dificuldades para aquisição da casa própria como mais um fator determinante para o surgimento da favela.

Notemos que até aquela época não se falavam em *favelas*. Os dados construídos e trazidos à público pela equipe da SAGMACS talvez tenham cumprido o papel de colocar a favela no plural, pois uma das preocupações mais pronunciadas da equipe foi exatamente a de mostrar a heterogeneidade sócio-econômica nelas existente. O primeiro indício deste aspecto foi apresentado através de um estudo aprofundado sobre a família realizado nas duas favelas onde os pesquisadores concentraram seus esforços – Barreira do Vasco e Parque Proletário da Gávea²⁸¹. A partir dos critérios de natureza econômica, sociológica e psicológica escolhidos – “o tipo e a condição do barraco, o orçamento doméstico, alimentação, vestuário, tempo dedicado ao lazer, grau de estabilidade e permanência do grupo familiar, nível de aspirações” – os pesquisadores construíram cinco tipos de famílias habitando as favelas cariocas, mostrando, deste modo, que

Dentro de cada favela há tensões entre moradores de áreas diferentes, resultantes da distância social percebida pelos favelados. No Parque, há uma

²⁸⁰ A pesquisa foi publicada em duas partes nos dias 13 e 15 de abril de 1960.

²⁸¹ Os Parques Proletários eram classificados como favelas, talvez pelo critério de sua população, selecionada entre moradores de favelas extintas. O estereótipo afeta também o conjunto Cruzada São Sebastião, no Leblon e Cidade Alta, em Cordovil. Sobre este último e o problema de seu estereótipo, v. CONCEIÇÃO, Wellington da Silva, “Qual dos três é melhor de se morar?”: um estudo de hierarquia habitacional na Cidade Alta, Rio de Janeiro. Revista Candelária, Ano IV, Jan-Jun, 2007, pp.73-92; e NASCIMENTO, Denise Nonato do. *Favela de Cimento Armado: Um estudo de caso sobre a organização comunitária de um conjunto habitacional*. Dissertação de mestrado defendida no PPGCS/CFCH-UERJ, 2003. 132p.

‘zona norte’, na parte dos fundos, e uma ‘zona sul’, na parte da frente. Esta é a dos moradores mais estabilizados, mais prósperos²⁸².

A partir desta primeira impressão, o estudo passa, então, à análise da unidade através da qual essas diferenças percebidas se manifestam. A família incluída no primeiro tipo é aquela incapaz de atender as necessidades básicas de seus membros, tais como alimentação e roupas.

Essas famílias dificilmente podem ser chamadas de famílias: estão em constante estado de instabilidade – a família recompõe-se com os golpes de má fortuna, os maridos abandonam as mulheres ou estas se ligam a outros homens, as crianças são dadas a quem as queira cuidar. Esse tipo de família não pode ter qualquer esperança de algum dia sair das favelas por seus próprios meios²⁸³.

Vários casos são ali relatados, como, por exemplo, o de uma mulher, moradora da Barreira do Vasco, que vivia situação deste tipo. Mãe de seis filhos, se dizia abandonada pelo marido e deste recebia, esporadicamente, uma ajuda financeira que pouco ou nada contribuía para o sustento das crianças. O filho mais velho, de 17 anos, ficara responsável por colaborar no orçamento. O exíguo capital familiar refletia na qualidade do barraco: telhados de uma só água feitos com pedaços de telha, tábuas ou papelão – às vezes com os três materiais juntos! – não agüentavam uma chuva mais insistente. Um único cômodo atendia toda a família e os equipamentos sanitários eram inexistentes. Alguns barracos tinham apenas uma única e pequena entrada de luz – a porta da casa. A água para as abluções e para a cozinha deveria ser trazida de uma bica comum, muitas vezes situada em locais distantes.

O segundo tipo de família vivia em condições semelhantes, como, por exemplo, barracos cujo espaço não ultrapassava os seis metros quadrados, mobiliado com latas e caixotes. Em muitos casos, o casal ou os próprios filhos estavam impedidos, por essas razões, de morar na mesma casa. O que, entretanto, as qualificava como famílias do segundo tipo era uma tênue fronteira orçamentária que, embora ainda muito instável, as tornava capazes de adquirir determinados alimentos básicos, como carne e leite, além de algumas roupas compradas.

²⁸² SAGMACS, op.cit: 15 de abril 1960, p.03.

²⁸³ O Estado de S. Paulo, 6º. Caderno, 10 de abril de 1960.

As famílias que conseguiam suprir as necessidades materiais elementares seriam, de acordo com o estudo, capazes de manter uma integração mínima do seu núcleo, sem, contudo, atingir um limiar de segurança que isentasse os seus membros dos serviços extraordinários. “Nesse tipo de família sente-se, nitidamente, um nível de vida que tende à estabilidade em condições normais, mas que se torna periclitante na economia inflacionária”²⁸⁴. A instabilidade parecia ser superada, no dia-a-dia, com a aposta nos estudos. Nesses casos, a necessidade do trabalho não eliminava a chance das crianças ingressarem ou permanecerem na escola. Haveria uma preocupação maior com a educação dos filhos e parte do orçamento poderia ser destinado à merenda e outros encargos da vida escolar. Em certos casos pagava-se até professora particular. Neste grupo já aparecia o crédito, e em épocas de desequilíbrio na receita familiar recorria-se a empréstimos feitos com um patrão, colegas de trabalho ou até mesmo com vizinhos. O número de refeições aumentava e os membros da família, sempre que possível, reuniam-se para o café da manhã, o almoço, o lanche e o jantar. A dieta também se tornava mais variada, e apareciam na mesa, além do arroz e do feijão, a carne seca, a batata, a banha, o açúcar, o macarrão e o café. No Natal comia-se a rabanada, o manjar e o bolinho de bacalhau. Como lazer, o cinema aos domingos; e, como protesto e tema de conversas, o preço dos colégios²⁸⁵.

Os pesquisadores notavam uma maior preocupação com o barraco das famílias deste e dos quarto e quinto tipos: enquanto não se podia aumentar a casa, comprava-se um móvel, uma panela ou um balde de tinta. Na análise da SAGMACS, o hábito do jogo do bicho visava aplinar uma certa instabilidade financeira, pois se dizia nas favelas que havia o dinheiro para o jogo – fruto de gorjetas – e o dinheiro “do suor do rosto” – destinado às despesas domésticas.

As famílias de quarto tipo teriam um consumo supletivo, que se refletia nas melhorias do barraco, no maior tempo dedicado ao lazer e no equipamento doméstico, mas estas, como concluía a pesquisa, ainda não podiam “alimentar a esperança de sair da favela”, conformando-se com as condições atuais de habitação.

Uma “burguesia favelada” seria, por fim, a componente do quinto tipo de família. Estas desfrutariam de uma situação econômica suficiente para viver fora da favela, conseguindo equilibrar o orçamento sem privar o consumo de alimento, bens e lazer que caracterizariam o estilo de vida pequeno burguês. Aqui, os sentimentos que se vão

²⁸⁴ Idem: 04

²⁸⁵ idem.

adotando mudariam sensivelmente em relação às famílias do primeiro e segundo grupo. Sentia-se muito não poder dar um presente de Natal ou de aniversário aos filhos, ou comprar apetrechos novos para a casa. Havia convidados em casa e estes podiam usufruir um cardápio que já contemplava salada e tempero para a carne. Pelas plantas cultivadas, uma ou outra varanda e a limpeza da fachada, as pessoas dessas famílias costumavam ser chamadas de “caprichosas”. O fogão a gás já se fazia notar nos barracos dessas famílias, mas embora houvesse comodidades as deficiências não deixavam de existir: se havia água, muitas vezes faltava luz.

A partir destes dados, o estudo da SAGMACS definiu como características das famílias das favelas a extrema mobilidade de uma camada para outra – provocada pela instabilidade econômica e de integração do núcleo familiar – e a contigüidade geográfica de famílias socialmente muito diferenciadas. Com isto, os pesquisadores pretendiam demonstrar ainda que o favelado possuía uma “consciência de classe” e, com ela, promoviam, como podiam, a sua “passagem de camada social”²⁸⁶.

Aos poucos [os favelados] vão adquirindo hábitos, até cacoetes, de classe média. Já demonstram preocupações que seriam impossíveis na favela. Ninguém ouviria de um morador de barraco a declaração de M.J.: ‘O que almejo é melhorar de vida cada vez mais, conservar e ajeitar minha casa. Acabar de pagar o apartamento, a fim de possuí-lo para deixar como herança para a minha filha’. Esses hábitos e essa mentalidade não são, entretanto, resultado unicamente do apartamento. Nasceram de uma transição social que encontramos até em certas áreas ecológicas de favelas, como a Barreira [do Vasco] ou o Parque [Proletário da Gávea], onde o barraco vai se transformando em casa, o beco em rua e o amontoado confuso em vila operária ou bairro classe média. Imaginar que o apartamento por si só traria essa mudança seria pueril. A simples convivência com os patrões, no serviço doméstico, seria capaz de criar reivindicações novas, novos anseios, desde que houvesse o motivo essencial: a vontade de subir. Será esta, e não o paternalismo ingênuo da organização que preside a vida nos apartamentos, que irá determinar as mudanças fundamentais de conduta no favelado. E estas aparecerão tanto nos apartamentos como nos barracos, onde o morador já suspira pela mudança, já ressentido o apelativo de favelado²⁸⁷.

²⁸⁶ Daí adveio a crítica elaborada a partir deste exaustivo estudo sobre as favelas ao modo como a Cruzada São Sebastião estabeleceu a sua política de transição dos moradores de favela para a vida em apartamentos. Com o auxílio do Serviço Social da Fundação Leão XIII, as assistentes sociais da Cruzada São Sebastião passaram a acompanhar, a partir de 1957, a conduta dos moradores da favela e do conjunto para administrarem as entradas e as trocas das famílias nos apartamentos. A direção da conduta nos apartamentos estava, portanto, a cargo dessas mulheres, e esta incumbência aparece qualificada no estudo da SAGMACS como “paternalismo ingênuo”.

²⁸⁷ Op. cit, 13 de abril de 1960, p.39.

Para as famílias de orçamento mais estável, a aspiração, em matéria de habitação, era “um barraco melhor e maior”. Nele os moradores da casa se arranjariam com mais conforto; mas também dele se poderia criar nova renda com o aluguel de um cômodo. Não raros eram os casos de esbulho. As assistentes sociais da Fundação Leão XIII também registravam esses casos, entre tantos outros, em seus relatórios. No dia 18 de janeiro de 1957, uma moradora da favela da Praia do Pinto:

... compareceu ao nosso Serviço para queixar-se que cedeu o cômodo que mora para um irmão de seu cunhado, Sr. O.A. de L., a esposa, M.C.L. e 3 filhos e que agora ela precisa do cômodo e eles não querem sair. M.C. disse-nos que ela não cedeu e sim alugou. A Sra. Diretora não permitiu que T. pusesse o casal com as crianças para fora do barraco. (ficha n.813, arquivo CEHAB, Paróquia Santos Anjos).

A pesquisa, portanto, mostrou que havia nas favelas uma diferenciação até então ignorada, e, em meio a isto, uma grande proporção de famílias residentes interessadas em ascender socialmente, com renda familiar suficiente para que parte dela fosse destinada à investimentos em moradia, educação etc. Até então, como vimos, esse dado se manteve restrito, por exemplo, às fichas das assistentes sociais da Fundação Leão XIII, cujo método de trabalho privilegiava, contudo, a busca por “famílias *caso*”, ou seja, por aquelas que vivessem em um tal nível de penúria capaz de justificar uma ação social nas favelas – e de reafirmar a especificidade *da* favela.

Entre outras coisas, os dados trazidos à público pela SAGMACS respondiam a suspeita de que as políticas de habitação eram, elas mesmas, responsáveis pelo agravamento da crise habitacional na cidade. No capítulo final do estudo, intitulado *A Urbanização do Distrito Federal e sua Repercussão Sobre o Problema das Favelas*, a pesquisa mostra que o problema da provisão de habitações do Distrito Federal decorria da decisão, há muito tomada, de tê-lo entregue, praticamente com exclusividade, à iniciativa privada²⁸⁸. À ínfima interferência dos poderes públicos em relação à magnitude do problema juntavam-se o crescimento da população e a desvalorização da moeda. Com isso, a pesquisa também fazia jus às condições que colaboravam para o surgimento e o crescimento das favelas, na tentativa de sugerir novas soluções que prescindissem das investidas tópicas destinadas a estabelecer regras para a construção, ou, por outro lado, a

²⁸⁸ *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, Parte II, 15 de abril de 1960, p. 41.

desmantelar os sistemas de vizinhança já construídos e a afastar esses habitantes da cidade dos bairros de melhor infra-estrutura.

Nos planos de urbanização elaborados pela Prefeitura Municipal não foram previstas medidas visando integrar, no desenvolvimento urbano, os esforços realizados. A deficiência dos serviços de utilização comum – escolas, postos de saúde, núcleos comerciais, facilidades de recreação etc.; a impropriedade dos sistemas de transporte etc., dificultou o funcionamento dos conjuntos residenciais construídos, onerando-os e conduzindo alguns a precoce decadência. (...) Esses conjuntos, edificados em zonas já com sérios problemas de acessibilidade e de provisão de serviços, só vieram agravá-los²⁸⁹.

A crítica levantada pela SAGMACS ao “problema das favelas” não deixava mais dúvidas. Historicamente, a legislação municipal fixava normas de construção “não estudando, entretanto, normas para a sua localização em relação aos bairros já existentes”²⁹⁰. Desde o Decreto 6.000, promulgado pelo prefeito Henrique Dodsworth, em 1937, a municipalidade da capital só fez publicar medidas que tomavam a favela como um problema isolado e, por conseguinte, seus habitantes como questão também à parte. “Não existe, na administração municipal, uma compreensão dos problemas do Distrito Federal como partes de um todo homogêneo – a vida do aglomerado *humano*”²⁹¹.

O Decreto 7.363, de 25 de setembro de 1942, manteve, por exemplo, a taxa máxima de juros de 8% ao ano, criada pelo Artigo 346 do Decreto de 1937, para as operações de venda ao público das casas populares construídas pela iniciativa privada. “Os capitais afastaram-se, assim, dos investimentos em habitação popular para serem aplicados em operações mais lucrativas”²⁹². Não obstante, alguns especuladores continuaram a construir os conjuntos residenciais populares compensando, no entanto, a baixa lucratividade do empreendimento com o rebaixamento do custo da construção. Para contornar a estratégia, fez-se novo decreto²⁹³. Dessa vez fixando as condições mínimas dos materiais utilizados, salvaguardando, enfim, a segurança física dos compradores de casas populares.

A seqüência de leis prosseguiu contornando as adaptações clandestinas que faziam os especuladores. Em seu conjunto, foi possível notar que essa seqüência favorecia, portanto, “mais o aspecto especulativo do que o bem comum”. A prova disto foi a Lei 551,

²⁸⁹ Ibidem.

²⁹⁰ Ibidem.

²⁹¹ Idem: 43. Grifo nosso.

²⁹² Idem: 41.

²⁹³ Decreto 9.189, de 29 de março de 1943.

de 05 de dezembro de 1950, permitindo o que era proibido, ou seja, a construção de casas de madeira, desde que fosse madeira de lei. Na época, para atender a essa e outras condições, uma casa com vinte e seis metros quadrados custaria quase o preço de uma casa de alvenaria, com trinta metros quadrados, segundo o orçamento estipulado pela Fundação da Casa Popular²⁹⁴ para a construção em série. A lei demonstrava, mais uma vez, “a atitude passiva da administração municipal – legislar e esperar que frutifiquem os resultados das medidas sugeridas”²⁹⁵. A falta de fiscalização também reforçava a vantagem e a continuidade das obras realizadas clandestinamente, em desacordo com a lei.

SAGMACS observou, ainda, que jamais havia sido feita uma reavaliação do zoneamento industrial, e, por conta dessa obsolescência, muitas indústrias estavam situadas fora dos limites de sua zona. Caso a administração municipal tivesse se ocupado de atualizar e redefinir essas áreas, seria possível “alterar substancialmente a movimentação e a localização da população”, o que em muito ajudaria a “dirigir o fluxo de crescimento para zonas ainda não desenvolvidas, nas quais, um zoneamento criteriosamente elaborado permitiria a integração do favelado na estrutura urbana, através de um programa de assistência habitacional”²⁹⁶.

As conclusões a que se chegou com a pesquisa eram indubitáveis. A pedra de toque da solução dos problemas urbanos da capital era o modo como até então os sucessivos governos vinham encarando a habitação popular, sobretudo as favelas. Ou seja, como compartimentos estanques, sem um exame em conjunto da configuração urbana. Faltava, assim, estabelecer diretrizes gerais “antes de atribuir a cada Secretaria a elaboração dos detalhes que lhe competir”²⁹⁷. Enquanto as favelas fossem examinadas como uma “excrescência e não como parte integrante da vida do conglomerado urbano”, nada poderia ser feito, segundo os pesquisadores.

Assim, a legislação falha e desatualizada, a falta de conhecimento das questões as quais a Prefeitura deveria resolver, a ausência de um Plano Diretor para o melhor aproveitamento dos recursos e potenciais da área do Distrito Federal e, também, a intrincada burocracia da municipalidade, eram, em suma, responsáveis pela constituição do problema. As proposições reafirmavam essa hipótese, sugerindo que a administração

²⁹⁴ Criada pelo Decreto-Lei 9.777, de 06 de setembro de 1946, a FCP passou a financiar a construção a baixo custo de casas em zonas urbana ou rural, para brasileiros e estrangeiros com mais de dez anos de residência no país.

²⁹⁵ SAGMACS, *op.cit.*: 41-43.

²⁹⁶ *Idem*: 43.

²⁹⁷ *Ibidem*.

municipal considerasse o problema de provisão de habitações “para os vários níveis econômicos da população como atribuição sua”, a fim de “participar, também, efetivamente, na orientação do desenvolvimento urbano”. Os pesquisadores da SAGMACS sugeriram, ainda, que fossem feitos estudos pormenorizados “de cada favela em particular”, além de outro que levasse em conta as “relações das favelas com o conglomerado urbano”, de maneira que fossem avaliadas as possibilidades de redistribuição de suas populações “em relação aos locais de trabalho e outros centros de interesse”²⁹⁸.

* * *

O estudo da SAGMACS foi um marco na história da pesquisa urbana no Brasil. Com a publicação deste trabalho, resultante de três anos de pesquisa empírica realizada por uma equipe numerosa e especializada, os donos do jornal, ligados ao grupo político da UDN, jogavam duro com as políticas do governo da capital, mas também do governo federal, representado, na época, pelo presidente Juscelino Kubitschek.

7. O sacrifício, enfim, não é de todos...

Embora tenha sido iniciada com a publicação desse estudo monumental, a década de 1960 seria lembrada pela política de remoção de favelas, opção justamente contrária àquela proposta pela SAGMACS. O contexto político da capital era um tanto quanto conturbado, pois Brasília acabava de ser inaugurada no coração do território nacional, impondo, no Rio de Janeiro, a reestruturação administrativa da Prefeitura – o que, de certo modo, ofereceu boas razões para a criação de órgãos destinados a viabilizar a política de erradicação das favelas.

Com a inauguração de Brasília, o Rio de Janeiro torna-se Estado da Guanabara e é dividido em 23 distritos administrativos, cada qual com o seu administrador nomeado especialmente para se ocupar das favelas de sua área. Leeds & Leeds contam que alguns desses administradores passaram a supervisionar as eleições e a resolver disputas entre os moradores das favelas de suas respectivas jurisdições, de modo que as nomeações se

²⁹⁸ Ibidem.

mostravam politicamente lucrativas²⁹⁹. Entre eles, um general do Exército, ex-secretário do gabinete do então governador Carlos Lacerda, contou em entrevista ao casal Leeds sobre a seleção que havia feito para formar uma equipe eficiente de cabos eleitorais na maior favela do Rio. O sucesso de seu empreendimento lhe renderia, mais tarde, a eleição para deputado federal³⁰⁰.

Quanto a política de erradicação de favelas, esta consistiu não somente em demolir o sistema construído precário e insalubre, mas, sobretudo, ‘varrer’ para longe das áreas valorizadas pelo capital imobiliário, os seus habitantes, lançando-os na direção das periferias metropolitanas, não menos precárias e destituídas de serviços básicos de saneamento e transporte. Tal política iria deixar marcas profundas e feridas mal cicatrizadas na morfologia social da cidade e na história das políticas públicas urbanas e de habitação colocadas em prática pela administração municipal e estadual, em consórcio com o governo federal, em várias metrópoles brasileiras.

Alguns estudos consagrados ao esclarecimento dos efeitos da remoção se notabilizaram por terem esmiuçado não só a confusa estrutura burocrática da época, mas sobretudo o que acontecia nas favelas quando se anunciava a sua erradicação³⁰¹. Entre os mais recentes, destaca-se a tese de doutorado de Rafael Soares Gonçalves³⁰², assim resumida pelo autor:

Este trabalho visa reconstituir historicamente num período relativamente longo – do fim do século XIX aos nossos dias – o processo, mais ou menos cumulativo e conflitual de elaboração e de consolidação das favelas do Rio de Janeiro enquanto categoria jurídica específica. Esta *démarche* não se interessa somente pelas questões estritamente jurídicas, mas ao modo pelo qual esta reconstituição remete a uma releitura sócio-política do direito. A construção da favela, enquanto objeto jurídico, veio a constituir-se progressivamente como uma variável jurídica em si, a qual, inserindo-se no feixe das questões jurídicas concernentes às favelas, promoveu uma uniformização simplificadora da representação jurídica destas, e isto a despeito das particularidades inerentes à multiplicidade de estatutos jurídicos fundiários existentes entre as favelas, ou ainda no interior de uma mesma favela. Este trabalho visa, assim, ressaltar, por um lado, os meandros sócio-políticos inerentes ao próprio processo de construção desse objeto jurídico, e, por outro, as repercussões sociais provocadas por essa função nominativa

²⁹⁹ LEEDS, Anthony & LEEDS, Elisabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978: 207.

³⁰⁰ *Ibidem*.

³⁰¹ SANTOS (1981) e de VALLADARES (1978).

³⁰² GONÇALVES, Rafael Soares. *La construction historique d'un objet juridique: les favelas de Rio de Janeiro de la fin du 19ème siècle à nos jours*. Tese de doutorado defendida no U.F.R. de Géographie Historie et Sciences de la Société da Université Paris VII – Denis Diderot, 2007. 444p.

do direito, notadamente no que concerne às diversas práticas e estratégias dos diferentes atores, visando apropriarem-se do espaço urbano para assegurar um acesso privilegiado ao dinamismo próprio da cidade.

Durante o período em que vigorou a política de remoção, “favelados de última hora”³⁰³ apareciam para pleitear o direito à casa própria em um dos conjuntos habitacionais construídos nas periferias distantes, enquanto muitos já residentes preferiam resistir à mudança compulsória indo instalar-se em outras favelas, produzindo um até então inédito efeito diaspórico na metrópole.

Algumas destas favelas, em especial, foram priorizadas pela política de remoção do Estado da Guanabara que passou a vigorar a partir do governo de Carlos Lacerda (1960-1965), permanecendo no governo de Negrão de Lima (1965-1970) até o de seu sucessor, Chagas Freitas (1971-1975), quando cessaram as remoções. Entre 1962 e 1965 foram feitas vinte e sete remoções, ou seja, 8.078 barracos foram abaixo e 41.958 moradores passaram a morar em bairros periféricos e sem infra-estrutura. Entre 1966 e 1971 esse número subiu para trinta e três favelas extintas, totalizando a destruição de 12.782 barracos e quase 70.000 moradores transferidos para conjuntos habitacionais. Por fim, entre 1971 e 1974, vinte favelas foram erradicadas com seus 26.193 barracos, obrigando mudanças nas rotinas de 26.665 moradores. Durante este período, 80 favelas foram apagadas da paisagem da cidade, o que significou a remoção de 139.218 habitantes da capital para as áreas destituídas de infra-estrutura, transporte e trabalho³⁰⁴. Áreas, segundo a interpretação do governo Negrão de Lima, “próximo ao centro do futuro Rio”. Nesse lugar ainda longe de tudo, o governo do Estado da Guanabara prometia colocar à disposição dos favelados removidos da zona sul “um verdadeiro colosso de alvenaria surgido quase que da noite para o dia”³⁰⁵.

Entre as favelas priorizadas por essa política estavam todas aquelas situadas na Zona Sul da cidade, e mais precisamente as que se encontravam nas encostas e areais da grande área que tem como epicentro a Lagoa Rodrigo de Freitas. Era ali, aliás, que se concentrava o maior número de favelas na zona sul, totalizando, ainda em 1970, após terem sido realizadas algumas remoções, dez assentamentos, dentre os vinte e sete da

³⁰³ A própria COHAB havia aberto inscrições para um número reduzido de não-moradores das favelas a serem erradicadas que estivessem interessados em adquirir apartamentos ou casas nos conjuntos. A estes a Companhia chamava de “reserva técnica”. Porém, os que se mudavam para a favela em questão eram chamados de “favelados de última hora”. Cf. Valladares, idem: 52.

³⁰⁴ Dados da COHAB-GB, *apud* Valladares, idem: 39.

³⁰⁵ Trata-se da propaganda da Cidade de Deus, conforme aparece no relatório *Rio Operação Favela*, Governo do Estado da Guanabara, 1969: 39. 102p.

região sul da cidade. Da favela da Catacumba foram removidos cerca de doze mil moradores; da pequena Jôquei Clube, cerca de duzentos moradores; da favela Rio Rainha, duzentos habitantes; da Alto Solar, seiscentos; da Macedo Sobrinho, quatro mil; da Ilha das Dragas, mil e oitocentos moradores; por fim, da Praia do Pinto, pouco mais de sete mil pessoas³⁰⁶ foram se juntar àquelas que ocupariam os novos conjuntos Nova Holanda, em Bonsucesso; Cidade de Deus, em Jacarepaguá; e Cidade Alta, em Cordovil, inaugurados, respectivamente, em 1963, 1966 e 1969. Porém, muitos moradores das duas últimas favelas, Ilha das Dragas e Praia do Pinto, já tinham sido alojados nos apartamentos construídos pela Cruzada São Sebastião, em 1957, no terreno contíguo àquele onde haviam erguido os seus casebres, em pleno bairro do Leblon.

Até aqui, vimos, em suas grandes linhas e através da crônica narrativa, dos decretos e dos contextos políticos e sociais, como foi se constituindo o antagonismo entre a favela e o bairro. Para melhor compreendermos esse processo, sobretudo a experiência original da Cruzada São Sebastião na urbanização de favelas durante o período marcado pela remoção, é preciso acompanhar o processo de formação de um bairro. Por isso, vamos agora para o entorno da Lagoa, onde se localiza o bairro do Leblon, hoje o mais valorizado da cidade.

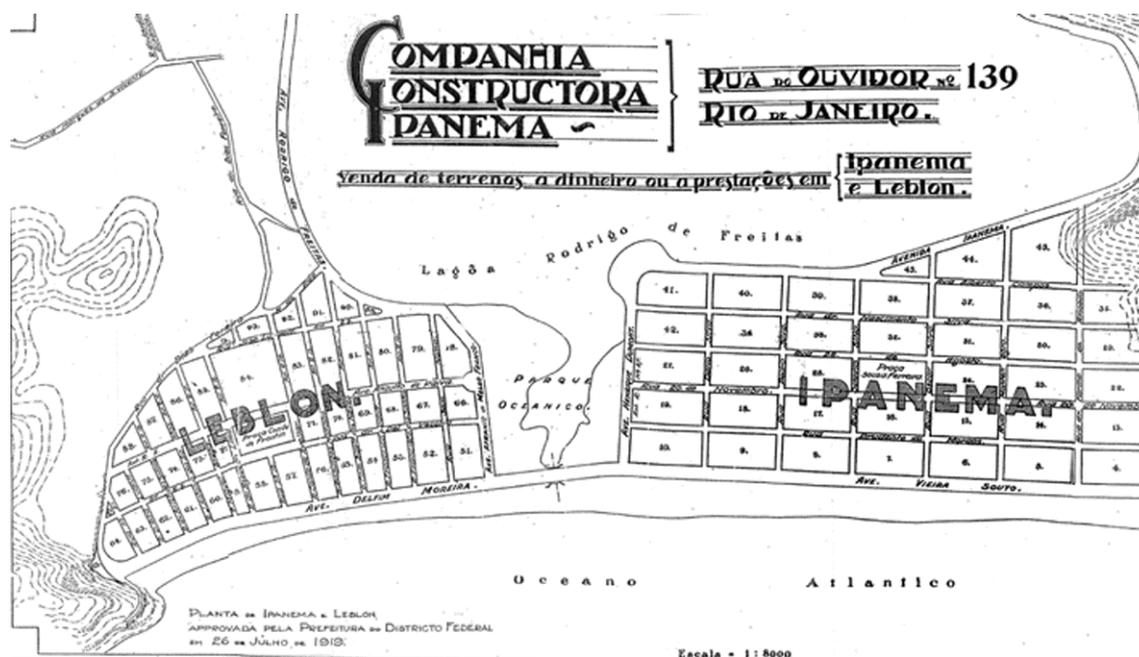
³⁰⁶ Cf. Leeds & Leeds, *op.cit.*: 241.

Capítulo 4

Os moradores, a favela e o ‘bairro’

*Quem construiu Tebas com sete portas?
Os livros dão os nomes dos reis.
Os reis carregam pedras?
“Pergunta de um operário que sabe ler”, Bertold Brecht.*

O bairro do Leblon nasceu para a vida administrativa da cidade em 1919, embora somente dez anos depois, no dia 26 de julho de 1929, a sua primeira planta tenha sido publicada³⁰⁷. Por conta desta data, o Leblon foi consagrado à Sant’Ana. O fato, porém, marcante desta época foi o início da expansão urbana em direção ao mar. Até aquele momento a montanha e a floresta, estas sim, eram procuradas pelos habitantes da cidade em bairros como Cosme Velho e Botafogo e cidades serranas, como Petrópolis.



A criação administrativa do bairro naquele distante areal onde hoje é o Leblon marca, portanto, uma etapa importante da expansão urbana carioca que começaria, a partir da década de 1930, a dirigir-se definitivamente para Copacabana, Ipanema, Leblon e, cercada por estas localidades, a lagoa Rodrigo de Freitas.

Data desta época a execução de um grandioso programa de pesquisas para a avaliação do extenso rendilhado de lagoas, sacos, baías e enseadas característicos do litoral fluminense. A equipe que se ocupou da lagoa Rodrigo de Freitas era composta por

³⁰⁷ Arquivo da Cidade.

cientistas zoólogos, químicos, botânicos e geógrafos, além do biólogo Lejeune de Oliveira que, na década seguinte, comandaria uma pesquisa de mesma magnitude na lagoa de Maricá³⁰⁸.

Entre outros resultados, o estudo fisiográfico da área auxiliaria a expansão da cidade em direção ao sul, esta vasta região espremida entre o mar, a restinga, a montanha e a lagoa. Porém o aspecto notável de todo este empreendimento seria sua vinculação substancial aos “valores cardeais da modernidade urbana” que estariam começando a implementar o progresso através de intensivo combate contra “as águas paradas das cidades do Antigo Regime”³⁰⁹. Mello & Vogel mostraram como a cidade moderna investiu contra a estagnação dessas águas e seus “miasmas” no período que precedeu as descobertas da microbiologia³¹⁰. O saneamento foi o instrumento escolhido para a guerra promovida pelo higienismo; e, através dele, foi concebido todo um programa de reforma da sociedade brasileira onde *sanear* o país representava povoá-lo, enriquecê-lo e moralizá-lo³¹¹.

Partindo do quadro desalentador do sertão, a campanha sanitária, enfim, chega à cidade para fazer dela seu principal território experimental, “epicentro de sua ofensiva”. “(...) a cidade moderna surgia, antes de tudo, como *cidade saneada*, onde o princípio da circulação disciplinada dos fluxos deveria substituir toda e qualquer forma de estagnação, a começar pelas águas”³¹². Expurgada dos inconvenientes pela via do saneamento, a cidade é, assim, transformada em *panorama*³¹³, ideal supremo da ciência do urbanismo que, a partir dos anos 1920 e 1930, implanta suas marcas em diversas cidades ao redor do mundo.

Ainda nos anos 1930, dois outros empreendimentos vão lançar as bases para o desenvolvimento do bairro: em 1933³¹⁴ uma ordem de despejo requerida pelos herdeiros de Carlos Ludolf – proprietário da Chácara do Céu, localizada na encosta do morro Dois Irmãos – pedia a saída dos moradores da favela que ali se formou durante a construção da Avenida Niemeyer. “Somos mais de mil pessoas, existindo trezentos barracões. Seria melhor que nos obrigassem a pagar aluguel dos terrenos”³¹⁵. A tentativa de adquirir um encaminhamento jurídico-legal, expectativa que começava a se pronunciar na época tanto

³⁰⁸ Cf. MELLO & VOGEL, 2004.

³⁰⁹ *ibid*: 81.

³¹⁰ Oswaldo Cruz formou-se em Medicina após ter defendido a tese *A veiculação microbiana pelas águas*.

³¹¹ Máxima proferida pelo médico sanitário Belizário Penna, citado por MELLO & VOGEL, 2004: 81. Sobre a campanha sanitária da década de 1930, cf. também Neiva Vieira da CUNHA, 2005.

³¹² MELLO & VOGEL, 2004: 17.

³¹³ *Idem*: 208.

³¹⁴ Cf. Diário de Notícias, de 28/01/1933 e Jornal do Brasil, de 11/02/1933.

³¹⁵ Diário de Notícias, *ibid*, apud SILVA, Maria Laís Pereira da. *Favelas Cariocas – 1930-1964*. Ed. Contraponto. 2004: 120.

por parte dos proprietários quanto dos moradores³¹⁶, não obteve sucesso. Por volta de 1935 a Companhia Terras do Leblon faz o loteamento do terreno da chácara, diante do qual, no canto mais meridional da praia, já havia sido erguido o Hotel Leblon.

Três anos depois uma ponte é construída sobre o canal do Jardim de Alah, que liga a lagoa ao mar, permitindo a união dos bairros de Ipanema e Leblon através de suas principais vias paralelas à praia: a rua Visconde de Pirajá e a avenida Ataulfo de Paiva.

Com isto, foi facultado o acesso direto ao centro da cidade com a implantação das linhas de bonde e lotação, e estabelecida, às margens do canal e da lagoa, uma pequena aglomeração de barracos cujos habitantes vieram transferidos do terreno que ocupavam na encosta do morro Dois Irmãos, junto às obras de construção da avenida Niemeyer. Com o loteamento feito pela Companhia, foram todos trasladados para a restinga onde, ainda no final daquela década, seria construído o campo do Clube de Regatas do Flamengo³¹⁷.

No local já havia outros casebres ocupados, desde a década de 1920, pelos operários da construção do Jockey Club Brasileiro³¹⁸. Naqueles tempos, eram identificadas na região três pequenas favelas contíguas: a favela Praia-Mar, a do Meio e a favela da Lagoa. As três, segundo a crônica local, localizavam-se sobre o terreno de um português chamado Joaquim Pinto.

Como centenas de outros operários, fui contratado para trabalhar no Jóquei, com a função de plantador de grama. Nasci em Rio Bonito, mas vim direto de Macaé para cá. Trabalhamos bastante, em um sol abrasador e em frio gelado, durante três anos, quando ficou tudo bonito e fomos dispensados sem indenização, porque na época não haviam leis trabalhistas. Sem saber para onde ir, pois depois de feito o muro nossos barracos dentro do Jóquei seriam derrubados, botamos na cabeça nossos cacarecos e fomos para o areal bonito à beira da lagoa. Não sabíamos que estávamos construindo uma favela. (Paulo Ricardo da Costa, *Jornal do Brasil*, 11 de maio de 1969)

Esses trabalhadores, muitos deles imigrantes de várias cidades brasileiras, especialmente dos estados do Ceará, Maranhão e Minas Gerais, foram os que erigiram as primeiras construções e vias de acesso que ainda hoje definem o entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, como o Jockey Club e a Avenida Niemeyer. Suas mulheres e filhos eram também empregados em casas residenciais e comerciais da Gávea, Leblon e Ipanema que, instalados nos casebres também por eles levantados, passaram a usufruir o benefício que a

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ LIMA, Rogério Barbosa. *O Antigo Leblon – uma aldeia encantada*. Rio de Janeiro: Editora Antigo Leblon, 2005: 33. 138p.

³¹⁸ *Jornal do Brasil*, 11 de maio de 1969.

favela simbolizava e concretizava. Através dela era possível se chegar à cidade – e nela permanecer.

Até 1942, esta favela então chamada Praia do Pinto, situada entre o mar e a Lagoa e às margens do canal do Jardim de Alah, possuía ligação com outros dois núcleos vizinhos e menores: as favelas Cidade Maravilhosa e Largo da Memória³¹⁹. Naquele ano de 1942, 800 barracos do lugar foram abaixo e seus moradores removidos para o Parque Proletário Provisório da Gávea, ou Parque Proletário nº1. A Prefeitura inauguraria, logo em seguida, mais dois Parques Proletários, um no Caju e outro no Leblon, na margem oeste da favela da Praia do Pinto, próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas.

Antes da primeira remoção, esse assentamento acolhia uma população diversa em suas origens e que, na prática cotidiana, havia estabelecido suas próprias normas de convívio. As diferenças existentes entre as três favelas – e que possivelmente tenha lhes assegurado a distinção pelo nome – podiam, contudo, ser notadas, como mostram os dados de um censo publicado em 1942³²⁰:

Largo da Memória

Número de construções: 450

Taxa de ocupação: 3,5

Tipo de Construção	Residência	Comércio	Entretenimento	Uso misto	Total
Número:	434	3	1	12	450
Porcentagem:	96,44	0,67	0,22	2,67	100,00

Cidade Maravilhosa

Número de construções: 1.344

Taxa de ocupação: 3,5

Tipo de Construção	Residência	Comércio	Entretenimento	Uso misto	Religioso	Total
Número:	1.277	21	2	43	1	1.344
Porcentagem:	95,01	1,56	0,15	3,20	0,08	100,00

Praia do Pinto

Número de construções: 1.779

Taxa de ocupação: 2,29

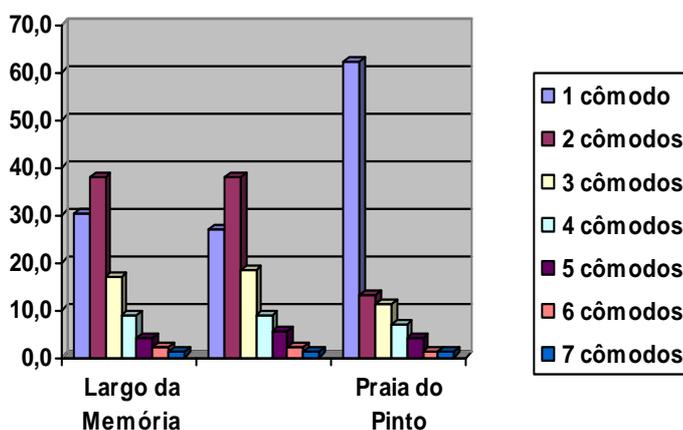
Tipo de Construção	Residência	Comércio	Entretenimento	Uso misto	Escola	Total
Número:	1.697	35	46	46	1	1.779
Porcentagem:	96,44	0,67	0,22	2,67	0,05	100,00

³¹⁹ Cf. SLOB, 2002: 58.

³²⁰ Encomendado por Vítor Tavares de Moura, nomeado chefe da Comissão de Estudos dos Problemas de Higiene de Favelas pelo prefeito Henrique Dodsworth. Moura foi também o responsável pelo planejamento dos Parques Proletários Provisórios na cidade. Cf. também PINO, Julio César 1997, apud SLOB.

Os dados deste censo baseavam-se em critérios estabelecidos durante o 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, realizado em 1941, ocasião em que foi solicitado “um estudo completo das favelas” através do qual fosse possível conhecer “os aspectos gerais e particulares do problema”³²¹. Os autores deste documento, muitos deles membros do Rotary Club, definiram a lista das informações a serem colhidas pelos recenseadores nas favelas: número de habitações, densidade, número de habitantes, caráter específico das habitações, caracterização urbanística das terras ocupadas, número e ocupação de homens e mulheres e de crianças em idade escolar, condições sanitárias, extensão da área ocupada, dossiê fotográfico, possibilidade de urbanização dos núcleos e nome do proprietário das terras ocupadas³²².

Seguindo estas indicações, alguns dos dados recolhidos nas três favelas supracitadas, no ano seguinte ao 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, já denotam, pelo tipo de observação compreendida pelos recenseadores, as implicações trazidas por esta conferência na leitura estatística desses sítios precária ou absolutamente urbanizados. O primeiro gráfico mostra como se distribuía, nas três favelas contíguas, o número de cômodos por habitação³²³:

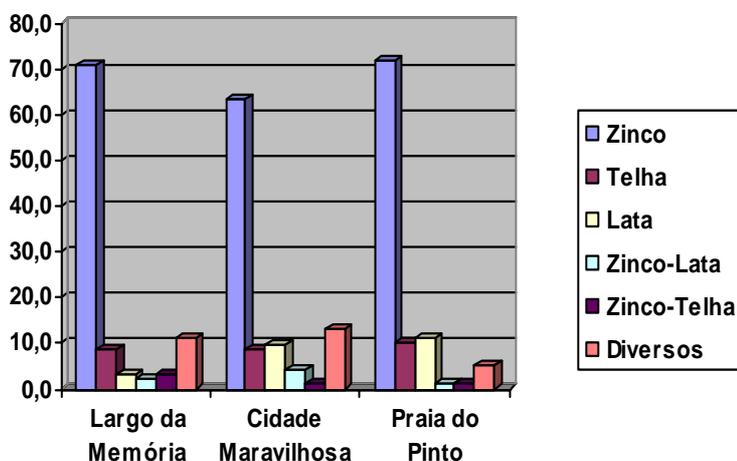


³²¹ MARIANO FILHO et al., 1941: 252, *apud*. VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela*. 2005: 55.

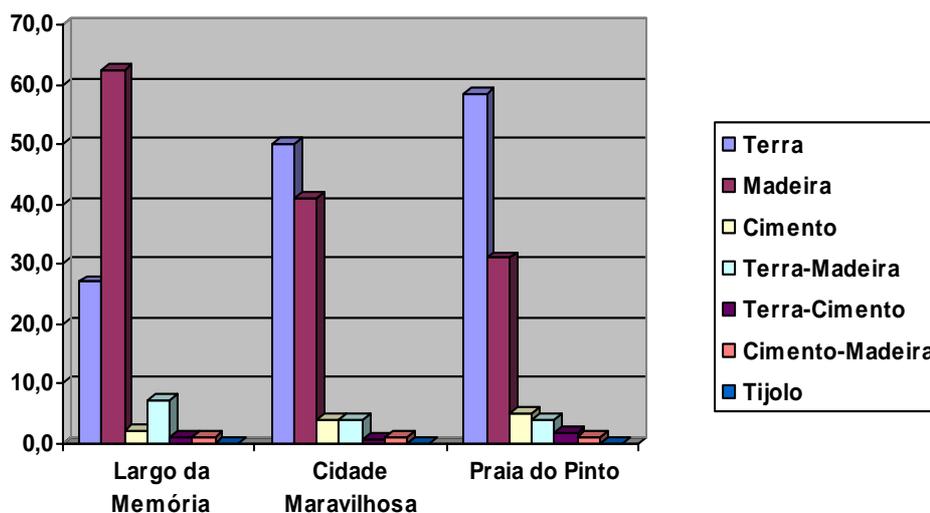
³²² *ibid.*

³²³ Os gráficos seguintes foram adquiridos no Arquivo da Família Moura. *Apuração do censo realizado na favela de Largo da Memória, Apuração do censo realizado na favela Cidade Maravilhosa, Apuração do censo realizado na favela Praia do Pinto*. *apud* PINO, Julio César. *Family and favela: the reproduction of poverty in Rio de Janeiro*. Westport, Connecticut and London: Greenwood Press, 1997. p. 113.

O tipo de telhado das habitações de cada uma dessas favelas também as distinguia consideravelmente:



Do mesmo modo, o tipo de piso respondia por uma notável diferenciação:



Não se tratava, portanto, da existência de uma unidade. Neste censo de 1942, elaborado, como vimos, a partir de um debate no qual se destacou a palavra dos urbanistas, revelou-se a necessidade de se criar novos métodos e novos conceitos para se pensar a favela. A forma como esta vinha sendo interpretada reduzia por demais suas diferenças internas atribuindo-lhes uma ilusória unicidade que se encontrava, evidentemente, fora dali: inerente às práticas sociais e à percepção dos que a olhavam de longe³²⁴.

³²⁴ PETONNET, 1981: 20.

1. A República do Mengo

No entorno da lagoa havia, portanto, uma contigüidade de pequenas *repúblicas*. Talvez se tratasse de uma época em que os lugares aonde vagabundos, gatunos, malandros e toda a escória de moral duvidosa iam se homiziar recebessem o título de república, fosse por uma percepção de segregação social – ou moral – na cidade, fosse, ainda, por uma vontade de distinção, de separação, resultante de uma percepção sugestiva de que a cidade comportava, em seu interior, cidadelas autônomas. Ademais, poder-se-ia dizer que, nestas *repúblicas* existentes na capital da República, a população diferenciava-se pelo tratamento que lhe dispensavam as instituições do governo.

Fato é que, no Leblon, a Praia do Pinto era também a República do Mengo, do mesmo modo como, na mesma época, na Cidade Nova dera-se o nome de República do Mangue ao casario que se distribuía nas proximidades do canal, abrigando, em seus sobrados, numerosas *casas de tolerância*³²⁵.

Na dita *república* existente no Leblon, palafitas avançavam em dédalo por sobre as águas da lagoa, circundando, junto com outras favelas, quase todo o seu espelho. Sem saneamento, sem luz, sem água, as famílias ali se distribuía em barracos de madeira com telhados de zinco, em espaços exíguos³²⁶ mas suficientes para manterem porcos e galinhas, vez por outra uma cabra e cachorros.

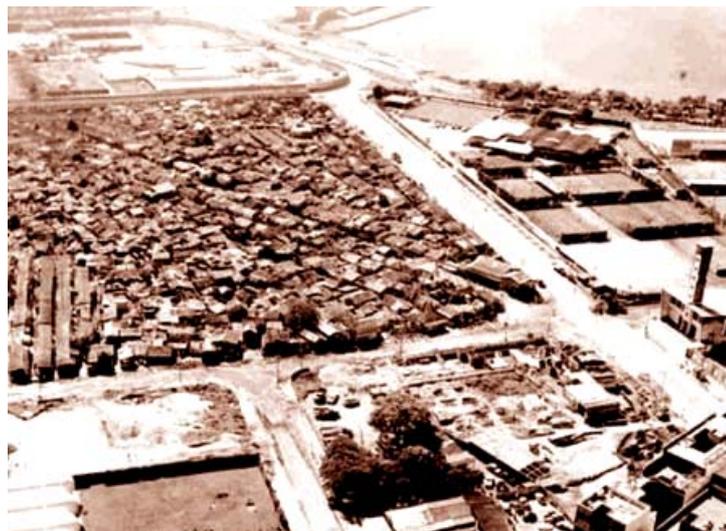
Em um artigo de 1953, publicado na Revista Brasileira de Estatística, Guimarães³²⁷ relatou a dificuldade encontrada pelos topógrafos, durante o Censo de 1950, na favela da Praia do Pinto, a única da cidade para a qual foram utilizadas fotografias aéreas de maneira a orientar a coleta censitária³²⁸. Este relato menciona, com isto, a desordem das formas construídas e o adensamento populacional na Praia do Pinto, mas, por outro lado, também nos permite inferir sobre a difícil tarefa que fora, para o urbanismo *en damiers*, compreender o modo como se estruturava o espaço e, portanto, as relações no interior de uma favela, como a da Praia do Pinto.

³²⁵ Cf. LEITE, Juçara Luzia. *A República do Mangue: Controle Policial e Prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)*. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada na Universidade Federal Fluminense (mimeo.), 1993. 166p.

³²⁶ A densidade da favela era a maior do Leblon: um habitante por sete metros quadrados. Fonte: Jornal do Brasil, 28 de março de 1969.

³²⁷ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal*, Revista Brasileira de Estatística, ano 14, n.55, jul./set., 1953. pp.250-278.

³²⁸ *Ibid.* : 259.



Um elemento presente nesta primeira imagem nos permite definir, aproximadamente, a data deste sobrevôo. Trata-se da existência da Igreja dos Santos Anjos, no canto inferior esquerdo da primeira fotografia, construção integrante do projeto do conjunto habitacional erigido no Leblon pela Cruzada São Sebastião, a partir de 1955. Na fotografia seguinte, vemos o Parque Proletário do Leblon, situado na margem oeste da favela da Praia do Pinto. Toda a área da favela abrigaria, futuramente, os prédios da Selva de Pedra. Na fotografia superior, o ponto de vista está a leste. Na inferior, oeste.



Na favela marroquina de Douar Doum, em Rabat, Petonnet observou que, ali, a comunicação de um endereço não se fazia através de representações abstratas do espaço, com nomes, árabes ou europeus, de ruas. Na favela de Rabat, o caminho a seguir era indicado por referências bem concretas, inscritas no espaço graças aos seus usos. Tangíveis, portanto, como também observara Asa Briggs a propósito da qualidade de um *lugar*. Se os caminhos, que não são definidos, são, por isso, deixados à iniciativa pessoal, o *tempo*, fora daquele convencional e instituído pelo mundo do trabalho, ou fora da hora comum da prece ou do ritmo das festas, na favela de Douar Doum não é organizado de maneira fixa ou rígida, como nota Colette Petonnet. De fato, é exatamente “esta imprecisão, esta incerteza, a não-estimação da distância e da duração do percurso [que] podem constituir uma angústia para os europeus que viajam pelo Marrocos com os muçulmanos”, ou para os urbanistas brasileiros, ao se depararem com a organização

espacial de uma favela carioca³²⁹. Nem um, nem outro, estupefatos pela frustração de suas expectativas sensoriais em dado ambiente, são, por isso, capazes de se orientar, social e espacialmente, nesses lugares em que, “como nada é previsto, os fatos que chegam engendram apenas frustrações”,³³⁰.

A “boa forma urbana” seria, aos olhos de um urbanismo racionalista, uma *paisagem* construída, cuja realização supunha a extinção de determinados panoramas citadinos impregnados de elementos capazes de restituir à cidade um passado arcaico. A política do ‘bota-abaixo’, que tornou célebre a administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906), nutriu-se do mesmo “olhar de sobrevôo” que apagou das margens das lagoas fluminenses as várias comunidades nelas estabelecidas, fosse pela concentração de trabalhadores incumbidos de construir a infra-estrutura dos bairros da Zona Sul carioca, fosse pelas tradicionais “aglomerações muxuanguas” estabelecidas em torno da pesca nas lagoas do litoral fluminense. Os custos muito altos que esta “boa forma urbana” demanda traduzem-se sempre em investidas arrasadoras contra formas de viver que não interessam aos olhos da pujante especulação imobiliária – e, por isso, lhe são invisíveis. Alcançá-la seria levar a cabo uma tríplice operação que, segundo Michel de Certeau, consistiria em:

Produzir um espaço livre de toda e qualquer impureza física, mental ou política; substituir as resistências difusas e recalcitrantes da tradição por uma ordem sincrônica e criar um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade, à qual vão sendo, aos poucos, atribuídas funções e predicados que, anteriormente dispersos, pertenciam a uma multiplicidade de sujeitos reais – indivíduos, associações e outros grupos³³¹.

A paisagem, agora transformada, mas não pelo olhar contemplativo do naturalista, e sim pela “audácia visionária do megaescultor”³³² – do urbanista –, faz figurar como inconveniente exatamente um domínio não-geográfico; um domínio, pelo contrário, tornado tangível pelas práticas cotidianas de indivíduos e grupos; domínio étnico, sensível – um *lugar*, portanto³³³.

³²⁹ PETONNET, Colette. *Espace, distance et dimension dans une société musulmane : a propos du bidonville marocain de Douar Doum à Rabat*. In L’Homme – Revue Française d’Anthropologie, Paris, Avril-Juin, 1972, número 02, Tomo XII. Pp.47-84.

³³⁰ Ibid : 51.

³³¹ Cf. MELLO & VOGEL, 2004: 208.

³³² Ibid: 207.

³³³ BRIGGS, Asa. “O Conceito de Lugar”. In: *A Humanização do Meio Ambiente*. Simpósio do Instituto Smithsonian. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 74-95.

2. O passeio dantesco

Determinado a seguir o árduo caminho de urbanização das favelas do Rio, Dom Helder Câmara convidou o poeta Thiago de Mello, alguns meses depois do Congresso Eucarístico, para visitar a favela da Praia do Pinto, a primeira a ser agraciada pelas obras da Cruzada São Sebastião. Ao encetar com o seu guia a principal via de acesso à favela, na manhã de uma sexta-feira, o poeta testemunhou um cenário dantesco de lama, lixo e fedor, onde porcos se espojavam em meio ao folgado das crianças.

Assim descreveu a sua visita, em um artigo publicado na revista *Manchete*, em 1956, no qual narrou o que vira e sentira ao percorrer as veredas e o cotidiano da Praia do Pinto. As condições de habitação apresentadas lhe pareceram a de uma vida apenas “quase humana”. Entre as tantas observações feitas, a que mais se lhe pronunciou foi condensada no título da reportagem: “*Na favela até os cachorros já gostam de Dom Helder*”³³⁴.

Para os seus moradores, Dom Helder Câmara encarnava uma promessa. E foi percorrendo, por diversas vezes, os atalhos tortuosos do lugar, que o padre passou a conhecê-lo através de seus habitantes e dos problemas impostos a eles pelas precárias condições de que a favela dispunha. Com este mapa já bem traçado, o arcebispo auxiliar do Rio conduziu o poeta amazonense por entre as poças de água estagnada e de lama preta. Sobre elas, haviam moscas, “nuvens de moscas”. Juntos, testemunharam crianças brincando próximas ao lixo e aos excrementos de porcos, cabras e galinhas. “Fica difícil dar o nome de vida ao humano existir dêsses favelados, tais as condições em que moram, em que dormem, em que comem. Falta-lhes esse mínimo de conforto sem o qual não é possível a própria dignidade de existir de um homem sôbre a terra”, escrevia. As latas, trazidas por sobre as cabeças das mulheres e depositadas no interior dos casebres, não acondicionavam água, mas areia para tapar poças e aterrar excreções.

Pelas fotografias publicadas na reportagem, vê-se que o percurso fora inteiramente acompanhado pelos moradores da favela, mas especialmente pelas crianças. Aliás, eram muitas as crianças que se aproximavam do padre para lhe pedir a bênção. Pareciam demonstrar, com o gesto, a gratidão de seus pais diante da promessa que Dom Helder trazia e que sua própria presença suscitava. Esta era a de uma considerável mudança de vida, onde a precariedade e as vicissitudes da vida nos barracos se transformariam em lembranças do passado, época em que telhados eram arrastados nos dias de tempestade e

³³⁴ Cf. Revista *Manchete*, 14 de abril de 1956. pp. 70-76.

os casebres inundados de lama nos dias em que havia enchente. As constantes visitas do padre e o rápido apoio que a Cruzada São Sebastião conquistou dos governantes fizeram não apenas correr a notícia de que tudo isto daria lugar, muito em breve, a um abrigo de sólidas estruturas, como este já havia começado a ser edificado no terreno contíguo à favela.

Revista Manchete, 14 de abril de 1956.



Dom Helder conversa com morador da Praia do Pinto.

Dona Cotinha morou em um dos apartamentos construídos pela Cruzada, no Leblon. E até 2006, quando faleceu, ela jamais se esqueceria das visitas de Dom Helder à favela da Praia do Pinto:

Aí veio Dom Hélder com os amigos, foi entrando o pessoal, pra andar com eles... lá na Praia do Pinto. Todo mundo ajudava. Dom Hélder botava uma bota pra andar no meio da lama...era podre! Não tinha onde fazer nada. Tudo embrulhado, as porcarias. Fazia um buraco pra enterrar... [Dom Helder] tirou a gente da lama. Tinha barata, tinha pernilongo, tinha cobra. Era muita enchente. Quando dava enchente a água vinha e inundava toda a casa... gripe espanhola... tinha gente que morria até de bicho, de tanto bicho que dava no pé do porco! (Entrevista do dia 29 de junho de 2003)

Em 1956 o Rio de Janeiro contava com cerca de 150 favelas³³⁵ dando abrigo a 400 mil pessoas: “O nosso plano é fazer com que o Rio comemore já sem favelas o seu 4º. Centenário”, o que daria doze anos de prazo para o trabalho de urbanização previsto pela

³³⁵ O número de favelas sempre foi motivo de controvérsias, graças às questões metodológicas levantadas pelos recenseadores. No Recenseamento Demográfico de 1950, deve-se a Alberto Passos Guimarães, então diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE, a inovadora apresentação dos dados do censo com a introdução de uma nova categoria – “aglomerado subnormal” – para definir a favela na cidade. Tal mudança de perspectiva em relação ao que seria uma favela fez reduzir o número de 105, registrado no censo de favelas de 1948, para 58, em 1950. Cf. VALLADARES, 2005a: 68-69.

Cruzada São Sebastião: “A mudança de casa é símbolo da mudança de estilo de vida. Mais importante que as construções que prosseguem em ritmo acelerado é o trabalho de formação humana e cristã dos favelados”, dizia o arcebispo auxiliar do Rio, apontando um dos elementos diferenciais da urbanização que pretendia realizar em toda a capital federal: a formação de verdadeiras comunidades católicas e o despertar do “potencial abraâmico” do povo³³⁶, rompendo com o isolamento e suscitando a integração.

3. “Quem não reza é bicho”: humanização e cristianização do “homem da favela”

Neste período em que ocorreram intensas transformações e muitas expectativas para os moradores da Praia do Pinto, Dom Helder convocou os homens da favela para uma reunião. Assunto muito importante: tratava-se da criação da Ordem dos Cavalheiros de São Sebastião (“santo forte ali na República, o predileto dos homens”³³⁷) que seria regida por um *código de honra* cujos itens, feitos um a um, foram exaustivamente discutidos e aprovados coletivamente. O decálogo que passaria a reger a conduta dos homens moradores do Bairro São Sebastião do Leblon foi então decidido:

1) Palavra de homem é uma só; 2) Ajude seu vizinho; 3) Bater em mulher é covardia; 4) Sem exemplo não se educa; 5) Homem que é homem não bebe até perder a cabeça; 6) Jogo, só futebol; 7) Difícil não é mandar nos outros: é mandar na gente; 8) Comunismo não resolve; 9) Quero meu direito, mas cumpro minha obrigação; 10) Sem Deus não somos nada.

“Mas há mulher que age como valentona”³³⁸, argüiu um dos presentes. Outros ponderaram: havia casos que só mesmo uma sova resolveria. A solução foi criar também para as mulheres um código de instrução ética para reger a ordem feminina das Legionárias de São Jorge, santo de maior devoção entre elas. O item sobre o qual os homens haviam se demorado terminou por definir as prescrições a serem privilegiadas pelas Legionárias. Além de indicar o zelo com o espaço doméstico, este código pedia observar com rigor a conduta feminina ideal cujos valores defendiam a maternidade, a família, a obediência ao marido e a dedicação ao lar:

³³⁶ CÂMARA, Helder. *Le désert est fertile : feuilles de route pour les minorités abrahamiques*. Éditions Seuil, Paris, 1977. 120p.

³³⁷ Revista Manchete, *op.cit.*

³³⁸ Revista Visão, 27 de dezembro de 1957.

1) Questão fechada: casa limpa, arrumada e bonita; 2) Quando um não quer, dois não brigam; 3) Anjo da paz e não demônio de intriga; 4) Não vire a cabeça porque o marido não tem juízo; 5) Se o marido faltar, seja mãe e seja pai; 6) Educar de verdade, sem palavrão, sem grito e sem pancada; 7) Seja liga com os educadores de seu filho; 8) Não seja do contra: com jeito se vai à lua; 9) Nada mais triste do que mulher que degenera; 10) Mulher sem religião é pior que homem ateu.

Para que todos os membros da família tivessem normas que lhes servissem de parâmetro, às crianças também foi finalmente destinado o código dos Pequeninos de São Cosme e Damião, este discutido e elaborado pelos pais:

1) Nem covarde, nem comprador de briga; 2) Desgosto aos pais, jamais; 3) Antes só do que mal acompanhado; 4) O que suja mão é pegar no alheio; 5) Menino de bem não diz palavrão; 6) Homem não bate em mulher; é triste mulher que se mete a homem; 7) Não minta nem que o mundo se acabe; 8) Delicadeza cabe em qualquer lugar; 9) Quem não aproveita a escola se arrepende o resto da vida; 10) Quem não reza é bicho.

Este código de normas morais criado pela Cruzada São Sebastião para os moradores da favela constituía-se de recomendações para uma família ideal, segundo os preceitos da Igreja. As Legionárias se ocupariam da vida doméstica. Os Cavalheiros, ao observarem o código, estariam zelando por suas condutas na vida pública. E os Pequeninos, por fim, aprenderiam a se comportar em determinadas situações e relações. O modo como o código foi escrito visava atender ao “alcance de suas mentalidades”, de acordo com Nadyr Coutinho, assistente social que atuou junto aos moradores da Praia do Pinto e autora da tese de conclusão de curso *Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados*, apresentada, em 1958, na Escola de Serviço Social, do Instituto Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio³³⁹.

Slob observa que apenas aos homens coube uma norma que prescrevesse sobre a orientação política, embora o direito ao voto já fosse garantido às mulheres desde a Constituição de 1934. “Aparentemente, votar e participar de movimentos políticos não

³³⁹ COUTINHO, Nadyr. *Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados*. Rio de Janeiro: SESC/Departamento Nacional, 1959, apud SLOB, *op.cit.*: 95. Embora tenha figure nas referências bibliográficas de SLOB, 2002, e VALLADARES & MEDEIROS, 2003, a autora não conseguiu localizar a obra na Biblioteca da PUC.

fazia parte do universo das moradoras do Bairro São Sebastião e da Praia do Pinto”³⁴⁰, em 1957. E o comunismo era, de fato, uma alternativa política considerável nas favelas, conforme mostrou a pesquisa realizada pelo IPEME, em 1958: 26,5% dos eleitores nas favelas do Distrito Federal disseram ser comunistas, enquanto 27% se consideravam governistas³⁴¹.

A mesma pesquisa mostrava que 83% dos favelados eram católicos, embora deste universo 46% não participasse do culto e 31% participasse de “macumbas”. Provido destes dados, Slob sugere a hipótese de os nomes das ordens terem sido escolhidos de modo a atender as preferências dos fiéis de outros credos. Na Umbanda, São Jorge é Ogum, orixá dos ferreiros, guerreiros e agricultores, e São Sebastião é Oxossi, orixá das matas e da caça e ambos estão entre os mais populares nos terreiros da cidade.

4. Visitação

No relatório que a Fundação Leão XIII publicou em 1955, contemplando os seus primeiros sete anos de existência, o “ceticismo dos pobres” foi apontado como empecilho ao trabalho educativo das assistentes sociais nas favelas. Em suas expectativas reformadoras, diziam que os pobres não sabiam e nem podiam esperar, um dia, melhorar de vida, pois lhes faltava confiança. Primeiramente em si e, em seguida, na palavra dos agentes do poder público. Quando muito, lhes faltava até mesmo, segundo o relatório, qualquer cogitação de mudança.

Por oposição à dogmática visão de mundo das assistentes sociais, o mencionado ceticismo do favelado resultava, como a própria acepção do termo sugere, de um profundo questionamento acerca de um problema julgado, pelos agentes externos, como patente: o seu próprio modo de levar a vida.

Difícil era fazer esta dada parte da população engajar-se nos trabalhos de melhorias deste sítio urbano, a começar pelo seu próprio espaço de moradia. Como fazê-los tomar parte de suas vidas segundo o padrão que, há tempos, vinha se impondo, definitivamente, na cidade? O papel desempenhado pelas assistentes sociais nesses aglomerados escassamente urbanizados situados, contudo, em plena *urbe*, exigia, antes de mais nada,

³⁴⁰ SLOB, *op.cit.*: 97.

³⁴¹ IPEME. *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: IPEME, 1958: 20. *apud* SLOB: 97.

uma frequência assídua dessas mulheres nos locais de moradia, de modo que pudessem estabelecer os laços de confiança necessários para a promoção de uma ação conjugada.

No Parque Proletário do Leblon, erguido na extremidade oeste da favela da Praia do Pinto, a Fundação Leão XIII construiu uma sede para a Agência Social Provisória I Ana Néri (ASP I)³⁴², em 1947, em um terreno cedido pela Prefeitura do Distrito Federal. Após cada visita feita com regularidade pelas assistentes sociais aos moradores da favela e do Parque, elas retornavam à sede da Agência e preenchiam a ficha correspondente com suas observações a respeito do modo como tinham sido recepcionadas, se havia novos objetos domésticos ou modificações no barraco, a qualidade da manutenção do mesmo, a limpeza, a composição familiar e até distribuição interna dos membros da família no interior da própria habitação. Casos contados pelos moradores em que figurassem vizinhos ou outros residentes da favela eram também registrados pelas assistentes nessas fichas, prática que reforçava a necessidade das visitas regulares para que obtivessem esse tipo de informação. Quando não a conseguiam, anotavam, de todo modo, a *resistência* do morador em falar sobre a sua vida privada às funcionárias do Serviço Social.

A Fundação Leão XIII entendia que “a solução ideal do problema de uma favela” comportava três fases. A primeira seria o conhecimento da favela através de um levantamento estatístico, da classificação das famílias e dos indivíduos e do estudo da comunidade. A segunda fase, chamada de ‘tratamento das famílias’, abrangia a ação social propriamente dita conduzida por profissionais da saúde, da educação e do serviço social. Após todo o levantamento dos modos de vida existentes na favela e dos serviços médicos e educativos prestados à sua população, a terceira fase, finalmente, concentraria esforços na extinção da favela através de dois tipos de medidas, chamadas ‘preliminares’ – demolição de barracos vazios, fiscalização dos terrenos baldios e fiscalização para impedir a vinda de famílias de outros estados – e ‘construtivas’ – urbanização das favelas e transferência das famílias para conjuntos residenciais e colônias agrícolas, caso houvesse a extinção total daquele sistema construído³⁴³.

Na Praia do Pinto, duas assistentes sociais e quatro visitadoras realizavam, junto a população, os seus trabalhos de “recuperação do homem da favela”³⁴⁴:

³⁴² A ASP II havia sido instalada no Morro do Cantagalo, em Ipanema.

³⁴³ Cf. Como Trabalha a Fundação Leão XIII – notas e relatório de 1947 a 1954. 1955: 10.

³⁴⁴ *ibid*: 19-20.

Esse trabalho de recuperação do homem da favela é feito pela ação da presença cristã, do bom conselho, do bom exemplo, da boa palavra, da educação, da recreação, da profilaxia material e moral, da assistência médica, do Serviço Social e é realizado, dia a dia, pelos Centros de Ação Social, célula de base de toda essa ação social e que, para bem realizarem os seus propósitos, são localizados no próprio coração das favelas, abertos das 7 da manhã às 22 horas a todos que de seu amparo necessitam.

O *a priori* reformador e salvacionista do trabalhador social se manifesta por um *status* percebido como superior, emanante dos bons exemplos, dos bons conselhos. Inserido na vida privada do observado – para vê-lo *in vivo*, e não *in vitro*, como repara Leclerc³⁴⁵ - este ator é visto pelas classes populares como sendo pertencente à uma classe superior ou, ainda, servindo ao aparelho administrativo, o que legitima, graças ao fato objetivo da superioridade desta condição, a imposição da sua presença e do seu olhar e lhe confere, por conta desta ‘descida’ aos lugares onde vivem as classes menos favorecidas, a qualidade de um *filantropo*. Esta intrusão, justificada pela caridade, era, na década de 1950, favorecida pela ausência, entre os pobres e favelados, daquilo que Marx chamou de um ‘orgulho novo’, ou a recusa do escrutínio da vida privada pelas instituições que contribuía para as estatísticas oficiais do pauperismo³⁴⁶.

Desde 1948, ano em que foi publicado o primeiro censo de favelas do distrito federal, até meados da década de 1960, o Serviço Social da Fundação Leão XIII manteve, na sede da Agência Social Provisória I, arquivos e um fichário com dados sobre todos os moradores e sobre suas residências. Este importante acervo encontra-se, hoje, guardado na Paróquia Santos Anjos. E, em 1999, Slob se ocupou voluntariamente de limpar e organizar as 1.200 fichas da Fundação, iniciativa que muito contribuiu, evidentemente, também para a nossa pesquisa.

Através desses documentos, vê-se que uma prática bastante difundida na favela era o ‘revezamento’. Este consistia na distribuição dos membros de uma família na casa de outros parentes durante determinados dias da semana, pois o espaço exíguo dos casebres, a maioria com um só cômodo, não comportava sequer a família nuclear. Outra prática utilizada era a ‘adoção temporária’ de parentes, contraparentes ou amigos que estivessem passando por dificuldades. Entretanto, raríssimos eram os casos em que a adoção fosse a de um parente masculino. A preferência pelo acolhimento de mulheres resultava,

³⁴⁵ LECLERC, *op.cit.*: 91.

³⁴⁶ *ibid.*

presumidamente, do cuidado que prestavam às crianças e à casa. Slob³⁴⁷ lança luz sobre este caráter peculiar da organização social das casas da favela, ocupadas pelas *nuclear families* mas, sempre que necessário, transformadas em *extended families* pela incorporação de uma mulher – parente ou amiga – da dona da casa.

A atuação da Fundação Leão XIII na favela não se resumia, contudo, aos serviços e visitas prestados. O controle sobre os moradores, como vimos, era registrado nas observações descritas nas fichas. Qualquer melhoria que se pretendesse fazer no barraco devia ser comunicada ao Serviço Social para que este, então, a autorizasse. Isto permitiu as assistentes sociais um exame ainda mais escrupuloso sobre os lares e sobre as famílias.

Deste material, Slob selecionou alguns trechos ilustrativos de tal controle:

“24-7-59 (...) O barraco desta família, quando chove, enche totalmente, sendo preciso, para o trânsito interno, se reunirem de pequenas pontes, feitas de tábuas, de uma porta à outra do barraco.”

“10-5-60 (...) O barraco é limpo e arrumado, porém está em mau estado de conservação e em local alagadiço”

“16-9-948 – Vieram de Campos, Est. do Rio, há oito anos. Família legal, muito bem organizada. A casa faz gosto. É um quarto grande, muito bem arranjado”

“14-4-1950. Dona Oracy veio nos pedir licença para fazer um puxadinho na frente de seu barraco”

“12-6-954 – Dona Joana veio pedir conserto de barraco. Reparar as paredes – consertar o telhado e a cozinha”

“11-1-1962 (...) Bar/. de 3 cômodos com algumas goteiras, é muito baixo, precisa ser erguido”³⁴⁸

A favela, como sabemos, não possuía encanamentos de água, muito menos sistemas de esgoto. O ambiente insalubre favorecia o alastramento de doenças contagiosas, como a tuberculose e a difteria. Muitas crianças morriam antes de completar dois anos, e, ainda hoje, muitas senhoras moradoras da Cruzada contam que perderam filhos ainda bebês. Entre estas, há quem considere que as crianças eram vítimas de ‘mandingas’. Outras, dizem que até esperavam perder um filho “ainda anjo”, sem se demorarem muito no julgamento desse fato, pois, na favela, “era assim mesmo”.

³⁴⁷ Cf. SLOB, *op.cit.*: 64-65.

³⁴⁸ *Idem*: 66.

A higiene era matéria ensinada às crianças na sede da ASP, através do Serviço de Educação. Todas eram submetidas a exames médicos, antes de poderem freqüentar as aulas. As reprovadas eram imediatamente encaminhadas para novos exames ou tratamentos em hospitais e postos de saúde. No relatório da Fundação, uma fotografia das aulas aparece acompanhada da seguinte legenda: “Educar estas crianças para que os seus filhos não nasçam em barracos de favelas, como elas nasceram! A repulsa à favela se faz pela educação das novas gerações”.

Além dos argumentos elaborados a partir dos problemas de saúde, o que por si só justificaria intervenções no barraco ou uma possível mudança de casa, o caso seguinte mostra o surgimento de uma importante figura no cotidiano da favela: as obras do Bairro São Sebastião do Leblon. Em nossas consultas às fichas depositadas na Paróquia Santos Anjos, descobrimos que a Cruzada empregou a mão-de-obra existente na favela da Praia do Pinto, e que a absorção deste contingente cumpriu, indiretamente, um papel educativo para os que, em breve, teriam de se adaptar a um novo padrão de moradia.

Nas fichas que consultamos, estão narrados alguns casos desses residentes da favela que se tornaram assalariados da Cruzada São Sebastião para trabalharem na construção dos prédios nos quais, em seguida, entrariam como moradores. Este precioso dado enuncia a preocupação da Cruzada em criar modos de inserção dos moradores da favela no mercado formal de trabalho mas, também, em fazê-los engajar-se neste novo estilo de vida preconizado pelo modo de morar que os apartamentos possibilitariam:

“19-7-1957 – Visitamos a família do Sr. Oraci José Rodrigues que está com 37 anos, trabalha como pedreiro na Cruzada São Sebastião, recebendo o salário mínimo 3.800,00. Dona Maria Rosa Rodrigues, está com 32 anos fica em casa fazendo o serviço doméstico. Marly José está com 14 anos na 5ª. série; todos na escola Henrique Dodsworth. Os menores Orácio de 5 anos, Walmir de 2 anos e Edson de 4 meses. O bar/. tem 3 cômodos; saleta, um quarto grande e cozinha. A cozinha é dividida onde dormem as meninas. D. Ma. Pede para trocar o bar/. por um melhor ou licença para consertar o mesmo. Ela tem vontade de trocar com o bar/. Ela pretende o bar/. 1.381 do Sr. Vitor Gomes Ferreira que é maior e não tem goteiras pois as crianças vivem resfriadas; Walmir sofre de bronquite asmática”³⁴⁹

Enquanto o conjunto era erguido, na favela os moradores prosseguiram empreendendo esforços constantes na manutenção ou mudança de barracos. Às vezes um temporal arrancava o telhado de zinco ou o terreno cedia devido ao seu encharcamento,

³⁴⁹ Idem: 67.

fazendo com que muitos barracos afundassem na lama, obrigando seus moradores a entrarem ou saírem pelas janelas.

Conflitos entre vizinhos eram motivos que também fundamentavam o pedido de mudança. Nas descrições contidas nas fichas, tal argumento era identificado pelas assistentes sociais como resultante dos espaços mal-delimitados da favela. A querelante do caso a seguir protagoniza histórias semelhantes em um período de três anos, o que, entre outras coisas, ilustra a duração da presença do Serviço Social da Fundação Leão XIII na vida dos moradores:

“4-6-49 – Veio à Agência D. Josefina [Jovelina] reclamar de que seu vizinho do barraco 1359 tem uma fossa que formou um buraco para o lado do seu barraco, causando um terrível mau cheiro. Fomos até lá verificando que o tal buraco fica entre os dois barracos num beco sem saída e muito estreito. Neste beco D. Josefina guarda pedaços de madeira. Após uma pequena discussão entre as famílias 1º. porque nenhuma queria tapar o buraco, 2º. porque D. Josefina não queria retirar as madeiras, ficou resolvido que a madeira seria retirada e o Snr. Marcelino do barraco 1359 taparia o buraco e interditaria o beco com uma pequena cerca”

Nesta *suíte*, envolvendo um outro vizinho, entram em cena diversas instituições de controle para solucionar esta contenda originada pela proximidade. Torna-se explícita, aqui, através do uso quase metonímico do termo ‘inquérito’ e do verbo ‘sindicar’, a função de inspeção exercida pelas assistentes sociais:

“30-6-1952 – Veio a nossa Agência um representante do Juiz de Menores. Disse-nos que se tratava de uma infração social de uma menor. Queria que nós o encaminhássemos ao barraco, o qual o fizemos. Depois fomos syndicar sobre o caso. Adelina Ciuffo Rocha.

5-7-1952 – Contra inquérito. Fomos syndicar sobre o caso da menor. Chegamos lá atendeu-nos D. Jovilina [Jovelina]. Disse que há 15 dias havia brigado com o Sr. Álvaro do barraco 1354, resultando daí grande aborrecimento. A briga começou porque o Sr. Álvaro havia queimado palha de alho na porta do barraco, deixando uma sujeira incrível. Dona Jovilina ficou possessa com o sucedido e começou a lavar a porta do barraco. Começou uma forte discussão com o Sr. Álvaro, as tantas o Sr. Álvaro ofendeu a mãe de D. Jovilina. No mesmo momento a adversária apanhou uma panela de água e atirou-a contra ele, entrando os dois em luta corporal. A menor Eunice filha de D. Jovilina vendo que a mãe estava sendo agredida foi à biosca vizinha apanhou um pau e deu-lhe uma violenta cacetada na cabeça do Sr. Álvaro, quebrando-a. Chamaram a radiopatrulha e foram todos para o 1º distrito policial. Com várias testemunhas dentro, algumas falsas, a queixa foi endereçada à Delegacia de Assistência ao Menor, sendo chamados a prestar declarações. A menor Eunice ficou detida uma noite, e no dia seguinte D. Jovilina foi a Delegacia de Menores a chamado do Juiz para

retirar a menor. Para retirar a menor teve que pagar uma fiança de Cr\$200,00 e assinar um termo de bom viver, ficando a menor em observação durante 1 ano. Todo o dia 30 de cada mês, terá que levar a menina, a fim de prestar declaração, que a menor está freqüentando assiduamente as aulas na escola, porque caso contrário será internada no Serviço de Assistência aos Menores”

Tudo o que se passava integraria os relatórios, nos quais também seriam registrados os diagnósticos da situação. Entre os itens destes documentos, encontramos um chamado “Os problemas existentes, as soluções viáveis e as já alcançadas”, em que somos *informados* – no sentido como entendiam os escolásticos: formar [no espírito], *afeiçoar*, dar forma, instruir, habituar – sobre os “problemas capitais em favelas” (“a falta de educação, a falta de saúde, habitação miserável inadequada, inumana”) e os problemas que deles decorriam: a) Menor abandonado; b) Promiscuidade; c) Prostituição da juventude; d) Delinquência infantil e juvenil; e) Miséria física e moral; f) Ociosidade de malandros e menores; g) Jogatina desenfreada; h) Uso de bebidas alcoólicas; i) Exploração do povo por indivíduos inescrupulosos; j) Falta de água, fossas ou esgotos e de higiene nos barracos e l) Fiscalização deficiente dos órgãos responsáveis³⁵⁰.

Enumerados os danos resultantes dos ‘problemas capitais’ em favelas, distribuídos entre a denúncia de práticas locais e a ausência ou deficiência de políticas públicas de habitação, esta espécie de laudo lavrado pelas assistentes sociais oferecia, para cada item, a sua solução.

Para o problema da “degradação física e moral do menor”, a Fundação Leão XIII tomara a providência de criar escolas primárias conjugadas com oficinas artesanais e clubes infantis em todas as favelas, visando, com isto, *salvar* cerca de 40 mil menores desenvolvendo, neles, o gosto pelos trabalhos profissionais e dando-lhes um pequeno salário, de maneira a afastá-los “das más companhias que infestam as favelas”³⁵¹. A Fundação completaria este trabalho com a criação dos Clubes Cívico-recreativos em oito favelas da cidade, entre elas a Praia do Pinto³⁵². As atividades desenvolvidas nestes clubes eram orientadas por professores da Fundação e por dirigentes da União dos Escoteiros do Brasil e, em alguns casos, por membros de instituições filantrópicas como o Rotary Club³⁵³.

³⁵⁰ Como trabalha a Fundação Leão XIII, *op.cit.*: 20.

³⁵¹ *Idem*: 22.

³⁵² Barreira do Vasco, São Carlos, Jacarezinho, Telégrafos, Salgueiro, Rocinha e Cantagalo.

³⁵³ Valladares (2005a) salienta a presença dos membros do Rotary Club na vida política carioca, sobretudo no que concernia ao tema em voga: os problemas decorrentes da crise habitacional.

A “miséria física e moral” do favelado advinha, segundo as assistentes sociais, da falta de habilitação profissional e da “situação miserável em que permanecem as famílias abandonadas pelos chefes, devido à falta de responsabilidade dos homens”³⁵⁴. Esta “decadência moral” em que se encontrava a mulher na favela, submetida “a viver hoje com um companheiro, amanhã com outro”, seria resolvida com a criação do Círculo de Mães, meio através do qual educadoras familiares *salvariam* também as mulheres, ensinando-lhes a “ganhar a vida honestamente, a fim de alcançarem o mínimo de recursos que lhes permita a prática de bons costumes” e, assim, pudessem “libertar-se do vício”. “É preciso educá-las, como se educam os seus filhos”³⁵⁵. Ao visar a independência econômica da mulher, a Fundação previa a instalação de pequenas indústrias nas favelas e conjuntos residenciais, tais como: lavanderias coletivas; tecelagem manual, costura e bordado a domicílio; trabalhos de renda de bilro, tricô, crochê, couro e cobre; oficinas de encadernação, empalhação de cadeiras, cerâmica e marcenaria; pequenas cooperativas de produção e consumo.

Para o problema da higiene a Fundação demandava à Prefeitura do Distrito Federal o saneamento das zonas faveladas e o estabelecimento de ‘turmas’, encarregadas da limpeza e conservação do local, formadas por empregados do município e por moradores das favelas, para que, deste modo, fosse desenvolvido um “sadio espírito de cooperação” entre os favelados e os serviços públicos urbanos. Este hiato, representado por uma suposta falta de cooperação do morador da favela, pelo seu já citado *ceticismo*, era também atribuído à uma atitude ambígua do governo em relação à presença da favela (ou de seus moradores) na cidade. “Infelizmente, depois de já colocadas mais de 100m de manilhas, foi a obra [na Barreira do Vasco] interdita pela P.D.F., que sustou esse trabalho coletivo, feito pelos moradores, sob a infeliz alegação de que a ‘Fundação Leão XIII estava consolidando a favela’ ”³⁵⁶.

Embora houvesse uma reconhecida colaboração das assistentes sociais no trabalho realizado por agentes municipais nas favelas, precisamente no que concernia a uma “gestão da pobreza que misturava uma certa proteção social ao controle dos pobres”³⁵⁷, a tensão

³⁵⁴ *Como trabalha...*, *op.cit.*: 24.

³⁵⁵ *Ibidem*.

³⁵⁶ *Idem*: 26.

³⁵⁷ Valladares também ressalta o caráter “clientelista” das ações das assistentes sociais nas favelas, marcadas “pela frequência das cartas de recomendação para empregos, médicos, hospitais, escolas e internatos”, observando, porém, que estes eram “serviços a que os pobres dificilmente teriam acesso sem tal recomendação”. Cf. *op.cit.*: 58 e 60.

entre o governo municipal e a ação da Fundação Leão XIII nas favelas coexistiu num período de extrema ambigüidade nas políticas públicas de habitação. Desde o início de suas atividades, a Fundação Leão XIII contou com o apoio da União Democrática Nacional (UDN), enquanto a Cruzada era acolhida pelo Partido Social Democrata (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em meio a este quadro, a favela constituía o campo privilegiado de disputas políticas.

5. Integração

Dom Helder contava nos jornais que sua Cruzada não deixaria dúvidas sobre a urbanização que gradativamente poria fim às favelas da cidade. Cada família transferida para os apartamentos teria o seu barraco posto no chão para que se evitasse a instalação de outros favelados na morada desocupada. Além desta estratégia, o arcebispo anunciou às “famílias da classe média e burguesa do Leblon” que daria “garantia moral” pela vizinhança que ocuparia as unidades da Cruzada:

Malandro não morará no Bairro de São Sebastião. Procedemos a uma seleção rigorosa, contando com a valiosa cooperação de militares e senhoras da nossa sociedade. Além da seleção, há fichas preenchidas pelos favelados, com seus retratos e impressões digitais. Malandro nenhum iria passar por tal. Ademais, malandro não mora em favela. É o malfeitor que rouba, assalta e foge da polícia que depois se homizia na favela. (O Globo, 29 dezembro 1956)

A idéia de se homiziar (furtar-se à vista, à vigilância, à ação da justiça, esconder-se³⁵⁸) era reconhecida e frequentemente utilizada por Dom Helder como um meio de chamar a atenção para este modo de também habitar a favela. Homiziar-se, ou seja, ali ocultar-se ou refugiar-se das responsabilidades, era um habitar que *contaminava* a favela em sua virtualidade positiva e originária: a de alternativa de moradia para a classe trabalhadora. Este elemento de mistura – este habitar ameaçador – que transforma o lugar de moradia em valhacouto e, para tanto, transfigura a qualidade moral do morador, enraizou o imaginário de que na favela e nas habitações coletivas a promiscuidade era ingrediente para uma determinada formação de almas.

³⁵⁸ V. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

A seleção dos moradores da favela que ocupariam os apartamentos do Bairro São Sebastião do Leblon era, por isso, bastante criteriosa. Devido ao conhecimento estabelecido e mantido ao longo de muitos anos de trabalho na Praia do Pinto e na Ilha das Dragas, a Fundação Leão XIII ficou encarregada de preparar as famílias para a mudança, baseando-se nos relatórios e fichas da ASP I e nos critérios que a Cruzada havia estipulado:

1. Residir a família na favela pelo menos há quatro anos³⁵⁹;
2. Ser realmente pobre, isto é, impossibilitada de alugar ou adquirir morada fora da favela;
3. Estar legalmente constituída, ou, pelo menos, enquadrada na moral natural e com alguma prole;
4. Não possuir membros marginais³⁶⁰.

A exigência da legalização do casamento ou, pelo menos, o seu enquadramento “na moral natural”, promoveu certa mobilização entre os casais da favela. Para terem mais chances de concorrerem aos apartamentos, muitos marcaram seus casamentos, tanto no civil quanto no religioso, formalizando muitas vezes uma relação que já existia de fato. O próprio Dom Helder Câmara celebrou casamentos coletivos na antiga sede da Igreja Santos Anjos, antes dos prédios do Bairro São Sebastião ficarem prontos.

Conforme iam sendo selecionadas, as famílias eram separadas em grupos para que, então, participassem de uma reunião com Dom Helder. Na primeira reunião, ele esclarecia os futuros moradores dos apartamentos sobre o contrato que firmariam com a Cruzada. Nas reuniões subseqüentes, as assistentes sociais forneciam outras informações, mais detalhadas, além de preencherem questionários para a atualização dos dados sobre as famílias. Estas, então, tomavam conhecimento da diferença entre ‘locatário’ e ‘proprietário’ e dos compromissos que deveriam assumir após assinarem o contrato. Na terceira e última reunião, o casal, então, assinava o documento e marcava a data para a mudança³⁶¹.

Com a inauguração dos primeiros blocos, a cada semana 12 famílias eram transferidas da favela para o Bairro. Omar Cardoso, operador de gás e chefe de uma

³⁵⁹ Ano em que a Fundação havia feito o último censo dos moradores da Praia do Pinto.

³⁶⁰ GUARNIERI, Enny. *Uma experiência de promoção social: Cruzada São Sebastião*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1963. *apud*, SLOB: 78. Este trabalho escrito por Irmã Enny, chefe das assistentes sociais da Cruzada São Sebastião, não foi localizado na biblioteca carioca do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais.

³⁶¹ GUARNIERI, *apud* SLOB: 79.

família composta por sua mulher e um filho pequeno, foi o primeiro a instalar-se em um apartamento no bloco A, o primeiro dos dez edifícios do conjunto a ser entregue. Situado de frente para o canal do Jardim de Alah, este prédio, assim como os outros dois seguintes, dispunha de unidades conjugadas de 15 metros quadrados destinadas às famílias menores. Todas as unidades do conjunto possuíam um banheiro equipado com um tanque, uma ducha e um vaso sanitário, e uma pequena cozinha equipada com um fogão à gás de duas bocas, aparelhos inexistentes nas casas da favela.

Neste dia, a imprensa registrou a chegada dos primeiros moradores aos apartamentos, acompanhando-os desde a saída dos casebres em que moravam, na favela da Praia do Pinto. Durante as primeiras semanas, Dom Helder ia pessoalmente entregar as chaves dos apartamentos nas mãos de seus moradores. E, atrás deles, iam os repórteres. A família de Omar Cardoso ilustrou a capa da edição do dia 03 de janeiro de 1957, do jornal *Tribuna da Imprensa*³⁶², posando à porta do barraco 608, de onde saíra, momentos depois, para o apartamento de número 703. A nova morada seria mobiliada por uma sala conjugada americana, um rádio, um conjunto de rádio e vitrola, um sofá-cama ‘Probel’ e um guarda-vestidos, móveis recém adquiridos e necessários para ocupar o espaço do apartamento. Nas falas dos que viveram este momento, destacam-se a lembrança do conforto ali encontrado: o bujão de gás, o fogão de duas bocas na cozinha, a luz elétrica, a água encanada, o banheiro em casa.

Todo o processo de mudança e destruição das casas da favela era acompanhado *in situ* pelo comandante Rezende Rocha, da Marinha de Guerra, e por assistentes sociais da Fundação Leão XIII e da Ação Social Arquidiocesana. A operação era feita com operários dispostos em duas filas ao redor do barraco, segundo a instrução dos militares. “Não é o começo do fim, mas o fim do começo. Deus seja louvado!”³⁶³, exclamara Dom Helder Câmara, ao final desta primeira “operação Praia do Pinto”.

Durante todo aquele dia, e desde suas primeiras horas, a favela havia sido tomada por milhares de favelados do entorno da Lagoa e curiosos do bairro, além das equipes de reportagens, patrulheiros da polícia e militares. Os jornais noticiavam o que “parecia revolução” relatando “o milagre”: Dom Helder Câmara conseguira reunir ao seu redor homens e interesses diversos com o objetivo único de fornecer aos moradores das favelas as “mínimas condições materiais de existência, para que, desse modo, a comunidade

³⁶² Cf. “*Desfavelando a Praia do Pinto*”, *Tribuna da Imprensa*, 03 janeiro 1957. Este jornal pertenceu ao futuro governador Carlos Lacerda, principal promotor da política de remoção de favelas.

³⁶³ Cf. “*Revolução na Praia do Pinto*”, *Tribuna da Imprensa*, 04 de janeiro de 1957.

pudesse absorver, totalmente, milhares de pessoas que até ontem viviam em condições sub-humanas, de verdadeiros párias da sociedade”³⁶⁴.

Em 06 janeiro de 1957, três dias depois da mudança das primeiras 12 famílias para os apartamentos do Bairro São Sebastião do Leblon, o arcebispo estaria no Teatro João Caetano para o Congresso Geral de Representantes de Favelas, cuja organização se fez sob a sua direção e do qual participariam três representantes de cada favela³⁶⁵, podendo estes ser acompanhados por suas respectivas famílias. A animação do encontro ficou a cargo da cantora Heleninha Costa, que interpretou a marchinha “Obrigado, Reverendo”, de autoria de Luiz Antônio, celebrando o trabalho das legionárias da Cruzada São Sebastião.

Mas os objetivos do Congresso eram eminentemente políticos, desde os temas até, e sobretudo, a escolha dos procedimentos do debate: todas as propostas de urbanização de favelas feitas pela Cruzada São Sebastião e os problemas e soluções levados pelos representantes seriam discutidos conjuntamente. As dimensões deste encontro e o espaço a ele dedicado pela mídia coroaram, mais uma vez, a reconhecida capacidade organizativa de Dom Helder e, concomitantemente, lançaram luz sobre sua principal meta: manter o trabalhador morando perto do patrão, “a fim de provar que a luta de classe não é uma necessidade”. Eis o modo pelo qual se poderia afastar das favelas o perigo comunista:

O Congresso de Representantes de Favela significa uma ponta de lança democrática em redutos que os comunistas imaginaram lhes pertencessem. Daí a irritação com que estão reagindo ao Congresso do Dia de Reis. Para evitar sabotagem vermelha, a Cruzada São Sebastião abrirá o Teatro João Caetano, que lhe foi gentilmente cedido, a autoridades, à imprensa escrita e falada, aos representantes oficiais das favelas (mediante apresentação de ?? especial e de senha) e de suas famílias (mediante apresentação do convite, assinado pelo Comitê local da favela respectiva).

³⁶⁴ *ibid.* Cf. também “Uma favela começa a morrer”, O Dia, 04 de janeiro de 1957, páginas 1 e 6.

³⁶⁵ Os participantes vieram das seguintes favelas: ZONA SUL: Santa Marta, Pavão e Pavãozinho, Macedo Sobrinho, Cantagalo, Catacumba, Euclides Rocha, Praia do Pinto, Ilha das Dragas, Rocinha, Tambá, Morro Azul, Morro São João, Chapéu Mangueira, Pasmado, Tavares Bastos, Morro do Pinto, Guararapes, Cosme Velho, Júlio Otoni. ZONA NORTE: Turano, Salgueiro, Esqueleto, Barreira do Vasco, Buraco da Lacraia, Trapicheiros, Morro dos Macacos, Saúde, O’Reilly, Mata Machado, Borel, Boogie Woogie e Dendê. CENTRAL DO BRASIL: Jacarezinho, Céu Azul, Morro Quietos, Morro da Matriz, Ana Néri, Coruja, Morro de São João, Morro do Bom Jardim, Morro do Barro Vermelho, Morro do Amor, Mangueira, Telégrafo, Joaquim Martins, Cachoeira Grande, Preto Fôrro, Cachoeirinha, Urubu, Parque do Acari, Largo do Otaviano, Morro São José, Tamarineira, Conduru, Juramento, Morro da União, Morro do Alemão, Encantado, Favela do Tenente, Viegas, Coréia, Vila Vintém, Mallet e Cural das Éguas. LEOPOLDINA: João Cândido, Marelito Dias, Brás de Pina, Vila Proletária da Penha, Parada de Lucas, Seca Maré, Timbau, Perereca, Baixa do Sapateiro, Maré, Centro, Vigário Geral, Caixa D’Água, Cruzeiro, Colônia Z4, Porto de Inhaúma, Favelinha. CENTRO: Prazeres, Chacrinha, Coroa, Catumbi, Penitenciária, Escondidinho, Querosene, São Carlos, Providência, Bento Teixeira.)

No dia que se seguiu ao Congresso, as principais reivindicações – água, luz, esgoto e escola – e o compromisso firmado pelo prefeito Negrão de Lima e pela Cruzada São Sebastião já haviam sido transformados em manchetes nos jornais. “*Nem os comunistas nem os ‘pelegos’ conseguirão desunir os favelados*”³⁶⁶

Meus amigos, esse é um congresso que me sensibiliza sobremodo. Vê-los juntos, assim tão irmanados em sadios propósitos de vida social, é motivo de satisfação. Ouvi bem o que disseram os oradores e alguns deles até me criticaram: um, dizendo que o prefeito fazia jardim mas não urbanizava as favelas. Pois aqui estou para responder: o prefeito cuida de jardim e cuida de favelas. Tanto que a prefeitura ofereceu todo o apoio à Cruzada São Sebastião. Pessoalmente, tratarei de solucionar os problemas da água, do lixo e do esgoto, problemas estes de toda a cidade, mas de aspectos mais graves nas favelas. Contem com a minha boa vontade, com meu esforço.

A ação iniciada por Dom Helder Câmara teve o mérito de levantar um debate nunca antes realizado sobre o direito do trabalhador permanecer próximo ao local de trabalho e usufruir dos serviços urbanos que não dispunham nas periferias da cidade. O histórico que contribuía para tornar inédita a iniciativa da Cruzada era, até aqui, já bastante extenso. Nos anos 1930, a favela era acusada nos jornais de ser valhacouto de criminosos e malandros³⁶⁷; nos anos 1940, O Globo a considerava uma “escola de latrocínio”, enquanto o Jornal do Commercio chamava seus habitantes de “desajustados da cidade maravilhosa”³⁶⁸. Tal representação talvez tenha se reafirmado quando o cardeal Dom Jaime Câmara celebrou, em campo aberto, as primeiras missas nas favelas, em 1946. A partir daí, a Arquidiocese e a Prefeitura iniciariam as conversações das quais resultou a Fundação Leão XIII. A partir de então, a idéia de urbanização das favelas entraria, enfim, na pauta da Prefeitura, mas também na agenda das políticas urbanas em todas as capitais do país. Nos anos 1950, com a criação do Serviço Especial de Recuperação para as Habitações Anti-Higiênicas (SERPHA) pela Prefeitura, tentou-se privilegiar ainda mais o trabalho de cunho educativo nas favelas, em detrimento da repressão. O Secretário de Agricultura do governo Negrão de Lima, Geraldo Moreira, apresentou, em 1952, uma proposta inovadora à Comissão de Favelas:

Desapropriar os terrenos onde se acham construídas as favelas do Rio, dotá-los de água, luz e esgotos, loteá-los e entregar esses lotes gratuitamente e de

³⁶⁶ jornal O Globo, 07 janeiro de 1957, p.12.

³⁶⁷ Revista da Semana, 03 de junho de 1939, citado em SAGMACS, 1ª. Coluna da p.39, 1º caderno.

³⁶⁸ Ibidem.

escritura passada (com cláusula de bem de família) aos favelados que possam construir suas casas próprias no prazo de cinco anos, de acordo com as posturas municipais e nos moldes das construções proletárias³⁶⁹.

A tentativa de *integração* dos favelados nos bairros, a partir dos anos 1950, era pensada a partir de pelo menos dois credos – tanto pela urbanização quanto pela catequese.

6. As famílias faveladas e as instituições

A sede da Fundação Leão XIII na favela da Praia do Pinto transformou-se em destino de vários moradores durante a construção dos apartamentos da Cruzada São Sebastião. Eram pessoas interessadas em saber se teriam direito aos imóveis e quando poderiam efetivar a mudança. Os que não cumpriam as exigências estabelecidas pela Cruzada tentavam mobilizar os mais diversos recursos para obterem a chance de deixar o barraco.

As assistentes sociais da Fundação Leão XIII acompanharam todas as famílias da Praia do Pinto durante duas décadas. As fichas com os relatórios feitos por elas sobre os moradores da Praia do Pinto e Ilha das Dragas apresentavam, como vimos, muitos detalhes sobre o estado de conservação do barraco, os objetos, a forma como se dividia o espaço, e também sobre a composição da família e as transformações sofridas por razões que também não escapavam do registro nos relatórios. Quando se transferiam para os apartamentos, as famílias passavam a ter o acompanhamento das assistentes sociais, desta vez, da própria Cruzada São Sebastião, que também elaboravam fichas com detalhes sobre os apartamentos e sobre a condição moral da família, franqueando o seu direito de permanecer no apartamento ou justificando o seu retorno para a favela até que, por uma eventualidade, pudesse então voltar a ocupar um imóvel no conjunto.

Com o auxílio desta documentação reconstitui-se as mais variadas dificuldades enfrentadas pelos favelados dispostos a se enquadrarem nos critérios estabelecidos pela Cruzada São Sebastião para a aquisição de um apartamento.

16/3/57 – Compareceu ao nosso Serviço o Sr. Gabriel para saber se vai ter direito aos apartamentos. Dissemos-lhe que não porque é morador novo. Disse-nos morar nesta favela há 2 anos. Informou-nos ainda que sua sogra

³⁶⁹ idem: 3ª. Coluna, página 38, 1º caderno.

continua morando na Rocinha onde possui barraco. E. [sua esposa] trabalha como doméstica.

18/3/57 – D.M. veio ao nosso Serviço perguntar quando vai para o apto. Dissemos-lhe que ela perdeu o direito aos apartamentos por ter se ausentado da favela. Queixou-se do genro e da filha que tudo fizeram para prejudicá-la. A. [genro] diz que deu dinheiro pelo barraco e D.M. nega ter recebido dinheiro. Pedimos a presença dos dois ao nosso Serviço.

18/3/57 – André veio ao serviço e disse que a sogra não quis acompanhá-lo. Disse-nos A. que sua sogra, o companheiro e o filho moram na Rocinha. De vez em quando vêm passar uns dias no cômodo de T. [esposa de A. e filha de D.M.] para ver se assim conseguem apto. O (?) que morava no quarto de T. passou para outro barraco, nesta favela. A. trabalha na casa Rian como vendedor de móveis. Não tem ordenado certo, ganhando comissão pelas vendas que faz. M.A. [filha] cursa o 1º. ano em nossa Escola [Santos Anjos]. Disse-nos que comprou este barraco da sogra por Cr\$2.500,00.

Quatro anos depois:

22/5/61 – Em visita a este barraco conversamos com d.E. Informou-nos que seu marido continua trabalhando como cobrador da casa Rian ganhando o salário mínimo. E. lava roupa e ganha Cr\$1.200,00. M.A [filha], 12 anos, cursa o 2º. Ano na escola da Cruzada. O barraco foi remodelado, aumentado e está com 4 cômodos em ótimo estado.

Nota: Esta família foi classificada para um apartamento do tipo B.

4/9/61 – Sr.G. e família mudou-se (sic) para o ap. 703, 2º. Bloco “B”; ficou no barraco a família que desceu do ap. 504 – 3º. Bloco “A”. (ficha n. 1406)

Em 1953, as assistentes sociais visitam a Praia do Pinto para saber se o barraco de uma família que teria se mudado para o estado de Minas Gerais havia sido demolido. Constataram que não, e em seu lugar encontraram a família do Sr. J.E.S., alfaiate de 28 anos, batizado e casado no civil e no religioso com M.S., com quem tinha uma filha.

Dois anos depois, as visitadoras voltam com novas informações sobre a família:

17-1-1955 – Visitamos o barraco 904, fomos recebidas por Sr.E., que mostrou-se com má vontade de conversar com a visitadora. Diz que a Fundação nada faz pelos favelados, e que nada adianta sabermos da vida dele, se não podemos e nem fazemos nada. Diz que não é católico, e que não acredita na Religião, e nem na Fundação. Sabemos que ele separou-se da mulher, e que o seu atelier de costura vive cheio de homens jogando, e desocupado. Tentamos cativar a confiança do Sr.E., que é nada mais que um revoltado. Diz que se pudesse mudaria da favela pois acha que o seu meio é outro. Pediu consentimento para suspender o barraco. Vamos providenciar.

28-4-55 – Fomos ao barraco, tudo normal. O Sr. E. mostrou-se um pouco reservado, não é católico por isso não quis aceitar inscrição do Congresso Eucarístico. A visitadora aceitou sua recusa.

A ficha deste casal surpreende pelo tempo em que as assistentes sociais acompanharam sua trajetória. No ano seguinte, a esposa foi até o Serviço Social da Fundação Leão XIII queixar-se do marido. As assistentes assim registraram o caso:

11.5.56 – Veio à agência D.M. queixar-se do seu marido, o Sr.E. que ultimamente vem lhe tratando mal. (...) O barraco é pequeno e o Sr.E. tem uma pequena alfaiataria onde seu irmão também trabalha. Acontece que a noite aquilo é transformado em ponto de reunião de malandros. Disse-nos D.L. [filha] que o Sr.E. está de amasio com outra criatura, não querendo mais saber da família. O caso foi entregue à diretora que mandou pedir o comparecimento do Sr.E. à nossa agência a fim de ser interrogado.

Treze dias depois, o homem convocado comparece ao Serviço Social e anuncia não dever dar satisfação de sua vida íntima. Entretanto, explica ser presidente de um clube de futebol na Praia do Pinto, razão pela qual o barraco tornava-se ponto de reunião de seus amigos.

Diante disto, no dia 25 de junho de 1956, uma visitadora registra no relatório que

...este casal não merece ter apartamento pelos seguintes motivos: a) Sr.E. ganha bem podendo pagar uma casa fora da favela; b) Sr.E. abandonou a família, tendo esta saído da favela, não havendo necessidade de voltar; c) leva uma vida estróina recebendo toda espécie de malandro em seu barraco, onde jogam cartas até às tantas da madrugada. A diretora leu o nosso parecer e concordou com o nosso ponto de vista.

Outros registros foram feitos na ficha do Sr.E., antes do dia 07 de junho de 1957, quando:

Em visita ao barraco, entrevistamos o Sr.E. que informou-nos que vive há 2 anos com D.O. e pediu-nos para resolvermos com simpatia o seu 'caso', isto é, fichá-lo, para serem candidatos a ganhar um apartamento.

A dona do barraco onde antes morava a nova esposa de Sr.E. já estava morando em um apartamento da Cruzada quando foi até a Fundação confirmar que a acolhia. Este seria um testemunho que constaria positivamente na petição do casal. O processo, no entanto, ainda duraria alguns anos, e o Sr.E. a todo o momento se defrontava com critérios que

atrasavam a resolução de sua demanda, como, por exemplo, esta, informada no dia 18 de julho de 1957:

[O Sr.E.] alega ter outras pessoas as mesmas condições (de casado e separado, tendo outra companheira) tendo sido classificadas. Explicamos ao Sr.E. o critério estabelecido pela Cruzada: “companheira fechada em 1953, tendo vida em comum harmoniosa até a presente data”

O casal, então, mudou-se para um barraco maior enquanto continuava aguardando o veredito positivo das assistentes sociais:

2.2.58 – De acordo com o parecer da Diretora e da assistente social, continua o mesmo critério sobre este caso: a companheira do Sr.E. foi fichada há pouco tempo não tendo tempo suficiente para ir para os apartamentos. Esperarão o 2º. conjunto.

Durante esta nova espera, o Sr.E. foi encaminhado para um exame de tuberculose e lhe fora pedido que encontrasse um emprego fixo. Em 19 de agosto de 1960, passou a constar no seu histórico que a família seria classificada para um apartamento no mês seguinte. Em janeiro de 1961, as assistentes foram nas proximidades do barraco para fazerem uma “sindicância com os vizinhos”. Finalmente, em 01 de fevereiro de 1961 as assistentes foram avisá-lo para ir assinar o contrato na Cruzada São Sebastião. Dois dias depois, o casal se mudou para um apartamento no segundo bloco do conjunto. A mudança foi feita por conta do morador e o barraco não foi demolido para ser ocupado por uma família que “desceu dos apartamentos da Cruzada São Sebastião” e que ali seria observada para um possível retorno ao imóvel.

Em outra ficha, vemos a continuação de um “estudo de família” e acompanhamos a ânsia de uma moradora da favela em mudar-se para o apartamento prometido:

17/5/1957 – Em visita domiciliar fomos ao barraco para chamar D.C. para vir falar com a assistente social para fazer o estudo de família. Ela nos disse que o marido tem o mesmo ordenado e que deixou completamente de beber. Ela também nos disse que recebeu uma carta da sogra pedindo para mandar buscar as crianças pois não pode tê-los. Pedimos a D.C. para trazer a carta para apresentar a assistente social.

17/7/57 – Veio hoje ao nosso serviço social D.C. para saber quando vai para o apartamento, porque precisa trazer as crianças para freqüentar a escola, e mesmo estando com as crianças fora fica com a despesa muito maior, pois tem que mandar dinheiro para a assistência d’elas. Então informamos que a

família está classificada no 2º. Bloco do tipo B. Ela ficou triste, dizendo não suportar os ratos estão estragando tudo, aconselhamos a ela falar com o encarregado da Cruzada para falar para a saúde pública, que tem um serviço que trata d'estas coisas. D.C. saiu mais conformada.

12/10/957 – Fomos ao barraco para avisar a D.C. que no dia 21 ela tem que comparecer com seu esposo a igreja de Sta.Mônica para uma reunião com Dom Helder sobre o contrato para o apartamento.

Após ter participado da reunião com Dom Helder, a moradora da Praia do Pinto ainda teve questionado o seu direito ao apartamento:

26/10/957 – Veio ao nosso Serviço Social a D.Castorina para saber o que queríamos com ela. Então fizemos vêr a ela que tivemos informação de que o Sr.David continuava a beber água ardentes, então ela me disse que ela não está bebendo mais e quando isto fazia não encomodava na rua nem em casa, que podíamos estar tranqüilas que não teríamos de que nos arrepender em mandá-los para o apartamento. Logo que eles estejam no apartamento irão buscar as crianças que estão na casa da avó paterna, isto porque depois do primeiro incêndio que eles foram para o alojamento não era possível trazê-los para a companhia d'eles.

Dois dias depois da convocação, o casal pôde se mudar:

28/10/957 – Mudou-se hoje para o apartamento 610 do segundo bloco B, da Cruzada São Sebastião o Sr.David e sua esposa D.Castorina com seus filhos. Nota: O barraco 1447 foi incendiado e a família foi transferida para o alojamento no. ___ que já foi demolido.

Os casos acima transcritos mostram o quanto de incerteza passou a fazer parte do cotidiano dos moradores da favela. Os moradores prestes a adquirir apartamento acumulavam ainda a preocupação de não levantarem dúvidas sobre suas condutas. Caso houvesse mudanças na composição familiar, estas deveriam ser imediatamente informadas ao Serviço Social da Fundação Leão XIII, para que o caso pudesse ser devidamente investigado:

16/6/56 – D.A. compareceu ao nosso Serviço. Disse-nos que desde que foi abandonada pelo Sr. N. vive sozinha com os filhos. Pediu que procurássemos sindicar com os vizinhos sobre o seu procedimento. Ela sai pela manhã para o serviço e só chega às 7 horas da noite. Não quer mais saber de companheiro pois eles só servem para dar aborrecimentos. Trabalha como doméstica recebendo Cr\$1.000,00. J. trabalha na feira fazendo carretos e ganha Cr\$300,00 por semana. H. e H. estão na escola pública.

Nota: procuramos sindicar e soubemos que D.A. vive sozinha com os filhos.

No ano seguinte constava na ficha da mesma moradora a acusação de uma denúncia e o registro de uma possível penalidade, em caso de recorrência do comportamento proscrito:

4/7/57 – Tivemos nova denúncia de que A. tem um companheiro que não é morador desta favela. Mandaremos chamá-la para dizer-lhe que desta maneira não poderá ir para os apartamentos.

6/7/57 – D.A. compareceu ao nosso Serviço e negou ter companheiro. Disse-nos que o único homem que entra em seu barraco é um sobrinho seu que faz as refeições em seu barraco. Fizemos ver a D.A. que se não souber se portar nos apartamentos voltará para a Praia do Pinto. A Sra. Diretora resolveu que esta família ocupará um apartamento do tipo B – 2º. Bloco, apto. 611.

Nota: Este barraco foi ocupado por D.I.R.

Havia moradores que também observavam contrafeitos o modo como alguns burlavam a vigilância da Cruzada a fim de obterem apartamentos. O Sr. A. contou aos pesquisadores da SAGMACS, e o Sr. Z. confirmou:

Muitas famílias, hoje nos apartamentos, não moravam na Praia do Pinto. Muitos se casaram para poder conseguir a nova moradia e traziam consigo o pai, a mãe e o resto da família de outras favelas. O Sr. A. nos confirmou que muitos dos moradores são amasiados e no apartamento, apesar dos esforços do Serviço Social, não mudaram de vida³⁷⁰.

O controle da vida privada do favelado pelas instituições se justificava segundo um programa previamente estruturado de cadastramento e realojamento das famílias. Esta prática se deu, sob diferentes rubricas, no âmbito das políticas habitacionais voltadas para a população das favelas até os anos 1970³⁷¹. Com o fim da política de remoção de favelas, e das mudanças compulsórias de endereço, os interessados em adquirir a casa própria puderam, enfim, se beneficiar das novas linhas de crédito e financiamento criados para atender um público com nível de renda mais restrito. Entre os efeitos desse novo tratamento, ou melhor, das novas políticas públicas de habitação destinadas ao público de

³⁷⁰ Idem: 39, 1ª coluna.

³⁷¹ Cf. a respeito, o artigo de GONÇALVES, Rafael Soares. *A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico*. Disponível na internet em <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo2.pdf>. Uma primeira versão deste trabalho foi publicada no jornal francês *Anthropologies*, 2006, nº104-105.

baixa renda, notou-se o cessar dos registros escrupulosos da vida das famílias das favelas e, portanto, das visitas sistemáticas efetuadas pelas assistentes sociais à suas casas.

7. A mudança

No Leblon, a mudança dos moradores da Praia do Pinto para os apartamentos da Cruzada seguia o seu curso. Sobre um tablado de madeira montado em frente a Igreja Santos Anjos, a primeira construção a ser erigida como parte do Bairro São Sebastião do Leblon, eram dispostos os móveis das famílias que seriam transferidas ao longo de cada semana. Muitos moradores, contudo, se sentiam constrangidos pela exposição de seus pertences velhos, poucos, humildes. Muitos, por isso, preferiam transportá-los até o tabuado durante a noite, longe das vistas de seus próprios vizinhos e dos demais moradores do bairro do Leblon.

Em um encontro na rua que atravessa o conjunto, ao cair de uma tarde em 2006, a etnógrafa se deteve para cumprimentar um morador que chegava para conversar com duas senhoras, suas vizinhas. Rapidamente ele a deixou a par dos seus planos para a “conscientização da comunidade”: havia comprado um projetor para exibir filmes que tratassem do tema muito em voga – ‘consciência negra’ – em sessões que teriam lugar no pátio da escola. Comentaram ainda o filme “O Santo Rebelde”, documentário sobre a vida política de Dom Helder Câmara, quando, então, uma das senhoras resolveu manifestar-se. Não gostara do filme. Nada nele fazia menção à Cruzada São Sebastião. Mas não era da dimensão política da Cruzada que a senhora falava. No filme ela não encontrou qualquer referência à história da favela da Praia do Pinto e do conjunto habitacional Cruzada São Sebastião do Leblon. Nele não figurava a odisséia dos moradores agraciados pela ação corajosa do padre. E para dar relevo ao que no filme, na sua opinião, havia sido omitido, lembrou o porquê de haver demorado tanto para deixar o barraco na favela e ocupar o apartamento que já estava à sua espera: ela não tinha móveis para preenchê-lo, e não queria expor o seu velho e improvisado mobiliário sobre o tablado. Só depois de juntar um dinheiro, com a ajuda do filho mais velho, e destinar essa economia para a compra de um sofá e de uma estante é que a senhora decidiu, então, se mudar.

São as mulheres que, de fato, se encarregam de tecer detalhadas narrativas sobre o tema da mudança. Em suas récitas costumam aparecer os móveis trazidos da antiga morada

ou comprados para a ocasião, o transporte do barraco para o tablado, deste para o apartamento ou diretamente do barraco para o apartamento. Camas de casal, armários de duas portas, mesinhas e estantes mobíliam as histórias. Os eletrodomésticos estavam ausentes, e só começam a aparecer num tempo narrativo em que as famílias aparecem já bem acomodadas no cotidiano do conjunto.

Fora feito um palanque, tablado, cada morador colocava lá suas mudançazinhas, comuns, simples... se tinha móveis, colocava os móveis. Se não tinha os móveis, colocava caixas com a louça, com panela, com roupas embrulhadas, caixas com roupas, cobertores, o que tinha... vassoura, material de limpeza, caixa com mantimentos, que era comida. E a Cruzada, a organização tinha um caminhão, ou dois... eu me lembro, na época, e chegava lá e sabia quem era quem. (*Neusa, 08 de junho 2007*)

Nas narrativas sobre a mudança aparecem também os personagens convocados para solucionar a questão: parentes, caminhões (“O caminhão tá chegando!”, avisavam os que estavam previstos para as mudanças do dia) e homens contratados pela Cruzada São Sebastião. Os objetos de maior valor estimativo ou econômico eram levados pelo próprio dono, não importando quão grande ou pesado fosse:

... eu ainda tinha minhas capacidades, levei um baú desse tamanho cheio de dinheiro. Ai os portugueses tavam ainda acabando de fazer a subida, pra gente subir [trazendo as coisas], aí os portugueses: “é, vovó! Tá guardando dinheiro pra fazer a festa!”. “Ah, não. Festa eu não vou fazer não. Eu vou rezar é muito, que Dom Hélder depois rezou tudo, andou em tudo quanto era apartamento, abençoou tudo”. (*Dona Cotinha, 29 junho 2003*)

Os moradores da Cruzada tinham suas posses. Uns possuíam mais bens, ou, pelo menos, tinham suas reservas de dinheiro e podiam, portanto, dispensar certa quantia para mobiliar o apartamento. Outros, possuíam apenas o mínimo para acondicionar seus grãos, uma ou outra fruta, uma lata para trazer água da bica para o barraco. E estes, segundo as lembranças de uma senhora, sentiam vergonha de expor seus poucos e gastos objetos no tablado para que fosse feita a mudança.

O tablado, assim, exibia os bens dos pobres. E o que eles tinham para exibir, exibiam com certa satisfação – o que, muitas vezes, constitui o real problema da pobreza. Durante vinte e cinco anos a antropóloga Unni Wikan conviveu com uma família residente em um bairro popular do Cairo, e pôde, então, observar que muitas vezes o problema da

pobreza não está associado ao que o pobre *não tem*, mas, ao contrário, a tudo aquilo que ele possui.

Seguindo o seu raciocínio, podemos imaginar que o tablado exibiu as muitas faces da pobreza, surpreendendo a muitos que ignoravam esta realidade. É Wikan quem diz: “*Poverty has many faces. For some it is to be without food, for others without clothes, for others again to lack shelter. Poverty defies a universal definition*”³⁷². Nos bairros pobres do Cairo, assim como nas favelas do Rio, podia-se viver como um rei, comparando-se a pobreza existente em alguns bairros de Calcutá. O pobre de Nápoles, por sua vez, alimenta-se como um nababo se compararmos sua mesa com aquela do Cairo. “*Poverty cannot be measured by a universal standard that specifies minimum requirements of food, clothes, and lodging. Cultural priorities enter to the core of these judgments*”³⁷³.

Dona Maria ainda se lembra de quando surgiu na Cruzada o primeiro aparelho de TV. Naquele momento, parte de seu orçamento passou a ser destinado a pagar a soma pedida pela vizinha, dona do televisor, para que seus filhos, então pequenos, pudessem assistir a programação em preto e branco. “Ficavam todos sentados no chão encerado, quietinhos, assistindo a TV”³⁷⁴. Na favela da Praia do Pinto também havia uma birosca com TV, e também lá se cobrava certa quantia aos interessados em ver as imagens da televisão.

Assistindo a TV com Dona Maria, décadas depois do episódio por ela narrado, a etnógrafa teve a oportunidade de relativizar a condição de ‘pobre’ através da qual um morador da Cruzada é visto pelo seu vizinho do Leblon. Na tela de vinte e nove polegadas homem almoçava em um dispensário na capital paulista. Ele tinha uma câmera escondida em seu boné, e com ela filmou a conversa que manteve com seu vizinho de mesa. Este viera de Recife, e, em São Paulo, sem saber ler nem escrever, encontrava-se desempregado, sem qualquer contato com sua família. Dona Maria coloca as mãos diante da boca, até que, enfim, exclama: “Tem gente que não tem nada!”

* * *

³⁷² WIKAN, Unni. *Tomorrow, God Willing – Self-made destinies in Cairo*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996 [1944]: 153. 333p.

³⁷³ Idem: 154.

³⁷⁴ Entrevista com Dona Maria, dia 03 de junho de 2007.

Como um dos critérios privilegiados para a seleção dos moradores dos apartamentos do Bairro São Sebastião era o estado civil de casado, o casal que estivesse disposto a assumir os encargos da nova moradia deveria inscrever-se na sede da Fundação Leão XIII situada na favela, para, então, marcar o matrimônio em uma das cerimônias coletivas ou, por conta própria, realizá-la em algum local de preferência.

Outros moradores mantêm vivo na memória o procedimento do rito coletivo: “Junta todo mundo ali, em nome do pai, do filho... pronto, casou, agora pode ir”. Processo ingrato, rápido, a toque de caixa, sem perda de tempo. “Era muita miséria”, sentenciou Dona Irene com um sorriso, contudo, de boas lembranças.

Em dezembro de 1957, quase um ano após a mudança dos primeiros moradores da favela da Praia do Pinto para o Bairro São Sebastião do Leblon, a Revista Visão chegava às bancas com a seguinte reportagem de capa: “O cristão Dom Helder faz do favelado cidadão e proprietário”. O texto apresentava alguns aspectos do que o seu título apenas anunciava como “Uma cruzada e um paladino”, e pontificava essa experiência-piloto da Cruzada São Sebastião a partir, especialmente, de seu caráter ideológico e religioso:

Mais importante, porém, que a construção material seria a construção espiritual e social de uma nova organização familiar para os favelados, egressos de um meio onde é humanamente impossível exigir uma formação humana, verdadeira, e onde falta o conforto mínimo para sustentar uma estrutura doméstica normal.³⁷⁵

Para dar cabo desta normalização – entendida como ‘urbanização’, ‘humanização’ e ‘cristianização’ do favelado³⁷⁶ – a Cruzada estabeleceu alguns critérios para se concorrer a um apartamento no Bairro:

A seleção dos que se iriam mudar (critério de prioridades, à base de antiguidade na favela e tamanho da família), sua preparação psicológica para a mudança, sua integração no novo *habitat* e a entrega progressiva da administração do bairro aos Conselhos de Moradores foram etapas delicadas que a Cruzada soube vencer com tato e pertinácia. (...) Ao começar a campanha, imaginou-se exigir algum vínculo familiar como condição indispensável para a mudança, fosse ele religioso ou civil.³⁷⁷

³⁷⁵ Revista Visão, 27 de dezembro de 1957, p.20.

³⁷⁶ SLOB, op.cit.: 07.

³⁷⁷ Ibidem.

Muitos são os casos evocados pela recordação do critério do casamento. Frequentemente, eles são lembrados e comentados também pelas vozes das mulheres. Uma senhora conta que seu marido resistiu bastante em mudar-se da favela. Talvez, ela pondera, fosse isto uma resistência ao critério do casamento. Outra já mostra, orgulhosa, uma fotografia onde uma amiga aparece vestida de noiva em um grande areal, e, para fazer situar a etnógrafa, explica ser aquela a paisagem da Ilha das Dragas, favela que existiu em frente à Praia do Pinto e que à esta se juntou, graças ao acúmulo de areia reunido pelas dragas de construção do canal do Jardim de Alah³⁷⁸, em plena Lagoa Rodrigo de Freitas.

Fotografia gentilmente cedida por Dona Georgete



Para além dos usos sociais da fotografia como registro, vê-se, na imagem ao lado, que integra um álbum de família (fotógrafo não identificado), o valor social e simbólico do casamento neste retrato de uma moradora da Ilha das Dragas em vestido de noiva³⁷⁹.

Há ainda aqueles que, deste critério, guardam lembranças muito desagradáveis, para não dizer traumáticas, como a narrada por uma mulher cuja gravidez precoce, aos 15 anos, fez com que a família perdesse o apartamento de quarto e sala, no bloco 07 do Bairro

³⁷⁸ O canal foi construído em 1921 e tem 835 metros de comprimento e largura variando de 10 a 20 metros, segundo o relatório da Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, de março de 2005.

³⁷⁹ Atendendo a pedidos de Dona Georgete, o rosto da noiva foi preservado, mantendo o seu anonimato.

São Sebastião, já nos anos 1970. Hoje, a moça já é uma mulher de quase 50 anos e mora na Rocinha.

Em 1957, a reportagem da Revista Visão apresentava, também, outras razões para a norma da inclusão pelo casamento, razões essas jamais evocadas, durante a pesquisa de campo, nas lembranças dos moradores que viveram a situação. “O compromisso é reclamado, o respeito existente entre os dois minuciosamente estudado e, principalmente, uma colaboração é exigida, *a fim de que os filhos possam crescer com a formação que os pais não puderam ter.*”³⁸⁰. Entretanto, a crônica da época mostra que esta distinção era mesmo uma demanda dos próprios habitantes ao Serviço Social da Cruzada que, afinal, se ocupava do cumprimento das normas no interior do conjunto:

Até hoje, em quase 600 casais que se mudaram, apenas dois ou três casos estão preocupando os assistentes sociais da Cruzada. Um deles, aliás, foi levantado pelo próprio Conselho de Moradores de um edifício, que não se conformou ante a conduta de certa mulher abandonada pelo companheiro, a qual descambara para uma vida irregular. O próprio Conselho solicitou à Cruzada que rescindisse o contrato firmado com esta moradora.³⁸¹

Nesta “dialética do espontâneo e do dirigido”³⁸² instituidora de normas segundo as quais “moradores inadaptados são expulsos ou se expulsam, indo continuar o ritmo da desordem” em uma favela próxima, aparece com força a idéia de *disciplina*, visto que mudar do barraco para o apartamento associa-se à passagem “do orgânico da natureza para o mecânico do mundo urbanizado”³⁸³.

O Conselho de Moradores, “verdadeiras escolas de aprendizado democrático”, era também formado por casais, cada qual responsável pela gerência e pela representação dos moradores de seu prédio. Cada bloco, aliás, permanecia durante três meses sob a responsabilidade de uma ‘família conselheira’, escolhida, a cada trimestre, pelos moradores dos respectivos prédios. A família conselheira se encarregava da ordem e da limpeza das áreas de uso comum de seu bloco, designando, toda semana, uma outra família de cada andar para se ocupar da limpeza de seu pavimento. Quando havia briga, a família conselheira tinha também o direito de “intervir, aconselhar e dar parte à Administração”³⁸⁴. Esse direito, portanto, foi também outorgado pelo Serviço Social da Cruzada São

³⁸⁰ Grifo da autora.

³⁸¹ Revista Visão: 21.

³⁸² CÂNDIDO, op. cit: 115.

³⁸³ Ibidem.

³⁸⁴ Aspectos Humanos da Favela Carioca, op.cit: 39, 1ª. Coluna.

Sebastião. Havia conselheiros que, inclusive, integravam o quadro de funcionários da Administração do Bairro São Sebastião do Leblon, que ficava a cargo da Cruzada.

A solução inventada para se administrar cada bloco separadamente visava imprimir no cotidiano desses prédios certa vida comunitária. Entretanto, as relações entre moradores e conselheiros eram frágeis, pois estes eram vistos mais como “mantenedores da ordem, prepostos da Administração e, até, fiscais dos vizinhos, do que como conselheiros”³⁸⁵.

Em fins de 1957, praticamente um ano após a chegada dos primeiros habitantes ao Bairro São Sebastião, as reuniões do Conselho de Moradores eram ainda presididas e orientadas por assistentes sociais. Sobre elas também recaíam queixas. A mais comum era a de quererem “manter um regime de internato de moças nos blocos”³⁸⁶. Os temas, contudo, pertenciam à ordem dos problemas cotidianos observados pelos próprios moradores, como, por exemplo, a necessidade de se adotar o uso de capachos às portas dos apartamentos – não havia ainda pavimentação no acesso ao conjunto –; o fechamento, a partir de determinada hora, do andar central de cada bloco (onde passarelas interligavam todos os prédios do Bairro) de maneira a “evitar namoricos noturnos”; a criação de uma escola profissionalizante onde os homens pudessem ensinar aos mais jovens os seus ofícios; e a “proibição de camelôs e uniformização das barracas dos ambulantes”. Nota-se, nesta reportagem de cinquenta anos atrás, que o conjunto sempre fora animado por um pequeno comércio mantido pelos seus próprios moradores e que administrá-lo significava, também, ocupar-se destas formas de consumo e de sociabilidade por eles praticadas.

Ter um endereço

“Agora eu posso dar meu endereço a minhas amigas e a minha família”, disse a moradora da Cruzada ao pesquisador da SAGMACS³⁸⁷. Poder *dar o endereço*. Isto que consistia um orgulho para a moradora do recém-construído Bairro São Sebastião do Leblon representava também uma série de facilidades – um *poder*, enfim. Uma consulta nas fichas da Fundação Leão XIII nos permitiu constatar que a Praia do Pinto era habitada especialmente por pessoas provenientes de outras cidades do interior do estado do Rio, de Minas Gerais, do Espírito Santo e de cidades do nordeste, sobretudo do interior do Ceará,

³⁸⁵ Idem: 2ª. Coluna.

³⁸⁶ Ibidem.

³⁸⁷ Idem: 38, 5ª. Coluna.

lugares onde continuavam residindo muitos de seus familiares. A estes, por exemplo, seria mais fácil se fazer encontrar.

A palavra *endereço* possui origem no termo latino *aderece*, de onde provém também *adereço*. Ambos – endereço e endereço – significam um ponto possível de ser identificado – ou *distinguido* – no espaço. Com um endereço, chega-se a algum lugar – ou, ao contrário, *evita-se* de nele chegar. Com um endereço, por sua vez, sinalizamos, comunicamos. Um número na porta, por exemplo, adorna e indica. Em sua etimologia *endereçar* é também *indirectiare*, ou seja, endireitar, alinhar, lançar em linha reta. Portanto, um endereço é um “caminho direto”. E ter um endereço reconhecido pela administração municipal é ter a possibilidade de encontrar ou ser encontrado por um número maior indivíduos, graças a uma representação abstrata do espaço.

O novo *status* facultado pela aquisição de um endereço reconhecido pela prefeitura trazia, portanto, muitas vantagens. Não só facilitava a comunicação com os parentes e amigos permanentes em suas cidades natais, como lustrava um orgulho até então obscurecido pelo antigo endereço que se tinha na cidade grande. As jovens que vinham para o Rio de Janeiro, nos anos em que a favela foi se formando, frequentemente chegavam após um outro parente ter conseguido o alojamento para recebê-las. Quando aqui chegavam, muitas se desiludiam com o que encontravam.

Uma senhora conta com riqueza de detalhes a imagem que desenhava, lá de seu quintal interiorano, da casa onde o irmão a aguardava no Rio de Janeiro. Quando enfim chegou na capital, o tempo estava fechado. E a casa que encontrou não tinha nenhum traço daquela do seu sonho. Muito menos daquela que vivia deixado, arejada, à sombra de árvores frondosas, com cacimba no fundo do terreiro sempre varrido pela aragem do final de tarde. O endereço onde o irmão a aguardava na cidade grande, não era a rua Montenegro, em Ipanema, para onde encaminhavam as cartas escritas no Ceará. A *rua* era o endereço do trabalho. A morada ficava um pouco mais adiante, edificada sobre o chão enlameado da favela da Praia do Pinto.

Para muitas senhoras, há *o chão da favela* nas lembranças daquele tempo. E por isso, em contrapartida, há também o chão dos corredores dos prédios como elemento representativo da mudança. Ou melhor, do *endereço*. Neste último não havia mais ratos

nem baratas, nem o mau cheiro “que infestava os barracos da favela, suas ruas e caminhos”³⁸⁸.

A sensibilidade às novas condições de higiene dos apartamentos era sinal de que “o favelado não é um primitivo, indiferente e até hostil a melhores condições de vida”, como escreveram, em 1960, os pesquisadores da SAGMACS. Por outro lado, hábitos estabelecidos na favela eram ainda notáveis nas práticas de alguns moradores dos prédios: “As crianças ainda fazem suas necessidades na porta dos apartamentos, provocando numerosos conflitos entre as famílias e destas com o zelador”³⁸⁹. As práticas causadoras de refregas não desapareceriam de imediato. Talvez até permaneceriam sendo cultivadas. O Sr. A. foi categórico em seu depoimento: “Não me interessa procurar fazer melhorar as relações agora que estamos em melhor ambiente. Conheço bem essa gente da favela e se começar a me aproximar vou ter aborrecimento”³⁹⁰.

A Sra. M.J. reconhecia como vantagem do novo endereço a possibilidade de “cada qual viver no seu apartamento. Na favela havia muita confusão”³⁹¹. De fato, a definição dos espaços nos prédios não deixava dúvidas. Da porta para dentro era o apartamento. Da porta para fora eram o corredor, a escada, a ponte. Mas isto, como veremos, permaneceu preservado durante os primeiros tempos. Não demoraria muito para que essas áreas fossem fagocitadas de diversos modos.

Mesmo antes disto acontecer, já era possível prever dificuldades de espaço com o correr dos anos, conforme a família crescesse. Isto muito preocupava os moradores, pois entre as obrigações assumidas no contrato, estava o compromisso de não se mudar durante o pagamento das prestações – que terminariam em até 15 anos!

Em quinze anos, uma família pode crescer consideravelmente. Uma ou duas novas gerações podem ganhar existência. Isto é tão factível quanto o era a alta taxa de natalidade encontrada na favela. Perguntados sobre como resolveriam o problema do espaço diante do crescimento da família, muitos moradores não tiveram dúvidas em responder: “Evitando os filhos ou fazendo o possível para evitar”³⁹².

Este tipo de preocupação que aparece, em 1960, entre os moradores do Bairro São Sebastião, é identificado, na pesquisa da SAGMACS, como evidência de uma “passagem de camada social”. A diferença existente entre as famílias nas favelas, objeto da primeira

³⁸⁸ Ibidem.

³⁸⁹ Ibidem.

³⁹⁰ Idem: 39, 1ª. Coluna.

³⁹¹ Ibidem.

³⁹² Idem: 38, 5ª. Coluna.

parte daquele estudo, havia sido transferida para os apartamentos, tornando-se visível nas atrações e repulsões entre vizinhos. O apartamento era o cenário ideal para que essas diferenças se tornassem ainda mais salientes, fornecendo o significativo necessário para promover os hábitos ou até mesmo, como se disse, os “cacoetes da classe média”³⁹³.

Já demonstram preocupações que seriam impossíveis na favela. Ninguém ouviria de um morador de barraco a declaração de M.J.: ‘O que almejo é melhorar de vida cada vez mais, conservar e ajeitar minha casa. Acabar de pagar o apartamento, a fim de possuí-lo para deixar como *herança* para a minha filha’³⁹⁴.

Os pesquisadores, no entanto, reconheciam que essa mentalidade não tinha uma causa específica. Recusavam, com isso, estabelecer um nexos entre a saída do favelado do barraco e sua entrada no apartamento. Do mesmo modo, a SAGMACS não tentou identificar qualquer relação da tal “mentalidade da classe média” com o fato de se ter um endereço oficial. Não era o caso de se aplicar a “doutrina da salvação pelos tijolos”³⁹⁵, mas sim de reforçar a idéia de que esses hábitos e aspirações existiam na própria favela, nascidos “de uma transição social que se encontrava até em certas áreas ecológicas de favelas”, onde “o barraco vai se transformando em casa, o beco em rua e o amontoado confuso em vila operária ou bairro classe média”³⁹⁶.

Imaginar que o apartamento por si só traria essa mudança seria pueril. A simples convivência com os patrões, no serviço doméstico, seria capaz de criar reivindicações novas, novos anseios, desde que houvesse o motivo essencial: a *vontade de subir*.³⁹⁷

A ‘vontade de subir’ seria, de acordo com a pesquisa, a determinante das mudanças fundamentais de conduta do favelado, “e não o paternalismo ingênuo da organização que preside a vida nos apartamentos”³⁹⁸.

A simples existência de uma assistência, ou de instância superior de controle da vida dos ‘ex-favelados’, sustenta a tese de Simmel, quando este declina de reduzir o

³⁹³ Idem: 39, 2ª. Coluna.

³⁹⁴ Ibidem.

³⁹⁵ JACOBS, *op.cit.*: 124. Cf. também a página 08 desta tese.

³⁹⁶ *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, ibidem.

³⁹⁷ Ibidem. Grifo nosso.

³⁹⁸ Ibidem.

fenômeno da assistência à sua dimensão filantrópica ou “humanitária”³⁹⁹. A abordagem sociológica que empreendeu o levou, ao contrário, a ressaltar o caráter utilitário da assistência aos pobres, na medida em que ela garante a proteção e a defesa de um determinado *status quo* social. Para sermos mais preciso, é necessário dizer que sua abordagem se funda em uma concepção crítica do direito à assistência, ou, de outro modo, no princípio que institui a *obrigação* de se assistir aos pobres. Não se trata, para Simmel, de um direito *para* os pobres, porquanto estes poderiam simplesmente receber a assistência, mas não reivindicá-la⁴⁰⁰.

As conversas mantidas entre Dom Helder e Lebrecht resultaram em um acordo de que a pesquisa SAGMACS faria um balanço da solução apresentada ao ‘problema das favelas’ pela Cruzada São Sebastião. A crítica ao “paternalismo” aparece em primeiro lugar. Mas, em seguida, surge também a consideração de que:

... construir casas ou apartamentos para cada família faveladas, nas condições da atual conjuntura social e econômica do Brasil, é uma solução utópica que, além de estimular ressentimentos, pela impossibilidade de satisfazer a todos os necessitados, iria transformar a Capital da República, já pólo de atração dos migrantes internos, em verdadeira meca da miséria nacional.⁴⁰¹

Apesar disso, podemos dizer que o empreendimento piloto da Cruzada na favela da Praia do Pinto foi observado positivamente na análise de SAGMACS. Somente o passar do tempo poderia permitir novas avaliações e novas verdades sobre o sucesso ou insucesso da iniciativa.

Antes da publicação da pesquisa dirigida por Lebrecht, porém, o endereço dos prédios da Cruzada já se afigurava como uma possível dor de cabeça para seus habitantes. Em uma reportagem de 1957, mesmo ano em que começaram as mudanças dos moradores da favela para os apartamentos, a Revista Visão dava destaque a discriminação que desde então já sofriam devido a origem favelada.

Os clubes esportivos vizinhos do bairro – Caiçaras, Monte Líbano, Paysandu e Associação Atlética Banco do Brasil – promoveram a princípio uma grita terrível contra a construção do conjunto, alegando que o bairro se transformaria rapidamente numa favela. Hoje, todos já se convenceram da

³⁹⁹ PAUGAM, Serge & SCHULTHEIS, Franz. *Introduction: Naissance d'une sociologie de la pauvreté*. In SIMMEL, Georg. *Les Pauvres*. Paris: PUF, 1998: 24. pp.1-34.

⁴⁰⁰ Idem: 25, e SIMMEL, *Les Pauvres*, 1998: 48.

⁴⁰¹ *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, ibidem.

injustiça cometida, buscando manter uma política de boa vizinhança com os favelados⁴⁰².

Quem passa pelo Jardim de Alá, no Leblon, a qualquer hora do dia ou da noite, testemunha que não há diferença aparente entre os edifícios do bairro São Sebastião e os demais da zona (ao seu lado ergue-se o conjunto construído pelo IAPC para os jornalistas). Pelo contrário, pode notar que não raro existem menos roupas pendentes das janelas dos ex-favelados do que nos peitoris das redondezas⁴⁰³.

Salta aos olhos o quanto a obra da Cruzada fez-se, desde então, fortemente presente nas expectativas, mas também nas desconfianças, dos outros habitantes do Leblon e da cidade que acompanhavam, com maior atenção, a movimentação política de Dom Helder, o “pai dos pobres” – ou “padre de passeata”, segundo interpretação de Nelson Rodrigues.

A imprensa favorável a Dom Hélder ainda iria em busca de novos dados que comprovassem o bom sucedimento de sua aposta. Os mais significativos seriam encontrados no registro policial, “outro documento otimista, com uma ausência total de casos e infrações no bairro [São Sebastião do Leblon]”⁴⁰⁴.

Embora parecesse só haver olhos para os prédios da Cruzada, a favela, no entanto, permanecia ali ao lado. Muitos moradores da Cruzada nos contaram que, naquele então, passavam o dia no antigo endereço, alimentando velhas formas de sociabilidade, só voltando para os apartamentos na hora de dormir. A favela, assim, permaneceu existindo no Leblon até 1969, quando um incêndio de grandes proporções poria fim a ela.

8. O incêndio: crime ou castigo?

Cuidar do “balão”, espécie de forno construído do lado de fora da casa para se obter carvão, era etapa primeira e última na rotina de um dia de trabalho de diversos moradores da Praia do Pinto:

Eu fazia carvão aqui, fazia buraco aqui, carregava tábua da praia e pegava as tábuas das obras que eles faziam, aí eu botava tudo ali, quando tava bem cheio, aí eu jogava querosene e álcool, tapava e ia pro trabalho, deixava lá o dia inteiro. (Cotinha, ex-moradora da Praia do Pinto, em entrevista no dia 29 de junho de 2003)

⁴⁰² Revista Visão, *op.cit.*: 21.

⁴⁰³ Ibidem.

⁴⁰⁴ Ibidem.

Sobre o incêndio que destruiu a favela da Praia do Pinto pesam diferentes versões. Há quem afirme ter sido a vela de uma macumba a causa do fogo – e na favela havia cerca de 150 terreiros⁴⁰⁵! Outros desconfiam que o fogo iniciou-se de uma outra vela, a que iluminava uma mesa de jogatina num barraco recentemente desocupado. Um jornal noticiou que uma fagulha proveniente da queima de tábuas atrás do campo do Flamengo teria sido a causa do acidente⁴⁰⁶. Há ainda a versão que corre na Cidade Alta, a respeito de um acidente com um bujão de gás no barraco de um seu fulano. Se era para a feitura do carvão ou se eram madeiras dos casebres desapropriados e queimados durante o processo de remoção, não se sabe ao certo. O que importa é que desta dúvida surgiu a famigerada suspeita sobre uma ação insidiosa promovida pela então presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH), Sandra Cavalcanti – que, por sua vez, atribuía a culpa pelos incêndios que ocorriam nas favelas da cidade aos comunistas⁴⁰⁷.

Todas as acusações são, contudo, rumores, estes atos de palavras cuja existência pressupõe um contexto particular bem urdido para que funcionem como “sondas exploradoras dos limites da realidade”⁴⁰⁸. Para circular na velocidade que o caracteriza, um rumor recusa interpretações, mas, para tanto, deve contar com um único aspecto: a verossimilhança, condição da qual não pode prescindir. Crime ou castigo, o incêndio apenas aqueceu ainda mais o calor nas arenas públicas formadas em torno das políticas de habitação. Sandra Cavalcanti, em entrevista concedida em 2002, diria que “não se tratava mais de urbanizar as favelas, mas os favelados”, justificando, assim, sua generosidade para com os interesses do mercado imobiliário⁴⁰⁹.

Qualquer que fosse a versão, àquela altura parecia que nada mais mudaria o destino do terreno de 105 mil metros quadrados onde a favela resistia⁴¹⁰, pois dois meses antes do grave acidente o Jornal do Brasil do dia 12 de março de 1969 publicava o projeto do novo uso designado para a área da Praia do Pinto. O terreno já havia sido loteado por uma cooperativa habitacional e a Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN) já anunciava as obras de asfaltamento e construção das redes de esgotos e águas pluviais. Na

⁴⁰⁵ Correio da Manhã, 11 de maio de 1969.

⁴⁰⁶ Jornal do Brasil, 11 de maio de 1969.

⁴⁰⁷ Cf. artigo de MONTEIRO, Marcelo. *Sob vaías e pedras*, publicado no site Favela tem Memória, 16 de julho de 2004.

⁴⁰⁸ JOSEPH, Isaac. *El transeunte y el espacio urbano : ensayo sobre la dispersión y el espacio publico*. Buenos Aires : Gedisa Editorial, colección El Mamífero Parlante, 1988: 96. 159p.

⁴⁰⁹ Entrevista citada em GONÇALVES, *op.cit.*, p.06.

⁴¹⁰ Jornal do Brasil, 28 de março de 1969. O relatório da Superintendência Executiva de Projetos Especiais (SEPE), informa que a área da favela era de 92 mil metros quadrados.

mesma reportagem, o Chefe da Casa Civil do Estado da Guanabara, Carlos Costa, esclarecia que a remoção de todas as 2.752 famílias residentes na Praia do Pinto, e das 483 famílias residentes do Parque Proletário do Leblon⁴¹¹ – ou Centro Habitacional Social – CHS-3, situado na margem oeste da favela – para os conjuntos habitacionais Cidade Alta, em Cordovil, e Cidade de Deus, em Jacarepaguá, seria executada em até 40 dias.

Além dessa notícia, havia outra, na mesma página de jornal, sobre a descoberta de uma alga microscópica responsável pela mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas, que foi assim noticiada:

Uma alga microscópica, de origem marítima, é a culpada pela mortandade periódica de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas. A descoberta foi feita pelo Instituto de Engenharia Sanitária da Sursan, depois de dois anos de pesquisas diárias nas águas da lagoa. A solução para combater a alga será o tratamento químico com cristais de sulfato de cobre, *mas o problema só será resolvido em definitivo com o saneamento e urbanização de algumas faixas da favela da Praia do Pinto.*⁴¹² (grifo meu)

Nos quarenta anos de existência da favela da Praia do Pinto, foram sete os incêndios contabilizados. Mas nada comparável à proporção daquele que entraria definitivamente para a história urbana carioca. O vulto da operação que este último demandou pôde ser mensurado pela presença de um destacamento de duzentos bombeiros enviados à favela na madrugada do dia 10 de maio de 1969. Ao chegarem ali, constataram que não havia água suficiente para apagar o fogo e, como se não bastasse, as labaredas estavam bem próximas do gasômetro existente em uma das ruas circunvizinhas.

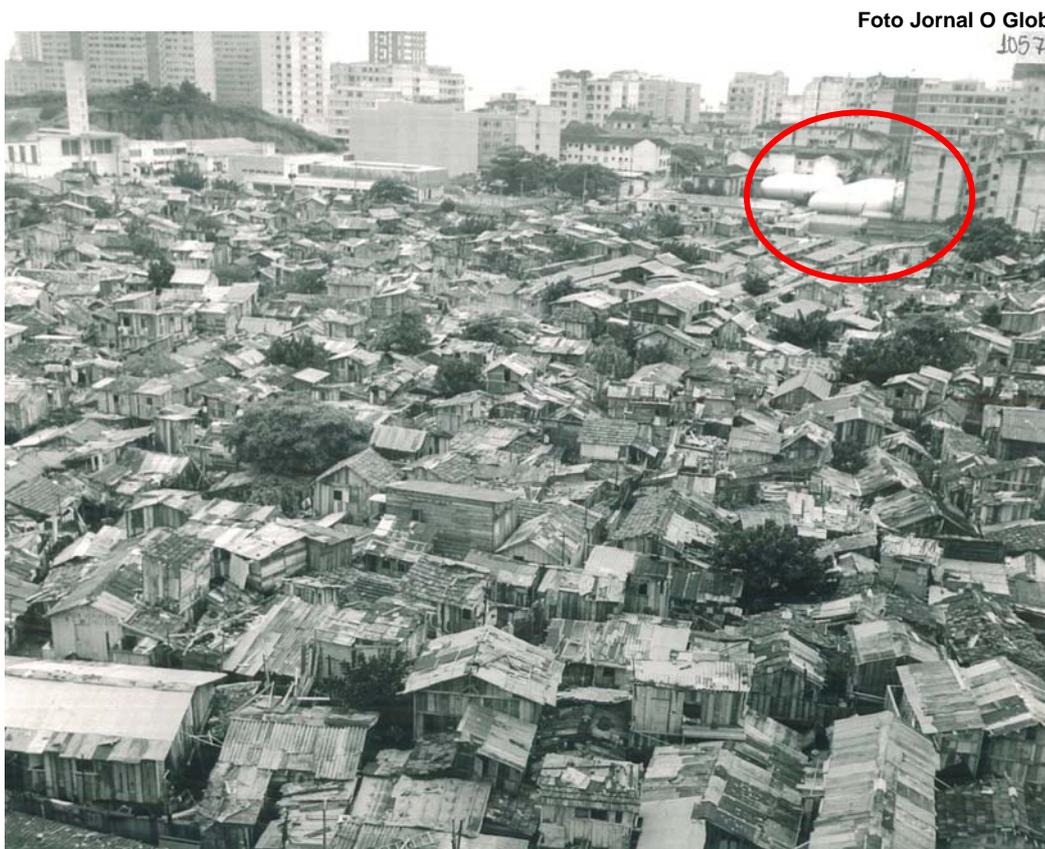
No Conjunto dos Jornalistas, alguns moradores decidiram acolher famílias vítimas do flagelo. Os bares da Avenida Ataulfo de Paiva, em frente ao bloco 1 do referido

⁴¹¹ Na favela eram 11.969 moradores, reunidos em 2.752 famílias ocupantes dos 2.539 barracos. Jornal do Brasil, 12 de março de 1969.

⁴¹² Na década de 1960 ‘despachado’ o *bode expiatório* da favela da Praia do Pinto e das demais do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas viria o glamuroso bairro, entretanto, meio século depois, continuar a freqüentar o noticiário a propósito das mortandades de peixes e das ligações clandestinas dos esgotos das residências dos “bacanas” e dos grandes empreendimentos esportivos. Os despejos das águas servidas e dos esgotos, e do material poluente das lavagens provenientes dos tanques dos postos de gasolina, continuaram sendo destinados às águas da laguna. As iniciativas de conscientização ecológica de uma população altamente escolarizada e supostamente politizada, mesmo os esforços de ecologistas na proteção de suas margens e o replantio dos manguezais como autênticos berçários de uma população marcada pela diadromia parecem não terem sensibilizado os presidentes, diretores, cartolas e administradores do proverbial Hipódromo da Gávea. Nos dias 23 e 24 de janeiro de 2008, uma vez mais a engenharia do meio ambiente, peritos e demais agentes do governo denunciavam o bucólico *Jóquei Clube Brasileiro* como sendo o maior e mais recorrente poluidor das águas da laguna Rodrigo de Freitas pelo lançamento de esgoto *in natura* nesse patrimônio urbano da paisagem carioca, associado ao complexo ecossistema da maior floresta urbana do mundo, pelas vertentes do Jardim Botânico. (Cf. Rádio CBN e jornal O Globo).

Conjunto, foram transformados em abrigo pelos que fugiam do incêndio. De suas janelas ou da calçada, os moradores do prédio acompanhavam a movimentação. A iniciativa de acolhê-los partiu, em especial, de uma mulher, conhecida entre os seus vizinhos por sua militância no Partido Comunista⁴¹³. Ela se incumbiu de ir de porta em porta, nos três blocos do Conjunto, para pedir aos seus vizinhos que acolhessem pelo menos uma família em seus apartamentos, ainda que por uma noite. A maioria resistiu. E, de fato, apenas a sua atuação é lembrada pelos que testemunharam o incêndio. Na memória dos habitantes do Jornalistas, o incêndio é lembrado como a catástrofe “que deu origem à Selva de Pedra”.

Somente às 10:00 da manhã do dia seguinte as chamas foram extintas. A Pontifícia Universidade Católica (PUC), na Gávea, colocou-se à disposição dos desabrigados acolhendo-os sob seus pilotis e na área do estacionamento. Em frente a favela, a 14ª Delegacia de Polícia tornou-se refúgio natural dos favelados. Pela proximidade da favela muitas crianças foram ali abrigadas enquanto seus pais procuravam salvar seus pertences e ajudarem-se uns aos outros.



A favela da Praia do Pinto. No canto superior esquerdo vê-se a Igreja Santos Anjos e a Pedra do Baiano. Atrás desta, os prédios do Conjunto dos Jornalistas. O círculo vermelho destaca a proximidade do gasômetro.

Fora do enquadramento, a Lagoa está localizada diante dos casebres do canto inferior.

⁴¹³ Conforme comunicação pessoal de Daniel de Ariosto Pinto, morador do Conjunto desde sua construção, por ocasião de entrevista realizada no dia 17 de janeiro de 2007.

Com as chamas foram extintas dois clubes, o Praiano e o Sete de Setembro. Com eles, três grupos de carnaval organizados pelos moradores da favela: o Cacareco, o Bloco do Aníbal e o Independentes do Leblon, de onde saíam os fundadores Grêmio Recreativo de Escola de Samba Barriga, da Cidade Alta, em Cordovil. Segundo o jornal Correio da Manhã, do dia 11 de maio de 1969, cinco igrejas também viraram cinzas, restando apenas um templo Batista, no extremo sul da favela. Os 150 “terreiros de macumba” e as 253 tendinhas de comércio contabilizados pelo mesmo jornal também não resistiram ao fogo. Um sexto da favela teria permanecido de pé, segundo informações noticiadas na mesma reportagem. Negrão de Lima informara que os desabrigados seriam levados para galpões pertencentes ao Estado, localizados em Campo Grande e Paciência, na Zona Oeste, e Nova Holanda, na Zona Norte da cidade. Os trinta e dois feridos foram medicados no Hospital Miguel Couto, ao lado da favela.

Foto Jornal O Globo

10575



O incêndio na Praia do Pinto. 1969.

Na medida em que as constantes ameaças de remoção passavam a afetar a vida emocional e ativa dos favelados – e dos outros habitantes da cidade – obrigando-os a destinar parte de suas preocupações diárias à reformulação de seus cotidianos, o plano de

remoção ganhava *realidade*⁴¹⁴. Muitas vezes contrárias à vontade dos moradores, e frequentemente efetuadas através da ação policial, o uso de tratores, do fogo (“que se dizia acidental”, como assinalam Leeds & Leeds⁴¹⁵) e de outras formas de pressão, essas remoções, quando efetivadas a partir de “acidentes”, como no caso da Praia do Pinto, realçavam ainda mais a evidência de não haver mais como voltar ao lugar ao qual se haviam aquerenciado⁴¹⁶.

As conseqüências do incêndio da favela da Praia do Pinto forçaram a redefinição de milhares de trajetos diários, desconstruindo todo um sistema de referências morais, espaciais e afetivas que dão, por definição, sentido à chamada “vida comunitária”. “Conheço gente que nunca mais estudou porque onde foi morar não tinha nem colégio”, disse Cardoso, ou Monega, em entrevista para um jornal eletrônico, chamado *Favela tem Memória*⁴¹⁷.

⁴¹⁴ “Realidade significa simplesmente relação com a nossa vida emocional e ativa; o que quer que seja que excite e estimule nosso interesse é real”, SCHUTZ, p.248.

⁴¹⁵ *Op.cit.*: 241.

⁴¹⁶ A esse respeito, cf. também a dissertação de mestrado de SIMÕES, 2003, sobre uma outra área da cidade – a Zona do Mangue – incluída em semelhante processo de renovação urbana.

⁴¹⁷ Cf. Monteiro, 2004, *op.cit.*

Capítulo 5

Nascidos e Criados

Sou o espaço onde estou

Noel Arnaud, *L'état d'ébauche*, p.146 BACHELARD

... o mundo não é da ordem do substantivo, mas do adjetivo!

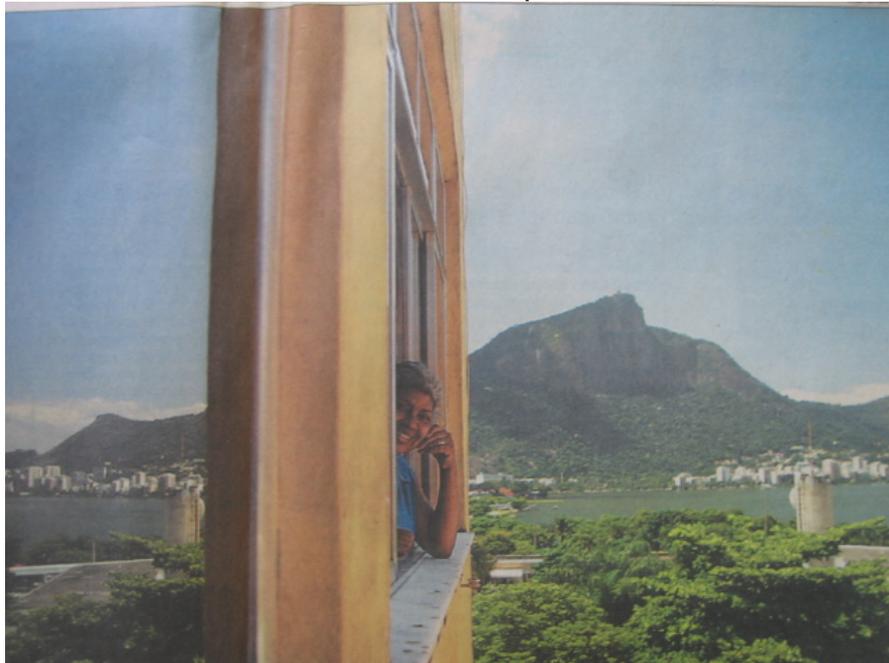
Gaston Bachelard, 2005: 152.

1. E a Cruzada faz 50 anos

O jornal de maior circulação da cidade traria na capa da edição de domingo, 13 de fevereiro de 2005, uma reportagem comemorativa pelos cinquenta anos da Cruzada São Sebastião do Leblon. A repórter e a fotógrafa estiveram lá para entrevistar alguns dos moradores mais antigos e seus filhos ilustres, muitos deles residindo hoje em outros bairros da metrópole. Todos, entretanto, compareceram para participar de nobre ocasião e cumprir o tratado com as jornalistas.

A semana transcorre. E eis que chega o domingo. A foto de meia página abrindo a edição mostra Dona Flóry, de 70 anos, sorrindo, na janela de casa, tendo ao fundo a Lagoa Rodrigo de Freitas e o Corcovado com o Redentor. “Vista privilegiada”, diz a legenda da fotografia que encima a manchete “Uma ilha que destoa na Zona Sul”.

Foto Marizilda Crupe Jornal O Globo, 13 fevereiro 2005.



O subtítulo é porquanto mais revelador: mostra que a pauta da reportagem não era a boda de ouro imaginada pelos moradores, mas sim uma – mais uma – exposição indesejável do lugar onde residem. “Cruzada São Sebastião faz 50 anos com um problema: a dívida do IPTU pode levar 676 imóveis a leilão”⁴¹⁸.

Uma ilha de pobreza no meio de bairros de alto poder aquisitivo da Zona Sul, como Leblon e Lagoa, está completando 50 anos: é a Cruzada São Sebastião, um conjunto de dez prédios criado em 1955 por dom Hélder Câmara como plano piloto de um projeto que pretendia erradicar as favelas do Rio. São 910 famílias que ocupam apartamentos conjugados ou de um ou dois quartos. O conjunto, com quatro mil moradores, tem escola, creche e cursos. Trezentos moradores têm curso superior, mas isto não apaga o estigma que transformou a comunidade em enclave de pobreza, conta Elenilce Bottari. O preconceito aparece nas suspeitas contra os moradores nos crimes que ocorrem no bairro, embora a Cruzada responda por apenas 20% dos casos, segundo a 14ª DP (Leblon). Apenas 91 moradores estão fichados na delegacia. A dívida de R\$1,1 milhão de IPTU é o maior problema dos moradores da Cruzada. São 676 imóveis inscritos na Dívida Ativa do Município, ou seja, 74,28%: eles podem ir a leilão se o imposto não for pago⁴¹⁹.

Mobilizados durante a semana em procurar nas gavetas e nos armários os álbuns de fotografias, objetos, cartas e documentos capazes de celebrar a data com os melhores registros de suas trajetórias pessoais, os moradores se deram conta, surpreendentemente, que tudo havia sido em vão. Em síntese, a chamada de capa aludia ao lugar, ao seu valor e a um equívoco nascido há 50 anos, quando da idéia de se iniciar a política de urbanização de favelas da qual surgiriam aqueles prédios em pleno “cartão postal” carioca. Idéia infeliz, segundo sugestão dos números de uma estatística nefasta trazidos pela chamada de capa.

Iconograficamente a reportagem ofereceu ao leitor o que foi proposto aos moradores: um panorama do cotidiano da Cruzada e da biografia de alguns de seus residentes. Dentro da edição, a fotografia principal, captada por uma teleobjetiva, retrata em perspectiva a sociabilidade na calçada, sob os pilotis à entrada dos blocos. A seguinte

⁴¹⁸ O Globo, 13 de fevereiro 2007. E no dia 16 de janeiro de 2008, o mesmo jornal traria a carta de um leitor a respeito do movimento iniciado por moradores dos bairros da Zona Sul carioca, que rapidamente angariou grande parte da classe média da cidade. Tratava-se de uma mobilização para que a população pagasse o IPTU somente em juízo, a partir do argumento de « pressionar a Prefeitura ». O autor do artigo, Salvador Correa de Sá e Benevides, considerava que «o boicote ao IPTU tem um potencial revolucionário tremendo» e que « os adeptos do boicote não estão satisfeitos e temem não poder se mexer no futuro, cercados por mais bandidos, poluição, buracos, corruptos etc. ». Por uma coincidência ou brincadeira, o missivista é homônimo do maior proprietário de terras da história das Américas, guerreiro feroz e conquistador implacável, temido por toda parte por onde andou. Salvador Correia de Sá governou o Rio de Janeiro de 1578 a 1598. Cf. O Globo Online, 16 de janeiro de 2008.

⁴¹⁹ Transcrição integral da chamada de capa.

mostra alguns meninos jogando bola no pátio de um prédio, e, ao lado desta, outros entretidos com o videogame em uma barraca na rua. Há a foto do engenheiro Gilberto Paixão, responsável pelas obras do conjunto, e também a do casamento de Dona Flóry sendo celebrado por Dom Hélder Câmara, em 1963. As crianças que dormem sobre os colchonetes são o registro da creche que funciona no primeiro bloco. *Noblesse oblige*, a senhora que abriu as portas de casa para receber a repórter e lhe contar histórias do lugar onde mora, há cinquenta anos, posa sorrindo junto com sua filha e uma vizinha. Olho detidamente e reconheço: é Fátima Regina. Sentada no sofá ao fundo, ainda assim é possível notar a expressão alegre em seu rosto, pois o que Fátima mais preza é poder contar as glórias conhecidas pelas *fundadoras* da Cruzada a partir dos investimentos que fizeram em prol da vida comunitária⁴²⁰. Por fim, um retrato de todos os moradores que auxiliaram as repórteres: Dona Márcia, ex-presidente da Federação das Associações de Moradores do Rio (FAM-Rio); Adílio, ex-jogador do Flamengo; personagens de expressão local, como o fotógrafo Cardoso, o pastor Joel, várias ‘fundadoras’ e, no meio de todos, o padre Marcos Belizário. Fechando a iconografia, gráficos e estatísticas sobre a favela extinta e o conjunto.

* * *

Naquele domingo, os moradores amanheceram em polvorosa. Aos seus olhos, a reportagem pareceu um ataque deliberado do grupo de jornalistas. “Ilha de pobreza” contradizia o registro do semblante alegre da moradora em sua janela tendo ao fundo o Cristo Redentor e a Lagoa. Alguém deveria ser responsável por tal perfídia, servindo a algum tipo de interesse escuso. Ponderou-se a finalidade de atingi-los e de comprometê-los, sobretudo em sua dignidade⁴²¹, pois mais do que a dívida, houve *denúncia*.

Temiam, pois, estarem sob o risco real de perderem suas moradias. O próprio bairro impunha este temor, pois um apartamento de dois quartos na Cruzada (36m²), ou seja, entre a Lagoa e a praia do Leblon, pode custar até R\$ 60.000,00, enquanto na praia, o

⁴²⁰ Entre eles a creche, fundada por algumas dessas senhoras, o Clube das Mães e o Posto Médico.

⁴²¹ CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. *Direito Legal, Insulto Moral - - Dilemas da cidadania no Brasil, no Quebec e EUA*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 2003. 157p.

metro quadrado pode chegar a R\$ 20.000,00, preço equiparável ao de endereços nobres em Paris ou Manhattan⁴²².

As leis da cidade moderna garantem aos que pagam impostos o direito de usufruir do seu lugar. Mas lembremos com Hannah Arendt que antes da era moderna, cujo marco é a expropriação dos pobres e em seguida a emancipação das novas classes destituídas de propriedade, que “todas as civilizações tiveram por base o caráter sagrado da propriedade privada”⁴²³.

“Originalmente, a propriedade significava nada mais nada menos que o indivíduo possuía *seu lugar em determinada parte do mundo* e portanto *pertencia ao corpo político*, isto é, *chefiava uma das famílias* que, no conjunto, constituíam a esfera pública. Essa parte do mundo que tinha donos privados era tão completamente idêntica à família à qual pertencia que a expulsão do cidadão podia significar não apenas o confisco de sua propriedade mas a destruição de sua própria morada”⁴²⁴.

Os 50 anos de uma propriedade no coração da Zona Sul do Rio de Janeiro. A dívida de seus moradores denunciada por outros moradores da cidade – jornalistas – que não devem. Essa dívida não seria, ela mesma, o lado manifesto de um sentimento ambíguo trazido por certos habitantes da *urbe* e determinado pelas próprias leis da cidade? Em um plano cotidiano, não seria esse sentimento definido pelas próprias interações mantidas com os demais habitantes, em contextos onde o papel de ‘morador’ os coloca face-a-face? E a manchete denunciativa preparada pela equipe do jornal não seria ela mesma a confirmação dessa (vontade) de exclusão⁴²⁵? “Estamos no Leblon, somos da Cruzada”. Que situações vividas teriam contribuído para finalizar a elaboração de tão claro enunciado?

Era o endereço, novamente, a notícia. E, via de regra, como um lugar maldito.

Antes da reportagem vir à público ela permaneceu, durante os dias daquela semana, acalentada na imaginação dos moradores do conjunto como um gaudioso e merecido jubileu. Expectativa *naïf* ou resultado do encontro mantido *no campo*, quando tudo parecia

⁴²² Informação transmitida pela rádio CBN, por um coordenador de projetos do Ministério das Cidades, dia 13 de janeiro de 2008.

⁴²³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1991 : 71. 352p.

⁴²⁴ Grifos meus.

⁴²⁵ Na etnografia que realizou na redação do mesmo jornal, SILVA mostra que a reportagem é definida na própria reunião que pauta as reportagens que serão publicadas no dia seguinte ou no final de semana, assim como também são definidos os espaços destinados a cada uma das matérias. É nesse momento que os jornalistas enquadram a notícia, e vão à rua somente para comprovar a tese levantada durante a reunião. SILVA, Edílson Márcio Almeida da. *Das reportagens policiais às coberturas de segurança pública: representações da ‘violência urbana’ em um jornal do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado defendida no PPGA/ICHF-UFF. Niterói, 2007.

indicar harmonia entre os propósitos? Todos posaram contentes para as lentes da fotógrafa, a repórter havia sido recebida na casa de algumas das fundadoras – deuses Lares profanados!

A ordem do dia daquele domingo só podia ser uma: manifestar-se a respeito. Quem despontasse na rua logo era convidado a dar sua opinião sobre o caso e a fazer uma aposta sobre quem poderia ser o mentor de viés tão desfavorável em um momento comemorativo. A perplexidade partilhada rapidamente produziu um consenso. O *shopping* seria inaugurado dali a pouco tempo e o entorno é repleto de clubes freqüentados pela elite carioca. Ponto pacífico, a manchete de domingo anunciava a ameaça de despejo. A dívida tornada pública os vulnerabiliza de maneira sem precedentes, como se não bastasse verem o endereço frequentemente noticiado nas páginas policiais.

Os mais velhos manifestam o medo de um incêndio. Reminiscência dos tempos da favela. No *hall* do bloco sete, a senhora indignada traduz seu sentimento com uma metáfora: “Pensam que a gente é que nem pastel, que se joga de um lado para o outro”. Todos estavam certos da tragédia.

Mas, o que argumentar diante das evidências trazidas à público? A dívida era uma notícia. Decerto, havia um drama. Uma identidade estava em risco. Novamente colocada na berlinda, e desta vez na privilegiada folha de domingo. Os problemas vividos internamente, no âmbito e nos trâmites da vida comunitária, permaneciam latentes, no entanto, no âmbito do domínio público. A dívida contraída era com a prefeitura, e o jornal noticiara isto que em momento algum havia sido tema do encontro com os entrevistados. A emoção e a memória, ativadas pelas entrevistas e mantidas, durante a semana, pela expectativa de se verem reconhecidos a partir do que ofereceram, foram suplantadas, de uma só vez, pela difamação do lugar onde, como se diz, tinham nascido e sido criados. Do ponto de vista do morador, a questão era essa.

Por tudo isso, a pergunta persistia: o que argumentar diante de tais evidências para serenar o sentimento de que algo lhes fora ofertado de modo traiçoeiro? Motivos de sobra tinham, portanto, para formularem argumentos e enfrentar a situação expositiva com a qual se viram confrontados. À prova, a integridade moral do ‘morador’ – experiência, contudo, recorrente em seu cotidiano.

No dia seguinte, os efeitos da publicação se fazem sentir através de um e-mail que chega em minha caixa eletrônica:

(...) precisamos muito amadurecer e sermos curados do complexo de inferioridade. Esta matéria gerou revolta ao grande número de moradores por causa dos ‘como’ (POBREZA EM ZONA SUL – 75% DE DIVIDAS ATIVA IPTU) e outros detalhes.

O remetente, pessoa muito conhecida no conjunto, era dos mais indignados. Costuma referir-se à Cruzada como “o meu povo”. A Cruzada, ela mesma, é notícia. E a Cruzada ‘*ela mesma*’, significa o *morador*. Não qualquer um, mas aquele *nascido e criado*. Estes os afetados pela reportagem.

1. O rito e as implicações de um mito de origem

No domingo seguinte haveria procissão. Dom Eusébio Scheid, cardeal do Rio, ia celebrar a missa em homenagem aos cinquenta anos da Cruzada. Às oito horas da manhã, na esquina com a Avenida Borges de Medeiros, pelo menos trinta senhoras estão ali reunidas, ao redor da imagem de São Sebastião, enquanto aguardam a chegada do padre, do cardeal e do carro de som.

No muro estão três cartazes afixados pela Amorabase: “Deus, Dom Hélder Câmara e Dom Eusébio: continuem abençoando a comunidade da Cruzada São Sebastião e o bairro do Leblon”. Divisão. Mais à frente, duas faixas destinadas aos olhos que seguirão o cortejo. Uma, afixada por um vereador, “parabeniza os moradores e amigos da Cruzada pelas bodas de ouro”. A outra, colocada pelo presbítero do grupo evangélico do conjunto, convida os fiéis para a “festa do segundo aniversário da igreja Fonte de Refúgio, quinto bloco, térreo”. Há ainda uma terceira, presa ao muro e a empena do bloco cinco, convidando todos a participarem da missa celebrada pelo cardeal.

Cardoso, o fotógrafo, registra os momentos que antecedem a procissão. Três coroinhas vêm pela rua da Cruzada trazendo a cruz e duas lanternas. Um quarto traz consigo o turbulo de prata e, junto com os demais, acolitará no percurso até a Igreja Santos Anjos. Os ônibus que vão pela avenida freiam ao passar por ali. Estão todos sequiosos para ver a eminência.

Dom Eusébio chega, diz bom dia aos moradores. Ou melhor, às moradoras, pois reconhece que ali, àquela hora, havia apenas mulheres. Relembra a importância da obra de Dom Hélder e, da esquina, abençoa o primeiro bloco. *Pars pro toto*. Parte, em seguida, conduzido de carro pelo Leblon até a Igreja Santos Anjos. Padre Marcos segue junto com

os fiéis, em procissão pela rua, abençoando cada um dos prédios do conjunto. Mulheres em fila, homens na calçada, pessoas nas janelas. Um Congregado Mariano eleva o alto-falante com as mãos em direção aos apartamentos.

Em frente ao bloco cinco, edifício Dom Hélder Câmara, a procissão pára, como de hábito, para o sermão do pároco. A porta do *hall* nesses dias se abre para que a imagem de Nossa Senhora Aparecida, sobre a mesa enfeitada com flores e renda, e a fotografia de Dom Hélder Câmara, presa na parede, possam ser contempladas da rua.

De lá, ao lado do andor de São Sebastião, o padre se volta para o *hall*, de frente para a estátua da padroeira do Brasil. Naquele dia, em especial, padre Marcos elaboraria o discurso dando preferência à exegese da atualidade. Aproxima o microfone do rosto, eleva a mão esquerda e, ao contrário do que se supunha, retém, por um instante, o que está para dizer. Mantêm-se calado, microfone à boca, os dedos em riste amolecem. Olha para os fiéis ao seu redor. Os lábios hesitam. Estão prestes a iniciar a prédica.

- “Tem algum rico aqui?”.

O silêncio perdura, faz-se incômodo. O público começa a se entreolhar. Da rua ou do alto dos blocos, ninguém responde. Com a mão, uma mulher contém o riso discreto do seu constrangimento. E nada, além disso, desfaz o mistério.

Com a voz sussurrada, Padre Marcos dá início à trégua lembrando a todos que “já em 1955 as favelas eram motivo de vergonha”. E relembra utilizando os termos pregados pelo cardeal Gerlier, de Lyon, em conversa com Dom Hélder durante o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional: as favelas eram consideradas “um insulto ao Criador!”.

Nos rostos, vê-se refletir a dúvida que paira por sobre os moradores, especialmente os mais velhos. Quem insultaria o Criador, afinal: o favelado ou o Estado?⁴²⁶

O padre, precavido, dá nova chance ao público e refaz a pergunta. Novo silêncio impera, no entanto mais brevemente. “Aqui há ricos de espírito”, diz, apaziguador. “Nossas riquezas são nossas virtudes”. E condena aqueles que nos últimos dias manifestaram aversão às jornalistas. Cai a chuva fina e a procissão prossegue, agora em ritmo acelerado, para chegar logo à Igreja.

A nave está repleta de pessoas simples e de gente ilustre. Adílio, o jogador; Gilberto Paixão, o engenheiro; Cláudio, o presidente da Amorabase; João Fontes, o

⁴²⁶ As vítimas do incêndio de Moulin Brûlé, *bidonville* dos arredores de Paris, também foram informadas pela cerimônia fúnebre regida pelo padre do local, de que eles habitavam « *barraques indignes de porter le nom d’habitation* ». Cf. PÉTONNET, Colette. *On est tous dans le brouillard*. Paris : Éditions du C.T.H.S., 2002: 102. 394p.

presidente da AMA-Leblon. Dona Márcia, moradora do bloco nove, ex-presidente da FAM-Rio, mulher sindicalizada, pernambucana chegada ao Rio durante a ditadura, está a par do altar. Posiciona-se diante do ambão, será leitora, e dali acompanha a entrada do cardeal.

A figura do pontífice, portando o báculo e trajando a mitra e a casula roxa da ocasião solene, atravessa a nave acolitado por um noviço, o ceroferário e os meninos de coro. Cardoso registra a travessia da frente do altar.

Atrás do séqüito episcopal, chega outro acompanhando três senhoras. São as representantes das ‘fundadoras’, as moradoras que vieram transferidas da favela com seus maridos e, algumas, com seus filhos ainda pequenos. Dona Geralda, mãe de Fátima, descerra o cortejo trazendo



Foto de Soraya Silveira Simões

contritamente a escritura do seu apartamento; aliás, a primeira a ser entregue e pelas mãos do próprio Dom Hélder. Ao seu lado vêm suas contemporâneas integrando o ofertório. Trazem o pão, o cálice, o vinho, as velas e as flores. Atrás delas, seus filhos, netos e as ministras de eucaristia.

O padre posiciona o microfone a uma altura adequada para que Dona Márcia possa inaugurar a cerimônia. Ela, então, informa a todos que o discurso que fará foi escrito de seu próprio punho, e diz, com emoção – “Hoje estamos aqui, na igreja, onde tudo começou. Estamos honrados, pois temos o selo de garantia de Dom Hélder Câmara”. Os “bens econômicos, sociais e psicológicos” proporcionados pela iniciativa da Cruzada, ela continua, comprovam que a semente plantada pelas mãos do seu criador rebentaram em solo fértil.

A igreja vibra com a eclosão dos aplausos. Em seguida, o cardeal assume a palavra e evoca o nome da paróquia Santos Anjos para que os paroquianos não se esqueçam de que “devem ser angélicos”. Para tanto, recorda, ponto por ponto, os dez princípios dos Cavaleiros de São Sebastião, das Legionárias de São Jorge e dos Pequeninos de São

Cosme e São Damião, as três ordens criadas, em 1957, para os moradores do recém-inaugurado Bairro São Sebastião do Leblon⁴²⁷.

Dom Hélder, como não poderia deixar de ser, é objeto do seu panegírico. O cardeal recupera sua trajetória desde os tempos do integralismo, mas não se demora nesse então e avança alguns anos até o mandato do presidente Café Filho. Primeiro presidente protestante do Brasil, com ele Dom Hélder continuaria a tratar sobre a concessão de terrenos na capital para as obras da Cruzada, após o suicídio de Getúlio Vargas. “Em minha opinião, ele assumiu e mudou muito, foi um grande presidente. Vocês podem até discordar, mas não convém”, ironiza. Compara Dom Hélder à Abraão, pois seguiu o chamado e ultrapassou incólume todas as perseguições feitas pelo jornal O Estado de S. Paulo. “Assim como fazem hoje com o nome Cruzada”. Ainda inspirado pelas páginas do Antigo Testamento, compara a caridade e a grandiosa obra de misericórdia corporal do arcebispo à de Tobias, “que não fazia outra coisa que não enterrar os mortos”. À Moisés, que acompanhou o seu povo até as portas da terra prometida, e ao arcanjo Rafael, anjo das curas visto por Tobias, foram associadas outras virtuosas ações de Dom Hélder Câmara. Por fim, São Sebastião, o mártir da fé. “Dom Hélder era poeta, profeta, liso feito uma enguia para escapar das perseguições”.

Apreciador das coisas da atualidade, Padre Marcos, por sua vez, continuaria na igreja a exegese feita durante a procissão. Tem conhecimento de que se trata de uma necessidade milenar inerente a todas as sociedades delegar a alguns de seus membros o papel de discutir seus valores. E aproveita mais uma vez o rito para atualizar o mito. Em seu sermão, fala da grande obra de “inclusão dos pobres na sociedade” iniciada por Dom Hélder com a Cruzada São Sebastião, “o primeiro e único Favela-Bairro da história”⁴²⁸. Num ímpeto, conclama: “seria bom que o Rio fosse cheio de Cruzadas!”, e agradece a Cláudio e João Fontes, presidentes da Amorabase e da AMA-Leblon; ao pastor Joel, morador do conjunto, e, dando ênfase com o sufixo, “também à repórter Elenilce e ao vice-prefeito Otávio Leite pela *belíssima* reportagem no jornal O Globo”.

⁴²⁷ V. Capítulo 4.

⁴²⁸ Favela-Bairro é considerado o único programa de urbanização de favelas, e o mais recentemente realizado pela prefeitura do Rio de Janeiro.

Proximidade física, distância social

A pobreza é o fantasma da Cruzada. Esteve em sua origem, alicerçando argumentos para as construções materiais. Institucionalmente é cultivada em momentos rituais, nas políticas sociais e manchetes de jornais. O problema que assombra os moradores da Cruzada, como muitos dos mesmos acentuam, é o estigma da pobreza, expressado de maneira contundente na análise que me fora encaminhada por e-mail, poucos dias após a missa:

(...) A Cruzada tem potencial, mas a indolência e a cegueira prevalecem, estou refletindo muito a respeito da Amorabase, não quero a direção, caso não tenha gente para tocar, aí sim não deixarei... o meu povo ainda precisa ficar debaixo desse jugo hipócrita sendo chamado de pobres delinquentes, como Israel ficou escravo por um bom tempo no deserto até atentarem para a realidade.⁴²⁹

O nivelamento condicionado pela perspectiva da pobreza e da dívida torna indistinta a heterogeneidade existente entre os moradores da Cruzada e as relações estabelecidas entre esses e os demais moradores do bairro. Instala-se o sentimento de usurpação de suas características singulares e de todo o esforço investido cotidianamente na condução de suas vidas pessoais. O tema central – pobreza – restitui a ambigüidade da falsa homogeneidade, situando o complexo de relações entre vizinhos, condôminos, parentes e amigos naquele sistema mais amplo, representado pelo bairro do Leblon, ou ainda, pela Zona Sul do Rio de Janeiro.

Um pequeno *survey* realizado com porteiros, zeladores e jardineiros dos prédios da Selva de Pedra⁴³⁰ mostrou que grande parte dos empregados domésticos e funcionários dos condomínios moram na Baixada Fluminense, na Zona Oeste, em Niterói ou em favelas dos bairros vizinhos, como Rocinha e Vidigal⁴³¹. Somente após ouvir as respostas, perguntava se não havia gente da Cruzada São Sebastião. Às vezes sim, às vezes não. De todo modo ela nunca era lembrada como um lugar de onde vinha grande parte dos empregados nos prédios da Selva. Um jardineiro atento à conversa em uma portaria expressiu o seu

⁴²⁹ Morador, 23 de fevereiro de 2005.

⁴³⁰ Dia 28 de outubro de 2004.

⁴³¹ Foram citados : Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Alto da Boa Vista, Santa Cruz, Queimados, Rio das Pedras, Piraquê, Niterói, Itaboraí, Pavuna, São Gonçalo, Santa Teresa, Vilar dos Teles, Piabetá, Parada de Lucas, Centro, Ramos, Senador Camará, Vila do João (Bonsucesso), São Cristóvão, Jardim Botânico, Realengo, Pedra de Guaratiba, Campo Grande, Bangu, Madureira, Vidigal e Rocinha.

conhecimento e a sua opinião: “Aqui é tudo mais por indicação. E as pessoas, as madames, têm medo [de contratar ‘gente da Cruzada’] por causa da fama, *por ser favela perto*”.

‘Favela’ e ‘perto’. Medo de estar mais exposto, às vistas do ‘inimigo’.

A proximidade física não é, terminantemente, indicativa de proximidade social. Na sociologia francesa contemporânea, Chamboredon e Lemaire lançaram luz sobre essa questão, em 1970, com a publicação do artigo *Proximité spatiale et distance sociale: les grands ensembles et leur peuplement*⁴³².

Uma boa análise sociológica, dizem os autores, supõe um estudo morfológico da população coabitante levando em conta os princípios segundo os quais ela se constitui, “princípios diferentes segundo o tipo de imóvel e o tipo de estatuto dos ocupantes”. Afinal, eles perguntam, “os grandes conjuntos não têm por especificidade fazer coabitar categorias que, ordinariamente, se avizinham apenas nas estatísticas”⁴³³?

Eduardo, um dos membros da família adotiva de Dona Cotinha, é exemplo de que muitas relações obedecem ao princípio da livre escolha, que ignora as separações geográficas, indo se situar fora dos limites da vizinhança ou do bairro, “o que é uma maneira de atestar que a escolha é ‘livre’, que ela não é limitada ao meio ao qual pertencemos”⁴³⁴. É categórico quando diz passar boa parte do seu tempo no conjunto, e por isso dar preferência ao lazer em outras localidades. Do mesmo modo, a mulher do metalúrgico entrevistada por Chamboredon e Lemaire diz: “O melhor é sair de casa e aderir a outros tipos de lazer fora daqui, é mais simpático encontrar com outras mulheres por aí, pois a vizinhança nos prende sempre em afazeres domésticos”⁴³⁵.

O mito da simetria. A crença de que as condições materiais do *habitat* podem, por si sós, homogeneizar grupos que eram diferentes antes da instalação no conjunto, perdura. O princípio dessas ilusões é a “subestimação das diferenças anteriores que o processo de seleção da população dos conjuntos habitacionais faz agudizar e sublinhar quando aproxima categorias fortemente contrastadas”⁴³⁶. Longe de fomentar uma equânime possibilidade de mobilidade social a partir tão somente das condições infra-estruturais, a

⁴³² CHAMBOREDON, Jean-Claude & LEMAIRE, Madeleine. *Proximité spatiale et distance sociale: les grands ensembles et leur peuplement*. In: RONCAYOLO, Marcel & PAQUOT, Thierry (orgs.) *Villes et Civilization Urbaine – XVIIe. – Xxe. Siècle*. Paris : Larousse, 1992. 503-520.

⁴³³ Idem: 504-505.

⁴³⁴ Idem: 509.

⁴³⁵ « *Le mieux, c’est de quitter sa maison et d’adhérer à des loisirs ailleurs, c’est plus sympathique de se retrouver à plusieurs dames en dehors, tandis que le voisinage, on se laisse toujours enfermer par les choses ménagères* », *ibidem*.

⁴³⁶ Idem: 513.

instalação de diferentes grupos nos conjuntos atua, ao contrário, como uma espécie de revelador das possibilidades econômicas diferenciadas daqueles que coabitam, aumentando até mesmo a diferenciação que anteriormente operou para o surgimento de uma favela. Alguns, de acordo com as categorias tradicionalmente empregadas nos estudos de estratificação e classe social, tais como *Aspectos Humanos da Favela Carioca*⁴³⁷, ascendem à condição ‘pequeno-burguesa’, enquanto outros permanecem na condição anterior⁴³⁸ – só que, desta vez, com maiores possibilidades de acumular dívidas.

O mito da imprevidência. Entre todas as oposições que surgem no contexto da coabitação – os pagadores e os inadimplentes, os sujos e os limpos, os escandalosos e os discretos, o ‘de raiz’ e o ‘de agora’ – as mais significativas se organizam a partir das expectativas com o futuro. Há os que economizam, investem, por vezes, um pouco de salário nos estudos ou mesmo em recreações coletivas e atividades maternas (creche). Há os que, com relação ao orçamento doméstico, são exímios nos cálculos para se ordenar as despesas, e há os que não conseguem gerir um orçamento ainda que proveniente de um salário. Há os que dizem ‘aplicar’ e há os que dizem ‘consumir’. Há os que admiram uns e há os que acusam outros por conta disso. Enfim, compreendemos que a renda e o crédito são questões presentes e candentes em qualquer núcleo ‘pequeno-burguês’, e que “o comportamento nesses domínios exprime de maneira sintética e simbólica o *ethos* de classe”⁴³⁹.

O mito da pobreza. Uma história depurada é uma voz que não se cala. Sublima-se, deixa de sofrer mudanças significativas ao ser transmitida de geração a geração. O nivelamento é necessário para acentuar e assimilar um dado aspecto da história que se transmuta em lenda. Faz dela uma espécie de *rumor cristalizado*⁴⁴⁰. Lembro da minha colega de trabalho: “a favela no Leblon”⁴⁴¹.

O rumor é também indício de certa consciência. Para Max Gluckman, trata-se de um modo de expressar e afirmar normas, pois através dele se pode prejudicar inimigos e sancionar dissidentes dentro de um grupo⁴⁴². Se é normativo, o rumor é também, muitas vezes, difamatório. Expia terceiros e tem sempre um caráter de notícia.

⁴³⁷ Cf. capítulo 4.

⁴³⁸ Idem: 514.

⁴³⁹ Idem : 519.

⁴⁴⁰ ALLPORT, Gordon W. & POSTMAN, Leo. *Psicologia del Rumor*. Buenos Aires : Editorial Psique, s/d : 166-168. 243p.

⁴⁴¹ Cf. capítulo 2, p.30.

⁴⁴² Cf. HANNERZ, Ulf. *Exploración de la ciudad: hacia una antropologia urbana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986: 213. 386p.

O rumor clama por explicação e por alívio, pois circula em busca de um culpado ou responsável pelo o que existe ou foi desencadeado.

O rumor da pobreza, da ineficácia ou do interesse do Estado em manter a precariedade das favelas, o rumor da carência, o rumor da dívida, do despejo, o rumor sobre o incêndio. O rumor da gravidez da jovem ou da despoluição da baía de Guanabara⁴⁴³. Jornais apuram e fazem circular rumores. E, no entanto, o rumor é basicamente um fenômeno social que se compraz, principalmente, no ócio de uma conversa⁴⁴⁴. O que de modo algum reduz sua importância sociológica. Pelo contrário, o seu caráter eminentemente popular porquanto ressalta o influente papel que desempenha na difusão e nas formas de propagação de uma informação.

Uma das coisas importantes que se deve reter a respeito do rumor é que ele perpetua nossas ideologias⁴⁴⁵. Se tem como condição a circulação, talvez seja necessário dizer ainda que o espaço público é um espaço de rumores⁴⁴⁶, um plano em que as identidades são sempre problemáticas e as situações constantemente definidas e redefinidas na esperança de se chegar a um consenso⁴⁴⁷.

Seja na escala de um condomínio residencial ou de uma grande metrópole. Pouco importa que o espaço seja heterogêneo, cercado ou segregado. Para que haja rumores é necessário um mínimo de saber compartilhado e de sociabilidade⁴⁴⁸.

A *manipulação da informação* se converte no conceito chave, observa Hannerz. “Aquele que participa no rumor quer obter informação; pode também querer que a informação para a qual contribui flua em uma determinada direção e de um modo específico”⁴⁴⁹.

Rumores, boatos e fofocas sublinham relações latentes quando o sujeito da notícia é alguém com quem há tempos não interagimos, ainda que sejam nossos amigos. São, portanto, veículos de informação que podem estar destituídos de elementos pejorativos ou difamatórios que nos mantêm atualizados sobre aqueles que, de outro modo, dificilmente obteríamos notícias.

⁴⁴³ BAHIA, Paulo. *A política como boato: uma análise do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/ICHP-UFF), 2001.

⁴⁴⁴ ALLPORT & POSTMAN, op.cit.: 163.

⁴⁴⁵ Idem: 164.

⁴⁴⁶ JOSEPH, Isaac. *El transeunte y el espacio urbano: ensayo sobre la dispersión y el espacio publico*. Buenos Aires: Gedisa Editorial, colección El Mamífero Parlante, 1988: 44. 159p.

⁴⁴⁷ Idem: 94.

⁴⁴⁸ Idem: 96.

⁴⁴⁹ HANNERZ, op.cit.: 215.

O circuito pelo qual o fenômeno se dá é ele mesmo da maior relevância. Pressupõe, no mínimo, um interesse partilhado. O aspecto considerado essencial nessas formas de circulação de informação não é simplesmente o interesse que se tem pelas pessoas, “mas o fato de se tratar de um interesse coletivo”⁴⁵⁰. Durante a realização de suas pesquisas, Elias e Scotson descobriram que as “pessoas que forneciam assunto para fofocas eram pessoas sobre quem se podia falar com as outras”, fossem elas integrantes das relações pessoais ou artistas de cinema.

Em todas as suas diversas formas, esses ‘*speech acts*’, ou ‘atos de fala’⁴⁵¹, têm também um valor considerável como entretenimento. Na opinião dos dois autores acima citados, sem os “moinhos da boataria” a vida em Winston Parva, a emblemática aldeia de trabalhadores ingleses, perderia muito de seu tempero.

As fofocas, elogiosas ou difamatórias, são, de todo modo, meios de mobilização da ajuda comunitária ou de exclusão de pessoas e rompimento de relações. É estreita a ligação entre a estrutura da fofoca e a da comunidade cujos membros a difundem. O rigor com que são coletivamente utilizados não deixa de ser “característico do efeito peculiar que, nas comunidades muito unidas, as fofocas e os intercâmbios constantes de notícias e de pontos de vista têm sobre as opiniões e as crenças coletivas”⁴⁵².

3. “Ela também é raiz”

Cinquenta anos após ter sido criado, o Bairro São Sebastião do Leblon – ou seja, a “Cruzada” – conheceu mudanças significativas. Muitos apartamentos foram alugados, vendidos ou leiloados⁴⁵³. Há moradores para os quais ‘cruzada’ evoca não mais do que o nome do conjunto residencial onde vivem. Se for o caso de terem um interesse maior pela história, saberão situar o termo no histórico das políticas habitacionais do Rio de Janeiro ou das sangrentas expedições cristianizadoras ocorridas na baixa idade média.

⁴⁵⁰ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders : sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2000 : 122. 224p.

⁴⁵¹ JOSEPH, op.cit.: 96.

⁴⁵² ELIAS & SCOTSON, op.cit.: 125.

⁴⁵³ De acordo com a pesquisa realizada pela CEHAB-RJ, em 2000⁴⁵³, 39,35% das famílias que se mudaram da favela para os apartamentos permanecem na Cruzada; 32,26% compraram o imóvel regularizado de terceiros. Do total de 71,61% de proprietários, 63,87% residem há mais de vinte e cinco anos no local. Os imóveis em situação de aluguel somam 9,03% e 15,49% é o universo das ocupações consideradas irregulares.

Na biografia desses moradores não há favela da Praia do Pinto, muito menos Ilha das Dragas. Não existe incêndio em suas memórias, nem “chão de estrelas”⁴⁵⁴, nem enchentes da laguna, sequer a evocação do repique dos tamboris das gotas de chuva na cobertura do telhado sobre o espaço exíguo do barraco⁴⁵⁵. Os adventícios podem falar de Dom Hélder como uma figura eminente e progressista da igreja católica brasileira, o arcebispo de Olinda; até mesmo o criador da Cruzada, mas nunca como um “pai” decisivo para o seu destino pessoal.

Dayse, filha de uma senhora transferida para o primeiro bloco em 1957, conta nunca ter se interessado em saber sobre a favela. “Eu só ouvi dizer que pegou fogo, mas dentro mesmo, se você me perguntar, eu nem sei te dizer”. Seu filho Marlon, de dez anos, tem mais conhecimento a respeito. Diz ter aprendido na Igreja Santos Anjos, em suas aulas de catecismo. Fez desenhos da favela, junto com os seus colegas, e identifica a água como o principal elemento do lugar extinto pelo fogo.

Fátima Regina pondera que a consideram maluca pelo zelo que tem com a memória da Cruzada. Além disso, há anos trabalha no Centro Paroquial Santos Anjos, cujas paredes são repletas de fotografias evocativas da história que ela preserva e defende.

Certa vez me chamou da porta da paróquia. Acenava com entusiasmo, me pedindo para ir até lá. Voltei e ela me apresentou sua amiga Nanci, dizendo – “Ela também é raiz”. Pela rua passava Seu Raí, ou Zé do Côco, para os que o conhecem como barraqueiro. Fátima não aceita resignada a quantidade de barracas atualmente instaladas na rua da Cruzada, e por isso, ao vê-lo, lembrou de contar a reprimenda que lhe fez justificadamente: “Ele não é raiz. Ele nem mora aqui, aquele senhor, ele é morador de agora, mora de aluguel”.

Logicamente, há várias contradições nisso. Exceto se levarmos em conta o enunciado contextual de ‘morador’ em relação ao estatuto ontológico da categoria *raiz*, que converte o suposto ilogismo numa espécie de enteléquia. A metáfora da raiz versa sobre a força inquebrantável de uma lei da natureza expressando a vontade de que esta se reproduza, como lei social, no vigor de uma autoridade moral.

⁴⁵⁴ « Chão de estrelas », música de Silvio Caldas e Orestes Barbosa, canta a dor de amor do morador de um barraco no Morro do Salgueiro, cenário onde revive, com suas lembranças, a presença da mulher amada que o abandonou. « Mas a lua furando nosso zinco / Salpicava de estrelas nosso chão / E tu pisavas nos astros distraída / Sem saber que a ventura dessa vida / É a cabrocha, o luar e o violão ».

⁴⁵⁵ Odete Amaral, na música « Enquanto houver Mangueira », é quem canta os versos : « Até a chuva nos telhados de Mangueira / parece a voz dos tamborins ».

Autoridade moral que *marca* o lugar com a figura da mulher, mas não de qualquer uma. O domínio contido no termo raiz está implicado na trajetória de vida das mulheres *fundadoras*, cujo capital social se transmite para outras mulheres, suas descendentes biológicas ou classificatórias, através da memória e, especialmente, da *educação* no sentido de fenômeno direto da vida, “tão inelutável como a própria vida”⁴⁵⁶.

A creche

As fundadoras, em suas ações coletivas, associaram-se no Clube das Mães e tornaram-se responsáveis pela creche que funciona, há mais de quarenta anos, no pátio de entrada do primeiro bloco. Suas filhas, mesmo as jovens, ajudavam neste trabalho, quando não eram, elas mesmas, objeto do empreendimento. Fátima sempre recorda das idas à praia para pegar baldes de areia com a qual, toda semana, cobria o canto do pátio da creche, local onde brincavam as crianças. “Minha mãe fundou a creche”, ela diz, e ensinou a filha, desde pequenina, a costurar, tricotar e bordar. A seu encargo, portanto, ficavam as fantasias usadas pelas crianças nas datas festivas.

O Centro de Aprendizagem da Pré-Escola (CAPE-Leblon) surgiu, segundo a atual diretora, da iniciativa de uma assistente social, que era a sua avó, e contou com o apoio de Dom Hélder Câmara. Mulheres da Cruzada, entretanto, passaram a colaborar com o trabalho, assumindo todas as tarefas junto às crianças, desde o preparo da comida, a distribuição do material até a recreação. O auxílio era voluntário, e a creche sobrevivia com doações, muitas delas oferecidas pelas próprias mães ou pelas voluntárias.

Mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9.394/96), tornaram incumbência da União gerir a educação básica, etapa constituída pelo trabalho nas creches. Antes, a obrigatoriedade do Estado era garantir a educação formal para crianças a partir dos 7 anos de idade. Com a nova Lei, as creches ficaram a cargo do município que desde então repassa subsídios através de convênios firmados com Secretarias do governo e organizações não-governamentais.

⁴⁵⁶ Anísio Teixeira ressalta que um dos aspectos mais fundamentais da definição dada por Dewey ao conceito de educação é que « por ela, o fim (*o resultado*) se identifica com seus meios (*o processo*), do mesmo modo, aliás, que os fins da vida se identificam com o processo de viver ». V. TEIXEIRA, Anísio. *A Pedagogia de Dewey (Esboço da teoria de educação de John Dewey)*. In DEWEY, John. Coleção Os Pensadores. São Paulo : Abril Cultural, 1980 : 116. pp. 111-135.

Com isso, a CAPE-Leblon passou a ser gerida por uma ONG. Pouco antes, entretanto, em 1991, a atual diretora, ao assumir a condução da creche, a rebatizou como: Creche Comunitária Jardelina Menezes Bastos CAPE-Leblon, em homenagem à sua avó. A segunda medida que tomou foi abrir vagas para crianças moradoras de outras localidades, gerando, a partir daí, um tremendo mal-estar com os moradores da Cruzada. Diante disto, a diretora se justifica, e diz que pode ser penalizada legalmente caso aceite certas demandas locais, como, por exemplo, dar prioridade às crianças da Cruzada ou favorecê-las ao abrir inscrições mais vezes durante o ano.

A creche funciona em horário integral e recebe muitas doações. Até 2004, tinha convênios com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Secretaria de Assistência Social, convênios esses estabelecidos através do próprio município. A má gestão desses recursos, entretanto, fez com que esses contratos não pudessem ser renovados; e das 150 crianças anteriormente atendidas, hoje apenas 60 podem permanecer ali em regime de horário integral, embora o município disponibilize 96 vagas. Alega-se que o dinheiro arrecadado não é suficiente para poderem acolher mais 36 crianças e manter o padrão do trabalho, ou seja, três refeições diárias e o pagamento dos funcionários.

A diretora é pedagoga e pós-graduada e reconhece a sua tarefa como um *reforço* para a criança que dali sairá, com três anos e nove meses, para ingressar em uma escola, aos quatro anos de idade.

Faz parte das atividades da creche mostrar para elas que “existe um outro mundo”. Para vê-lo, eles então vão ao teatro, à praia, ao parque, ouvem ‘música instrumental’ e ‘mpb’. “Eu mostro esse outro lado pro meu grupinho, a minha *segunda família*”.

Os objetos e valores presentes no universo íntimo e doméstico das mulheres que se ocupam das crianças na creche são elementos da arquitetura desse sentimento de “família” evocado por ela. Mas, como bem disse, eles ali são a sua “segunda” família. Pertencem, portanto, a um outro mundo.

Certa manhã⁴⁵⁷, pouco antes das oito horas, Fátima Regina veio até o apartamento onde eu dormia para trazer um monte de fotografias que havia selecionado durante a véspera. Eram retratos das crianças vestidas de ‘pastorinha-mestra’, ‘menino Jesus’, ‘anjo’, ‘noite da baiana’, ‘festa da primavera’, ‘dança do piu-piu’. E informou que todas as roupas daquelas fotografias, feitas há mais de vinte anos, estavam guardadas em seu armário e haviam sido confeccionadas por ela. Umas de papel crepom, outras de tecido. Ela sabia

⁴⁵⁷ Sábado, 09 de junho de 2007.

que eu havia entrevistado a atual diretora da creche. Precisava, portanto, me mostrar a creche da qual participou intensamente de modo a não deixar puir a memória que mantinha incondicionalmente.

Em outras fotos apontou a professora com cinco meninas sobre as quais tinha muitas informações. “Essas duas tiveram três filhos, essa teve dois, essa aqui foi assassinada e essa mora em Vila Isabel”. As vicissitudes da vida aparecem sem relevo na narrativa, todas as informações que nela figuram parecem possuir a mesma importância: a de se ter um mínimo de conhecimento sobre aspectos significativos de uma biografia. Em outra foto, Fátima mostra que também conhece o paradeiro das demais: “Ela está em Quintino e essa aqui em Madureira”. O homem de costas era o “seu fulano”. Em uma das imagens o destaque é o chão perfeitamente encerado: “Era eu quem fazia a faxina”.

O trabalho na creche, como já se disse, era voluntário e o cuidado com as crianças, portanto, uma opção. O zelo praticado tornou indelével nas lembranças de Fátima o modo como cada uma se portava na creche. “Joana d’Arc pra comer era um sacrifício!”. Em seguida, levanta as duas mãos, uma em concha e a outra como segurando o talher: “Pergunta a minha mãe, a Dona Helena dali, a Dona Arlete... pergunte a elas. Elas ficavam assim, ó, pras crianças poderem comer a comida”.

Numa tarde, uma senhora que encontramos na rua é inserida no tema preferido de Fátima – a creche – quando ela pede para que nos conte como eram os dias dedicados àquela tarefa. Prontamente, a senhora recupera da memória a cotização dos afazeres e dos bens que eram destinados ao funcionamento do maternal.

Nós quebrávamos o lápis no meio para as crianças trabalharem. Nós não tínhamos prefeitura, nós não tínhamos ninguém para ofertar merenda. Cada afiliado de recreação escrevia um bilhetinho pra criança entregar na mão da mamãe. A mamãe mandava cebola, tinha outra que mandava um tomate, tinha quem dava um frango pras crianças merendarem. Nós fizemos uma corda para levar as crianças pra brincar no Jardim de Alah! Então nós fizemos a creche.

Nas idas ao Jardim as crianças iam segurando a corda como os fiéis no Círio de Nazaré. Todos unidos por aquele cordão, garantidos pelo zelo das fundadoras. As mulheres costuraram um pano vermelho, puseram nele uma haste e fizeram, com isso, uma bandeira cuja finalidade era parar o trânsito e fazer a travessia da creche, no bloco um, para o canal do Jardim de Alah.

As fundadoras se organizavam para educar e cuidar gratuitamente. Eram mães cuidando de seus próprios filhos e dos filhos de suas vizinhas. Hoje, nas mãos do Estado, entretanto, se paga de R\$ 80,00 à R\$ 120,00 para manter a criança na creche, e tudo isso à luz das modernas teorias pedagógicas⁴⁵⁸! Há conhecimento sobre o desenvolvimento da psicomotricidade. Com um ano de idade a criança da creche de hoje vai aprender os nomes das cores; com dois, o movimento de pinça para segurar no lápis e, com três anos, algumas letras e referências no espaço chamado ‘bairro’. Na hora da refeição, pude ver, quem segura a colher com os cinco dedos faz como “paraíba de obra”. E a diretora pergunta: “você são paraíba de obra?”. A graça do universo infantil faz com que a resposta venha em uníssonos: “Não!”.

O voluntariado na creche de hoje fica a cargo de alguns estrangeiros residentes na região e outros moradores da Gávea e de Ipanema, pessoas do círculo de relações da diretora. Para este círculo foi transferido um circuito de trocas que fundamentava a autoridade moral das figuras locais de maior proeminência: as mulheres do conjunto, voluntárias na creche. Aquelas hoje chamadas fundadoras. O redirecionamento desse circuito para outra esfera levou consigo um poder que lá, onde ele hoje emana, tornou-se incapaz de redundar em maiores riquezas morais e espirituais para os atores locais⁴⁵⁹.

Da Cruzada, portanto, provêm apenas críticas. Quase não há mais crianças dali aos cuidados da creche. Vêm muitas do Vidigal, “filho de porteiro, filho de não sei quem”. A mesma mulher que reclama também se queixa da mensalidade cobrada por uma creche que, “além do mais, é subsidiada pela prefeitura”. “Pra gente conseguir vaga tem que apresentar atestado de pobreza, certificado disso, daquilo...”

A reclamação surge durante uma conversa sem importância, ao menos aparentemente, dessas que ocorrem quando duas pessoas estão em trânsito para cumprir suas rotinas diárias. Eu vinha da creche. Acabara de conhecer o lugar e de entrevistar a diretora quando encontrei a mulher conhecida vindo pela rua, em frente ao bloco três. Ter que comprovar pobreza era o modo como a moradora ressentia a burocracia interposta entre o seu filho e uma vaga no maternal do primeiro bloco do conjunto onde mora.

A tensão entre o morador e as instituições reflete o dilema sobre o qual digressionou Simmel no ensaio sobre “Os pobres”.

⁴⁵⁸ Na rua Nascimento Silva, em Ipanema tem uma creche que cobra R\$ 30,00, segundo informação dada por Dona Maria.

⁴⁵⁹ O *kula* e a intervenção do governo colonial na Nova Guiné são o paradigma dessa questão.

A assistência aos pobres tem, pois, enquanto instituição pública, um caráter sociológico único. Ela é completamente pessoal; não faz mais do que protelar necessidades particulares. Nesse nível, ela difere das outras instituições que estão ao serviço do bem-estar social e da segurança⁴⁶⁰.

Para oferecer o serviço ao público que não pode pagar por ele, mas que dele precisa, a instituição oferece *ajuda*, desde que se comprove a carência, ou seja, a necessidade da qual falou Simmel. O pobre, por sua vez, ao se defrontar com o problema, encontra a solução no fazer e em um tipo de ajuda que prescinde de comprovações, pois surgida de um mesmo tipo de experiência compartilhada. Esse pobre, cujo fazer é a própria ajuda, não está alienado do seu mundo.

O fazer-resoluto dos indivíduos que compartilham o mesmo problema e o fazer-condicionado da instituição se diferenciam não só no pensamento político, mas etimologicamente encontramos um testemunho ainda mais elucidativo dessa distinção. “Todas as línguas européias, antigas e modernas, possuem duas palavras de etimologia diferente para designar o que para nós, hoje, é a mesma atividade – o labor e o trabalho –, e conservam ambas a despeito do fato de serem repetidamente usadas como sinônimas”⁴⁶¹. O *ponein* e o *ergazesthai*, na língua grega; o *laborare* e *facere* ou *fabricari*, no latim; o *travailler* e o *ouvrier*, no francês e o *arbeiten* e o *werken*, no alemão, são distinções que permitem deixar apenas aos equivalentes de “labor” a conotação de ‘dor’ e ‘atribulação’.

O fazer-resoluto, que consiste as ocupações consideradas labor, é, neste sentido, exercido com a finalidade de atender às necessidades da vida. “Laborar significa ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana”, considera Arendt. O trabalho de parto e o cuidado com a prole, nesse sentido, são o labor por excelência.

As exigências da vida na *polis*, consumindo cada vez mais o tempo dos cidadãos, acirrou o desprezo pelo labor enfatizando, assim, o desprezo por qualquer atividade que não fosse política e, em última análise, a tudo o que exigisse esforço. O labor, atividade dos escravos para prover o seu próprio sustento e o dos seus senhores, se contrapunha, na *polis*, ao trabalho fora da esfera privada – *oikos* – e dentro da esfera pública – *demos*⁴⁶².

⁴⁶⁰ « L'assistance aux pauvres a donc, en tant qu'institution publique, un caractère sociologique unique. Elle est complètement personnelle; elle ne fait rien si ce n'est pallier des besoins particuliers. A ce niveau, elle diffère des autres institutions qui sont au service du bien-être social et de la sécurité ». SIMMEL, Georg. *Les pauvres*. Paris : Quadrige, PUF. 1998 : 47. 102p.

⁴⁶¹ ARENDT, op.cit. : 90.

⁴⁶² Idem : 91.

A despeito do *status* hierarquizado entre o labor e a política, há, contudo, aqueles para quem o seu próprio ofício é mais importante que o mundo público. Na Grécia antiga, estes eram chamados de *banausoi*⁴⁶³, trabalhadores e comerciantes livres, porém não considerados cidadãos, homens protegidos pelas leis da *polis*, mas ‘estrangeiros’ ou escravos emancipados. Estes *homines fabri* causavam desconfianças nos gregos, e não sem razão, pois o desprezo dos cidadãos pelas *opera servilia*, ou seja, pelas atividades que serviam àquilo entendido como subsistência – e não à *polis* – era indício da auto-suficiência, da independência e supremacia autônoma de uma pessoa⁴⁶⁴.

Aristóteles, em sua Política, discute sobre a escravidão. Considera que “sem o necessário, nem a vida nem a boa vida é possível”. É preciso dominar o necessário. E, para isso, o homem grego possuía escravos. Quem produzia o necessário para a vida era igualmente classificado de escravo, tanto por Platão quanto por Aristóteles.

O Estado moderno inverteu essa tradição. O labor tornou-se valorizado como trabalho “produtivo”, em contraposição a um outro tipo de trabalho “improdutivo”. Novas divisões: o trabalho qualificado e o não-qualificado e, finalmente, o trabalho manual e o trabalho intelectual. O labor estruturou-se em uma nova organização e divisão, como notaram Marx, Engels e tantos outros iluminados pelas suas inovadoras teorias.

“Uma vez que, nas condições modernas, toda ocupação deveria demonstrar sua ‘utilidade’ para a sociedade em geral, e como a utilidade das ocupações intelectuais se tornara mais do que duvidosa dada a moderna glorificação do trabalho”, os intelectuais também trabalharam para integrar a população trabalhadora sem que o produto do seu esforço perdesse a supremacia diante do produto do trabalho manual. Os detentores do saber sobre as modernas teorias pedagógicas, portanto, têm seu preço e alto valor no mercado.

Na creche da Cruzada,⁴⁶⁵ o que antes era *solução* pelo trabalho tornou-se um serviço especializado, *produto* daquele. O solapamento da autoridade das voluntárias da creche, da moral e dos costumes locais cultivados através de suas tarefas com as crianças se fez com a intervenção do Estado e a posterior mercantilização dessa relação. Espécie de desconsideração pelo trabalho das moradoras e de desmoralização do saber local e de sua condução satisfatória para um fim determinado: a creche, do francês *crèche*, ‘manjedoura’,

⁴⁶³ Idem : 92.

⁴⁶⁴ Cf. Nota de rodapé n. 7. Idem : 92 e 93.

⁴⁶⁵ « A palavra ‘labor’, como substantivo, jamais designa o produto final, o resultado da ação de laborar ; permanece como substantivo verbal, uma espécie de gerúndio. Por outro lado, é da palavra correspondente a trabalho que deriva o nome do próprio produto. » idem: 91.

‘berço’, ‘abrigo de crianças’, ou seja, um paradigmático acolhimento amoroso inscrito no imaginário cristão, desde sempre.

Na Cruzada São Sebastião como em Kiriwina, a interferência dos funcionários do governo e a influência dos missionários enfraqueceu o poder dos nativos, neste caso as fundadoras e, naquele, o chefe de Omarakana. Consequentemente, diminuiu também o poder de seus descendentes, súditos ou dependentes, em virtude da investida contra essas entidades que fundamentam e fomentam aspectos importantes das trocas locais. Tudo isto impele a uma insubmissão a qualquer nova lei ou norma⁴⁶⁶, criando, em última análise, comunidades ressentidas⁴⁶⁷.

O Estado e a iniciativa privada liberaram – ou usurparam – as atribuições das ‘fundadoras’, as obrigando a pagar pelo o que antes elas mesmas faziam ou, de outro modo, as obrigando a comprovar pobreza para obter redução no preço cobrado pelo serviço.

O trabalho das instituições voltadas para a assistência ao pobre é produto que se finaliza apenas ao efetuar-se como paliativo, conforme Simmel havia observado. Diferentemente de todas as outras instituições, cujo trabalho está a serviço das necessidades de *todos* os cidadãos. Não obstante, caberia perguntar, então, para que serve o atestado de pobreza a fim de se garantir um direito? A obrigatoriedade da comprovação institui o *ethos* condicional da ajuda – ou do direito – e mantém o *status quo* da relação subordinada. Isto, no mínimo, revela que o ponto de partida dessa estrutura é a obrigação do doador – “*ce sacrifice n’étant qu’un moyen ou un symbole de salut*”⁴⁶⁸ – mais do que o direito do receptor.

Fato é que a creche hoje mudou de mãos. Antes, os valores transmitidos às crianças pertenciam aos mundos de relevância operantes no universo de suas famílias. Havia festas em que Dona Geralda, mãe de Fátima Regina, se vestia de baiana, como fez, ao longo de sua vida, em praticamente todos os carnavais. Nessas ocasiões, girava alegre no pátio da creche animada pelo entusiástico cântico da meninada em fantasias de passistas.

Tudo o que se pensava para a creche e tudo o que nela se fazia estava intrinsecamente associado ao modo como se levava a vida cotidianamente. Nisto, não

⁴⁶⁶ Cf. MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo : Abril Cultural. 1978: 335.

⁴⁶⁷ V. Acepção conferida por PÉTONNET, 2002 : 12.

⁴⁶⁸ SIMMEL, op.cit. : 46.

havia separação entre o trabalho e o produto. O processo educativo estava isento de mais-valia.

Foto gentilmente cedida por Fátima Regina



Dona Geralda, vestida de baiana, encena o carnaval na creche comunitária, no início dos anos 1980, acompanhada das crianças caracterizadas como mestre-sala e porta-bandeira.

Contudo se sabe que a atividade educativa não se processa no vácuo, independente de objeto ou condições. “Comer como *paraíba de obra*” é, por assim dizer, um objeto transmitido nesse processo através das ações daqueles que estão em dia com as mais modernas teorias da pedagogia. Quando o ambiente era organizado pelas mães moradoras do conjunto, muitas delas mulheres de operários da construção civil, este objeto poderia ser considerado maléfico e eliminado desse *meio* especialmente criado para as crianças serem educadas.

Resultado de uma interação, a atividade educativa é, por isso, sempre uma resposta a estímulos específicos. Dewey conceituou as diferenças existentes nas experiências educativas com o termo *redireção*, considerando que não pode haver atividade educativa sem direção, sem governo, sem controle. O meio social dirige a nossa atividade de dois modos: por um, somos *treinados*, e por outro, *educados*. O treino nos conforma externamente com hábitos e práticas de cujo sentido participamos apenas parcialmente. Aprendemos as convenções e as seguimos pragmaticamente. “Malgrado todas as aparências externas de cortesia estarem presentes, é possível, entretanto, não haver cortesia

alguma no seu sentido genuíno”⁴⁶⁹. Ou seja, “a criança não participa da significação social do seu hábito”, e, muitas vezes, o “bicho ensinado” não se educou⁴⁷⁰.

Todavia, a educação verdadeira leva a criança a associar-se à experiência comum, “modificando de acordo com ela seu estímulo interno, e sentindo, como próprio, o sucesso ou o fracasso da atividade”. É neste sentido que o pragmatismo de Dewey mostrou que toda educação é social, uma *conquista de um modo de agir comum*⁴⁷¹. Vinte anos depois, as fantasias costuradas por Fátima se preservam em seu armário como testemunhos dessa conquista.

Mas o argumento de que a escola é uma “preparação” – um “reforço” – ganhou a batalha pela creche. Cada exercício agora é um exercício isolado que depois deverá ser combinado pela criança para construir o todo real. A velha cantilena insiste em dizer que “com um ano a criança vai aprender o nome das cores, com dois...”

As fundadoras

No imaginário urbano carioca das culturas populares é freqüente a referência à “velha guarda” nas favelas e no mundo do samba. Na Cruzada, entretanto, a definição recai sobre “fundadoras”, não somente outra designação, mas uma categoria que sublinha uma distinção de gênero. Fundadoras, de maneira geral, poderia estar associada a categoria de “velha guarda” quando nos referimos à acepção substantiva da locução, que designa os *seniors*, os eméritos, os mais antigos em um determinado grupo⁴⁷². No entanto, as diferenças semânticas são as que nos oferecem pistas mais fecundas para entender a política desse significado que estrutura conceitualmente um tipo de experiência entre os moradores da Cruzada São Sebastião.

‘Fundadora’, antes de mais nada, é termo declinado no gênero feminino. Na cosmogonia da Cruzada, as mulheres figuram como seres incumbidos de darem forma à vida do lugar, e isto não é sem importância, como veremos mais à frente. Esta representação confere a essas senhoras uma superioridade moral cultivada como *bem*

⁴⁶⁹ TEIXEIRA, op.cit. : 120.

⁴⁷⁰ Educação não é treino, pois supõe uma superioridade moral. Foi Durkheim quem disse nunca ter visto “um cachorro seguir uma regra”. In LUKES, Steven. *Durkheim, his life and work – A historical and critical study*. New York : Penguin Press, 1973.

⁴⁷¹ Ibidem.

⁴⁷² Acepção da locução, segundo Houaiss.

comum de todos e por todos os moradores do conjunto. Tal cultura revela-se nas formas de tratamento muitas vezes reverenciosas a elas destinadas, nas observações que fazem a respeito delas e no modo como elas aparecem nesses relatos. Ainda que os desacordos circunstanciais possam fazer aflorar o caráter humano e, portanto, passível de erro de uma fundadora, esta sua condição a restitui da inabalável virtude que lhe reveste e que assegura, também, o fundamento moral da coletividade.

Mesmo em situações que possam ser conturbadas e, em razão disso, conduzam a uma exposição inadequada de si, como acontece, por exemplo, nas acaloradas reuniões de condomínio ou da associação de moradores, a condição de ‘fundadora’ preserva a possuidora do título de ataques que lhes sejam desfavoráveis ou que possam pôr em cheque sua idoneidade.

Para isso todos contribuem. Ficam em silêncio quando uma fundadora fala, calam suas opiniões divergentes ou as apresentam com comedimento, pois trata-se, como disse, de se preservar um fundamento encarnado, um bem comum evocado pela sua condição. Os impulsos negativos que possam aparecer, em determinadas circunstâncias, contra uma dessas senhoras devem ser contidos e manifestados, quando muito, privadamente, nos desabafos pessoais, em quase confissões. É como pecar querendo mal a uma fundadora.

Entre elas, sim, não há pena para esse pecado. Possuem isenção para poderem atuar gozando da plenitude do seu papel. Podem e devem expor suas opiniões, pois são figuras exemplares, modelos a serem seguidos. Cabe ao seu papel manifestar-se quando bem entende, publicamente, sobre o que e sobre quem achar devido, pois diante de seus pronunciamentos a audiência se faz contemplativa.

Algumas administram seus blocos na qualidade de síndicas ou exerceram cargos na Amorabase. Cuidam do posto médico, atuavam à frente da creche, são ministras de eucaristia ou congregadas na Igreja Santos Anjos. Muitas são ou foram baianas em escolas de samba. Saíam no Baba do Quiabo, o bloco dos moradores da Praia do Pinto que perdurou até os dias já vividos nos apartamentos, na década de 1970.

Todas viveram na favela. Possuem fichas nas quais suas vidas e suas casas aparecem minuciosamente descritas pelas assistentes sociais da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião⁴⁷³. Foram elas que, em comitiva, seguiram para o aeroporto Santos Dumont, em 1964, dar adeus à Dom Hélder quando este partiu para assumir a direção da

⁴⁷³ Acervo que se encontra guardado na paróquia Santos Anjos, embora muitas não tenham conhecimento desse arquivo.

Arquidiocese de Olinda e Recife. O hino “Obrigado, Reverendo”, que cantaram neste dia, no terraço do aeroporto, foi cantado para a etnógrafa no *hall* do bloco oito, em 2007, por duas fundadoras que estiveram no Santos Dumont:

Obrigado, Reverendo!
 Deus lá no céu está vendo
 A nossa gratidão
 Acabou meu sofrimento
 Você fez apartamento
 Em lugar de barracão

A favela diz bem alto
 Quem traz o morro no asfalto
 Tem o nosso coração

Ai ai, só vendo, Reverendo!
 Só vendo
 Quanta alegria!

Ai ai, só vendo, Reverendo!
 Só vendo
 O olhar de Maria!

Ainda na vibração da última estrofe Dona Regina complementa a emoção daquela lembrança musical, dizendo: “- E todo mundo chorando, né...”. Dona Arlete tossiu para encontrar a boa voz. Depois, cantou o hino três vezes. Mas bastou um só pedido de Fátima, durante aquele encontro casual na entrada do bloco oito, para que as duas prontamente interrompessem a conversa e se pusessem a buscar o tom.

As fundadoras são o relicário da experiência única e original que a Cruzada São Sebastião proporcionou aos favelados da ex-capital federal. São elas a fonte narrativa do significado daquela iniciativa de um ponto de vista muito pouco conhecido pelos cariocas.

Em 2002, a Escola Municipal Santos Anjos ganhou um hino, composto pelo professor de música⁴⁷⁴ a pedido da diretora. O estribilho mira os valores contemporâneos e referenciais da Zona Sul (o Cristo, a Lagoa, o Leblon) e é contemplando esses bens que o compositor empreende o percurso de reconhecimento para louvar os elementos formadores de um cidadão: a morada, a escola, o trabalho – a tríade da dignidade.

⁴⁷⁴ Djalma Pereira Corrêa.

Olhando o Cristo Redentor na Lagoa e no Leblon
Penso na história da Escola Santos Anjos
Que brilha em nossos corações

Um padre progressista foi o nosso fundador
Lutando, da favela nos tirou
Dom Hélder Câmara com muito amor
Nos deu a Cruzada São Sebastião
Com moradia, educação, trabalho e vida digna
Eu sou cidadão

E hoje vou cantar
Os anjos vão levar pro céu este refrão
Brilhando aos pés do Redentor
A Escola Santos Anjos é um exemplo de valor

Olhando o Cristo Redentor na Lagoa e no Leblon
Penso na história da Escola Santos Anjos
Que brilha em nossos corações⁴⁷⁵

O autor acertou na escolha dos termos. “Um padre progressista foi *o nosso fundador*”. Dom Hélder fundou um novo sujeito – perfeitamente representado no papel das fundadoras – ao fundar um *lugar de morar*. Nada aconteceu por acaso, como no exemplo das favelas, pela ausência de políticas públicas. Pelo contrário. Houve um marco, e muito solene. A fundação de uma habitação é em si um ato de separação que, de uma só vez, sacraliza o espaço interior – a moradia –, civiliza a intrusão e, com isso, define as declinações possíveis da hospitalidade⁴⁷⁶. E este capital simbolismo está contido na categoria ‘fundadora’.

Ao chegar para um café, num fim de tarde, na casa de Dona Maria, ouvi mais vez a história de sua chegada à favela da Praia do Pinto e das ratazanas. A hora do café é a hora de se contar e ouvir histórias, e esta, precisamente, é uma verdadeira saga. Como tal, na tarde do café em questão, ela foi acrescida de novos detalhes. Já tinha tomado conhecimento do barulho que o rato fazia ao passar por baixo do assoalho no barraco da favela. Desta vez, porém, a narrativa ganharia nova precisão. O barulho e o motivo já me eram conhecidos, mas o responsável por provocar o ruído – o rato – iria adquirir, nesse novo relato, um rabo. Na favela, era o barulho do *rabo* do rato no assoalho o que assombrava Dona Maria.

⁴⁷⁵ O hino integra o *Almanaque Janelas Cruzadas nº1*, organizado por Francisco Gregório Filho, Helena Jacobina e Isabel Reis. Rio de Janeiro : Instituto Pé no Chão, 2003. 55p.

⁴⁷⁶ SERFATY-GARZON, Perla. *Chez soi – les territoires de l'intimité*. Paris : Armand Colin, 2003 : 133. 255p.

Contar repetidas vezes o episódio da chegada ou da vida na favela é maneira de ressaltar a obra de Dom Hélder e, mais até, de salientar o que se considera “não saber valorizar o bem que o morador tem nas mãos”: um imóvel no Leblon. Este lamento é repertório de muitas fundadoras e de suas descendentes, especialmente das mais atuantes na vida administrativa dos prédios.

Treinando a observação flutuante: o que é possível aprender em uma ida ao mercado:

Mas vejamos o que se aprende sobre o Leblon, sobre a vida, sobre o trabalho e o cuidado de si e da casa em uma ida ao supermercado, numa tarde de quarta-feira, com esta senhora que morou na favela da Praia do Pinto e criou todos os filhos no seu primeiro apartamento, um conjugado no bloco um da Cruzada São Sebastião.

Antes, porém, algumas observações a propósito do método desse aprendizado. Colette Pétonnet escreveu sobre ele, e diz que a observação flutuante “consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la ‘flutuar’ de modo que as informações penetrem sem filtro, sem *a priori*, até o momento em que os pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes”⁴⁷⁷.

A utilização desse método vai nos permitir perceber com maior clareza como um simples trajeto pessoal da casa até o mercado de preferência é, ele mesmo, a forma mais eloqüente do urbano.

Ir, portanto, ao mercado com Dona Maria é o que se pode chamar de dádiva. Não apenas para exercitar, em boa companhia, a observação *flotante*. É uma dádiva, ou, mais precisamente, uma prestação de hospitalidade, tipo de presente que costuma ser ofertado unicamente quando a oportunidade aparece. Um *vaga*⁴⁷⁸ oferecido espontaneamente a fim de inaugurar entre nós uma relação diferenciada de troca, tanto no que concerne à sua natureza quanto no que se refere ao seu tempo – embora estivéssemos em uma atmosfera não marcada pela *chinoiserie* trobriandesa das aproximações e evitações derivadas das

⁴⁷⁷ PETONNET, Colette. *L’Observation Flotante. L’Observation Flottante : l’exemple d’un cimetière parisien*. In *L’Homme*, oct.-déc., 1982, XXII (4), pp.37-47.

⁴⁷⁸ Novamente remeto o leitor ao sistema de trocas do *kula* e da belíssima descrição dos fundamentos dessa complexa transação. Cf. MALINOWSKI, op.cit. : 261.

afetadas formas hierárquicas. Diante da oferta, a minha única possível retribuição era aceitar o convite e acompanhá-la até o supermercado.

A oportunidade surgiu por causa de uma pizza que ela gostaria de fazer para o nosso café vespertino. Faltavam, porém, os ingredientes. Além das feiras e ‘sacolões’⁴⁷⁹ semanais em ruas próximas ou dentro da própria Cruzada, é na Sendas do Leblon que Dona Maria costuma ir para abastecer a sua casa.

Sairíamos, portanto, em direção à Avenida Afrânio de Melo Franco e seguiríamos pela Humberto de Campos margeando uma das faces do conjunto da Selva de Pedra para atravessar a praça Romero Neto e, finalmente, chegarmos à rua do estabelecimento.

Cruzamos, assim, a avenida e seguimos para o nosso destino, passando, primeiramente, em frente a banca de jornais, quase imediatamente na esquina. Olhamos alguns livrinhos de receita de bolos e continuamos o trajeto. Apenas o início da caminhada pelo bairro a fez considerar que jamais moraria em Pedra de Guaratiba, bairro da Zona Oeste do Rio para onde um de seus filhos vinha de se mudar após entregar o apartamento em que morava, com a mulher, a filha e um cachorro, no sétimo andar do bloco nove. “É uma roça! O que eu vou fazer lá? Não tem nada! E eu adoro um mercado, comparar preços, essas coisas”.

O percurso à pé feito na companhia de uma outra pessoa permitia a ela elaborar melhor as comparações entre um lugar e outro suscitadas pela recente partida de um dos seus. Ela não só estava indo comprar os ingredientes para fazermos a pizza. Estava também refletindo sobre a ida ao supermercado.

Logo eu iria perceber que Dona Maria não *passa* simplesmente pelo Leblon para chegar a um ou outro destino do seu dia-a-dia. Ela *usufrui* do bairro, observa os prédios, chama a atenção para o estado deteriorado de uma fachada, para uma árvore, conta uma história apontando uma ou outra referência do caminho, exuma fatos apoiando-se na materialidade do bairro. Um *parcours commenté*, de fato! E sempre entrecortado pelos cumprimentos de outras senhoras, mais ou menos da sua idade, moradoras do Leblon. Vi que aquele perímetro ela domina.

Chegamos à porta do supermercado. Pela calçada, do outro lado, uma mulher de braços abertos nos espera atravessar a rua para vir abraçá-la. Era a tia da namorada do neto

⁴⁷⁹ Estabelecimentos de venda a varejo especializado em produtos hortifrutigranjeiros.

que cria. Muito carinhosa, a moça veio beijá-la, certamente bem informada do tratamento que Dona Maria dispensa à sobrinha. “Ela mora no Dois Irmãos⁴⁸⁰”, me disse.

Entramos na Sendas e dona Maria olha o preço do alho. Disseram que hoje tinha promoção. Ela acha caro. Vamos até a seção dos laticínios comprar a mozzarella. Ela reclama com o rapaz do balcão por que todos os queijos expostos já vêm cortados e embalados. Não é mais possível pedir ao atendente a quantidade exata que se quer. O rapaz explica: “são ordens da diretoria”. Ela responde: “essa diretoria tá ruim, hein!”. Ele concorda, mas pondera que para falar com os diretores há de ser “pegar muitos elevadores”.

Vamos em frente, com três bandejinhas de queijo. Paramos diante da cesta de pães. Dona Maria pega a pinça e segura um, olha outro, quando então me explica: “eu adoro escolher, sabe?”. E segue jogando um pão para cá, achando mais torrãozinho aquele do canto, pelo qual acaba se decidindo.

Seguimos para a caixa e mais à direita há uma com apenas um rapaz. “Não gosto de ficar esperando”. Olhamos para a esquerda e encontramos a atendente aguardando o próximo cliente. Ali entramos. Da caixa Dona Maria vê novamente o preço do alho e comenta que se o kilo é R\$ 6,00 mas o alho debulhado é R\$ 14,50, não restam dúvidas: trata-se de um verdadeiro roubo! Sua indignação encontra um destinatário: “Depois que a Sendas foi comprada pelo Abílio Diniz, ficou tudo caríssimo!”. Ela está a par das desventuras da *joint venture* firmada pelos acionistas do grupo Sendas.

Na volta, em plena Praça Romero Neto, ela olha as árvores e me conta que em Guaraciaba, cidade do interior do Ceará, onde nasceu, “vivia em cima das árvores”. “Até em pé de abacate eu subia! Ele chegava que envergava e eu vinha...”. Rimos da evocação bucólica provocada por nossa passagem pela Praça Romero Neto, insípida e barulhenta com o tráfego das 18:00⁴⁸¹. Ainda assim, paramos para olhar melhor as árvores e Dona Maria pôde, então, prosseguir contando que o seu vizinho, lá no Ceará, tinha um canavial de cana caiana do tamanho da área que visualiza, entre as árvores, com o auxílio do traço imaginário que faz com a ponta do dedo. A sua impressão era de que o canavial do vizinho

⁴⁸⁰ Morro situado no final da praia do Leblon.

⁴⁸¹ Não se deve apenas à árvore evocativa de sua terra natal a captura da atenção de Dona Maria pelas lembranças do passado. O termo alemão *Stimmung* confere a um ‘estado d’alma’ que esteja em ‘sintonia’, ‘afinado’ com um determinado conjunto da natureza circundante o mérito da contemplação que transforma os elementos desconexos em uma *paisagem*. Esta, assim percebida por obra do *Stimmung* da alma contemplativa, é exortada e torna-se evocativa de um traço da lembrança que se apoia na concretude da natureza. V. SIMMEL, 1988 : 238 *apud* MELLO & VOGEL, *op.cit.*, 2004 : 100.

era melhor. Então, sempre que possível ela pegava a cana do canavial ao lado para chupar. Um dia, o velho descobriu que a menina estava comendo suas canas e atirou com a espingarda no porco que ela havia ganhado de presente de uma tia. Atravessando a rua, Dona Maria faz com as mãos o tamanho do porco: “era assim, e gordo, parecia uma bolinha”. Porco morto, o que a família fez com o bicho? Aproveitaram a gordura para fazer sabão. Ela me explica: “a gente mistura a gordura com uma fruta...”, e volta novamente o rosto para a praça a procura da árvore provedora do fruto. Constata que não a encontra, mas a compara com outra qualidade que podemos ver dali: “aquela ali é fruta de macaco”, como chama a fruta pão. “A que a gente usava era mais compridinha”. Essa mistura da gordura do porco com a polpa da fruta era embalada em folha de melão para quando as roupas iam ser lavadas no rio. Depois de molhadas, elas permaneciam ao sol para serem, posteriormente, esfregadas com essa folha e o sabão. “Funciona como água sanitária! Fica tudo branquinho!”.

Estávamos novamente nos aproximando da banca de jornal quando, pela mesma calçada, vem vindo um sujeito de bicicleta vendendo panos de chão, de prato e flanelas. Em sua passagem, Dona Maria o interpela para saber o preço do pano de chão. “Tem de um e tem de dois”. Ela pega dois de um e eu, a carteira para lhe fazer um agrado. Ela insiste e também retira uma nota de sua bolsinha, mas o vendedor entende o jogo e pega a minha moeda. Ela ri, reclama que não precisava, e eu digo: “mas é bom fazer um agrado a um amigo, não é?”. O rapaz intercede: “E amigo hoje em dia é tão difícil...”. Ao se afastar de nós, pergunto se ele não era morador do bloco sete. Com pouco esforço lembramos que sim, e um morador recentemente chegado do Ceará!

Mais uma senhora passa e cumprimenta Dona Maria. Agora, o mesmo gesto vem do jornaleiro. Arranco dela uma gargalhada ao manifestar a minha impressão: “Dona Maria, a senhora vai acabar se elegendo!”

Chegamos em casa e a moça que mora com ela está lá, assistindo a um filme. Dona Maria logo faz um café para acompanhar o pão com queijo. Na pequena cozinha eu me acomodo e ficamos ali, entretidas com a conversa que acompanha a preparação do alimento.

Nesse dia notei as prateleiras na parede, sobre a porta da cozinha e do banheiro, cheias de livros. Dona Maria vê minha surpresa e diz que eu posso pegar o que eu quiser para os meus estudos: enciclopédias, livros escolares de física, química. E sugere que eu entre no quarto do seu neto para ver o que tinha lá também. No quarto vejo outra prateleira

instalada, como as demais, em altura inacessível e repleta de livros escolares e enciclopédias. O quarto do neto, onde também dorme a moça, possui um beliche, uma mesinha com um computador (sem conexão para a Internet), um guarda roupas de madeira e um guarda roupas de plástico, além das duas prateleiras sobre a porta.

O quarto de minha anfitriã é como o quarto das mulheres de minha família: possui a cama de casal, sempre coberta com um edredom, o armário de madeira, a mesinha de cabeceira do lado da janela e, sobre ela, as prateleiras, todas decoradas com esculturas de Nossas Senhoras, pequenos bibelôs, caixinhas, o telefone e uma televisão. Evidentemente os objetos mudam, pois a decoração interior é o veículo mais fiel do gosto pessoal. Mas os significados a eles atribuídos contêm muitas semelhanças. Guardam sempre miudezas, algumas jóias ou bijuterias, mas, sobretudo, papeizinhos com as mais diversas anotações, lembretes, pensamentos, livrinhos para leitura noturna, agenda com farta oferta de mão-de-obra para serviços no lar e no condomínio – isto porque Dona Maria, além de responsável pelo Posto de Saúde Dom Hélder Câmara, situado no pátio do bloco nove, onde reside, é também síndica.

Na sala, a grande televisão de 29 polegadas fica na mesma estante onde se exibem outros tantos objetos. Contento-me em ver na parede e no móvel as lembranças que trouxe de algumas viagens: a vieira de Santiago, a pequena Torre Eiffel, o galo de Barcelos. Um pote de creme para o corpo e um outro apetrecho qualquer do cotidiano fora ali deixado por algum acaso.

A conversa na cozinha e a refeição feita na hora nos restituem o ânimo. Preciso tomar o caminho de volta à Niterói. Longo percurso pela frente, e minha anfitriã reconhece. Convida-me para ficar mais tempo, dormir por lá.

A missa da noite vai começar. Descemos juntas, braços dados, caminhando rumo a igreja à sombra das árvores daquele trecho inicial da rua. Na esquina, para nos despedirmos, notamos um grupo de crianças excitadas à espera das guloseimas oferecidas no dia de São Cosme e São Damião. “Quanta criança...”, constatamos. “Será que ainda há algum inocente? Porque se diz que o mundo tem jeito quando há algum inocente nele”, ela diz. Resignadas, brincamos que inocentes éramos nós duas.

4. A cidade das mulheres

Durante o trabalho de campo, logo tomei conhecimento que o número de síndicas era superior ao de síndicos. Em realidade, esse número era quase exclusivamente representativo da gestão das mulheres. Dos 11 condomínios (o primeiro bloco é dividido em A e B), nove eram geridos por elas. A pesquisa da CEHAB-RJ confirma que 59,35% das famílias também são chefiadas pelas mulheres e 40,65% o são pelos homens.

Do mesmo modo, grande parte dos ‘barraqueiros’ são mulheres e igualmente o número de olhos que se voltam das janelas para a rua e para os corredores também são femininos. Na calçada, na rua ou mesmo no pátio de alguns blocos as barraquinhas vendem os mais variados produtos e servem como ponto de encontro para diversos grupos. Os rapazes do Liverpool bebem sua cerveja na rua, nas proximidades do bloco nove, onde ficam a kombi da Marli e a *van* do Iran. Na calçada, para o lado do bloco um até o bloco quatro, concentram-se várias barraquinhas, umas funcionando de dia, outras, de noite, e algumas, ainda, semanalmente, como a do Seu Zé Luis, vendedor de frutas que se instala na calçada em frente ao quinto bloco. Nas quinta-feiras as donas de casa vão ao sacolão⁴⁸², em frente ao bloco quatro, a aos sábados, em frente a Escola Santos Anjos. Daniel vende cachorro-quente e doces em frente ao bloco três. Ao seu lado, uma outra barraquinha, sempre coberta com uma lona azul presa à grade do prédio, vende bebidas. Ali há sempre consumidores reunidos, em sua maioria homens na faixa dos cinquenta anos ou mais. Esse trecho da calçada é dos mais concorridos. Há também a barraca de “X-Tudo”⁴⁸³ do Boni” e, na entrada do bloco dois, já pudemos conhecer, encontra-se a barraca da Soninha.

Voltemos então para a calçada. Magali tem seu ponto sob os pilotis do bloco um, onde fica o apontador do jogo do bicho. O moço do pão aguarda a clientela em frente ao bloco dois, mas de vez em quando vai de porta em porta oferecendo o seu produto. Em frente ao bloco três, três barraquinhas de biscoitos são freqüentadas, durante todo o dia, por jovens e crianças, e todas pertencem a mulheres. Em frente ao bloco cinco, onde mora, fica o isopor com bebidas vendidas por Dona Dina. Em frente a grade do bloco seguinte, mais uma moradora, a Luciana, complementa o orçamento vendendo seus quitutes. Os blocos sete e oito, no momento, não têm barracas. Os moradores deste último há pouco tempo

⁴⁸² Ônibus itinerante que vende produtos hortifrutigranjeiros diretamente do produtor, a um preço mais em conta.

⁴⁸³ Aportuguesamento de *cheese burger*, acrescido ainda de ‘tudo’ o que o freguês desejar adicionar ao seu sanduíche.

fizeram um abaixo-assinado para impedir a moradora de vender frituras em frente ao *hall* do edifício. “Embargaram a barraca”, contou uma jovem. No bloco nove, os dois carros começam os serviços à tardinha, mas a Zula vende churrascos durante toda a tarde e noite. No muro, o dono da *van* pintou uma tela branca onde transmite jogos de futebol ou dvd’s de música. A trilha sonora do local prestigia a *black music* da Motown, sobretudo nos fins de semana, quando Marvin Gaye, Jackson Five e Barry White fazem o ambiente sonoro naquela animada rua do Leblon.

Nos apartamentos também são oferecidos serviços dos mais variados tipos, em sua maioria prestados por mulheres e voltados para o público feminino. Depiladoras, manicures, cabeleireiras especializadas em penteados afro, vendedoras de cosméticos, roupas, doceiras, rezadeiras e explicadoras vendem seus serviços anunciando-os em cartazes afixados nas paredes e entradas dos prédios.

Esse diversificado comércio local se expande também para a Avenida Borges de Medeiros, na chamada “rua fechada”, na margem do canal, exatamente em frente a entrada da Cruzada. Fechada com gelos baianos que tomam uma faixa da Avenida, esse trecho foi transformado em estacionamento regulado pela prefeitura. Ali, estacionam *vans* e ao seu redor são colocadas cadeiras de plástico para o conforto da clientela, que pode consumir cachorro-quente, cervejas e refrigerantes.

As pensões estão espalhadas em quase todos os blocos, especialmente nos primeiros, e atendem, para almoço e jantar, os trabalhadores da região. Também elas são administradas, em sua maioria, por mulheres que são auxiliadas por parentes. Algumas funcionam em apartamentos alugados, outras, em imóveis próprios. A insatisfação dos vizinhos, entretanto, não faz essa distinção. Os corredores onde funcionam cheiram a fritura e o consumo de água no prédio aumenta sensivelmente, além de vez por outra ocasionar problemas na tubulação por causa do derramamento de óleo nas pias. Os únicos blocos onde não há pensões são o nono e o décimo. Justamente aqueles considerados por todos como “os mais organizados”.

Essa abundante oferta de serviços costuma estar associada à idéia de bagunça, e também à de favela. “Fica muito feio, essas barracas aqui... você não consegue andar debaixo dos prédios, quando chove tem que vir pela rua”. Administrar os pontos dos barraqueiros é um dos maiores desafios da Associação de Moradores⁴⁸⁴.

⁴⁸⁴ Cf. Capítulo 6.

Na porta do apartamento de Dayse estão pregadas as logomarcas dos cartões MasterCard e Visa, assim como a de sua *griffe* By Dayse. No cartaz logo abaixo desses anúncios sabemos o horário de funcionamento da loja em seu apartamento: de segunda à sexta-feira, das 19:00 às 22:00, após o seu expediente em uma agência de empréstimos e antes da hora determinada para não incomodar o repouso dos vizinhos. O cliente também é informado por mais um cartaz preso à porta que a loja não aceita devoluções nem trocas decorridos dois dias após a compra. O comércio em seu apartamento resultou de uma iniciativa que considera corajosa, visto que o investimento inicial se fez sem nenhum capital de giro e na base da confiança depositada no cliente. “Hoje já trabalho com boleto bancário para me livrar dos juros de atraso no pagamento”. Dayse, que ali mora com seus dois filhos e a mãe, colocou também na porta dizeres que não deixam esmorecer a sua crença no sucesso do negócio: “Deus, dê saúde aos meus inimigos para que possam assistir a minha vitória”.

Espaços transformados em murais, as paredes e janelas nos *halls* de entrada e as portas dos apartamentos oferecem também ônibus, *vans* e equipamentos de som para aluguel, anúncios imobiliários com as ofertas existentes no próprio conjunto, convocação para reuniões, convites para festas, batizados, missas de sétimo dia, informativos e até mesmo listas com nomes de moradores inadimplentes.

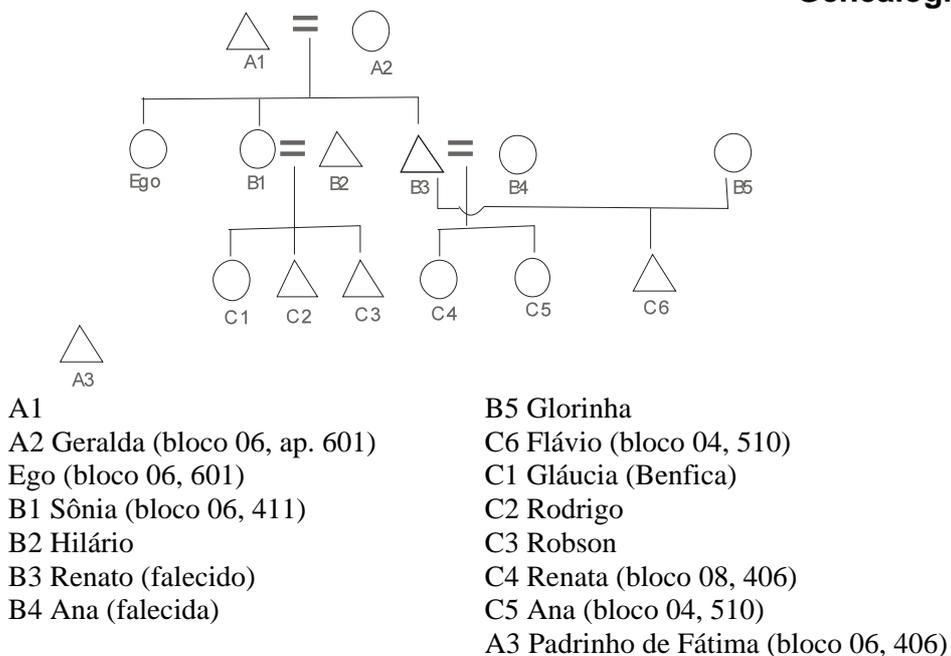
A intensidade com que as pessoas participam da vida umas das outras, seja cedendo panelas, emprestando alimentos, vendendo produtos ou prestando serviços, acolhendo em suas casas filhos, netos ou sobrinhos de parentes e vizinhos, é significativa, como veremos em seguida. O exíguo espaço de cada unidade propicia a extensão da casa para além de suas fronteiras, fagocitando corredores e áreas adjacentes. Plantas, bicicletas, roupas, papagaios, crianças com seus brinquedos são presenças constantes nos corredores. Portas e grades nos corredores marcam as delimitações estabelecidas pelo constante uso privado de áreas comuns. A demarcação provém de justificativas muito bem fundamentadas, segundo a experiência cotidiana na vizinhança, mas não menos problemáticas quando o morador se projeta para fora do conjunto e se situa no contexto do bairro do Leblon⁴⁸⁵. Nos peitoris, tapetes estendidos. Vez por outra um colchão para secar ao sol. As portas e janelas frequentemente abertas dos apartamentos permitem que o olhar vagueie das escadas e corredores dos prédios vizinhos e invada o ambiente doméstico.

⁴⁸⁵ Desenvolveremos a questão no capítulo seguinte.

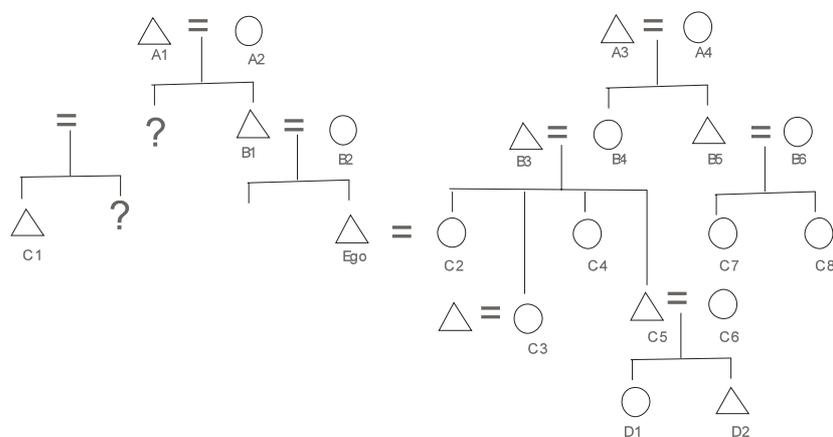
Outros dados também colaboram com a intensificação desse arranjo. Nas genealogias abaixo podemos ver a permanência das famílias nos prédios da Cruzada. Embora a estatística mostre que apenas 39,35% destas que vieram da favela tenham permanecido no conjunto, é importante considerar as configurações que uma família nuclear assume na sua forma estendida e através das adoções de filhos de vizinhos ou mesmo de senhoras de idade. Mesmo os adotados são, grande parte das vezes, parentes de famílias que habitaram a favela.

O primeiro diagrama mostra a atual distribuição da família de *ego* no conjunto, tendo ele mesmo já residido em outros três apartamentos dentro da própria Cruzada. O diagrama da segunda família também apresenta grande concentração de parentes de *ego* nos prédios do conjunto, além destes estenderem-se para as favelas próximas e encontrarem-se ainda na Zona Oeste da cidade, para onde foram transferidos outros tantos moradores da Praia do Pinto. Há ainda um terceiro diagrama que mostra a concentração da família de *ego* numa mesma unidade da Cruzada, obrigando-os a criar estratégias para o uso do espaço e do tempo de permanência no apartamento, tal como sistemas de rodízio para o descanso e o banho, por exemplo, além de uma separação bastante singular dos esquemas de privacidade conjugal ou mesmo celibatária.

Genealogia 1



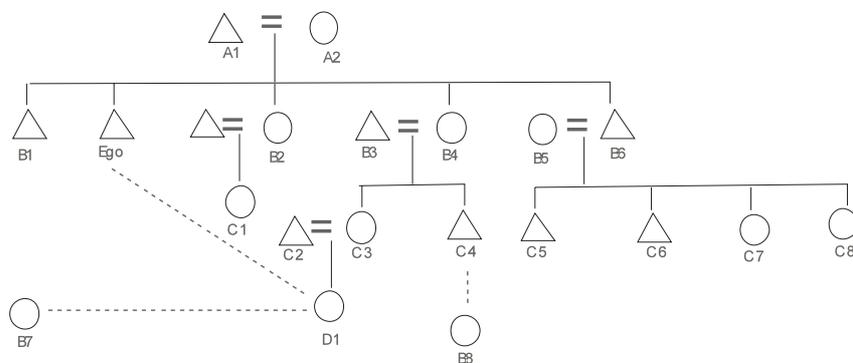
Genealogia 2



A1
 A2 Analzira de Souza (bloco 06, 701)
 B1 (Rocinha)
 B2 (Rocinha)
 C1 José Carlos (bloco 03)
 Ego (bloco 06, 701)

A3
 A4 Maria Angélica (bloco 06, 603)
 B3 Manoel Damasceno (bloco 01)
 B4 Iris (bloco 01)
 B5 Paulinho (bloco 06, 603)
 B6
 C2 Silene (bloco 06, 701)
 C3 Sirlene (Jacarepaguá)
 C4 Simone (bloco 01, mora com a mãe)
 C5 Celsinho (bloco 04)
 C6 Raquel (bloco 04)
 C7 Valéria (Cidade de Deus)
 C8 Soninha
 D1 Aline (bloco 06, 603)
 D2 Gustavo

Genealogia 3



A1 (mora na Cidade Alta, em Cordovil)	C1 Tatiana Oliveira Pinheiro (Bl.07)
A2 Bloco 07	C2 Jorge (Bloco 07)
B1 Paulo Mariano (faleceu ao ser atingido por uma caixa de som que jogaram pela janela, aos 11 anos de idade. Era o caçula dos irmãos de ego)	C3 Ana Paula (Bloco 07)
Ego Helio (Bloco 07)	C4 Alexandro (Bloco 07)
B2 Lídia (Bloco 07)	C5 Leandro (Bloco 07)
B3 faleceu	C6 Jorge Luís Junior Assumpção Pinheiro (Bloco 07)
B4 Regina (Bloco 07)	C7 Waleska Barbosa de Assumpção Pinheiro (Bloco 07)
B5 Rosemary (mora no exterior)	C8 Tainara (Bloco 07)
B6 Jorge Luís (morreu assassinado. 19 anos)	D1 Hane Mariano (Bloco 07)
B7 Soninha (Bloco 01, madrinha de D1 junto com Ego)	
B8 Ângela (Bloco 04, madrinha de C4) ⁴⁸⁶	

Essas redes de parentesco nos permitem não só acompanhar e remontar ponto a ponto os laços de reciprocidade que envolvem todo o circuito das trocas no local, mas também considerar com mais vagar e refletir sobre as comodidades viabilizadas pelos bens (donativos materiais e simbólicos) que circulam entre seus componentes, além de verificar como e até que ponto uma face dos conflitos se articula com uma suposta transposição da moralidade privada para o gerenciamento do público.

Muitas dessas pessoas atuam nas diversas associações existentes no conjunto. O levantamento feito pela CEHAB-RJ mostra que 17,42% dos moradores exercem atividades no seu condomínio e/ou na Associação de Moradores; 50,70% participam de grupos religiosos, 33,80% de grupos esportivos, 5,63% de grupos recreativos e 5,63% de grupos culturais⁴⁸⁷. Na remota conversa com Cláudio, em 2003, ele havia enumerado algumas das associações esportivas, religiosas e sociais, dentre as quais: o Clube da Malha; o Liverpool e o Grêmio, os dois times de futebol; o Grupo Evangélico da Cruzada, liderado pelo presbítero Nilson e pela irmã Cláudia; a ONG Vivendo em Graça, dirigida pelo pastor Joel; o Grupo de Senhoras e os extintos Clube das Mães e Bloco Carnavalesco Baba do Quiabo, além de, é claro, a Associação de Moradores e o Conselho de Síndicos.

Famílias, blocos e apartamentos

O bloco seis da Cruzada é o ‘bloco dos nordestinos’. Os moradores mais antigos costumam dizer que “quando chega um do Nordeste, já se sabe que atrás vem gente”. O mercado imobiliário local voltado para esse público adquiriu contornos precisos, e hoje é

⁴⁸⁶ Todos os moradores citados que habitam o bloco 07 residem no mesmo apartamento.

⁴⁸⁷ A pesquisa não define a distinção entre os grupos recreativos e culturais.

possível encontrarmos apartamentos preparados especialmente para acomodar pelo menos oito pessoas em camas de alvenaria feitas em forma de beliche.

Sob os pilotis desse bloco é grande o número de bicicletas e triciclos estacionados durante a noite. Pela manhã, estão todos circulando pela Zona Sul, pois esses moradores adventícios da Cruzada São Sebastião têm como ofício mais marcante a venda ambulante de panos de chão, mas também de flanelas, panos de prato e vassouras. Muitos trabalham com vínculos empregatícios em bares, restaurantes e lanchonetes da região, em horários diferenciados, o que os permite instituir o sistema de rodízio necessário para o uso adequado e a partilha do espaço de um apartamento com os moradores provenientes de uma mesma cidade nordestina.

Sem pestanejar um antigo morador logo classificou os ‘cearenses’ de ‘judeu brasileiro’. Com essa equivalência, destaca, em primeiro lugar, a característica precípua que os faz semelhantes: trabalham bastante e fazem dinheiro. Mas, um segundo aspecto deve ser igual e atentamente observado: “Só sabem fazer dinheiro, *não se entrosam*”. Os ‘cearenses’ ou ‘paraibas’, ainda que não sejam do Ceará ou da Paraíba, são sempre *estrangeiros*.

Essa conotação torna-se ainda mais evidente quando analisamos detidamente uma genealogia como a que segue abaixo. Vários membros dessa família pertencem à outras famílias habitantes do conjunto, mas vamos aqui considerá-la a partir da perspectiva de Germana, o *ego*, respeitando, portanto, aqueles por ela considerados como sua família.

Germana tem 31 anos, é formada em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio) e trabalha como coordenadora executiva da paróquia Santos Anjos. O conhecimento que tem de sua genealogia remonta a seis gerações e inclui a naturalidade de seus mais distantes ascendentes. Ela começa pela chegada de sua avó materna à Praia do Pinto.

Com apenas cinco anos de idade, a avó de ego veio para o Rio de Janeiro acompanhada de sua irmã, de quatro anos, de sua mãe e do seu avô – tataravô de ego – provindos do pequeno município de Carangola, em Minas Gerais.

Desde então, sua avó morou na favela da Praia do Pinto com a família. Mocinha, já trabalhava em ‘casa de madame’ na Lagoa Rodrigo de Freitas, como contou, certa vez, a própria avó, numa época em que lá só havia mansões e alguns casebres conformando as favelas que viriam a ser removidas durante os anos 1960. Aos vinte e dois anos, a avó conheceu o seu segundo marido e avô de ego. Com ele teve três filhos. A mais velha, mãe

de ego, nasceu na favela, e os outros dois vieram à luz no apartamento conjugado no bloco um da Cruzada, para onde a avó mudou-se em 1957. Quanto ao seu avô materno, ego não informa sua procedência. Diz apenas que ele também morava na Praia do Pinto.

Seus dois tios, um, o mais velho, irmão direto da sua mãe, e outro, o mais moço, filho do segundo casamento de sua avó, moram no sétimo bloco, em apartamentos diferentes. O mais novo mora com a mãe, avó de ego, e o mais velho mora sozinho. Este é ex-jogador de futebol e fundador de uma escolinha esportiva que funciona na praia do Leblon. Um de seus três filhos, primo de ego, mora na casa da avó materna, ex-sogra do jogador⁴⁸⁸. A irmã de ego reside no centro da cidade e o seu irmão, na Cidade de Deus. Os demais primos moram também na Cruzada, nos blocos um, sete e nove.

A ascendência paterna começa pela geração de seus avós. O avô chegou na Praia do Pinto vindo de Campos dos Goytacazes, município do norte fluminense, e logo começou a trabalhar cuidando das baías do Jockey Club da Gávea. A avó, nascida em uma localidade da Zona da Mata pernambucana chamada Mulundu de São Bento, chegou também jovem à Praia do Pinto. Mora, ainda hoje, no apartamento 224 do primeiro bloco. O pai de ego nasceu no apartamento e hoje mora na Rocinha. “Ele mora lá, mas vive aqui”, diz a filha.

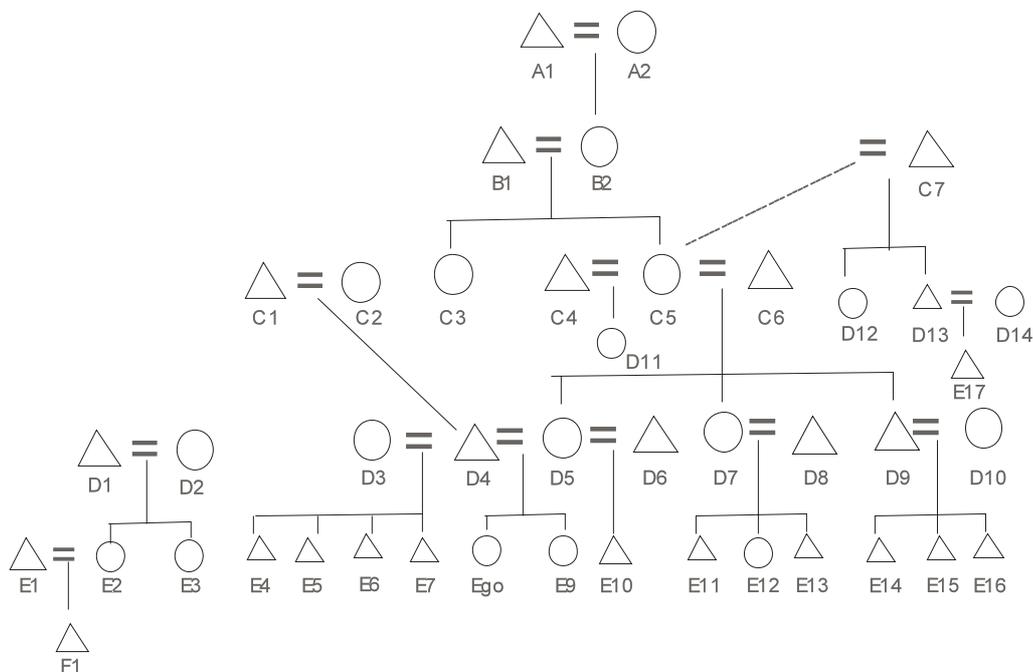
A irmã de seu pai também nasceu na Cruzada, e mora com as duas filhas e o neto no quarto andar do primeiro bloco. O marido da sua prima, pai da criança, reside em outro edifício do conjunto. Ou seja, avó, tia, primas e sobrinho concentram-se no bloco um. Os quatro filhos do segundo casamento do seu pai moram na Rocinha, embora, como o progenitor, “vivam” na Cruzada, junto da avó e de alguns amigos.

Por fim, a trajetória de ego. Ao nascer, morou com a mãe e o pai na Rocinha, de onde saiu, aos três anos de idade, para morar com a avó paterna em seu apartamento no bloco um da Cruzada. O seu ingresso na creche CAPE-Leblon provocou a mudança para o conjunto, e a sua permanência foi igualmente atribuída à questão escolar. Coursou a primeira parte do ensino fundamental na Escola Santos Anjos, de onde saiu para estudar no Colégio Henrique Dodsworth. O ensino médio foi completado em Copacabana, no Colégio Pedro Alvarez Cabral. Ego continuou morando com a avó até os vinte e cinco anos, quando passou morar com a avó materna, no bloco sete, logo após conquistar uma vaga no curso de Filosofia na PUC. Casou-se e foi morar com o marido no bloco dois para, em

⁴⁸⁸ Esta senhora não está representada na genealogia de ego.

seguida, transferir-se com ele para a Cidade Alta. Veio a separação e ego voltou para o Leblon, onde aluga, sozinha, um conjugado no bloco dois⁴⁸⁹.

Genealogia 4



MATERNO

- A1 Tataravô
- A2 Tataravó ficou em Minas
- B1 bisavô
- B2 Bisavó
- C3 tia-avó
- C5 avó Dona Zequinha (bl.7/709 Cruzada)
- D5 Mãe (faleceu)
- D7 Tia (nasceu na Cruzada)
- D9 Tio Paulo César (Dazeca, mora na Cruzada)
- D13 Tio Robson (bl.7/709 com a mãe Zequinha)
- Ego (Germana, mora sozinha no bloco 2/410)
- E9 Fernanda (irmã) Mora no Centro
- E10 Leonardo (irmão) Cidade de Deus
- E11 Mizael
- E12 Iviny
- E13 Taissa
- E14 Michel (preso)
- E15 Rodrigo (preso)
- E16 Rafael (Rafinha, mora com a avó materna dele, dona Maria, bloco 09/105)
- E17 Lorena prima, filha do tio mais novo, (bl.7/303, Cruzada)

PATERNO

- C1 Avô
- C2 Avó (bl.1/224)
- D4 Pai (Rocinha “mas mora lá e vive aqui”)
- D2 Tia Sônia (bl.1/416 com as duas filhas E2 e E3 e o neto F1)
- E1 marido da prima (Cruzada)
- E2 prima (bl.1/416 Cruzada)
- F1 filho da prima (bl.1/416 Cruzada)
- E3 prima (bl.1/416 Cruzada)
- E4 filho do pai (Rocinha)
- E5 Hélder, filho do pai (Rocinha)
- E6 filho do pai (Rocinha)
- E7 filho do pai (Rocinha)

⁴⁸⁹ Aluguel R\$340,00, condomínio R\$ 40,00.

A localização dos membros citados na genealogia mostra que todos moram em casas pertencentes ou geridas por mulheres, quando não moram sós. Netos e filhos residem com as avós. O pai de ego, assim como os quatro filhos do seu segundo casamento, embora more na Rocinha “vive na Cruzada”, domínio de sua ascendência materna.

Os outros parentes consangüíneos e de afinidade indireta, como, por exemplo, o marido da irmã da mãe, que não figuram ou não possuem nome no esquema genealógico acima, aparecem, todavia, na fala de ego. “A minha avó tem vários primos aqui, essa minha avó. Tem primo no quarto, no terceiro, no segundo bloco... no sétimo. Fora os netos e sobrinhos que são filhos desses. Essa família da minha avó é grande, a família Leite.”

O mais importante em todo esse esquema de relacionamento é a separação entre o grupo familiar materno e o paterno. No grau dos avós, sejam pais da mãe ou do pai, ego apresenta seus cognatos a partir da ascendência e descendência das *avós*, talvez porque a partir desta geração com a qual ainda se convive tenham sido elas as provedoras das gerações posteriores. Isto, no entanto, é apenas uma conjectura, ainda que plausível.

Fotografias gentilmente cedidas por Dona Georgete



As fotografias (fotógrafo não identificado) de um batizado nos anos 1950, na Ilha das Dragas, registram que essas redes de parentesco são ainda entrecortadas pelo compadrio, ou seja, pelas relações derivadas da cognação espiritual entre os padrinhos, as madrinhas e seus afilhados e afilhadas, reunindo, através das crianças, distintos grupos domésticos, locais e supralocais.

O que de fato nos interessa observar é que na Cruzada, como em Tikopia, “ninguém fica sem parente”. Firth tomara conhecimento das categorias locais utilizadas para a incorporação de homens e mulheres dentro da nomenclatura de consangüinidade. *Tamana*,

por exemplo, referia-se não só ao pai e a seus irmãos masculinos, mas também ao marido da irmã do pai. *Tinana*, por sua vez, destinava-se a contemplar o parentesco com a esposa do irmão da mãe, ou seja, a mulher do tio paterno, e com a mãe e as irmãs dela⁴⁹⁰.

Esse tipo de mecanismo terminológico que “não permite que o parentesco fique vago, mas o mantém nítido e preciso”, expressa – e aí a sua grande relevância – que as pessoas não são “*apenas parentes* umas das outras, não importa quão distantes sejam; são sempre uma espécie definida de parente, pronto a assumir as funções recíprocas apropriadas com os outros, em respeito a seu parente comum”⁴⁹¹.

Entre os moradores da Cruzada, é possível notar a significância dessa espécie de matrilinearidade. O fenômeno é sensível em muitas outras localidades ditas de ‘baixa-renda’, mas enveredar por essa pista significa esvaziar o seu conteúdo local, pois, conforme dizia Firth e, depois dele, Clifford Geertz, “como sempre, o contexto é suficiente para dar o sentido”⁴⁹² que de fato interessa, especialmente ao etnógrafo.

A expansão de várias gerações de uma mesma família pelos prédios da Cruzada está agora bem representada. Uma família extensa como a de *ego*, contudo, é celeiro de muitas surpresas. Depois de casada, Germana tomou conhecimento de um laço de parentesco em comum com o seu ex-marido:

Eu descobri por acaso, porque uma vez, eu falando do nome dele para a minha avó, aí minha avó ‘ué, ele tem Carlos também no nome?!’. E eu falei: ‘é’. ‘Seu marido é da onde?’, e eu disse: ‘da Cidade Alta’. Minha vó ‘ih... a minha concunhada mora na Cidade Alta’. ‘Qual é o nome dela, vó?’, - Alzira. Aí, perguntei pra ele: ‘você tem alguma tia chamada Alzira?’ – Tenho, a mulher do meu tio-avô se chama Alzira’. Aí eu falei: ‘ih... é cunhado da minha avó!’. Aí ele: ‘eu não acredito...’. Aí falou o nome Sebastião e ele disse: ‘ih... é o irmão do meu avô!’. Aí eu falei, ‘pois então, ele foi casado com a minha avó, o primeiro noivo da minha avó, minha avó tinha 19 anos’. Gente... esse mundo é muito pequeno, a Cidade Alta. É porque a Cidade Alta e a Cruzada... é a mesma família!”

O universo de referências físicas e terminológicas apreendido por uma pessoa com tantas relações no interior do conjunto é igualmente vasto. Qualquer morador sabe informar ao visitante onde fica a casa de fulano. Se a pessoa por quem se procura não lhe vier à lembrança com a informação do nome, certamente lhe surgirá a partir do apelido.

⁴⁹⁰ FIRTH, Raymond. *Nós, os Tikopias – Um Estudo Sociológico do Parentesco na Polinésia Primitiva*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1998 : 352. 756p.

⁴⁹¹ Idem : 354.

⁴⁹² Idem : 356

Este, aliás, é mais privilegiado do que o nome. Muita gente passa uma vida sem saber o nome de batismo do outro com quem proseia todos os dias nos breves encontros que pautam suas rotinas.

Dona ‘Nininha’ chamava-se Waldomira. ‘Feninho’, seu marido, era Apolinário. Valéria é ‘Bequinha’, seu irmão, ‘Piu-Piu’. Cláudio, ‘Kibu’. Eduardo, ‘Baroa’. Hélio, ‘Feitiço’. Fátima, ‘Cuca’. O marido de Márcia, apelidado ‘Maninho’, chama-se Helso. Há também ‘Cajus’, ‘Calicas’, ‘Cotinhas’, ‘Terinhos’... e para todos, sem distinção, há o termo coringa: ‘ném’. Ser chamado de ‘ném’ significa ser incorporado afetuosamente e em pé de igualdade em uma conversa.

Apelidar é uma forma de trazer a pessoa para o seu círculo mais íntimo. Se não chega a tanto, podemos dizer, talvez até mais adequadamente, que dar ou possuir um apelido representa, sempre, aproximar alguém de si. É uma nova existência em um universo interativo. A intenção de dar nome a alguém rege, em última análise, o circuito daquilo que existe para um sujeito. O apelido descortina as relações do apelidado e daqueles que assim o chamam. Desse jogo participam também os prédios. Na Cruzada, chamam-se Dom Hélder Câmara, Padre Bruno Trombeta, Nossa Senhora Aparecida, Santa Edwiges. Na Selva de Pedra, remetem a constelações: Canopus, Antares, Aquarius; a cidades italianas: Milano, Vicenza, Piemonti, Veneto, Toscana, Anzio; a menções francesas e habitações majestosas: Demoiselle, Castelo d’Anne, Solar da Lagoa; e a aves aquáticas: Flamingo, Albatroz.

O recurso ao apelido é praticamente infalível quando se quer encontrar um morador na Cruzada. Mas se ainda assim for necessário outro tipo de dado a respeito de quem se quer encontrar, a tecnonímia será decisiva para que possam efetivamente nos auxiliar nessa busca. “Eduardo de Rosária ou de Cotinha”, “Alex da Soninha” e pronto: “Bloco tal, primeira ou segunda escada, tal andar”.

As referências físicas básicas são, portanto, o bloco, a escada e o andar. Pois até o bloco sete, cada prédio possui duas escadas que servem a dois corredores separados em cada pavimento. Com o passar do tempo vamos incrementando o léxico referencial e já podemos, então, falar em apartamentos ‘de canto’, ‘ponte’ ou lembrar de informar a cor de uma porta.

Seu Evaristo, porteiro do primeiro bloco, mora com a mulher, Dona Aparecida, em um recinto ao rés-do-chão, cuja referência de localização que me fora dada, pela primeira vez, era a cor verde da porta. O rés-do-chão, plano em que se situa a morada desse

porteiro, é o plano onde mora “o sentido comum”, sempre pronto para o ““comércio exterior”, no mesmo nível de outrem, desse transeunte que nunca é um sonhador”, e que passa, sem saber, diante dos olhos de um que sonha, de um filósofo. Ao menos assim é concebida a poética do rés-do-chão, segundo *A Poética do Espaço*, de Gaston Bachelard⁴⁹³. Na porta verde o cartaz feito à mão anuncia a venda de sacolés⁴⁹⁴ a cinquenta centavos. E na porta verde surge Dona Aparecida com o neto no colo. A nora, dentro da casa, ajeita os terços que envolvem as fotografias das crianças na parede. De sua porta Dona Aparecida vê quem entra e quem sai do bloco e sabe identificar quem são fregueses das pensões pela hora em que vêm e pelo modo como se comportam. Os que chegam por volta das 10:30 são motoristas de *van*, que param no canal para almoçarem na pensão da Carmem, no segundo andar. Os fregueses das pensões estão sempre acompanhados dos colegas, pois a hora do almoço se faz com uma boa conversa. O ritmo também é forte indicativo. Gesticulam entretidos com seus pares e vão andando firmes, alegres e confiantes para o destino que os satisfará da fome. Da porta, ela tudo observa sem necessariamente saber-se fazendo isso. É mais por força do próprio rés-do-chão.

Seu Evaristo e Dona Aparecida vieram de Queimados e há vinte e nove anos moram na Cruzada. Ela trabalhava em uma casa na rua Almirante Guilhelm e, através de uma moradora do conjunto, soube que estavam procurando alguém para zelador no bloco um. Seu marido desempregado logo se apresentou e, desde então, o casal e seus quatro filhos vieram definitivamente para o Leblon. Tinho e Zico moram no bloco um. O caçula e a filha de sete anos mora com os pais. O mais velho aluga um apartamento no sétimo andar. Cláudia mudou-se para Rio das Pedras com o marido, e sua irmã faleceu, vítima de um infarto fulminante. Todos estudaram na Escola Santos Anjos e Henrique Dodsworth, no Pedro Alvarez Cabral, em Copacabana, e no Colégio André Maurois.

Todos os dias o casal se levanta às cinco da manhã para ocupar-se das tarefas diárias no condomínio. A jornada vai até as 22h00min, quando Seu Evaristo desliga as luzes dos corredores e fecha o portão para que apenas os moradores tenham acesso ao bloco. Dona Aparecida está sempre em casa, pronta a dar alguma informação aos que chegam ao edifício. Quando sai, vai até a Igreja Universal, na Avenida Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, ou vai ao mercado. Compra na Sendas e, às vezes, no Zona Sul quando tem promoção. Se precisa abastecer a casa ou preparar algum banquete, vai até a Central.

⁴⁹³ BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo : Martins Fontes, 2005: 155. 242p.

⁴⁹⁴ Suco congelado em saquinhos para ser chupado.

“Com R\$100,00 aqui a gente sai com tudo na mão. Lá na Central, com cem a gente tem que pedir ajuda!”. Outra vantagem oferecida pelos supermercados da Central é o *delivery* que fazem pelo menos duas vezes por semana para consumidores da Cruzada São Sebastião. “Vem o caminhão lotado, tem gente à beça que compra lá”.

Algumas senhoras do bloco costumam passar em sua casa ao entrarem ou saírem como cumprimento de uma etiqueta da boa vizinhança. Soninha foi até lá antes de seguir para a Igreja do Rosário, em Copacabana. Há as que também por lá passam a fim de prestar ou pedir favores a Dona Aparecida. O perfume da dona que se aproxima, descubro em seguida, é ele mesmo a propaganda dos produtos que vende. Em suas mãos uma sacola com os cosméticos encomendados por uma cliente. Dona Aparecida vai guardá-los e a cliente passará em sua casa, logo mais, para apanhar os seus produtos. Diante da oportunidade, a zeladora aproveita e pede para a vendedora retirar uma colônia para a sua nora.

É um lugar bom de se morar. Até porque os apartamentos anunciados logo são ocupados por pessoas conhecidas:

É tão difícil... É difícil demais encontrar apartamento. Vem gente aqui que ‘tem um apartamento vago aí? A senhora é zeladora, não sabe de nada aí não?’. Mas não depende de mim, é muito difícil. Quando desocupa um, aí o amigo do amigo do amigo que conhece outro amigo já alugou. Às vezes bota no jornal também, mas antes disso já tem sempre um. É muito difícil alugar um apartamento *aqui* [bloco um], porque as pessoas querem é aqui na frente, não só porque tem a vista [do canal], é porque é tranquilo, se entrar alguém é diferente, não vai ficar ninguém parado na escada porque meu marido não deixa. ‘Vai descer, vai descer, vai descer’. Ele toma conta mesmo. E as chaves ficam todas aqui. Chega homem do gás, chega homem da luz, tá tudo aqui. ‘Ah, eu sou da Light’, ele vai, leva, e vê. Sem problemas, graças a Deus, nunca teve problema nenhum aqui, nunca teve, muito bom.

Todos os prédios têm um zelador, às vezes um faxineiro. O Zeca, zelador do bloco dois, também mora no prédio que cuida, e já está lá há tanto tempo quanto Seu Evaristo e Dona Aparecida.

A Cruzada é não só um lugar onde “ninguém fica sem parente”. É o lugar *onde ficam os parentes*. Isto não quer dizer que não haja moradores ‘sem parentes’ na Cruzada. Talvez a partir desse dado Germana tenha podido examinar melhor o desejo e a possibilidade de adaptação do seu amigo da PUC na Cruzada:

Meus amigos da PUC falavam assim: ‘Cruzada? Onde é?’, ou então ‘Mas não é perigoso não?’. Aí teve um amigo meu que mora lá no Recreio, que é até ator, ele, que me perguntou ‘Onde você mora?’. E eu: ‘Eu moro na Cruzada’. E ele: ‘Mentira! Eu quero ir lá conhecer!’. Tudo bem. Aí ele veio, a gente andou por aqui, ele deixou o carro, foi lá em casa, depois foi embora e disse: ‘Caraca, Germana! Aqui é muito legal!’, e não sei o que... ‘Ah, Germana, eu acho que vou vir morar aqui’, e eu falei: ‘Ah... você não vai dar certo morando aqui não’.

Converter-se em morador

Angela Caterina Solomovici é romena e mora só. Antes de residir na Cruzada, morou com o ex-marido e o filho no Conjunto dos Jornalistas. Com o dinheiro que recebeu após a separação comprou um apartamento no bloco dois, por pouco menos de R\$50.000,00, onde viveu durante alguns anos com o seu segundo filho, até o dia em que ele partiu de volta para sua terra natal, em Israel. A mãe, desde então, mora sozinha no apartamento comprado, posteriormente, no bloco nove.

Angela Caterina nasceu no sul da Romênia, em uma região produtora de milho e banhada pelo Danúbio. Seus pais, agricultores e pobres, a deixaram, ainda bebê, na porta da casa de uma família pela qual foi adotada e com a qual se mudou para o norte do país. Aos doze anos trabalhava cortando cebolas na Romênia comunista. Não podia usufruir do soldo como bem gostaria, “comprar meias de seda, um vestido, um anel”. Todo o dinheiro recebido era destinado ao sustento da casa. No Natal, o governo enviava pacotes com pulôveres, meias de lã, sobretudos. Na primavera vinham roupas mais leves. A cada três meses recebia material escolar e na escola teve de aprender russo e francês, como línguas obrigatórias, além do alemão – idiomas que tem a oportunidade de praticar quando pesquisadores e amigos da etnógrafa visitam a Cruzada. Falou russo com o amigo Vassili Nicolsky⁴⁹⁵ e francês com o professor Laurent Thévenot⁴⁹⁶.

Lembra com muitos detalhes de sua infância na Romênia, da alimentação a base de milho e semente de girassol e de todo o périplo que empreendeu após deixar o país, aos dezenove anos, para casar-se com o seu primeiro marido, com quem partiu de navio, do porto de Nápoles, rumo a Israel. Cruzaram todo o Mediterrâneo, fazendo escalas na Grécia, em Creta, em Chipre para, finalmente, aportar em Tel-Aviv.

⁴⁹⁵ Quando este, atendendo a um pedido meu, secretariou a reunião de condomínio no bloco nove, em uma noite que não pude comparecer. Morador do Leblon, Vassili era a única pessoa a quem pude recorrer.

⁴⁹⁶ Professeur da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), de Paris.

Durante a longa travessia Angela converteu-se ao judaísmo, religião de seu marido, passando a se chamar Ruth. Em Israel, empenhou-se em aprender o iídiche e o hebraico, trabalhou no porto como cozinheira e lá teve o seu primeiro filho.

Nos quatorze anos em que viveu em Israel morou num kibutz. Lá também conheceu o seu segundo marido. Era um vizinho, brasileiro, carioca, com quem teve o segundo filho, antes de partir para o Brasil. A viagem até a América do Sul não se fez sem aventuras. Ruth voltou à Romênia, de onde partiu para uma temporada de dois meses em Paris. Passou pela Espanha e, de lá, pelas Ilhas Canárias, onde trabalhou como esteticista em *spas* de Tenerife.

Ruth combateu em duas guerras em Israel: a Guerra dos Seis Dias e a Guerra do Yom Kipur. Possui um conhecimento admirável sobre as armas de guerra, munições, aviões. O seu filho mais velho, hoje com 42 anos, é oficial da força aérea israelense. O seu fascínio por aquele país advém do forte engajamento de seu povo na defesa pátria, seja nos momentos de guerra ou nos pequenos rituais cotidianos. A vida no kibutz, ela pondera, lhe aperfeiçoou no espírito a fé e o gosto pelo trabalho.

Hoje ela está com 61 anos e chama algumas senhoras da Cruzada pelo carinhoso apelido de ‘mãezinha’. Estas senhoras, segundo conta, a ajudaram a adaptar-se no conjunto, “inclusive dando conselhos”. A saída do Jornalistas transformou a sua vida de maneira incomensurável. Muitas de suas clientes – Ruth é esteticista e cabeleireira – recusaram-se a entrar na Cruzada. A moça estrangeira se viu ainda mais só, sem filhos, sem marido, sem ninguém. Por isso o termo ‘mãezinha’. Com essas protetoras aprendeu “a observar mais do que se expor em conversas”.

Na cidade antiga, um homem sem pátria vivia à margem da vida regular e do direito⁴⁹⁷. Fora de sua pátria, era um homem sem deus e, sendo assim, sem vida moral. Um homem incompleto, sem vínculo, sem lei. O significado do exílio não era apenas o da interdição de permanência na cidade e o afastamento do solo pátrio. O sentido subjacente continha a idéia de excomunhão, de usurpação dos seus fundamentos, de anátema.

Na Cruzada, depois de tantas idas e vindas, a romena se sentiu como alguém em exílio. Precisava calar as vozes perturbadoras do silêncio da sua solidão, lançar âncora e encontrar uma maneira de novamente pertencer a um lugar, ao lugar onde, enfim, se encontrava. Não à toa a vida no kibutz lhe havia sido tão marcante. Participar das atividades locais, cultivar relações e com elas encontrar o seu espaço ali seria a única

⁴⁹⁷ COULANGES, Fustel. *A Cidade Antiga*. São Paulo : Martin Claret, 2002 : 219. 421p.

maneira de se lhe pertencer. “Era reconhecido como cidadão todo aquele que tomava parte no culto da cidade”, nos informa Fustel de Coulanges. “Renunciar ao culto seria renunciar aos direitos”⁴⁹⁸.

No corredor as mulheres se encontram enquanto dão prosseguimento ao trabalho doméstico. Os horários por vezes se combinam. De manhã, lava-se roupa para estendê-la no varal preso ao teto, nesse espaço concebido para servir de passagem. A porta de casa permanece aberta facilitando o entra e sai imposto por tal rotina. Nesses instantes tão efêmeros trocam-se palavras, histórias, impressões sobre o fato do dia e, impreterivelmente, uma opinião mais veemente, registro do gosto pessoal.

A constância desses instantes regula a aproximação entre vizinhos ‘de porta’ ou ‘de corredor’. Dalí para a cozinha, é um pulo. Prepara-se um café para se recobrar o ânimo e o trabalho prossegue. A presença com dia e hora se faz notar. A voz do que era estranho resulta familiar. E assim, esse regime de proximidade torna-se um canal por onde os valores mais costumeiros reverberam.

Sentadas à mesa para um café na casa de sua vizinha, Ruth, com seu suave sotaque, confessa: “A minha vida melhorou muito quando eu aprendi a ouvi-la”.

Aprender a ouvir alguém. Dar importância à palavra proferida. Converter-se em pessoa atenta ao que antes estava desprovido de sentido. Transformar-se.

A vizinha destinou-lhe parte do seu conhecimento sobre a vida como ela é *segundo suas observações*. Um olhar de quem conhece o seu meio e de quem, nele, é conhecido e respeitado. Os ensinamentos que Ruth passou a ouvir nessa espécie de conversão implicavam na transmissão de um culto. Culto de um comportamento necessário para garantir o seu sossego e respeito. Em outras palavras, o reconhecimento, perante os demais habitantes, dos seus direitos enquanto moradora digna de pertencer a uma comunidade moral.

Ainda assim a estrangeira sem parentes no conjunto é a todo tempo lembrada deste seu desamparo. Essa condição social faz surgirem marcas físicas em seu próprio apartamento, quando uma simples infiltração transformou-se em uma quase destruição do imóvel.

Há mais de ano Ruth sofre com esse prejuízo. A cada visita, ela aponta mais uma bolha na parede da sala, mais um azulejo solto no banheiro, mais um pano colocado no chão da cozinha. A vizinha de cima conhece o seu drama. A síndica já interveio no caso.

⁴⁹⁸ Idem : 213.

Seu Jair, morador do bloco cinco que presta serviços ao condomínio, também. Na defensoria pública pediram a Ruth fotografias comprovando o estado do seu apartamento. Nesta tarefa, colaborou a etnógrafa.

Certo dia a síndica encontrou a vizinha de cima e a chamou para uma conversa. Ela dizia: “olha, fulana, você precisa dar um jeito nisso. A casa dela está muito prejudicada. Você não ia gostar nada se estivesse passando pela mesma situação. Procure entender, ora. Você está prejudicando uma pessoa, a troco de quê?”. A vizinha de cima possui vários apartamentos na Cruzada, todos, segundo contam, em dívida com o município, com as contas mensais, sem contar o condomínio. Na conversa, a moça considerou a possibilidade de vender um de seus imóveis para quitar todas as dívidas, decisão prontamente apoiada pela síndica. “É melhor você perder um do que perder todos, você não acha? E depois, resolva esse problema com a sua vizinha, pois se ela levar o caso para o Tribunal de Justiça, você vai perder o apartamento. E ela está no direito dela.”

A moça ainda ensaiou várias desculpas antes de finalmente pedir à síndica para convencer a parte prejudicada de pagar metade do valor da obra. E a história prosseguia, em meio ao café com pão: “Sem noção de nada, essa moça!”. Seu Jair já estava iniciando o seu serviço no apartamento de cima quando a proprietária o impediu de entrar alegando que seus sobrinhos e filhos estavam dormindo no chão da sala. “Sempre havia um problema”.

Tocam a campainha e interrompemos a narrativa. Era Seu Jair, vindo de mais uma tentativa para sanar a infiltração. Com sua voz doce e olhar expressivo, dá boa tarde, entra na pequena cozinha e senta-se à mesa, calado. Passa a mão no rosto como quem se desperta para estar presente ao novo contexto. Enquanto isso, Dona Maria lhe prepara um pedaço de bolo, um copo de café. Ele então desabafa. A dona encrascava com o que podia e não podia. Estava desacreditado. Achava difícil poder ajudar a romena. Passara a tarde, “grande do jeito que é”, dentro de um *box* apertado de onde retirou dez quilos de entulho. “E a dona implicou com a poeira”. Depois, ainda machucou o dedo e foi até o tanque estancar o sangue. “Ela foi atrás e disse que eu estava sujando tudo...”

De tudo tentou para evitar problemas com a vizinha de cima. Por isso, recusou terminantemente quando ela lhe pediu que incentivasse a vizinha de baixo a contribuir com metade do pagamento, e teve logo a idéia de uma contraproposta: ele faria todo o serviço pela metade do preço. “Troco o ralo por duzentos, mas fiz por cem e ainda dei a terra e o cimento”. A mulher achou caro. E até hoje a água escorre pelas paredes da casa de baixo.

A síndica, vizinha de porta da pessoa prejudicada e representante legal dos moradores do condomínio, e o senhor que trabalha reparando as instalações do edifício, foram as duas únicas pessoas que intervieram no caso. Independentemente de qualquer relação pessoal que possam ter com a vítima, as duas personagens encontram-se diretamente implicadas no problema da infiltração.

Parente é capital. O desamparo de Ruth no episódio irresoluto, em que todas as razões estavam a seu favor, revelou-se ainda mais dramático quando pude perceber que estar só, nesse sentido, na Cruzada, restringia suas possibilidades de fazer valer o seu direito. Se os representantes legais não chegavam a termo, um parente e suas possíveis redes seria um recurso secundário na redefinição e resolução do conflito.

Em outro momento, a mulher sem parente protagonizou junto com sua vizinha, mãe de filhos criados e avó de netos crescidos, na pendenga formada diante da porta da cozinha com a chegada de um morador exaltado. O homem trazia nas mãos um papel com vinte e cinco assinaturas para provar a vontade de muitos moradores pela construção de um salão de festas.

Pegou todos de surpresa no meio daquela tarde que transcorria tranqüila. Da porta, sacudindo o papel com a mão direita, esbravejava para dentro da cozinha como se o bate-boca já estivesse entabulado. Os três visitantes da casa olhavam para a cena, atônitos, tentando compreender a situação antes de tomar qualquer atitude. Foi quando a dona, que estava lavando a louça, inicia os procedimentos para suspender a tarefa. Fecha a torneira, enxuga as mãos no pano de prato, o pendura no gancho atrás da porta, vira-se para o homem revoltado, coloca as mãos na cintura e, com voz impostada, revela: “A Cruzada não é uma comunidade carente!”

O homem é pego de surpresa. A dona da casa continua: “Se fosse comunidade carente não ia pedir para construir salão de festas onde funciona um posto médico”. O seu argumento tinha apelo, e o homem na porta paralisou. Ela se mantém firme e ordena: “E vamos falando baixo na porta da minha casa”. Ele dá um passo para trás e se posiciona, agora, sobre o capacho. Perdera o ritmo. Gaguejou antes de finalizar o que dizia e até pediu desculpas, tentando manter a face com um “mas...”. Seu ânimo, contudo, permanecera exasperado. A estrangeira levantou-se e saiu em defesa da dona da casa, momento em que ouviu daquele senhor que ficasse calada, pois, afinal, “quem era ela” para intrometer-se na discussão?

Marcou-se, assim, uma reunião para decidir sobre o destino do salão do pátio. No dia, os parentes dos interessados na disputa, ainda que moradores de outros blocos, compareceram à assembléia. A senhora sem parente, embora fosse das mais interessadas em manter o sossego do seu lar, localizado justamente em cima do salão que se queriam converter em ‘salão de bagunça’, sequer desceu para assistir a reunião. Nesse dia, ficou recolhida em casa pedindo a deus que se encarregasse do litígio.

Habito e diligo: a casa e os investimentos cotidianos

Toda casa é fruto de uma diligência. Moradia e cuidado, *habito* e *diligo*, não existem em separado⁴⁹⁹. Em *Os Paraísos Artificiais*, Baudelaire enleva o valor da intimidade presente no interior da casa quando esta “é atacada pelo inverno”⁵⁰⁰. O trabalho doméstico é incessante para que a casa, neste sentido, *funcione* como abrigo onde corpo e espírito encontram lugar de repouso e se revigoram para, a cada novo dia, irem expor-se novamente às intempéries do mundo exterior.

Nessas idas e vindas, ou, nos termos de Bachelard, nessa dialética do exterior e do interior, o espaço íntimo se transfigura na *imensidão* íntima. Imensidão como “categoria filosófica do devaneio”⁵⁰¹ que em nós habita e de nós se emana na casa em que se habita. Trazemos do mundo vivências que se elaboram, *a fortiori*, no domínio da intimidade. O valor conferido a casa resulta, desta maneira, da trajetória de seus habitantes, teleologias que a cada café da manhã continuam a se fazer. A casa dos sonhos é sonhada não durante o sono, mas no despertar de seu sonhador nos caminhos que faz pelo mundo.

Apurar o valor da casa é parte do trabalho de uma dona de casa dedicada. Mais do que isso, constitui tarefa constante e imprescindível para que a chama do lar permaneça fulgente e o local se faça hospitaleiro. Cuidar do lar, em outras palavras, é cuidar do ser. Em um telefonema angustiado, foi-me reiterado o significado fundamental da casa. A senhora do outro lado da linha conta a conversa que teve com a moça que há alguns meses acolhe em seu lar. A jovem costuma beber, e chega, após o expediente, escorando-se nas paredes. Como se a moça não pudesse mais se aperceber do que estaria colocando em risco com a sua fraqueza e vício, a anfitriã achou que era chegada a hora da conversa

⁴⁹⁹ Cf. MELLO & VOGEL, *op.cit.*, 2005 : 289.

⁵⁰⁰ BACHELARD, *op.cit.* : 55.

⁵⁰¹ *Idem* : 189.

esclarecedora: “Dagmar, em que outra casa você vai encontrar esse respeito? Em que outra casa você vai encontrar essa acolhida? Um lugar sem desconfiança? Que não tem suspeita, e nem perigo?⁵⁰²”. Se respondidas, todas as questões apresentadas à hóspede mostrariam o que uma casa como aquela é capaz de oferecer para a formação moral de um indivíduo.

“Ir para o mundo” é uma ação de busca.

Quando veio de Guaraciaba, no interior do Ceará, aos treze para catorze anos de idade, Dona Maria já se apercebia de um estranho fenômeno: sua cidade natal começava a ficar vazia. “Crescia um pouquinho e se vinha para o Rio de Janeiro. Naquela época ninguém falava em São Paulo”. O único conterrâneo, seu conhecido, que já vivia na capital era o seu irmão, que veio se estabelecer na favela da Praia do Pinto.

Ao chegar à cidade grande não tinha referências do local em que moraria. Adoeceu logo nos primeiros dias. A favela era bem diferente da casa arejada e do vasto terreiro no interior do Ceará, varrido pelo vento e pela vassoura de galho, fornido de cacimba e de um frondoso pomaredo. Um médico disse que a menina precisava trabalhar, pois a doença era uma baita de uma depressão.

Começou como costureira em Copacabana, mas quando decidiu casar, pediu aumento e não obteve. Com a ajuda do irmão, arrumou novo emprego em uma fábrica de tecidos na Gamboa. O esforço valeu para promover o casório, mas, ao se celebrar a união, o marido logo fez a exigência: mulher casada trabalha em casa.

A ex-patroa de Copacabana lhe ofereceu então a máquina de costura, roupas e tecidos. Maria passaria os dias, ao longo de anos, a costurar para a boutique de Copacabana na quitinete do terceiro bloco. Nesse tempo, deu à luz Marcos, Selmo, Gisele e Simoni. No conjugado de dezoito metros quadrados, Maria alinhavou o cortinado para dividir os espaços domésticos. Do lado da janela ficavam as caminhas das crianças. Todos permaneciam juntos nas rotinas diárias. Hora do banho, hora da escola, hora do almoço e demais refeições, hora do descanso, e Dona Maria sempre à máquina, entre um cuidado e outro com a criança.

Quando a pequena tinha seis meses, veio a separação. Dona Donilda, sua comadre⁵⁰³, lhe informara que sua mãe, Dona Frauzina, queria vender o apartamento no bloco cinco, cujas unidades são maiores, e que daria total preferência à Dona Maria. Esta,

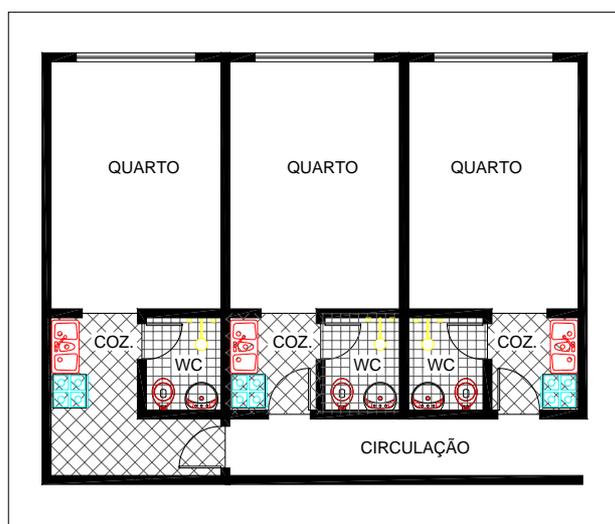
⁵⁰² 07 de novembro de 2007.

⁵⁰³ Dona Donilda era irmã do seu irmão de criação e foi madrinha do falecido filho de dona Maria. As duas filhas de Donilda são madrinhas das duas filhas de Maria. E Donilda foi madrinha do casamento de Maria, no civil e no religioso.

entretanto, não queria que a velha senhora, com seus noventa anos, fosse morar em casa que não a própria. Mas Dona Frauzina insistia, queria retribuir a ajuda que sempre recebeu de Maria desde os tempos da favela, quando voluntariamente se ocupava em dar banho nas crianças que aquela senhora cuidava.

Maria, então, decidiu: arrumou seus quatro filhos e foi com eles até a casa da senhora. Ela rezava crianças, e assim o fez naquele dia. Em seguida, a jovem mãe tratou do assunto que a estava inquietando. Propôs pagar quinhentos cruzeiros por mês pelo apartamento que valia três mil e quinhentos. A proprietária, contudo, continuaria morando lá até o fim de seus dias. Todos os encargos ficariam também sob a responsabilidade de Maria. Esta seria a sua retribuição pelo carinho que lhe fora destinado. A senhora acabou aceitando a proposta. Não tinha outro jeito. Maria estava determinada.

O cortinado dividia o apartamento ao meio. A mãe ocupava o centro do imóvel, entre o cantinho das crianças e a cozinha.



PLANTA BAIXA PAVIMENTO TIPO
APTOS. 1, 2 e 3

Toda a transação foi feita através do Serviço Social da Cruzada. Qualquer venda ou troca de apartamento deveria ser antes comunicada às assistentes sociais para que a entidade atualizasse os documentos do morador.

Quando finalmente mudou-se para o bloco cinco, a nova proprietária já estava com o seu segundo marido e poucos meses depois da mudança, nasceu o seu quinto filho. A família não demorou muito para se mudar novamente. A moça que fazia as unhas de Dona Maria lhe informara sobre um apartamento no bloco nove que estava para vagar. Seriam dois quartos, ao invés de um! O interesse foi imediato. Foi até lá e comunicou ao proprietário que fecharia negócio. Religiosamente, nos seis meses em que permaneceu no

bloco cinco, pagou, no Serviço Social, as seis prestações do apartamento para onde iria em seguida.

Toda a mudança, assim como a decisão e o acompanhamento do processo, ficou a cargo dessa mulher. Seu segundo marido era oficial da Marinha, trabalhava embarcado e justamente nesse período permaneceu seis meses em Manaus, retornando somente dois dias após a família ter se instalado no apartamento do bloco nove.

Essa última mudança, de tão problemática, adquiriu a conotação de uma conquista. O casal não saía do apartamento e parecia não se mobilizar muito diante da proximidade da data combinada com a nova proprietária. A tensão criada entalhou na memória da narradora o dia da semana em que ela finalmente lhes deu o ultimato: “Foi numa quinta-feira, antes do sábado de carnaval”. No dia oito de março – outra data marcante – ela combinou com o Seu Josué, morador do bloco oito que se encarregaria da mudança, de que ele entraria na casa de qualquer maneira no dia marcado. E assim foi feito: tão logo a dona abriu a porta ele adentrou o apartamento, encaminhou-se para a janela e começou a subir os móveis e a geladeira. A mulher reclamava, dizendo que “dia oito termina só à meia-noite!”. Esbravejava sozinha. Seu marido não se encontrava em casa e tudo correu de maneira mais favorável para a nova proprietária.

“Fiz a mudança no peito”. Orgulha-se de sua firmeza, ou ainda de seu arrojo. E não era para menos. Na véspera, com a ajuda de seus filhos e dos amigos deles, havia terminado de empacotar todos os seus pertences e mantimentos. Dormiram todos com o minimamente necessário. A casa, objeto de seu maior esmero, estava desmontada e guardada nas caixas, pronta para ser transportada e refeita no novo lar. Como na epopéia de Virgílio, a nossa personagem carregou sua prole do mesmo modo como faria um sacerdote depositário do fogo e das coisas sagradas em sua missão de fundar um novo templo, uma nova urbe, um novo lar⁵⁰⁴. Entre sua missão de fundar o novo lar e o desejo de repouso se interpunha a vontade de Deus, canalizada pela sua fé cristã, animando-a a não desistir de seus objetivos.

O casal, ainda assim, partira deixando muitos objetos no ‘quarto embutido’⁵⁰⁵, além de ter retirado os bocais, os interruptores e as fechaduras de cada um dos cômodos! A primeira noite no novo apartamento transcorreu iluminada à velas e com um trinco improvisado na porta da cozinha. Na manhã seguinte, um dos filhos homens devia

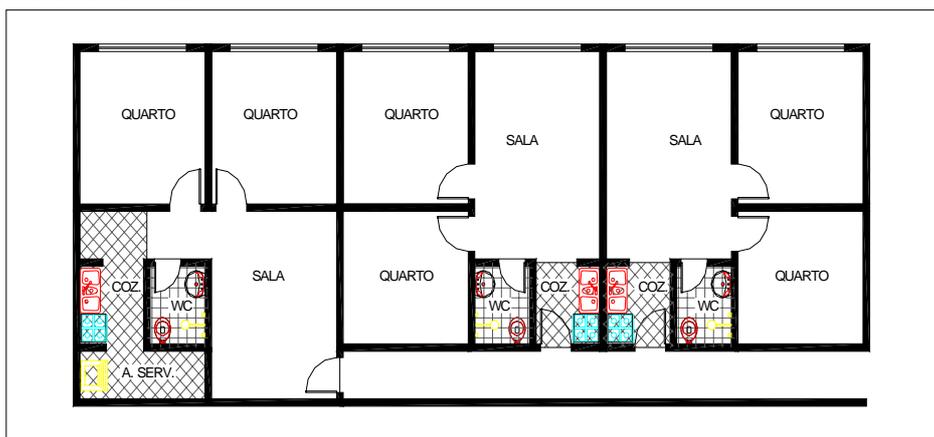
⁵⁰⁴ V. COULANGES, op.cit. : 1560157.

⁵⁰⁵ Modo como chamam o quarto com janela basculante dos apartamentos maiores.

comparecer cedo na padaria em que trabalhava para fazer a entrega dos pães. O outro iria para o Clube Caiçaras, onde exercia a função de gandula nas quadras de tênis. E a vida, com suas insuperáveis adversidades, começava, mais uma vez, a adquirir rotina.

O novo apartamento, no qual mora desde então, mereceu uma grande reforma. O chamado ‘quarto embutido’ ganhou uma porta para o corredor e, com essa comunicação direta com a passagem, transformou-se em sala. A casa então passou a ter uma entrada pela cozinha e a outra pelo novo cômodo, para os dias ou visitas excepcionais. No prolongamento da parede que separa o banheiro da cozinha, fez subir uma parede em ‘L’, tomando ainda uma parte do que antes seria a sala. Deste modo, criou uma aconchegante copa, imediatamente após a cozinha, e um pequeno corredor ligando esta aos demais cômodos. Da antiga sala foi feito um quarto onde hoje dorme o seu neto e a moça que acolhe em sua casa.

Raul Silveira Simões



PLANTA BAIXA PAVIMENTO TIPO
APTOS. 8, 9 e 10

Uma porta de madeira foi instalada no corredor, preservando o acesso ao seu apartamento e ao ‘apartamento de canto’. Antes dessa, uma outra, em grade de alumínio, resguarda integralmente esse lado do pavimento.

Na porta de madeira, embaixo do olho mágico, lê-se o adesivo “Os olhos de Deus estão em todo lugar”. Na porta da cozinha, percebemos a gradação para o universo íntimo no dizer de mais um: “Eu amo minha família”. Atrás da porta, a folhinha do Sagrado Coração de Jesus, e em todas as paredes da casa os enunciados se materializam em crucifixos, Sagrados Corações de Maria, vieira de peregrinos compostelanos.

Na casa de Fátima e de Dona Geralda, a fotografia de Dom Hélder Câmara encima a porta do quarto. Em outro apartamento, no bloco um, protegem o lar e seus habitantes o terço de madeira atrás da porta, o quadro de São Sebastião na parede, duas imagens de Nossa Senhora Aparecida, uma da Escrava Anastácia e duas velas de São Jorge Guerreiro sobre a cantoneira da sala. No bloco sete, a dona viúva resguarda sua morada com plantas de poder e o banquinho branco do seu preto velho. No bloco oito, a senhora que perdeu o filho ainda jovem estuda, desde então, o evangelho de Kardec. Irmã Cláudia e Presbítero Nilson, cada um em seu apartamento, levam a palavra aos evangélicos da Cruzada em cultos realizados no salão de festas do bloco cinco ou no púlpito montado na rua, vez por outra, nos dias de sábado. Velhas rezadeiras põem a mão e impõem condição e juízo nas cabeças das crianças, filhos de descendentes, vizinhas e amigas. Missionárias estrangeiras são vistas, por vezes, subindo e descendo as escadas. Fora isso, há a Igreja Santos Anjos, as procissões pela rua e as novenas e ladainhas realizadas um dia em cada bloco.

Se não falta alimento para o espírito, o corpo também dele não carecerá. Toda terça-feira é dia de feira lá para os lados do Clube do Flamengo. Os preços cobrados ali são exorbitantes. Quem a frequenta são os moradores da Selva de Pedra e Fátima Regina. Ela não vai para comprar, mas para cortar mandioca para um ou outro feirante e pegar com eles as frutas, os legumes e as verduras que desejar, na quantidade que puder levar. Toda terça-feira ela então acorda cedo e vai para a feira frequentada pelos moradores da Selva de Pedra e arredores mais abastados levando consigo um carrinho forrado com plástico para que nenhum produto escolhido fique pelo caminho.

Ao voltar, dá o seu toque inconfundível na campainha de Dona Maria. Acomoda o carrinho e vai pondo sobre a pia de mármore o quinhão de mamão papaia, berinjela, jiló, laranja seleta, cebola, alho, banana, tomates e aipim que reserva, toda terça-feira, para oferecer àquela senhora, ou melhor, aos habitantes da casa gerida por aquela senhora.

Enquanto a fatura era disposta sobre a pia, na TV de vinte e nove polegadas da sala o apresentador, travestido de mendigo, almoçava em um dispensário da capital paulista com uma câmera escondida no boné. Conversava com o seu vizinho de mesa, um pernambucano, vindo do Recife, que lamentava ter perdido o contato com a família por não saber escrever. O caso assistido pela TV em meio a preparação rotineira do almoço de semana mereceu consideração: “Tem gente que não tem nada nessa vida...”

Faltava preparar o carré para a principal refeição do dia. Na Rocinha tem um vendedor que trabalha no Largo do Boiadeiro. Com ele se pode comprar carne de porco

despreocupadamente. Seus animais são criados presos, limpos e bem alimentados: “Só comem milho e não aquelas porcarias todas que jogam pro bicho comer”.

Numa jornada de trabalho doméstico a casa é arejada constantemente pelo entra e sai dos demais habitantes ou das visitas que a todo o momento aparecem para tomar café. Normalmente são vizinhos vindos da rua, da igreja, do mercado. Quem chega do trabalho prefere seguir diretamente para sua própria casa, tomar um banho e trocar de roupa, pois a parada para a visita envolve a conversa, o abraço, o toque, a atualização dos fatos da vida e, como consequência incontornável, algo de comer ou beber. Desde que seja bem quente, ou seja, feito na hora, ou, ao contrário, bem gelado – um refresco.

Durante uma tarde, não me contive e contei: sete pessoas renderam visita à dona da casa! Às 14:30 a outra moça que acolhia em sua residência lavava a cozinha enquanto ela se ocupava da louça. A comadre e a etnógrafa, sentadas em um banco na copa, mantêm dali a conversa enquanto o neto entra e sai. A cliente da moça chega para fazer as unhas. Pausa no serviço em curso para atender, na sala, a mulher com hora marcada. No meio da tarde, em horários diferentes, aparecem os dois filhos para dar um beijo na mãe. “Dar um beijo” significa executar esse ato e cumprir com o dever de fazê-lo sistematicamente. Um deles traz a filha, neta da dona. A irmã da manicure também vem e toma um café acomodada na soleira. O pintor que restaura a portaria do terceiro bloco comparece para reanimar-se para o trabalho, assim como a mulher e um amigo do filho.

Neste dia Dona Maria concluiu que tem gente que não pode viver com outros, pois *não sabe* viver com os outros. Citou, como exemplo, um homem *avaro*⁵⁰⁶ que interditará a passagem para a Pedra do Baiano para as senhoras que lá iam apanhar terra para seus vasos de planta, ao passo que ele, morador da Pedra, todos os dias utilizava o pátio do bloco como passagem.

Faz parte das narrativas das mulheres esse tipo de enredo no qual se vêem defrontando-se com uma força coerciva masculina que dificulta, justamente, o *viver com outros*. O filho de uma ex-síndica da Cruzada é quem nos fornece a definição para esse tipo de poder coercitivo exercido por alguns homens. Ele o chama de “*espírito da favela*”, entidade que todo morador da Cruzada pretende exorcizar: “É quando o cara está sem razão, mas fala com você como se você estivesse errado”.

⁵⁰⁶ « A avareza interrompe o círculo do direito, dos méritos, dos alimentos que renascem perpetuamente uns dos outros ». O verso, contido no *Mahabharata*, trata da natureza da partilha, ou seja, da caridade e da hospitalidade necessárias para *fazer viver* um bem. Cf. MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva – Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In *Sociologia e antropologia*. São Paulo : Cosac & Naify. 2003 : 283. pp. 185-314.

No episódio narrado, a síndica, sua mãe, chegava do trabalho e, ao entrar no prédio, deparou-se com um grupo de rapazes acendendo uma churrasqueira no *hall* de entrada. Sem rodeios, pediu que tirassem o equipamento dali, pois além de atrapalhar a passagem dos moradores eles não tinham permissão para fazerem a festa pretendida. Disse que subiria, mas voltava para confirmar a atenção que dispensariam ao seu pedido. Ao retornar, encontrara uma multidão. Ela se viu obrigada a atravessar a turba “para falar diretamente com deus, e não com o coroinha, nem com o sacristão, nem com o padre”. Chegou diante do menino e disse que tirasse tudo aquilo da entrada do prédio. O grande número de pessoas ali reunidas impossibilitara a passagem, constringendo o morador a caminho da escada ou do portão de entrada. Os amigos do rapaz ignoraram seu apelo. Começaram a lhe destinar gracejos maliciosos e a síndica, sem conseguir se conter, chutou a churrasqueira. Seu marido desceu junto com os filhos e todos participaram da confusão. Ela subiu para casa, transtornada. Até que, passado alguns instantes, alguém toca a campainha. Era um menino, da mesma faixa etária dos garotos do churrasco. Solícito, perguntou o que haviam feito com ela, a quem chamava de “tia”. Ainda confusa, aproveitou a vontade de saber do menino e desabafou com ele tudo o que pôde. Ele a ouviu atentamente, a consolou em seu ombro, e se despediu. Estava armado, não disse nada. Desceu e passou fogo em quatro. Um rapaz morreu e outro ficou paraplégico. A moça, que viu todos aqueles garotos crescerem, arregala os olhos ao contar essa história. E acha tudo aquilo um verdadeiro absurdo.

“É por isso que é melhor ficar em casa”. Ou ainda, “o povo anda muito sem valor”. O lugar onde se adquire os valores rarefeitos, segundo a percepção local, é a casa. Casa em seu sentido integral, contemplada por um grupo doméstico que se encarrega de cultivá-la na acepção etérea de *lar*.

Lar e negócio

Os olhos de uma dona de casa podem ver nos detalhes do abrigo manifestações de uma hospitalidade. Dona Neuza refere-se a *algo que a estava esperando* ao descrever sua mudança do barraco para o apartamento. Pôde experimentar, com isso, a metáfora do ninho

acolhedor “que continua a envolver o pássaro que sai do ovo” e para o qual “o ninho é uma penugem externa antes que a pele nua encontre sua penugem corporal”⁵⁰⁷.

Em 1957 o caminhão da Cruzada São Sebastião recolhia os seus pertences sobre o palanque montado em frente a Igreja Santos Anjos enquanto ela seguia à pé em direção ao novo lar, pois era tudo muito perto:

Chegávamos aqui, ficávamos do lado de fora, eu fui assim, não sei se os outros foram igual a mim, esperando a mudança chegar, a porta aberta até o canto. Do lado de fora eu olhei: vi um fogãozinho pequenininho, bonitinho, de duas bocas com uns dois bujõeszinhos de gás. Olhei para o teto, cada cômodo tinha uma lâmpada. Eu me senti muito assim... emocionada com aquilo que estava me esperando. Fui até a entrada da cozinha, abri a torneira e vi a água caindo, achei uma coisa mais linda do mundo, que eu não esperava que fosse assim, mas estava muito bonito. A mudança chegou com o caminhão e colocaram dentro da casa, aí começou-se a arrumar as coisas. Comprou-se uma cortininha, colocou-se na janela, ligou-se o gás, ligou-se o fogão, foi feita a comida, se almoçou... e a vida foi correndo assim.

Cinquenta anos depois desse dia, Neuza vive em um apartamento maior dentro do próprio conjunto e há dois anos reformou inteiramente o seu imóvel de quarto, sala, banheiro e cozinha.

Trocou os tacos de madeira por um piso frio, e em sua casa não se entra mais pela cozinha. Esta foi transferida para o cômodo lateral depois de derrubada a parede. Em seu lugar há a copa reversível em sala de estar ornamentada, à entrada, com plantas e uma mesinha, ao lado da porta, sempre com flores e objetos de sua devoção. À esquerda, o banheiro. E à direita, onde era o quarto, uma pequena mureta, de um metro e meio de altura, separa a cozinha funcional do pequeno recinto onde está a estante com os produtos cosméticos que vende, seus livros e revistas e uma mesa onde costuma escrever e calcular seu orçamento. Ao lado da mesa, separando esse ambiente da copa, outra estante com fotografias de suas filhas e netas, de colegas de trabalho e os inúmeros troféus de ‘vendedora do ano’ conquistados durante dezessete anos consecutivos.

⁵⁰⁷ Idem : 105.



PLANTA BAIXA PAVIMENTO TIPO
APTOS. 4, 5, 6 e 7

Dois consumidores se decidem pelos produtos cosméticos vendidos por Neuza em seu apartamento inteiramente reformado.



Fotos de Soraya Silveira Simões



No canto direito da imagem acima, a cozinha. Logo em seguida, a mureta de separação dos dois espaços de trabalho. A parte azulejada identifica a parede que derrubou para criar esses dois novos espaços em sua residência.

Dona Aparecida, mulher do zelador do primeiro bloco, beneficia-se do pátio em frente a sua porta e, no *reveillon*, espalha mesinhas e cadeiras e fornece quentinhas para os visitantes de outras cidades que vêm, em caravana, assistir aos fogos de Copacabana. Os ônibus que os trazem estacionam na margem do canal, na chamada ‘rua fechada’. São dezenas de coletivos alugados pelos grupos de excursionistas apelidados pelos moradores da Cruzada de ‘mineirinhos’,⁵⁰⁸.

O setor de comércio e serviços existente na Cruzada é diversificado. Muitas são as pensões, pois gente precisando comer constitui demanda diária. São duas no primeiro bloco, duas no segundo e duas no terceiro; e uma no quarto, no quinto, no sexto, no sétimo e no oitavo. No bloco três se oferecem internet e serviços de impressão, e há também uma pizzaria que faz entrega à domicílio. Dois senhores reparam equipamentos eletrônicos em um apartamento alugado no bloco cinco. Um deles morava na Cruzada e tem ali parte da sua família. O outro, vem diariamente, há sete anos, de São João de Meriti para consertar os equipamentos dos moradores da região. É mais lucrativo prestar serviço para quem não integra o círculo das relações pessoais, pois neste domínio o serviço tende a desfazer-se em *favor* para um amigo.

As chaves da casa: os sonhos da etnógrafa

*Lo mismo que estoy viendo dudo y creo.
Rosaura, La vida és sueño. Calderón de la Barca. P.217*

Após tanto ter dedicado atenção aos detalhes de casas tão diversas, a etnógrafa começou a trabalhar os resíduos de tudo o que vira, ouvira, provara e sentira, através dos sonhos. Foram três, no total, feitos em três noites consecutivas. Todos com a tópica da casa – seus lugares, usos e significados.

Primeiro sonho. Na Praça Tiradentes, local boêmio situado na área central de negócios da capital, rodeada de teatros, comércio, prostituição e camelotagem, a sonhadora encanta-se por um casarão à venda. Procura informar-se com os habitantes da região, em sua maioria comerciantes, sobre a frequência noturna do lugar. A proprietária de uma

⁵⁰⁸ Uma rápida conferida nas placas dos ônibus mostra que a maioria vem de Juiz de Fora e de cidades do sul de Minas.

sapataria lhe diz que a noite ali é desoladora. Durante anos havia morado nos fundos de sua loja. Para se chegar à residência era preciso, no entanto, atravessar o salão comercial, o almoxarifado e, por fim, uma parede de pedra que protegia a casa da parte posterior acessada livremente, durante o horário comercial, pelos transeuntes da praça.

A sonhadora ponderou. O casarão não tinha sequer soleira. O chão da calçada continuava, no mesmo nível, adentrando por debaixo da porta, única separação da casa e da rua. A porta de madeira, com duas folhas e um postigo, abria-se, sem qualquer outra gradação, diretamente para o passeio. Ainda assim, em um ato de coragem, a desejosa sonhadora comprou a casa e passou a habitá-la. Pintou a parede, colocou plantas na cozinha, iluminou os corredores e, neste constante aquerenciar-se, produziu a sua própria segurança, imantando de proteção o ambiente íntimo através do cultivo diário do lugar de moradia.

Segundo sonho. Do ponto de vista da sonhadora, olha-se, da porta da cozinha, para a parede inteiramente azulejada de uma área interna, bem pequena, descoberta e bastante aconchegante. Ali estão o regador, a mangueira, a pá e outros apetrechos de jardinagem presos à parede. Um filete de sol resplandece sobre a cerâmica e o sentimento é de profunda satisfação. À revelia da moradora, a natureza comparecia, naquele instante, para aquecer um pedaço de casa.

Volto os olhos para dentro do apartamento e vejo que estou na sala retangular. Os objetos, o sofá e o móvel com o toca-discos me são familiar. A luz pálida entra pela janela. Vou até lá e subitamente me dou conta de que estou na Cruzada São Sebastião. Fecho apressada as cortinas e preservo a visão do interior da casa daqueles que promovem a intensa animação na rua. Ajo pensando, sobretudo, nos azulejos da área interna, pois me marcara no espírito o despeito manifestado por uma senhora, certa vez, ao comentar comigo, na rua, sobre a cozinha inteiramente azulejada de outra moradora, sua vizinha.

O terceiro sonho. A casa, em forma de meia lua, é toda de vidro na parte abaulada. Não existem paredes. Apenas um degrau separa o nível da sala do piso do quarto. A entrada é por uma porta lateral, ao final da convexidade da parede de vidro.

A complexidade da casa estava no fato de não ter paredes. No sonho, só pude compreender isso depois de ter acatado o pedido de um casal amigo, para ceder à mulher um canto onde pudesse trabalhar. A moça, fora do sonho, trabalha com as crianças de uma pequena favela do bairro onde moro utilizando uma sala da casa antiga que partilha com outras pessoas.

Acatei, portanto, o pedido dos amigos. No dia seguinte, ao chegar em casa, encontro tudo drasticamente modificado pela inserção de um único elemento: uma fórmica dividindo o espaço anteriormente livre em dois ambientes incomunicáveis. A sala transformou-se em ante-sala de um comércio instalado, por sua vez, no quarto, ou melhor, no *meu* quarto. No lugar da cômoda agora existia um balcão e ali, apavorada, encontrei dois operários aguardando, no horário de seu almoço, o reparo em uma televisão. O sonho era pesadelo. Apossava-se de mim um profundo pesar, uma imensa consternação ao ver o quarto transformado em oficina de eletro-eletrônicos, apertada, invadida por estranhos indiferentes e desconhecedores do que o ambiente do dia anterior era capaz de proporcionar em enlevação à sua moradora. Além de tudo, uma só divisão arrasava, de uma vez por todas, o espaço querido e necessário para o meu íntimo devaneio. Toda a possibilidade de beleza e comprazimento estava descartada.

Precisava sair dali, fugir daquela pesarosa lamentação e pensar em como dizer à amiga que procurasse um outro lugar para trabalhar. Mas para sair dessa casa então transformada, ultrapassei poças, andei sobre tábuas umedecidas, cordas bambas e me coloquei atrás de uma fila de gente apenas para ir do meu antigo quarto até a porta da casa. Antes da transformação, apenas dois passos eram necessários. Em realidade, a longa extensão percorrida e seus empecilhos representavam que a mudança no meu espaço íntimo desestruturara por completo o meu tamanho no mundo.

A amiga aceitou, sem resistências, deixar a casa, mas quando esta foi esvaziada do pesadelo, já não era mais a mesma. Algo ali havia mudado e se condensara na tristeza que ali, há pouco, eu havia experimentado. O lugar belo tornara-se feio, e agora era eu quem precisava mudar – sem saber ainda como.

* * *

Foto de Simone Marinho, jornal O Globo, 24 de julho de 2006.



"Estela Garcia, tia de Sandro, mostra o apartamento revirado pelos policiais na Cruzada São Sebastião". Às 07:30 da manhã, o sobrinho foi algemado e não se sabe ao certo se caiu ou foi jogado pelos policiais civis pela janela do apartamento da tia, no quinto andar do bloco um.

5. Sociabilidade feminina

O papel que me fora atribuído no início da pesquisa situava-me mais ativamente junto ao ex-presidente da Associação de Moradores. Com o tempo fui sendo introduzida nas redes de relações de algumas mulheres, até que me vi inteiramente à vontade nessa sociabilidade que se dá no interior dos apartamentos.

Da função de escrevente de atas nas reuniões da Amorabase e de Condomínio, pude obter um amplo panorama dos conflitos entre vizinhos e de como eles eram definidos a partir das interações cotidianas. Descobri que havia situações em que a 'comunidade' se diferenciava entre 'morador de agora' e 'morador raiz', 'barraqueiros' e 'morador', morador de 'apartamento fla-flu'⁵⁰⁹ e através das tecnonímias, esses códigos de afiliação

⁵⁰⁹ Alusão ao grande número de torcedores que vão ao Maracanã nos dias em que os times Flamengo e Fluminense disputam um campeonato.

conceitualizados por Edward Tylor⁵¹⁰, além de outras categorias expressivas da moralidade latente e revelada nas oposições surgidas, eventualmente, de maneira circunstanciada.

Enquanto ia adquirindo esse conhecimento sobre a vida comunitária, e ainda muito atenta ao calor das discussões e aos episódios que geravam fofocas, reuniões e aguerridas assembleias, podia apenas entrever algo de novo que se processava de maneira sutilíssima. Nessa espécie de entressafra do trabalho de campo, considerava a minha base na Cruzada como sendo definida antes por um momento do que por um lugar. Eu e os colegas que comigo trabalharei no campo durante o primeiro ano de pesquisa nos dirigíamos para lá, impreterivelmente, nos dias das reuniões, convocados pelo Cláudio ou por algum síndico. Nesse espaço eu já me sentia à vontade, a ponto de minha presença no conjunto ter sido associada por muitos moradores, e durante um bom tempo, à possibilidade de haver reunião.

Ao escrever agora sobre esse período, acredito que toda a dinâmica daquilo que um dia era o presente seja mais forte nas lembranças do que no vivendo o momento. Retrospectivamente, conforme Schutz observou, elaboramos o vivido e o vivemos novamente com uma nova paleta de experiências a nos permitir re-enquadrar os instantes permanentes na memória que temos de uma situação qualquer. E foi graças à memória, esse estranho lugar que nos pertence e ao qual retornamos como a uma fonte para a compreensão do presente, que a minha inserção no universo doméstico pode ser restituída, agora, de seus meandros.

Antes de prosseguirmos, gostaria de esclarecer uma noção mais de uma vez aqui empregada. *Sociabilidade*, conforme a definição de Simmel, é a *forma lúdica da sociação*, que, por sua vez, é a “forma pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses”. A importância das interações que ganham a forma *sociativa* reside no fato de que elas conduzem o homem a viver com outros homens, agir por eles, com eles, contra eles, organizando, deste modo, de maneira recíproca, as condições necessárias *para que ele influencie os outros e seja por eles também influenciado*⁵¹¹.

É importante, ainda, esclarecer que *lúdico*, na língua portuguesa, é algo “que se faz por gosto, sem outro objetivo que o próprio prazer de fazê-lo”. O antepositivo ‘lud(i)-’, possui como acepções possíveis a noção de ‘jogo’, ‘divertimento’, ‘recreação’, ‘recreio,

⁵¹⁰ Em *Primitive Culture*, publicado em 1881, Edward Tylor identifica o fenômeno que nomeia de tecnonímia como elemento dos sistemas de parentesco e das instituições uxoriocais.

⁵¹¹ SIMMEL, Georg. *Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal*. In MORAES FILHO, Evaristo. *Georg Simmel – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983 : 166-167. pp.165-181.

folga’; mas também ‘joguete’, ‘insulto’, ‘zombaria’, ‘ultraje’. Supõe ‘divertir-se’, ‘gracejar’, ‘fazer festa’; ou, em outro sentido, ‘jogar com’, ‘fazer conluio’, ‘ludibriar’. Todas essas acepções são contempladas pelo inglês *to play*: ‘representar’, ‘brincar’, ‘jogar’.

‘Sociabilidade’, como figura em dicionários da língua portuguesa, é, por sua vez, uma ‘característica do que é sociável’, um ‘prazer de levar a vida em comum’, uma ‘inclinação a viver em companhia de outros’, uma ‘aptidão para viver em sociedade’, uma ‘socialidade’. O antepositivo ‘*soci-*’, presente em todos esses termos, significa ‘que acompanha’, possuindo também, como acepção, as idéias de ‘aliado’ e de ‘companheiro’.

Embora não exista nos dicionários da língua portuguesa o vocábulo ‘*sociação*’, os tradutores de Simmel parecem ter optado por criar essa novidade lexical de modo a distinguir as formas de *fazer sociedade*, idéia precípua do termo *sociação*, daquelas de um mundo do vínculo corporativo, frequentemente representado pela *associação* como instância que está acima dos indivíduos – e na qual o todo é maior do que a soma das partes.

O que importa para os propósitos dessa etnografia, entretanto, é ressaltar o caráter fundamental e estratégico dos vínculos mais constantes ou efêmeros do *estar juntos* dessas mulheres cotidianamente empenhadas.

Portanto, chamo de *sociabilidade feminina* o tipo de *sociação*, de interação cotidiana, que tem lugar nos apartamentos – sobretudo nas cozinhas, ou seja, no domínio da casa, da domesticidade, do *foyer* proeminentemente regido pelas mulheres – e através da qual se transmite e se adquire uma série de *medidas* fundamentais para a exposição adequada de si no mundo exterior a partir da perspectiva das mulheres. Ressalto, desde já, que o tópico que permeia e amalgama esta sociabilidade é, contudo, a *convivência*.

O acesso a esse universo, portanto, é franqueado pela cozinha, esse lugar, por excelência, do *fazer*. Mas, “de um fazer repetitivo, banal”, como assinala Sefarty-Garzon⁵¹². São estas qualidades de um fazer constante, justamente, as que colocam a cozinha no mesmo patamar da oficina do alquimista. Ambos são da ordem da transformação. Do cru e do cozido, do estranho e do hóspede, do prescrito e do interdito, do sujo e do limpo, da pedra filosofal para se converter algo ordinário em objeto de grande valor. A cozinha, recinto de entrada cotidiana das casas ocidentais, opõe o estado de

⁵¹² SEFARTY-GARZON, Perla. *Chez soi – Les territoires de l’intimité*. Paris :Armand Coulin, 2003 : 169. 255p.

natureza ao estado de cultura. E se nela se elabora o alimento, elabora-se, também, nesse local marcado pela oralidade, as soluções para os problemas da vida e da alma. Na língua portuguesa, o próprio verbo comer advém da idéia de *comensalidade*: *com* + *edère* .

Comer junto, conversar. “A cozinha é o lugar desse duplo prazer, lugar dessa oralidade que toma inúmeras formas e se exprime de maneira irredutível através dos múltiplos e minúsculos imperativos do gosto pessoal, do estilo próprio de fazer a cozinha, de comer e de falar”⁵¹³. O balé de gestos levanta odores e sabores e a melopéia convidativa se precipita diante do recém-chegado o envolvendo de modo sutil nessa *hospitalidade* tão significativa de uma casa, composta de dimensões sensíveis frequentemente eclipsadas pelo império da visão.

Como que desprovido de uma face visível, pública, o tipo de trabalho que se exerce na cozinha para a manutenção dos corpos da família “parece cair fora do campo de uma produtividade visível, valorizável”⁵¹⁴.

Mas as mulheres que se lançam na aventura cotidiana de gerir uma casa possuem, cada uma, um séqüito de outras mulheres com as quais compartilham e metabolizam os mínimos percalços desse caminho pouco perceptível para olhos não familiarizados com toda a química guardada nos inúmeros pequenos lugares que comporta uma cozinha.

No conjugado de Soninha, o único cômodo congrega inúmeras atividades femininas em um mesmo momento. Nesse gineceu vespertino, suas parentes, amigas e vizinhas se reúnem para a realização das tarefas. Soninha precisava aplicar o Henê nos cabelos. Daquela tarde não passaria, as madeixas estavam já eriçadas precisando com urgência do cosmético. Sua irmã é quem lhe aplica o produto. Munida de luvas e pincel, forrara também o chão com jornal de modo a preservar o piso claro dos respingos negros. A amiga Daisy, nesse momento, lhe prepara a comida e, entre um tempo e outro de cocção, vai até o térreo levar ou trazer contas para pagar. A irmã sai para o trabalho e uma vizinha chega para substituí-la, trazendo consigo outro produto para finalizar o tratamento dos cabelos de Soninha.

Nesse intervalo, ela pega o celular e telefona para o filho. Quer saber se ele está com todos os seus documentos. Na ocasião, explica que sempre lhe faz a mesma pergunta, pois tem consciência de que na cidade em alerta, como anda o Rio de Janeiro, “a cor é um problema”.

⁵¹³ Idem: 171.

⁵¹⁴ GIARD, Luce. *Faire-la-cuisine*. In GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. *L’Invention du quotidien – habiter, cuisiner*. Paris : Union Generale d’Éditions, 1980 : 156. pp. 149-234.

Em outra vez, quando não carecia de cuidados com a estética, as amigas presentes apenas apreciavam a conversa e a cerveja gelada. Passamos a tarde na prosa, sem outro serviço que pudesse ausentar uma das convivas, ainda que por alguns instantes. As idades variavam entre 18 e 56 anos. Mas a tópica afirmada e reafirmada concernia ao universo feminino. Ou melhor, ao universo do cuidado feminino: era a família, filhos, maridos, namorados, afetos, convivências possíveis, impossíveis, problemáticas. Tudo sempre entremeado por palavras de estímulo, esperança, “as coisas hão de se resolver”.

Foto de Daisy, 24 de agosto de 2003.



Foto de Soraya Silveira Simões, 24 de agosto de 2003.



Soninha, de pé, acolhe as companheiras e a etnógrafa em mais uma tarde de conversas e tarefas em sua sala-atelier.

Na casa de outra senhora soube que sua nora havia perdido a mãe. O desconsolo deveria ser ainda maior, pois a mulher não morava mais na Cruzada, mas na Zona Oeste. “Quem é que vai cuidar dela? Não tem ninguém por perto nem para lhe fazer um mingau! Ela precisa de alguém que cuide dela nessa hora, ela não pode deixar de comer. Tem que comer!” Sobretudo durante um momento de fragilidade, alimentar alguém é *persuadir* esse alguém. É “ter um olho no padre e outro na missa”, “um no sacristão, outro na sacristia”. Ou seja, é transportá-lo, por meio das palavras, a um momento futuro e luminoso, fazê-lo perceber que um momento é diferente do outro, tudo acaba, tudo se transforma, enfim, entretê-lo e seduzi-lo com a *esperança* enquanto se mantém os olhos atentos ao ato daquele que precisa de cuidados. Há momentos como este, em especial, em que comer praticamente depende da conversa. Pressupõe, portanto, um que fale para um outro que escute.

Em seu apartamento, a vendedora de cosméticos recebe a jovem desiludida. Descobriu recentemente uma amante do marido. A cada novo dia ela traz novidades sobre o sentimento perturbado que a move ultimamente. Conta o que fez, o que procurou, o quanto se expôs, o que ainda vai fazer “se...”. A cozinha da senhora vendedora de cosméticos transforma-se em um confessionário, um consultório psicanalítico, um depósito de palavras expurgadas, e a proprietária cumpre a função de acompanhar, através das narrativas, cada passo dado pela jovem martirizada pela dor da traição.

As mulheres mais jovens ou que têm a vida sexual ativa são as que alimentam esta sociabilidade com suas narrativas. Seus dramas são material de trabalho e serão interpretados durante o preparo da comida ou do café. A anfitriã, em torno da qual essas rodas se formam, é portadora da palavra central e mestre na arte do contraponto. As idosas da audiência, em geral, aquietadas pelo tempo de vida, ouvem e manifestam o que pensam a respeito esboçando-o pelo movimento da face. Sobancelhas sobem e descem, os olhos arregalam, procuram outros olhos cúmplices, a boca se estica ou se comprime. Dependendo da narrativa do dia e da variedade etária das que acompanharão a história, uma cozinha se transforma em um manancial de sensibilidade histriônica. É o momento ideal para se adquirir conhecimento sobre a moral, a crítica, a ética, o clímax e outros parâmetros da gramática dos sentimentos, e também sobre as fisionomias que constituem modos de enunciação das inúmeras gradações entre o acordo e o desacordo a respeito do que se conta.

Viria dessa importante forma de socialização na vida moral o sentido profundo da voz passiva “ser nascido e criado”?

A hospitalidade que encontramos nessa sociabilidade feminina equivale, em uma dada proporção, àquela caracterizada pelo trabalho dos terapeutas da Alexandria multicultural de Fílon. Contemporâneo de Cristo, esse judeu hermeneuta das Escrituras, junto com o seu grupo trabalhava pela saúde do corpo e da alma e, assim, pela salvação e cura do Ser. *Soteria*, palavra grega que exprime tanto saúde quanto salvação, se faz possível, segundo os terapeutas, através do dom da *escuta* e do domínio *palavra*. Ela, a palavra, é a chave para a interpretação da condição humana.

Fílon, enraizado na tradição judaica, mas inteiramente aberto à contribuição estética e filosófica dos gregos, entendia que “o homem está condenado a interpretar”⁵¹⁵. E é nisso, exatamente, que reside a sua liberdade. Interpretar é o jogo levado à sério pelos hermeneutas; o exercício necessário para conduzir a vida da melhor – ou pior – maneira possível.

O terapeuta não cura. Ele *cuida*. É na figura do cozinheiro e do tecelão que, em *Górgias*, Platão qualifica o *therapeutes somatos*, aquele que “cuida do corpo”. *Therapeutes* possui, de fato, dois sentidos fundamentais: “servir, cuidar, render culto” e “tratar, sarar”⁵¹⁶. O corpo é cuidado quando a alma, divindade que o habita, é bem cuidada, quer dizer, “cercada de um culto sincero” que a mantenha protegida das imagens e das palavras (*logoi*) que possam lhe fazer adoecer. O terapeuta é quem cuida da *ética*, isto é, quem zela pela direção do desejo a fim de ajustá-lo para um fim adequado ao ser que se encontra desorientado em suas paixões e apegado a uma idéia⁵¹⁷.

As mulheres em torno das quais se organiza a sociabilidade feminina na Cruzada São Sebastião cumprem um papel semelhante. São hermeneutas da convivência nesse justo sentido, ao escutarem os pequenos dramas cotidianos das que as visitam e colocarem em circulação, na oralidade praticada em suas cozinhas, suas *medidas* a propósito de cada tema. Como ensina Platão, a quem Fílon apreciava, o terapeuta não cura – ele cuida. Saber ouvir é cuidar da palavra. Não esqueçamos o que disse Ruth: “minha vida mudou muito quando aprendi a ouvir o que Maria me dizia”.

* * *

⁵¹⁵ LELOUP, idem: 15.

⁵¹⁶ Idem : 24.

⁵¹⁷ FILON, *Tratado da vida contemplativa*. In LELOUP, op.cit. : 36.

Para que não corramos o risco de considerar a dicotomia nós e eles, ou a relação entre os estabelecidos e os *outsiders*⁵¹⁸ segundo o seu aspecto ideológico, é importante questionar por que, em determinados contextos, os homens destacam em outros homens “algo que se possa olhar de cima para baixo”.

Elias & Scotson falam dessa prática como uma necessidade humana, tão difundida quanto enraizada, de atribuir ao outro a condição de *outsider*, no sentido expiatório do termo, para melhorar, com isso, o valor da própria pessoa ou do próprio grupo.

Na mitologia nacional-socialista, observam esses autores, os judeus corporificaram os eternos *outsiders*, e deveriam, por isso, ser “removidos da face da Terra”⁵¹⁹. Os habitantes de Winston Parva, o bairro proletário da periferia londrina, as ‘famílias’ de East London, objeto de estudo de Michael Young e Peter Willmott, e o personagem negro do romance de Harper Lee⁵²⁰, vítima do racismo sul-americano dos brancos de Maycomb, Alabama, são, como os moradores desse setor do bairro do Leblon, indivíduos que experimentam vividamente um papel na relação estabelecidos-*outsiders*. E todos, igualmente, representam estágios diversos no desenvolvimento do Estado nacional, e especialmente, como os autores ressaltam, da organização da violência moral e física. “No fundo sempre se trata do fato de que um grupo exclui outro das chances de poder e de *status*, conseguindo monopolizar essas chances”⁵²¹.

O ataque do jornal, da polícia e dos cidadãos que “pagam impostos” aos que possuem como endereço a Cruzada, ilustra claramente o que os autores pretenderam ressaltar.

O contexto referencial do bairro foi profundamente transformado pela especulação imobiliária e pelas políticas habitacionais dos últimos cinquenta anos. Ponto pacífico: um bairro é defendido e pleiteado como exclusivo por moradores que fundamentam seus argumentos no pagamento dos impostos. No bairro em questão existe um bode expiatório, um *pharmakon* para absorver o destilado das insatisfações de seus habitantes em relação ao

⁵¹⁸ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders : sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2000 : 209. 224p

⁵¹⁹ Idem : 199.

⁵²⁰ O livro, publicado pela primeira vez em 1960, trata da suspeita de um crime sexual que teria sido cometido por um negro contra uma mulher branca, e a perseguição que passa então a sofrer, injustamente, pelos brancos, membros da Ku-Klux-Klan, em Maycomb, Alabama. Traduzido em 25 línguas, o romance de Lee teve mais de 30 milhões de exemplares vendidos em todo o mundo.

⁵²¹ Idem : 208-9.

lugar onde estão e/ou da forma como convivem – ou coabitam – com aqueles que lhes são indesejáveis.

E, com isto, se ataca um endereço ferindo o sentimento de dignidade ensinado, aprendido e preservado especialmente pelas mulheres e pela moralidade da casa, afetando, no final desta cadeia, o sentimento mesmo de pertença a um lugar na sociedade.

Capítulo 6

A cidade democrática: a política no cotidiano como experiência e experimento.

1. 'Comunidade' e 'bairro': a reunião da FAM-Rio

Em março de 2004, os membros das associações de moradores da Zona Sul do Rio reuniram-se numa tradicional escola de Botafogo para discutir o temário do II Congresso da Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro (FAM-RIO), que aconteceria no mês seguinte⁵²², no colégio Pedro II, em São Cristóvão. Como convidada do presidente da Associação de Moradores do Bairro São Sebastião do Leblon e de outra moradora do local, Dona Márcia, diretora de Assuntos Comunitários da FAM-RIO e ex-presidente da Amorabase, a participação da etnógrafa na reunião restringiu-se em acompanhar a mobilização daqueles moradores da cidade, pois, como um possível novo membro da federação, esperava-se de qualquer pretendente apenas a compreensão daquele processo que culminaria, no Congresso, em pleitos eleitorais importantes.

Aliás, era este, precisamente, o motivo daquela reunião do Conselho de Representantes da Regional Sul: afinar o coro dos membros a respeito de alguns temas que definiriam os rumos da federação. Após um discurso de abertura proferido pela diretora de Meio Ambiente e Urbanismo da entidade e presidente da AMA-Botafogo, a sessão prosseguiu com a apresentação dos fóruns de debates que teriam vez no Congresso, com especial atenção àquele destinado à estrutura e organização da FAM-RIO. Nessa ocasião seriam abordadas questões relativas à sua representatividade e gestão, à luz de uma discussão mais ampla a respeito da própria prática democrática como meio de confecção da cidade em todos os seus aspectos: físicos, políticos, culturais, morais e infra-estruturais. Esta, aliás, pareceu ser a principal motivação para o empenho militante dos que ali se apresentaram.

Grande parte da reunião foi dedicada então à explanação do método de 'proporcionalidade' e de suas modalidades, 'simples' e 'qualificada', na composição de uma diretoria não majoritária, e também a esclarecimentos sobre as formas de gestão

⁵²² Estavam presentes na reunião representantes dos bairros Urca, Leme, Postos 2, 3, 4 e 5 de Copacabana, Botafogo, Laranjeiras, Alto Gávea, Jardim Botânico, rua Lauro Muller e Adjacências, Fonte da Saudade, Glória, Morro do Chapéu-Mangueira e Cruzada São Sebastião do Leblon.

‘presidencialista’ e de ‘diretoria colegiada’. Seriam estes, afinal, objetos do pleito que estaria elegendo novos representantes para a Federação.

Durante a sessão, cada passo decisório era aberto ao debate e posteriormente colocado em votação, num exercício manifestamente democrático. Como de praxe, somente após as decisões preliminares acerca do roteiro a ser seguido, abriu-se finalmente à discussão o grande tema da noite: a escolha do sistema majoritário ou de proporcionalidade e de uma das duas formas de gestão. Antecipando-se a todos os outros presentes, o presidente da Amorabase ofereceu à assembléia suas considerações. Conforme o seu entendimento, o sistema de proporcionalidade e a diretoria colegiada arrasariam a coerência elaborada para a formação de uma chapa e, na sua opinião, isto seria a causa de entraves futuros na atuação de uma associação. Sem demora, o presidente concluiu que os dois sistemas não funcionariam em uma associação de moradores, mas seriam eficazes no âmbito da federação, pois dariam a oportunidade de “todos participarem juntos”⁵²³.

Para mim, a distinção que ele fazia ancorava-se não apenas na civilidade da reunião que participávamos, bastante contrastante com a experiência das inflamadas arenas na Cruzada, mas talvez pela clara diferença que estava apto a mensurar entre os conflitos experimentados pelo presidente de uma *associação de bairro* e o de uma *associação do conjunto habitacional*. Contudo, as opiniões contrárias à sua foram unânimes, inclusive aquela da outra moradora da Cruzada, que em seu discurso chegou a apresentar críticas indiretas à sua forma de compreender a gestão de um cargo eleitoral na associação. Ficou bastante evidente durante a reunião que todos os representantes das associações de moradores da Zona Sul ali presentes iam de encontro ao chamado “corporativismo de bairro”⁵²⁴ e aos projetos assistencialistas, fazendo mesmo desta tendência um objeto de discussão constante nas reuniões do grupo e de trabalho nas instâncias públicas de mediação entre o governo e a sociedade civil. A quebra desta modalidade corporativa fora

⁵²³ No livro *Les Sens du Public*, M.LECRERC-OLIVE faz a distinção entre o “bem comum”, que seria uma propriedade partilhada por grupos determinados e exclusivos, e o “bem público”, que seriam bens inapropriáveis, inalienáveis e imprescritíveis. (v. CEFAI & PASQUIER, 2003: 31). Sem a definição destes conceitos para ancorar seu raciocínio, percebi que, de qualquer modo, o presidente da associação de moradores do conjunto comparou, para si, os conflitos decorrentes do tipo de apropriação relativa ao “bem comum” e os conflitos de negociação do bem público que aquela arena propriamente caracterizava, ao congrega grupos de moradores da cidade de forma o menos excludente possível. É claro que devemos considerar que o espaço em jogo, em um caso, engloba relações primárias e formas de controle mais informais se compararmos com o espaço sobre o qual os militantes de uma federação de associações de moradores tomam como referência para suas aguerridas lutas políticas; espaços estes onde os cidadãos podem desenvolver suas vidas apoiados em laços impessoais, deslocando-se sem aderir à lugares e pessoas. Ou seja, a distância das formas de controle e conflitos implicadas nessas percepções territoriais distintas não podem ser, terminantemente, ignoradas.

⁵²⁴ VIDAL, 2004: 15. *Sentimentos sociais e justiça no Recife*.

apresentada nesta reunião como um dos mais importantes aprendizados cívicos adotados pela filosofia da atual diretoria da federação, cujos membros eram, em grande parte, moradores e representantes das associações de bairros da Zona Sul⁵²⁵.

A opinião do presidente da Amorabase a respeito do que ali se tratava surtira em mim o efeito de um dado imprevisto e estratégico que descortinara a qualidade de muitas das minhas observações feitas no campo. Este fato que inesperadamente me revelava um caminho era a tal da *serendipidade*, padrão de observação cuja importância Merton conferiu mais ao sentido que o observador põe no dado do que propriamente ao dado em si⁵²⁶.

Deste modo, os engajamentos associativos dos moradores da Cruzada São Sebastião passaram a ganhar um foco preciso em suas articulações com a esfera privada de interesses, sobretudo a partir do pressuposto de que suas motivações mantinham vínculos profundos com uma experiência de descrença na preservação da integridade física e moral de seus moradores em suas interações cotidianas. Em pouco tempo de trabalho de campo, duas pessoas com as quais acabei estreitando relações me narraram como perderam um filho e um irmão por causa de objetos atirados por outros moradores pelas janelas dos prédios. Também neste período assisti à chegada truculenta da polícia civil no conjunto, disparando tiros em meio aos vários adultos e crianças que se concentravam na rua no início da noite e subindo as escadas do prédio ao lado com armas em punho e dedo no gatilho. No saldo deste episódio, uma criança de onze anos atingida na perna por um projétil disparado pelos policiais e um impressionante silêncio coletivo à saída da polícia do conjunto. No rosto daqueles que pouco a pouco voltavam às janelas restou um olhar vago e a cumplicidade no mal-estar que involuntariamente velavam.

Lembro que comentei com o presidente da associação, com quem estava naquele momento, algo sobre o terrível sentimento que pairava sobre todos ao final de uma atuação como aquela da polícia. Estava verdadeiramente indignada, e por isso atribuí ao que vira o caráter justificativo para um possível revide fatal desferido por algum morador. “Mas aqui

⁵²⁵ Um dado me chamou a atenção durante esta reunião: em algum momento alguém comentou que os moradores da Zona Sul eram caracterizados pelos moradores de outras áreas da cidade como “acomodados” no que se refere à participação em alguns conselhos municipais. Entretanto, fiquei sem saber se o motivo desta representação repousava numa fraca participação ou num estilo diferenciado de apresentar-se nas arenas públicas, nem se isto estava referido ao repertório de argumentação utilizado ou à noções adversas sobre a idéia de “público”.

⁵²⁶ MERTON, Robert King. *Sociologia – Teoria e Estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970: 174. 758p.

não tem bandido”, me disse o presidente, chamando a minha atenção para o quanto eu ainda reificava os estereótipos que já lhes causavam tantos problemas.

Numa entrevista realizada com o presbítero do Grupo Evangélico da Cruzada, na semana anterior, a perseverança foi insistentemente indicada por ele como uma virtude a ser cultivada pelo presidente da associação. Na cosmologia do grupo, haviam “focos” em alguns prédios do conjunto, mais precisamente naqueles onde se concentrava o maior número de moradores. Esses “focos” eram compreendidos como potestades, verdadeiras “legiões de demônios” contra os quais se justificava o empenho do trabalho dos evangélicos no “resgate de almas”.

Foto de Soraya Silveira Simões



A foto acima mostra o presbítero (ao centro) montando o púlpito para iniciar o culto “Ar Livre”, realizado quinzenalmente na rua da Cruzada. A imagem também é um flagrante de alguns pontos de observação: o muro, que separa o conjunto dos clubes AABB e Monte Líbano, e o corredor dos prédios.

O folheto ao lado foi entregue à etnógrafa pelo presbítero, numa abordagem feita na rua neste mesmo dia.



Para os dias de estudo da bíblia o grupo vinha utilizando a sede da Associação de Moradores, transferida do pátio do bloco nove para uma unidade no segundo andar do oitavo bloco – cujo aluguel ficou sob a responsabilidade da construtora Santa Izabel, após um acordo firmado entre a Amorabase e esta empresa responsável pelas obras do Shopping

Leblon⁵²⁷. Aquele mesmo apartamento servira antes como sede de uma ONG dirigida por outro morador da Cruzada, pastor evangélico e crítico implacável das ações traçadas pela então atual diretoria da Amorabase. Segundo ele, aquela era uma “associação sem associados” e lhes faltava capacidade para conseguir financiamentos para os projetos sociais tão necessários para a ocupação e formação de “jovens e idosos da comunidade”. A capacidade de mobilizar recursos através de um argumento de *carência* mostra-se, em seu discurso, como quesito indispensável para se medir a popularidade de alguém engajado na arte associativa local. Através deste argumento, se expressa mesmo o *ethos* do que vem a ser ‘comunidade’ no glossário da vida urbana brasileira de nossos dias.

Em uma perspectiva histórica, a transformação da pobreza em sinônimo de carência se dá, segundo Valladares⁵²⁸, com a importação da terminologia “população de baixa renda” pelo Banco Mundial e outros organismos internacionais que, principalmente a partir da década de 1960, passam a investir ainda mais pesado em políticas sociais, desta vez com a introdução da variável ‘renda’ na definição de pobreza. Em outro artigo⁵²⁹, a autora continua avançando na análise da eficácia operacional desta categorização: criando uma especificidade qualquer, como no caso de “os pobres” da favela, aniquila-se as diferenças e objetiva-se uma categoria única, um “público alvo” para o qual se destinam inúmeros programas que visam *solucionar* com ações tópicas o problema então definido como uma carência, no mais das vezes, entendida como um problema endógeno ou, até mesmo, inerente aos membros de determinado segmento social. O chamado público-alvo, nesse sentido, é o portador de um problema, e não o prejudicado por um sistema.

O argumento de carência, como foi dito, passa, por sua vez, a ser manipulado pelos moradores que então conferem à categoria ‘comunidade’ esta possibilidade unívoca que oculta as diferenças e os conflitos existentes entre os próprios habitantes. Valladares, enfim, sustenta a tese de que as associações de moradores de favelas, e aqui eu incluo o caso das associações de moradores dessa ‘comunidade de baixa renda’, situa-se em uma estrutura freqüentemente atomizada – e não comunitária – e sua ação termina por desmobilizar a população local por compartimentá-la em torno de interesses diferentes ou mesmo opostos⁵³⁰. O receio manifestado pelo presidente da associação de moradores da

⁵²⁷ Acordo que previa outras medidas dentro da política de ‘responsabilidade social’, como veremos no capítulo 8, “O novo vizinho”.

⁵²⁸ VALLADARES, 1991: 100.

⁵²⁹ VALLADARES, 2001: 11-12.

⁵³⁰ VALLADARES, 1977: 1390.

Cruzada na reunião da FAM-Rio quanto a medidas democratizantes de gestão associativa revela a pertinência das análises feitas pela autora.

Não obstante, nem sempre a categoria 'carente' desperta a simpatia daqueles mesmos atores que por vezes lançam mão de sua instrumentalidade. Uma despretenhosa observação do dia-a-dia é suficiente para nos fazer perceber a grande diferenciação de renda que existe entre os moradores da Cruzada. Possuir roupas de grife, carro, computador ou simplesmente exalar determinado perfume, por exemplo, são significantes que estabelecem essa diferenciação. Para os membros do Conselho de Síndicos, o recurso ao argumento de carência só se legitima nas relações com agentes externos. Em uma reunião com três engenheiros da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) para a negociação das dívidas de água dos dez condomínios da Cruzada, foi possível reduzir em até 70% o valor das contas e ainda obter um parcelamento de até 48 meses. O sucesso desta reunião se deveu à consecução da inserção dos prédios do conjunto na chamada Tarifa Social criada pela Companhia. Graças a isto, um dos engenheiros da CEDAE presentes na reunião conseguiu o apoio de todos os síndicos durante sua campanha rumo à Câmara dos Vereadores. Por iniciativa do próprio Conselho, às vésperas das eleições foi organizada no salão de festas do nono bloco uma reunião de agradecimento, onde todos os síndicos, sem exceção, se cotizaram para a compra de doces, salgados e refrigerantes, fizeram seus discursos e manifestaram o seu apoio.

AOS MORADORES

Como é do conhecimento de todos, dia 03 de outubro é o dia das eleições municipais, quando iremos eleger Prefeito e Vereadores. Nessa época aparece todo o tipo de candidato, prometendo até o impossível aos moradores, políticos que só aparecem aqui neste momento e só voltam 4 anos depois. Como função dos síndicos e do Presidente da Associação de Moradores do Bairro São Sebastião do Leblon, solicitamos sua atenção para este tipo de problema.

Por isto e por serviços relevantes prestados a nossa comunidade, sem promessas, mas com ação concreta. Apoiamos e votamos para vereador em **MARCELO REIS – Nº 23456** – que resolveu nossas pendências jurídicas e financeiras junto à CEDAE. Com a tão sonhada implantação da **TARIFA SOCIAL** na nossa comunidade.

Atenciosamente,

~~Presidente da Associação~~

SÍNDICOS. Valmir Martins Bl. 01 – José Roberto Galdino Bl. 02 – Mário Gomes (Marinho) Bl. 03 – Eliana Helena Bl. 04 – Luciola Teles Bl. 05 – Neuza Gomes Bl. 06 – Iara Pereira Bl. 07 – Aparecida da Silva (Rosangela) Bl. 08 – Maria Batista Bl. 09 – Maria Assunção Bl. 10.

MARCELO REIS – 23456
End. Rua Santa Luzia, 799/1212 – Centro
Tel. 2533.4945 ou 2433.5043

2. Associação de Moradores e Conselho de Síndicos: instâncias mediadoras de problemas públicos e privados

Podemos caracterizar a relação entre síndicos e moradores sob a luz de uma tensão, fruto não só do difícil exercício de controle e cobrança, de um lado, mas também da complexa arte de apresentar argumentos, de outro. Esta implica não apenas a reunião de dados – exige desenvoltura para conferir à exposição deles uma carga dramática que satisfaça às ponderações da assistência.

Há, no entanto, na relação entre o síndico e o morador, um atalho na distância social que se coloca, por exemplo, entre esses e os agentes externos: aqui, ambos são moradores e a horizontalidade desta relação reduz drasticamente as chances de compreensão de qualquer argumento pautado pela carência. O capital social nivelado pela mesma posição que ocupam nesse sistema condominial torna-se assimétrico no processo de negociação, que inclui impreterivelmente a entrada em uma dimensão da intimidade.

A pobreza, ou, de outro modo, a gama de formas de sociabilidade que franqueiam ao indivíduo o acesso a um número qualquer de *círculos sociais*, termina por constituir-se também numa forma de sociação e, assim sendo, fomenta toda uma economia de trocas

simbólicas através da qual se apresenta ao etnógrafo a concretude das noções de proximidade e afastamento, de distância social, de vizinhança e de isolamento. Esta e outras condições formais de sociação foram objeto das exaustivas reflexões empreendidas por Simmel. O seu interesse investigativo, recaindo sobre a definição daqueles elementos constitutivos da *sociação*, como, por exemplo, o conflito, a competição, a dominação e a subordinação, indicava que era ela mesmo que compunha o “verdadeiro *a priori* lógico da existência da sociedade”⁵³¹. O caminho percorrido por seu raciocínio nos conduz, assim, a uma apreciação mais detida desses elementos, e igualmente a um aprofundamento seguro dos problemas que as formas de sociação, vistas sob a luz de sua teoria do conflito, nos permite levantar. Se o conflito é a mais vívida forma de interação entre os homens, pois se destina a resolver a tensão entre contrastes, logo, para Simmel, é a *indiferença* o sentimento que mais ameaça a sociação. Desta lógica é que ele extrai a positividade do conflito e a negatividade da indiferença enquanto possibilidades que estão diretamente relacionadas com a manutenção de formas mesmo *de existência*⁵³².

Nas relações entre síndico e morador, por exemplo, a sociação propiciada por uma característica – pobreza – que de maneira geral estereotipa os habitantes do conjunto, ganha densidade diante de uma necessidade de comprovação das condições financeiras do morador, ou seja, diante de um conflito. Para isto, ambos os lados se beneficiam dos mais diversos recursos para justificar as escolhas que fazem e os procedimentos que utilizam para pagar ou deixar de pagar o condomínio, negociar uma dívida ou recorrer a atitudes mais drásticas, tais como a publicização dos nomes dos inadimplentes e o apelo à justiça ou o mero pronunciamento de uma vontade abstrata de que a prefeitura coloque em leilão o imóvel do devedor, por exemplo – vontade esta não menos importante, pois expressa igualmente mais um caso de interação⁵³³.

É exatamente nesse *momento crítico de comprovação* que a dimensão íntima se descortina, do ponto de vista do condômino, ora voluntariamente, como engajamento num regime de justificação, ora involuntariamente, pelo conhecimento que o síndico acumula através da observação da vida privada dos demais. É ainda neste momento que a correlação

⁵³¹ Cf. a introdução de Evaristo Moraes Filho para a compilação de seus textos. 1983: 22.

⁵³² SIMMEL, 1983: 122.

⁵³³ SIMMEL, 1983: 107.

existente entre o habitar e o ser moral se apresenta no espaço público e passa a ser objeto de inúmeras manipulações na retórica do bem comum⁵³⁴.

Em relação ao síndico e aos membros da diretoria da Associação de Moradores, sobretudo o presidente, o controle igualmente resvala para o âmbito do privado. Houve um episódio envolvendo um morador, um policial e um desentendimento entre eles em frente a portaria de um dos prédios do conjunto, numa noite do meio da semana. Nesse momento, o presidente da Associação se encontrava no bloco 02, mais precisamente na barraca da Soninha. Um grupo de amigos do rapaz envolvido na confusão com o policial foi até lá para agredir verbal e fisicamente o presidente porque este, durante o confronto, teria dado preferência a “ficar bebendo uma cerveja no Bar da Soninha”. O presidente, por sua vez, considerava a sua permanência na barraca como uma decisão política. Problemas pessoais eram da alçada de quem os havia procurado.

Poucos dias após o incidente, o presidente assumiu o posto de síndico do bloco 06, onde mora, após a síndica ter alegado estar passando por uma depressão causada pelas muitas críticas e ameaças que passou a sofrer depois de ter contratado um advogado para resolver a questão dos inadimplentes.

Em meio a esta conjuntura, tive a oportunidade de participar como escrevente da ata da última reunião dos condôminos deste bloco no ano de 2004, segunda reunião após o síndico interino ter assumido o posto. Seriam discutidos, entre outros assuntos, a eleição de síndico, a prestação de contas da gestão anterior, a contratação do advogado e o projeto Canteiro Escola, fruto de mais um convênio firmado entre a Amorabase e a construtora do shopping, desta vez também com o SENAI, a Igreja dos Santos Anjos e a AMA-Leblon.

Momentos antes da hora marcada para o início da assembléia (também chamada de “showmício” e “barraco” por alguns jovens que encontrei em frente a portaria do prédio), o síndico apresentava, diante do salão vazio, suas apostas na ausência dos moradores, creditando a isso a razão da dificuldade do seu ofício: “Morador não participa. Morador só sabe reclamar”⁵³⁵. Pouco a pouco, e timidamente, eles foram chegando, até que finalmente não sobrava mais qualquer cadeira vazia. Muitos ali presentes não me conheciam e, num

⁵³⁴ Devo à explanação feita por Marc Breviglieri, *maître de conférence* da Université Paris V, no auditório do bloco O do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (ICHF/UFF), em dezembro de 2004, algumas destas reflexões que passei a empreender sobre o problema da coabitação.

⁵³⁵ Em uma das reuniões do *Conseil de Quartier* do Xxème *arrondissement* de Paris, um dos componentes da mesa diretora usou argumento semelhante para referir-se às cartas anônimas e exclusivamente críticas endereçadas aos que se engajavam politicamente na gestão do bairro, convocando a platéia a oferecer, junto com as críticas, sugestões e, com isso, a assumir um novo estatuto de morador atrelado ao trabalho da gestão coletiva.

primeiro momento, pareciam ter achado estranho o fato de eu estar secretariando a reunião. Entre os que já me conheciam estava Fátima Regina. Naquele dia, no entanto, ela não me cumprimentou, e a razão era apenas uma: eu estava ali na qualidade de auxiliar do síndico, pessoa contra quem ela costumava levantar duras críticas relativas à sua administração.

As máximas de Berreman⁵³⁶ e Foot-Whyte⁵³⁷ foram assim mais uma vez sintetizadas e apresentadas como uma verdadeira didascália: o etnógrafo, sendo de fato um estranho que se aproxima do grupo, é não apenas avaliado com base em suas próprias características, mas sobretudo nas de seus associados.

Em seguida, tomei a iniciativa de cumprimentá-la e lembrar que ao final da reunião ela deveria assinar a ata – formalidade que terminantemente não estava disposta a cumprir por associar a esta postura o seu desacordo com as ações do Cláudio.

Após quarenta minutos de atraso, deu-se início à assembléia com o salão completamente tomado de gente. O síndico iniciou a reunião anunciando que dali a três meses, impreterivelmente, deixaria o posto vago para quem quisesse assumi-lo até as próximas eleições de condomínio e aproveitou a ocasião para fazer com que os interessados em ocupar a administração do prédio pudessem se apresentar. Não houve quem se candidatasse.

O assunto seguinte trataria da grande polêmica dos últimos meses: a contratação de um advogado para cuidar da cobrança dos inadimplentes. Em segundo plano, ficou a polêmica decisão de se depositar o valor da mensalidade em conta aberta em seu nome para que pudesse administrar o condomínio e aplicar as leis cabíveis aos inadimplentes. Nesse momento, não houve quase quem se mantivesse sentado. Os ânimos se acirraram, todos falavam ao mesmo tempo. O silêncio só se fazia sentir no salão quando alguém mais exaltado encenava o seu discurso apresentando para a platéia suas razões para a destemperança. Destemperança esta que encontrava lugar para exhibir-se em um rito cujo caráter coletivo a marcava ainda mais fortemente pelo signo da não-espontaneidade de uma emoção individual, mas da obrigação social de expressar aquele sentimento – no caso, a contrariedade diante da instituição de uma norma impessoal.

Em *A Expressão Obrigatória dos Sentimentos*⁵³⁸, Marcel Mauss notou que não são “apenas os tempos e as condições da expressão coletiva dos sentimentos que são fixos, os

⁵³⁶ 1975: 168.

⁵³⁷ 1975: 79.

⁵³⁸ MAUSS, Marcel. *A Expressão Obrigatória dos Sentimentos (Rituais Oraís Funerários Australianos)* (1921). In *Ensaio de Sociologia*. São Paulo : Perspectiva, 1999. 325-335.

agentes desta expressão também o são”. No caso do ritual funerário australiano, por exemplo, os participantes “não uivam e não berram somente para traduzir seu medo ou sua cólera, ou seu pesar, mas porque são encarregados, obrigados a fazê-lo”⁵³⁹. Mauss atribuiu a suposição ao fato de que, em primeiro lugar, não são estes os parentes de fato, tão próximos a ponto de despertar o profundo sentimento da perda. São, isto sim, parentes de direito “que governam a manifestação do luto”. Entre os Warramunga, tribo que habitava ao norte da área central australiana, era a família uterina que se incumbia especialmente de manifestar o pesar no ritual funerário. “O que demonstra de maneira definitiva esta natureza puramente obrigatória da expressão de tristeza, da cólera e do medo, é que ela não é comum a todos os parentes”. As etnografias mostraram que não apenas indivíduos determinados choram, uivam e cantam, mas, na maioria das vezes, pertencem, “de direito e de fato”, a um único sexo⁵⁴⁰. Isto em nada reduz a sinceridade e intensidade do sentimento, pois, como o autor conscienciosamente ressalta, todas essas expressões coletivas e “de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo são mais do que simples manifestações, são sinais, expressões compreendidas, em suma, *uma linguagem*”⁵⁴¹. Os gestos, gritos, interjeições e lágrimas “são como frases e palavras. É preciso dizê-las, mas se é preciso dizê-las é porque todo o grupo as compreende”. Todo o repertório pantomímico e de recursos fisiológicos (lágrimas, vômitos etc.) não são unicamente expressão de sentimentos, “são também, ao mesmo tempo, rigorosamente ao mesmo tempo, signos e símbolos coletivos”⁵⁴².

A reunião de condomínio da qual tratamos constituiu-se majoritariamente de mulheres. Elas se revezavam na arena para expressarem, cada uma a seu turno, o desagrado perante a possível contratação de um advogado para se ocupar das dívidas dos inadimplentes. Uma senhora argumentou na arena que a dívida de sua filha decorria de razões bastante objetivas. Além dos argumentos que pudesse apresentar, o fato de destaque foi que através desses argumentos surgiram os responsáveis pelos imóveis e os querelantes: todos eram mulheres.

⁵³⁹ Idem : 328.

⁵⁴⁰ Idem : 329. Em nota de pé de página, Mauss aprofunda o argumento sobre a origem social desses sentimentos, indicando que as mulheres são agentes desse ritual funerário porque : « 1º a mulher é um ser *minoris resistentiae*, que é a encarregada e que se sobrecarrega de ritos penosos, como o estrangeiro ; além disso, ela é normalmente ela mesma uma estrangeira [devido ao sistema de patrilocalidade do citado grupo australiano] ; ela é objeto de troças que outrora o grupo infligia a todos os seus membros » e outras tantas razões que ele enumera.

⁵⁴¹ Idem : 332. Grifo meu.

⁵⁴² Idem : 334.

Houve quem afirmasse também que a medida de contratação do advogado era a causa do aumento do número de não pagadores no prédio: “*agora é dívida de quem deve e de quem não deve*”, queixou-se uma outra mulher.

Detive-me por alguns instantes no seu desabafo, pois ele mostrava a existência de duas qualidades de condôminos na mesma situação de devedores. Abria-se mais uma vez a suspeita de que a conduta moral se constituía em um dado legítimo a ser utilizado na negociação. Restava, enfim, tentar entender como esse álibi caracterizado por uma determinada conduta era construído e identificado. A mesma mulher alegava agora para a audiência que “só de raiva” deixara de pagar o condomínio. Mostrava-se exaltada, batia nas pernas e, dirigindo-se ao público, explicou sofrer dos nervos. Salivava muito e cada vez mais, conforme manifestava a sua indignação com a contratação do advogado.

Em seguida, uma outra moradora levantou-se e caminhou até o síndico para lhe dizer, dedo em riste, que não gostava do advogado porque “ele não fez nada, ele não construiu nada, ele é lá de fora” e, além do mais, fazia parte de uma “panela” formada pela ex-síndica e alguns diretores da Associação de Moradores. Suas razões para o descumprimento da norma estavam, então, claramente apresentadas: como alguém “de fora” e indiferente ao processo de construção das regras estabelecidas entre síndico e morador era convocado agora para solucionar problemas, aplicando, não importa a que tipo de devedor e a que quadro de razões, as regras impessoais da lei?

Em síntese, a queixa geral recaía sobre a anulação de um acordo tácito cujo mérito era a manutenção de uma ampla margem de negociação na qual o *falar de si* não apenas encontrava lugar como atualizava todo mês a chance de se comprovar, para si mesmo e para o outro, um traço pessoal de existência no mundo.

Como lembrou um morador, “todo mundo tem uma história para contar”. Este mesmo homem exerceu durante a reunião um papel temporizador, se esforçando em mostrar, através de indagações, como as queixas e as razões apresentadas ali não resolviam o problema das melhorias necessárias àquele bloco. Ao contrário, tentavam afirmar ainda mais a precariedade de um bem comum a todos, usurpado de melhorias pela postura explicitamente individualista, por vezes egoísta, e descrente dos demais. Assim que chegou ao salão, ele deteve-se por alguns instantes a observar as dramatizações que estavam sendo encenadas predominantemente pelas mulheres e, diante do que via, irrompeu logo em sua primeira fala da noite com uma conclusão bombástica: “o prédio tá uma merda”. Com a

sentença proferida no momento exato ele chamou a atenção para a atitude dos reclamantes, mas não sem antes atraí-los todos com este resumo do sentimento comum.

Ao redor da reunião, outros aspectos da vida cotidiana da Cruzada atravessavam a cena principal. Ora alguém no andar de cima aumentava excessivamente o volume do aparelho de som, ora era o cheiro da *cannabis* que invadia o salão. Tudo isto era identificado e acabava ilustrando muito do que se passava pela cabeça e nas falas dos condôminos: “faltava respeito” na convivência entre vizinhos. Novamente o apelo a uma categoria moral para traduzir o estado precário em que se encontram as regras e sanções naquele condomínio. Apesar desta constatação, ainda assim era sobre o síndico-presidente que pesavam todas as responsabilidades pelas condutas alheias.

Veza por outra a reunião é interrompida para se tentar conter as atividades circundantes. Fátima enxota um cachorro que adentra o salão. No momento seguinte, levanta-se impaciente e afasta-se da proteção dos pilotis para pedir ao morador do terceiro andar, com um berro, que abaixe o volume do som. Um garoto da assistência restringe sua participação a vigiar a própria mãe, senhora com sensíveis problemas mentais que participa da reunião como porta-voz dos inadimplentes. A mulher incorporara com perfeição os trejeitos das reclamantes, e oscilava entre um momento de total indiferença com o que se passava na arena e insurgências veementes contra o síndico, dando vida e voz aos repertórios mímicos e interjetivos. A voz do rapaz seu filho se fazia ouvir nos momentos de maior confusão: “Calma, mãe! Calma, mãe!”.

Os outros temas pautados para discussão não concentraram a mesma atenção. Na questão da contratação do advogado (ou melhor, da ruptura com o método personalizado de negociação) a chance de argumentar a favor da condição de inadimplentes foi o que havia mobilizado grande parte da audiência.

Outro dado chama a atenção: as pastas com as prestações de conta da gestão anterior permaneceram intocadas sobre a mesa. Tal indiferença talvez estivesse denotando o desinteresse dos moradores pelos demais assuntos que não lhes apontassem um horizonte possível de argumentação sobre o qual pudessem fundamentar suas escolhas para resolver problemas particulares, em detrimento do compromisso com a manutenção do bem comum.

Abaixo transcrevo a ata que escrevi durante a reunião. A leitura foi feita à pedidos daquele mesmo morador que se esforçou em fazer os demais verem onde residia a causa dos males do condomínio. Com isso, pretendo colocar à disposição do leitor uma narrativa

escrita pela personagem cujo papel fora atribuído à etnógrafa naquela reunião. Tratava-se do papel de escrevente de um documento no qual todos os presentes deixariam suas assinaturas, concedendo legitimidade à história contada a partir desse ponto de vista :

“Às vinte horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de novembro de 2004, os condôminos do Edifício Nossa Senhora Aparecida (bloco seis) se reuniram para deliberarem conforme a ordem do dia: eleição de síndico, prestação de contas da síndica que passou o cargo, contratação de advogado, projeto Canteiro Escola e assuntos gerais. Assumiu a presidência, o síndico interino, Cláudio Evaristo, e convidou para secretariar a sessão Soraya Simões. O síndico explicou que seria ocupante do cargo como interino durante três meses, prazo em que seria realizada uma nova eleição. Os moradores presentes foram instados a se apresentarem como candidatos e diante da ausência de candidatos foi iniciada a discussão acerca da inadimplência. Sobre o controle dos usos dos espaços comuns do prédio os moradores que se manifestaram foram unânimes de que todos têm que exercer esse controle, e não só o representante do condomínio. Uma moradora citou o problema do boleto do condomínio vir em nome do advogado contratado durante a gestão da última síndica. O síndico afirmou que caso ninguém se candidate para o cargo ele continua durante interino durante os próximos três meses. Caso ninguém se candidate após esse período ele irá deixar o cargo. Uma outra moradora pediu para que fosse resolvida a questão das festas durante a semana. Foi sugerida a formação de uma comissão mas, ainda assim, de imediato, não houve quem se candidatasse. Uma moradora que teve o nome levado para a justiça por inadimplência disse publicamente que se sentiu ludibriada e deixou efetivamente de pagar o condomínio. A mesma anunciou que caso o interino permaneça sozinho, ela continuará sem pagar. O síndico refutou tal postura, dizendo que caso alguém não esteja satisfeito ao menos apresente uma solução, mas que não prejudique os outros moradores. Sobre as festas, o síndico explicou que cedeu o salão para os outros moradores mas as respectivas festas não se destinaram ao fim inicialmente proposto. Aproveitando o ensejo ele anunciou que a partir de dezembro será iniciado o projeto Canteiro Escola e por isso o salão será interditado para festas. Diante das inúmeras manifestações, ficou decidido que o salão não será mais cedido para festas. Sobre outros abusos de horários e depredação do prédio, os proprietários que se manifestaram foram também unânimes de que o controle depende de cada um e não apenas do síndico. Um morador perguntou como poderá colaborar com o síndico e este mesmo morador foi incumbido, junto com os outros favoráveis à idéia de formar uma comissão, que a partir de agora terá franqueada a atuação de suprir a falta do síndico. A comissão será formada por Vera Lucia, Sebastião Mesquita, Raildo Fernandes Cabral, Geralda de Souza Medeiros, Laudelina de Melo, Oswaldia Maria Ferreira e Carlos Roberto Firmino. A comissão foi aprovada em assembléia. Em seguida a reunião prosseguiu com a segunda ordem do dia: a prestação de contas de Dona Neuza. No dia 15 de outubro a ex-síndica realizou a última prestação de contas, a qual será agora repassada. Foram prestadas R\$1.704,28 de conta, sendo que alguns apartamentos não entraram nessa prestação por erro do banco. Este retificou os valores e repassou no dia 27 de outubro o valor de R\$1.446,48. O total foi então R\$3.150,76 a prestação da ex-síndica até o mês de agosto, quando ela passou o cargo. Cláudio se

comprometeu a fotocopiar os balancetes para repassá-los aos moradores, seguindo a ordem mensal até chegar à sua gestão. Ficou estabelecido que o CNPJ do condomínio será tirado após o lavrar dessa ata. Cláudio deixou à disposição dos demais condôminos as pastas com as prestações de contas para posterior conferência. Sobre o boleto em nome do advogado surgiram dúvidas decorrentes da resistência em efetuar o pagamento em conta nominal do advogado que fora contratado. Um morador lembrou e enumerou os diversos reparos pendentes no prédio, relacionando-os com a escassez de verba do condomínio que, segundo o síndico, caiu de 60% para 30% da receita. Isso tudo foi considerado para questionar a necessidade do advogado, pois cogitou-se a hipótese de que a receita caiu por causa da sua contratação. Houve votação sobre a permanência do mesmo e os presentes foram unânimes em votar a favor da saída. Mais uma moradora pediu para ser incluída e os moradores acataram. Trata-se de Selma Pereira Gomes, do apartamento 212. O próximo assunto do dia, o projeto Canteiro Escola, foi anunciado pelo síndico que a partir do mês que vem serão iniciados os cursos para a qualificação de mão-de-obra, num acordo entre a construtora Santa Izabel e o Senac. Após o curso, o salão será reformado, segundo o acordo firmado. Após explicitado o assunto, os presentes aceitaram o uso do pátio para execução do projeto e, em seguida, abriu-se a pauta de assuntos gerais e a manutenção do porteiro foi primeiramente citada. Cláudio sugeriu que os moradores procurem conversar com o porteiro, antes de decidirem despedi-lo – sugestão acatada pelos demais”.

Como foi dito anteriormente, num momento de comprovação ou de justificação a dimensão privada ascende ao *status* de um repertório de argumentação e a noção de público aí se desenha não mais como um organismo social ou político, mas como uma forma de vida coletiva que emerge em torno de um problema, ao mesmo tempo em que o constitui⁵⁴³. Seguindo a orientação pragmatista de Dewey, a característica do *público* se apresentaria como um estado a partir do qual os “modos de comportamento associado possam vir a ter extensivas e duradouras conseqüências sobre aqueles que estão além dos diretamente envolvidos com o problema”⁵⁴⁴. A imprensa, mas também “a rodovia, o telégrafo, a manufatura em massa e a concentração de população em centros urbanos” eram, para Dewey, condições que propulsionariam, fatalmente, alguma forma de governo democrático⁵⁴⁵. Do ponto de vista pragmático, antes de ser uma ideologia, a democracia é um *experimento*.

Os participantes desta reunião de condomínio têm, sem dúvida, experiências muito distintas no que concerne à vida política e administrativa mais próxima – a do próprio

⁵⁴³ DEWEY *apud* CEFAI, 2002: 54.

⁵⁴⁴ DEWEY, John. *The public & its problems*. Ohio: Ohio University Press, 1988: 27. 236p.

⁵⁴⁵ « Carlyle was no admirer of democracy, but in a lucid moment he said : ‘Invent the printing press and a democracy is inevitable’. Add to this : Invent the railway, the telegraph, mass manufacture and concentration of population in urban centers, and some form of democratic government is, humanly speaking, inevitable ». Idem: 110.

prédio – até a mais abrangente – a vida cívica, por exemplo. Além do mais, a faixa etária dos participantes é igualmente muito ampla. Aquela arena, em especial, foi exemplar no que diz respeito a conformação de um *mundo comum*, onde determinados argumentos ganham coerência e plausibilidade. Algo que só é possível através do trabalho, que é o próprio desdobramento da reunião, de contextualização e qualificação das ‘coisas’ presentes e pertinentes: pessoas, problemas, objeto do litígio, razões etc.

O arranjo de um mundo que possa ser comum a todos os participantes configura, portanto, a própria arena e é definido na *situação* – e não exclusivamente em um nível de princípios onde a filosofia política costuma permanecer, abnegando, com isso, as condições empíricas de realização do acordo e da aplicação desses princípios em circunstâncias particulares⁵⁴⁶. As provas de realidade, ou seja, os argumentos plausíveis perante um litígio qualquer estão em consonância com o universo estruturado de normas e valores que definem, por sua vez, a natureza da questão. Boltanski e Thevenot, autores que se dedicaram exaustivamente a compor uma teoria da justificação, consideram que deste universo fazem parte não apenas os sujeitos ou grupos, com seus princípios fundamentais, mas o próprio contexto que os coloca em interação, pois é dele que sobressai a *grandeza* em torno da qual vão estruturar justificativas razoáveis, coerentes e, por fim, convincentes. “A grandeza é o modo pelo qual exprimimos os outros, pelo qual os encarnamos, pelo qual os compreendemos ou ainda pelo qual os representamos. Ela está portanto associada à uma capacidade de expressão geral”⁵⁴⁷.

Uma disputa, segundo a interpretação desses autores, revela-se uma ‘economia de grandezas’. Os participantes reivindicam algo evocando uma ou outra forma de grandeza capaz de tornar coerente e de legitimar seus argumentos. Com isto, executam uma tarefa de persuasão. Nesta estrutura de valores definida pela grandeza evocada – estrutura a qual os autores chamam de *cit * – há um princípio de ordem particular permitindo especificar de que é feita a “grandeza dos grandes”, ou seja, as virtudes que reúnem e fundam uma *ordem justificável* entre as pessoas que se encontram envolvidas, no momento, no determinado conflito⁵⁴⁸. Santo Agostinho, em A Cidade de Deus, refletiu sobre a cidade fundada pelo princípio do amor – o amor à Deus –, sua maior grandeza e também aquela capaz de irmanar seus concidadãos. O contrário desta cidade representada pelos princípios

⁵⁴⁶ BOLTANSKI, Luc & THEVENOT, Laurent. *De la Justification – Les économies de la grandeur*. Paris : Gallimard, 1991 : 162.

⁵⁴⁷ Idem : 169.

⁵⁴⁸ Idem : 28.

enunciados pelo Cristo, seria uma cidade terrena, povoada por homens egoístas, apegados e destituídos da elevação espiritual laborada pelo amor professado à Deus. Os membros desta *cité* fundada por grandeza oposta – o amor de si mesmo – levariam suas vidas justificadas por princípios antagônicos aos dos outros. Grandezas contrárias fundam as duas cidades modelos da teologia de Santo Agostinho. *Cités* fundadas em princípios, expandidas por meio de suas grandezas e materializadas em ações. Unidades, portanto, que não se limitam por muros, mas se justapõem no espaço físico fazendo coabitarem os seus membros.

“O modelo de *cité* torna explícitas as exigências as quais devem satisfazer um princípio superior comum para sustentar as justificações”, dizem Boltanski e Thevenot, aludindo, de certo modo, também a uma concepção semelhante àquela do pragmatismo no que concerne a compreensão de um sujeito mais livre e criativo cujos princípios que professa não lhes estão associados de maneira fixa. Eles podem “mudar de registro” de justificação a qualquer momento, de acordo com a situação e o conjunto de objetos presentes. Por isso, ambas as teorias supõe um engajamento que se faz *no ato*, “nas provas de realidade engajadas em objetos com os quais as pessoas se medem e determinam suas grandezas relativas”⁵⁴⁹. Cada um desses conjuntos de objetos associados à diferentes ordens constituem, segundo o raciocínio dos autores, “um mundo coerente”.

Em outras palavras, a definição da grandeza em torno da qual se alinham argumentos justificativos é o que torna possível encontrar uma gramática comum para a compreensão de uma retórica.

A análise até aqui empreendida de duas arenas distintas – uma no âmbito administrativo de uma região da cidade e outra no de um condomínio integrante de um conjunto habitacional – nos oferece alguns elementos para compreendermos o aspecto pragmático contido na teoria da justificação proposta por esses dois autores. Ela também nos ajuda a perquirir com maior rigor o dilema do *público* segundo a perspectiva do pragmatismo, uma vez que o que está em jogo, tanto para os autores franceses quanto para os pragmatistas americanos, é o estatuto da *verdade*. Ambas as abordagens destituem o valor absoluto de uma verdade e restituem sua plasticidade quando a colocam de volta nas mãos de pessoas concretas, em suas ações concretas que têm lugar em contextos específicos.

⁵⁴⁹ Idem : 34.

3. A oficina do 'bem comum'⁵⁵⁰

Em toda situação de disputa, as grandezas em torno das quais os participantes se alinham tornam-se particularmente salientes. No primeiro capítulo, vimos quais foram os argumentos justificativos formulados pelos moradores do Leblon para se posicionarem contra ou a favor da construção do shopping, no calor das discussões daqueles dias em que a notícia de sua autorização havia sido veiculada. Momentos como esse se caracterizam especialmente por uma inquietação acerca do modo como pessoas e coisas serão valoradas⁵⁵¹. O processo, ele mesmo, se faz pela legitimação de um ou outro desses argumentos, o que resulta em uma constante redefinição ou depuração do campo no qual a disputa – o objeto e os sujeitos envolvidos – se faz justificável.

Na Cruzada as reuniões formais acontecem a todo o momento. É grande o número de vezes em que agentes públicos e privados se encontram com os moradores para solucionarem os mais diversos problemas condominiais – água, luz, obras, impostos etc. Internamente, o número de convocações é ainda maior, e pode surgir de uma demanda particular de um morador interessado, por exemplo, em fazer certo uso de uma área do prédio, ou do síndico, preocupado com as adversidades a que se vê submetido pela administração de um complexo de moradias. Há também convocatórias da Associação de Moradores e do Conselho de Síndicos, seja para organizarem festas laicas ou religiosas, feiras e bazares, seja para resolverem questões administrativas ou apoios políticos; e de membros de ONGs, missionários, artistas e muitos outros agentes interessados na implantação de projetos sociais.

No que se segue, estão exemplos da diversidade dos modos de se especificar o bem comum. Esta noção de 'bem comum' merecerá de nós uma total atenção, pois, em função do que veremos, nos será de grande auxílio pensá-la tanto como um elemento simbólico componente de uma identidade, portanto um objeto cuja definição e valor perduram em várias e diversas situações, quanto um bem cujo valor seja definido e redefinido de acordo com as situações. Contudo, em ambos os casos o bem comum pode ser considerado como um princípio de coordenação da ação.

Com esta distinção, sublinhamos o nosso propósito: dar visibilidade à dinâmica conformadora dos problemas e ao próprio de suas naturezas.

⁵⁵⁰ V. nota de pé de página nº 521, neste capítulo.

⁵⁵¹ BOLTANSKI & THEVENOT, op.cit.: 26.

A situação privilegiada para observarmos os modos de especificação do bem comum são as reuniões em que os moradores e demais atores vocalizam, face a seus interlocutores, as diversas expressões do *sentido do justo*, ou seja, *da justeza daquilo que seus argumentos vindicam*. Tendo em vista que a justificação é uma ação verbal⁵⁵², não há momento mais propício do que o de crise ou julgamento nem situação mais favorável do que uma reunião para apreendermos os modelos de justificação por meio dos quais os atores empreendem suas ações.

Pelo número de reuniões e pela diversidade de motivos que os levam a formação de assembleias, pode-se dizer que na Cruzada se pratica fervorosamente a deliberação. Ênfase, com o uso do advérbio, ao recordar das aguerridas plenárias formadas para a tomada de decisões as mais variadas.

Vi muitas das propostas que foram levadas à discussão pública falharem por motivos aparentemente ínfimos, mas que não o eram, pois faziam disputar argumentos que, no entanto, eram fundados em um mesmo princípio de igualdade de direitos, por exemplo. A questão que aqui se tornou primordial para a análise foi a diferença das bases em que os participantes fundamentavam suas idéias de igualdade. Uns falavam a partir da condição de ‘morador’, o que por si só implica um universo de direitos e deveres dessemelhantes para muitos deles mesmos. Enquanto membro desta categoria – morador – o sujeito reivindicador da igualdade de direitos pode basear seus argumentos em um mundo abrangente das normas que contemplam uma ‘comunidade’, universo este de caráter mais exclusivo. Ao passo que outros, falando a partir da perspectiva de um ‘cidadão’, fundamentam suas alegações em um mundo mais englobante, cujo princípio de igualdade inclui o próprio ‘morador’, sujeito de sua interlocução.

Dependendo, pois, da grandeza representada pela própria categoria do sujeito que fala, um mesmo princípio pode querer representar razões muito distintas⁵⁵³. O princípio, portanto, não é o suficiente para se chegar a um consenso, ou, como chamam Boltanski e Thevenot, a um *acordo justificado*. Segundo a teoria da justificação elaborada por esses autores, o bem comum e a capacidade de agir a seu favor dependem não apenas de um mesmo princípio à luz do qual o objeto da disputa se define e as ações dos envolvidos se tornam plausíveis e justificáveis. Mais do que o conhecimento desse princípio que rege ações e que valora o objeto em torno do qual se reúnem sujeitos interessados, é

⁵⁵² Idem : 436.

⁵⁵³ Especificar de que é feita a grandeza dos grandes é fundar uma ordem justificável entre as pessoas. Idem : 28.

imprescindível saber qual o *bem* que cada participante deverá e poderá sacrificar para ascender a um estado comum em relação aos demais concorrentes ao acordo. Se o sacrifício de algo é uma condição exigida pelo processo de um acordo, ele – o sacrifício – é, em si, uma *prova* de que os vários *sentidos do justo* estão sendo ajustados para se chegar a um princípio superior comum e, assim, ao acordo⁵⁵⁴.

Dito de outra maneira, o bem a ser sacrificado para que todos possam ascender a um estado de igualdade – suprimindo a tensão para entrar em um acordo – pode ser, ele mesmo, objeto de grandes divergências. A título de exemplificar o que seria um bem submetido ao sacrifício, podemos considerá-lo como sendo, até mesmo, uma das identidades a partir da qual os sujeitos em concorrência se percebem.

Clifford Geertz narra um caso perfeitamente ilustrativo do sentido do sacrifício, segundo a conotação que possui na teoria da justificação. Na história contada por Geertz, Regreg, habitante de uma aldeia da ilha de Bali, se vê abandonado pela mulher, sua prima, que foge com um homem de outra localidade. Desolado, Regreg aciona o conselho da aldeia pedindo providências. Embora todos os membros compreendessem as razões do reclamante, nada puderam fazer, uma vez que o conselho não deliberava sobre questões relativas a casamento, adultérios e divórcios, problemas esses considerados da alçada pessoal e não concernentes a aldeia como um todo. Com isto, diziam a Regreg que o seu caso estava fora da jurisdição do conselho, e que ele, enquanto marido abandonado, estava pleiteando a causa no fórum errado. Esse balinês que não quis sacrificar a sua condição de marido traído para pleitear outro argumento junto ao conselho, muito menos levar a sua causa para fóruns adequados, acabou, meses depois, ressentido, recusando a chefia do conselho. Com esta atitude, recusava algo irrecusável segundo a lei canônica. Ofendia, portanto, os deuses e instigava suas fúrias contra todos os habitantes da aldeia⁵⁵⁵. Apesar dos esforços empreendidos pelos membros das mais diversas instâncias de poder da aldeia no sentido de dissuadi-lo, nenhum acordo foi feito. Regreg estava terminantemente decidido a nada ceder, e o seu fim foi a morte de sua personalidade social, o que, em Bali,

⁵⁵⁴ Para um detalhamento escrupuloso da teoria da justificação, recomendo ao leitor a leitura da segunda parte do livro de Boltanski e Thevenot, onde os autores apresentam esquematicamente os axiomas que vão estruturando, passo a passo, o bem comum e a capacidade de agir a seu favor. Como ressaltam os autores, ainda que o modelo de *cit * faça referência a um só princípio de justifica o por vez, ele é uma resposta à multiplicidade de princípios sem os quais o mundo seria um *Éden*, um lugar sem disputas. Idem: 101. Por não vivermos em um paraíso, os autores consideram, assim, que todo modelo de *cit * implica em uma *grandeza*, um *sacrifício* e em uma *no o de dignidade* próprios   *cit * que eles revelam. Idem: 106.

⁵⁵⁵ Cf. GEERTZ, Clifford. *O saber local : fatos e leis em uma perspectiva comparativa*. In *O saber local : novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis : Editora Vozes, 2003 : 263. 249-356.

representa a pena capital. Por não sacrificar nada do que seria minimamente exigido para a resolução do caso, o sujeito interessado na disputa não pôde chegar a nenhum acordo, e acabou, literalmente, louco.

De volta ao Rio de Janeiro, façamos agora o esforço para compreender a questão do sacrifício e da justificação segundo termos e situações que nos são bastante familiares. Conforme já vimos, dependendo da situação a categoria ‘morador’ implica um universo de normas desiguais entre os próprios moradores⁵⁵⁶. Entre estes e os agentes externos se interpõem, ainda, outras tantas categorias – como, por exemplo, ‘cidadão’ e ‘político’ – evocativas de outros universos de normas capazes de suplantar a ordem local, representativa do mais vasto mundo de sentido jurídico para um número considerável de moradores da cidade.

O exemplo cardinal do que venho de aludir se deu durante o processo de criação de uma convenção de condomínio. A pedido dos síndicos, foi programada uma série de reuniões convocadas por agentes externos, neste caso por funcionários da CEHAB, com a finalidade de se tentar instituir, finalmente, o regulamento. Os custos para registrar uma convenção são altos, e a presença da Companhia junto aos moradores, por ocasião do trabalho de regularização dos imóveis da Cruzada, foi a oportunidade identificada pelos síndicos e pela Amorabase para este auxílio. Primeiramente, discutindo a própria convenção para, em seguida, darem início aos procedimentos burocráticos. Entretanto, o alerta dado por alguns moradores sobre suas próprias dificuldades para compreender ou se interessar por aquele bem, representado pela Convenção, foi em parte ignorado por aqueles responsáveis por conduzir as reuniões. O saber local, neste episódio, acabou revelando sua potência ao suplantar os princípios ideológicos e as boas intenções dos agentes públicos, representados por um administrador e um advogado da CEHAB, conforme veremos mais a frente. De todo modo, esse processo, que se constituiu por uma série de assembléias entre moradores e os agentes do Estado, denotou um esforço sensível em direção a construção integral dos meios para a realização de um fim materializado na Convenção de Condomínio.

Na reunião organizada para discutir a reforma da praça vizinha com dois funcionários enviados pela prefeitura, os representantes da Cruzada foram, ao contrário, vencidos pela presença de um dispositivo que contornava parte importante do processo democrático que se viu nas reuniões com a CEHAB. Aqui, havia um *projeto pronto*. E aos

⁵⁵⁶ Cf. capítulo 5, em especial o item « Converter-se em morador ».

moradores não coube discuti-lo antecipadamente, apenas ouvir a apresentação feita pelos agentes do município sobre as intervenções a serem implementadas no local. Neste segundo caso, o espaço social dos moradores da Cruzada não emergiu do processo democrático em si, como a reunião pareceu querer sugerir, mas sim na reconfiguração do espaço da praça, tal como apresentada no projeto, e nas estratégias interativas – uso de mapas, respostas evasivas e evitação de olhares – utilizadas pelo administrador e o arquiteto do parque presentes à reunião. Cada proposta feita pelos representantes dos moradores era neutralizada por uma interdição transfigurada na forma de contraproposta, mas que em nada equivalia à demanda da qual surgira.

Um terceiro caso que proponho analisarmos ocorreu na reunião com os ‘barraqueiros’ e demais moradores da Cruzada interessados em montarem barracas na rua durante a festa junina. Aqui, acompanharemos uma disputa interna. Todos os participantes residem na Cruzada, condição que os coloca, inicialmente, em pé de igualdade. O que, no entanto, permitirá dar relevo às distinções e base aos argumentos que pleiteiam o direito em questão – montar a barraca – será, justamente, o uso da categoria ‘comunidade’. É no momento da disputa que a ‘comunidade’ se define, não existindo, *a priori*, nem antes, nem depois.

Decerto podemos afirmar ser a dialética arte fundamental para a definição dos limites de uma comunidade. Tanto para um – a dialética – quanto para outro – os limites do que quer que seja – há sempre dois *logoi*, duas razões ou posições que dialogam ao se confrontarem por meio de um “acordo na discordância”⁵⁵⁷. Neste sentido, podemos e devemos considerar a ‘comunidade’, ela mesma, não apenas como um ideal, mas, acima de tudo, como uma *premissa*.

Esta hipótese é explicitada pela última reunião que trazemos para essa análise. Antes de mais nada alertamos para o fato de se tratar de uma reunião virtual. Graças a isto, um público mais amplo e geograficamente distante da Zona Sul do Rio de Janeiro pôde acompanhar, não sem espanto, as agressões deliberadas resultantes de um antagonismo cultivado através da oposição Leblon x Cruzada. O que se viu ao longo desses dias de afrontamentos virtuais revela que a própria noção de ‘bairro’ pode, nesse entrementes, ser interpretada como uma ‘arena’.

⁵⁵⁷ A discussão filosófica em torno da dialética é secular, e evidentemente não é nosso propósito aqui estender-mo-nos nesse debate. Porém, para o leitor interessado, sugerimos conferir o verbete ‘dialética’ contido em MORA, 2001 : 182.

A partir de agora, vamos, então, incursionar por essas arenas que, entre muitas outras coisas, nos dão acesso ao mundo de referências através do qual moradores da Zona Sul adquirem competências políticas e cidadinas e passam a exercita-las. Esta *démarche* que conduz à formação de arenas públicas está, por excelência, inscrita no território de uma luta pelo reconhecimento, o que, por si só, lhe confere o mérito de revelar as inúmeras comunidades de interesse em jogo.

As reuniões sobre a Convenção de Condomínio

Em 2000, a pesquisa que a CEHAB realizou na Cruzada São Sebastião revelou que 76,13% dos moradores achavam necessária a organização administrativa por blocos, ao invés de uma possível centralização caracterizada na figura de um síndico geral.

A preferência tinha a ver, evidentemente, com a grande diferenciação interna no conjunto. Mas também com os problemas que os moradores consideram “crônicos” e característicos de um ou outro prédio, como, por exemplo, a alta taxa de inadimplência do bloco dois em contraste com o ordeiro e bem organizado bloco dez. Concorriam também alguns outros sistemas de crenças que identificavam, por exemplo, ‘potestades’ apegadas a este ou aquele bloco, além de histórias macabras e boatos que colaboram com a estigmatização. Além desse universo de atribuições incididas sobre os moradores, há um outro que se coaduna exclusivamente com o perfil e a popularidade de cada síndico entre os condôminos e demais habitantes dos prédios vizinhos.

Por ora não vamos nos estender em mais minúcias desta relação. Vamos apenas salientar que os blocos da Cruzada, em certa medida, sofrem uma espécie de antropomorfismo, tornando-se viáveis ou inviáveis administrativamente em função de um caráter extraído não apenas da prática preponderante de seus moradores em relação aos demais blocos, mas também dos usos dos espaços e do repertório de histórias transcorridas em seus cenários.

Entretanto, a primeira reunião de uma sucessão de muitas outras em que tratariam, quase que exclusivamente, dos aspectos legais para a confecção e o registro da Convenção de Condomínio, foi iniciada com uma explanação feita pelo administrador da Companhia ressaltando a necessidade de se desfazer, no documento, e por meio de algumas medidas, essa tão cara diferenciação. Na noite de 09 de agosto de 2005, quando se iniciou a série de

reuniões para tratar da tal Convenção, ele parecia não ter levado suficientemente em conta a força das expressões locais que infundiam as inúmeras distinções entre os blocos.

Delegado pela CEHAB para acompanhar todo o processo de regularização dos apartamentos da Cruzada que ainda estivessem, por razões diversas, em situação irregular ou em litígio, Chico, como era conhecido, há meses vinha se inteirando do cotidiano e das disputas internas dos moradores. O seu *bureau* ficava em uma sala de setenta metros quadrados contígua a delegacia, onde funciona a Agência de Desenvolvimento Local (ADL)⁵⁵⁸, na rua Humberto de Campos, em frente a Selva de Pedra e a Igreja Santos Anjos. A sala está voltada para a rua e no nível do passeio, podendo ser observada pelo passante graças a transparência da divisória de vidro que a protege do ambiente externo.

Ao longo de um extenso período de quase um ano, o seu escritório foi freqüentado por muitos habitantes da Cruzada interessados em esclarecer suas situações, realizar o recadastramento junto a Companhia, tirar o registro do imóvel, resolver outros problemas jurídicos ou simplesmente em conversar com o administrador entre uma ida ou vinda do mercado. Os jovens também freqüentavam o local atraídos pelos cursos de ‘reforço escolar’, ‘embelezamento da mulher’ e aulas de preparação para atuarem como guias durante os jogos Pan-Americanos, todos oferecidos na sede da ADL em parceria com o Rotary Clube do Leblon, cujo emblema fora instalado na fachada vidro.

Portanto, na noite do dia 09 de agosto de 2005, Chico estava certo de que todos aqueles meses de trabalho conjunto, reunindo sobretudo os síndicos e diretores da Amorabase no estudo da melhor forma para se adequar uma convenção de condomínio à realidade da Cruzada, começariam, agora, a se efetivar. Inspirado por essa certeza, sua exposição primou pela clareza. Muito bem articulado e imbuído das melhores intenções, o administrador parecia não ter dúvidas de que seus bons propósitos e a transparência das idéias se encarregariam de mobilizar os maiores interessados na valorização daquele patrimônio: os proprietários do imóveis.

Começou, porém, explicando aos presentes no salão do bloco dez que

“Para aprovar esse condomínio nós não podemos considerar que cada prédio é um prédio do conjunto. Na verdade o condomínio *é* os dez prédios. Para isso vai haver *um* síndico que é o síndico *do* condomínio, e cada prédio vai ter um representante que vai administrar individualmente este prédio, que vai estar em contato direto com os moradores desse prédio, mas o condomínio é

⁵⁵⁸ As ADLs fazem parte de uma política de âmbito estadual.

um todo, entendeu? Essa é a lei. E a gente tem que fazer as coisas exatamente dentro do critério da lei.”⁵⁵⁹

Todos os que ali estavam ouviam com o semblante do acordo. Estavam esperançosos de que a lei resolveria muitas questões na direção das melhorias esperadas. Mas as fisionomias denotando harmonia entre os presentes merecem algumas explicações. O lugar escolhido para a primeira reunião era, em si, cheio de significados. O décimo bloco, como vimos, é considerado o mais bem organizado da Cruzada. Nele moram os de maior poder aquisitivo, as famílias menos numerosas, os mais discretos habitantes do conjunto. Os corredores do décimo bloco são inteiramente desimpedidos. Não há comércio. Não há qualquer obstáculo obstruindo a passagem. Nem grades, nem plantas, nem bicicletas. No máximo, capachos diante das respectivas portas. É um condomínio que por estas razões se destaca sensivelmente no conjunto.

Embora a reunião pudesse ser integrada por qualquer morador da Cruzada, entre os presentes no salão só havia os bons pagadores, e entre esses, apenas os dos blocos nove e dez. Nenhum inadimplente. Ali, somente os interessados em instituir um regulamento para o convívio, de modo a valorizar a totalidade do conjunto dentro do qual eram vistos como uma elite.

O administrador prosseguiu apresentando as vantagens que teriam com a aprovação da Convenção:

Aquelas pessoas que não pagavam o condomínio vão passar a pagar o condomínio porque essa responsabilidade vai passar a ser uma responsabilidade legal *mesmo*. Ou seja, agora não tem jeito, aquelas desculpas⁵⁶⁰ deixam de existir. A partir desse momento, a pessoa neste condomínio vai ter responsabilidades como em qualquer outro condomínio *no Brasil*. Se não pagar, se não fizer acordo, se não fizer questão de participar desse condomínio, o seu apartamento vai alugar em benefício do condomínio. O valor arrecadado pelo aluguel desse apartamento vai ser revertido em benefício não do síndico, mas em benefício de todo o condomínio.

A substituição do termo ‘conjunto’ por ‘condomínio’ anunciava a primeira grande transformação, inteiramente de acordo com o desejo dos que eram favoráveis à Convenção. Tanto que na segunda reunião, realizada no bloco cinco, a plenária mais numerosa (cerca de sessenta pessoas) estimulou o advogado da CEHAB à lançar a seguinte pergunta:

⁵⁵⁹ Ênfases dadas pelo próprio expositor.

⁵⁶⁰ Cf. a reunião no bloco seis, apresentada no início deste capítulo.

“Vocês preferem o que, gente: conjunto ou condomínio?”, a qual responderam alguns, aqui e ali, timidamente: - Condomínio... Nova tentativa do advogado e, desta vez, todos, em uma só voz, disseram bem alto: – Condomínio!

Outra nova palavra começou a aparecer nessas reuniões, substituindo o genérico uso do termo ‘apartamento’. Este, inflacionado pelo uso e significado local, ganharia nuance com a utilização do denominativo ‘patrimônio’. Nunca, até aquele momento, ouvira qualquer pessoa referir-se a um imóvel na Cruzada em termos de *patrimônio*. Evidentemente era reconhecido o valor de um “apartamento no Leblon”. Aliás, esta é uma das sentenças que mais ouvi de meus interlocutores quando o tema da conversa referia-se a algo que pudesse macular a imagem do lugar. Assim, ‘patrimônio’ pouco a pouco foi sendo inserido no léxico referente ao Condomínio Cruzada São Sebastião. Aliás, Condomínio São Sebastião, como sugeriu um morador: “Acho que a gente deveria retirar esse nome: Cruzada”⁵⁶¹.

O processo seguia estimulado pelo sonho de um dia se alcançar este nível de integração no bairro do Leblon. Mas enquanto para uns isto era um sonho, para outros representava uma espécie de ameaça, tão intimamente se percebiam associados ao nome e aos seus significados em contraste com o entorno.

Não podemos de modo algum ignorar que a questão da identidade estava sendo tocada em seu âmago. Na ‘Cruzada’, ou no ‘conjunto’, estes viviam em uma espécie de autarquia, portanto ameaçada pela possibilidade de se integrar ao esquema dos *outros* pelo uso das normas “de qualquer outro condomínio do Brasil”.

Os fiéis da fezinha, que todos os dias fazem suas apostas com Magali, em frente ao bloco um, e os *habitués* da cerveja e do carteadado, da sinuca e da feira, das barracas de Marly e de Ivan, próximas ao muro, em frente ao bloco nove, ou da barraca de Soninha, junto ao pilotis do bloco dois; de Daniel, em frente ao bloco três; de Telma e de Aparecida, à entrada do bloco quatro; de Dina, no bloco cinco; Luciana, no bloco seis; Zula, em frente

⁵⁶¹ Embora fruto de comparações distintas, sua aposta foi de par com uma reflexão tardia empreendida por Dom Hélder Câmara acerca da escolha do nome: “*Rien que ce nom dit combien nous étions encore dans une mentalité de chrétienté, au Moyen Age. Nous avons choisi saint Sébastien parce que c’est le patron de Rio de Janeiro. Mais ce mot de Croisade...*”. Na entrevista que Dom Hélder concedeu à José de BROUCKER, as reticências com as quais encerra esta última frase a respeito da Cruzada é justificada pelo significado sangrento das cruzadas cristianizadoras ocorridas na Idade Média, significado para o qual lhe chamara a atenção o Papa João XXIII, ao lhe dizer que « *On voit que vous ne connaissez pas le Proche-Orient ! Si vous aviez connu le Proche-Orient, jamais vous n’auriez utilisé le mot ‘croisade’ pour votre travail de libération des pauvres ! Parce que, en dépit de ce que disent souvent les historiens, ces maudites croisades ont creusé un fossé qui est entre nous et les musulmans très difficile à combler* ». Cf. *Les Conversions d’un évêque: entretiens avec José de Broucker*. Paris: Seuil, 1977: 141-142.

ao bloco nove; estes davam vida pública ao modo de ser que, aos olhos da nova proposta, desvalorizava o ‘patrimônio’ e representava o ‘conjunto’.

Sobretudo por conta das razões acima mencionadas, a formidável boataria começou a fazer concorrência com as expectativas iniciais de mudança. No boca a boca circulavam suposições sempre ameaçadoras a lançarem na obscuridade as intenções da CEHAB. Por trás de tudo estaria um possível aumento de IPTU e das taxas de água, luz e condomínio e, nos bastidores de supostas manobras insidiosas, a certeza: “querem tirar a gente daqui”.

Enfim, a resistência. A desconfiança não é somente o oposto da confiança, este sentimento que reduz a complexidade do mundo, simplifica a vida e nos leva a aceitar riscos⁵⁶². Se falta essa disposição para a confiança – e o leitor que chegou até aqui já conhece algumas das razões experimentadas por muitos moradores da Cruzada – é porque uma crença negativa instaurou-se, independentemente de sua verificação atual. Mais nociva do que a falta de confiança, a desconfiança, portanto, restitui para o indivíduo toda a complexidade da vida e, o mais importante, sublinha, nos riscos, apenas as virtualidades negativas. Podemos dizer, com isto, que a desconfiança é, em certa medida, uma espécie de fé que nos remete ao teorema, hoje bastante conhecido, de William Ian Thomas: “Se os indivíduos definem as situações como reais, elas são reais em suas conseqüências”⁵⁶³.

Para evitar, assim, a definição negativa daquilo que se propunha, Chico já havia se precavido, e informou, durante a primeira reunião, ter conhecimento das dificuldades que enfrentariam e do tipo de prática que deveria acabar uma vez efetuado o registro da convenção:

Até hoje ainda existe gente que tem a capacidade de dizer que nós estamos fazendo isso para tirar a Cruzada daqui. A menina que trabalha comigo disse que estava tomando banho e ouviu o vizinho dizer na porta esse boato. Até isso, com certeza, com a convenção de condomínio vai acabar. Por que? Porque a pessoa não vai ter mais como jogar essa conversa. Tá escrito, ela vai ser obrigada a ler, vai ser obrigada a conviver como um todo dentro da comunidade. Não dá para ela achar que ela é um ser a parte que não precisa se importar. Não vai dar mais para ninguém dizer que isso aqui é uma favela. Acabou essa história. Acabou essa atitude, essa postura do morador que acha que isso aqui é favela. É um condomínio na Zona Sul, no Leblon.

⁵⁶² LUHMANN refletiu longamente sobre o sentimento da confiança e seus desdobramentos na vida individual e social. V. LUHMANN, Niklas. *Confianza*. Barcelona : Anthropos ; México : Universidad Iberoamericana ; Santiago de Chile : Instituto de Sociologia. Pontificia Universidad Católica de Chile, 1996. 179p.

⁵⁶³ Cf. também o artigo de Robert King MERTON, *A Profecia que se cumpre por si mesma*, in MERTON, *op.cit.*: pp. 515-531.

Alguns moradores da Cruzada, obviamente favoráveis à convenção, foram contratados pelo administrador para ajudá-lo no trabalho de esclarecimento sobre o registro de imóveis e a convenção de condomínio junto a seus vizinhos. O trabalho se fazia tanto em horário comercial, na sede da ADL, quanto nas horas livres, por iniciativa dos contratados, junto a seus vizinhos, sempre que a oportunidade surgia.

Em uma tarde, conversava com Cardoso, o fotógrafo, também ele contratado pelo Chico, na porta da ADL quando uma moradora se aproxima para tirar dúvidas a respeito da procuração que deveria assinar para conceder “direitos especiais” ao síndico. Os tais direitos especiais permitiriam que cada síndico assinasse a convenção em nome dos condôminos que lhe fornecessem a procuração e, com isto, bastariam dez assinaturas no documento, ao invés de, no mínimo, 612, ou seja, dois terços do total de domicílios. Mas o problema gerador de dúvidas era o qualificativo dos direitos a serem concedidos por procuração. O termo ‘especiais’ passou a conotar ‘plenos poderes’, ou ainda ‘super-poderes’, quando, em realidade, referia-se à situação especial destinada a resolver o objetivo explicitado na própria procuração.

De todo modo, assinar um documento gera muitas desconfianças entre alguns moradores. Cardoso, sabedor deste porém, optou por ser extremamente didático e explicou, inicialmente, para que serve uma convenção de condomínio. Ela iria “regulamentar o convívio”. A moradora compreende, balança a cabeça sinalizando estar acompanhando o raciocínio e lembra do som alto que a incomoda durante a noite. Cardoso confirma a adequação do seu exemplo e prossegue dizendo tratar-se de mais um instrumento contra esse tipo de inconveniente e outros mais, como roupas penduradas na janela. A mulher, desta vez, não se manifesta. Mas permanece atenta ao que mais ele tem a dizer. Lembro da convenção de condomínio da Selva de Pedra e digo a ela que ali em frente é proibido manter “fábrica de chapéu” nos apartamentos⁵⁶⁴. Ela me olha, intrigada, e digo que todo e qualquer condomínio no Brasil possui uma convenção, e que na grande maioria dos casos o morador sequer discute sobre o seu conteúdo, procedimento simetricamente inverso ao que estava sendo proposto na Cruzada, onde, cinqüenta anos depois de habitada, discutir-se-iam os regulamentos. Ela, enfim, diz achar melhor “com convenção”, e espera para ver o que achamos. Cardoso confirma, e eu apoio.

⁵⁶⁴ Convenção do Edifício Maestro Villa-Lobos, transcrita parcialmente por MELLO em um artigo no qual volta a discutir, vinte anos depois da pesquisa realizada na Selva de Pedra, as apropriações dos espaços de uso coletivo neste conjunto. Cf. MELLO, Marco Antonio da Silva. *Selva de Pedra: apropriações e reapropriações de uso coletivo no Rio de Janeiro*. In ESTERCI, Neide, FRY, Peter & GOLDENBERG, Mirian (orgs.). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro : DP&A Editora, 2001 : 205-228.

Tão logo ela se afasta, concordamos que o interesse de todos em obter informações mais precisas era, de fato, bastante pronunciado, pois muitos nunca haviam ouvido falar da tal convenção de condomínio e não entendiam, conseqüentemente, por que dar uma procuração para o síndico.

Nas reuniões subseqüentes, o advogado da CEHAB deu provas de sua competente oratória explicando, cada vez de um modo diferente, o que era uma procuração. Engajado no movimento de regulamentação fundiária em favelas e conjuntos habitacionais e coordenador do Núcleo de Direitos Humanos do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), ele, mais do que qualquer um, estava verdadeiramente excitado com o início das conversações coletivas e disponível a todos para maiores esclarecimentos antes e depois das reuniões e também, em dias marcados, na sede da Agência de Desenvolvimento Local.

Até aquele momento o administrador e o advogado estiveram preservados de reações insuspeitadas que somente a exposição em uma arena poderia revelar. Através de rumores, lhes chegava o conhecimento sobre o impacto das reuniões. Em uma dessas, souberam haver um burburinho que atribuía à suas ações a qualidade de “politiqueira”. Indignados, fizeram desta informação matéria da reunião seguinte, a mais concorrida de todas, realizada numa noite de quarta-feira na quadra da Escola Santos Anjos. Assim, levando à público a indignação, acreditavam estar tecendo ainda mais firmemente a confiança que, por sua vez, depositavam nos moradores, enquanto interlocutores competentes e responsáveis.

Chico decidiu começar a conversa daquela noite tocando na questão que lhes atingia diretamente, e assim manifestou-se para uma numerosa audiência:

Todas as pessoas que estiveram comigo lá [na ADL], sabem que nós estamos há semanas e semanas e semanas, eu nunca falei sobre política, ou de candidato político, ou o que for. Então nem sequer uma ação eleitoral esse trabalho [as reuniões para se discutir a convenção de condomínio] tem. História, entendeu? Não tem nada dessas coisas, o Manoel Carlos⁵⁶⁵ ficaria realmente, sabe, enlouquecido se pudesse botar tudo isso em uma novela. Ninguém aqui quer tomar o prédio ou o apartamento, ou a casa de ninguém. Muito pelo contrário. Nós estamos com a CEHAB dentro da Administração há um ano, um ano, todos os dias. Um ano e dezesseis dias, a CEHAB faz plantão na Administração a 200 metros daqui. E não é para prejudicar ninguém, como muita gente conta. Não é para tirar vantagens eleitorais como muita gente aqui fala também. Até falaram que eu ia ganhar uma loja

⁵⁶⁵ Autor de novelas cujas tramas têm o Leblon como cenário. Ele foi citado, em outra ocasião, por Valéria, quando ela se referiu a capacidade imaginativa dos moradores que participavam dos boatos.

no shopping aqui do lado. (...). Então, histórias, aqui dentro da Cruzada, acontece e muito, se fala muito, contam muito. E ninguém tá aqui a essa hora da noite pra falar abobrinha. É um ano de trabalho, num órgão estatal, com pessoas com vínculo com o Governo do Estado, fazendo o trabalho para os moradores da Cruzada. Trabalho esse que algumas vezes já foi feito pelo Estado também. Pessoas que chegavam aqui, trazia uma barraquinha, e falavam que iam dar título, que iam resolver, mas na verdade todos eles nunca resolveram. Vocês como moradores já devem ter visto milhares de vezes isso. Só que esse trabalho é diferente: há mais de um ano uma equipe da CEHAB, e aqui já teve engenheiros, arquitetos, assistentes sociais... dentro da Cruzada. Um trabalho exclusivo, em benefício dos moradores da Cruzada. “Ah, mas por que isso?”. Porque como muitos moradores aqui sabem, a Igreja passou para o Estado a responsabilidade pela administração da Cruzada. Quando isso foi feito, em 1982, alguns erros foram cometidos. O primeiro desses erros foi não terem instituído uma Convenção de Condomínio, já que o que havia antes aqui montado pela Igreja ao invés da Convenção, era um código de normas éticas e morais⁵⁶⁶ imposto pelo padrão da igreja para fazer com que cada um de vocês moradores pudessem ter um convívio mais harmonioso não só entre vizinhos mas especialmente dentro da própria família. Quando a CEHAB entrou, como em qualquer outro empreendimento desse gênero, seja um prédio na Barra da Tijuca, no Leblon, ou um novo empreendimento qualquer realizado pela CEHAB em alguma parte do Estado do Rio de Janeiro, quando um morador entra ele tem uma convenção de condomínio. Aqui não tinha. Vocês tentaram implantar essa convenção algumas vezes, parece, se não me engano umas duas vezes. Mas não conseguiram essa anuência dos 2/3 necessários para a implantação. Foi uma iniciativa pessoal. Quando eu vim ser administrador aqui, apesar do cargo ter um compromisso muito maior com o Conjunto, eu optei por não fazer política aqui dentro e ser um bom administrador. Porque assim no futuro, quem sabe, eu pudesse (?) e eu estaria realizando mais do que outros que vieram fazer apenas política. Eu identifiquei que haveria então a titulação do Parque da Cidade, que é uma área que Brizola distribui no [Programa] Cada Família um Lote⁵⁶⁷, e que foi demarcada aleatoriamente, sem planejamento, sem nada, e que cada indivíduo construiu ali ao seu bel prazer, ao seu gosto, e vendeu prum terceiro, que vendeu prum quarto, e tem quatro, cinco andares, e tem duas, três casas num terreno, e os caras chegam lá para dar os títulos de propriedade pras pessoas. Dono do terreno. “Não, não vamos fazer isso não. Você não conhece aquilo lá! E o outro que comprou a laje em cima da casa?”. Aí eu disse: “É, você tem razão”. “Agora, a Cruzada tá ali e tem várias famílias, falta gente para ser titulada. Por que você não finaliza a situação da Cruzada?”. Procurei o presidente Francisco Neto [da CEHAB], o presidente abraçou a idéia, e eu falei pra ele: “Outro problema que existe lá na Cruzada é a falta da convenção de condomínio que normatize e legalize as ações dos síndicos de todo o condomínio”. “Apoio vocês”. Pra isso ele me indicou o Dr. Rafael [o advogado, também presente] pra vir trabalhar com a gente. Dr. Rafael é novo, mas é professor de universidade, trabalha como coordenador do Núcleo de Direitos Humanos do IBMEC. Tem seu próprio histórico. Pra vocês verem que aqui não tem nenhuma brincadeira. Ninguém tá aqui pra prejudicar ninguém. Ninguém tá aqui pra tirar proveito de nada. A gente tá aqui pra fazer aquilo que nos é por

⁵⁶⁶ Cf. Capítulo 4, item « Quem não reza é bicho ».

⁵⁶⁷ Este Programa, criado durante o governo de Leonel Brizola, promoveu a regularização fundiária em áreas faveladas implantando, concomitantemente, o saneamento básico nessas localidades.

obrigação: eu, como administrador estadual, Dr. Rafael como advogado e a equipe da CEHAB para apoiar o que for preciso. Então, quando ouvir contar uma historinha pra vocês de que “vão tomar os apartamentos”, de que vão fazer isso, aquilo, aquilo outro, é mentira. É garganta! É quem quer prejudicar quem tem um *patrimônio* como esse que vocês têm aqui.

Até aquele momento o idealismo que dava a cor emocional do trabalho tanto do administrador quanto do advogado estivera restrito ao pequeno auditório, em encontros individuais para tratar de casos particulares, como até então vinha se fazendo o processo de regulamentação dos imóveis na sede da ADL. O tema da convenção, por sua vez, levava o jogo para a arena coletiva.

Nas arenas, como o próprio nome já indica, há um elemento crucial de valorização do *dito* que é a plenária. A princípio, não se sabe quem são as pessoas que a compõem, ou ainda, quais são os seus anseios. O advogado e o administrador, tão compenetrados em seus próprios números diante do público – pois certos de suas boas intenções – encontravam-se de tal modo convencidos a respeito da realidade que encenavam que talvez, por um descuido ou simples desconhecimento dos fatos, acreditaram excessivamente na própria realidade que estavam encenando. Para casos como esse, Goffman, melhor do que ninguém, diseca a situação com seus olhos de dramaturgo:

Quando seu público está também convencido deste modo a respeito do espetáculo que o ator [social] encena – e esta parece ser a regra geral – então, pelo menos no momento, somente o sociólogo ou uma pessoa *socialmente descontente* terão dúvidas sobre a “realidade” do que é apresentado.⁵⁶⁸

Mesmo aqueles que faziam parte da ‘equipe’, para dizer nos termos de Goffman, pouco a pouco foram manifestando publicamente, nas reuniões, seus desacordos em relação às estratégias escolhidas pelo administrador. Sobre elas, Cardoso fez uma importante observação. Ele percebeu que se devia instituir uma agenda positiva, em vez de “bater na tecla negativa, na parte da dureza da convenção, que é a cobrança de condomínio”. Tinha consciência de que esta propaganda agradaria aos ouvidos dos interessados na convenção, os quais eram, em sua grande maioria, os fiéis pagadores das taxas. Mas afastaria de vez os demais moradores que até poderiam ver na instituição do

⁵⁶⁸ GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999: 25. 233p. Grifo meu.

regulamento mais aspectos positivos do que negativos, porém, por medo, como Cardoso ressaltou, poderiam decidir-se contra a convenção.

Eu preferia bater menos nisso aí, porque cobrança de condomínio, pela lei, pelo o que eu conheço, ela pode ser feita independente da convenção, então não vamos bater muito nisso porque muitos podem estar devendo condomínio. Agora, se a gente começar a bater que “é pra despejar, pra fazer não sei o que...” *Nós temos uma experiência de morador que a primeira coisa é o negativo*, que marca! “Olha, não faz isso não que ela vai te pegar!”.

A ‘experiência de morador’ que menciona é, como vimos anteriormente⁵⁶⁹, uma experiência vivida em interações cotidianas variadas que podem lhes submeter a discriminações e infundir a descrença na preservação da integridade física e moral.

Cardoso alertava, enfim, para o tom de ameaça por vezes escolhido para se falar oficialmente sobre a Convenção. Se existia algo que pudesse criar um mal-estar entre o total do grupo de moradores, este algo se manifestava através da acusação de inadimplência. Quando indagada sobre quantos moradores pagam condomínio em seu bloco, uma síndica respondeu dando a quantidade de inadimplentes. A categoria, como se vê, está sempre em evidência, e houve épocas em que os nomes dos devedores eram afixados em cartazes no primeiro vão da escada de alguns prédios.

Cardoso, portanto, tinha fundadas razões para explicar dessa forma o processo, porquanto a estratégia estava marcada pelos critérios da exclusão e tendo em vista, por exemplo, a proverbial inadimplência de grande parte dos moradores. Empenhando-se, deste modo, em destacar as relações deletérias entre a convenção e tudo o que ela importava em termos de controle e exclusão dos inadimplentes, tentava mostrar que as palavras do administrador cumpriam o papel de um espantalho, pois era, afinal, um argumento excludente.

Também o tema da procuração voltaria ainda à baila. Dessa vez, Valéria, sucessora de Cláudio na presidência da Amorabase, discordara, logo na segunda reunião, da escolha de LÍlian, jovem moradora do oitavo bloco contratada como secretária pelo Chico, para o recolhimento das procurações a serem entregues pelos moradores do bloco oito. O problema identificado pela presidente não concernia às qualidades morais da jovem. Segundo o seu argumento, aos olhos das muitas senhoras da Cruzada, ela era “apenas uma menina”. Não à toa Valéria mencionou a sua pouca idade e a consideração que deviam dar

⁵⁶⁹ V. também capítulo 5.

ao significado que isto teria aos olhos das senhoras, pois, afinal, elas são proprietárias de grande parte dos apartamentos e, além disso, muitas não sabiam ler, não gostavam ou não queriam ler, “mas confiam no que você vai dizer”, ressaltou a presidente. Daí a importância de se fazer uma escolha de acordo com a confiança depositada *pelos moradores* nas pessoas responsáveis por receberem a procuração, e não pelo Chico, pois haviam critérios a serem considerados, tal como este, da idade, que ele não podia sequer suspeitar.

Portanto, não foi a falta de aviso sobre os equívocos estratégicos o motivo de ter-se instalado a controvérsia. O esvaziamento das reuniões foi paulatinamente ganhando espaço. A proximidade com a data das eleições estaduais também concorreu para se atribuir um caráter “eleitoreiro” ao que se estava propondo.

Quase um ano depois, Germana faz uma análise do que pode ter se passado para que novamente se frustrasse a instituição de uma convenção de condomínio. Acha que tudo se deveu a uma falta de vontade de explicar ao morador para o que serviria o instrumento. E que restaria, igualmente, esclarecer sobre a importância e o papel de uma Associação de Moradores. Para ela, a solução seria uma leitura do documento que fosse feita conjuntamente, pois reconhecia que o calhamaço não seria lido pela grande maioria dos moradores – e por inúmeras razões, dentre as quais podemos destacar a falta de hábito de leitura ou mesmo o analfabetismo.

Isto não foi, contudo, impeditivo para a vontade de saber. Pelo contrário. Muitos alertaram para esta dificuldade justamente com o intuito de convocar ajuda para a leitura do documento. A negligência quanto a esta dificuldade acabou transfigurando-a em uma suposta “falta de vontade do morador”, e foi isto o que acabou criando e acirrando uma resistência, na opinião dos que acompanharam o caso.

Em contrapartida, o administrador e o advogado deixaram cópias do documento com os síndicos, e informaram que cada morador interessado em lê-lo gastaria no máximo R\$ 3,00 para fazer uma fotocópia. Os moradores alegaram que a construtora do shopping poderia arcar com esse custo e fornecer uma cópia para cada apartamento. Nisto também houve discórdia. Desta vez, os agentes do Estado é que se mostraram resistentes, pois supuseram restrições à esta possibilidade e além disso esperavam que o interesse do próprio morador o mobilizasse para dispensar a módica quantia, segundo seus critérios, na obtenção do documento.

Uma detração contra o administrador aparece, desta vez, na voz de uma eminente personalidade do conjunto. Ela confere à tudo o que é falado “via Chico” a transformação em uma “questão política”. Outras vozes proeminentes lhe fazem eco: “Chico politiza tudo”. O enquadramento diz que isto é algo negativo. Mas temos a chave para compreendermos esta razão. Chico se esforça para veicular informação fora do circuito do rumor. Na porta da ADL pendura os avisos concernentes aos interesses dos moradores da Cruzada ou os faz circularem através de ofícios distribuídos aos síndicos. Quem comenta sobre esta medida a considera perniciososa. Mas os avisos estão lá, têm um lugar – e todos sabem. O problema é que este aviso está fora dos domínios da ‘comunidade’. Rivaliza com ela, na opinião dos que se referem à “minha comunidade”. E o líder do gentio, segundo esta concepção, é Chico. Sua secretária passou a ser alvo do disse-me-disse. Além de afixar os cartazes, avisava às amigas sobre o que versavam. Na boca dos críticos, isto ganhava o tom virulento da traição e do favoritismo.

Enquanto as assembléias iam sendo puídas pelas imaginações e os ressentimentos, o tempo passava. Já não se falava mais em convenção de condomínio. O tema cederia lugar às maledicências. O horizonte do bem comum, com o passar desse tempo, se tornou crepuscular. Vieram as eleições estaduais e a CEHAB partiu da ADL, mantendo apenas o serviço de regularização dos imóveis oferecido, em outra sede, aos interessados.

A reunião sobre a reforma da praça

A Praça Jardim de Alah estava prestes a passar por uma grande reforma através de um programa da prefeitura, chamado Rio Cidade. Para tanto, agentes do município foram ao encontro das associações de moradores do Leblon e de Ipanema. E começaram pela Amorabase. Desta reunião, ocorrida em uma noite de final de novembro de 2003, participaram o administrador e o arquiteto da praça e o secretário, o primeiro tesoureiro e o presidente da Associação de Moradores da Cruzada, além da etnógrafa, responsável por lavrar a ata.

Os funcionários da Prefeitura vieram trazendo duas grandes plantas, as quais foram abertas tão logo nos sentamos ao redor da mesa. A partir de então, seus olhos permaneceram voltados para a representação da praça, de modo a não esquecerem de ocupar cada trecho do local com explicações sobre as “atividades previstas”.

A Praça Jardim de Alah é bastante utilizada pelos moradores da Cruzada. Nos domingos pela manhã reúnem-se ali os membros do Clube da Malha. À tarde, os mais jovens jogam bola nas quadras polivalentes. Nas quintas-feiras é o dia da garotada praticar o futebol e há quem pesque no canal, a depender da lua. O uso que fazem da praça é coletivo, enquanto que os demais moradores do Leblon e de Ipanema, quando a freqüentam, levam seus cachorros para um passeio solitário.

De um certo ponto de vista, em consequência de sua grande extensão, pode-se dizer que a sua área, entretanto, é sub-utilizada. Neste sentido, a praça representa um vazio urbano. Em alguma medida isto parece decorrer de sua localização. Afinal, a praça está situada exatamente ao longo do canal que marca a fronteira entre dois bairros – Ipanema e Leblon – e entre dois importantes espaços públicos de lazer – a praia e a lagoa. Em seus momentos de lazer, os moradores desses bairros preferem passear nas orlas ou no comércio e praças situadas no interior de cada bairro. Essas razões elucidam a ambivalência que paira sobre a praça: a que bairro ela pertence? Que habitantes fazem dela seu destino?

A praça do Jardim de Alah é, assim, uma área de penumbra classificatória. Talvez por isso, ainda não se havia encontrado para ela uma destinação a altura de sua vasta extensão e privilegiada localização.

Porém, um dos argumentos que justificam essa sub-utilização é a proximidade com a Cruzada. Isto que lhe confere a fama de ser um local perigoso circula no boca-a-boca, mas também pelos jornais. Nestes, o Jardim de Alah é notícia sempre quando há mortandade de peixes na Lagoa Rodrigo de Freitas ou algum problema envolvendo moradores da Cruzada. Nestas ocasiões a praça e o canal aparecem como referência de um bem público abandonado ou uma “área de risco”. Tão logo começou a se noticiar o projeto de revitalização da praça, um jornal de grande circulação veiculou a reportagem intitulada *Jardim de Alah: revitalização vira abandono*⁵⁷⁰. “Ocupações irregulares, mendigos e meninos de rua tomam conta de área nobre na divisa entre Ipanema e Leblon”, diz a folha do dia de semana. Nela, o leitor também tomaria conhecimento do ponto onde se estabeleceram as presenças indesejáveis: “em frente a Cruzada São Sebastião, no Leblon”.

Sobre essa questão, o tesoureiro da Amorabase logo se antecipa e, diante das plantas abertas sobre a mesa, pergunta ao administrador e ao arquiteto se a prefeitura poderia instalar um posto da Comlurb para acabar com o problema do lixo e ordenar o trabalho dos catadores que vêm, diariamente, pesar a coleta do dia em um caminhão que

⁵⁷⁰ V. Jornal do Brasil, 14 de julho de 2003, página A15 : *Jardim de Alah : Revitalização vira abandono*.

estaciona em frente a Cruzada. O secretário da Associação comenta que o local está feio e sujo – havia até um sofá! – e o presidente recorda o quanto precisou insistir para que a prefeitura instalasse um canteiro na entrada norte da rua para que os moradores do entorno não mais colocassem ali os seus sacos de lixo. Mas o projeto não contempla nada que possa atender a esta demanda. O administrador, mostrando-se compreensivo, lamenta: “Isso é ruim para a imagem da Cruzada”.

A realidade sobre a qual o projeto pretendia intervir não se coadunava com aquela percebida pelos moradores presentes. Havia um hiato, e o projeto tinha como pretensão mantê-lo à luz do argumento das “atividades previstas”. Olhos fixos nos mapas, o administrador e o arquiteto passam então a enumerar os usos destinados a preencher os três “espaços” projetados. O número de “espaços” e “sub-espaços” era condizente com o conhecimento que tinham do lugar. “Pelo o que eu conheço o Jardim de Alah nunca teve um uso muito grande para nada”, e, portanto, a idéia era “aproveitar ao máximo o espaço para estar tendo sempre atividades aqui”.

O “espaço pérgulas” acolheria os concertos de música, especialmente de choro. O “espaço infantil” ficaria ao lado do “espaço esportivo” e, entre eles, um “espaço *meio termo*”, o qual os funcionários da prefeitura não sabiam enquadrar corretamente o uso que lhe seria destinado. A banda dos Fuzileiros Navais animaria a festa de inauguração no “espaço dois” e no “espaço três”, o público iria assistir a apresentação dos cães adestrados da Guarda Municipal. Tudo estava referenciado no mapa detalhado do Jardim futuro, testemunha da maior preocupação do administrador: “A gente tem que tentar manter isso o maior tempo possível”, disse ele, como a explicar a prerrogativa de um projeto, mas também como um apelo feito aos presentes.

A contrapartida dos representantes da Cruzada já contava, por sua vez, com o público demandante. Não corriam o risco de propor um “espaço meio termo”. Mesmo assim, cada sugestão era frustrada pelas “atividades previstas”. Para a proposta de aulas de atletismo em uma pista que poderia ser construída ao redor de todo o parque, o arquiteto argumentou haver o projeto de cursos de jardinagem para os moradores da Cruzada, podendo até ocorrer contratações pela Fundação Parques e Jardins. Um não excluía a possibilidade do outro, porém a oferta dada como contraproposta indicava a impossibilidade de mudanças no projeto levado para a reunião.

Os dois representantes da prefeitura não conseguiam perceber a arrogância das respostas prontas e o constrangimento que isto causava. A técnica de manterem os olhos

fixos nas plantas e de evitarem olhar nos olhos dos seus interlocutores contribuía para aumentar o mal-estar e revelava, ao contrário do que pareciam esperar, preconceitos indisfarçáveis. Preconceitos, diríamos, de classe. Ademais, a leitura das plantas trazidas para a ocasião ensejava cartografias inesperadas e ocorrências que de outro modo passariam despercebidas.

A intervenção a ser feita na praça planejava, portanto, uma nova modalidade de uso. Uma substituição, inclusive, do público frequentador. Os moradores da Cruzada seriam inseridos através do trabalho, enquanto o novo tipo de lazer previsto atendia ao gosto daqueles que até então não tinham por hábito usar a praça e, quando instados a expressar alguma razão para tanto, alegavam sentir insegurança – e não a falta de atrativos ou a opção por outros espaços de lazer na região.

Espaços, aliás, apropriados privadamente pelos moradores do entorno sob alegação do sentimento de insegurança. O poder público apoiou e legitimou o argumento concebendo até mesmo uma política para estimular tal medida. Tratava-se da “adoção” de praças públicas por um grupo privado. Com isto a municipalidade delegou à um particular o direito de dar a um bem público o destino que lhe conviesse. Na Selva de Pedra, por exemplo, grades tornaram inacessíveis as praças laterais do quadrilátero construído e guaritas e cancelas fecharam as ruas de acesso à praça pública localizada no centro daquele conjunto de prédios⁵⁷¹.

Os moradores da Cruzada presentes à reunião conheciam o seu bairro, e tinham o canal e a praça do Jardim de Alah, com seus equipamentos, como um dos espaços públicos contíguos de que podiam usufruir plenamente.

O esquema abaixo resume o confronto das propostas feitas pelos idealizadores do projeto e pelos habitantes do lugar:

	Problema	Experiência	Justificativas
Cruzada	Lixo (pediram um posto da Comlurb)	Empírica (cheiro, poluição visual)	Melhorar as condições para o usuário da praça.
Prefeitura	Segurança (impuseram o posto da PM)	Ideológica	Associam o problema do lixo à Cruzada, enquanto a segurança é um problema considerado <i>público</i> e prioritário naquele contexto pelos demais moradores da região.

⁵⁷¹ Cf. MELLO, 2001.

	Proposta	Objetivo	Justificativas
Cruzada	Esporte: construção de pista de atletismo.	Atender a demanda local.	Incentivar um esporte olímpico entre os jovens da Cruzada. Alternativa para o futebol. A praça é o único local circunvizinho cujo espaço possibilita a construção de uma pista para as aulas de atletismo.
Prefeitura	Curso: Jardinagem para os moradores da Cruzada	Incorpora-los como mão-de-obra.	Manter o jardim a ser construído.

Há algumas décadas Mary Douglas, antropóloga inglesa de formação católica⁵⁷², elucidou a íntima relação entre as noções de pureza e de perigo analisando o levítico em minúcias e cotejando este tipo de problema classificatório com os sistemas cultivados em sociedades africanas e europeias. ‘Sujeira’ é essencialmente desordem⁵⁷³, e as concepções de puro/impuro e ordem/desordem podem vir associadas, como geralmente o são, a pessoas, etnias e grupos sociais. “O nosso comportamento face à poluição consiste em condenar qualquer objeto ou idéia suscetível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações”⁵⁷⁴.

Esta perspectiva nos auxilia enormemente a compreender o drama surgido durante a reunião, porquanto os problemas do bairro vistos pelos moradores da Cruzada ocupam um lugar bem definido na cosmologia urbana que classifica o conjunto por meio de adjetivos associados à doenças, sujeira, perigo.

A reunião com os ‘barraqueiros’

Às 19:40, na sede da Amorabase, três pessoas aguardavam pela chegada dos demais participantes da reunião prevista para começar às 20:00. Eram o presidente e uma barraqueira que apresentavam à etnógrafa algumas de suas apostas quanto ao que se passaria dentro de instantes. “Você vai poder ver: vem muita gente essa noite só para tumultuar”, eis o palpite da mulher. Os que viriam desempenhar o papel de agitadores ganhavam, na interpretação do presidente, um outro matiz. Para ele, “esses nunca participam das reuniões convocadas pela associação”, mas naquela noite se fariam

⁵⁷² V. *Racionalismo e crença*, entrevista concedida por Mary Douglas à Peter Fry, publicada na revista *Mana*, vol.5, número 2, outubro de 1999.

⁵⁷³ DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo – Ensaio sobre as opções de Poluição e Tabu*. Lisboa: Edições 70, 1966: 14.

⁵⁷⁴ *Idem*: 51.

presentes, pois uma das características desse tipo de participante que lhes causava aborrecimentos era a tendência a se manifestar, única e exclusivamente, nas oportunidades em que pudesse reverter algo em benefício particular.

Quatro rapazes chegaram juntos na sede da Associação. Acomodaram-se discretamente nas cadeiras disponíveis ao redor da grande mesa e ali permaneceram todos calados. A maior parte das pessoas que acercavam-se do local da reunião punham o rosto na porta e olhavam para ver quem estava presente. Não encontrando nenhum conhecido, aguardavam do lado de fora entrando somente após se fazerem acompanhar de alguém. Esse fluxo prosseguiu até as 20:30 quando pouco mais de trinta pessoas ocuparam, então, todas as cadeiras e cantos do salão.

À mesa de dez lugares sentaram-se Cláudio, na cabeceira, e, a seu lado, dois membros da diretoria: a síndica do bloco sete e o tesoureiro da Amorabase⁵⁷⁵. Junto deles estavam os primeiros que chegaram: os quatro rapazes, uma mulher e dois homens, sendo que estes três últimos vieram sozinhos para participar da reunião. Próximo a parede em frente a porta havia um banco onde se sentaram algumas jovens, o primeiro secretário da Associação, a etnógrafa e a barraqueira Soninha. Ao lado do banco providenciaram uma cadeira para uma inquilina do bloco um. A proprietária da Kombi que vende bebidas em frente ao bloco nove permaneceu em pé, junto a mesa, todo o tempo. Essas eram as pessoas que se apresentaram individualmente, de um jeito ou de outro, durante a reunião. Já no fundo da sala aglomeravam-se aqueles cujas participações se restringiram, entretanto, a um não menos importante elemento da linguagem cênica: o coro. Optei por assim chamá-los por causa da estratégia participativa de que lançavam mão. Dali, onde, todos de pé, se tornavam indistintos, advinham somente manifestações em unísono dando o tom da discussão mantida na cena principal, que era aquela que se passava ao redor da mesa.

Cláudio dá início à reunião relatando quatro de suas incursões pelas festas juninas de diferentes localidades da região metropolitana do Rio de Janeiro. Da Rocinha a Tinguá, em Nova Iguaçu, observara como as Associações de Moradores vinham organizando desde a quantidade de barracas até o tipo de produtos oferecidos ao público frequentador dessas festas. Diz achar importante que uma ou duas das vagas colocadas à disposição dos barraqueiros da Cruzada fossem destinadas para as chamadas animações infantis, como jogos e brincadeiras, enquanto as restantes venderiam bebidas, salgados e doces. Mostra-se diligente quanto ao acolhimento das quadrilhas que virão se apresentar na festa. É preciso

⁵⁷⁵ Iara e Edinho.

alugar banheiros químicos e contratar alguém para cuidar da sonorização. Alerta, ao final, sobre a necessidade de todos contribuírem para que a ocasião seja memorável. “Terão pessoas de outras comunidades nos *observando* também”. Ao considerar o olhar que um terceiro possa lançar sobre a ‘comunidade’, Cláudio procura conclamar o espírito de coletividade dos presentes. Todos ali estão na mesma condição: são moradores. Cabe a eles, portanto, a responsabilidade pelo sucesso da festa, enquanto ao visitante, ou seja, ao que vem de fora, compete o olhar crítico. Com isto, Cláudio, ao seu modo, pedia aos presentes que se considerassem uns aos outros como moradores de um mesmo lugar; portanto, portadores dos mesmos direitos.

O cuidado investido nessas suas últimas palavras iniciais tem endereço certo na audiência. Soninha o ouve atentamente, e refaz o semblante de modo a mostrar satisfação com a nota proferida pelo presidente. Antes de começar a reunião ela havia desabafado com o presidente e a etnógrafa sua ansiedade quanto aos critérios a serem definidos naquela noite para os dois dias de festa junina. Alegara, por exemplo, que sua barraca era a fonte de sua renda, e não estava disposta a atrelar sua rotina de trabalho a um critério estipulado *ad hoc*. Esperava que Cláudio, enquanto seu amigo, compreendesse e encaminhasse sua demanda de maneira corajosa, fazendo com que os demais interessados em ocupar temporariamente o posto de barraqueiro compartilhassem seus propósitos e não julgassem os interesses de Soninha como contrários ao direito pelo qual pleiteavam.

A rua e a calçada da Cruzada exibem diariamente um comércio de comidas, bebidas e pequenos serviços. Entretanto, nos dois dias da festa, este quadro mudaria. Os barraqueiros habituais seriam diluídos em uma espécie de arraial, ou, nas palavras de Lévi-Strauss, na animação extraordinária proporcionada por essa “cidade viajante”⁵⁷⁶, a qual se monta e desmonta em meio ao ritmo cotidiano de um lugar.

Um dos moradores sentados à mesa faz, então, a primeira sugestão da noite pedindo, exatamente, que os barraqueiros de todos os dias sejam excluídos do sorteio e, assim, do direito de montar barraca durante o período de festa. Pretendia, com isso, que estes cedessem a vez para a ‘comunidade’. Soninha se põe de pé e, olhando para Cláudio, manifesta toda sua tristeza por estar sendo privada de um direito para ela inelutável: o de manter sua barraca funcionando todos os dias, como faz já há alguns anos. E diz mais: está “triste com a comunidade”, que não reconhece, neste momento, a sua condição, o seu pertencimento. Dito isto, num jogo de cena, sai da sala, transtornada.

⁵⁷⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996: 110.

Todos falam ao mesmo tempo. A situação propicia a formação de grupos que isoladamente discutem critérios e direitos. Cláudio se esforça para chamar novamente a atenção de todos e dar prosseguimento a reunião. As pessoas sentadas à mesa ou ao seu redor têm dúvidas a serem esclarecidas. “Se o som e a luz forem de graça a taxa a ser paga pelos barraqueiros diminui?”, “Os preços das bebidas serão tabelados?”, “‘Menor’ pode assumir barraca?”, “Podemos vender bebida para menores?”. Cada esclarecimento oferecido pelo presidente é replicado por algum contrafeito. Uma mulher reclama contra a interdição de menores na direção de barracas, se seria permitido que eles comprassem bebidas: “Eu quero é direitos iguais!”. O tesoureiro explica que o critério responde à norma estipulada pela Prefeitura, e avisa que vai haver fiscalização. A mulher insiste em discutir o que considera injusto e é aplaudida pelo coro. O tesoureiro acolhe a provocação e retribui: “Os pais é que devem tomar conta dos seus filhos. O meu não bebe cachaça!”. Mais uma vez Cláudio intervém e, com sua notória gentileza, pede a todos que se contenham.

De todas as sugestões e dúvidas apresentadas, somente uma obteve o consentimento geral. Sequer foi necessário discutir qualquer critério. Afinal, tratava-se de disponibilizar a barraca que ficaria a cargo da paróquia para ser sorteada entre os moradores. Embora os presentes não houvessem reclamado justificativas, o presidente explica que o padre queria fazer a festa junina da paróquia na praça do ‘Favelão’, ou seja, na Selva de Pedra. No entanto, tudo acabou sendo feito no átrio da própria igreja e “a comunidade não foi convidada para montar uma barraca”.

Soninha retorna. Passa a acompanhar tudo com o cenho franzido e em silêncio. Antes de sentar-se, porém, dá dois informes. Em primeiro lugar, voltara para evitar o tititi. Em segundo lugar, garante fechar a porta do bloco dois para continuar trabalhando durante a festa, caso não mudem as regras. Neste momento, ela lança mão de uma ameaça. O sorteio contemplando os nomes de todos os presentes foi a solução encontrada, e caso o nome dos barraqueiros de todos os dias não fosse tirado, estes teriam que abrir mão dos dois dias de trabalho no comércio local. Ainda que contrafeita, Soninha permanece ali, segurando com a mão direita o seu escapulário. Faz-se o silêncio. O sorteio não dava mais margens às provocações do coro. A síndica do sétimo bloco tira o primeiro nome agraciado pelo direito de montar barraca: - “Soninha.”

Ao final do sorteio, ela extravasa. Com um discurso inflamado e olhando para todos os que ainda se encontram na sala, diz estar se sentindo muito triste e magoada por ter sido obrigada a agir do modo como agiu, publicamente, para fazer valer o seu direito. A dona

da Kombi, também ela agraciada pelo sorteio, faz eco ao seu desabafo, dizendo que continuaria a trabalhar durante a festa caso não tivesse sido contemplada.

A reunião cumpriu um papel, entre outros, didático. Nela revelou-se uma sensibilidade jurídica de extremo valor para a compreensão de um sentimento que, hoje, se expressa no espaço público por intermédio da categoria ‘comunidade’. O seu aspecto mais evidente é o de ocultar o sujeito individual da ação. A idéia de comunidade, conforme tem sido utilizada no imaginário urbano das grandes cidades brasileiras, apela para o foco no sujeito coletivo, mas não se trata de um qualquer. A ‘comunidade carente’ configura um sujeito coletivo *desprovido de qualificação específica* em relação ao outro com quem se encontra em disputa⁵⁷⁷. No que pudemos observar nas reuniões, o uso da categoria se faz como uma auto-atribuição de quem, por sua vez, atribui uma especificidade qualquer ao seu antagonista. Deste modo, encontra na coletividade segurança ou apoio às suas causas esporádicas. Invocar a categoria ‘comunidade’ é invocar um direito segundo o critério de pertencimento a um coletivo *especial* porque *destituído* de algo – um coletivo *carente*⁵⁷⁸.

Nessa reunião, os barraqueiros seriam sacrificados, enquanto membros da comunidade, pois ocupavam um lugar por ora desejado pelos demais. Vários argumentos poderiam ser utilizados para excluí-los. Mas o escolhido se justificava moralmente – “dar chance para a comunidade”. A situação gerou discursos inflamados daquela que se sentiu ludibriada e excluída tanto da ‘comunidade’, seu *locus* moral, quanto do processo seletivo, que caracterizou o seu sentimento de injustiça.

Victor Turner se dedicou a evidenciar a alta reflexividade denotativa dos momentos de crise. Etimologicamente, o termo *crise* refere-se a um “momento de decisão”, a uma “mudança súbita”, até mesmo à faculdade de distinguir para decidir. Significa também separar, decidir, julgar, sendo ocasião, portanto, em que as regras são explicitadas. Neste sentido, discutir normas específicas para o momento extraordinário de uma festa implicou,

⁵⁷⁷ Esta concepção pode ser apreciada de modo mais pleno nas considerações em torno do tema da *communitas*, tal como o tratamento que lhe confere Roberto Esposito. Para este autor, o que os membros de uma comunidade têm em comum não é simplesmente um bem, uma propriedade, nenhuma coisa de positivo, nem mesmo um pertencimento. O que têm em comum, não sendo uma essência ou substância, é um **dever**, uma **tarefa**, uma **dívida**. Em seu livro a propósito da questão, o autor considera que o que mantém unidas as pessoas é uma *falta*. Mais do que isso: algo que as obriga. Esposito contrasta a categoria *communitas* opondo-a a categoria *immunitas* para fazer realçar nesta última o que é próprio daquele que não tem dívida, ou seja, obrigação em relação aos demais. V. ESPOSITO, Roberto. *Communitas. Origine et destin de la communauté*. Paris: Éditions PUF, 2000. V. Também, a propósito, o esclarecedor seminário em torno do livro de Esposito realizado por Eduardo Coutinho no Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC) do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ.

⁵⁷⁸ Vimos acima, na página 248, que a nomenclatura ‘comunidade carente’ começa a surgir nos anos 1960 quando o Banco Mundial insere a variável *renda* na definição de *pobreza*, passando a utilizar a terminologia “população de baixa renda” como equivalente de população *pobre*.

para os barraqueiros, em uma crise no modo cotidiano de condução de seus trabalhos. O drama se agudizou com o argumento dos demais interessados. Para se obter mais chances na disputa por um direito, lançou-se mão de argumentos excludentes fundamentando-os em terreno moral: “dar chance à comunidade”.

Nos lembramos há pouco que esta ‘comunidade’ da qual se fala é categoria que vem acompanhada de um qualificativo não menos problemático, que é o de idéia ‘carente’. Portanto, tudo o que vimos até agora nos permite dizer que o uso do termo ‘comunidade’, quando enunciado à luz desta condição, evoca, em primeiro lugar, *necessidades* identificadas como um problema ou carência *da* coletividade, tais como: necessidade de capacitar mão-de-obra especializada, necessidade de ocupar e educar crianças e jovens, necessidade de conscientizar os moradores em relação ao cuidado com o espaço e seus equipamentos, delinquência, comportamentos anti-sociais etc.; tudo isto que supõe a sua *unidade*. Em segundo lugar, sugere haver características exclusivas, positivas ou não, e, por fim, encaminha demandas individuais na voz de um sujeito coletivo (cujos critérios de inclusão/exclusão se definem a partir de uma contraposição), de maneira a legitimá-las politicamente.

A reunião virtual

Esta última reunião é inteiramente diferente das anteriores. Em vez de encontros face a face, aqui os participantes se defrontaram utilizando como meio a internet. Através de um *site* atualmente bastante difundido no Brasil, o *orkut*, cada integrante pode fundar uma ‘comunidade’ à qual vão integrar todos aqueles demais participantes interessados em discutir temas afins. No *site*, há desde comunidades formadas por um núcleo de parentes, amigos ou vizinhos até aquelas internacionais, cujos membros apresentam-se empenhados em discutir questões políticas, mobilizar ações pela promoção de novas leis etc. Cada integrante inscrito em uma comunidade pode, sempre que desejar, publicar um tópico de discussão ou simplesmente deixar sua opinião em algum já existente.⁵⁷⁹

Neste imenso e diversificado universo, foi criada uma comunidade chamada ‘Leblon’. Dela participam quase quinze mil pessoas. Não demorou muito, portanto, para que a Cruzada surgisse em um dos temas de discussão.

⁵⁷⁹ ‘Comunidade’ e ‘tópico’ são as categorias utilizadas neste *site*.

Certo dia de junho de 2007, logo pela manhã, recebo um e-mail angustiado seguido de um telefonema de Valéria. Vinha me pedir que me inscrevesse urgentemente na tal comunidade para, então, opinar no tópico intitulado “O que você mais odeia no Leblon?”. Estava transtornada por causa daquilo que lia. O proponente da questão sugeria aos interessados que escrevessem o que eles “tirariam do bairro”. Eram muitas as respostas optando pela Cruzada ou citando lugares situados no seu entorno. A primeira resposta, dada por um rapaz de vinte e sete anos, dizia: “O que eu mais odeio no Leblon: o Jardim de Alah dava tudo para ser um ótimo lugar, mas é um lixo”. A segunda, escrita por outro jovem, foi explícita e escrita em letras maiúsculas⁵⁸⁰: “CRUZADA SÃO SEBASTIÃO... So (*sic*) napalm resolve galera”. As mensagens seguintes deram continuidade ao tom agressivo, algumas chegando a ataques claramente racistas, e foram escritas por jovens entre dezesseis e trinta e dois anos de idade, embora no tópico tenham sido publicadas mensagens deixadas por pessoas com até cinquenta e um anos.

A lista de respostas era, pois, uma notável vitrine onde se podia *ler* a respeito da reputação de um lugar e os desdobramentos disto na forma de ofensas destinadas a seus habitantes. A seguir, transcreverei, *ipsis litteris*, somente as mensagens referidas explicitamente à Cruzada ou escritas por moradores do conjunto, respeitando a ordem em que foram publicadas⁵⁸¹.

Anônimo: “3 coisas principais: Cruzada S. Sebastião, Vidigal e a falta de educação generalizada das pessoas que tornam as ruas imundas”.

Fernanda, ex-moradora do Leblon: “Cara, apesar de estar em Londres hj morei no Leblon por grande parte da minha vida e concordo em genero, numero e grau com o q o Claudio disse... Ali na Afrânio eh terrível! Eh soh ver o numero de vidro estilhaçado no chão entre a Ataulfo de Paiva e a av da praia... Sem contar q o onibus 474 realmente traz um fluxo de pessoas q não tem educação e que trazem um monte de lixo e deixam na area da praia... mas ao ler o q o daniel escreveu realmente não da para esquecer q o Rio de janeiro eh uma cidade muito misturada... da raiva? Eh claro q da. Ainda mais com os impostos que pagamos...”

Anônimo: “Não sei se alguém aqui conhece a historia do leblon, mas o pessoal da cruzada é descendente de um povo que morava muito antigamente na região e não sei se vcs sabem, fizeram um incêndio criminoso pra tirar o pessoal de lá. A solução encontrada na época foi fazer aquele conjunto habitacional pra acolher os ex-moradores da favelinha que tinha na região. Se não existe segurança, volto ao ponto que comecei... Nada foi feito visando os moradores de lá, só os “jogaram” lá e mandaram meio

⁵⁸⁰ O que denota ênfase ou, segundo a etiqueta criada para a comunicação pela internet, representa *falar alto*.

⁵⁸¹ Com o desdobramento da discussão, muitas das mensagens foram retiradas do *site* pelos seus autores.

que se virar. O leblon é um lugar maravilhoso pra se viver e é um bairro democrático, onde todo o tipo de gente se cruza e vive próximo. Se alguém quer viver num lugar que seja um “wonderworld” é só ir pra um condomínio fechado na Barra que lá não encontrarão mendigos, pedintes, comunidade carente e etc... Se querem viver num Leblon muito bom, acho que TODOS devem cobrar das autoridades competentes investimentos visando a melhoria de vida das pessoas que mais precisam e não despachando o “problema” pra outro lugar!

Luiz, morador do Leblon: Moro aqui há 30 anos... o que sempre odiei e vou odiar é o racismo e o preconceito dessa elite econômica que mora no bairro. Essa que fala mal da cruzada e vai lá comprar o pó... essa que critica a mendigada e vota em quem defende o desemprego... já fui roubado por pivete da cruzada, já saí na porrada com pivete na rua, ando pela rua de noite, pego praia no bairro, moro na bela e sinuosa ataulfo de paiva e quero ver o fim dessa miséria no país.. só não sou racista.

Valéria, ex-presidente da Amorabase: O que mais me deixa triste é a forma que as pessoas justifica seus erros, porque ninguém cobra das autoridades, sabe porque?, porque é fácil criticar mas é difícil ajudar, ninguém se cobra, por que tantos mendigos, por que tantos flanelinhas, respondo: se não houvesse tanto desemprego as pessoas não iria se humilhar, porque tem algumas pessoas que são grossas, não gosto de dar esmolas p/ ninguém, mas tem umas senhoras e crianças que as vezes é de cortar o coração, pergunto o que fazer, não gosto de dar esmolas porque tem várias pessoas que se aproveitam e fica viciado em pedir dinheiro.

Mas é aí o que fazer, não sabemos ou não queremos saber. A elite do leblon é vergonhosa, porque fica tentando ser os generosos, os certinhos e aí, vamos criticar, vamos, mas vamos fazer alguma coisa p/ que tudo isso mude. Moro na Cruzada a 42 anos e critico todas as situações ruins que acontece lá, temos viciados, menos de 5% porque a população da cruzada é de +- 4.200, temos pessoas carentes, temos ladrões temos, temos estudantes temos, temos trabalhadores, temos, temos artistas, temos advogados, temos, temos jogadores de futebol, professores, temos médicos, temos várias coisas boas, porém é difícil de entender porque a mídia faz questão de achar que a CRUZADA é um lugar ruim, sou contra as pessoas que vem fazer bagunça aqui na Praia do Leblon, eu mesmo não vou mais a praia do leblon, só caminho, a polícia não faz nada, no verão nós moradores da cruzada sofremos com o arrastão, porque p/ mídia é o povo da Cruzada, e aí o que fazer deixar que outras pessoas que não são moradores do leblon, mas que vem na praia, seja discriminado por causa da minoria e ao ponto de ser chamados de macacos, me poupe, seus certinhos do Leblon, já falei o pior cego é aquele que não quer enxergar, mas finge de cego. FIQUE COM DEUS, QUE ELE TENHA PENA DE TODOS NÓS SERES HUMANOS DIGNO DE PIEDADE.

Jander, morador da Cruzada: Impressionante a legião de Adolf Hitler... Realmente q Deus tenha pena dessa gente miserável de espírito, aliás eles não ligam pra princípios humanos até pq talvez nunca tenham precisado pedir nada a Deus, pois o dinheiro e o poder capitalista dispensam qualquer princípio humano. Moro na Cruzada desde que nasci e a imagem que a burguesia do Leblon destaca da Cruzada são de meia dúzia de pessoas daqui que realmente não representam nem 1/3 das pessoas de bem da Cruzada, o grande problema desta enquête é que as pessoas com poder aquisitivo do

Leblon vivem um mundo somente deles (um mundo encantado) e olhando nas proximidades de “seu” bairro vêem a Cruzada como o câncer do Leblon, só porque o padrão de vida e as características de seus moradores não são de madames, ladies, socialites, senhores papudos, Patricinhas e Mauricinhos, acho até que o que incomoda nessa alta sociedade é que nós “cruzadianos” (como um demente em algum tópico nos descreveu) por sermos um povo mais humilde (em todos os sentidos, morais, humanos, etc e etc...) podemos usufruir de todas as condições em que nosso bairro nos oferece, destaco desde já que eu tento fazer jus de morar aqui, de ser uma pessoa digna, de olhar o próximo como um ser humano, de poder ir e vir ao meu trabalho de fazer jus e representar a maioria dos moradores de bem da Cruzada (q fica dentro do Leblon).

O que posso resumir desta mentalidade atrasada de alguns burgueses do Leblon é que, eles continuam vendo a Cruzada como um ninho de gente mal educada e favelada isso porque eles não conhecem e com certeza acham que não precisam conhecer ou ter laços com pessoas como eu e os demais moradores da Cruzada, alto lá, eu conheço muita gente da nata do Leblon, pois já tive oportunidade de trabalhar com muitos, jogar futebol na praia, de freqüentar a casa de muitos amigos q conquistei no Leblon ao longo dos meus 23 anos e pra mim isso é o que vale a pena, isso que eu prezo representar a Cruzada, o Leblon, o cidadão, a família e a educação que tive... Ressalto também e peço aqui neste humilde espaço que assim como a Valéria aqui de cima, Deus tenha piedade de todos nós, nossas ignorâncias e nossos preconceitos, pq quando todos morrermos, iremos prestar conta no mesmo lugar, amém!

Lilia, moradora da Cruzada: Excelente!!!!!!!!!!!!!! Faço das palavras do Jander, as minhas. Penso que ao respondermos esse tópico não é para bater boca e perder nosso precioso tempo com pessoas POBRISSIMAS DE ESPIRITO, como “essas”, nem para fazer uma reunião de baixaria e ofensas, mas para expressarmos nossa indignação. Concordo com o Jander e peço: pessoal da Cruzada, vamos ignorar essa gente pequena que quando lhe falta argumento, agride. Vamos mostrar que quem deveria estar fora do Leblon são eles, pessoas podres e pobres de espírito, fracas de caráter e tudo mais que as tornam indignas de estarem num lugar de pessoas tão bonitas e gentis.

Amorabase: Triste dia!!!!!!!!!!!! Pergunto hoje dia 28/12/06: o que mais odeio no mundo? Violência, preconceito, falta de amor ao próximo e etc. Hoje nosso Rio de Janeiro está sendo alvo de bandidos, já mataram 15 pessoas, 1 vendedora ambulante (Botafogo) 6 ônibus incendiados (6 mortos) vários ataques a delegacias (inclusive onde estou agora, Copacabana) vários policiais mortos (1 em Ipanema – Joana Angélica) O que fazer? Já sei, pedir ajuda aos melhores seres humanos do mundo: Mario (Napalm nele), Adriano (colocaria na Linha Vermelha – novo sec. de segurança), Raquel (levaria p/ morar em Bagdá), Carolina (levaria p/ passear uma noite no Rio Manguinhos) André Luiz (Levaria p/ passar 1 mês em Bangu II), Marcelo (Levaria p/ Indonésia). Bom, já acabei. Rezo p/ que Deus alivie o mundo e com certeza traga de volta o Rio maravilhoso. O Rio de Janeiro lindo. Um feliz 2007 p/ todos.

Camila, moradora da Cruzada: o q mais odeio no leblon??? Não sei... o trânsito talvez, falta de respeito de algumas pessoas que moram aqui, ou de outras q não moram aqui e se sentem no direito de fazer tudo o q quiserem pq depois vão embora... mas o q realmente me chateia é a discriminação q

sofro por ser negra e por morar na cruzada! Às vezes é até chato entrar no Z. Sul [supermercado] ou até mesmo tentar comer na tão famosa “pizzaria guanabara”... parece até que sou um E.T.... gente é só comida, nada mais, não quero causar nada... nem provar nada para ninguém!!! Trabalho, estudo, ganho meu dinheiro numa boa, nunca roubei nada de ninguém... quero andar pelas ruas do meu bairro (sim pq a cruzada pelo o q eu saiba é dentro do leblon), como eu fazia em santa tereza, onde tbm tem um monte de gente com muita grana, mas q sabe q ter dinheiro não é tudo!!! Morar na “Cruzada São Sebastião” não é vergonha nenhuma! Adoro este lugar, adoro o Leblon e não vou deixar de andar pelas ruas, comer em lugares onde muita gente acha que eu não posso nem sonhar em pisar, vou continuar vivendo... e se agora neste instante alguém me perguntar o q eu mais odeio no leblon eu vou dizer o seguinte: “o que eu mais odeio é a hipocrisia, o preconceito latente, este trânsito cada vez mais caótico, e a falta de segurança (sim pq morador da cruzada tbm sofre com a falta de segurança, por mais incrível q pareça para alguns)!”

Aloísio, morador da Cruzada: Eu tiraria pelo menos 10 pessoas preconceituosas que por má informação esquecem de se informar sobre os projetos sociais que são desenvolvidos na Cruzada São Sebastião. Aqui, tal qual os moradores da “periferia”, somos proprietários que cumprem seus pagamentos de taxas e impostos. Que razão teriam para solicitar uma retirada da comunidade daqui? Os problemas encontrados aqui são os mesmos ou de menor nível dos encontrados em qualquer prédio do nosso bairro.

Adriano, morador do Leblon: O crescimento de mendigos na praça gen urquiza, a especulação imobiliária q ta cada vez fazendo mais prédios, a cruzada (claro...)

Miguel, morador do Leblon: Poluição visual: A Cruzada São Sebastião.

Valéria sentia muito e por isso convocou a etnógrafa para engrossar o coro. Neste momento, salientou-se um atributo mais do que possível, verossímil: o de aliada da comunidade. Quem se sentia diretamente atingido clamava pela tomada de posição de todos aqueles que, de um modo ou de outro, já haviam tido a oportunidade de mostrar “de que lado estavam” nesses momentos de disputa, ou melhor, momentos em que se revelava esta *rivalidade cultivada*⁵⁸² entre moradores do ‘bairro’ e da ‘comunidade’. Frequentar a Cruzada por ter amigos ali era, por si só, um dado elucidativo sobre quem poderia ser convocado para “engrossar o coro”.

⁵⁸² Cf. o artigo de Wilma Marques Leitão sobre a rivalidade ‘campo’ x ‘ponte’ que estrutura, divide e anima a vida local da ilha de Paquetá: LEITÃO, Wilma Marques. *Rivalidade cultivada, conflito e unidade social num bairro carioca*. In Revista Comum, FACHA, vol.9,n.22, jan/jun, 2004. pp.173-197. V. também a sua tese de doutorado: *Ilha de Paquetá: cotidiano e história social de um bairro carioca*. Tese de Doutorado defendida no PPGSA/IFCS-UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

O mundo digital, com suas senhas, *nicknames*, *posts*, anglicismos, códigos, mensagens cifradas, identidades, personagens, atalhos e modos de difundir informações estava, como se via, plenamente incorporado ao cotidiano de moradores da Cruzada. Muitos participantes do tópico lançavam-lhes imprecações e injúrias tão livremente como se sequer pudessem imaginar a possibilidade da inclusão digital.

Na acirrada querela que se formou em torno dos estereótipos, chamou à atenção a velocidade com que as informações circularam. Por telefone ou por e-mail, Valéria me mantinha atualizada das últimas mensagens publicadas no *site*. Sempre que possível, eu as conferia tão logo recebia o aviso da presidente. Mas, ainda que tentasse ser rápida, encontrava sempre na lista uma nova resposta além daquela recém-visualizada e comentada por Valéria pelo telefone.

Não podemos ignorar o fato de que a velocidade da comunicação contribuiu para manter os ânimos despertados. Além dos que se encontravam entretidos com as ofensivas ou ocupados em respondê-las, surgiram aqueles decididos a romper com o silêncio. Dispostos a “ajudar a Cruzada”, esses membros da comunidade virtual se mobilizaram para oferecer aulas de artes ou ceder roupas e material escolar para crianças e jovens da Cruzada. Infelizmente, essas mensagens também foram retiradas da internet, embora as conversações com a presidente da Amorabase tenham prosseguido por e-mail ou telefone.

O que segue foi publicado no tópico por um de seus integrantes dias antes da polêmica ganhar o seu rumo final.

VOTAÇÃO

De acordo com uma contagem de todas as sugestões dadas até agora, temos o seguinte:

I) Urbanização

1. Sujeira – 4
2. Crescimento vertical / Uso de Espelhos – 3
3. Canal da Visconde de Albuquerque – 2
4. Vidigal do paredão do Dois Irmãos – 1
5. Jardim de Alah – 1

II) Transportes

1. Excesso de Ônibus – 4
2. Ponto Final de Ônibus – 3
3. Estrada Lagoa-Barra – 1

III) Uso do Solo

1. Scala – 10
2. Cruzada – 10
3. McDonald's (Praça Cazuza) – 2
4. Delegacia – 3
5. Quartel – 2
6. Supermercado na Carlos Góes – 1

7. CIEP – 1
8. Plataforma – 1
9. Apart Hotéis – 1
10. Drogarias em Excesso – 1
11. Loja de Sapatos cafona ao lado do Clipper – 1
12. Rio Flat Service – 1

IV) Desorganização Social

1. Pedintes/Mendigos/Meninos de Rua – 12
2. Flanelinhas – 1

Em suma, os **5 principais problemas do nosso bairro** são:

- Pedintes/Mendigos/Meninos de Rua – 12
- Scala – 10
- Cruzada – 10
- Sujeira – 4
- Excesso de ônibus – 4

O mesmo autor publicou, em seguida, ainda no mesmo dia, a convocação:

ENTAO, NAO ADIANTA SÓ RECLAMAR

Vamos trabalhar em prol do nosso bairro. Reclamar eh fácil, difícil eh fazer criticas construtivas e sugestões viáveis para melhorarmos a qualidade de vida do nosso bairro.

SUGESTÕES DE AÇÕES:

I. Pedintes e População de Rua

1. Como controlar o acesso e proliferação de pedintes nas ruas do bairro?
2. Como evitar o uso de locais públicos como moradia para a população de rua do bairro?
3. Como retirar a população de rua do bairro?
4. Há alguma ONG que trabalha com esse tipo de trabalho?
5. Qual ONG faz um trabalho de revitalização social para famílias de ruas?
6. Onde há centros de recepção de famílias de ruas?
7. Como evitar e eliminar o problema do bairro ?

II. Scala

1. Qual o uso proposto e viabilidade do mesmo para o local?
2. Como lidar com a proximidade do local com a Cruzada?
3. Como lidar com a falta de local para estacionamento, um empecilho na revitalização do local?

III. Cruzada São Sebastião

1. Qual o uso proposto e viabilidade do mesmo para o local?
2. Qual a viabilidade de reassentar a população local? Qual o custo de indenização?
3. O que deve-se incluir num projeto de urbanização para a cruzada? Sugestões de mecanismos e programas para a revitalização social, econômica, visual, e urbanista para o local e a população residente do mesmo.

IV. Sujeira

1. Que programas podem ser implementados para atacar esse problema?
 - a. conscientização e educação civil
 - b. mobilização social (residentes) voluntária para uma limpeza do bairro com periodicidade regular.
 - c. Custeio privado (residentes e negócios no bairro) para a contratação e implementação de uma equipe de bairro de limpeza urbana.

V. Excesso de Ônibus

1. Como controlar o acesso dos ônibus ao bairro?
2. Como controlar e fiscalizar o transito dos ônibus pelas ruas do bairro?
3. Como controlar e fiscalizar os locais de pontos de ônibus no bairro?

4. Como controlar e fiscalizar onde os ônibus param pelo bairro?
5. Quais opções que podem ser implementadas?

VAMOS PARTICIPAR. MANDEM AS SUGESTOES!

Neste episódio, duas atitudes se salientaram, sobretudo aos olhos dos habitantes da Cruzada São Sebastião. A primeira foi a *provocação*, forma através da qual moradores do bairro permitiram ao público notar como se cultivam a rivalidade com a Cruzada. Etimologicamente, provocar significa *fazer falar*. Mas, fazer falar por meio deste recurso é o mesmo que incitar a relação através da *jocosidade*, por vezes da ofensa. Provocar é alimentar a rivalidade, o antagonismo ou, de outro modo, manter um tipo de relação da qual depende a identidade dos envolvidos. Provocar é também um modo de fazer aparecer o lugar dos envolvidos em uma relação, através das reações suscitadas. A relação em pauta tinha como elo o ‘bairro’, este lugar ao qual nos sentimos pertencer e que, segundo Georges Perec, representa “*la partie de la ville dans laquelle on n’a pas besoin de se rendre, puisque précisément on y est*”⁵⁸³. Esta idéia do escritor francês resume bem a distinção existente entre *ser* de um lugar ou simplesmente *estar* de passagem por ele. Foi precisamente este significado contido na idéia do ‘bairro’ onde se mora, e ao qual se associam as identidades dos cidadãos, o que motivou o engajamento na querela. Afinal, a palavra ‘bairro’, segundo Grafmeyer, é “*porteur d’effets tout à fait tangibles dès lors qu’il est mobilisé par divers acteurs sociaux comme catégorie de perception et d’action*”⁵⁸⁴.

Interpretá-lo, pois, como categoria de percepção e de ação colabora para entendermos a segunda atitude – a de *defesa* dos moradores da Cruzada – manifestada no debate sobre o que deveria ser banido do bairro. Tal atitude denotava, porém, o quanto esses participantes defensores tinham naturalizado o conteúdo negativo através do qual interpretavam o significado da presença da Cruzada – e de seus moradores – no Leblon. “Apenas os jogaram lá”, conforme escreveu alguém tencionando lembrar a precedência dos moradores do Conjunto no local. A sua representação parecia se fundamentar na idéia de tutela e, por conseguinte, transformava os moradores da Cruzada em uma espécie de *handicapés sociaux*. Por sua vez, a jovem Camila, cuja opinião transcrevemos acima,

⁵⁸³ “...a parte da cidade na qual nós não temos necessidade de ir já que, precisamente, nós já estamos nela”. PEREC, Georges. *Espèces d’espaces*. Paris: Galilée, 1974. Apud GRAFMEYER, Yves. *Les quartiers des sociologues*. In AUTHIER, Jean-Yves, BACQUÉ, Marie-Hélène & GUÉRIN-PACE, France (orgs.). *Le quartier*. Paris: La Découverte, 2006: 25. pp.21-31.

⁵⁸⁴ « ... portadora de efeitos perfeitamente tangíveis tão logo é utilizada pelos diversos atores sociais como categoria de percepção e de ação » .Idem: 30.

chamou a atenção para o fato de que “morador da Cruzada também sofre com a falta de segurança”.

A moça se esforçou em abrir os olhos dos que têm a Cruzada na conta de um *bode expiatório* para o problema mais em voga na agenda cidadina: o da segurança, ou, como se diz, o da “violência”. Olhando a Cruzada por esse viés, ou seja, como encarnando o papel de um *bouc émissaire*, vê-se um lugar que canaliza todos os problemas identificados por aqueles que se encontram ou se percebem social e/ou espacialmente fora dele. Ao cumprir a função de um bode expiatório, todo e qualquer habitante do lugar é excluído do direito de também sofrer com o que aflige a coletividade ao redor. Colocado fora de um universo de direitos, pois que imputado pelos infortúnios, este morador do bairro acompanha a tentativa de legitimarem o seu sacrifício. Somente assim, segundo esta lógica, o Leblon pode ficar “limpo”.

4. Retomando a lição

“O que é a comunidade?” - perguntei certa feita a um membro da Associação de Moradores. Houve um momento breve de hesitação, como se *comunidade* fosse realidade de tal modo inquestionável a ponto de minha pergunta não fazer sequer sentido. Mas a resposta veio. O que formava a *comunidade*, de acordo com o meu interlocutor, era uma *condição* – a de ser morador.

Vimos, até aqui, o quanto esta categoria se faz e refaz em inúmeras outras capazes de requalificar o morador e, por conseguinte, o próprio bairro. Assim, do mesmo modo como na linguagem corrente utilizamos o termo ‘comunidade’ ao sabor de nossos propósitos, no âmbito das Ciências Sociais a noção tem sido usada, como diz Louis Wirth, “com um desprendimento que lembra licença poética”⁵⁸⁵.

Para alguns autores, comunidade significa as relações orgânicas que se observam no mundo vegetal e animal e que podem ser encontradas nas relações humanas, bem como entre organismos da mesma espécie ou de diferentes espécies que convivem em base simbiótica. Outros têm se referido à comunidade, mais como uma relação psíquica do que orgânica, e têm, por conseguinte, ressaltado o consenso sobre a simbiose e a ação coletiva sobre a divisão do trabalho⁵⁸⁶.

⁵⁸⁵ Cf. WIRTH, Louis. *Âmbito e Problemas da Comunidade*. In PIERSON, *op.cit.* 1970: 112. pp. 112-126.

⁵⁸⁶ *Ibidem*.

Desde a distinção entre Estado e sociedade, feita por Hegel – na qual a sociedade seria uma realidade dita orgânica e o Estado um artifício para se criar convenções – e a dicotomia comunidade e sociedade analisada por Ferdinand Tönnies, vários foram os autores que, durante todo o século XX, se dedicaram à oposição *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade) renovando a discussão sob diversas formas⁵⁸⁷.

A cidade política e a cidade física – a *polis* e a *urbs* – impõem, por si sós, a necessidade de aquisição de certas competências e etiquetas ao sujeito cidadão. É a cidade, ela mesma, a unidade que motiva seus habitantes a aprenderem certos usos e tecnologias e a se confrontarem nas variadas arenas, pois é a condição de serem habitantes de um lugar o que define, em muito, os problemas com os quais se vêm às voltas para resolver.

Podemos olhar a cidade segundo suas áreas ecológicas. Há uma miríade de atividades, ocupações, zonas de comércio, negócios, residências, e, nessas áreas, prédios, marquises, sinais de trânsito, pontos de ônibus, sombras, parques, jardins, caminhos,

⁵⁸⁷ Sir Henry Maine distinguiu esses aspectos da “vida dos homens em grupo” a partir do ‘status’, à luz do qual um indivíduo estaria referenciado como *pessoa* no âmbito de uma comunidade, e do ‘contrato’, com o qual o indivíduo se situaria no seio de uma sociedade liberada, portanto, dos constrangimentos e influências que caracterizam os chamados grupos primários. Durkheim falava em duas espécies de dependência mútua, a solidariedade orgânica e a solidariedade mecânica, enquanto Max Weber, inspirado naqueles dois conceitos antinômicos, pensou em *Vergemeinschaftung* (processo de comunhão) e *Vergesellschaftung* (processo de associação). Na antropologia, considera-se o *continuum folk-urbano*, de Robert Redfield, assim como a distinção *communitas* e estrutura, de Victor Turner, como inspirados também dos conceitos duais definidos por Tönnies.

A acepção apresentada por este em sua tese de doutorado, em 1912, considerava a distinção sobre uma base psicológica, representada por dois tipos de *vontade*. De acordo com José Arthur Rios, a vontade natural, ou orgânica, determinaria o pensamento, enquanto a vontade reflexiva seria por ele determinada (cf. O verbete ‘Gemeinschaft e Gesellschaft’ escrito por Rios, no Dicionário de Ciências Sociais). Enquanto a primeira exprime, segundo a tese de Tönnies, a espontaneidade e “manifesta-se no prazer, no hábito e na memória”, a segunda, ao contrário, expressa a capacidade do homem “produzir o mundo artificial, seguindo diretrizes abstratas de pensamento” sendo, por isto, uma “vontade calculista e especuladora, que busca prever e se volta para o futuro”. Estes dois tipos de vontade motivariam, então, a *Gemeinschaft* (resultado da vontade orgânica) e a *Gesellschaft* (fruto da vontade reflexiva), que são, por sua vez, duas maneiras essenciais de “agrupamentos humanos que se influenciam mutuamente” (ibidem).

Merton privilegiou abordar a questão em termos de “padrões de influências”. Para ele, a dicotomia se encerra em *tipos*. Em uma mesma localidade, por exemplo, haveria tipos de pessoas consideradas ‘influentes locais’ e outras, ‘influentes cosmopolitas’. “Se o tipo local é paroquial, o cosmopolita é ecumênico” (MERTON, *op.cit* : 486). Esta tendência pode se manifestar ainda coletivamente, e o tipo de sociedade *Gemeinschaft* teria, por exemplo, “um fundo tradicionalmente definido de conhecimento que se transmite como concludente; não lhes interessa descobrir ou ampliar os conhecimentos. O mero intento de submeter a prova o conhecimento tradicional, na medida em que implica dúvida, é afastado como blasfematório”⁵⁸⁷. Assim, os métodos da comunidade, segundo Merton, se mostram “prevalentemente ontológicos e dogmáticos, mas não epistemológicos ou críticos”, como os métodos atribuídos ao tipo de sociedade *Gesellschaft*.

Esta dicotomia, como vemos, absorveu grande parte da sociologia, especialmente na Alemanha, na França e nos Estados Unidos. Porém, o pragmatismo americano, representado pelas figuras de William James e John Dewey, concorreu para o desenvolvimento de um novo quadro de análise capaz de contemplar a *ação* e que levasse em conta a noção de *situação*, contrariamente a toda e qualquer tendência a construções tipológicas.

calçadas, ruas, enfim, tudo o que comprova, a todo o momento, a existência do urbano. O trânsito de pessoas e de transportes, declinado em suas inúmeras conjugações – deambulação, caminhada, *flanerie*, errância, marcha, peregrinação, vadiagem, preconício etc – define suas regiões morais, define onde se vai ou onde se evita de ir, com quem se vai, a que horas, quem pode ou deve ir e vir a certos lugares.

Planejar uma cidade é, por tudo isso, “instaurar uma nova visão de mundo”⁵⁸⁸. É propor novos arranjos nos espaços “e novas formas de escandir o tempo”. E todas essas transformações atingem os ritmos citadinos, provocam diásporas, novos usos urbanos etc, e, portanto, “modificam radicalmente a morfologia dos grupos sociais, que passam a cultivar novos formatos institucionais e novas regras de afiliação”⁵⁸⁹.

Assim, as transformações decorrentes das intervenções do planejamento, conformadas com o auxílio de todo um aparato tecnológico, institucional e de medidas (físicas, políticas, sociais), se deixam entrever também através de um léxico, ou seja, do conjunto de nomes que dão vida a um determinado universo urbano. ‘Favela’, ‘*quartier*’, ‘quadra’, ‘zona’, ‘*arrondissement*’, ‘*souq*’, ‘*hutong*’. Dentro de cada extensão ou forma urbana, um modo de habitar. Nestes modos, distintas sensibilidades jurídicas se desenvolvem e se atualizam cotidianamente, pois cada lugar no mundo é resultado de uma história. E cada história se faz presente nas narrativas, essa forma de testemunho de uma *realidade*, ou, de outro modo, de uma *verdade*⁵⁹⁰.

‘Comunidade’, do modo como vem sendo empregado hoje nas grandes cidades brasileiras, surge nas arenas públicas como uma espécie de fato, de verdade. Há consenso, por isso, de que seu uso procede e é adequado para as reivindicações que requer. Nas metrópoles, como é o caso do Rio de Janeiro e de outros municípios do país, o termo comunidade vem associado ao adjetivo ‘carente’. Entretanto, vimos, até aqui, o quanto o termo comunidade permite inúmeras definições, a depender das situações em que se encontram aqueles que o evocam. ‘Comunidade carente’, por sua vez, dá ênfase à uma qualidade exclusiva, ao mesmo tempo em que já anuncia o lugar político e social de seus

⁵⁸⁸ MELLO, Marco Antonio da Silva & VOGEL, Arno. *O experimento de Tobiki: algumas reflexões sobre a didática magna da prosperidade*. Rio de Janeiro: FGV, Revista Fórum Educacional, 1º/2º trim., fev./maio 1989. pp.3-25.

⁵⁸⁹ Idem : 06.

⁵⁹⁰ A verdade, segundo a concepção definida no pragmatismo de William James, é um uma “propriedade de certas idéias nossas. Significa o seu ‘acordo’, como a falsidade significa o seu ‘desacordo’, com a ‘realidade’”. E ‘realidade’, para James, é “alguma coisa com a qual nossas idéias devem concordar”. Cf. JAMES, William. *Concepção da verdade no pragmatismo*. In *Pragmatismo*. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979: 71. pp.3-109.

membros. Por essas razões, consideremos aqui ‘comunidade’ como uma *sensibilidade jurídica*⁵⁹¹ que veio se constituindo no processo histórico das *cidades* brasileiras.

Já evocamos acima a cidade – tanto a *polis* quanto a *urbs* – como sendo, ela mesma, um campo de disputas. Também sabemos que o direito só existe onde há a controvérsia. Vimos, na segunda parte deste trabalho, como certas formas de se habitar a cidade foram se constituindo em um problema público, e, ainda que brevemente, como foram sendo pensadas as soluções. Neste sentido, sugerimos finalizar este capítulo considerando a categoria ‘comunidade’ não só como um mundo moral, mas também uma sensibilidade jurídica porque evoca e/ou reivindica um senso de *justo*. A intenção que acompanha o seu uso, por conseguinte, é a de distinguir um coletivo do resto da sociedade que o cerca e com a qual, em certas situações, antagoniza.

Então, se a comunidade *juris et de juri* é factível, ela, *de fato*, como vimos, é inalcançável. Esta é a tese que o sociólogo Glenn Tinder defende em seu artigo, cujo título é, por si só, instigante: *Community: The Tragic Ideal*. O pressuposto de Tinder é peremptório: “*Man is not capable of community – not at least in any full and stable form*”⁵⁹². Por que, então, o ser humano a procura tão persistentemente? Um dos motivos que ele considera – e talvez, o mais forte – é o *orgulho*. Nós nos perpetuaríamos, de algum modo, segundo seus argumentos, na comunidade. A “nossa comunidade idealizada” é a extensão de nós mesmos. Ela é a única possibilidade que temos de dar cabo de nossa finitude. Nesse sentido, ela é simbólica. “Eu sou da Cruzada”. “Eu sou nascido e criado”. Tudo indica uma continuidade, um pertencimento à uma ordem que se perpetua.

⁵⁹¹ GEERTZ, Clifford. *Op.cit.*

⁵⁹² TINDER, Glenn. *Community: The Tragic Ideal*. In *The Yale Review*, vol. LXV, n. 4, published in June 1976: 551. 550-564.

Capítulo 7

A reinvenção do cotidiano

1. “Informar até o sétimo andar”: o jornal

Cláudio sempre demonstrou uma grande disposição em contribuir para a nossa pesquisa. Percebia com clareza e refinamento as possibilidades redundantes dessa troca em termos de benefícios para os moradores e, conseqüentemente, para o lugar. Durante uma noite fizemos um verdadeiro *brainstorm* na barraca da Soninha. Um projeto de extensão universitária, por exemplo, poderia viabilizar a publicação mensal de um jornal comunitário. Em meio a nossa conversa, ele concebera até mesmo o nome do informativo. Chamar-se-ia Visão Cruzada.

O presidente pretendia ainda aproveitar a idéia para criar uma atividade que ocupasse alguns adolescentes dos dez prédios suscitando neles uma reflexão sobre o seu local de moradia. Cláudio já tinha em mente também os jovens que iria selecionar. Eram todos participantes de um projeto já extinto, e com eles, na sua opinião, seria mais fácil obter a continuidade de suas participações. A escolha, portanto, se fazia também por razões estratégicas.

Estávamos no final de 2003, e naquele momento ele tentava angariar fundos para efetivar outros dez projetos. De todos esses, apostava grande parte de suas fichas no nosso jornal. Quanto aos demais, estava bastante desacreditado. O Batalhão da Polícia Militar há poucos dias havia cancelado a cessão do pátio para a colônia de férias das crianças da Cruzada, alegando que o coronel com quem Cláudio acordara a concessão iria se aposentar e não transmitira a outorga ao suplente. Na rua, a placa de um projeto de educação ambiental informava: “Estamos nessa comunidade”, quando, em realidade, as atividades haviam cessado há meses.

Esbocei então o plano para um jornal comunitário, prevendo, segundo a sugestão do presidente, a participação dos adolescentes como repórteres-mirins⁵⁹³. Com eles definiríamos, a cada mês, a pauta, as fotografias, a reportagem principal. A PUC

⁵⁹³ A presença dos adolescentes era importante para o Cláudio também em função da expectativa negativa que se tem em relação aos jovens de áreas ditas ‘carentes’ quanto a probabilidade de ‘desvio’. SOUZA E SILVA coordenou a pesquisa “*Caminhada de crianças e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006*”, com um amplo painel sobre os desejos que levam o jovem a se engajar em atividades associadas ao tráfico de drogas e o que o leva a deixá-las. Cf. em <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/producoes/noticias/4422.asp>

demonstrou interesse e se comprometeu em arcar com os custos da publicação, considerando a Cruzada como seu campus vicinal.

De seu lado, Cláudio marcou uma reunião com os jovens e seus responsáveis para que nós lhes apresentássemos a proposta. Feito isto, nos reunimos todos, no final de 2003, na sede da Amorabase. Estiveram presentes dezessete adolescentes⁵⁹⁴ com idades entre quatorze e dezoito anos, todos acompanhados de seus respectivos responsáveis⁵⁹⁵. Estes eram, em sua maioria, mulheres, suas mães, tias ou avós. Apenas Hélio e Edson, respectivamente secretário e tesoureiro da Associação, compareceram como tio e pai de dois jovens.

Conforme iam chegando, as mulheres timidamente ocupavam os lugares à mesa. Cláudio logo percebeu o acanhamento, e lembrou que a Associação não era uma diretoria, mas todos os moradores. Um adolescente que chegara só, perguntou se precisava apresentar algum documento e o presidente ponderou que seria preciso apenas a presença de um responsável. Uma das mulheres, sua vizinha, prontamente se dispôs a resguardá-lo e Cláudio, então, deu início aos trabalhos.

O jornal iria veicular notícias da Cruzada e do seu entorno. A tiragem seria de mil exemplares e a distribuição interna. Para o primeiro número o presidente já havia pautado como reportagem de capa a história da Cruzada. Todos imediatamente manifestaram o acordo. Edson perguntou sobre os compromissos que os jovens deveriam assumir para participar do jornal, pois não achava correto dar a chance para aqueles cujo interesse fosse apenas a ajuda de custo. Uma mãe quis saber se os adolescentes teriam a oportunidade de conhecer uma redação de jornal. Outras perguntaram se eles teriam crachá, e, neste caso, sugeriram que nele fosse colocada a foto do repórter-mirim e o carimbo da Amorabase. A mulher no fundo da sala se sentiu impelida a referendar a proposta de Cláudio e Edson, pois, como eles, considerava muito importante o acompanhamento dos pais. Esta mesma mãe mostrou-se muito empolgada quando falamos a respeito da finalidade do trabalho: desenvolver a capacidade reflexiva e crítica nos jovens. Nesse momento ela veio nos beijar e disse, na plenária, que sua casa estaria à disposição para as reuniões de pauta, “com direito a chá, biscoitos e cafezinho”. Hélio propôs um uniforme para que os jovens fossem

⁵⁹⁴ Luiz Carlos, Vinícius, Vicky, Valquíria, Patrícia, Suliane, Thauã, Isaac, Erlene, Camila, Leanderson, William, Damião, Wiverson, Leandro, Thomas Jefferson e Renata.

⁵⁹⁵ Irene Machado, Marise, Marisa, Maria Aparecida, Maria Bernadete, Vera Regina, Edson, Varlene Anastácio, Ivanete, Laide, Leci, Hélio e Cristina.

identificados pelos moradores e finalmente alguém concluiu, com o acordo unânime, que era imprescindível estipular como critério de participação a matrícula escolar.

Os adolescentes também tiveram a chance de manifestar seus interesses. Um deles quis saber se teriam curso de línguas. Outro, perguntou sobre a estrutura de um jornal. Falamos sobre a função do repórter, do redator, do fotógrafo, do diagramador e do chefe de reportagem. “Eu quero ser chefe de reportagem”, disse o garoto que logo apresentou sua pauta: “a falta de educação dos que ficam fumando maconha na rua” – tópica presente especialmente nas conversas das donas-de-casa. O espírito legiferante dos jovens também se revelou. Quem faltasse mais de três vezes às reuniões deveria ser ‘despedido’. A realidade do mundo do trabalho era fascinante e estava prestes a se concretizar para eles. Poucos já haviam trabalhado. Apenas uma menina tinha sido babá e outra entregado folhetos nos sinais de trânsito.

O entusiasmo de fato despertara em todos. Finalmente, nas palavras de Cláudio, a informação ia “circular até o sétimo andar” ao invés de ficar restrita ao nível da rua ou, ainda, submetida ao circuito do boca-a-boca. Os adolescentes, categoria sempre associada a um tipo de problema em potencial, teriam uma tarefa que exigiria deles responsabilidade e compromisso. Seriam a pedra-angular do novo canal de comunicação da Associação de Moradores e, com isso, o projeto do informativo alcançava a sua forma ideal.

Pouco a pouco as conversas paralelas foram ganhando o salão, anunciando o final e o sucesso da reunião. Antes que todos comessem a se dispersar de vez, pedi para que cada um dos adolescentes entregasse ao Cláudio uma redação cujo tema seria livre. Com isso poderíamos conhecer seus interesses e o modo como se expressavam literariamente. Durante alguns segundos imperou o silêncio. Não sabia ao certo se a proposta lhes soara como um teste classificatório ou se fora a escolha do tema deixada à seus critérios o que os pegou de surpresa. Nesse momento, Valquíria, uma adolescente de dezesseis anos muito esperta e falante, volta da porta e se coloca em pé, diante de mim, com o semblante avivado agora pelo interesse que a traz: “Tia, posso escrever sobre *metáforas* e *hipérboles*?”

* * *

A primeira edição circulou em dezembro de 2003 trazendo na capa uma fotografia da favela da Praia do Pinto, em 1941, com a pergunta: “Quem chegou primeiro?”. Dentro

do tablôide, entrevistas com esportistas e informações sobre as atividades das diversas associações esportivas formadas por moradores do conjunto. Uma reportagem especial informa sobre o financiamento das escolinhas de basquete, judô, jiu-jitsu, muay-thay, capoeira, futebol de salão e vôlei pela Secretaria Municipal de Esportes, cujas aulas são coordenadas por moradores e moradoras e acontecem na quadra da Escola Santos Anjos e no pátio do bloco quatro. Há também uma entrevista com o presidente do Clube da Malha e duas outras inaugurando as colunas mensais “Personalidade da Cruzada” e “Síndicos da Cruzada”. Húbson, lutador de jiu-jitsu, é a personalidade do mês, e se prepara para participar de um campeonato no Japão. Vanizi, síndica do bloco 1/B e presidente do Conselho de Síndicos, pede que se economize água e anuncia as melhorias feitas no prédio que administra: nova pintura, construção de bicicletário, churrasqueira e instalação de porteiro eletrônico. Orgulhosa, ela diz: “O nosso salão de festas é o mais procurado da Cruzada São Sebastião”. Mas o problema da inadimplência iguala o seu condomínio aos demais do conjunto.

As edições seguintes trariam notas sobre as atividades de grupos religiosos, as festas promovidas pelas associações esportivas, as oportunidades oferecidas pela política de responsabilidade social do shopping que começava a ser construído, serviços de utilidade pública e as redações escritas pelos adolescentes e selecionadas pelo presidente da Amorabase.

O novo assunto na Cruzada era o jornal. Cartas anônimas e assinadas começaram a pulular na sede Associação sugerindo reportagens, parabenizando ou criticando um ou outro representante dos moradores, o próprio conteúdo do jornal ou simplesmente manifestando opinião sobre assuntos gerais. Flávio Tabak, jovem repórter e colega de pesquisa associado ao Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ), era quem trazia o lote com os informativos rodados pela PUC. A cada mês, quando estacionava o seu Fiat branco na rua da Cruzada, muitos vinham aborda-lo pedindo para figurar na coluna “Personalidade do mês”, enquanto outros se satisfaziam em lhe manifestar seus comentários. O fenômeno também se deu com a etnógrafa. Na porta dos salões onde aconteciam reuniões de condomínio ou com órgãos públicos, sempre aparecia alguém que dali acenava pedindo para falar sobre algum assunto relativo ao jornal. Ninguém permaneceu indiferente àquela novidade.

Um ponto de vista considerável

Três meses se passaram e todos os adolescentes envolvidos no projeto pareciam cada vez mais animados com o resultado de suas ações. O jornal havia ultrapassado fronteiras e da Rocinha, do Vidigal e da Cidade de Deus vieram comentários a respeito da nova publicação. A intenção agora era ampliar a distribuição para todo o bairro do Leblon com o auxílio de suas demais associações de moradores.

Embora Cláudio não tivesse conseguido o financiamento para as ajudas de custo, as reuniões permaneceram assiduamente freqüentadas e para elas os jovens sempre traziam seus olhares sobre os eventos que os cercavam. O propósito de estarmos juntos lhes seduzia e instigava. Enquanto narravam o que percebiam iam descobrindo aspectos de seus cotidianos. Riram ao desvelarem a existência de uma “hora do tiro”, quando comentamos sobre o modo como a polícia havia subido pelas escadas de um dos blocos na semana anterior. “É, o povo fica assim: vamos subir que é hora do tiro, é hora do tiro, sobe, sobe!”. Uma criança teve a perna atingida enquanto andava de velocípede na rua, em frente ao seu prédio. Por isso, tomaram como objeto de suas reflexões o espaço de lazer da rua e o papel deste lugar na socialização e no desenvolvimento de suas compreensões acerca do mundo, sopesando, conseqüentemente, a atuação policial pelo viés de um *desrespeito* que coloca em risco a integridade física e moral dos moradores.

Menino⁵⁹⁶: - Teve uma outra vez que a gente tava lá embaixo também, ano passado, no terceiro bloco, aí chegou aquele PM que mandou a gente subir.

Menina: - Tava tendo desfile de escola de samba, então tinha gente à beça em frente ao estacionamento, e a gente tava tudo em frente ao primeiro bloco, mais por ali, conversando. Chegou um PM com arma assim, mandando a gente subir, e a gente “ele não pode fazer isso com a gente”, sabe? Aí depois a gente se tocou que não podia fazer, não podia, mas na hora...

Menino: - Aí todo mundo do primeiro bloco começou a gritar: “Não sai daí não! Fica aí!”. E o cara assim: “vambora!” Primeiro bloco tem dessas coisas, sabe? Aí todo mundo do prédio tava vendo e começou : “Sai daí não, vocês tão em frente ao prédio de vocês! Fica aí, fica aí!”.

Menino: - A gente tava indo, eu e o irmão dela, ele desceu do ônibus e os PM apontaram a arma pra nossa cabeça e começaram a fazer uma porção de pergunta, e começou a me xingar. E aí viu que a gente não tinha nada, e falou: vai vai, vai embora.

Etnógrafa: - O que você sentiu com isso?

Menino: - Medo

Etnógrafa: - E depois do medo?

⁵⁹⁶ São vários meninos e meninas que falam.

Menino: - Ah, aí eu me distraí.

Etnógrafa: - Ainda bem que você é saudável...

Menina: - Nesses dias teve dois PMs parando os caras lá na frente, eu sei que o cara ficou de sunga...

Menino: - Cueca!

Menina: - Era sunga...

Menino: - o PM quis revistar o cara. E o cara falou que não tinha nada. Mas o PM falou e ele: já que você quer me revistar então eu vou ficar de sunga. E o cara viu que ele não tinha nada.

Menina: - Mas aí pegaram a roupa dele, ele queria pegar de volta e não deram. Ele ia dar queixa dos PMs, e ele ficou desfilando de sunguinha...

Menino: - Mas aí ele falou assim: “eu não tenho que ter medo dos PM, os PM têm é que me defender”, e aí todo mundo ficou em volta... e ele de sunga.

Etnógrafa: - E quando vocês eram crianças? Vocês achavam que os PMs tinham que defender vocês ou vocês tinham medo dos PMs?

Menino: - Eu tinha medo de arma.

Menina: - Ah, eu tinha medo sim. Quando eles estavam muito perto, eu não sabia o que eles tavam querendo, quando eu via PM subindo assim eu já ia pra casa.

Menino: - Em vez de tá ali pra assegurar os moradores, tão querendo *botar terror*.

“Botar terror” resume com rara perfeição o sentido da ação de um agente específico. Ele sempre *chega*, impreterivelmente, e representa uma autoridade oficial. Quase sempre traz apenas o prejuízo do susto. Quando não, deixa feridas no corpo ou mortes ou conclui a operação levando consigo algum “procurado pela polícia”. Os grandes jornais afiançam e dão nomes para certos endereços da cidade transformando-os em destinos genuínos para a prática de ‘botar terror’. Em uma dessas, a Cruzada virou “o reduto do bandido”⁵⁹⁷, local identificado para se desferir o revide esperado por essa espécie de vendeta cultivada entre segmentos sociais urbanos.

2. “Como é bom se ver!”: a exposição

O jornal canalizara a atenção de todos os moradores e até da grande imprensa. O momento era, por isso, propício para se organizar uma tão sonhada exposição de fotografias que Cláudio, há tempos, vinha acalentando. Como presidente da Associação, dizia reconhecer em si o dom de saber escutar. Sua competência e facilidade de articulação advinham desta aptidão. De fato, é um excelente observador, mormente sabe o que fazer com tudo aquilo que nota.

⁵⁹⁷ V. jornal O Globo, “Bando assalta PMs com granada em Copacabana”, 08/12/2004, página 17.

Em épocas de festas, tinha por hábito prestigiar aquelas organizadas por outras associações de moradores em toda a região metropolitana do Rio e sempre voltava dessas incursões trazendo elementos que pudessem contribuir na organização das festas da Cruzada. Era no espaço das reuniões que falava sobre o que tinha visto e o que considerava como idéias inovadoras. O seu método era o comparativo, e jamais prescindia do trabalho de campo.

A questão do olhar integrava as preocupações do presidente sincrônica e diacronicamente. O seu interesse na história da Cruzada, bem como no seu registro, transparecera no raiar da pesquisa, e esta, certamente, apenas lhe insuflou o ânimo necessário para seguir adiante em sua crença na importância de projetos desse tipo, mais alinhados com a questão da memória e da comunicação social do que propriamente com a formação específica de jovens e adultos para o mercado de trabalho.

Neste sentido, levando-se em conta as vozes do senso comum propalando a carência e lhe cobrando projetos mais pragmáticos do que reflexivos, podemos dizer que o presidente era um homem ousado. Não estava disposto a sucumbir, como um Pilatos, à opinião pública. Perseverou, como lhe houvera sugerido o presbítero Nilson, do Grupo Evangélico da Cruzada, e, portanto, suas andanças interessadas por outras comunidades em todo o Grande Rio redundaram em ações concretas. Os passeios, afinal, eram as suas pesquisas de campo e, portanto, algo cujo *status* jamais poderia ser reconhecido pelos seus detratores com este sentido positivo.

José Guilherme Cantor Magnani, em seu trabalho sobre a cultura popular e o lazer na cidade, sublinhou a desvalorização deste como tema de importância em pesquisas sobre o meio operário. Se ideologicamente o lazer era subjugado pelos pesquisadores da época e de seu meio acadêmico, podia, no entanto, “ser tomado como ponto de partida para compreender alguns aspectos da vida cotidiana e da forma de pensar dos trabalhadores”⁵⁹⁸. O circo como forma de lazer dos habitantes da periferia de São Paulo foi o objeto escolhido para a sua análise, e a questão colocada a partir daí era porquê o circo, com suas dramatizações cômicas da vida cotidiana, conseguia “capturar” o público. Trata-se, segundo o autor, de um problema de *verossimilhança*. Ou seja, nas peças dramatizadas no circo, em sua maioria comédias, chanchadas e *sketches*, o que se via era algo “capaz de

⁵⁹⁸ MAGNANI, José Guilherme Cantos. *Festa no pedaço – cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984: 171. 198p.

parecer-se com a representação que se tem da realidade”⁵⁹⁹. A atração exercida pelo circo passava pela então pela

existência de uma lógica que articula as contradições, incongruências e descompassos da vida diária, tais como a valorização da família e as dificuldades em mantê-la, o reconhecimento da autoridade e o temor da polícia, as esperanças postas na cidade e a desigual repartição de seus serviços etc.⁶⁰⁰

Nas peças dramáticas, o conflito inicial se desenvolvia, na ação, na apresentação de um dano e de um clímax, para vir finalizar-se com a resolução de uma carência – o desmascaramento do vilão, um perdão exaltando a virtude do amor, a conversão para o bem, a cura de uma doença etc. A sucessão dos lances nas peças cômicas nem sempre seguem esta seqüência narrativa. Há um desequilíbrio inicial – um rapto empreendido pelo Conde Drácula, o desgosto de um pai quanto ao namoro da filha, problema apresentado de forma exageradamente burlesca – seguido de uma oposição básica – monstros *vs.* noivo e ajudante, vontade do pai *vs.* sentimento da filha – que se encerra na resolução do conflito – os raptos são vencidos, o namorado da filha torna-se herói⁶⁰¹. O que aqui se percebe é a celebração feita nas peças dramáticas quanto às virtudes associadas aos valores da família (fidelidade, amor conjugal, materno etc.) e o duplo sentido sempre ligado à sexualidade nas peças cômicas⁶⁰².

A medida do *nonsense* presente nas peças é, por sua vez, contemplada pela própria vida em seu fluxo cotidiano. No caso do circo, os disparates que pontuam o dia-a-dia se resolvem, no picadeiro, na fórmula “sério *vs* cômico”, como Magnani ressalta, articulando, deste modo, o que se representa para o público com os seus próprios modos de pensar, agir e sentir.

Situações à primeira vista destituídas de racionalidade, com efeito, não são nada incomuns, ao nível das práticas cotidianas. É o que se pode constatar com base em alguns exemplos já referidos, como o contraste entre uma atuação política e o discurso explícito que parece desmenti-la, a procura tanto da medicina oficial como de agências de cura mágico-religiosas, a combinação de mecanismos contratuais com formas de prestação de serviços reguladas pelo princípio da reciprocidade, ou ainda o “ecumenismo

⁵⁹⁹ Idem: 54-55.

⁶⁰⁰ Idem: 175.

⁶⁰¹ Idem: 100.

⁶⁰² Idem: 101.

popular”, que permite o livre trânsito entre cultos e seitas doutrinárias e ritualmente incompatíveis.⁶⁰³

A questão que perpassa toda a discussão levantada no livro é de que tentar analisar a vida social através das dicotomias ‘falso vs. verdadeiro’ ou ‘real vs. ilusório’ pouco ajuda a esclarecer o comportamento dos atores sociais⁶⁰⁴.

Por saber ouvir – capacidade que Cláudio identifica em si mesmo – e por muito se deslocar pela cidade, o então presidente da Amorabase tinha desenvolvido essa faculdade crítica e altamente compreensiva que distingue entre o *discurso* que nega e desqualifica práticas e o *comportamento* que as confirma⁶⁰⁵. Ouvia o que as pessoas diziam sobre si mesmas, descobria suas histórias e, por conseguinte, as via em seus momentos de lazer, partilhava-os com elas. Aprendeu, tanto por observar a prática quanto por ouvir o discurso, os modos de se fazer e de se pensar os lugares de moradia que visitava sem destituí-los de toda a densidade dos pequenos dramas e ações cotidianos que um endereço e um modo de habitar por si só impõem.

Sobre o seu próprio local de moradia Cláudio resguarda, como sabemos, a memória da favela. Atitude, aliás, bastante difundida entre seus vizinhos. E, por outro lado, lança luz sobre as formas de sociabilidade cultivadas e outras associações mantidas pelos moradores do conjunto com a sua sensibilidade já pronunciada pela contribuição que se interessou a dar desde os primeiros dias de pesquisa, quando iniciamos alguns registros para um filme. Distinguia e valorizava, pelas razões aqui brevemente aludidas, esses dois tipos de memória a que Halbwachs chamou de biográfica e histórica. A primeira está contida no fluxo da segunda, mas o historiador francês se preocupou em precisar que a memória histórica “só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresentaria dele um panorama bem mais contínuo e mais denso”⁶⁰⁶. Ambas se enriquecem mutuamente e quando colocadas em perspectiva iluminam, entre outras coisas, o espaço social ocupado pelos indivíduos em um dado momento de uma dada sociedade.

Cláudio parecia ter estruturado em sua cabeça esse esquema do historiador. A imagem da favela da Praia do Pinto, o incêndio destruidor, a remoção de famílias para as periferias da cidade, a construção da Cruzada e até mesmo a recente reforma dos prédios

⁶⁰³ Idem: 171.

⁶⁰⁴ Idem: 177.

⁶⁰⁵ Idem: 53.

⁶⁰⁶ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006: 73. 224p.

são elementos que habitam uma memória coletiva mais abrangente, presente no acervo de muitos outros moradores da cidade. Por outro lado, a vivência de cada um desses capítulos da história urbana, junto com as procissões e novenas das Nossas Senhoras e de São Sebastião nos pátios e pela rua do conjunto, as associações esportivas e religiosas, o carteadado e outras sociabilidades cultivadas pelos moradores da Cruzada compõem, por sua vez, o acervo de um coletivo mais restrito.

Tanto a memória histórica quanto a memória biográfica ainda não tinham tido a oportunidade de, juntas, serem projetadas para uma apreciação coletiva pelos moradores da Cruzada. E esta acabou sendo a nova proposta de Cláudio, três meses após ter-se iniciado a circulação do jornal. A equipe de adolescentes ficaria incumbida de levantar o material junto a seus vizinhos e, para a próxima reunião, cada um traria pelo menos dez fotografias para que pudéssemos examinar o conteúdo e pensar nos temas a serem abordados.

Valquíria reclamou estar encontrando resistência de algumas pessoas receosas com ‘mandingas’ que pudessem ser feitas em suas fotografias. Hélio, secretário da Amorabase e cujo apelido era Feitiço, assegurou a veracidade de seu argumento. Outra jovem pensou em fotografar o seu grupo de amigas e parceiras de carteadado em plena jogatina para inserir na exposição, enquanto Cláudio trouxe as fotografias que tinha de uma importante personalidade da Cruzada: Marechal, campeão de embaixadinhas⁶⁰⁷ que executa sua *performance* em alguns pontos da cidade. Rosane, moradora do oitavo bloco, logo que soube de nossa mobilização aproveitava cada oportunidade para nos lembrar que estava procurando as fotografias de sua ampla casa de madeira e dois andares na Praia do Pinto. A casa ficava em uma região da favela onde viviam “os melhorados”. Além do registro da casa, de sua escada de madeira de lei e das festas de família, Rosane mencionava possuir outros também em frente a igreja Santos Anjos recém construída. A gari do Parque Jardim de Alah, fez questão de vir informar, num domingo de jogo de malha, que estava ansiosa para ver a exposição. A etnógrafa também trouxe as fotos que até então havia feito das festas, procissões, jogos e da reforma dos prédios e dos equipamentos infantis. O jornal O Globo enviara por e-mail duas fotografias das aulas de balé para crianças da Cruzada em uma sala reformada do Jardim de Alah e a paróquia Santos Anjos cedera as imagens aéreas da favela ampliadas em grande formato. Uma emissora de TV logo se interessou em fazer

⁶⁰⁷ Também conhecida como ‘pépé’, a embaixadinha é uma brincadeira que consiste em não deixar a bola tocar o chão, dando ligeiros toques com um dos pés para mantê-la em suspensão.

uma reportagem e os grandes jornais da cidade noticiaram em seus cadernos regionais o dia e a hora em que os visitantes poderiam conferir a exposição.

No dia precedente, nossa equipe se reuniu na sede da Amorabase. Para trabalhar, tínhamos o material – cola, tesoura, cartolinas para *passe-partout* – e o alimento – refrigerantes, pão, queijo e presunto – oferecido pela Associação. Espalhamos as cerca de trezentas fotografias sobre o chão e a mesa, ocupando todo o espaço da sede. A quantidade reunida superava em muito nossas expectativas. Faltava, agora, pensar um roteiro para organizar o percurso que conduziria o visitante. A preparação foi pontuada por muitas brincadeiras. A cada nova identificação de um vizinho rejuvenescido pelo retrato antigo, a jocosidade dos jovens aflorava. Sempre havia um parente, e a gozação, portanto, se fazia acompanhar de alguma história que contextualizasse o personagem em questão.

A exposição seria montada no muro da rua, ou melhor, “no muro do Monte Líbano”, extensão que vai do bloco um ao sete. Uma menina lembrou que fulano talvez reclamasse, pois nos domingos de manhã ocupava ali uma pequena área para dispor suas máquinas de videogames. O muro, também ele, possuía seus ‘pontos’, mas todo o processo que resultava na imensa quantidade de fotografias cedidas certificava Cláudio de que este não seria um problema.

Enfim, é domingo. A exposição Memórias Cruzadas começa a ser montada. Levamos para a rua as cartolinas com as fotografias afixadas e reunidas em grupos definidos pelos jovens. Descemos também as tiras com as legendas. Em volta de nós, avolumam-se moradores. Efetivamente, a exposição começou no chão, com os moradores ao redor das cartolinas ali deixadas enquanto colávamos as fitas adesivas. Pouco a pouco os olhares e os corpos vão se erguendo em direção ao muro e às dez horas da manhã a rua está inteiramente tomada por visitantes, curiosos e funcionários dos clubes vizinhos que para lá se encaminham para entregar as flores oferecidas pelos diretores.

Em uma extensão de quase cem metros montou-se o percurso, assim legendado: “Dom Helder na Praia do Pinto”, “A Cruzada ontem...”, “...e a Cruzada hoje” (com as fotos dos prédios reformados), “O famoso Baba do Quiabo” (bloco carnavalesco desativado), “Festa junina e Bloco de carnaval”, “Caipiras”, “Festa caipira”, “Do tempo que Don-don jogava no Andaraí” (fotos antigas dos times de futebol da Cruzada), “Times da Cruzada”, “Personalidades da Cruzada” (jogadores de futebol famosos, moradores ou ex-moradores do conjunto – Pereira, Adílio, Marechal...), “Rodas de capoeira”, “Basquete da Cruzada”, “Clube da Malha”, “Eleição da Madrinha do Clube da Malha”, “Eucaristias”,

“Procissão de São Sebastião”, “Primeira comunhão”, “Procissões e formaturas”, “Missa na Cruzada”, “Projeto Ecolaquarius” (fotos das aulas sobre meio ambiente para os jovens), “Projeto infantil”, “A terceira idade na comunidade” (carteado e jogo de malha), “Eventos” (festas diversas de temática não identificada), “Atividades da Cruzada” (reunião da Amorabase e do Conselho de Síndicos), “Apresentações” (balé, quadrilha, capoeira), “Clube da Criança”, e um título genérico para incluir as fotografias que de outro modo ficariam de fora: “Personalidade, premiação, mesa de frutas⁶⁰⁸, dia das crianças, Natal, comemoração, serviços comunitários”.

Cada adolescente portava o crachá com uma foto dos corredores de um prédio, o nome da exposição e a indicação “organizadores”. Thomas, o mais jovem de todos, sempre muito sóbrio e compenetrado, permaneceu a tarde inteira sentado à mesa colocada na rua, guardando o livro de assinaturas com o crachá no pescoço.

Na deambulação, captávamos todos esses elementos componentes da exposição, e sobretudo o entusiasmo de todos que contribuíram cedendo fotografias ou estando simplesmente ali. Diante das imagens da favela concentravam-se os mais velhos. Seu Firmino nomeou a topografia da Praia do Pinto utilizando a foto aérea cedida pela paróquia. Cerrou um pouco os olhos, aproximou-se do quadro e identificou o local onde existiu a favela Ilha das Dragas e o ‘ponto do carvoeiro’, na extremidade da Praia do Pinto mais próxima a Lagoa. No outro lado, onde hoje funciona a Cobal, ficava o Clube Independente. No coração da favela, mais ou menos na direção do gasômetro, existia o Largo do Boiadeiro, e ali, um pouco mais acima, em direção ao norte, uma bica de água onde a mulher de Seu Firmino ia encher as latas. Em frente à AABB havia o Clube Praiano, na margem da favela, e, do outro lado da rua, junto ao terreno da Associação Atlética, o Clube Sete de Setembro. O ‘Sete’ era a gafeira, e o Praiano, o iê iê iê, “jovem guarda, essas coisas”. Onde hoje funciona uma casa de shows, ao lado da igreja, era apenas um terreno baldio onde o pessoal organizava grandes bailes. Ali em frente, uma outra bica d’água e, logo depois, o gasômetro. O Parque Proletário da Praia do Pinto destaca-se na foto. Ali era a área “dos melhorados”. Seu Firmino até lembrou que “tinha que tirar os sapatos para entrar nessas casas”.

⁶⁰⁸ A composição desta fotografia é muito semelhante aquela considerada a primeira foto do mundo, feita por Niepce em 1822. Intitulada “A mesa posta”, nela vemos a mesa retangular com uma toalha por sobre a qual estão dispostos um par de talheres, um cálice, uma fatia de bolo, uma cuia e outros objetos dificilmente identificáveis. O *punctum* da única foto sem gente enviada por um morador para integrar a exposição foi, para mim, o interesse pelo objeto (a mesa posta), além da incrível semelhança entre as duas composições.

Algumas senhoras que acompanhavam o percurso traçado pelo dedo de Seu Firmino soltavam suspiros a cada nova manifestação de suas lembranças. Diziam, no mais das vezes – “Ah... que saudades da favela!”, ou ainda – “Dez horas da noite e lá era um silêncio...”

A exposição de fotos se transmitia nas falas: “Olha só o fulano!”, “Ta cheio de celebridade!”, “Olha o pai de Cavaco!”, “Aqui o pai de Wagner!”, “Olha o Bandite na casa da Geni!”, “E o Gil, que morava no quarto bloco!”, “E ali o Sergio, o Dedinho, o Armando, Badu...”, “Só tem falecido aí, pô!”, “Mais parece um cemitério!”.

Um fenômeno curioso se deu ao longo da tarde. Quadros com retratos foram trazidos de alguns apartamentos e colocados no muro. Moradores arrependidos decidiram, de última hora, exibir suas fotografias, os melhores registros de si, o ângulo mais favorável à face, a festa de aniversário mais bem decorada, o time que ainda contava com a presença de algum falecido.

A exposição transformou-se, no sentido pleno da palavra, em uma *intervenção* urbana coletiva com uma estrutura programada e outra inteiramente espontânea. Os adolescentes organizadores, ao verem surgir o quadro com a foto de um jovem conhecido, sem dó intervieram sobre a recente intervenção, aplicando sob a foto uma moldura de papel amarelo com a legenda “Robson celebridade”.

O final do dia trouxe consigo o fim da exposição e, com ele, um gesto bastante emblemático. Alguns homens sentados em poltronas, cadeiras ou no meio fio ao longo da rua, pouco a pouco começaram a aplaudir os organizadores enquanto íamos levando os cartazes de volta à sede da associação. Agradeciam por tudo o que a iniciativa lhes havia proporcionado, mas especialmente pelo modo original e positivo de deixá-los representarem suas próprias vidas. Isto não é uma simples inferência sobre o gesto, pois desde quando nos reunimos para vermos o material conseguido, nos impressionou a quantidade de fotografias cedidas pelos moradores, pois simbolizavam a vontade que tiveram de contribuir para *se verem*.

Na realidade, se tratava de uma *projeção*. Finalmente aquela era uma oportunidade para todos projetarem no muro da Cruzada suas próprias representações sobre o que eram. A resposta, como se viu, só se revelou no exato momento da montagem da exposição e dependeu apenas da *vontade coletiva*, que levou à mobilização e à cessão das fotografias. O desejo e as ações propiciaram um reconhecimento novo de uma identidade comum

constantemente obscurecida pela manipulação que se faz a partir do rótulo “comunidade carente”, seja por iniciativa de ONGs, igrejas e escolas ou pelos próprios moradores.

Atendendo, portanto, a pedidos, no domingo seguinte montou-se novamente no muro o retrato coletivo. Nas extremidades da rua, agora, duas faixas informavam: “Rua de Lazer”. Uma bandeira brasileira de grandes dimensões tremulava presa ao muro e a empena do quinto bloco incrementando assim o cenário minuciosamente preparado para acolher o sucesso da semana anterior. Marechal, personagem das fotografias, viera paramentado com o uniforme da seleção brasileira dar um colorido a mais na grande festa. As cenas dos vários moradores olhando e apontando juntos as fotos e os planos gerais da multidão reunida de frente para a grande parede, foram registradas pela etnógrafa e reveladas a tempo de integrarem a exposição deste domingo. Os jovens editores de fotografia da Cruzada rapidamente criaram a legenda para esse novo conjunto de imagens: “Como é bom se ver!”.

Exegetas de si

A realidade é um baralho, a fotografia revela o jogo.
Roland Barthes, *A Câmara Clara*.



Foto de Soraya Silveira Simões

Esta foto do famoso morador conhecido como Marechal, foi feita na manhã do segundo dia de exposição. Ela é o emblema de um tipo de sentimento produzido pelos ritos e do poder que têm os ritos de atualizarem os mitos. Durante algumas festas ou qualquer outro acontecimento de grande importância, a bandeira do Brasil era içada pela antiga diretoria da Amorabase. Esse símbolo nacional, representando a integração sob a égide da bandeira, testemunha, em um momento festivo, um desejo⁶⁰⁹. Um desejo de se reconhecer como pertencendo a uma grandeza maior. Uma auto-representação positiva, esquecida no correr dos dias, mas, de qualquer maneira, existente. Desta auto-representação positiva apresentada na festa – aqui, em particular, projetada na exposição de fotografias – é que se origina, finalmente, o maior estereótipo do brasileiro: o de um povo festeiro. O que de modo algum coloca em dúvida esta sua potencialidade ou, mais precisamente, o caráter genuíno da premissa. Afinal de contas, o *étnico*, como parafraseou Raulin, é cotidiano e a teatralidade através da qual se expressa uma identidade não se opõe de modo algum à autenticidade. «Ele se revela, ao contrário, como um de seus suportes maiores: a autenticidade cultural não hesita em se alimentar nos lugares onde essa teatralidade é garantida»⁶¹⁰.

«Olha lá o fulano!», enunciado proferido em alto e bom som por aqueles que reconhecem alguém na fotografia, enuncia não apenas a surpresa de quem o diz como pretende partilhar o entusiasmo com um público que se encontra ao redor. Este, capaz de perceber no enunciado a função fática, responde com interjeições e, assim, contribui para manter o grau de exultação requerido pela situação festiva.

Pode parecer, em um primeiro momento, que o símbolo focal da exposição seja a fotografia. No entanto, podemos reenquadrá-lo, em função do conhecimento que possuímos do lugar, e considerar que o símbolo focal da exposição tenha sido o próprio local escolhido para ela: o muro.

⁶⁰⁹ Como qualquer símbolo, esta “têm tanto uma função orexígena (*orectic*) quanto uma função cognitiva. Eles produzem emoções e expressam e mobilizam desejos”. V. TURNER, Victor. *Floresta de Símbolos – aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005: 90. 488p.

⁶¹⁰ “Elle se révèle au contraire comme un de ses supports majeurs: l’authenticité culturelle n’hésite pas à se ressourcer en des lieux où cette théâtralité est garantie». RAULIN, Anne. *L’Éthnique est quotidien – diasporas, marches et cultures métropolitaines*. Paris: L’Harmattan, 2000: 208. 229p.

O papel do muro

A hipótese sociológica da *exposição* nos permite empreender a análise exegética considerando o termo no seu sentido literal. As fotos retratavam moradores, foram cedidas por moradores e vistas majoritariamente por moradores. Portanto, ir até o muro ver uma das fotografias concluía uma parte da proposta expositiva. Voltar-se de lá para os vizinhos e amigos com a intenção de manifestar a surpresa que lhe captava arrematava a idéia ao estender oralmente a exposição tanto do que estava contido na imagem quanto o conhecimento do observador. A *exposição*, em seu sentido mais completo, se conclui com a obrigação de se expressar os sentimentos para um público capacitado a compreender a mensagem.

Durante essa formidável exposição só se concebia, publicamente, o elogio, a alegria e a jocosidade. Tanto nas fotografias quanto nos comentários anunciados em alto e bom som para os demais a partir de uma observação feita em uma imagem, não havia nada de desfavorável sendo exibido no muro. O muro, no contexto deste ritual, tornou-se o lugar onde os indivíduos iam reafirmar publicamente os valores locais – pela apreciação das imagens exemplares – enunciando, pelo modo de compartilhar o que via, o seu pertencimento àquele conjunto moral e estético. O muro foi revestido, então, de um significado operacional notável : ao ir até ele, o morador já expunha a si mesmo e o objeto de seu interesse representado pelo conjunto de fotografias diante do qual se detinha. Do mesmo modo, foi possível notar a ausência de certas pessoas que em nenhum momento aproximaram-se do muro.

3. Os lugares do lazer, dos cultos e das festas

O leitor que nos acompanhou até aqui teve a oportunidade de notar que a rua da Cruzada é palco de uma variada gama de atividades. Vimos que por ela passam procissões, montam-se barracas para festas e feiras, fazem-se discursos religiosos e políticos, distribuem-se panfletos. Essa diversidade e animação que encontram lugar na rua produzem um efeito de segurança em seus moradores. “Muitos olhos e muitas mediações permitem incorporar os estranhos sem custos sociais excessivos”, já diziam Mello &

Vogel, em *Quando a rua vira casa*⁶¹¹. A rua, para usar também expressão de Jacobs, tem ali, efetivamente, seus “muitos olhos”.

Há momentos em que a rua da Cruzada fica deserta. Essas são ocasiões marcadas pela inquietação, pois o habitual de sua ambiência opõe-se radicalmente ao recolhimento e a quietação. O próprio de uma rua da Cruzada é o vai-e-vem constante de seus moradores, atravessando a Bruno Trombeta desde a manhazinha até as mais altas horas da madrugada. O ermo é, pois, a sua negação.

Esse bulício, quando cessa, é sinal de que algo não vai bem. Trata-se sempre de um problema muito particular que envolve a polícia e o risco de confrontos que inevitavelmente ameaçam a integridade física do morador.

Portanto, gente na rua, nos corredores, nas janelas, na calçada ou sob os pilotis dos prédios é sinal de que tudo vai bem, e que os conflitos decorrentes dessa animação, se houverem, serão aqueles já sabidos: reclamação de barulho, propagação de odores ilícitos e outros causos possíveis de serem repertoriados no cotidiano de qualquer condomínio do país. Podemos, ainda, dizer de outro modo: o fato de haver gente em todos esses espaços (janelas, escadas, corredores, rua, calçada) significa haver um controle difuso sendo exercido constantemente.

Veza por outra se vê um dos salões de festas existentes nos blocos da Cruzada sendo ornamentado para a comemoração de um aniversário ou de outra data especial. Isto pode ser transformado em um assunto de interesse para alguns – ou para muitos – e, assim, se fica sabendo que vai haver uma festa no salão de um determinado bloco. Ou, ainda, quem a está promovendo ou sobre o que será a comemoração. O modo como estas informações vão circular também nos informa sobre muitas outras coisas, como, por exemplo: até que horas a festa provavelmente irá durar, quantas pessoas poderão vir, se vão incomodar os vizinhos ou não. Ou seja, onde há festa, há alguém fazendo algum tipo de cálculo. Logo, onde há *salão de festas*, há possibilidade de conflitos.

Quando os adereços, cadeiras e mesinhas ganham o espaço da rua, é sinal de que a festa é feita para um número maior de pessoas e prescinde do convite pessoal. Em geral, são as faixas expostas na rua e os cartazes afixados nos prédios que cumprem a função de informar sobre as festividades públicas. Não raro, a rua exhibe inúmeros anúncios deste tipo, convidando os moradores para participarem dos mais variados festejos, seja na Cruzada ou em outras ‘comunidades’ da cidade.

⁶¹¹ 1985: 105.

Para as festas temáticas, como o Dia das Mães ou o Dia das Crianças, a Associação de Moradores prevê jogos, brincadeiras ou bailes, a depender da faixa etária privilegiada pela data. Primeiramente, são encaminhados ofícios para lojas, clubes e instituições sediadas no entorno, de modo a conseguir subsídios para organizarem a festa. O auxílio pode ser a doação de flores ou de cestas de frutas, a cessão de aparelhagem de som, microfones ou camas-elásticas, o empréstimo de mesas, cadeiras e palanques ou, ainda, a oferta de um bolo bem confeitado. Em segundo lugar, é preciso divulgar a festa, e para isso podem concorrer novos auxílios para a confecção de faixas e cartazes e, impreterivelmente, o boca a boca. O e-mail é hoje muito utilizado na difusão dessa notícia, além de ser mais um elemento capaz de mostrar o quão diversificada é a agenda de tarefas que se tem para prever e prover uma festa, na qual sempre se espera reunir o maior número possível de participantes.

Há moradores, ou melhor, *moradoras* que se especializam em organizar festas e excursões. Suely é uma dessas. Decidiu se dedicar à esses passeios recreativos para permanecer mais perto de seus dois filhos, quando estes eram pequenos. Assim, alugava ônibus e ia visitar pontos turísticos do Rio de Janeiro ou aos programas infantis da Rede Globo na companhia deles e de seus amigos dos prédios vizinhos. Valéria, ex-presidente da Amorabase, é um outro exemplo. Não teve filhos, mas, em compensação, adotou algumas crianças e tem inúmeros afilhados. Para eles e seus coleguinhas, ela criou o Baile dos Papitos, uma festa com periodicidade mensal para crianças e adolescentes de 02 à 16 anos de idade. Os bailes acontecem no salão de festas do bloco cinco, e duram das 16:00 até as 22:00 horas. O responsável pela criança ou adolescente paga R\$ 3,00 por cada ingresso, o que dá direito à refrigerantes e às guloseimas preparadas por Valéria e suas amigas.

Sejam festas públicas, religiosas, cívicas ou uma restrita reunião de família, estas ocasiões se constituem em datas oportunas para uma visita dos parentes que foram morar em outras áreas da cidade. Pois ir à Cruzada, nesses momentos, é rever não só parentes, mas também ‘vizinhos’. Uma espécie de retorno à *terra natal*, exatamente o mesmo significado que Cornerville passava a ter durante o período de festa para os *paesani* que já haviam se mudado dali ⁶¹².

Pela rua passam as procissões regidas pelo pároco da Igreja Santos Anjos, arrastando sempre um número considerável de fiéis – em sua maioria mulheres e

⁶¹² FOOTE WHYTE, 2005: 274.

moradoras da Conjunto. Aos cultos religiosos também se destinam os salões de festas de cada prédio. O exercício da piedade cristã, na forma de novenas ou de ladainhas, é feito cada dia em um bloco com a presença do pároco, do diácono e de congregados marianos, irmãs de maria e demais moradores que descem de seus apartamentos, à noite, para pedirem por si e pelos seus. É possível ver um grupo de fiéis católicos rezando o terço sob os pilotis do bloco seis, por exemplo, enquanto o grupo evangélico se reúne no salão de festas do bloco cinco.

Fotos de Soraya Silveira Simões



Na foto acima, Padre Marcos chega ao bloco três para dar início ao terceiro dia de novena.

O pároco e moradores da Cruzada no terceiro dia da novena de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, sob os pilotis do bloco seis.



Culto evangélico no salão de festas do bloco cinco.

Há quem prefira preservar a intimidade e comemorar as datas especiais na privacidade do lar. Porém, como se trata de unidades pequenas é necessário, por vezes, estender a festa para o corredor ou até mesmo para a escada.

Esses espaços de circulação também são muito utilizados para as brincadeiras cotidianas. Certa vez, um carrinho de brinquedo surgiu no último vão de escada do sétimo bloco. Atrás dele veio um menino. E atrás desse menino, um adulto manipulando o controle remoto. Chegaram a tempo de evitar o desastre do piloto imaginário, à beira do último degrau da escada. Os meninos que brincam no corredor onde mora Dona Neuza nunca perdem a oportunidade de entrar em sua casa quando a porta está aberta. Vão sempre em número de três ou quatro, e sabem que a reação da mulher será um afago seguido de um pito encenado que já fazem parte de suas brincadeiras.



Festas realizadas no corredor do sétimo bloco, nos anos 1970. Na foto ao lado, de óculos, vemos o Padre Bruno Trombeta. O seu gosto em participar das festas e dos cafés vespertinos servidos nos apartamentos do Conjunto é lembrado por todos como um traço marcante de sua personalidade.



Fotos gentilmente cedidas por dona Georgete

Ritual e organização social

Edmund Leach dizia: “A estrutura que é simbolizada no ritual é o sistema das relações ‘corretas’ socialmente aprovadas entre indivíduos e grupos”. Admitia, portanto, que “essas relações não são formalmente reconhecidas em todos os tempos”, sendo

possível – e até mesmo esperado – desprezar uma estrutura formal para viabilizar “o prosseguimento das atividades sociais informais ordinárias”⁶¹³.

Leach e muitos outros antropólogos reconheceram no ritual um modo de fazer lembrar aos indivíduos a “ordem básica que presumivelmente guia suas atividades sociais”. Os desempenhos rituais teriam, assim, a função de tornar “momentaneamente explícito aquilo que de outro modo é ficção”⁶¹⁴.

O que, então, se explicita nos diversos momentos festivos até aqui brevemente comentados? Partamos da evidência empírica mais incontestável: festejar é estar na companhia de outros. Podemos também dizer que é *assegurar-se* dessa companhia, porquanto junto dela se espera estar. Nesse sentido, Bakhtin demonstrou sua arguta observação ao dizer que “durante a festa, a voz do tempo fala principalmente do futuro”⁶¹⁵. A celebração e o seu triunfo tomam a forma de “antecipação de um futuro melhor”. Caso contrário seria mesmo difícil festejar algo – e suficientemente trabalhoso e dispendioso, tendo em vista as múltiplas tarefas e os custos que se impõem àquele que pretende promover esse modo de se estar junto.

Em sua etimologia, *festejar* (*feri-*, antepositivo do latim *fēriæ*) contém o significado de ‘feriado’, ‘dias de descanso’, ‘interrupção’, ‘suspensão do trabalho’. *Feriado*, por sua vez, nos remete a um valor religioso, pois se vincula às formas românicas do italiano *fiera*, do francês *foire*, do espanhol *feria* e do português *feira*, donde provêm os nomes dos dias da semana (*prima, secunda, tertiaferia...*) que vieram substituir os antigos nomes pagãos (*dies Martis, dies Mercurii...*)⁶¹⁶. Reserva, por isso, também o sentido de ‘ventura’, de ‘celebração’, de um ‘regozijo público’ franqueado aos homens pelo o seu direito às *férias* após um período de trabalho. ‘Estar de férias’, ‘de vaga’, é, por isso, ter a oportunidade de ‘estar em festa’.

Cada aspecto de um festejo – a companhia, o motivo da celebração, o modo de se festejar, onde festejar – fala, portanto, do *lugar das pessoas em uma dada ordem social*. Deste modo, respondemos a questão acima – “O que se explicita nos diversos momentos festivos até aqui brevemente comentados”? – deixando, evidentemente, as outras inúmeras possibilidades de resposta para momentos futuros e mais apropriados.

⁶¹³ LEACH, Edmund. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social kachin*. São Paulo: Edusp, 1996: 78. 373p.

⁶¹⁴ Ibidem.

⁶¹⁵ BAKHTIN, Mikhail. *Op.cit.*: 250.

⁶¹⁶ V. acepções de ‘feri-’ no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Por ora, o que nos interessa ver é que a competência para a organização de festas entre os moradores da Cruzada é notável, e teve, inclusive, ocasião de ser coletivamente reconhecida durante a exposição de fotografias. Mas o que parece ser um distintivo positivo da vida comunitária cultivada pelos moradores nos espaços de uso comum, encontra-se repertoriado a partir de classificações que, no mínimo, alimentam aquilo que Simmel chamou de “a mais vívida forma de interação”: o conflito.

Festa ou bagunça?

O leitor deve se lembrar da situação descrita no capítulo 5, em que um morador, visivelmente exaltado, chega à porta do apartamento da síndica vociferando e brandindo o abaixo-assinado dos condôminos favoráveis à construção de um salão de festas no prédio⁶¹⁷. Entre os argumentos de que lançou mão para apressar a tomada de uma decisão estava a vontade de se beneficiar o quanto antes dos recursos que o shopping poderia oferecer, seguindo a sua política de Responsabilidade Social. Através desse encaminhamento, o morador esperava poder contar com um salão de festas novo em folha na área do pátio onde funciona o posto médico, criado e mantido por iniciativa da síndica.

Ela, por sua vez, contava com a reforma do posto. Era preciso impermeabilizar as paredes e lhes dar nova demão com a tinta de alta qualidade que a construtora do shopping utilizou para finalizar a reforma dos prédios da Cruzada – obra que foi feita concomitantemente à construção do próprio shopping.

A síndica e o morador portanto sabiam ter nas mãos um recurso na figura do shopping e de sua política. Desde que, é claro, o argumento da ‘comunidade carente’ permanecesse inabalável para justificar a chamada ‘responsabilidade social’. Caso contrário, o princípio de responsabilidade, ou a *obrigação* de se reparar um dano causado por alguma falta cometida, estaria fora de propósito. Sem ‘carentes’, não haveria motivos para a meca do consumo se *comprometer*.

Ambos, síndica e morador, jogavam com isto. E ali, na situação formada ao redor da soleira da casa, configurou-se o momento oportuno para que fossem explicitadas as regras morais para o uso do argumento da carência. A síndica foi quem fez o primeiro lance: “Isto aqui não é uma comunidade carente!”, asseverou, categórica, ao morador que

⁶¹⁷ V. o item “Converter-se em morador”.

esbravejava. O homem à porta emudeceu. Após alguns segundos voltou a si, e tentou argumentar com a síndica balbuciando alguns “mas...”. Ela prosseguiu em seu raciocínio: “Se fosse comunidade carente não tirava posto médico para fazer salão de festas!”. E logo retificou: tampouco se tratava de ‘festas’, mas de verdadeiras ‘bagunças’ as reuniões que os moradores promoviam nesses espaços.

Na conta do morador a síndica creditava não a festa, mas a ‘bagunça’, o excesso, o contrário exato do comedimento, uma voracidade grotesca com que os participantes dos ‘churrascos’ e das ‘cervejinhas’ devoravam todas as medidas de um convívio adequado. O morador, à beira da soleira, parecia compreender em imagens a força do argumento da síndica, pois, afinal, assim como Bakhtin, todos ali também sabiam que “o pão e o vinho afugentam todo medo e libertam a palavra”⁶¹⁸. De acordo com os argumentos da síndica uma festa em um salão de festas da Cruzada evocava imagens dignas de retratar um banquete pantagruélico, pois tudo parecia se encontrar fora de toda “consideração de prudência”⁶¹⁹. O ambiente e o tom da festa no salão, assim como o do banquete medieval, deixavam transparecer uma verdade: “a verdade *interiormente livre, alegre, materialista*”, exibida em risos inebriantes como parte do rito, fosse no salão de festas, fosse em um banquete contado por Rabelais.

Tudo isto, de certo modo, parecia coerente também para o morador. E a senhora síndica, arguta observadora, exímia narradora, dominava excepcionalmente bem a arte de contar histórias. Seus argumentos tinham força, sobretudo pelas imagens que utilizava para afiançá-los.

Por não dispor de mais argumentos, o morador disse à síndica tê-la em alta consideração. De um certo modo, tacitamente estava de acordo com suas razões. Porém, antes de partir, ainda encontrou energias para reiterar a vontade dos condôminos gravada no documento que, minutos antes, exibira ostensivamente à porta da casa da velha senhora.

Dentre as muitas evocações trazidas pelo confronto da síndica com o morador, talvez aquela que mais marcaria a situação, do ponto de vista etnográfico, fosse o modo pelo qual a perspicaz senhora construía e apresentara os seus argumentos. Paul Ricoeur, em um ensaio de análise semântica sobre o conceito de responsabilidade, chama a atenção justamente para a metáfora da ‘conta’, no sentido de uma ‘fatura’. E lembra que ela contém um sentido de imputação, resultado de sua origem no latim *putare*, que, por sua vez,

⁶¹⁸ *Op.cit.*: 249.

⁶¹⁹ *Ibidem*.

implica em cálculo, *comput*, sugerindo, tal como a nossa síndica parecia fazer, “a idéia de uma estranha contabilidade moral dos méritos e dos deméritos, como um livro de contas com duas entradas: receitas e despesas, crédito e débito, com vista a uma espécie de balanço positivo ou negativo”⁶²⁰. Fruto dessa contabilidade um tanto quanto particular, o “*dossier* moral”⁶²¹, um *record*, uma “recolha onde se inscrevem as dívidas e, eventualmente, os méritos”⁶²². Enfim, uma espécie de cadastro judicial! Parecia ser o que estava em jogo na inusitada confrontação vespertina.

4. Privação relativa

Marx dizia que o ponto crucial para deflagrar uma revolução não se encontrava, por exemplo, no valor absoluto do salário do operário, mas sim quando este tomava conhecimento de que o seu salário era menor do que os lucros do capitalista. Podemos também imaginar uma outra situação: da janela de sua choupana, o camponês de Karl Marx estaria vendo o castelo do senhor. Novamente teríamos o quadro ótimo para que se desse o fenômeno que mais tarde seria chamado de “privação relativa”.

Posteriormente, o conceito aparece e acende sua pertinência em um extenso estudo, publicado em 1949, pela Princeton University Press, a propósito do comportamento de *grupos de referência*. O grupo em questão era o de soldados americanos que partiam para a II Guerra Mundial. A pesquisa, coordenada pelo professor de Sociologia da Universidade de Chicago, Samuel Stouffer, um dos autores do livro *The American Soldier*⁶²³, propunha, em linhas gerais, observar como os soldados se comparavam com outros da mesma categoria ou *status* – o grupo de referência – levando em conta as situações e ainda as outras categorias que porventura lhes servissem de base comparativa⁶²⁴. Com isto, e entre muitas outras coisas, lançavam luz sobre a função do conceito de privação relativa, que seria a de uma “interpretação provisória depois do fato”⁶²⁵, segundo definição de Merton.

⁶²⁰ RICOEUR, Paul. *O conceito de responsabilidade: ensaio de uma análise semântica*. In *O Justo ou a Essência da Justiça*. Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Pensamento e Filosofia, 1997: 38. pp.35-60.

⁶²¹ *Ibidem*.

⁶²² *Ibidem*.

⁶²³ STOFFER, Samuel A. *et alii*. *Studies in Social Psychology in World War II: The American Soldier*. Princeton: Princeton University Press, 1949. 2vols.

⁶²⁴ Cf. MERTON, *op.cit.*: 311.

⁶²⁵ *Ibidem*.

Esta idéia é um tanto fecunda para a nossa reflexão. O grande shopping que hoje faz sombra nos pátios da Cruzada, criou com os protagonistas de nossa pesquisa uma via de comunicação exclusiva, uma política, chamada Responsabilidade Social. O novo vizinho definiu a situação, mas não solitariamente. Para se instruir, contou com a ajuda dos próprios depositários de suas benesses nas inúmeras reuniões realizadas para este fim, na sede da Amorabase ou nas salas da paróquia Santos Anjos. Ao final de cada sessão, os representantes do shopping partiam, deixando os membros da comunidade à sós com seus cálculos e o quebra-cabeça dos ‘grupos de referência’.

Capítulo 8

O novo vizinho

Viva o Rex!
Amarcord, Fellini.

1. Só para convidados

Algo de inédito inaugurava aquela noite e se fazia notar por uma estranha ausência. A voz da dona da casa não ressoara lá de dentro na sua habitual e hospitaleira saudação. Em seu lugar, fora a filha quem, desta vez, veio me receber à porta. Estava de visita e, junto com outras mulheres, ajudaria a compor o figurino da mãe para uma importante *soirée*.

Pela primeira vez, desde que a conheci, a dona da casa era a pessoa por quem se esperava. Contrariando a rotina diária, em que se a encontra mobilizada por algum afazer doméstico e sempre pronta a servir o café e o pão para os que lhe façam visita, furtava-se às vistas do visitante embrumada no vapor de um demorado banho. Silenciosa, talvez compenetrada na *persona* prestes a incorporar, não interagia com as vozes que circulavam dentro do pequeno apartamento.

Na sala encontram-se os seus freqüentadores mais assíduos, todos moradores do conjunto. Uma agregada da família, que ali morava, faz as unhas da comadre da dona da casa. A sogra de sua filha, avó paterna do neto que lá reside, comenta a novela das oito. O filho chega nessa hora, vindo do primeiro bloco, e a cabeleireira, nora da comadre, vestida com o jaleco de seu *coiffeur*, aguarda pela cliente junto aos demais. A vizinha do lado adentra trazendo opções de brincos e colares. Entre marcassitas, pérolas e *strass*, a escolha de todos recai sobre a segunda opção, mais de acordo com a descrição e o recato daquela senhora.

Num átimo ela passa do banheiro para o quarto, aumentando a expectativa reinante na sala. Poucos minutos depois, desponta, displicente, trajando a gala. A atitude propositada realiza o seu fim: todos a olham dos pés à cabeça, boquiabertos. Saia e blusa de crepe preta, com perfeito caimento, a pequena *trousse* de couro à mão e os acessórios de pérola que a filha logo a faz provar. “Coloco um anel?”, pergunta. A cabeleireira esborrifa o laquê sobre o coque trabalhado no alto da cabeça. O produto reacende o brilho prateado dos fios. “Coloca um rímel, mãe”. Ela recusa. “Uma sombra?”. Nova negativa. Apenas um ar de *blush* e o batom bem claro. O filho, homem grande e criado, com seus quase

cinquenta anos, adverte: “Não vai arrumar namorado não, mãe, que não vai nem passar pela porta”.

Enfim, era chegado o grande dia – o dia da inauguração do *shopping*. Durante três anos os moradores do bairro, especialmente aqueles habitantes da Cruzada São Sebastião, acompanharam, com grande expectativa, o desmonte da Pedra do Baiano e a subida do ultramoderno centro comercial. Por conta da contigüidade da obra, os moradores da Cruzada tiveram suas vidas estreitamente vinculadas ao ritmo da construção. Em primeiro lugar, viam, a cada dia, ocultar-se a vista que se abria por sobre a Pedra e, com ela, a lestada que por ali entrava perfumando os corredores com o cheiro da maresia. Apesar da alta tecnologia utilizada no corte da rocha e na fundação das estruturas, o barulho e a poeira levantada pelas máquinas também impuseram-se em seus cotidianos. A presença dos engenheiros tornou-se freqüente, assim como as muitas reuniões realizadas pela Amorabase, ora para definir as demandas locais junto aos moradores, ora para apresentá-las aos empreendedores do *shopping*. Enquanto este era erguido, parte dos operários contratados pela Construtora Santa Izabel trabalhava na reforma dos blocos do conjunto. Da janela, qualquer morador podia contemplar os andaimes sob as pontes e os galões de tinta acrílica para cobrir de ocre os pilotis e de bege as fachadas. Também da janela, uma ou outra dona-de-casa incutiu no operariado o horário do café com pão – essa espécie de fato social total em uma sociedade de mulheres que se visitam e se auxiliam – e o trabalho, na Cruzada, se fez ambientado, entrementes, no domínio doméstico e por breves prosas com as senhoras do lugar. Nos últimos tempos, uma grande tela verde assumiu a proteção dos apartamentos adjacentes a rocha intervindo no cenário e criando, nos pátios, um colorido especial durante as manhãs.

Impossível ignorar, dia-a-dia, durante três anos, o inusitado diálogo que se estabeleceu com o novo vizinho. De fato ele havia se tornado um interlocutor incontornável, fosse pelas atribuições sensíveis causadas por sua presença ou pelas promessas gloriosas que anunciava.

Pouco mais de duas semanas antes da inauguração, os convites individuais começaram a chegar às casas dos síndicos e dos representantes da Associação de Moradores. Neste dia, recebi o telefonema daquela senhora convidando-me para ir, junto com ela, à festa exclusiva, “só para convidados”. Muito honrada, despertei para o significado do convite a partir desse meu sentimento. O gesto, simbolizando também a honra daquela que com ele me ofertara, locupletava a relação entre nós cultivada ao longo

dos já, naquele então, três anos de pesquisa de campo. Se de imediato não soube ao certo o que poderia tê-la feito escolher a etnógrafa para acompanhá-la em dia tão especial, a chave representada pelo dado sentimento indicava o significado de mais essa cortesia integrante de uma contínua e bem sucedida troca que, para tanto, implicou dar, receber e retribuir. Os bens que fizemos circular eram em especial intangíveis, da ordem da atenção que nos faz ouvir, ver, sentir, fazer sentir e dizer coisas que manifestam o quanto somos capazes de compreender e de nos fazer compreender pelo outro.

* * *

Na rua, vê-se a movimentação habitual. Apenas uma *nuance* se faz perceptível e a torna singular nesta noite. À passagem de um morador bem vestido que siga em direção à Avenida Afrânio de Melo Franco os olhares se insinuam e os comentários irrompem em gracejos. A rua é, hoje, a passarela por onde vão os convidados da grande festa.

Seguíamos de braços dados, distraídas, a etnógrafa e a síndica, recordando as anedotas que pontuaram nossos preparativos para a ocasião. Soube que a blusa que ela usava havia sido comprada para a formatura de sua nora e vestida apenas uma vez, já há alguns anos. “Não acho que tem problema. Aqui ninguém conhece essa blusa”. Afinal de contas, um momento especial pede um traje exclusivo.

O extraordinário, quando vivido por antecipação, nos envolve em pensamentos fantasiosos que podem até repercutir em desconfortos abdominais. Comentou-se a respeito disso – a ansiedade. A recepção do convite lhe provocara o sintoma. Felizmente havia a receita do chá de folha de goiabeira. “Ali em volta da Lagoa tá cheio!”, diz, como arguta conhecedora da flora local.

No trecho em frente à paróquia encontramos duas diretoras da Amorabase encostadas em um automóvel. Pergunto se vão à festa e com isso deflagro o surpreendente desabafo de uma delas. Minha companhia aperta o passo e se adianta, enquanto permaneço até o fim do protesto. “A comunidade está precisando de outra coisa, e eu não acho que seja de holofote!”. O tom era amargo e de profundo ressentimento, e a causa não se devia a falta de convite. Em seguida, qualificara a festa como ‘palhaçada’, e o disse em alto e bom som para que o adjetivo chegasse aos ouvidos dos que iam pela rua e soasse mal aos que aceitaram participar da comemoração. Claramente a intenção era *provocar*, ou seja, *fazer falar*, no sentido precípua, os que prosseguiram rumo ao destino de que blasfemava.

Mais adiante cogitou-se acerca da escolha do insultuoso termo utilizado pela moça. Doravante, a provocação encontrara efeito. “Mas como...?”, perguntava-se a senhora. Um empreendimento suntuoso e complexo como aquele poderia ser considerado ‘palhaçada’? O shopping, no momento de ser inaugurado, despertava ainda mais as paixões.

Da esquina da igreja já era possível pressentir o burburinho. Os carros, na avenida, iam concentrar-se, lá na frente, com o sinal piscante indicando a entrada à esquerda. De fato havia holofotes girando o foco pelo céu. Homens de preto comunicando-se por meio de *walky-talkies* organizavam a ágil fila para a apresentação dos convites. Mulheres esguias e bem maquiadas conferiam as credenciais para então sorrirem e desejarem boa noite aos bem-vindos.

Por detrás das portas automáticas de vidro verde estão as enormes cactáceas de diversos tipos que ornamentam a entrada e nos permitem estimar o investimento feito no *décor*. Em outra oportunidade, conferi no *site* do shopping o extremo apuro de seus empreendedores neste quesito: “Nos *lounges* das praças internas, é difícil resistir aos confortáveis móveis, inspirados em Le Corbusier, Philippe Starck Saarinen e Florence Knoll, e a clássicos brasileiros, como cadeiras de Sérgio Rodrigues e Carlos Motta e cerâmicas de Svenja Kalteich”.

Escadas rolantes nos conduzem confortavelmente ao primeiro pavimento, onde cada convidado é recebido com drinques de cores extravagantes. Por ali encontramos a síndica do décimo bloco acompanhada de um vizinho. Iniciei então o registro fotográfico da festa com a dupla de conhecidos posando diante da vitrine na qual estavam expostos aparelhos eletrônicos de última geração. Mais à frente, na primeira sinuosidade do amplo corredor branco, encontramos a comitiva constituída pelas demais síndicas da Cruzada acompanhadas de suas respectivas convidadas. Terminado os cumprimentos, reuni todas para uma foto defronte a vitrine de grife feminina.

A ambiência lhes agradava muito e suscitava ponderações sobre as atividades a que se dedicavam ultimamente: “ah... eu vou largar isso”. Referiam-se especificamente à trabalhosa administração dos condomínios e ao quanto a vida sem tais preocupações poderia melhorar. Todas tinham nas mãos taças *flute* com champanhe e coquetéis e juntas iam entretecendo, umas nas outras, o sonho de melhores dias – como aquele, por exemplo.

Foto Soraya Silveira Simões



Síndicas da Cruzada presentes na festa de inauguração do shopping.

No vão central, de onde pode se contemplar o pátio a partir dos corredores dos três andares, está o palco e a fita vermelha que será cortada, dentro de alguns instantes, não se sabe, ainda, por quem. Ao redor de toda essa grande área foram instaladas imensas e modernas telas de plasma transmitindo, simultaneamente, *flashes* da festa e dos espetáculos em todos os pavimentos. Ali encontramos o Padre Marcos, que portava uma biografia de Dom Helder. Aquela, na sua opinião, era “a melhor obra já escrita sobre sua vida”. Padre Marcos acabara de retornar de Brasília, de onde trouxera informações para acondicionar de maneira adequada os objetos e documentos integrantes do acervo com o qual pretendia montar o Memorial Dom Helder Câmara. A expectativa era a de contar com o apoio do shopping para os futuros gastos. Um auto-intitulado *promoter* de uma universidade privada aproxima-se de nós. Parece conhecer o padre, provavelmente de algum outro evento social, pois, sem mais, nos pede que lhe forneçamos o nosso ‘contato’. Minha acompanhante olha para o tipo sem entender exatamente o que ele está lhe pedindo. Noto, de relance, as marcas DKNY e Versace, respectivamente, nos óculos do padre e do *promoter*, que agora conversam. Sem dúvida há assunto para entreter membros dos mais variados círculos sociais nos breves encontros que compõem uma festa como aquela.

No segundo andar encontramos o administrador da CEHAB, para quem a síndica declara: “E pensar que eu quarava roupa aqui nessa pedra... e hoje é esse shopping!”. Esse cotejar exprimiu com precisão o grande contentamento sentido diante de tudo aquilo que

estava vendo. E por isso, repetiria a fórmula – “e pensar que eu quarava roupa...” – ainda diversas outras vezes durante a noite, para todos que encontrasse pelo caminho.

No terceiro andar estão o centro cultural e os restaurantes, e toda a área possui uma iluminação feérica projetada por luminárias de *design* singular. O anúncio diz tratar-se do “primeiro centro cultural do Brasil localizado em um *shopping center*. É nele que fica o Teatro Casa Grande, de padrão internacional, o maior teatro da Zona Sul, com 1.000 lugares. O centro ainda conta com dois cineclubes, biblioteca, auditórios e oficinas de artes plásticas e de música.”

Ao fundo, uma janela panorâmica e muito concorrida nos atrai. De lá divisamos a bela vista noturna da Lagoa, do Corcovado e do Redentor iluminado que, no entanto, parece ignorada pelos demais. Todos olham para baixo e apontam. O que vêem é a Cruzada. A iluminação pálida da rua à noite causa o primeiro contraste com o ambiente de onde se observa. Permite, contudo, ver o colorido dos grafites no muro e os botijões de gás envolvidos por correntes entre os blocos oito e nove. A perspectiva do alto deixa ver ainda duas casas ampliadas por sobre a ponte, os corredores, as escadas, as janelas, o interior de alguns apartamentos, enfim, um cotidiano de aspecto exótico para o deleite voyeurístico franqueado pela janela.

O presidente da AMA-Leblon, acompanhado de sua filha, nos observa voltarmos do panóptico. Logo, também ele irá tomar conhecimento da admiração sentida por aquela que quarava roupa na pedreira. Mais uma foto, uma conversa breve, e nos despedimos.

Agora podíamos retornar para o vão central, onde a cerimônia de inauguração teria lugar. Antes, porém, fomos conferir os banheiros. Neles estão as poltronas de couro pretas com *design* inspirado em Le Corbusier na ante-sala acarpetada das cabines. A decoração refinada fizera do banheiro um ponto de encontro e descanso de extremo conforto. Olho a faxineira que está a averiguar a limpeza do assoalho e a reconheço. Embora moradora da Cruzada, ela e a síndica parecem não se notar, tão compenetradas estão em seus distintos papéis e focos de interesse. Ainda no banheiro encontramos a fisioterapeuta do posto médico do bloco nove e, novamente, uma moradora do bloco sete com quem saímos rumo ao vão central.

A fruição estética de que gozava ao deambular por aqueles corredores amplos e claros levou a senhora à considerar: “do que é capaz um arquiteto, não é?”

Coincidentemente, nesse momento encontramos o engenheiro responsável pela construção do shopping, e a ele aquela senhora exclamou a mesma conclusão a que chegara minutos antes como forma de cumprimentá-lo pelo grandioso trabalho.

No palco são iniciados os procedimentos protocolares para a inauguração oficial. O prefeito César Maia, o vice-governador Luiz Paulo Conde e o governador eleito Sérgio Cabral, os diretores e engenheiros da construtora e os administradores do grupo empresarial estão a postos e, entre eles, encontra-se Padre Marcos. E é ele que, no momento, discursa sobre essa “grande obra de integração da Cruzada” promovida pelo Shopping Leblon durante todo o processo que culminava naquele instante. Muitos aplausos, e a palavra segue então para os demais. A idéia de integração está presente em todos os discursos. E conduz, sobretudo, aqueles dos governantes sublinhando a grande expectativa por resultados sociais despertada pela capacidade de investimentos feitos pelo vizinho rico e responsável na vizinhança pobre e carente.

Ao final do último discurso, as luzes estroboscópicas começam a piscar sobre a platéia criando o efeito de lentidão nos movimentos. Somente sobre o palco, a luz branca incidia. Como numa epifania, as mulheres do governador eleito e do dono da construtora aproximam-se da fita; enquanto uma a estiva, a outra encaixa a tesoura e efetua o corte. Da clarabóia central cai a chuva de confetes aluminados. O shopping estava inaugurado.

O prefeito César Maia, a mulher do governador eleito e o próprio Sérgio Cabral, ao lado do vice-governador Luiz Paulo Conde, do diretor da construtora e de sua mulher, que corta a fita.



Foto Soraya Silveira Simões

A síndica do bloco nove da Cruzada São Sebastião, emocionada, sobe ao palco para cumprimentar Isabel, diretora de um dos grupos integrantes da Cencom S/A,

empreendedora do projeto. Mas, para os moradores da Cruzada, Isabel é ‘a dona do shopping’, e foi com ela que muitos mantiveram um diálogo direto e cortês durante os últimos três anos.

* * *

A cerimônia de inauguração do Shopping Leblon encontra o seu equivalente na literatura etnográfica na inauguração de uma ponte na Zululândia⁶²⁶. No entanto, esta não se restringe apenas ao caráter da solenidade. A equivalência também se faz notar no conteúdo *integrador* pretendido pelo cerimonial⁶²⁷ e no teor político que permeou ambas as construções.

A primeira ponte construída na Zululândia pelo Departamento de Assuntos Nativos do governo colonial foi planejada por engenheiros europeus e construída por trabalhadores zulus para benefício supostamente de ambos. Do mesmo modo, o Shopping Leblon convocou a mão-de-obra vizinha para a realização do projeto destinado, prioritariamente, ao consumo de uma abastada classe média. A finalidade precípua do empreendimento não usurpava, contudo, benefícios para outros públicos interessados, por exemplo, no mercado de trabalho, no capital simbólico representado por um ‘emprego no shopping’ e nos ganhos obtidos através de uma política de responsabilidade social⁶²⁸.

Embora Max Gluckman tenha sido um denunciante incansável do *apartheid*⁶²⁹, ao desenvolver o conceito de ‘análise situacional’ conseguiu afastar o aspecto ideológico do olhar etnográfico e mostrar que “os homens e os grupos estão sempre colocados em situação de obrigações múltiplas por causa de regras que são elas mesmas frequentemente contraditórias e ambíguas”⁶³⁰. Uma situação ritual, como a inauguração de uma ponte em Mahlabatini, na Zululândia, ou de um shopping no Leblon, no Rio de Janeiro, ilustram a

⁶²⁶ GLUCKMAN, Max. *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*. In FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global Universitária, 1987. pp.227-344.

⁶²⁷ Cf. a descrição de Gluckman.

⁶²⁸ A política chamada de Responsabilidade Social das Empresas resulta do Pacto Global firmado pelos países membros da ONU na condução de uma política de redução das desigualdades sociais. O dossiê *Responsabilidade social das empresas, segundo as Ciências Sociais*, organizado por GOMES e publicado na Revista Antropológica nº 18, propõe a discussão que pode ser útil ao leitor interessado, mas da qual, para os fins do presente trabalho, permito-me isentar.

⁶²⁹ “A. Kuper a porté l’attention sur le fait que Gluckman aborde la question de la domination raciale blanche et qu’il est le seul anthropologue de l’époque à en parler”. Cf. GAILLARD, Gerald. *Dictionnaire des ethnologues et des anthropologues*. Paris: Armand Colin, 2002: 163. 286p.

⁶³⁰ Idem: 164.

sua idéia de uma “resolução dos conflitos através dos rituais, *unindo cada um à valores comuns*”⁶³¹.

Para o criador da chamada Escola de Manchester, a importância da série de eventos observados no dia da cerimônia se devia ao modo como estes se encaixavam com o sistema de relações zulu-européias apresentado no contexto colonial. Para nós, situados em um bairro da cidade do Rio de Janeiro, a seqüência de episódios da inauguração do shopping explicita, do mesmo modo, a *chinoiserie* do sistema de relações cultivado entre moradores de uma mesma localidade e entre estes e os agentes das instituições públicas e privadas mais presentes em suas vidas.

Todos – inclusive a etnógrafa – participavam de uma *situação social*, e o fato de moradores – convidados e empregados do shopping – e representantes das associações do bairro terem podido cooperar para a festa de inauguração mostra, como no caso dos zulus e europeus de Max Gluckman, que em uma dada situação os seus lugares naquele sistema são revelados e, com isso, a comunidade que formam também transparece. Afinal, todos ali reunidos celebravam a realização de um interesse comum representado pelo funcionamento do centro comercial.

* * *

Entre os moradores da Cruzada que compareceram, havia os que foram desfrutar da festa e os que nela executaram serviços subalternos. Do grupo dos convidados, acompanhamos os passos de uma síndica em seus encontros com outros participantes, dentre os quais agentes públicos ocupantes de postos importantes na burocracia estatal.

A situação social em questão nos permite, entre muitas outras coisas, reparar a diferenciação existente entre os que são indistintamente definidos como ‘comunidade carente’ segundo o critério da proximidade física⁶³² e contemplados, por isso, por uma

⁶³¹ Ibidem (grifo meu).

⁶³² Uma das conseqüências negativas desse critério acaba de ser deferida pelo magistrado carioca sob a égide de um ‘mandado de busca coletivo’, que concede à polícia o direito de invasão dos domicílios em favelas. Cf. artigo “*Um Carandiru por mês*”, do jornalista José Arbex, na revista Caros Amigos, Ano XI, Numero 128, Novembro 2007. Mas no dia 03 de novembro de 2003 a Polícia Civil invadiu vários apartamentos na Cruzada e no edifício Rajah, na Praia de Botafogo. A ‘operação’ foi manchete do jornal O Globo do dia seguinte: “Cruzada e Rajah, dois dos lugares mais perigosos do Rio, foram invadidos pela polícia”. Na época, o presidente da Amorabase comentou a prática daquela invasão como sendo comum em *favelas*, e ressaltou que este não era o caso da Cruzada nem do Rajah.

política de responsabilidade social que, nos moldes da antiga assistência social, deve conceber e afirmar uma certa *unidade* que justifique as ações e medidas dessa política.

Com a delimitação desse perfil unificado nas rubricas ‘carente’, por um lado, e ‘responsável’, por outro, se estabelece uma relação de direito. Os temas da dádiva, da liberdade, da autonomia, da obrigação da dádiva e do interesse presente no ato de dar, no de receber e, também, no de recusar dar ou receber tornam-se, por isso, fundamentais para a análise dessa relação entre empresa e cidadão focalizada em um direito que leva em conta um aspecto particular deste sujeito. Todas as outras virtualidades que não condizem com o papel principal que deve encarnar – no caso, o ‘carente’ – para manter o direito, são rejeitadas.

Em meados de 2006, a etnógrafa fora contatada pela responsável do Departamento de Recursos Humanos de uma livraria cuja nova filial seria inaugurada no shopping. A pessoa acabara de terminar uma pós-graduação na PUC sobre a política de responsabilidade social empresarial e tivera conhecimento de nossa pesquisa através de um amigo em comum, para quem pediu o meu endereço eletrônico a fim de obter indicações feitas por alguém, como um pesquisador, por exemplo, de pessoas da Cruzada que pudessem trabalhar na nova filial. À parte a questão da indicação, gostaria de ressaltar que imediatamente me vieram à lembrança três ou quatro nomes de jovens com diferentes graus de formação. Trouxe, por isso, sem questionar, o pressuposto ingênuo de que o recrutamento pretendesse suprir vagas variadas, entre elas, a de vendedor. Quando finalmente nos reunimos em seu escritório para conversar sobre as indicações, soube que as vagas eram para o trabalho no depósito da loja. Em seguida, fui informada de que, além do mais, o ‘perfil’ do vendedor da livraria era muito diferente do que poderiam encontrar entre os moradores da Cruzada. Apresentei, de todo modo, as razões pelas quais eu discordava, mais por vontade de explorar as representações da funcionária do Departamento de Recursos Humanos da empresa do que de convencê-la de meus argumentos.

O indivíduo contemplado por uma política segundo o critério de pertencimento à uma ‘comunidade carente’ pode deparar-se com o fato de possuir os requisitos necessários para ocupar postos especializados mas ter de se contentar com vagas que lhe são especialmente destinadas para suprimento dos serviços subalternos. Nesse caso, o endereço, novamente, restringe o rol de suas oportunidades.

A complexidade de uma relação de direito como esta, chamada de responsabilidade social, pode ser ainda mais bem compreendida com o auxílio da reflexão do antropólogo Luis Roberto Cardoso de Oliveira, a respeito dos conflitos gerados pela limitação do respaldo jurídico para atender as demandas de reconhecimento fundadas no sentimento de insulto moral. O autor refere-se, precisamente, às situações em que “a falta de atenção às demandas ou percepções pessoais do interlocutor é vivida como uma negação de sua identidade de cidadão e, portanto, como um insulto inadmissível, mas de difícil fundamentação [diante dos tribunais] como ato ilícito que justifique reparação”⁶³³.

Um dos pontos altos de sua reflexão provém da perspectiva comparativa conferida à pesquisa que realizou no Brasil, no Quebec e nos Estados Unidos e, mais recentemente, na França, graças a qual pôde demonstrar que, no Brasil, a dificuldade em se respeitar os direitos individuais parece ser “parcialmente compensada pelo valor que atribuímos à manifestação de *consideração* à pessoa do interlocutor”⁶³⁴. A ênfase, aqui, incide na *pessoa* do cidadão, enquanto nas situações analisadas nos países em que se observa uma outra cultura política, o valor atribuído recai sobre os direitos do *indivíduo*.

O ponto de confluência da contribuição de Cardoso de Oliveira com a questão discutida nesse capítulo é a articulação entre razão e sentimentos, algo que se inscreve na *dimensão moral dos direitos*, pois, como o autor observa, “a atitude ou ato de reconhecimento perde muito de seu sentido semântico-pragmático se for percebida como o cumprimento de uma *mera* obrigação, sem repercussão nas convicções ou nos sentimentos do ator”⁶³⁵.

2. Da Responsabilidade Social: dívida ou reparação?

O debate acerca da política de Responsabilidade Social tem sido orientado, entre os cientistas políticos, pela questão da “privatização da esfera pública”⁶³⁶. No bojo da

⁶³³ CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. *Direito Legal e Insulto Moral – Dilemas da cidadania no Brasil, no Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002: 08. 157p.

⁶³⁴ *Ibidem*.

⁶³⁵ *Idem*: 09. Grifo do autor.

⁶³⁶ O universo das ações sociais no Brasil movimento, segundo pesquisa do IPEA, 0,5% do PIB. O prestígio de que essas ações gozam nos dias atuais se comprova pela publicação de anuários, como o *Guia da boa cidadania corporativa*, publicado pela Editora Abril. Nele, é possível observar o amplo espectro desses investimentos: preservação de espécies em

discussão, a tentativa de se compreender quais são as implicações desta política para a democracia e para a cidadania, porquanto ela tem sido percebida como uma “avassaladora mercantilização das relações sociais – derivada da globalização financeira e dos mercados – e do crescente envolvimento das empresas com projetos voltados exatamente para solucionar problemas sociais derivados da mesma globalização, em um contexto de redefinição do papel do Estado”⁶³⁷.

Há quem observe a Responsabilidade Social como uma nova modalidade de *marketing*, já que as empresas passam a *se definir*, em seu material de publicidade, por meio de suas “ações responsáveis”⁶³⁸. A atuação das empresas no cenário do espaço público brasileiro sugere que, “da mesma forma que a sociedade ‘neoliberal’ está cada vez mais dependente, dominada e colonizada pelo ‘mercado’, as empresas também incorporaram as preocupações da sociedade (e a questão social) num grau que vai muito além do meramente instrumental”⁶³⁹. De acordo com esta interpretação, as empresas, nacionais e transnacionais, buscam “reconstruir o seu papel como atores políticos centrais para a resolução dos enormes dilemas sociais”⁶⁴⁰ do país.

Na assunção deste projeto, no entanto, assumem-se os estereótipos configuradores do cenário problemático que se pretende aplacar, e o argumento ao qual viemos de aludir parece bem representado no anúncio publicitário veiculado na *homepage* do shopping:

O Shopping Leblon e a Responsabilidade Social

O Cenário

Na sua área de influência concentram-se os moradores dos bairros mais charmosos: Botafogo, Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico, Gávea e São Conrado. A ampla oferta de serviços de educação e saúde, aliados à elevada renda média da população local, conferem à região o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade. O índice, criado pela ONU, resume os principais indicadores de qualidade de vida, da escolaridade à infra-estrutura urbana.

Tanta afluência convive com algumas das principais favelas do Rio, que reúnem moradias em condições precárias. Nos morros próximos, vivem as comunidades do Vidigal, da Rocinha e do Pavão/Pavãozinho, que somam

extinção, apoio à bebês prematuros e à suas mães nas maternidades do SUS, à estudantes do ensino público, Cf. GOMES, 2005.

⁶³⁷ GOMES, 2005: 11.

⁶³⁸ Cf. VELOSO, Leticia Helena Medeiros. *Responsabilidade social e globalização: redefinindo o papel das empresas transnacionais no Brasil*. In Revista Antropolítica nº18, 2005: 27.

⁶³⁹ Idem: 29.

⁶⁴⁰ Ibidem.

mais de 200 mil pessoas. O desafio do poder público e dos empreendedores privados dotados de senso de responsabilidade social é desenvolver mecanismos que sejam capazes de reduzir o fosso entre as realidades paralelas que coexistem no cenário. Desarmar tensões alimentadas pela desigualdade e trabalhar pela convivência pacífica. Unir a cidade partida, na feliz e aguda definição do jornalista Zuenir Ventura.

Este trabalho procura demonstrar como, desde o início das obras, o Shopping Leblon trabalha com seus dirigentes tendo em mente este desafio. Os projetos sociais demandaram um investimento de R\$ 1,1 milhão até julho de 2006, distribuído entre programas de qualificação profissional, de recuperação de instalações comunitárias e apoio a associações culturais e de defesa dos interesses dos moradores.

Comunidade escolhida para os projetos-piloto de treinamento de mão-de-obra, a Cruzada São Sebastião, no Jardim de Alah, tem uma proximidade com o empreendimento que não é apenas física. Primeira experiência de conjunto habitacional de baixa renda que não implicou o deslocamento dos moradores para bairros distantes das melhores oportunidades de trabalho e serviços urbanos, a Cruzada, iniciativa visionária de Dom Hélder Câmara, é uma espécie de precursor do Favela-Bairro, programa de urbanização adotado pela prefeitura do Rio meio século depois.

Alicerces Prontos

Apesar de estar situada numa das áreas mais nobres do Rio de Janeiro, dotada da mais ampla infra-estrutura, comércio, serviço, saúde e transporte, os moradores da Cruzada carecem de melhor formação profissional que os qualifique para o mercado de trabalho. Assim, ainda na fase de sua construção, o Shopping Leblon desenvolveu parcerias com a Associação de Moradores da Cruzada São Sebastião, a Associação de Moradores e Amigos do Leblon, a Paróquia Santos Anjos, o Serviço Nacional da Indústria – Senai e o Serviço Nacional do Comércio – Senac.

Essa parceria possibilitou a realização do programa Aprendendo um Ofício – Formando um Cidadão, que formou dezenas de profissionais, muitos deles aproveitados na própria obra do shopping.

O Shopping Leblon também ofereceu a seus empregados na obra o ensino fundamental – da alfabetização à 4ª série, em aulas ministradas na própria obra, com supervisão do Senai. A coordenação foi feita pelo Sindicato da Construção Civil, Serviço Social da Indústria (Sesi) e pelo próprio shopping, que forneceu todo o material didático. Os diplomas têm validade em todo o território nacional.

A instalação do Canteiro-escola da Cruzada São Sebastião foi o ponto de partida para a concretização do projeto na área de construção civil para formação de pedreiros, estucadores, ladrilheiros, pintores de obras, eletricitistas e encanadores prediais.

Os resultados deste primeiro projeto desenvolvido podem ser contabilizados: os cursos, ministrados por professores do Senai, alcançaram 29 candidatos a pedreiros, 25 a estucadores, 30 a ladrilheiros, 41 eletricitistas. Entre estes eletricitistas estão as primeiras 20 mulheres que se interessaram pelo curso.

Entre os 125 alunos do primeiro canteiro-escola do Leblon em suas nove turmas, a maioria está trabalhando na nova profissão, e muitos deles ocuparam vagas entre os cerca de três mil empregos gerados com as obras do Shopping.

Após sua inauguração, o Shopping Leblon decidiu implantar um programa social de longo prazo e sustentável, que pudesse contribuir para a efetiva melhora da qualidade de vida da comunidade. Daí a escolha de se trabalhar com as crianças, pois a possibilidade de intervir sobre esse público visa a gerar uma transformação da mentalidade das gerações futuras, permitindo que elas se responsabilizem com mais consciência pelo seu próprio bem estar, sem perder o senso crítico e a crença no seu potencial de transformação.

Assumir um projeto de redução de desigualdades sociais, como pretende a política de Responsabilidade Social, é, como dissemos anteriormente, considerar os estereótipos que fixam os pontos de separação – e mantê-los. Peço desculpas ao leitor pelo uso que farei agora das aspas, mas com elas destaco os termos do próprio texto acima reproduzido. Bairros ‘charmosos’. A integração pretendida pelos administradores do shopping situado na Zona Sul deve levar em conta esse qualificativo. As estatísticas o respaldam. O IDH, índice criado pela ONU, legitima com a autoridade de um órgão internacional a ‘afluência’ local. Afluência esta destinada a ‘conviver’ com as “principais favelas do Rio”. Aqui, dois conflitos. Um concerne ao convívio em si e à sua arte. Outro, à definição de quem é submetido e quem submete a ele. O adjetivo que acompanha ‘favelas do Rio’ responde a questão. As ‘principais’, no contexto urbano em que se inserem, encontram-se situadas na Zona Sul da cidade. Nos contextos sintático e semântico, sabemos que elas ali se encontram inapropriadamente – são, como se costuma dizer numa certa literatura sociológica, jornalística e do planejamento urbano, como um *enclave*⁶⁴¹. Suas ‘moradias precárias’ respondem pelo contraste social identificado pelo autor do texto e concretizam o ‘fosso’ dessa ‘cidade partida’. O ‘desafio’ que se coloca àqueles “dotados de senso de responsabilidade social”, sejam eles o ‘poder público’ ou os ‘empreendedores privados’, é então, metafórica e eufemisticamente falando, ‘desarmar’ ‘tensões’ que são ‘alimentadas’ pela desigualdade, de modo a tornar possível ‘pacificar’ a convivência.

A definição do problema a ser mediado pela empresa responsável aparece nas entrelinhas. Sentimos um quase choque de civilizações, e por pouco se crê que fosse o acaso, por capricho, o demiurgo do projeto-piloto destinado a moradores de um lugar denominado Cruzada.

⁶⁴¹ V., em especial, a reportagem que abre o capítulo 5.

Qualificar a mão-de-obra que se desperdiça por falta de formação e oferecer oportunidades de emprego no centro comercial ao lado são duas oportunidades únicas. Abrem-se vagas. Muitos se inscrevem. O anúncio anteriormente transcrito, contudo, não oferece o resultado do investimento. Não pode oferecer, melhor dizendo. Dos vinte e cinco homens inscritos para o curso de pedreiro, apenas sete se formaram⁶⁴². As mulheres, por sua vez, demonstraram grande interesse nas atividades concebidas para a formação dos homens e criou-se, também para elas, um canteiro-escola. Das vinte inscritas para o curso de eletricista, dezoito garantiram o seu certificado. De todo modo, faz-se mister publicar algum ganho, qualquer que seja ele, pois, sabemos, o que está escrito ascende estatutariamente segundo a forma como é enunciado. O total de cento e vinte e cinco inscritos nos cursos, por exemplo, não equivale ao total de formados. Reduzimos, então, este número e, entre os teres e haveres, foram ocupadas por moradores da Cruzada apenas algumas poucas desse número mágico das “três mil vagas de emprego” abertas durante a construção.

Todo o período foi pautado por cálculos similares. O custo-benefício da relação mantida com o shopping se manteve sempre na ponta do lápis. A complexidade do diálogo esteve, portanto, constantemente medida e atualizada pelos próprios interlocutores. Atitude esperada, pois, como Paul Ricoeur ressalta com extrema perspicácia e economia, “a fatalidade é ninguém, mas a responsabilidade é alguém”⁶⁴³.

Há muitos aspectos positivos nisso. Podemos pensar na concepção simmeliana do conflito, na qual este se afigura como um fato *sui generis* que nega a noção de unidade para, em contrapartida, vir representar “uma das mais vívidas formas de interação”, sendo mesmo uma forma de *sociação*⁶⁴⁴; e podemos também considerar a perspectiva de Marcel Mauss, de onde divisamos o horizonte do conflito: “Dois grupos de homens que se encontram podem apenas: ou se afastar – e, se reconhecem uma desconfiança ou lançam-se um desafio, combater – ou negociar”⁶⁴⁵. De todo modo, Mauss não deixa de sublinhar que em qualquer direito “é sempre com ‘estranhos’ que se negocia”⁶⁴⁶. E, ao se decidir

⁶⁴² Dados obtidos na Amorabase.

⁶⁴³ RICOEUR, Paul. *Le concept de responsabilité: essai d'analyse sémantique*. Esprit: Paris, n.11, nov., 1994: 43.

⁶⁴⁴ SIMMEL, Georg. *A natureza sociológica do conflito*. In MORAES FILHO, Evaristo. *Georg Simmel – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983: 122-123.

⁶⁴⁵ MAUSS, op.cit., 2003: 313,

⁶⁴⁶ *Ibidem*.

negociar, impõe-se como condição um acordo inicial mínimo de ambas as partes⁶⁴⁷. Uma e outra, dada a disposição a participar de uma convenção, restituem-se em mananciais para viabilizarem, reciprocamente, seus objetivos.

Projeto Melhor Amigo

Valéria, a ex-presidente da Amorabase, é categórica: “não tenho nada do que reclamar do shopping”. E diz isso ao comentar sobre a conversa com a repórter da Folha de S. Paulo que “queria criar um fato” ao perguntar: – O shopping invadiu a Cruzada?

“O shopping” é um personagem e, como tal, ele age e desperta sentimentos naqueles que com ele se relacionam. Ele é bonito, é esnobe, há quem goste dele e quem finja lhe ser indiferente. O shopping dá, o shopping diz, o shopping. O shopping, sobretudo, *pode*.

No Natal de 2006, setecentas crianças de até doze anos ganharam *mini-games* e *walkmans* oferecidos pelo shopping. O rosto de Valéria se ilumina quando descreve a alegria delas ao receberem, em uma festa coletiva, os presentes embrulhados em embalagens não menos especiais. “Elas nunca poderiam ganhar isso dos seus pais”.

O *prazer* que proporcionaram nas crianças os presentes ofertados cumpriu, em um sentido lato, a função de um *opening gift*, uma dádiva contratual que, no entanto, transcendeu por completo a relação estrita do direito encerrado em uma política. Com a recepção do objeto ofertado, as crianças – ou as ‘gerações futuras’, como figuram no anúncio do shopping – potencializaram a força que existe na coisa dada. Força essa que tem nome. Para os maori, chama-se *hau* isso que faz a coisa recebida não ser inerte. Como prova de ser habitada, por assim dizer, a recepção da coisa *obriga*, e é nesta obrigação que reside a sua força. Logo no início do *Ensaio sobre a dádiva*, Mauss chama a atenção para esse fato que se refere, precisamente, ao *efeito* do ato de dar naquele que aceita receber

⁶⁴⁷ Durante a instituição do programa de renovação urbana do Bas-Belleville, *quartier* do XXème *arrondissement* de Paris, alguns moradores anarquistas recusaram-se a negociar com a *mairie* local, ao contrário dos demais habitantes do bairro. Eles então usaram como estratégia o envio de cartas ao prefeito cujo teor, supostamente colaborativo, expunha, *ipsis litteris*, as idéias de Adolf Hitler publicadas em seu livro *Mein Kampf*. A correspondência perdeu com o devido deferimento do prefeito a cada nova idéia apresentada para o programa de renovação urbana destinado àquele bairro multi-étnico habitado, inclusive, por um grande número de judeus sefaraditas. Todas as cartas foram finalmente publicadas e vendidas em um quiosque do bairro e o projeto foi finalmente revisto. Uma análise da renovação urbana desse bairro parisiense pode ser conferida no trabalho *Belleville: a renovação urbana e o direito à cidade* de SIMÕES, Soraya Silveira; GEOLTRAIN, Augustin & FÉVRIER, Édouard, apresentado na 25ª. RBA, Goiânia: 2006.

gerando a *obrigação de retribuir*. Mesmo a troca sabidamente contratual veicula potencialidades não contempladas pelo contrato, e é nisso que está contida parte da dinâmica dos mercados econômicos e também da prática especulativa.

Independente de qualquer carência, toda e qualquer criança se alegra com um brinquedo, ainda mais quando este vem acompanhado de uma festa especialmente preparada para que ela possa recebê-lo. Não foram apenas os artigos os objetos veiculados, mas também o modo de intercambiá-los – no caso ritualmente, com festa, embalagens mas, sobretudo, o testemunho dos parentes das crianças e seus vizinhos. Para estes, o efeito do *opening gift* fora arrematado na conflagração do sentimento álaque que também experimentaram – prazer que Valéria reconhece e recompensa, como um *clinchng gift*, ao dizer à jornalista “não tenho nada do que reclamar do shopping”.

Em outras palavras, o contentamento sentido configurou uma *razão moral* para a obrigação de retribuir, e a retribuição se fez através do perdão de dívidas contraídas durante esse difícil processo de reconhecimento do outro e de suas demandas.

O entendimento culminou na elaboração do mais recente projeto da política do shopping, desta vez inteiramente destinado aos jovens da Cruzada: o Projeto Melhor Amigo, iniciado em meados de 2007 em um salão de festas reformado pela Construtora Santa Isabel. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a ONG Ação Comunitária do Brasil (ACB), fundada há quarenta anos por um grupo de empresários brasileiros, participaram de sua concepção. Há mais de trinta anos, a ACB possui sedes institucionais instaladas na Vila do João, no Complexo da Maré, e no Conjunto Cidade Alta, em Cordovil, locais onde residem muitos parentes de moradores da Cruzada desde quando, nos anos 1960, a política de remoção de favelas transferiu para essas duas localidades parte dos habitantes da favela da Praia do Pinto. Sessenta crianças entre seis e doze anos de idade e vinte jovens adultos entre dezesseis e vinte e quatro anos puderam se inscrever nos cursos de artes, reforço escolar e capacitação profissional desenvolvidos em parceria pela iniciativa privada para atender a uma das mais caras demandas dos moradores da Cruzada, mormente das mulheres.

A ociosidade dos jovens e a presença deles na rua, nos pátios e nos corredores dos prédios em horário escolar sempre angariaram conversas nos apartamentos do conjunto. Teme-se o risco do desvio e a possibilidade é percebida como iminente quando se identifica a frequência do jovem junto a grupos que se distinguem por um *modo de estar* fora de casa, na rua do conjunto ou nos pátios, ‘desocupadamente’. Esta ‘desocupação’

supõe algo que esteja à margem das expectativas. Pode estar referida a atividades ilícitas – consumo ou venda de drogas – ou ao desperdício do tempo que poderia ser empregado em atividades consideradas úteis. “No meu tempo, diz Valéria, a gente precisava parar de estudar para trabalhar. Hoje essa garotada não faz nem uma coisa nem outra”.

Lílian, moradora muito participativa das reuniões convocadas pela Amorabase, ensaia algumas considerações em torno de uma vaga noção de capital cultural. Conta que quando era estudante, há cerca de vinte anos atrás, a escola pública era boa e dava a oportunidade de se “conviver com outras classes”. Hoje, conforme observa, “adultos e crianças ficam aqui dentro [da Cruzada], sem conhecer outras situações, outros contextos mesmo. Muitos nunca foram nem ao cinema. E aqui do lado tem um”. Critica aqueles que, morando no Leblon, não usufruem das oportunidades que o entorno oferece.

A moça sentada no pátio do bloco oito com seus dois filhos pequenos observa na rua o grupo de homens que bebem cerveja na Kombi improvisada de botequim. A etnógrafa está acompanhada de uma síndica e com ela caminha para cumprimentar a moça. Estamos no meio de uma tarde de quarta-feira e a conversa toma por objeto o que dali se vê: os rapazes que bebem cerveja no meio da tarde de um dia de semana. A moça diz se perguntar “mas como eles arrumam dinheiro para beber tanto”, se, naquela hora, deveriam estar trabalhando? Demonstra censura, mas sem tanto vigor. Parece acometida de certa letargia, olha a bola do filho e esboça um ligeiro sorriso. Talvez fosse o calor, mas pouco importa. A síndica concorda com a observação que fez, e pergunta, pensando nisso, como ela está se virando com as despesas das crianças pequenas. A jovem responde que não está nada fácil. Desempregada, não pode pagar a creche e acaba de saber de uma nova gravidez. Sua fala é lenta, parece saber da situação em que está, mas não tem o ânimo necessário para encontrar uma solução. A síndica então lhe sugere: “Domingo, compre o jornal, coloque Deus na frente e abra o caderno de empregos. Peça a Ele que lhe encontre um emprego. Mas tem que ser emprego, não pode ser qualquer trabalho não”. A moça ouve com atenção, demonstra interesse em seguir o seu conselho. Antes de partirmos, a síndica lhe pergunta, afinal, onde está o seu marido. Ela olha para a Kombi, e, ao vê-lo, aponta: “ele tá ali, bebendo cerveja”.

Se há consenso entre os moradores sobre a ociosidade dos jovens, há também sobre a falta de orientação por parte dos pais⁶⁴⁸. Por isso, talvez, dizem para si mesmos da importância de recuperarem os valores da família e a responsabilidade exigida para a

⁶⁴⁸ O fato de muitos netos morarem com as avós expressa concretamente a percepção desses moradores.

educação dos filhos. O fato de tudo isso ser um tema privilegiado nas conversas que mantêm ressalta que, para eles, a educação dos jovens pelos pais é um problema *comunitário*. É, por isso, vivido de forma muito particular, pois, entre outras coisas, existe a consciência de que a cor da pele, assim como o endereço, é agravante e a carreira de um jovem, em especial, expõe ao risco a *honra* de uma família. No capítulo 5 pudemos apresentar com mais vagar como, entre os moradores do conjunto, o valor da educação preserva o sentido da formação moral de seus filhos, vindo exprimir-se de modo cabal na fórmula “ser nascido e criado”. É este segmento jovem, além do mais, que é passível de se transfigurar em “menores da Cruzada”, estampando o nome do lugar – e os rostos de suas mães, tias ou avós – negativamente nas manchetes dos jornais.

* * *

“Ela é muito espetaculosa”, disse a moradora sentada a meu lado, em uma birosca da Cruzada, a respeito da outra que ali acabara de chegar visivelmente entorpecida. Não era apenas esse o motivo que a fez justificar, adjetivando, o seu incômodo com aquela presença. Tratava-se de um ‘avião’, uma vendedora de pequenas quantidades de drogas, agente de uma atividade ilícita de fornecimento direto ao consumidor. A moça trazia consigo o risco de comprometer a proprietária e sua clientela. A possibilidade a estava inquietando, fazendo-a expressar o seu talento histriônico com uma incrível variedade de olhares e de contrações labiais sempre plenos de significados. Quem a visse nessa hora, não mais ficava indiferente ao que se passava.

Perto da escada, o co-proprietário da barraca tentava convencer a mulher a encontrar outro ponto onde pudesse exercer o seu ofício. Ela pareceu concordar, indo prostrar-se então um pouco mais adiante, sob os pilotis do bloco dois. As mulhrs ali reunidas puderam, então, manifestar verbalmente a insatisfação com a presença da vizinha comprometedora. Uma delas iniciou o desabafo dizendo que a mãe da tal mulher era pessoa de muita fibra, “uma verdadeira guerreira”. Deu à luz três filhos que não queriam nada com o trabalho. Um deles fora até assassinado. Uma outra também estava envolvida com o tráfico. Seus três netos, filhos da mulher que agora víamos negociar com alguns rapazes, seguiam pelo mesmo caminho: passavam o dia à toa na rua, embora a menina mais velha fosse portadora da síndrome de Down. Como se não bastasse, a matriarca ainda se submetera a uma mastectomia.

Havia nesse relato uma descontinuidade na relação de responsabilidade entre mãe e filhos. A mãe da mulher não estava vinculada à culpa que, por sua vez, lhe era imputada. A atribuição de responsabilidades à genitora pelo desvio do filho não poderia se aplicar a todos os casos. A mãe daquela mulher era o exemplo disso: antes vítima do que culpada.

Sobre esse aspecto, ambas fizeram questão de apontar a *humilhação* sofrida por muitas mães da Cruzada pela invasão policial em seus apartamentos. Houve uma manifestação dos moradores para o afastamento desses agentes, e o êxito obtido referendou definitivamente o sentimento de abuso e desrespeito sofrido por essas mulheres.

Entretanto, nem sempre os vizinhos tendem a apoiar e a compreender o drama de uma mãe. Depende quase que exclusivamente da conduta desta o reconhecimento de uma série de direitos, dentre os quais aquele que lhe franqueia a isenção de uma *culpa* pelos hábitos e escolhas feitas por seus filhos ou netos, quando estes residem com suas avós. Sob os auspícios do seu próprio comportamento ser-lhe-á mitigada ou não a pena.

No repertório dos casos considerados exemplares, há um notável elenco de histórias nas quais a figura da mãe aparece como uma autêntica harpia devoradora da índole daqueles que com ela se relacionam. Ao contrário, a mãe tida como exemplar, a mulher trabalhadora e principalmente exímia dona de casa, zeladora da ordem doméstica, mantenedora da disciplina dos horários e da limpeza do lar, esta pode se abater pelo infortúnio da triste sorte dos filhos. Sobre esta, opera uma injusta providência, pois impossível ter havido *mau exemplo* de sua parte⁶⁴⁹.

A conduta prescreve o que se *merece*, e define, *distintamente*, o modo de julgamento. Não há alternativas, mas possibilidades claramente dessemelhantes: uma, absolve; a outra, já de saída condena. A sentença é dada, enfim, por ordem do merecimento. Graças a esse critério moral, as participações opinativas tendem a ser acaloradas. Cabe a cada temperamento as muitas nuances que se ouve nas ponderações e nos julgamentos, mas as margens do juízo que separa o bem do mal – estas são bastante inflexíveis por razões que brotam da própria experiência.

* * *

⁶⁴⁹ Em 2007 notei a ocorrência de um novo factual exibido com certa freqüência nas capas dos jornais, sobretudo os mais populares. Eram garotos indo à delegacia entregar-se após cometerem um crime, mas – eis o dado – estimulados ou, ainda, obrigados pelas mulheres – mães, tias ou avós – que lhe criaram.

Especialmente pelas razões acima, o segmento jovem⁶⁵⁰ mereceria maiores cuidados e o acordo com o shopping, a esse respeito, chegou ao bom termo muito em função de um reconhecimento satisfatório das demandas do que por algum resultado decorrente das intervenções a partir de então programadas.

Ou senão, vejamos como transcorreu a reunião promovida por quatro moradoras da Cruzada, entre elas a ex-presidente da Amorabase, com duas representantes do setor de Recursos Humanos do Shopping. A reunião foi realizada em uma sala na paróquia, no início da noite de uma quinta-feira, em fevereiro de 2007, a pedido de Valéria. Tinha como finalidade esboçar um projeto contemplando aulas de reforço escolar e artes para as crianças e capacitação profissional para jovens⁶⁵¹.

Porém, cinco dias antes, encontro Valéria na quadra da escola. Ela diz estar “muito chateada com o shopping”. Em nome dos moradores, tinha ido apresentar uma queixa ao chefe de segurança a respeito de um barulho perturbador durante a madrugada. Ele não acreditara. Disse ser impossível, visto que de madrugada não há trabalho no shopping. A resposta lhe soou como descrença e descaso com as reclamações provenientes da Cruzada e ainda pareceu lhe cunhar o caráter de mentirosa, segundo ressentiu.

No dia da reunião, nos dirigíamos para a paróquia quando, no caminho, se aproxima de nós uma senhora. Vem pedir a Valéria que lhe ensine o “caminho das pedras”, pois pretende requerer ao shopping que viabilize a construção de um salão de festas no seu prédio. Valéria, com presteza, despachou a moradora inconveniente prometendo cumprir, em um tempo qualquer do futuro, o favor que lhe pediram no meio da tarde.

Na porta da secretaria da Santos Anjos nos encontramos com as duas representantes do shopping e entramos todas juntas para a sala de reuniões na paróquia. Valéria comunicaria, naquele início de noite, o abandono do seu posto na Associação justificando poder assim ajudar a comunidade efetivamente, pois abriria mão do cargo que lhe rendia acusações de favoritismo relacionadas às vagas de cursos oferecidos pelo Shopping. Associava-se agora a outras mulheres cujos objetivos se alinhavam. Lílian é mãe e em seus relatos públicos costuma dizer que sente muito o preconceito por ser moradora da Cruzada. Esse tema é o que mais a mobiliza para a ação conjunta. Germana, funcionária da paróquia e filósofa formada pela PUC, partilha da mesma razão que Lílian. Durante os anos de

⁶⁵⁰ Não consultei pesquisas estatísticas sobre a faixa etária considerada, apenas me mantive fiel ao que os moradores da Cruzada São Sebastião definiram como faixa etária problemática ou que esteja no limite do que ainda se pode considerar sob a responsabilidade de outrem, ou seja, jovens de até 26 anos.

⁶⁵¹ Desta idéia nasceria, meses depois, o Programa Melhor Amigo.

estudante em uma das universidades mais prestigiadas da cidade, teve a oportunidade de obter uma nova escala para mensurar muitos preconceitos sofridos, especialmente por ser moradora de um determinado endereço. Sagaz e bem articulada, logo se apercebeu de suas múltiplas competências e inúmeras potencialidades nos anos em que conviveu com os colegas na faculdade. Tomou nova consciência de si, e talvez por isso mesmo tenha se tornado crítica da política de responsabilidade social e, por conseguinte, das figuras ‘comunidade’ e ‘carente’. Maria Paula, moradora do bloco dez, também possuía diploma superior, mas em Pedagogia. Representando o Shopping, duas mulheres, igualmente jovens e também sabedoras dos mal-entendidos impostos pelo tipo de relação que ali, por obrigação do emprego, vinham atualizar. Por fim, a etnógrafa, presente na sala à convite de Valéria.

Durante uma hora, tentou-se enumerar as dificuldades surgidas com a implementação dos projetos e as necessidades que ainda poderiam ser supridas pelo shopping. Crianças e jovens constituíam o público-alvo dos anseios de todas, e, dada a imprecisão etária que este último grupo parecia exprimir, alguém, em algum momento, cogitou a possibilidade de estenderem um dos cursos oferecidos pelo shopping à “jovens de até 30 anos”.

Em todo caso, a *continuidade* dos trabalhos era fundamental. E foi Valéria quem chamou a atenção para a necessidade de se manter as atividades, independentemente dos resultados esperados e obtidos até ali. Mais do que uma medida provisória, as iniciativas do shopping deveriam ser uma opção real e constante para os jovens da Cruzada. Mais até: não só para os jovens como para os seus pais. Em sua opinião, o Senac, parceiro do shopping nos cursos oferecidos no Conjunto, poderia fazer alguns ajustes nos critérios de seleção dos participantes e convocar também os pais para acompanharem seus filhos nos cursos.

Valéria buscava elevar o nível de comprometimento dos responsáveis *pelos* crianças beneficiando-se de instâncias heterônomas – o Senac e o Shopping – para o estabelecimento da norma. Obrigar outrem a se comprometer com o seu próprio papel social seria, pois, para ela, uma das metas possíveis para uma política de Responsabilidade Social.

Isto, entretanto, não era um objeto claro em suas demandas, e muito menos na compreensão das funcionárias do shopping. Estas, por sua vez, preferiam objetivar a conversa em termos de números e horários em vez de se esforçarem para compreender as

razões sociais e subjetivas das demandantes. Parecia que o cumprimento do acordo se cumpria ao estarem ali, àquela hora da noite, atendendo ao pedido para uma reunião.

Ao final, ficou resolvido que as propostas de ajustes seriam devidamente encaminhadas. Antes de se despedir, uma das funcionárias fez, então, o seu pedido: queria que “a Cruzada” fosse “mais gentil com o Shopping”. A ânsia de querer resolver alguns de seus problemas estaria os levando a cometerem excessos e a manifestar opiniões e ressentimentos, em seu modo de ver, improcedentes.

Após o desabafo e a partida das funcionárias, permanecemos na sala. Neste momento, enfim, pediram a minha opinião. Sem constrangimentos, manifestei o que pensava: aquela relação com o shopping era tensa por si só, independentemente dos indivíduos, pelo simples fato de ser recíproca a sensação de um reconhecimento indevido. Por um lado, reclama-se de quem recebe. Por outro, daquele que dá.

3. “Metáforas e hipérboles”

O Shopping e a Cruzada são duas figuras sob a égide das quais se encontram vários indivíduos e um complexo de relações. Ambos se observam. São vizinhos. Um é rico; outro, pobre. Cada um destaca um membro para ir ao encontro do outro. Nessas ocasiões, ambos afirmam representar interesses coletivos. Se estivesse na sala de reuniões, naquela noite, e lhe solicitassem uma opinião, Marcel Mauss decerto diria: “É verdade que há muita metáfora nesses belos discursos”⁶⁵² – visto ter sido isto que escreveu, quase no fim de seu artigo sobre a dádiva, a propósito das relações contratuais interessadas no “bem comum”.

Da assistência social do Estado ao pobre à responsabilidade social das empresas ao carente, pouca coisa mudou, em termos ontológicos, nesta relação. À jovem Valquíria, que em uma noite de 2003 propôs dissertar sobre metáforas e hipérboles, é mais factível que lhe peçam para escrever sobre o seu endereço. Pois ela ainda é uma informante privilegiada do mundo distante e temido sobre o qual incide uma pulsão inconfessável, uma *vontade de saber*.

Foto de Soraya Silveira Simões

⁶⁵² MAUSS, *op.cit.*: 308.



Epílogo

Da janela vê-se a *Cruzada*, o *Corcovado*, o *Redentor...* que lindo!

Conterrâneo de Claude Lévi-Strauss, o professor francês poderia ter se perguntado, em 2007, tal como fez o antropólogo, em 1939, quase cinco anos após deixar a França para trás e vir se aventurar por terras brasileiras:

Que viemos fazer aqui? Com que esperança? Com que finalidade? O que é exatamente uma pesquisa etnográfica? O exercício moral de uma profissão como as outras, com essa única diferença de que o escritório ou o laboratório estão separados do domicílio por alguns milhares de quilômetros? Ou a consequência de uma escolha mais radical, implicando um questionamento do sistema no qual nascemos e crescemos?⁶⁵³

O professor que viera em missão de trabalho já tivera a oportunidade de conhecer, em Paris, a pesquisa da etnógrafa brasileira vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF (PPGA/ICHF-UFF) e os de seus colegas e professores, antropólogos e estudantes brasileiros, reunidos também eles no Laboratório de Etnografia Metropolitana, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (LeMetro/IFCS-UFRJ) e no Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP/ICHF-UFF). Graças à sólida rede de relações estabelecida pelo Professor Marco Antonio da Silva Mello com pesquisadores franceses de distintos laboratórios e diferenciadas instituições universitárias, tivemos ocasião de promover inúmeros e inusitados encontros entre moradores da Cruzada São Sebastião e colegas, por exemplo, do *Département de Sociologie* da *Université de Paris X-Nanterre* e da *Université de Lille III*, do *Groupe de Sociologie Politique et Morale*, da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (GSPM-EHESS), do *Institut Parisien de Recherche: Architecture, Urbanisme et Société* (IPRAUS), da *Université de Toulouse*, além dos amigos, residentes e militantes das associações do *quartier* de Belleville, no *XXème arrondissement* de Paris.

Dito de outro modo, tivemos a chance de *ver* em suas expressões corporais e de *ouvir* em suas tentativas de comunicação verbal as vicissitudes do encontro; desse tipo de encontro paradigmático marcado pelos olhares que se dão, reciprocamente, o nativo e o estrangeiro, à espera de sinais os mais sutis que lhes indiquem o modo e o quê *mettre-en-*

⁶⁵³ LÉVI-STRAUSS, *op.cit.*: 356.

commun para se fazerem compreender, já que, muitas vezes, literalmente não falam a mesma língua.

Os momentos em que isto se deu não foram menos significativos. A proverbial hospitalidade dos amigos da Cruzada e a complexidade das questões suscitadas pela moradia e coabitação em uma cidade como o Rio de Janeiro se explicitavam, a cada visita, e sempre de maneira surpreendente, permitindo a etnógrafa economizar muitas palavras. Nessas horas, era a vida real que se apresentava. E o visitante, enquanto tal, tomava parte por inteiro, querendo e não querendo, no desenrolar, em múltiplos planos, dos atos constitutivos da cena.

No dia da procissão de N.Sr^a da Conceição, em dezembro de 2006, a Santa viria inusitadamente ornada com um cartaz: “A Cruzada também é Leblon”. O enunciado não era gratuito. Afinal, havia poucos dias do trágico assassinato de Ana Cristina Vasconcelos Giannini Johannpeter, de 58 anos, baleada na cabeça, por volta das 20:00h de uma quarta-feira, 22 de novembro de 2006, no cruzamento das Avenidas General Saint Martin e Afrânio de Melo Franco; ou seja, em pleno bairro onde residia Sérgio Cabral, o Governador recém eleito. Ex-mulher do industrial Germano Gerda, dono de um dos maiores grupos de siderurgia do mundo, Ana Cristina fora assassinada diante de sua filha, Manoela, de 21 anos, quando ambas retornavam para casa depois de um jantar. Numa prosaica bicicleta, os desastrados assaltantes abordaram a desafortunada vítima em sua Mercedes-Benz ML 500, enquanto aguardava a abertura do sinal no movimentado cruzamento, de acordo com o noticiário⁶⁵⁴. Manoela contou que a mãe não reagiu, detendo-se apenas para tirar do pulso o cobiçado relógio e outros pertences de sua bolsa. Com o extemporâneo disparo a bala atravessou o rosto, saindo pelo alto da cabeça. O mencionado cruzamento de tão importantes avenidas, fica a poucos passos de uma delegacia policial, a precisos 300 metros da 14^aDP-Leblon e, como imediatamente ocorreu aos jornalistas lembrar, do conjunto habitacional Cruzada São Sebastião. A cantora Preta Gil, filha de ministro da República e amiga da família, esteve no hospital para onde Ana Cristina havia sido levada às pressas⁶⁵⁵. O crime, marcado pela gratuidade do gesto, alcançou imediatamente repercussão internacional: o diário *El Comercio*, do Peru e o site mexicano *Milenio.com* foram os primeiros a dar a notícia que foi distribuída para outros

⁶⁵⁴ Jornal O Globo, 23 de novembro de 2006, 2^a edição, página 13.

⁶⁵⁵ *Ibidem*.

grandes jornais pela agência Reuters. Esta aproveitara a ocasião para fazer referência aos confrontos entre a polícia e traficantes nas imediações dos concorridos hotéis da orla⁶⁵⁶.

Feita a ocorrência policial e iniciadas as investigações, logo seria apurado que, na fuga, o autor do crime, um jovem, correu buscando refugiar-se na Cruzada. Morava, afinal, ali. Descontentes e muito apreensivos, seus vizinhos anteviram dissabores e conseqüências não menos nefastas derivadas do desafortunado gesto⁶⁵⁷.

Foto de S.S.Simões



A procissão de Nossa Senhora da Conceição adquiriria, naquele ano, uma tonalidade grave e densa de significados. O desenrolar da seqüência do rito processional

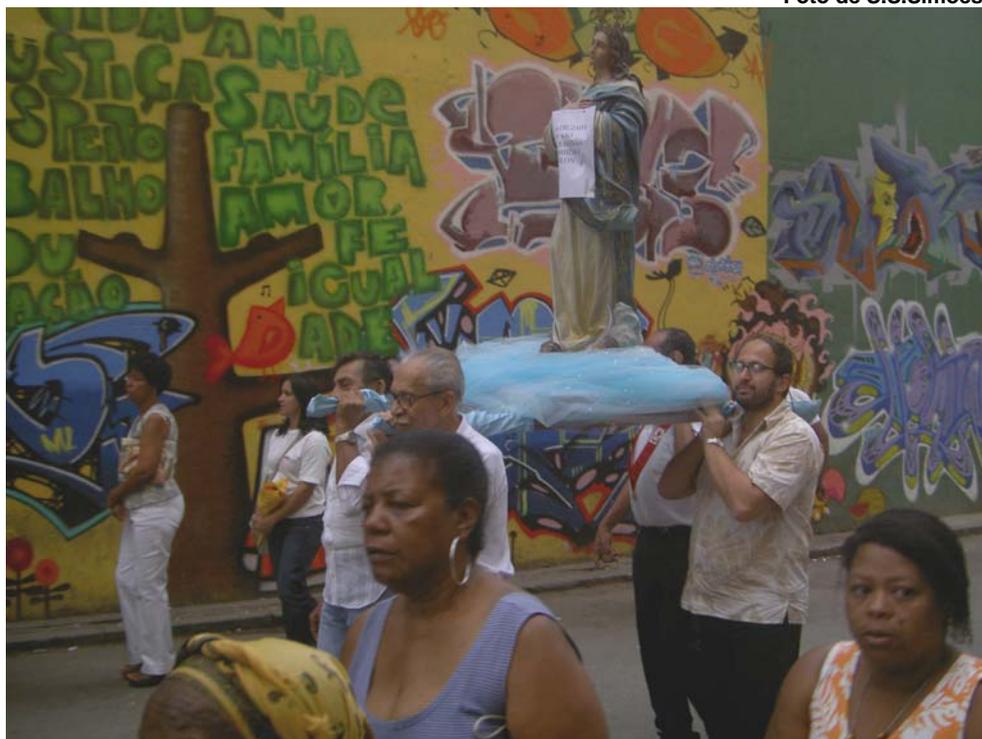
⁶⁵⁶ Cf. também o jornal O Globo do dia 23 de novembro de 2006, 2ª edição, página 14.

⁶⁵⁷ Cf. jornais O Globo e Jornal do Brasil, dos dias 23 e 24 de novembro de 2006 e a crônica da página 10 do suplemento Segundo Caderno, de 29 de novembro de 2006, intitulada “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come: duas ou três coisas sobre mais uma morte violenta que ajuda a traçar o novo perfil da cidade”. Nela, comete o cronista, não sem uma ponta de afetação e dandismo *démodé*, sua execração: “A Cruzada é hoje uma favela encravada no coração do bairro mais charmoso do Rio. Ela nunca aparece nas novelas de Manoel Carlos. Mas é a melhor definição do Leblon de hoje. É por causa da Cruzada que o Leblon, tão fotogênico na novela das oito, é na realidade igual aos outros bairros cariocas. A polícia invadiu o conjunto habitacional e chegou ao nome do assassino por um motivo muito simples. Percebeu que havia uma ligação clandestina de TV a cabo e cortou-a. Os moradores, revoltados, denunciaram o bandido. Viver sem TV a cabo de graça, nem pensar. Preso o acusado, restou a pergunta que não quer calar: a polícia devolveu a ligação clandestina aos moradores locais? Não se tem notícia de que a revolta tenha continuado.”

viria deixar claro o bem fundado das apreensões e das razões de consternação geral. Naquele dezembro, a Cruzada São Sebastião era a evidência mais cabal daquilo que Victor Turner pudera identificar como uma *comunidade de aflição*. Era como se procurassem expiar e exorcizar o fantasma do mal que rondava seus moradores, aterrorizados em decorrência da *hamartia*, essa espécie de falta irrecorrível, erro trágico irreparável que marca o destino dos personagens no âmbito do drama.

No dia da referida procissão, a etnógrafa, juntamente com o professor de Nanterre, Daniel Cefai, tinham ido até a Cruzada. Na ocasião, feitas as apresentações, Seu Jorge, Congregado Mariano que aguardava, em frente ao bloco 01, os demais acólitos e o carro de som para o início da caminhada ritual, honrado pela visita do estrangeiro em momento tão especial, prontamente faz o convite ao professor francês para tomar parte na procissão, integrando-se, nada mais nada menos, ao destacado ofício de ajudar a carregar o andor da Santa, por toda a rua do Conjunto, até o seu destino final, uma Igreja Santos Anjos, desta feita, repleta de fiéis.

Foto de S.S.Simões



Outros visitantes puderam conhecer a Cruzada e seus moradores em ocasiões mais amenas e longe das tensões provocadas pelas vicissitudes de um cotidiano frequentemente turbado pelos estereótipos e pelos preconceitos abertamente dirigidos aos habitantes desse

lugar historicamente vinculado a um passado urbano que as elites do bairro procuram obstinadamente apagar de sua memória.

Os adolescentes que colaboraram com o jornal *Visão Cruzada* receberam, por exemplo, duas colegas francesas. Catherine Reginensi, professora da Universidade de Toulouse, respondeu as questões que tinham sobre a vida na França e ocasionou, com a sua presença, a chance de mostrarem o que sabiam falar em francês, a língua materna do visitante. O empenho para entremear a conversa com as expressões que conheciam – “merci beaucoup”, “je t’aime”, “s’il vous plaît” – revelavam não apenas mais uma das formas da hospitalidade como também do humor e da inteligência para destacar os termos do francês já incorporados pelo uso coloquial – “filé mignon”, “abajour” etc. Kétia Rodrigues, *bénévole* no *Centre Sociale de Belleville*, ajudou na concepção e montagem da exposição de fotografias. Francesa, porém filha de portugueses, Kétia é falante fluente da língua nativa. Pôde, por isso mesmo, colaborar de várias maneiras; especialmente fazendo perguntas e ajudando os jovens a refletirem sobre o material fotográfico que tinham em mãos. Além de poder ajudar, ela, sobretudo, quis participar. E destinou alguns de seus dias e noites do curto e intenso *séjour* brasileiro para dedicar-se à confecção de *layouts* para os crachás e cartazes para a exposição, disponibilizando, assim, suas muitas competências na criação de situações no campo.

Foto S.S.Simões



Na foto, Kétia Rodrigues e alguns jovens durante a montagem da exposição.

Socióloga e pesquisadora do IPRAUS-CNRS, Roselyne de Villanova também conheceu e entrevistou-se com os jovens empenhados na organização e edição do jornal comunitário. Na mesma noite, convidada pelos moradores acompanhou, juntamente com a

etnógrafa, uma reunião de condôminos do bloco 09, a qual seria integralmente dedicada à discussão do polêmico tema que estava na ordem do dia: as obras do Rio Cidade⁶⁵⁸. Cláudio, o então presidente da Associação de Moradores, nos recebeu e ao saber das qualificações e títulos da visitante, tratou logo de colocá-la a par do motivo daquela reunião. Conosco estava Maria Laís Pereira da Silva, professora da Faculdade de Arquitetura da UFF, também ela colega da socióloga francesa. Algumas meninas que brincavam na rua logo reconheceram a etnógrafa. Gostavam de pedir para que as fotografasse. Naquela noite, imediatamente se puseram ao lado da visita e a envolveram em abraços, como que posando de modo estudado para o registro da situação particular.

Fotos de S.S.Simões



Acima, Roselyne ensaia o seu português com dois adolescentes. Ao lado, a pesquisadora com as meninas e a professora Maria Laís Pereira da Silva.

Durante a missão de trabalho prevista pelo acordo Capes-Cofecub, Dominique Vidal, *maître de conférence* da *Université de Lille III*, acompanhou a etnógrafa em uma visita à síndica do bloco 09. Extraordinariamente, naquele dia o café não seria servido na acolhedora cozinha de sua casa *comme d'habitude*. Ao contrário, desta vez seria na sala a singela recepção para celebrar a visita do simpático e atento estrangeiro. Em nossa conversa, Dominique teve interesse em saber mais a respeito do ofício de síndica. Gentilmente, a senhora se colocou à disposição para lhe esclarecer sobre esta sua função no condomínio. A atenção que o professor demonstrava e o fato de ser de outro país, estando, por isso, habituado a outras normas de gestão condominial, estimularam a síndica

⁶⁵⁸ Sobre o projeto da Prefeitura 'Rio Cidade' v. capítulo 6.

a explicar com minúcias suas muitas tarefas; ou, melhor dizendo, a fizeram *desnaturalizar* sua rotina para esclarecer as dúvidas e questões do estrangeiro.

O encontro e o interesse recíproco despertado pelo tema da conversa resultaram em uma manifesta simpatia. Pouco depois recebíamos o convite para subirmos até o apartamento de seu filho, no último andar do prédio. Lá, ela o apresentaria à um já *quasi* íntimo ‘Nique’, apelido com que o professor passou a ser chamado pela nossa anfitriã. Da escadaria, miramos os blocos de granito quebrados pelos equipamentos de alta tecnologia utilizados na construção do shopping. Estávamos em 2004, ou seja, ainda podíamos divisar o Conjunto dos Jornalistas de qualquer ponto da Cruzada São Sebastião.

Foto Soraya Silveira Simões

Dominique e a síndica do bloco dez, com quem encontramos na escada, observa do último pavimento do bloco nove o desmanche da Pedra do Baiano, onde estava sendo erguido o Shopping Leblon. Ao fundo, um dos edificios do Conjunto dos Jornalistas.



Muito tempo depois de seu retorno à França, ainda recebi dois ou três telefonemas entusiasmados da síndica, para me contar sobre os cartões postais que recebera de Lille. Gestos como esse, expressão evidente de uma retribuição agradecida pelo acolhimento recebido naquela tarde, imprimiram ‘Nique’ de maneira indelével nas lembranças daqueles que compartilharam da sua companhia.

Em 2005 foi a vez da etnógrafa partir rumo a França para um período de estágio doutoral no âmbito de um acordo Capes-Cofecub⁶⁵⁹. Esta seria também a oportunidade de continuar a pesquisa de campo iniciada pelo Professor Mello, em 2000, no bairro recentemente ‘renovado’ de Belleville, em Paris. Neste período, fui apresentada pelo

⁶⁵⁹ Nº 447/04, intitulado *Sociologia da experiência privada e pública no Brasil e na França. A república no cotidiano: conflitos sociais, ações coletivas, engajamentos associativos e provas pessoais*.

professor a Augustin Geoltrain e Edouard Février, dois moradores do centenário imóvel 10, rue Lesage, rua do perímetro que graças à mobilização dos residentes locais se preservou das obras da renovação urbana que transformaram o sistema construído do bairro multi-étnico de Belleville. Das conversas que mantivemos ao longo daqueles doze meses resultou um *paper*, apresentado no GT 32⁶⁶⁰ da XXV Reunião Brasileira de Antropologia⁶⁶¹, escrito pela etnógrafa em co-autoria com os dois moradores. O artigo, aliás, integrava o projeto mais amplo concebido pelo Professor Marco Antonio da Silva Mello de integrar os moradores das áreas pesquisadas como autores dos respectivos trabalhos etnográficos. O envolvimento alcançado trouxe ao Brasil, pela segunda vez – e sempre pelas mãos de seu amigo, o Professor Mello – Augustin Geoltrain. Vinha, como em 2004, para participar da Reunião Brasileira de Antropologia. Porém, desta vez, como autor e expositor de um trabalho para o qual também contribuíram, em diferentes momentos, os colegas Felipe Berocan Veiga e Patrícia Brandão Couto, do PPGA/ICHF-UFF⁶⁶², e Clewton Nascimento, desenhista e arquiteto que gentilmente aceitou fazer os croquis do *quartier*⁶⁶³.

Em sua viagem, Augustin pode conhecer o *terrain* carioca em questão. E também ele pôde provar a internacionalmente conhecida hospitalidade encontrada nos apartamentos do Conjunto. Acolhido para um café, em um domingo ensolarado de junho de 2006, na cozinha da síndica do bloco 09, *monsieur* Geoltrain observaria, em sua brevíssima passagem, a intensa animação da rua e a espontaneidade dos anfitriões, que não se intimidaram diante da barreira lingüística. A pantomima deixava claro, por exemplo, onde ele deveria sentar-se para beber o café, se a quantidade de açúcar era suficiente e o quanto era gratificante para a anfitriã a oportunidade de receber mais um amigo de terras distantes. Isto lhe foi dito pausadamente em bom português, de modo a tornar possível a compreensão, ao menos, da sonoridade de cada palavra. A anfitriã, olhando nos olhos do visitante e com as mãos juntas sobre o próprio peito, obteve, assim, o sucesso esperado em transmitir o seu contentamento.

⁶⁶⁰ “Mercado & cidade política: os sentidos da troca, dos direitos e da cidadania”, coordenado pelos professores Marco Antonio da Silva Mello (UFF e UFRJ) e Luis Roberto Cardoso de Oliveira (UnB).

⁶⁶¹ “Belleville: a renovação urbana e o direito à cidade”. Simões, Geoltrain & Février, 2006, *op.cit.*

⁶⁶² Felipe, doutorando em antropologia no PPGA/ICHF-UFF, fez os registros em vídeo do imóvel, em 2002. Patrícia Brandão Couto, doutora em antropologia por esta instituição, fotografou a fachada e a *cour* do 10 rue Lesage.

⁶⁶³ Doutor em Arquitetura pela Universidade Federal do Ceará.

A etnógrafa, porém, também teve a chance de exercitar aquele insuspeitado estranhamento na temporada em que viveu fora do país. Foi surpreendente descobrir que, mais do que samba, futebol e carnaval, era a religião o que realmente despertava a curiosidade das pessoas que lá conheci. Congolese, malineses, chadianos, benineses, iranianos, franceses, malgaxes, suíços, suecos, belgas, italianos e alemães, tinham especial interesse em conhecer os ritos de possessão e a nossa devoção transmitida pela TV, em especial durante os festejos de final de ano⁶⁶⁴. Este conhecimento muito me auxiliou quando de meu retorno ao Brasil – e, evidentemente, à Cruzada.

A antropóloga argentina Ana Gorosito, da *Universidad Nacional de Misiones*, foi uma das que melhor testemunhou a religiosidade brasileira em sua visita ao Conjunto. Na noite de 7 de outubro de 2006, ecoavam as ave-marias do salão de festas do bloco 06. Era o terceiro dia de rezas da novena de Nossa Senhora Aparecida. A visitante acompanhou a reza completa do terço no pátio do prédio. E, como quem seguisse a sugestão de Foote Whyte, aderiu à atividade em curso murmurando as preces. Ao final, foi a síndica do bloco 09 quem se incumbiu de apresentá-la aos demais. Pareciam todos lisonjeados por aquela participação tão respeitosa quanto inesperada em um rito de certo modo reservado à intimidade dos moradores do Conjunto.

No salão de festas do prédio ao lado, a antropóloga assistiu a outro culto, desta vez evangélico. Antes de partir, fez questão de dizer a uma das senhoras que nos acompanhavam que as habitações populares da Argentina não se comparavam com aquela, construída, entretanto, no mesmo período em que políticas habitacionais semelhantes vigoravam em seu país. Observou especialmente a qualidade do material original, ou seja, as janelas e portas de canela e o mármore de pias e parapeitos dos apartamentos e corredores que pôde conhecer, uma vez que recebemos o convite para um providencial cafezinho antes de partirmos.

⁶⁶⁴ Não à toa as escadarias do Sacre Coeur, em Montmartre, já vinham sendo lavadas, ano a ano, por um grupo de baianas!

Fotos de Soraya Silveira Simões



O padre e os moradores cumprimentam a visitante ao final do terceiro dia da novena de Nossa Senhora Aparecida.



Em 2007, o professor Pedro García Sánchez, sociólogo da *Université de Paris X-Nanterre*, acompanhado de sua amiga, a geógrafa Emanuelle Tricoire, veio ao Rio cumprir uma missão de trabalho pelo acordo Capes-Cofecub. A esta altura, era quase inevitável uma nova visita. Levei os dois e o colega Felipe Berocan à casa de Neuza, ex-síndica do bloco 06, que nos esperava com um tutu à mineira à moda de Carangola, sua terra natal, preparado especialmente para a ocasião. Após os demorados abraços que inauguram a recepção, nos acomodamos ao redor da mesa, onde fomos apresentados aos pratos do dia. Integrava o caloroso acolhimento uma oração feita por Neuza, à mesa, em agradecimento pela fartura e pela oportunidade de usufruir da companhia dos visitantes em sua casa. Durante a prece, voltou os olhos para o alto; com as mãos, marcava o ritmo e as intenções de sua reza. A geógrafa francesa, sem saber falar a língua, fascinou-se pela pantomima devocional e verteu uma lágrima. O sociólogo venezuelano, por sua vez, fazia esforço para

compreender o verbo. Comentou, ao final, ter revivido experiências de há muitos anos, quando ainda vivia junto a sua família, na terra natal, em um bairro modesto de Caracas.

No entanto, de todos os encontros que pudemos proporcionar, um, em especial, condensaria os principais elementos do drama que procuramos trazer à luz nesta tese. Poderíamos considerar o fato obra do acaso se não estivéssemos no Rio de Janeiro, diante da janela que o Shopping Leblon abriu por sobre a Cruzada São Sebastião, de frente para a paisagem da Lagoa Rodrigo de Freitas e o Corcovado.

Vínhamos, desta vez, na companhia do professor Laurent Thévenot, coordenador do *Groupe de Sociologie Politique et Morale*, da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (GSPM-EHESS), e dos colegas Wellington da Silva Conceição, morador da Cidade Alta – lugar ao qual dedicou sua monografia de final de curso⁶⁶⁵ – e Felipe Berocan Veiga. Nos quatro dias em que permaneceu no Rio para a sua missão de trabalho, o professor Thévenot conheceu *in loco* o campo de pesquisa de vários colegas, além de proferir três conferências nas instituições que o receberam: PPGA/ICHF-UFF, PPGSA/IFCS-UFRJ e IUPERJ-UCAM. Em Niterói, subiu o Morro das Andorinhas com os antropólogos e professores Ronaldo Lobão, Roberto Kant de Lima, Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, Daniel dos Santos e Marco Antonio da Silva Mello; e no Rio, junto com a etnógrafa e os colegas de pesquisa, foi à Selva de Pedra, à Cruzada São Sebastião, ao Morro do Chapéu Mangueira, Morro da Babilônia e, por fim, ao Mirante Dona Marta.

Era um sábado de agosto de 2007. Logo cedo saímos de Niterói para cumprir a extensa agenda do dia. Havia pessoas à nossa espera tanto na Cruzada quanto no Morro do Chapéu Mangueira, de modo que, segundo nossos cálculos, ocuparíamos toda a manhã somente para dar um econômico ‘bom-dia’ àquelas pessoas que, com o passar do tempo, foram se transformando em destinos obrigatórios a cada uma de nossas passagens pelo Conjunto – ou, diria até, pelo Leblon.

Chegamos no bairro pouco antes das 10:00h da manhã e entramos na Selva de Pedra para que o visitante pudesse dimensionar o grandioso empreendimento construído sobre o terreno da antiga favela da Praia do Pinto, história sobre a qual já havia lido nos trabalhos de Mello & Vogel e da própria etnógrafa. As 40 torres de apartamentos ao redor da praça Milton Campos possuíam, agora, para ele, a sua escala real. Bem arborizada, a praça acolhia, àquela hora da manhã, algumas pessoas idosas em seus banhos de sol e um

⁶⁶⁵ Cf. o seu artigo “*Qual dos três é melhor de se morar?*”: um estudo de hierarquia habitacional na Cidade Alta, Rio de Janeiro. Revista Candelária, Ano IV, Jan-Jun, 2007, pp.73-92.

grupo de jovens que atraiu a atenção do professor. Eram animadores infantis com perucas verdes e amarelas, conduzindo a brincadeira de crianças na faixa de 3 a 5 anos. Prestavam um serviço aos pais, moradores do entorno, dispostos a pagar certa quantia para que seus filhos permanecessem durante duas horas por semana sob os cuidados dos animadores na praça. O que, entretanto, havia chamado a atenção do professor era a propaganda exibida no *banner* afixado numa das árvores, ao lado do grupo emperucado: “Educação avançada para os líderes de amanhã”.

As guaritas e cancelas existentes nas esquinas de cada uma das quatro ruas que terminam, em *cul de sac*, na praça central da Selva de Pedra seriam, em seguida, os objetos de sua atenção. Ao apontar sua câmera digital para uma delas, o professor, por sua vez, chamou a atenção do vigilante. Este, tão logo identificou ser a placa “Logradouro público” o centro da foto, sorriu e brincou: “Aqui é tolerância zero, é Bangu 1”. Traduzimos o que havia sido dito ao professor, lhe informando, ainda, que o tom era gaiato.

Dali, seguimos pela rua Humberto de Campos em direção a Cruzada São Sebastião, onde estava estacionado, em frente a porta da escola, o ônibus do “Varejão Volante”. A idéia do mercado móvel lhe parecia formidável. Sem titubear, sobe por suas escadas para fotografar as consumidoras, suas escolhas e os produtos. Registra também a licença expedida pelo município para o funcionamento do ônibus como um mercado itinerante. Na rua avisto Seu Jorge, o Congregado Mariano da procissão acima mencionada, e o apresento aos meus colegas e ao professor. Seu Jorge logo se põe a contar histórias. Diz a todos quantos anos tem: oitenta e sete anos! E nos coloca a par do processo de regularização de seu imóvel através da chance oferecida pela CEHAB. De repente pára e pergunta a idade do professor. Neste momento, descobre que não falam a mesma língua. Sem se abalar, informa ao visitante ter estado na França durante a II Guerra Mundial. Como prova, leva a mão ao colarinho e, com o polegar, levanta o broche da FEB colocado junto ao botão da gola. M.Thévenot não pode entender tudo o que nos diz o velho senhor, a não ser que havia ali uma narrativa.

Continuamos a seguir pela rua para chegarmos à casa de Neuza, àquela altura já à nossa espera. Conforme o combinado, Valéria também nos aguarda em frente ao bloco sete. Suas percepções políticas e críticas a respeito do papel da Associação de Moradores já eram conhecidas do professor, segundo lhe disse. Por isso, ele tinha grande interesse em conhecê-la. Lisonjeada, ela sorriu. E o visitante me pediu para lhe perguntar a que ela atribuía as faltas das quais reclamava? Sem hesitar, a moça respondeu: “À falta de amor”.

Ele sorriu surpreso diante da grandeza mencionada, pois dificilmente tal valor integraria um repertório argumentativo na vida política francesa, segundo ele.

Enfim, era hora de honrarmos o compromisso firmado com Neuza. Valéria nos acompanhou no curto passeio. Na outra extremidade da rua, em frente ao bloco 01, posou com o grupo para fotos diante do canteiro de Espadas-de-São-Jorge e Comigo-Ninguém-Pode e do muro recentemente grafitado da Cruzada São Sebastião. Mais tarde passaria na casa de nossa outra anfitriã para retomarmos a conversa.

Foto de Soraya Silveira Simões



Wellington, Valéria, Felipe e Laurent Thévenot em frente ao canteiro e ao grafito com a imagem de São Sebastião.

No terceiro andar do bloco 06, Neuza nos esperava de braços abertos. Entramos, abrimos espaço na mesa e dispusemos as tapiocas que trouxemos do Varejão Volante para comermos com o café. Orgulhosa da reforma que fez em sua casa, Neuza a mostrou explicando cada detalhe das mudanças efetuadas. Valéria ressurgiu, e vem sentar-se à mesa conosco enquanto Neuza exhibe o apartamento aos convidados.

Ao fim da exibição, ela resolve presentear-lo com um dos cosméticos que vende e que se encontram na estante sob a TV, entre a parede e a mureta divisória da cozinha. Como retribuição, o professor usa de uma estratégia para poder também pagar pelos produtos: diz que vai levar sabonetes e cremes para toda a família e Neuza, então, ‘abre a loja’. A mureta que divide a cozinha se presta, nessas horas, a separar dois espaços distintos de trabalho: o comercial e o doméstico. Um público e outro privado. Felipe vai juntar-se ao novo consumidor e também se decide por alguns produtos.

A hora avança, e devemos partir para conhecer o Morro do Chapéu Mangueira, onde Cláudio Batista, presidente da Associação de Moradores, nos receberia para um *parcours commenté*. Digo à Neuza do combinado e com isto lhe explico a razão de não podermos nos demorar um pouco mais. Como se não bastasse, pretendíamos ainda subir o Corcovado ao entardecer. Faço-lhe, então, o convite: que tal vir conosco? Ela corre para o quarto, coloca uma calça, troca a camisa e de lá me pede que dê as tapiocas para os três filhos da vizinha que brincam no corredor. Do quarto vai para o banheiro, passa o batom, volta, retira as xícaras da mesa e coloca tudo dentro da pia. Em cinco minutos desponta, arrumada, no corredor onde a aguardamos. Em seguida, fecha a porta e vem conosco. Descemos as escadas e, quando chegamos de volta à rua, o professor pergunta: *ouí va la damme?* Quando lhe digo, estampa na face um sorriso. Mais uma vez se surpreende. Porém, não com a resposta, e sim com o que considera uma admirável capacidade para emprendermos ações conjuntas. De súbito, uma programação nova se lhe descortinava – e graças à adesão de Neuza ao passeio do grupo.

Na rua avisto Hélio, ex-secretário da Amorabase, que me informa do aniversário de Cláudio. Walkíria passa. Thomas também passa. Mais à frente, é Cláudio quem aparece. Mais um pouco de prosa e, enfim, o destino imprescindível: as casas de Dona Maria e Ruth, sua vizinha. Precisava, ao menos, lhes dizer bom-dia e apresentá-las aos amigos sobre os quais já tinham ouvido falar. Ambas deixam os seus afazeres e vêm encontrá-los na rua, perto do carro, antes de partirmos.

Foto de Felipe Berocan Veiga



Dona Maria,
a etnógrafa,
Ruth,
M.Thévenot e
Neuza, em
frente ao
bloco nove
da Cruzada
São
Sebastião.

A próxima parada seria o shopping. Era fundamental ver os artigos à venda e seus preços. Enquanto subíamos as escadas rolantes e atravessávamos os amplos corredores para chegarmos à janela panorâmica no terceiro pavimento, conferíamos as vitrines com roupas de grifes francesas e italianas. E constatamos que algumas *lingeries* e camisetas custavam o suficiente para quitar alguns meses de dívida de condomínio nos prédios vizinhos.

Chegamos, enfim, à tão famosa janela, de onde divisamos a Cruzada, a Lagoa, o Corcovado e o Redentor.

Todos se põem a fotografar a paisagem quando, de repente, um rapaz que lanchava à mesa junto a janela, ao nos ver, olha também por ela como para certificar-se do objeto de nosso interesse. Voluntariamente nos oferece, em seguida, a informação:

- Isso aí? Isso aí é uma favela.

Foto de Felipe Berocan Veiga

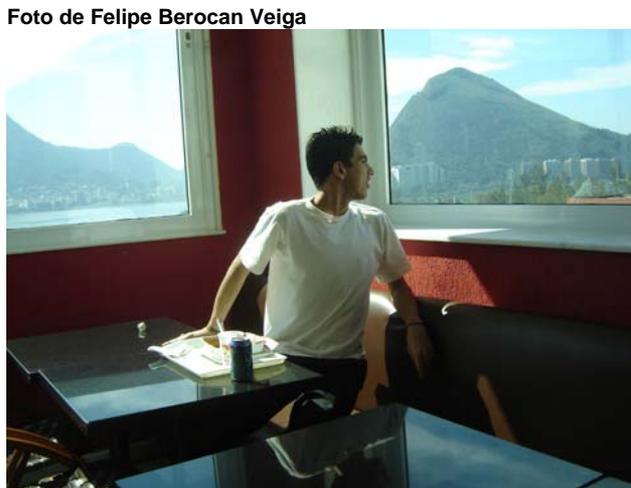
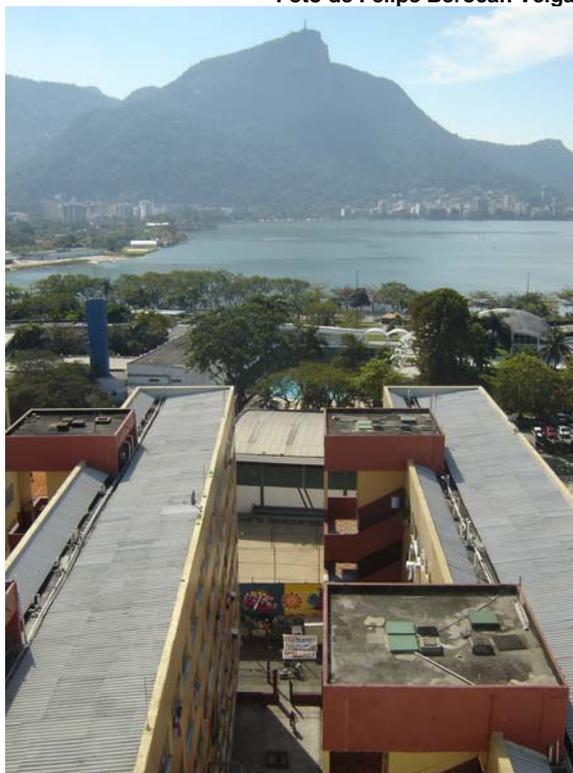


Foto de Felipe Berocan Veiga

Neuza escuta; e não se contendo, de pronto responde: - Não é favela não, senhor! E tem mais: eu moro lá!

A situação paradigmática se afigura diante de nós, diante da janela de onde vê-se a Cruzada, o Corcovado e o Redentor. O voluntarismo do rapaz e a afirmação que fez gerou em todos, inclusive nele, após a resposta que recebeu, uma alta e, diria até, eloqüente reflexividade. Embaraçado, o jovem tentou desfazer o mal-entendido e contemporizou: - “De fato, sou obrigado a concordar, não se trata de uma favela”, disse ele, para logo em seguida concluir de modo inesperado, dizendo que, caso fosse, “até eu gostaria de morar em uma assim!”.

A solução que encontrara para sair da saia justa foi ainda mais desastrada. Agora era a vez de Neuza lhe perguntar onde *ele* morava. – “Copacabana”. O bairro de maior extensão e também o mais populoso da Zona Sul da cidade não permitia maiores precisões. E Neuza, não sem uma ponta de ironia, o fez reconhecer isso diante de todos: - “Copacabana’... *chic*, né? Como se isso quisesse dizer alguma coisa...! Você sabia que lá é cheio de *moquiços*⁶⁶⁶?”

Neuza, no entanto, em seu repto não era apenas ironia. No azedume da intempestiva troca de palavras era a sua condição de moradora que importava resguardar indignada. O rapaz se inibe, mas permanece ali, calado, agora absorto. Novamente nos detivemos no que víamos da janela. E é Neuza quem primeiro vai comentar: são os colchões expostos ao sol nos parapeitos e as roupas estendidas nas janelas o que a deixam constrangida. A janela expõe o seu local de moradia e alguns dos hábitos de seus vizinhos que tem em baixa estima. Como se algo recôndito, pertencente à intimidade de um convívio diário, fosse usurpado e oferecido ao exame de todos aqueles atraídos até a janela do shopping. Atraídos não pela paisagem natural do Rio, mas por aquilo que Michel de Certeau chamou de *pulsão scópica*. Esta espécie de “ímpeto humano pelo exame”⁶⁶⁷ seria responsável pela busca de uma perspectiva do alto – como aquela oferecida pela janela em questão – capaz de deixar ver e examinar (*scopein*), lá de cima, os elementos componentes de um mundo estranho, intrigante; um mundo que, por todas essas razões, certifica o interesse despertado no observador pelo objeto de sua observação.

O terraço do shopping oferece uma vista ainda mais exuberante. Mas, logo após ter sido inaugurado, a administração interditou o acesso do público. Um segurança passa

⁶⁶⁶ Habitação rústica, desprovida de conforto, casebre; pardieiro, cortiço.

⁶⁶⁷ Cf. MELLO & VOGEL, 2004: 118.

diante de nós. Como se não soubesse do impedimento, pergunto qual o caminho para se chegar ao terraço. O homem se volta para o lado de onde vem, a mão no queixo. Após breve reflexão, aponta para a direção de uma escada. Por ela subiríamos e, lá em cima, continuaríamos um outro lance de acesso ao último pavimento. Decerto ali estavam mais dois seguranças, mas era preciso que não lhes disséssemos quem havia nos indicado a direção, já que o pavimento estava fechado à visitação.

O visitante estrangeiro havia compreendido a conversa e admitia que tudo lhe era por demais insólito. Os dois seguranças que encontramos também nos franquearam o acesso e pudemos, então, sem nenhum constrangimento, desfrutar dos 360° de paisagem sob o céu azul. Ao partimos, passamos novamente diante dos dois seguranças que, gentis, nos desejaram bom dia e os votos para que... voltássemos mais vezes!

A regra e as possibilidades de interpretá-la foram o tema da conversa enquanto descíamos pelas escadas rolantes do shopping. De volta à Cruzada, novos e breves encontros antes de entrarmos no carro para, então, irmos pela orla em direção ao Leme.

No trajeto, a câmera fotográfica do visitante ia registrando o calçadão, as atividades ao ar livre, os quiosques. Pela janela do carro passava a cidade, seus usos e, com eles, as referências criadas e utilizadas por seus habitantes. “O que distingue Ipanema de Copacabana?” – curiosidade que surge ao virarmos no Posto 06. Para responder à questão, havia no carro uma moradora da Cruzada, no Leblon, um morador da Cidade Alta, em Cordovil, uma moradora de Niterói e um ex-morador do Leme. Copacabana, para todos, parecia mais popular.

Na ladeira Ary Barroso, de acesso ao morro, o foco da atenção está agora nos prédios, depois nas casas. Enfim, lá em cima, onde ela se bifurca, vemos a quadra do Morro do Chapéu Mangueira. Cláudio Batista está ali, à nossa espera, em frente ao posto policial que marca, para a esquerda, a subida do Morro da Babilônia e, à direita, a do Chapéu Mangueira. As apresentações com tradução simultânea apenas cumpriam o protocolo, pois a calorosa recepção, marcada pelo aperto de mão, o abraço e o sorriso largo, foram efetivamente mais verossímeis em seus propósitos.

Batista pediu para que esperássemos por Dilma, sua mulher, pois era ela quem conhecia bem as escadas, os caminhos, as passagens, os becos e os moradores do Morro da Babilônia. Seria, pois, quem nos levaria neste passeio até o cume do morro, dando as informações que achasse necessárias e respondendo àquelas surgidas a partir dos olhares ‘estrangeiros’. Nesse intervalo, Batista expôs, didaticamente, os três tipos de intervenções

arquitetônica e urbanística que veríamos durante a subida do Babilônia. Em primeiro lugar, as obras do Programa Favela-Bairro; em segundo, as obras de melhorias feitas pelos próprios moradores em seus mutirões; por fim, citou os casebres de pau-a-pique existentes no cume, estes evocativos da favela de antigamente.

Alguns rapazes nos observavam de longe. Uma mulher, que também nos observava, aproximou-se de nosso grupo e se pôs a ouvir o que Batista dizia para, em seguida, lhe perguntar se nós éramos quem ela também esperava. Sua camiseta colorida e cabelos arrumados em estilo afro indicavam o que viria dizer: esperava por algumas pessoas de uma ONG para iniciarem um trabalho de ‘conscientização pela arte’ na favela.

Dilma chega para, enfim, iniciarmos a caminhada pela rua, rumo à Babilônia. Ainda no início do trajeto, vê-se casas amplas e avarandadas remanescentes da época em que a ladeira ainda não era “a subida do Morro”. Na garagem de uma delas funciona um salão de beleza, o *Wall’s Coiffeur*. Um pouco mais adiante Batista aponta uma casa cujo proprietário a construiu utilizando janelas variadas, todas encontradas no lixo. A casa é um espetáculo, pela originalidade e beleza como pela localização. Sustentada por uma pilastra, de lá a vista alcança toda a orla, do Leme ao Pontal. Na mesma encosta se via as obras de urbanização iniciadas pela prefeitura e deixadas inacabadas após as eleições. No trecho, calhas e escadas de alvenaria parecem levar pessoas e encanamentos a lugar nenhum.

No final da rua, nos deparamos com o início de várias escadas. Dilma nos guia por uma e, já no seu primeiro e longo vão, uma fileira de sacos de areia e pedra aguardam para serem transportados, nas costas de algum morador, para a ampliação de uma casa. Os homens que carregam no ombro o material devem fazer inúmeras vezes o caminho, frequentemente com o auxílio remunerado de um amigo. O cenário de degraus e sacos repletos de areia foi fotografado.

Antes de sairmos da casa de Neuza, ainda no início daquela tarde, ela havia perguntado se no Corcovado teríamos que subir muitas escadas, pois recentemente sofrera uma fratura no pé. Mas o ponto turístico tinha agora escadas rolantes. Ironia do destino, acabamos peregrinando no Babilônia e no Chapéu Mangueira, mas a senhora pretendia fazer o esforço, animada pela companhia do grupo. Por conta disso, nos revezávamos todos em seu socorro para subir e descer as infundáveis e tortuosas seqüências de degraus.

Enquanto Batista ia mostrando o tipo de encanamento instalado para o escoamento do esgoto, as diferentes soluções arquitetônicas, a fiação e os relógios de luz e os cabos de telefone, Dilma reparava as árvores – paineiras, mamoeiros, oitis –, no que era ajudada por

Neuza, e notava, com olhar carinhoso, as brincadeiras de crianças. Lá em cima, um grupo de meninas pulava num acento de ferro como se fosse a mais ampla e flexível cama elástica. “Pobre inventa tudo”, ela também brincou. Sobre o que se via, Batista tentou outra interpretação: a fila que faziam era um “exercício de respeito à individualidade”, pois cada uma esperava a vez da outra sem denotarem pressa.

Na subida era um chamado, um cheiro, um pássaro que cantava, um copo d’água ofertado o que nos recebia. Não passávamos despercebidos, de jeito algum. As escadas cortam quintais, acercam-se das janelas. Difícil é não ser indiscreto com as cenas da vida privada exibidas ao longo do trajeto. A subida se faz, assim, como um passeio na intimidade de uma vizinhança. Felizmente não havia nada que pudesse nos ser constrangedor, especialmente se considerarmos que ali não era propriamente um lugar de passagem, de se ir de um lugar para outro, a não ser para a casa de algum conhecido. Por cortar o morro em toda a sua extensão, a escadaria faz o visitante singrar por entre os diversos níveis das casas. Pois no morro, especialmente no Babilônia e no Chapéu Mangueira, onde as habitações são amplas e arejadas, elas crescem, vertical e horizontalmente, conforme vão mudando as necessidades de seus habitantes.

Ao chegarmos ao topo, pudemos seguir por um estreito e plano caminho de terra. Dali avistamos a belíssima paisagem do Leme ao Posto Seis, com os prédios todos aos nossos pés e sob as roupas coloridas que secavam nos varais amarrados às árvores do alto do morro. Neste caminho, mais sacos de areia e pedra. Muitos agrupados à porta de um casebre, uma edícula. Segundo nos informou Batista, esta seria sede de uma “igrejinha pertencente à paróquia dominicana”, ou seja, uma capela relacionada ao mosteiro dos dominicanos, cuja igreja, situada aos pés do morro, no bairro do Leme, víamos ali do alto.

Foto de Soraya Silveira Simões

O moderno
bairro do
Leme
emoldurado
pelo colorido
de um
prosaico varal
de roupas nas
encostas do
Morro da
Babilônia.



Lá em cima, os ritmos da vida cotidiana estão protegidos do frenesi da selva de pedra urbana. O caminho de chão batido é a única via que atravessa a intimidade dos recintos formados pelo casario de pau-a-pique. São poucas as moradas. E construídas uma ao lado da outra, numa curiosa e animada vizinhança. Para além delas, na cota imediatamente superior, somente a floresta. As casas, portas e janelas abertas, estão permanentemente arejadas pela brisa que vem do mar. Caminhando por ali é possível ver o que se tem dentro de uma casinha. Na parede de uma delas, inúmeras fotografias de um soldado. Perguntei ao proprietário, que estava à porta e acompanhava, desde longe, nossa chegada, quem era o rapaz das fotos. Orgulhoso, disse tratar-se de seu filho, soldado do Exército. Na casa seguinte, uma senhora com um lenço enrolado na cabeça lavava a louça. Ao ver nossa pequena e inesperada comitiva passar pelo caminho, em fila indiana, diante de sua casa, nos oferece, solícita, um pouco d'água fresca. O chão da casa era de terra, escavado na encosta do morro. O telhado era de sapê e as paredes, de barro. Alguns tapetes, inclusive um mais grosso, de algodão, tingido pela cor da terra, cobriam o solo em frente ao sofá e ao lado da pia. Embaixo da janela, um homem, talvez seu marido, almoçava quieto. Mas, diante de nossa presença, pôs-se a cantar um samba que falava do amor. Ao final, sorriu e nos deixou voltar ao silêncio existente naquele ermo, em plena Zona Sul do Rio de Janeiro. Silêncio este só quebrado pelo distante rumor da cidade lá embaixo. Ao redor de nós, pouco a pouco vêm ciscar galinhas, patos e pintainhos. Algumas casas possuem seus galinheiros protegidos por cuidadosas cercas de bambu. Diz-se até que no topo da montanha vive um pavão branco! Saciados de nossa sede,

despedimo-nos, não sem antes recebermos da mulher os votos para prosseguirmos “na companhia de Deus”.

Ao lado de seu casebre e dos outros subseqüentes o olhar atento percebe os jardins bem cuidados do Babilônia, onde se cultivam as espécimes da farmacopéia caseira brasileira. O suculento Saião para luxações, dores musculares e de pulmão; as populares Quebra-pedra, euforbiácea que serve para dores nos rins, e Arruda, para banhar os olhos e proteger contra o quebranto. Para resguardar-se contra feitiço, olho grande e outros tantos infortúnios, afugentando-os e mantendo-os longe da casa, as apotropaicas Espada-de-São-Jorge e Comigo-ninguém-pode. Dinheiro-em-penca, Dólar, Avenca e outras plantas ornamentais e não menos propiciatórias estão nas latadas dos alpendres, ao lado das pequenas hortas onde se cultivava Alfavaca, Coentro, Cebolinha e Salsa. Em consórcio com esse bem fornido quintal estende-se o pomar, floresta adentro, disputado por todas as pequenas criaturas que ainda encontram abrigo nas copas de uma mata frondosa. Alguém que associe essas imagens a um idílico ruralismo *dépassé* estaria perigosamente se precipitando. É preciso ter cautela, pois assim também eram – e ainda são – muitas das casas de bairros cariocas como Tijuca, Laranjeiras, Botafogo, Flamengo, Glória, para nos restringirmos aos bairros da Zona Sul carioca e suas áreas adjacentes. Quintais assim fazem parte da casa brasileira abundantemente descrita na crônica e na literatura urbana, isto para não dizer nada dos sociólogos, etnógrafos e historiadores. Não há, portanto, nenhuma recalcitrante nostalgia do mundo rural, tampouco inquietantes ‘sobrevivências’ tylorianas. A experiência dos moradores e artífices desses jardins é eminentemente urbana, cidadina. Mais até, metropolitana.

O vizinho seguinte era um homem muito entusiasmado. Por tudo agradecia a Deus. Mostrou o seu barraco, com muito orgulho, louvando e agradecendo ao Senhor. Disse ter criado em suas modestíssimas dependências cinco filhos e seis netos. Aproximou-se de nós para agradecer o que já considerava o privilégio de uma honrosa visita. Foi então que nos apercebemos, definitivamente, da atmosfera de intimidade doméstica que se tinha lá no alto. O homem expressou o seu desejo de estar ali na companhia de sua mulher para que ela também pudesse conhecer a todos. Éramos, enfim, os seus hóspedes. Neuza entabulou com ele uma animada conversa. Concordavam ter sido uma bênção poder ter criado ali cinco filhos e seis netos. E juntos, agradeceram a Deus, inclusive por aquele encontro que se dava no alto do Morro da Babilônia, na fímbria da floresta.

A casa onde morava com a mulher e um de seus netos tinha pertencido a sua filha, que, por ocasião do casamento, mudara-se para outra, mais ampla e confortável, segundo ele, no Morro do Chapéu Mangueira. Outro de seus filhos era seu vizinho, proprietário da casa que ostentava em sua entrada, como pórtico altaneiro, um relógio de luz. A singela, mas significativa, para ele, mobilidade residencial de seus filhos era a prova mais cabal do seu empenho bem sucedido na criação da prole e na ampliação e transmissão do patrimônio.

Ao longo do percurso o grupo se entretinha, aqui e ali, com as bem circunstanciadas dissertações de Batista. O relógio de luz, por exemplo, suscitou algumas de suas considerações. E aquele, para o qual apontava, exibia, em seu mostrador, o consumo de um barraco, o último barraco, o menor de todos, com um só cômodo.

Foto de Felipe Berocan Veiga



Foto Soraya Silveira Simões

Relógio de luz
fotografado por dois
dos visitantes no alto
da favela.



De acordo com a preleção que nos fazia Batista, a Prefeitura era instada a reconhecer o endereço diante do inusitado objeto instalado no topo do morro. Ou seja, de seu ponto de vista o administrador municipal não poderia desconhecer a presença do usuário de um dos serviços mais importantes prestados às populações das grandes metrópoles modernas. Além do mais, acrescentaria, ninguém demanda um tal serviço e equipamento sem que seja movido pelo desejo de permanência e apego a um lugar. Ou, em outras palavras, movido pelo *animus domini*. O relógio fora apresentado por Batista aos visitantes e à etnógrafa como inscrição moral e verdadeiro *artefacto* simbólico, como peça e evidência material incontornável quando se trata dos indícios de uma forma de aquerenciamento a um lugar.

Nossa excursão, autêntica visita guiada promovida por nossos anfitriões, não tinha como prosseguir, pois, dali para frente não havia mais nenhum lar, somente a floresta. Além disso, tínhamos que cumprir uma agenda organizada por Batista e sua esposa. O sol já passava do meio-dia. E, por isso, deixamos o Morro da Babilônia para atender aos compromissos firmados com outros amigos no Chapéu Mangueira. Não sem antes atender aos pedidos de Neuza para uma descida mais cautelosa da escadaria íngreme que deveria nos reconduzir a todos de volta às vizinhanças do posto policial. Dali, então, tomaríamos a direção para uma visita à casa de Batista, onde Dona Aparecida, sua mãe, nos aguardava para o já tardio almoço.

Pouco a pouco fomos deixando para trás o frescor úmido de uma natureza ainda exuberante e preservada para irmos imergindo, novamente, na ambiência rumorosa do que ainda resta da suntuosidade do antigo bairro chique do Leme. O contraste das duas paisagens urbanas não pôde deixar de chamar a atenção dos membros de nossa pequena comitiva⁶⁶⁸.

A meio caminho, Baptista propôs nos mostrar a sede reformada da Associação de Moradores. O lugar, afinal, sofrera tanto as intervenções dos mutirões quanto da Prefeitura, que ali construía uma pequena praça em meio ao casario desta parte da favela. Ao seu redor estão a Associação e o Posto de Saúde, e ali, sob os olhares zelosos das mães e dos funcionários dessas instituições, brincavam crianças. A configuração e disposição espacial

⁶⁶⁸ “No dia seguinte, Thévenot comentou que daria um belo filme a subida ou apenas a descida do morro. A saída do urbano para a natureza; uma ascensão à natureza ou uma descida à cidade. Ênfase nas escadas, nos caminhos e seus detalhes; a mata, as plantas, as construções, as brincadeiras de crianças, enfim, tudo o que povoa aquele acesso íngreme aos vários lugares da favela”. Cf. Caderno de campo, dia 04 de agosto de 2007.

das agências, do comércio de proximidade e dos equipamentos urbanos, em tudo evocavam, para o professor francês, a característica morfológica de um *quartier*.

De lá, enfim, seguimos para a nossa derradeira visita: a casa de Batista. Construída sobre uma pedra, a casa, possui três pavimentos e duas entradas independentes: uma para o primeiro andar, onde mora sua mãe, e outra para o segundo, onde Batista, nosso Cláudio do Chapéu Mangueira, mora com Dilma e os dois filhos. A escada de acesso, ornamentada com pedras e muitas flores nos canteiros que a cercam, nos conduz à varanda do segundo pavimento, a qual se abre para a sala de estar e de onde se avista, pelas janelas amplas, o mar de Copacabana. Ali, tendo ao fundo a bela paisagem, almoçaríamos.

Logo após nos acomodarmos na espaçosa e bem iluminada dependência da casa de simplicidade e despojamento cuidadosamente estudado, Dona Aparecida desponha na sala para proferir as fórmulas rituais de acolhimento dos visitantes, sejam eles estrangeiros ou não. Com seus olhos vivos, gestos delicados e voz suave, logo atraiu a atenção de todos. Neuzinha põe-se de pé e, braços abertos em gestos largos, felicita entusiasticamente Dona Aparecida. As duas permaneceriam abraçadas e sorridentes, entre afagos e trocas de amabilidades, como se fossem velhas amigas, para a surpresa de todos. O professor, encantado com o afetuoso encontro das duas mulheres, pergunta se há muito elas se conheciam. E surpreso, tomou conhecimento de que aquela era a primeira vez que se viam.

Dilma traz para a sala o nosso tão esperado almoço. O empadão de frango e palmito, nossa *pièce de résistance*, suscitaria comentários elogiosos como se fosse acontecer entre os comensais em torno das iguarias à mesa.

A tarde transcorria impecável. O professor, diante de tudo aquilo, impressionado pela engenhosidade da edificação, pela criatividade dos arranjos, pela harmoniosa composição de materiais heteróclitos e pelo bom gosto da decoração, sem poder conter-se face à experiência para ele absolutamente singular, pergunta intrigado à etnógrafa e ao jovem colega da universidade: o que seria, afinal, uma favela?⁶⁶⁹

Tentar responder por meio de argumentos legais não contemplaria adequadamente o que víamos. Os moradores do Chapéu Mangueira e da Babilônia pagam impostos. Em alguns pontos do morro as correspondências chegam por intermédio de um CEP, quer dizer, do Código de Endereçamento Postal utilizado pelos Correios. Comum mesmo aos vários bairros e condomínios da cidade, assim como a toda sorte de loteamentos na região metropolitana, são as minudências jurídicas e a complexidade escriturária e notarial do

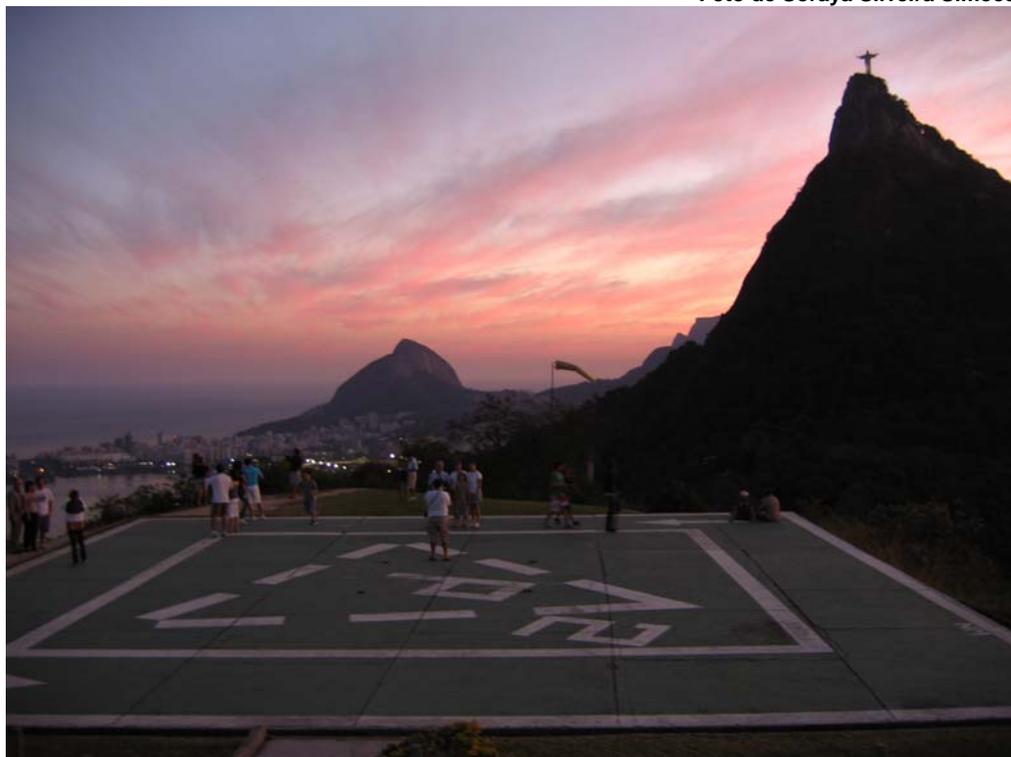
⁶⁶⁹ Ele tinha se dado conta de que a tradução de *bidonville* como favela não era terminantemente adequada.

problema da regularização fundiária. Portanto, após “um século de favela”, este não poderia ser o bom critério.

O professor percebeu as dificuldades que tínhamos, nós e ele, para circunscrever com a multivocal e evanescente categoria o inusitado objeto.

O fim da tarde passaríamos no Mirante Dona Marta, vendo as luzes da Zona Sul e da Zona Norte da cidade se acenderem sob o esplendor de um céu lilás. Só com o cair da noite terminaríamos a jornada indo levar Neuza em casa.

Foto de Soraya Silveira Simões



* * *

Referências Bibliográficas

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira & BELOCH, Israel. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV. 2001.

ALLPORT, Gordon W. & POSTMAN, Leo. *Psicologia del Rumor*. Buenos Aires: Editorial Psique, s/d. 243p.

AMOROSO, Mauro Henrique de Barros. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006. 174p.

ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa-Grande e Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1991. 352p.

AUGUSTO, Cláudio de Farias. *Federalismo Republicano e Políticas Sociais: O caso da habitação social no Brasil pós-64*. Tese defendida no Programa de Pós-graduação em engenharia da UFRJ. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996. 377p.

AUTHIER, Jean-Yves, BACQUÉ, Marie-Hélène & GUÉRIN-PACE, France (orgs.). *Le quartier*. Paris: La Découverte, 2006.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo : Martins Fontes, 2005: 242p.

BACKHAUSER, Everardo. Habitações populares. In: *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BAHIA, Paulo. *A política como boato: uma análise do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/ICHF-UFF), 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento – O Contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993. 419p.

BOLTANSKI, Luc & THEVENOT, Laurent. *De la Justification – Les économies de la grandeur*. Paris : Gallimard, 1991. 483p.

BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil – Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998. 344p.

BRIGGS, Asa. *O conceito de lugar*. In: *A Humanização do Meio Ambiente*. Simpósio do Instituto Smithsonian. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 74-95.

BROUCKER, José de. *Les Conversions d'un évêque: entretiens avec José de Broucker*. Paris: Seuil, 1977.

BURGESS, Ernest W. "A família como 'unidade de personalidades em interação'" [1926], in PIERSON, Donald (org), *Estudos de Organização Social*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1970: 543.

_____. "Uma 'história natural' da família", in PIERSON, Donald (org), *Estudos de Organização Social*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1970. 558-565pp.

BURGESS, Ernest e PARK, Ezra. *Introduction to the science of sociology*, Chicago, University of Chicago Press, 1921.

CÂMARA, Dom Hélder. *La Conversion d'un évêque: entretiens avec José de Brobeck*, Paris : Seuil, 1977.

CÂMARA, Hélder. *Le désert est fertile: feuilles de route pour les minorités abrahamiques*. Éditions Seuil, Paris, 1977. 120p.

CÂNDIDO, Antônio. *De cortiço a cortiço*. In: *O Discurso e a Cidade*. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004. Pp.105-129

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. *Direito Legal e Insulto Moral – Dilemas da cidadania no Brasil, no Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 157p.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras. 1990.

CASTELLS, Manuel. *O processo de urbanização: relação histórica entre sociedade e espaço*, in *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, 1975. pp. 83-140.

CASTRO, Marcos de. *Dom Helder – misticismo e santidade*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002. 301p.

CEFAÏ, Daniel. *Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste*. In *L'Heritage du Pragmatisme – Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues, Editions de l'Aube, 2002. pp. 51-82.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAMBOREDON, Jean-Claude & LEMAIRE, Madeleine. *Proximité spatiale et distance sociale: les grands ensembles et leur peuplement*. In: RONCAYOLO, Marcel & PAQUOT, Thierry (orgs.) *Villes et Civilization Urbaine – XVIIe. – Xxe. Siècle*. Paris : Larousse, 1992. 503-520.

CHAPOULIE, Jean-Michel. « Everett C. Hugues et le développement du travail de terrain en sociologie ». In *Revue Française de Sociologie*, XXV, 1984, 582-608.

CICOUREL, Aaron. *Teoria e método em pesquisa de campo*. In GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975. pp.87-122.

COING, Henri. *Rénovation urbaine et changement social – L’ilot no. 4 (Paris 13e)*. Les Éditions Ouvrières, Paris, 1966.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva, “Qual dos três é melhor de se morar?”: um estudo de hierarquia habitacional na Cidade Alta, Rio de Janeiro. *Revista Candelária*, Ano IV, Jan-Jun, 2007, pp.73-92.

COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca.1995. 108p.

COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002. 421p.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Papirus Editora, 1995.

COUTINHO, Nadyr. *Um ensaio de aplicação das técnicas de organização social de comunidade num projeto piloto de conjunto residencial para ex-favelados*. Rio de Janeiro: SESC/Departamento Nacional, 1959. 100p.

CUNHA Neiva Vieira. *Viagem, experiência e memória – Narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30*. Bauru, São Paulo. EDUSC. 2004.

DEWEY, John. *The public & its problems*. Ohio: Ohio University Press, 1988: 27. 236p.

DODSWORTH, Henrique. *Favelas*. Artigo publicado originalmente no jornal Correio da Manhã, de 28 de março de 1956, e republicado pela Coleção Estudos da Cidade, documento no. 144, 2005

DUNEIER, Mitchell. *Sidewalk*. New York: Farrar, Straus & Giroux. 2001.

ECO, Umberto. *Pós-Escrito a O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985: 66p.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders : sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2000 : 203. 224p.

ESPOSITO, Roberto. *Communitas. Origine et destin de la communauté*. Paris: Éditions PUF, 2000.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 255p.

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson, *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*, 1981.

FILHO, Francisco Gregório; JACOBINA, Helena & REIS, Isabel. *Almanaque Janelas Cruzadas nº1*. Rio de Janeiro : Intituto Pé no Chão, 2003. 55p.

FÍLON DE ALEXANDRIA. *Os Terapeutas*. In: LELOUP, Jean-Yves. *Cuidar do Ser*. Pp. 35-65. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, 9ª edição.

FIRTH, Raymond. *Nós, os Tikopias: um estudo sociológico do parentesco na Polinésia primitiva*. São Paulo: Edusp, 1998. 756p.

FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de Esquina – a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2005. 390p.

_____. *Street Corner Society – la structure sociale d'un quartier italo-americain*. Paris : La Découverte. 2002. 403p.

_____. “*Social Organization in the Slum*”, in *American Sociological review*, 8: 34-39, fevereiro, 1943.

FREIRE, Letícia de Luna. *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social defendida na UERJ. Rio de Janeiro: 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro. 1983 [1933].

_____. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo, Global Editora. 2003.

GAILLARD, Gerald. *Dictionnaire des ethnologues et des anthropologues*. Paris: Armand Colin, 2002. 286p

GANS, Herbert J. *The Urban Villagers – Groupe and Classe in the life of Italian-Americans*. New York/London: The Free Press, 1962. 367p.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 323p.

_____. *O saber local : fatos e leis em uma perspectiva comparativa*. In *O saber local : novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis : Editora Vozes, 2003. p.249-356.

GERANDO, Joseph-Marie de. *Le visiteur du pauvre*. Paris: Éditions Jean-Michel Place, 1989. 546p.

GIARD, Luce. *Faire-la-cuisine*. In GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. *L'Invention du quotidien – habiter, cuisiner*. Paris : Union Generale d'Éditions, 1980. pp. 149-234.

GIST, Noel P. & HALBERT, L.A. *A Cidade e o Homem*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.

GLUCKMAN, Max. *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*. In FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global Universitária, 1987. pp.227-344.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 233p.

GONÇALVES, Rafael Soares, *La construction historique d'un objet juridique: les favelas de Rio de Janeiro de la fin du 19ème siècle à nos jours*. Tese de doutorado defendida no U.F.R. de Géographie Histoire et Sciences de la Société da Université Paris VII – Denis Diderot, 2007. 444p.

_____. *A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico*. Disponível na internet em <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo2.pdf>

_____. *A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de Obras de 1937*. In: Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana, ano 4, vol.4, n.5, fevereiro de 2007.

GUARNIERI, Enny. *Uma experiência de promoção social: Cruzada São Sebastião*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1963.

GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975. 263p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal*, Revista Brasileira de Estatística, ano 14, n.55, jul./set., 1953. pp.250-278.

GRAFMEYER, Yves. *Les quartiers des sociologues*. In AUTHIER, Jean-Yves, BACQUÉ, Marie-Hélène & GUÉRIN-PACE, France (orgs.). *Le quartier*. Paris: La Découverte, 2006. pp.21-31.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006. 222p.

HANNERZ, Ulf. *Exploración de la ciudad: hacia una antropologia urbana*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986. 386p.

HEIDEGGER, Martin. *Batir Habiter Penser*, in *Essais et Conférences*. Paris, Éditions Gallimard, 1980.

GREGÓRIO Fº, Francisco; JACOBINO, Helena & REIS, Isabel. *Almanaque Janelas Cruzadas nº1*. Rio de Janeiro : Intituto Pé no Chão, 2003. 55p.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 510p.

JAMES, William. *Concepção da verdade no pragmatismo*. In *Pragmatismo*. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979. pp.3-109.

JOSEPH, Isaac. *Introduction*. In HANNERZ, Ulf. *Explorer la ville – Éléments d'anthropologie sociale*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1983. 419p.

_____. *El transeunte y el espacio urbano : ensayo sobre la dispersión y el espacio publico*. Buenos Aires : Gedisa Editorial, colección El Mamífero Parlante, 1988. 159p.

_____. *Le ressort politique de l'assistance, l'expérience de l'induction morale. Sur l'ethnographie des SDF*. In: *L'athlète moral et l'enquêteur modeste* (org.) CEFAÏ, D. & SATURNO, Carole. Paris: Economica, 2007. (pp. 413-436). 496p.

LAPLANTINE, François. *A Descrição Etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem. 2004. 137p.

LEACH, Edmund. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social kachin*. São Paulo: Edusp, 1996. 373p.

LEBRET, Louis Joseph. *Commentaires*, p. 21. In AUSTRUY, Jacques. *Le Scandale du Développement*, Éditions Marcel Rivière et Cie., Paris, 1965.

LECLERC, Gerard. *L'observation de l'homme: une histoire des enquetes sociales*. Paris: Éditions du Seuil. 1979. 362p.

LE CORBUSIER. *Planejamento Urbano*. São Paulo: Perspectiva, 2004. 200p.

LEEDS, Anthony & LEEDS, Elisabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LEITÃO, Wilma Marques. *Ilha de Paquetá: cotidiano e história social de um bairro carioca*. Tese de Doutorado defendida no PPGSA/IFCS-UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Rivalidade cultivada, conflito e unidade social num bairro carioca*. In Revista Comum, FACHA, vol.9,n.22, jan/jun, 2004. pp.173-197.

LEITE, Juçara Luzia. *A República do Mangue: Controle Policial e Prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)*. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada na Universidade Federal Fluminense (mimeo.), 1993. 166p.

LEME, Maria Cristina da Silva & LAMPARELLI, Celso. *A politização do urbanismo no Brasil: a vertente católica*. In: Encontro Nacional da ANPUR, 9., Rio de Janeiro, 2001. p. 675-687, v.II.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 400p.

LEWIS, Oscar. *Antropologia de la pobreza – cinco famílias*. 1992 [1959], Fondo de Cultura Económica, México. 302p.

LHANDÉ, Pierre. *Le Christ dans la banlieue – enquetes sur la vie religieuse dans les milieux ouvriers de la banlieue de Paris*. Paris: Librairie Plon, 1927. 279p.

LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro, “*Modernização e Higienismo Social: Projetos de Habitações Populares em Recife e Rio de Janeiro durante o Estado Novo (1937-1945)*”, in Revista Espaço Acadêmico no. 35, abril/2004.

LIMA, Rogério Barbosa. *O Antigo Leblon – uma aldeia encantada*. Rio de Janeiro: Editora Antigo Leblon, 2005. 138p.

LUHMANN, Niklas. *Confianza*. Barcelona : Anthropos ; México : Universidad Iberoamericana ; Santiago de Chile : Instituto de Sociologia. Pontificia Universidad Católica de Chile, 1996. 179p.

LUKES, Steven. *Durkheim, his life and work – A historical and critical study*. New York : Penguin Press, 1973.

MAGNANI, José Guilherme Cantos. *Festa no pedaço – cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984: 171. 198p.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo : Abril Cultural. 1978. 424p.

MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. Centauro Editora, 2003. 90p.

MASCARENHAS, Ilza Helena Teles. *Escola pública e moradia: o cotidiano dos moradores da Cruzada São Sebastião do Leblon – um conjunto habitacional localizado em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGACP/ICHF-UFF. Niterói, 2005. 115p.

MARTHON, G.; BAUDRY, G.H.; GUILLUY, P. & THIERY, E. *Pauvres et Pauvreté*. In: *Encyclopedie Catholique Hier Aujourd’hui Demain*. Paris: publié sous le patronage de l’Institut Catholique de Lille, Tome dixième, 1985.

MAUSS, Marcel. *Manual de Etnografia*. Lisboa : Editora Pórtico, 1972.

_____. *Ensaio sobre a dádiva – Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In *Sociologia e antropologia*. São Paulo : Cosac & Naify. 2003. pp. 185-314.

_____. *A Expressão Obrigatória dos Sentimentos (Rituais Oraís Funerários Australianos) (1921)*. In *Ensaio de Sociologia*. São Paulo : Perspectiva, 1999. pp.325-335.

MELLO, Marco Antonio da Silva. *Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo*. In: ESTERCI, Neide, FRY, Peter & GOLDENBERG, Mirian (orgs.). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, Capes. 2001.

_____. VOGEL, Arno. *Vingt Ans Après: Des espaces publics aux territoires clos de la Selva de Pedra, Rio de Janeiro*. In: *L’Héritage du Pragmatisme. Conflits d’urbanité et épreuves de civisme*. D. Cefaï, I. Joseph (eds.), La Tour d’Aigues, Éditions L’Aube, 2002, 406, pp.237-263.

_____. *Gente das Areias – História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá-RJ – 1975 a 1995*. Niterói, Eduff. 2004.

_____. *Sistemas Construídos e Memória Social: Uma Arqueologia Urbana?*. In: Revista de Arqueologia, Belém, 2(2): 46-50, jul./dez.1984.

_____. *Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi*. Rio de Janeiro: in Revista Arquitetura, FAU/UFRJ, n.1, set.1983. 67-79.

_____. *O experimento de Tobiki: algumas reflexões sobre a didática magna da prosperidade*. Rio de Janeiro: FGV, Revista Fórum Educacional, 1º/2º trim., fev./maio 1989. pp.3-25.

MELLO, Marco Antonio da Silva; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno *et alii*. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto, 1985. 156p.

MERTON, Robert King. *Sociologia – Teoria e Estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

_____. *A Profecia que se cumpre por si mesma*. In MERTON, *Sociologia – Teoria e Estrutura*. São Paulo : Editora Mestre Jou, 1970 : pp. 515-531.

MILLS, Wright C. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MISSE, Michel. *Tradições do banditismo urbano no Rio: invenção ou acumulação social?*. Semear – Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses, PUC-RJ, 2002, n. 6: 197-232.

_____. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ (Tese de Doutorado em Sociologia), 1999.

MONTEIRO, Marcelo. *Sob vaias e pedras*, artigo publicado no jornal eletrônico Favela tem Memória, 16 de julho de 2004.

MORAES FILHO, Evaristo. *Georg Simmel – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983. 192p.

MORAIS, Maria da Piedade, Da GUIA, George Alex & PAULA, Rubem de. *Monitorando o direito à moradia no Brasil (1992-2004)*. IPEA, 12/fev.2006.

NASCIMENTO, Denise Nonato do. *Favela de Cimento Armado: Um estudo de caso sobre a organização comunitária de um conjunto habitacional*. Dissertação de mestrado defendida no PPGCS/CFCH-UERJ, 2003. 132p.

NONATO, José Antônio & SANTOS, Nubia Melhem. *Era uma vez o Morro do Castelo*. IPHAN, Rio de Janeiro. 2000.

O'DRISCOLL, Mary. *Louis Joseph Lebret – Um Profeta para nuestro Tiempo*, conferência proferida pela Irmã Mary O'Driscoll, da Congregação Irlandesa de Irmãs Dominicanas de N.Sra.do Rosário e de Santa Catarina, por ocasião dos vinte anos da morte de Louis Joseph Lebret. Disponível em <http://www.op.org/codal/lebret.htm>.

PARK, Robert Ezra. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In VELHO, Otávio Guilherme (org.), *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1916] (4ªedição). 26-67p.

_____. *A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral*. In PIERSON, Donald (org.), *Estudos de Ecologia Humana*, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970 [1925]. 127-142 p.

_____. *Ação conjugada*. In, PIERSON, Donald (org.), *Estudos de Organização Social*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970 [1926]. 210-219p.

_____. *Simbiose e socialização: “quadro de referência” para o estudo da sociedade*. In PIERSON, Donald (org.), *Estudos de Organização Social*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970 [1939].109-136p.

PAUGAM, Serge & SCHULTHEIS, Franz. *Introduction: Naissance d'une sociologie de la pauvreté*. In SIMMEL, Georg. *Les Pauvres*. Paris: PUF, 1998. pp.1-34.

PETONNET, Colette. *On est tous dans le brouillard*. Paris : Éditions du C.T.H.S., 2002. 394p.

_____. *Espace, distance et dimension dans une société musulmane : a propos du bidonville marocain de Douar Doum à Rabat*. In L'Homme – Revue Française d'Anthropologie, Paris, Avril-Juin, 1972, número 02, Tomo XII. Pp.47-84.

_____. *L'Observation Flottante : l'exemple d'un cimetière parisien*. In L'Homme, oct.-déc., 1982, XXII (4), pp.37-47.

PIERSON, Donald (org). *Estudos de Organização Social*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1970.

_____. *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1970.

PIMENTA, José Augusto de Mattos. *Para a remodelação do Rio de Janeiro*. Discursos proferidos no Rotary Club do Rio de Janeiro em 12 de novembro de 1926 e reproduzido no Correio da Manhã e O Jornal, no dia 18 de novembro de 1926.

PINO, Julio César. *Family and favela: the reproduction of poverty in Rio de Janeiro*. Westport, Connecticut and London: Greenwood Press, 1997.

RAULIN, Anne. *L'Éthique est quotidien – diasporas, marches et cultures métropolitaines*. Paris: L'Harmattan, 2000. 229p.

_____. *Utopies locales et laboratoire social: l'exemple du 13^e. arrondissement de Paris*. Artigo a ser publicado em L'Année Sociologique, 2008, vol.58, nº1: *La ville, catégorie de l'action*. TOPALOV, Christian (org.) Paris, 2008.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CRUZ, Gisele dos Reis & MABERLA, Juliana Eleuze Carreira. *Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar à partir de um enclave urbano – A Cruzada São Sebastião no Rio de Janeiro*. Disponível em http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/texto_lcqr_cruzada.pdf.

RICOEUR, Paul. *O conceito de responsabilidade: ensaio de uma análise semântica*. In *O Justo ou a Essência da Justiça*. Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Pensamento e Filosofia, 1997. pp.35-60.

_____. *Le concept de responsabilité: essai d'analyse sémantique*. Esprit: Paris, n.11, nov., 1994.

RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas: Crônicas/João do Rio*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 224p.

_____. *Os livros acampamentos da miséria*. In RODRIGUES, José Carlos (org.), *Vida Vertiginosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 131-140p.

RONCAYOLO, Marcel & PAQUOT, Thierry (orgs.) *Villes et Civilization Urbaine – XVIIIe. – Xxe. Siècle*. Paris : Larousse, 1992.

ROPS, Daniel. *A época da “morte de Deus”*. Coleção História da Igreja de Cristo, Volume IX: Igreja das Revoluções II. São Paulo: Editora Quadrante, 2006. pp.09-44.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981. 255p.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais – textos escolhidos*. In: WAGNER, Helmut R. (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 319p.

SERFATY-GARZON, Perla. *Chez soi – les territoires de l'intimité*. Paris : Armand Colin, 2003. 255p.

SILVA, Edílson Márcio Almeida da. *Das reportagens policiais às coberturas de segurança pública: representações da ‘violência urbana’ em um jornal do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado defendida no PPGA/ICHF-UFF. Niterói, 2007.

SILVA, Maria Laís Pereira da. *A Batalha do Rio de Janeiro: Combatentes e combatidos nas favelas cariocas 1947-1948*. In: 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2000, Natal/RN.

_____. *Favelas Cariocas – 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 239p.

SIMMEL, Georg. *O Estrangeiro*. In MORAES FILHO, Evaristo. *Georg Simmel – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983. pp.182-188.

_____. *Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal*. In MORAES FILHO, Evaristo. *Georg Simmel – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983. pp.165-181.

_____. *A natureza sociológica do conflito*. In MORAES FILHO, Evaristo. *Georg Simmel – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983: 122-134.

_____. *Les pauvres*. Paris : Quadrige/PUF, 1998.102p.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa II: a construção do novo conceito de zona*. Dissertação de Mestrado defendida no PPGACP/ICHF-UFF. Niterói, 2003. 146p.

_____; GEOLTRAIN, Augustin & FÉVRIER, Édouard. *Belleville: a renovação urbana e o direito à cidade*. Trabalho apresentado na 25ª. RBA, Goiânia: 2006.

SLOB, Bart. *Do barraco para o apartamento – a “humanização” e a “urbanização” de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2002, trabalho de conclusão de curso Museu Nacional, 173p.

SOUZA E SILVA, Jailson; BRAGA, Raquel Willadino; RODRIGUES, Fabio da Silva; FERNANDES, Fernando Lannes; SILVA, Elionalva Sousa. *Caminhada de crianças e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, novembro 2006.

SOUZA, Lúcia Maria Cardoso de. *Práticas educacionais em um CIEP na Maré*. Dissertação de Mestrado defendida no PPGA/ICHF-UFF. Niterói: 2004.

STANISLAVSKI, Constantin. *A preparação do ator*. Editora RCB, 2000. 368p.

STOUFFER, Samuel A. *et alii. Studies in Social Psychology in World War II: The American Soldier*. Princeton: Princeton University Press, 1949. 2vols.

TEIXEIRA, Anísio. *A Pedagogia de Dewey (Esboço da teoria de educação de John Dewey)*. In DEWEY, John. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980. pp. 111-135.

TYLOR, Edward Burnett. *Anthropologie : an introduction to the study of man and civilization*. Londres : McMillan, 1895.

_____. *Religion in Primitive Culture*. New York : Harper & Row, 1950.

TINDER, Glenn. *Community: The Tragic Ideal*. In *The Yale Review*, vol. LXV, n. 4, published in June 1976. pp. 550-564.

TURNER, Victor. *Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005. 488p.

VALLADARES, Lícia. *Cem Anos Pensando a Pobreza (Urbana) no Brasil*. In: *Corporativismo e Desigualdade – A Construção do Espaço Público no Brasil*. BOSCHI, Renato R. (org). Rio de Janeiro: IUPERJ, Rio Fundo, 1991. p. 81-112.

_____. *Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 142p.

_____. *Favelas, mondialisation et fragmentation*. In: *La fragmentation em question: Des Villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale ?*. NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. L'Harmattan, 2002. pp. 209-222.

_____. *Favela, Política e Conjunto Residencial – no Rio de Janeiro*. In *A Luta pelo Espaço – Textos de Sociologia Urbana*. BLAY, Eva Alterman (org.). Petrópolis, Vozes, 1979. pp. 109-124.

_____. *Associações Voluntárias na Favela*. *Ciência e Cultura*, v.29, n.12, dez., 1977. pp.1390-1403.

_____. *A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, n.44, out., 2000. pp.5-34.

_____. *A Invenção da favela – do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005a. 204p.

_____. *Louis-Joseph Lebreton et les favelas de Rio de Janeiro (1957-1959): enquêter pour l'action*. In *Gêneses*, septembre 2005b. pp.31-56.

_____; MEDEIROS, Lúcia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro: uma bibliografia analítica, 1906-2000*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, URBANDATA, UCAM, FAPERJ, 2003.

VELOSO, Letícia Helena Medeiros. *Responsabilidade social e globalização: redefinindo o papel das empresas transnacionais no Brasil*. In *Dossiê Responsabilidade social das empresas, segundo as Ciências Sociais*. *Revista Antropolítica* nº18. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1º sem.2005. p.15-34.

VIDAL, Dominique. *Les bonnes de Rio - Emploi domestique et société démocratique au Brésil*. Presses Universitaires du Septentrion, 2007. 312p.

WACQUANT, Loïc. *Scrutinizing the Street: Poverty, Morality, and the Pitfalls of Urban Ethnography*. In: *Review Symposium*, Volume 107, Number 6. Pp.1468-1532. May, 2002.

WIKAN, Unni. *Tomorrow, God Willing – Self-made destinies in Cairo*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996 [1944]. 333p.

WIRTH, Louis. *Âmbito e Problemas da Comunidade*. In PIERSON, Donald. *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970. pp. 112-126.

WRESINSKI, Joseph. *Aide à toute Détresse*. In *Christianisme et Droites de l'Homme*. Paris: Librairie des Libertés, 1994. Também disponível em http://www.joseph-wresinski.org/IMG/pdf/Aide_a_toute_detresse.pdf

Racionalismo e crença, entrevista concedida por Mary Douglas à Peter Fry, publicada na revista Mana, vol.5, número 2, outubro de 1999.

Encíclicas:

LEO XIII, 1891: *Rerum novarum – on capital and labor*, disponível em <http://www.vatican.va>

PAUL VI, 1967: *Populorum progressio – sur le développement des peuples*. “la propriété privée ne constitue pour personne un droit inconditionnel et absolu; nul n’est fondé à réserver pour son usage exclusif ce qui passe son besoin quand les hommes manquent du nécessaire”. Site *op.cit.*

PIO XI, 1931: *Quadragesimo anno – Lettera enciclica di S.S.Pio XI*. Site *op.cit.*

Leis e Decretos:

Decreto nº 6.000, de 01 de julho de 1937. “Estabelece o código de obras do Distrito Federal e dá outras providências”. Assinado por Henrique Dodsworth (Capítulo XV, Seção II, artigo 349º)

Decreto nº 7.363, de 25 de setembro de 1942. “Modifica o disposto na seção única do título III do Capítulo XIV do decreto nº 6.000, de 01 de julho de 1937”.

Jornais e revistas:

ARBEX, José. “*Um Carandiru por mês*”. Revista Caros Amigos, São Paulo, Ano XI, Número 128, Novembro 2007.

“*Uma cruzada e um paladino*”, Revista Visão, 27 de dezembro 1957.

“*Extinguir as favelas é a preocupação, em nossos dias, da Igreja que dirige a Cruzada São Sebastião*”, in *O Observador Econômico e Financeiro*, ano XXI maio 1956, no. 243.

“*Desordem urbana mata Mercado São Sebastião*”, in Revista do Empresário da Associação Comercial do Rio de Janeiro, no. 1378 Ano 64, março/maio de 2005.

O Partido Comunista e a Batalha do Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 21 de maio de 1948.

“Prioridade número um”, artigo publicado no jornal Correio da Manhã, em 22 de maio de 1948.

Carta do Leitor, 19 de maio de 1948, Correio da Manhã.

Louis Joseph Lebret – Um Profeta para nuestro Tiempo, Irmã Mary O’Driscoll.

BARBOT, Claude. *Revista Notícias Municipais*, RJ, ano 07, n.43, nov/dez 1960. pp.03-15 (publicação IBAM)

O Estado de S. Paulo, 6º. Caderno, 10 de abril de 1960. (resumo do SAGMACS)

Favelas cariocas, um tema comum a Dodsworth e Lacerda”, publicado na Coleção Estudos da Cidade, nº 144, de janeiro de 2005, da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O Globo:

07 janeiro de 1957

02 junho 2003: Corpo de homem é deixado no Leblon;

27 outubro 2003: Sol, surra, arrastão e engarrafamento;

04 novembro 2003: Pressão Máxima no morro e no asfalto - Cruzada e Rajah;

05 novembro 2003: sessão carta dos leitores sobre o fato do dia anterior.

08 dezembro 2004, “Bando assalta PMs com granada em Copacabana”, página 17.

23 de novembro de 2006, 2ª edição, página 13.

13 de janeiro de 2007, “Cruzada São Sebastião faz 50 anos com um problema: a dívida do IPTU pode levar 676 imóveis a leilão”

16 de janeiro de 2008: “O potencial revolucionário do boicote ao IPTU”.

JB:

11/02/1933

Jornal do Brasil, 14 de julho de 2003, página A15 : *Jardim de Alah : Revitalização vira abandono.*

Jornal do Brasil, 11 de maio de 1969.

Jornal do Brasil, 28 de março de 1969.

12 de março de 1969.

Diário de Notícias:

Diário de Notícias, de 28/01/1933 e Jornal do Brasil, de 11/02/1933

Tribuna da imprensa:

“*Desfavelando a Praia do Pinto*”, Tribuna da Imprensa, 03 janeiro 1957.

“*Revolução na Praia do Pinto*”, Tribuna da Imprensa, 04 de janeiro de 1957.

O Dia:

“*Uma favela começa a morrer*”, O Dia, 04 de janeiro de 1957,

Correio da Manhã:

11 de maio de 1969

Revista Manchete:

14 de abril de 1956. pp. 70-76

Relatórios:

Rio Operação Favela, Governo do Estado da Guanabara, 1969. 102p.

Superintendência Executiva de Projetos Especiais (SEPE). V. *Boletim Informativo*. Número Especial, julho de 1973.

Boletim Informativo da Superintendência Executiva de Projetos Especiais (SEPE), da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, do Governo do Estado da Guanabara, julho de 1973 e MELLO, 2001.

Morros e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatório de 1947 a 1954. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955. 137p.

Aspectos Humanos da Favela Carioca, SAGMACS, publicado em O Estado de S. Paulo, Suplemento Especial, 13 de abril de 1960.

IPEME. *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: IPEME, 1958.

Manifestos:

Manifesto da JOC Internacional, 1957.